



**SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA**

RELATÓRIO DA *Presidência*

Senado Federal e Congresso Nacional
Presidência do Senador Antonio Carlos Magalhães
Referente aos trabalhos da 3ª Sessão Legislativa Ordinária
(Período de 17-2 a 30-6 e de 1º-8 a 15-12-97) e
da 5ª Sessão Legislativa Extraordinária (Período de 1º a 25-7-97)
da 50ª Legislatura

Brasília - 1997

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL
(BIÊNIO 97/98)

Presidente

ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – (PFL – BA)

1º Vice-Presidente

GERALDO MELO – (PSDB – RN)

2º Vice-Presidente

JÚNIA MARISE – (Bloco – MG)

1º Secretário

RONALDO CUNHA LIMA – (PMDB – PB)

2º Secretário

CARLOS PATROCÍNIO – (PFL – TO)

3º Secretário

FLAVIANO MELO – (PMDB – AC)

4º Secretário

LUCÍDIO PORTELLA – (PPB – PI)

Suplentes

EMILIA FERNANDES – (PTB – RS)

LÚDIO COELHO – (PSDB – MS)

JOEL DE HOLLANDA – (PFL – PE)

MARLUCE PINTO – (PMDB – RR)

Secretário-Geral da Mesa: RAIMUNDO CARREIRO SILVA

Diretor-Geral: AGACIEL DA SILVA MAIA



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

RELATÓRIO DA PRESIDÊNCIA

(Senado Federal e Congresso Nacional)

**Referente aos trabalhos da 3ª Sessão Legislativa Ordinária
(Período de 17-2 a 30-6 e de 1º -8 a 15-12-97)
e da 5ª Sessão Legislativa Extraordinária
(Período de 1º a 25-7-97) da 50ª Legislatura**

Presidência do Senador Antonio Carlos Magalhães

BRASÍLIA – 1997

Brasil, Congresso. Senado Federal. Presidência.

Relatório da Presidência: Senado Federal e Congresso Nacional. – Brasília: Senado Federal, Secretaria-Geral da Mesa, 1997.

819 p.

1. Senado, Brasil. 2. Congresso Nacional, Brasil. I. Brasil. Congresso. Senado Federal. Presidência, relatório. II. Brasil. Congresso, relatório. III. Título.

CDDir. 341.2531

SUMÁRIO

A - 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 50ª Legislatura (Períodos de 17.2 a 30.6 e de 1º.8 a 15.12.97)

I - Apresentação do Relatório	7
II - Reuniões Preparatórias	13
III - Instalação da Sessão Legislativa	19
IV - O Senado Federal na 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 50ª Legislatura	23
A - Representação dos Estados e do Distrito Federal	25
B - Partidos Políticos	28
B.1 - Composição	28
B.2 - Situação Jurídica	35
C - Dos Líderes	38
D - Afastamento do Exercício do Mandato (Const. art. 56, I)	40
E - Renúncia	40
F - O Senado Federal em funcionamento	41
f.1 - Presidência	41
f.2 - Sessões	53
f.2.1 - realizadas	53
f.2.2 - não-realizadas	53
f.2.3 - especiais	53
f.2.4 - destinação da Hora do Expediente	53
f.2.5 - homenagens de pesar	55
f.2.6 - homenagens a "Rui Barbosa"	58
f.3 - Comparecimento de Ministro de Estado	61
f.4 - Participação dos Senadores na direção dos trabalhos da Casa	62
f.5 - Participação dos Senadores nos trabalhos da Casa	65
f.6 - Comissões	73
a) Permanentes	73
b) Temporárias	102
1) para exame de Projeto de Código	102
2) Parlamentares de Inquérito	104
3) Internas	113
4) Externas	140
f.7 - Matéria Legislativa	146
a) Propostas de Emenda à Constituição	146

b) Projetos de Lei do Senado	161
c) Projetos de Lei da Câmara	253
d) Projetos de Decreto Legislativo	282
e) Projetos de Resolução.....	316
f) Indicações	351
g) Requerimentos.....	353
a) Apresentados em Plenário	353
a.1) de sessões legislativas anteriores.....	353
a.2) da presente sessão legislativa	361
a.3) de licença	444
h) Proposta de Fiscalização e Controle.....	445
i) Pareceres	446
f.8 - Mensagens recebidas do Presidente da República (art. 52, V, CF)	467
f.9 - Ofícios "S" (art. 52, VI ao IX, CF)	479
f.10 - Escolha de Autoridades.....	502
f.11 - Corregedoria do Senado Federal.....	506
f.12 - Conselho de Ética e Decoro Parlamentar	506
f.13 - Procuradoria Parlamentar.....	507
f.14 - Instituto de Previdência dos Congressistas - IPC.....	508
f.15 - Questões de Ordem e solicitação de providências	509
f.16 - Recursos	512
f.17 - Ofícios recebidos do Presidente do STF (CF art.53, § 1º)	514
f.18. - Diversos	517
V - Comissão Representativa do Congresso Nacional.....	535
VI - O Congresso Nacional em Reunião Conjunta de suas Casas	537
A - Sessões Realizadas	539
B - Participação dos Congressistas na direção dos trabalhos	540
C - Matéria Legislativa.....	541
1) Projetos de Lei	541
2) Medidas Provisórias.....	559
3) Projetos de Resolução.....	668
4) Vetos	671
5) Requerimentos.....	685
D - Participação dos Congressistas nos trabalhos	704

B - 5ª Sessão Legislativa Extraordinária da 50ª Legislatura
(Período de 1ª a 25.7.97)

A - Ato convocatório.....	727
B - Instalação da sessão legislativa.....	730
C - O Senado Federal na 5ª Sessão Legislativa Extraordinária da 50ª Legis- latura.....	730

C.1 - Alteração na Liderança	730
D - Trabalhos realizados no Senado Federal	730
D.1 - Presidência	730
D.2 - Sessões Realizadas	732
D.3 - Participação na Direção dos Trabalhos da Casa	732
D.4 - Participação dos Senadores nos Trabalhos da Casa	734
D.5 - Comissões	740
D.5.1 - Permanentes	740
D.5.1.1 - Comissão de Assuntos Econômicos	740
D.5.1.2 - Comissão de Assuntos Sociais	742
D.5.1.3 - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	744
D.5.1.4 - Comissão de Educação	746
D.5.1.5 - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional	748
D.5.1.6 - Comissão de Serviços de Infra-Estrutura	749
D.5.1.7 - Comissão de Fiscalização e Controle	750
D.5.2 - Temporárias	751
D.6 - Proposições legislativas	752
D.6.1 - Propostas de Emenda à Constituição	752
D.6.1.1 - Apresentadas	752
D.6.1.2 - Apreciada em 1º turno	752
D.6.2 - Projetos de Lei do Senado	752
D.6.2.1 - Apresentados	753
D.6.2.2 - Apreciados	754
D.6.3 - Projetos de Lei da Câmara	754
D.6.3.1 - de Sessões Legislativas Anteriores	755
D.6.3.2 - Recebidos	755
D.6.3.3 - Apreciados	755
D.6.4 - Projetos de Resolução	756
D.6.4.1 - Apresentados no 1º período da 3ª Sessão Legislativa Or-	
dinária da 50ª Legislatura (1997)	757
D.6.4.2 - Apresentados na presente sessão legislativa	757
D.6.5 - Projetos de Decreto Legislativo	759
D.6.5.1 - de Sessões Legislativas Anteriores e do 1º período da	
3ª Sessão Leg. Ordinária da 50ª Legislatura (1997)	759
D.6.5.2 - Recebidos na presente sessão	760
D.6.6 - Requerimentos	760
D.6.6.1 - do 1º período da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 50ª	
Legislatura (1997)	761
D.6.6.2 - da presente Sessão Legislativa (Apresentados perante	
o Plenário)	763
D.6.7 - Pareceres	769
D.6.7.1 - Emitidos pelas Comissões e lidos em Plenário	769
D.6.7.1.1 - Comissão Diretora	769
D.6.7.1.2 - Comissão de Assuntos Econômicos	770
D.6.7.1.3 - Comissão de Assuntos Sociais	770
D.6.7.1.4 - Comissão de Constituição, Justiça e Cida-	
nia	771
D.6.7.1.5 - Comissão de Relações Exteriores e Defesa	
Nacional	771

D.6.7.1.6 - Comissão de Serviços de Infra-Estrutura	771
D.6.7.2 - Proferidos em Plenário (orais)	771
D.7 - Ofícios "S"	772
D.8 - Mensagens recebidas do Sr. Presidente da República	773
D.8.1 - Art. 52, V, da Constituição Federal	773
D.8.1.1- do 1º período da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 50ª Legislatura (1997).....	773
D.8.1.2 - da presente Sessão Legislativa.....	774
D.8.2 - Art. 52, VI, da Constituição Federal (Escolha de Autoridades).....	775
D.8.2.1 - Recebidas.....	775
D.8.2.2 - Apreciadas.....	775
D.9 - Diversos.....	776
D.10 - Recurso	777
E - Encerramento dos Trabalhos.....	778
F - Trabalhos realizados no Congresso Nacional.....	781
F.1. Sessões realizadas.....	783
F.2 - Matéria legislativa	784
F.2.1 - Projetos de Lei.....	784
F.2.2 - Medidas Provisórias	787
F.2.3 - Requerimentos	805
F.3 - Participação dos Congressistas na Mesa que dirige os Trabalhos	806
F.4 - Participação dos Congressistas nos trabalhos.....	807

I - APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO

APRESENTAÇÃO

LEGISLATIVO ÁGIL E FORTE CONSOLIDARÁ A DEMOCRACIA

Nunca a representatividade foi tão esmiuçada e conferida em toda a história do Brasil como nos nossos dias. No novo estágio de consolidação democrática vivido pelo País, a sociedade exige cada vez mais uma identidade plena entre os seus interesses mais legítimos e os discursos, iniciativas e atos dos seus representantes. Cobra-se cada palavra, cada *bandeira*, cada gesto daqueles que representam os mais diversos segmentos da população.

A representatividade é a verdadeira essência do regime democrático. É ela que torna possível que todos participem dos processos decisórios e dos caminhos que devem ser trilhados por um povo. Quanto mais autêntico for o sistema representativo, mais autêntica será a democracia, porque este será o real termômetro que vai mensurar até que ponto temos realmente um conjunto de leis, princípios e normas ditado pelo povo e para este voltado.

A autenticidade do sistema representativo tem progredido largamente na medida em que elevamos o seu grau de transparência, que permite à população acompanhar de perto, criticar e fiscalizar os seus representantes, estejam eles no Sindicato, à frente de uma Associação, ou no poder Legislativo. Nesse sentido, podemos dizer sem qualquer margem de erro, que o Congresso Nacional é hoje o mais transparente de todos os poderes representativos. Mais ainda: é o mais transparente de todos os poderes da República.

Tudo o que se faz no Congresso Nacional é acompanhado pela sociedade, em minúcias. O Senado Federal vem trabalhando nessa direção nos últimos três anos, elegendo a transparência como o seu maior princípio e convidando todos os representantes - os eleitores, os estados e a sociedade - à interatividade com as suas ações.

Esse convite vem se formulando, principalmente, através do serviço *Fala Cidadão*, pelo qual qualquer pessoa pode contactar o Senado, pelo telefone 0800 612211, fazer suas críticas aos trabalhos dos senadores e dar as suas sugestões. E para que se mantenha informado sobre o que acontece nas comissões e no plenário do Senado, e possa assim melhor nos fiscalizar, é que criamos a TV Senado, a Rádio Senado, o Jornal do Senado e a Agência de Notícias Senado.

Graças a esse acompanhamento é que hoje podemos invocar o testemunho da própria sociedade brasileira a respeito do nosso trabalho, que tem sido intenso e profícuo.

Convém ainda destacar que o importante aí não é somente o impacto desses números, mas, principalmente, o qualitativo dessas aprovações, já que se tratou aqui de temas da maior relevância para a vida do País e da população, indo da redefinição do papel do Estado e da privatização de empresas e de setores, até as novas regras para a aposentadoria, quando se decidiu extinguir toda uma série de privilégios, inclusive dos próprios parlamentares e dos magistrados.

O Senado em particular e o Congresso em geral têm tido excelente desempenho ao longo desses últimos três anos. Quando comparamos a nossa performance com a de outros parlamentos no mundo, mesmo os de países desenvolvidos, as nossas vantagens mostram-se enormes.

Levando-se em conta, contudo, as necessidades de mudanças exigidas no Brasil e no ritmo desejado pela grande maioria da população, que anseia por viver num país mais próspero, com mais empregos, com mais renda, com mais oportunidades, com mais justiça e bem menos desigual, é preciso que o Legislativo faça um novo esforço em busca do seu aprimoramento.

A exemplo do que acontece hoje com as empresas, que buscam reduzir custos e elevar a sua produtividade, a sua eficiência e os seus resultados líquidos finais, o Legislativo e as demais instituições do País devem fazer um esforço no sentido de enquadrar-se nesse novo perfil de modernidade e de aperfeiçoamento dos seus resultados.

Nenhuma instituição deve estar fora do compasso do nosso tempo. A maior racionalidade e a maior eficiência exigidas hoje de todas as sociedades devem constar também da agenda de todo o setor público.

Os Legislativos de todas as esferas (do Senado Federal à Câmara de Vereadores) devem unir seus esforços e trocar suas experiências em benefício do maior aperfeiçoamento dos seus métodos de trabalho.

Se a sociedade passa neste momento por profundas transformações que sacodem as velhas estruturas secularmente concebidas, o Legislativo, como o mais destacado poder representativo da sociedade, deve não somente acompanhar o ritmo dessas transformações, como até mesmo posicionar-se à frente delas, preparando o caminho dos novos cenários que se avizinham.

Um exemplo disso está na nova ordem econômica mundial, que ainda não conseguiu dar respostas convincentes aos problemas de crescimento da

pobreza e do desemprego. Discutir essas questões hoje, ao lado do reordenamento econômico e estrutural, é estar um passo adiante.

Ou seja, cabe ao Legislativo, além de contribuir para que se faça da forma menos traumática possível a adequação do País à nova ordem econômica e política, criar condições para que se corrijam as distorções surgidas ao longo do processo de modernização.

Nesse sentido, entendemos que cada instituição deve rever suas estruturas, de modo a dotá-las de uma maior racionalidade. É exatamente isso o que estamos fazendo neste momento no Senado Federal.

A estrutura administrativa de cada setor, de cada departamento, de cada unidade deve ser revista. No caso do Legislativo, deve-se promover um balanço geral capaz de identificar o *material morto*, que muitas vezes ainda tramita em seus escaninhos, mas em total desacordo com a realidade, contribuindo apenas para obstruir o fluxo das iniciativas. É preciso também rever todo o processo legislativo, de modo a torná-lo mais ágil e mais compatível com as demandas sociais de hoje.

Os Legislativos federais, estaduais e municipais devem ampliar os seus entendimentos no sentido de deflagrar em todo o País uma operação concertada de revisão da sua metodologia e sistemática de trabalho, no sentido de impor uma maior racionalidade no fluxo de suas atividades, para que se possa obter maior eficiência a um custo menor.

Esse maior entendimento entre os legislativos já foi vislumbrado recentemente pelo Senado, quando lançamos o *Interlegis*, que é um meio eficaz de comunicação entre todas as esferas do Legislativo, com base na informática, a exemplo na Internet.

Mas é preciso ir mais além. É preciso que cada unidade legislativa do País tome a decisão política de mudar e adote medidas concretas no sentido de rever os seus procedimentos, buscando a implantação de dispositivos mais eficazes que resultem em maior eficiência para todas as etapas do seu trabalho, o que, certamente, significará uma melhoria qualitativa da nossa representatividade.

O Brasil inteiro anseia hoje por uma democracia moderna e estável. Se quisermos chegar a isso, contudo, teremos de primeiro modernizar o Legislativo e fortalecê-lo, pois é sabido que não existe democracia forte com Legislativo fraco, nem democracia moderna com Legislativo antiquado. E quem deve tomar o primeiro passo no sentido de buscar o seu fortalecimento e a sua modernidade é o próprio Legislativo.

O Senado Federal estava ciente disso quando lançou o *Interlegis*, e reforça agora essa iniciativa através de uma convocação nacional a todo o Legislativo, para que se una em torno dessa linha de ação modernizadora.

A Câmara dos Deputados e o Senado Federal já deram início a um trabalho conjunto que visa a envolver todos os partidos em busca de uma maior agilidade e eficiência do Legislativo. Temos certeza de que essa convocação será plenamente atendida em todos os pontos do País, porque não há nenhum Legislativo que queira ficar à margem desse processo de profundas transformações.

O povo quer um Legislativo mais forte e mais eficaz. E os seus representantes, com toda a certeza, querem a mesma coisa. O Congresso Nacional está caminhando vigorosamente nessa direção.

Senador Antonio Carlos Magalhães
Presidente do Senado Federal

II - REUNIÕES PREPARATÓRIAS

Em obediência ao disposto no art. 57 da Constituição Federal e no art. 3º, "d", do Regimento Interno, o Senado Federal realizou, a 4 de fevereiro, duas reuniões preparatórias, tendo por finalidade a eleição do Presidente da Casa e demais Membros da Mesa, para exercerem o mandato nas 3ª e 4ª Sessões Legislativas da 50ª Legislatura.

Às 14:30 horas, sob a presidência do Senador José Sarney, e com a presença de 81 Senadores, deu-se início à primeira reunião, tendo por finalidade a eleição e posse do Presidente do Senado, apresentando-se como candidatos os Senhores Senadores Antonio Carlos Magalhães, do Partido da Frente Liberal - PFL, e Iris Rezende, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB.

Procedida a votação, foi apurado o seguinte resultado:
Senador Antonio Carlos Magalhães.....52 votos;
Senador Iris Rezende.....28 votos; e
Em branco.....01 voto.

O Senador José Sarney proclama eleito e empossado o Senador Antonio Carlos Magalhães, que profere o seguinte discurso:

"Sr*s e Srs. Senadores, assumo a Presidência do Senado da República, conseqüentemente do Congresso Nacional, com plena consciência dos meus deveres para com o País e o regime democrático.

Na desigualdade de cada um de nós, que todos sabemos existir, pois é própria da condição humana, somos porém todos iguais, pois temos a mesma origem: o voto popular. O voto popular que recebemos dos nossos concidadãos para realizar um trabalho digno, à altura dos anseios do País.

O momento é de afirmação, daí julgar necessário, de logo, acentuar a independência do Legislativo, que jamais poderá se confundir com desarmonia entre os Poderes. Ao contrário, a harmonia entre os três Poderes, tal como prescrita na Constituição, é a pedra fundamental sobre a qual se assenta a sociedade politicamente organizada. Rendo aqui, em nome do Poder Legislativo, o meu respeito aos Poderes Executivo e Judiciário.

Neste final de século e de milênio, nós todos, as lideranças do Brasil, democrático e estabilizado, temos a grave responsabilidade, a obrigação mesmo, de desenhar um projeto de país que almejamos, agora e no futuro, e que haveremos de legar aos nossos descendentes.

O Brasil espera muito de nós. Não vamos decepcioná-lo. Acha-se aberta uma janela de oportunidade para que prossigamos na construção do país poderoso, rico e socialmente mais justo que temos a chance histórica de lançar no século que se avizinha.

Temos que dotar o Poder Executivo dos instrumentos legais indispensáveis às reformas que o povo reclama e é do nosso dever ouvir o seu clamor. Assim procedendo, teremos a autoridade para não permitir que as nossas atribuições sejam subtraídas, o que contraria a própria harmonia dos Poderes a que me referi. As reformas estão aí para que votemos em tempo hábil, sem pressões, é verdade, mas com a rapidez que o povo espera dos Congressistas. Não

poderemos nos atrasar mais, num mundo cada vez mais ágil e competitivo, a exigir dos que elaboram as leis, autonomia e espírito público, com a visão larga do rumo a seguir.

Somos ainda um Poder fiscalizador por excelência e, como tal não deveremos abdicar de nossas funções. Mas, temos que dar o exemplo no pautar as nossas ações, a fim de que possamos reagir às críticas injustas e receber com humildade as reclamações que nos são dirigidas.

É com o exemplo de decência, integridade e eficiência no nosso trabalho que vamos nos impor, ainda mais, perante a opinião pública do Brasil. O Senado como é será ainda mais respeitado.

É do nosso dever encarar, de frente, dois problemas que, na minha convivência com meus colegas Senadores e Senadoras e com o povo em todos os quadrantes do País, sinto que nos afligem, e exigem pronta resposta do poder político: os desequilíbrios sociais existentes, com uma pobreza crescente nas camadas populares, e a concentração de riqueza, criando uma situação a cada momento mais difícil para a harmonia e o progresso do povo brasileiro. As soluções não são fáceis, exigem coragem e renúncia, ação firme, porém não demagógica, certo que estou hoje, como ontem, de que não há problema insolúvel para a inteligência humana.

O outro ponto é a reforma do Estado, que está em curso, e tem que ser completada. Não somos os maiores culpados pelo seu atraso, porém nossa parte terá de ser feita com a decisão e a urgência que de nós espera o povo brasileiro.

Cabe-me uma palavra que julgo necessária neste ensejo: o louvor ao trabalho, e não temo em afirmar, ao êxito do Presidente Fernando Henrique Cardoso, à frente do Governo da República, Sua Excelência conseguiu, em dois anos, importantes feitos tanto na política interna como na externa, merecendo por isso mesmo o aplauso da maioria do povo brasileiro e o reconhecimento internacional do novo e grande momento que o Brasil vive. Somos, também nós Congressistas, credores desse aplauso, porque, com espírito de cooperação, temos oferecido a legislação e o apoio indispensáveis ao eminente Senhor Presidente da República.

Há um problema, porém, que sei necessitar de um encontro de pensamento e ação do Legislativo e do Poder Executivo. Refiro-me às Medidas Provisórias. Nem o Executivo poderá ficar sem dispor, em tempo hábil, dos meios para agir, nem o Legislativo poderá abrir mão do seu direito, direi exclusivo, de legislar. Tenho certeza de que nem o Executivo nem o Congresso poderão se sentir bem e cantar loas ao regime democrático se não encontramos, espero que em curto período, uma solução para o problema. A demora poderá tornar-se um impasse, em prejuízo para a sociedade. Mais que procurar culpados, pois ambos os Poderes o são, precisamos encontrar o caminho da racionalidade para se extirpar ou se reduzir o mal. Vamos trabalhar nesse sentido, e estou convicto de que encontraremos, também, no espírito conciliador e democrático do Presidente Fernando Henrique, cuja passagem por esta Casa honra o Parlamento, um aliado do Poder Legislativo na busca dos objetivos maiores desta Nação.

Tenho a responsabilidade de suceder ao Presidente José Sarney, cuja competência na vida pública, pontilhada de êxitos e notáveis serviços ao Brasil, voltou a brilhar na Presidência do Senado, função onde reafirmou o seu acendrado amor à democracia, dirigindo com habilidade e espírito público nossa Casa. As suas realizações estão à vista de todos, a merecer a unânime aprovação dos seus pares, como vimos hoje nesta Casa, neste dia.

O Presidente José Sarney cumpriu, mais uma vez, o seu dever para com as instituições do País, dirigindo o Senado com equilíbrio, bom senso e, sobretudo, com a dignidade indispensável ao perfeito exercício do mandato. Presidente José Sarney: obrigado, em nome de todos os seus colegas, que o respeitam e admiram.

V. Ex^a fez muito, porém não poderia fazer tudo. Com humildade, proponho-me a continuar o seu trabalho e fazer o que estiver ao meu alcance para receber, ao final do mandato, as manifestações de respeito e de aplauso que soube granjear nesta Casa.

Espero ainda a perfeita interação do trabalho das duas Casas do Congresso, como existiu no biênio que se finda, graças à capacidade e à experiência do eminente Presidente José Sarney, assim como à invulgar competência do Deputado Luiz Eduardo, um autêntico símbolo dos novos e já notáveis líderes políticos do Brasil.

Devo uma palavra ao meu ilustre competidor, o Senador Iris Rezende. Homem público com significativos serviços prestados ao seu Estado e ao País, soube disputar o pleito sem perder um só instante as suas características de parlamentar lhan e lutador incansável pelas causas que lhe parecem justas. Reitero ao Senador Iris Rezende o testemunho da minha estima e respeitoso apreço.

Nos últimos anos, dois eminentes e saudosos conterrâneos meus exerceram a Presidência do Senado: Luiz Viana Filho e Nelson Carneiro.

Nelson Carneiro foi jornalista e parlamentar brilhante, tanto na Câmara como no Senado. Foi uma vida dedicada à política e os seus feitos nesta Casa são recentes e sempre lembrados.

Luiz Viana Filho, de quem fui amigo fraternal, em longo período de minha vida, a despeito dos vinte anos de idade que nos separavam, honrou o Congresso nas duas Casas: na Câmara, onde fui seu colega, e no Senado Federal. Governou a Bahia, foi Ministro de Estado, jornalista e membro da Academia Brasileira de Letras. Educado e elegante, culto e probo, dá o nome à Biblioteca do Senado. Com ele aprendi e ensinei. É uma grande saudade que guardo.

São dois exemplos a seguir.

Sr^{as}. Senadoras e Srs. Senadores, não me falte a ajuda divina, do meu Senhor do Bonfim, que do alto da sagrada colina, na Bahia, há de me inspirar, como tem inspirado até aqui, para que eu possa sempre merecer o amor da minha terra e o respeito do Brasil.

Octávio Mangabeira, que honrou este Senado, certa feita afirmou:

"Se algum dia, na vida pública, eu tiver de faltar aos meus deveres de lealdade à Bahia, aos meus deveres de lealdade ao Brasil, peço a Deus que me fulmine na véspera".

Conformando os dizeres do grande baiano, acrescento o meu dever de lealdade ao Congresso, agora mais do que nunca, elevado que fui à Presidência desta Casa.

Srs. Senadores e Sr^{as}. Senadoras, vamos juntos cumprir o nosso destino: com tolerância mas com decisão; com coragem, pertinácia e espírito público, sabendo que, embora não esteja inscrito no portal deste Senado, lê-se em nossa consciência que só a liberdade é eterna, só a democracia assegura o reino da liberdade.

Muito obrigado."

A segunda reunião, destinada à eleição e posse do Primeiro e Segundo Vice-Presidentes, dos Secretários e dos Suplentes de Secretário da Mesa do Senado Federal para o biênio 1997/1998, teve início às 20:03 horas e procedida a votação apurou-se o seguinte resultado:

- Senador Geraldo Melo, 1º Vice-Presidente, com 76 (setenta e seis) votos;
- Senadora Júnia Marise, 2º Vice-Presidente, com 67 (sessenta e sete) votos;
- Senador Ronaldo Cunha Lima, 1º Secretário, com 78 (setenta e oito) votos;
- Senador Carlos Patrocínio, 2º Secretário, com 76 (setenta e seis) votos;
- Senador Flaviano Melo, 3º Secretário, com 70 (setenta) votos;
- Senador Lucídio Portella, 4º Secretário, com 74 (setenta e quatro) votos;
- Senadora Emília Fernandes, 1º Suplente de Secretário, com 71 (setenta e um) votos;
- Senador Lúdio Coelho, 2º Suplente de Secretário, com 74 (setenta e quatro) votos;
- Senador Joel de Hollanda, 3º Suplente de Secretário, com 76 (setenta e seis) votos;
- Senadora Marluce Pinto, 4º Suplente de Secretário, com 64 (sessenta e quatro) votos;

Fica assim constituída a Mesa do Senado Federal para o biênio de 1997/1998:

Presidente

Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL-BA

1º Vice-Presidente

Senador Geraldo Melo - PSDB-RN

2º Vice-Presidente

Senadora Júnia Marise - Bloco-MG

1º Secretário

Senador Ronaldo Cunha Lima - PMDB-PB

2º Secretário

Senador Carlos Patrocínio - PFL-TO

3º Secretário

Senador Flaviano Melo - PMDB-AC

4º Secretário

Senador Lucídio Portella - PPB-PI

Suplentes de Secretário

Senadora Emília Fernandes - PTB-RS

Senador Lúdio Coelho - PSDB-MS

Senador Joel de Hollanda - PFL-PE

Senador Marluce Pinto - PMDB-RR

III - INSTALAÇÃO DA SESSÃO LEGISLATIVA

III - INSTALAÇÃO DA SESSÃO LEGISLATIVA

Em obediência ao que preceitua o art. 57 da Constituição Federal, as duas Casas do Congresso Nacional, sob a Presidência do Senador Antonio Carlos Magalhães, reuniram-se solenemente, às 16:00 horas do dia 17 de fevereiro, a fim de instalarem os trabalhos da Terceira Sessão Legislativa Ordinária da 50ª Legislatura.

Estando presente o Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro José Paulo Sepúlveda Pertence, o Senador Antonio Carlos Magalhães, Presidente do Congresso Nacional, o convida a compor a Mesa.

A mensagem prevista no art. 84, XI, da Constituição foi entregue pelo Senhor Ministro de Estado, Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dr. Clóvis de Barros Carvalho, e lida em Plenário pelo Senhor Deputado Ubiratan Aguiar, 1º Secretário da Mesa do Congresso Nacional.

Na ocasião, o Senhor Presidente do Senado Federal, Senador Antonio Carlos Magalhães, proferiu o seguinte discurso:

"Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal, Srs. Ministros de Estado, Sr. Governador do Distrito Federal, Srs. Embaixadores, autoridades civis, militares e eclesiásticas aqui presentes, meus colegas Congressistas:

Ao instalar a Terceira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Legislatura, quero reafirmar a minha crença na força das instituições livres, no dever do Congresso Nacional de preservá-las e aperfeiçoá-las.

Se é verdade que o mundo vive conturbado por crises políticas, econômicas e sociais - e nesse contexto se encontra também o Brasil -, são inegáveis, entretanto, os grandes avanços que nos últimos anos o País alcançou, o que nos valeu o respeito internacional e a deferência com que hoje somos tratados.

A prática do regime democrático, a imprensa livre, o diálogo permanente da sociedade com os seus representantes, o respeito à cidadania, à liberdade de pensamento, à atuação profissional das Forças Armadas, à convivência responsável e harmoniosa entre os Poderes da República, são conquistas memoráveis de um País que hoje se coloca na hierarquia dos que representam o escol das sociedades livres.

Esse ufanismo, justificável, entretanto, não me impede de voltar a insistir na crítica à terrível desigualdade social que nos divide, com uma concentração de renda cada vez maior entre regiões e setores da população, uma parábola cruel, de origens históricas, que persiste às vésperas do Terceiro Milênio e que precisa ser enfrentada.

E nós, Congressistas, que somos os mais autênticos representantes do povo, temos a obrigação de lutar incessantemente para superar e, quando não possível fazê-lo, diminuir tais desigualdades.

Cabe ao Poder Político encontrar soluções a curto e médio prazos, com a utilização dos mecanismos próprios do governo, sem que se comprometa a economia de mercado, embora esta não deva ser tratada como verdade absoluta.

Por ela não podemos ser escravizados e nem comprometer a nossa identidade nacional.

Existem soluções, sim, e vamos caminhar ao seu encontro.

Precisamos de um Estado ágil, eficiente, e daí a necessidade urgente de se aprovarem as reformas indispensáveis ao bom funcionamento da máquina estatal, livre do corporativismo que emperra a ação governamental e de estarmos atentos à era de globalização que, queiramos ou não, o mundo vive.

Não desejo lamentar, agora - e tenho autoridade para fazê-lo, pois muitas vezes fui voz isolada no Conselho Nacional de Informática - CONIN -, o quanto se perdeu, comprometendo o crescimento do País, com a vesga política de informática.

Enquanto o mundo progredia, em nome de um falso nacionalismo mantinha-se o privilégio de uns poucos com prejuízos incalculáveis para uma geração de brasileiros e o desenvolvimento da Nação como um todo. São muitos os exemplos.

Mas, em vez de lamentações, que nos sirvam de lição para evitarmos a repetição dos mesmos erros, ainda agora defendidos pelos pregadores do passado ou seus diligentes seguidores.

A visão equivocada não era de um ou mais partidos políticos, mas de segmentos da sociedade, derrotados no julgamento popular, que não queriam ou não querem perceber que o mundo mudou e que não se pode mais permanecer parado, bíblica estátua de sal olhando para trás, quando se tem de andar aceleradamente em busca do tempo perdido.

Convido-os, meus colegas e amigos Senadores e Deputados, ao exame das reformas, seu estudo acurado e sua conseqüente votação. É um ato de patriotismo. É o que de nós espera, ansiosamente, o povo brasileiro.

Vamos realizar esse trabalho com independência, imunes a pressões, pois é nossa a representação legítima para fazê-lo.

Exerçamos esse direito no cumprimento dos nossos deveres e, mais uma vez, teremos o reconhecimento da Nação, atendida, agradecida e satisfeita.

A imagem do Congresso Nacional perante a opinião pública advém, em grande parte, de nós mesmos, quando cumprimos e quando não cumprimos o nosso dever. É esta a verdade.

E ninguém duvide. O Congresso Nacional vai cumprir rigorosamente os seus deveres, com independência e sempre com os olhos voltados para os mais legítimos interesses do País e do seu povo.

Existem numerosos e importantes projetos que deverão ser analisados nesta Casa, aprovados ou não. Mas têm que ser analisados. Não é aceitável nem compreensível a omissão deste Poder, que tem por inarredável obrigação decidir.

Não podemos, não devemos, por exemplo, postergar a apreciação do Orçamento do País, como ocorre há muitos anos, com conseqüências graves para a administração dos recursos públicos.

Ou se cumpre a Lei de Diretrizes Orçamentárias ou seja ela abolida por total inutilidade.

O Orçamento tem que ser votado antes do encerramento da Sessão Legislativa Ordinária, para entrar em vigor no primeiro dia do ano seguinte, não ocorrendo, assim, graves discontinuidades na ação governamental e prejuízos administrativos para a Nação.

Nesse sentido, existem propostas de emendas à Constituição que precisam ser decididas pelo Congresso Nacional. Para tanto, é importante que haja modificações e que o Governo envie em tempo hábil - não em 31 de agosto - sua proposta, e o Legislativo proceda com lisura, rigor e acuidade no estudo da Lei de Meios.

Não é exemplo edificante - insisto - o processo de discussão e votação do Orçamento da República que vem sendo praticado no Congresso Nacional.

É preciso mudá-lo.

E vamos fazê-lo.

Informo a Vossas Excelências e, em particular, ao Ministro Sepúlveda Pertence aqui presente, que decidiremos no Senado, brevemente, talvez em 30 dias, uma matéria que angustia o Judiciário e a Nação: o efeito vinculante.

Ao mesmo tempo, adianto que, nos próximos seis meses, entregaremos à Nação o novo Código Civil, que há muito tramita no Legislativo. É preciso que o votemos. E nós o faremos.

As Comissões, por sua vez, realizarão reuniões intensas para analisar importantes projetos para o País.

Senhores Congressistas, estou certo de que 1997 será um ano de intenso trabalho legislativo. Como também tenho a convicção da nossa competência e do nosso espírito público no escutar os anseios do povo brasileiro para melhor servir ao Poder que representamos.

Nós somos a tribuna do povo. Somos e estamos como um espinho cravado no cerne do Poder. Daí temos que decidir.

Aproveito o ensejo para manifestar a certeza de que, através de amplo entendimento com o Executivo, vamos resolver, definitivamente, o problema das medidas provisórias, porque o lugar de legislar é no Congresso.

Temos de construir o futuro e não lamentar, inermes e inertes, o tempo perdido. E essa construção só se fará com a destruição do comportamento feudal dos vassallos de liturgias retrógradas.

Haveremos de encontrar formas que eliminem a angústia dos excluídos e rejeitados, lembrando quantos paraísos já se construíram nas trevas do desespero, mas sem esquecer o que diziam os antigos, "as leis são inúteis quando os corações não mudam". É preciso mudar o coração dos povos e dos legisladores, para que as leis tenham a verdadeira eficácia.

Sejamos autênticos, sejamos nós mesmos. É preciso construir e velar por nosso País, para que ele não perca a fé em si mesmo, porque não pode perder a fé na verdade.

Tenho certeza - repito - de que o ano de 1997 será pródigo de trabalho e de realizações em benefício do povo brasileiro. Assim sendo, com as bênçãos de Deus, declaro instalados os trabalhos da Terceira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Legislatura.

Era o que tinha a dizer."

**IV - O SENADO FEDERAL NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA
ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA**

A - REPRESENTAÇÃO DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL

A representação dos Estados e do Distrito Federal no início da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 50ª Legislatura, ficou assim constituída:

AC - Flaviano Melo
Nabor Júnior
Marina Silva

AL - Guilherme Palmeira
Teotônio Vilela Filho
Renan Calheiros

AP - José Sarney
Sebastião Rocha
Gilvam Borges

AM - Gilberto Miranda
Jefferson Peres
Bernardo Cabral

BA - Josaphat Marinho
Waldeck Ornelas
Antonio Carlos Magalhães

CE - Beni Veras
Sérgio Machado
Lúcio Alcântara

DF - ²Valmir Campelo
Lauro Campos
José Roberto Arruda

ES - Élcio Alvares
Gerson Camata
José Ignácio Ferreira

GO - Onofre Quinan
³Mauro Miranda
⁴Iris Rezende

PA - Coutinho Jorge
Jáder Barbalho
Ademir Andrade

PB - Ney Suassuna
Humberto Lucena
Ronaldo Cunha Lima

PR - José Eduardo
Osmar Dias
Roberto Requião

PE - Joel de Hollanda
Carlos Wilson
Roberto Freire

PI - Lucídio Portella
Hugo Napoleão
Freitas Neto

RJ - ¹Darcy Ribeiro
Artur da Távola
Benedita da Silva

RN - Fernando Bezerra
Geraldo Melo
José Agripino

RS - Pedro Simon
Emília Fernandes
José Fogaça

RO - Odacir Soares
José Bianco
Erandes Amorim

¹ Em virtude do falecimento do Senador Darcy Ribeiro, ocorrido em 17.2.97, reassumiu, em 25.2.97, o mandato de Senador, pela Representação do Estado do Rio de Janeiro, o Sr. Abdias Nascimento, adotando o nome parlamentar de **Abdias Nascimento** e integrando a bancada do Partido Democrático Trabalhista - PDT.

² Renunciou ao mandato de Senador da República em 12.11.97, para assumir o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União. E, em 13.11.97, tomou posse e assumiu a representação do Distrito Federal o seu 1º Suplente, o Sr. Ildeu Leonel Oliveira de Paiva, adotando o nome parlamentar de **Leonel Paiva**, e integrando a bancada do Partido da Frente Liberal - PFL.

³ Entrou de licença para tratar de interesses particulares, pelo prazo de 121 (cento e vinte e um) dias a partir de 19.8.97, conforme leitura e aprovação, em 13.8.97, do Requerimento nº 566/97, de sua autoria. Em 19.8.97,

MA - Eptácio Cafeteira
Edison Lobão
⁵ ⁶Francisco Escórcio

MT - Júlio Campos
Jonas Pinheiro
Carlos Bezerra

MS - Levy Dias
Ramez Tebet
Lúdio Coelho

MG - Júnia Marise
Francelino Pereira
Regina Assumpção

RR - João França
Marluce Pinto
Romero Jucá

SC - Esperidião Amin
Casildo Maldaner
Vilson Kleinübing

SP - Eduardo Suplicy
José Serra
Romeu Tuma

SE - José Alves
Antônio Carlos Valadares
José Eduardo Dutra

TO - João Rocha
Carlos Patrocínio
Leomar Quintanilha

**Ao final da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 50ª Legislatura,
a representação dos Estados e do Distrito Federal ficou
assim constituída:**

AC - Flaviano Melo
Nabor Júnior
Marina Silva

AL - Guilherme Palmeira
Teotônio Vilela Filho
Renan Calheiros

AP - José Samey
Sebastião Rocha
Gilvam Borges

AM - Gilberto Miranda
Jefferson Peres
Bernardo Cabral

PA - Coutinho Jorge
Jáder Barbalho
Ademir Andrade

PB - Ney Suassuna
Humberto Lucena
Ronaldo Cunha Lima

PR - José Eduardo
Osmar Dias
Roberto Requião

PE - Joel de Hollanda
Carlos Wilson
Roberto Freire

conforme comunicação s/nº, o senhor Albino Gonçalves Boaventura, seu 1º Suplente, tomou posse e assumiu a representação do Estado de Goiás, adotando o nome parlamentar de **Albino Boaventura** e integrando a bancada do PMDB.

⁴ Em 22.5.97, comunicou seu afastamento do exercício do mandato, a partir desta data, para assumir o cargo de Ministro de Estado da Justiça. Na mesma data, tomou posse o Senhor Otoniel Machado Carneiro, 1º Suplente convocado, adotando o nome parlamentar de **Otoniel Machado** e integrando a bancada do PMDB.

⁵ Retorna às atividades parlamentares o Senador Bello Parga, a partir de 28.2.97, em virtude do término de sua licença.

⁶ Em 27.5.97, foi aprovado pelo Plenário pedido de prorrogação da licença do Senador Alexandre Costa por mais 180 (cento e oitenta) dias, a partir de 7.5.97, permanecendo no exercício da Senatória, o Senador Bello Parga.

**BA - Josaphat Marinho
Waldeck Ornelas
Antonio Carlos Magalhães**

**CE - Beni Veras
Sérgio Machado
Lúcio Alcântara**

**DF - Leonel Paiva
Lauro Campos
José Roberto Arruda**

**ES - Écio Alvares
Gerson Camata
José Ignácio Ferreira**

**GO - Onofre Quinan
Albino Boaventura
Otoniel Machado**

**MA - Epitácio Cafeteira
Edison Lobão
Bello Parga**

**MT - Júlio Campos
Jonas Pinheiro
Carlos Bezerra**

**MS - Levy Dias
Ramez Tebet
Lúdio Coelho**

**MG - Júnia Marise
Francelino Pereira
Regina Assumpção**

**PI - Lucídio Portella
Hugo Napoleão
Freitas Neto**

**RJ - Abdias Nascimento
Artur da Távola
Benedita da Silva**

**RN - Fernando Bezerra
Geraldo Melo
José Agripino**

**RS - Pedro Simon
Emília Fernandes
José Fogaça**

**RO - Odacir Soares
José Bianco
Emandes Amorim**

**RR - João França
Marluce Pinto
Romero Jucá**

**SC - Esperidião Amin
Casildo Maldaner
Wilson Kleinübing**

**SP - Eduardo Suplicy
José Serra
Romeu Tuma**

**SE - José Alves
Antônio Carlos Valadares
José Eduardo Dutra**

**TO - João Rocha
Carlos Patrocínio
Leomar Quintanilha**

B - PARTIDOS POLÍTICOS

b.1 - Composição

Ao iniciar-se a 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 50ª Legislatura, a Representação Partidária no Senado apresentava a seguinte composição:

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO - PMDB (22 integrantes)	
ACRE Nabor Júnior Flaviano Melo	PARÁ Jáder Barbalho
ALAGOAS Renan Calheiros	PARAÍBA Humberto Lucena Ney Suassuna Ronaldo Cunha Lima
AMAPÁ José Sarney Gilvam Borges	PARANÁ Roberto Requião
ESPIRITO SANTO Gerson Camata	RIO GRANDE DO NORTE Fernando Bezerra
GOIÁS Onofre Quinan ¹ Iris Rezende ² Mauro Miranda	RIO GRANDE DO SUL José Fogaça Pedro Simon
MATO GROSSO Carlos Bezerra	RORAIMA Marluce Pinto ³ João França
MATO GROSSO DO SUL Ramez Tebet	SANTA CATARINA Casildo Maldaner

¹ Em 22.5.97, comunicou seu afastamento do exercício do mandato, a partir desta data, para assumir o cargo de Ministro de Estado da Justiça. Na mesma data, tomou posse o Senador Otoniel Machado, integrando a bancada do PMDB.

² Entrou de licença para tratar de interesses particulares, pelo prazo de 121 (cento e vinte e um) dias, a partir de 19.8.97. Em 19.8.97, o Senador Albino Boaventura tomou posse, integrando a bancada do PMDB.

³ Em 2.10.97, foi lida comunicação feita pelo Senador do seu desligamento do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB, a partir do dia 1º.10.97, e filiação ao Partido Progressista Brasileiro - PPB. (Of. nº 389/97, de 1º.10).

PARTIDO DA FRENTE LIBERAL - PFL (23 integrantes)

ALAGOAS Guilherme Palmeira	PIAUI Hugo Napoleão Freitas Neto
AMAZONAS Bernardo Cabral Gilberto Mirar. da	RIO GRANDE DO NORTE José Agripino
BAHIA Josaphat Marinho Antonio Carlos Magalhães Waldeck Ornelas	RONDÔNIA ⁴ Odacir Soares José Bianco
ESPIRITO SANTO Élcio Alvares	RORAIMA Romero Jucá
MARANHÃO ⁵ Francisco Escórcio Edison Lobão	SANTA CATARINA Vilson Kleinübing
MATO GROSSO Júlio Campos Jonas Pinheiro	SERGIPE José Alves
MINAS GERAIS Francelino Pereira	TOCANTINS Carlos Patrocínio João Rocha
PERNAMBUCO Joel de Hollanda	

PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA - PSDB (13 integrantes)

ALAGOAS Teotônio Vilela Filho	PARÁ Coutinho Jorge
AMAZONAS Jefferson Peres	PERNAMBUCO Carlos Wilson

⁴ Em 20.8.97, comunicou o seu desligamento do Partido da Frente Liberal - PFL, e sua filiação ao Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (Of. nº 300/97, de 20.8.97).

⁵ Retornou às atividades parlamentares o Senador Bello Parga, a partir de 28.2.97, em virtude do término de sua licença.

<u>CEARÁ</u> Beni Veras Sérgio Machado Lúcio Alcântara	<u>RIO DE JANEIRO</u> Artur da Távola
<u>DISTRITO FEDERAL</u> José Roberto Arruda	<u>RIO GRANDE DO NORTE</u> Geraldo Melo
<u>ESPIRITO SANTO</u> José Ignácio Ferreira	<u>SÃO PAULO</u> José Serra
<u>MATO GROSSO DO SUL</u> Lúdio Coelho	

BLOCO PARLAMENTAR DE OPOSIÇÃO (11 integrantes)
(Formação: 30.1.97)

<u>ACRE</u> Marina Silva (PT)	<u>PERNAMBUCO</u> Roberto Freire (PPS)
<u>AMAPÁ</u> Sebastião Rocha (PDT)	<u>RIO DE JANEIRO</u> Benedita da Silva (PT) ⁶ Darcy Ribeiro (PDT)
<u>DISTRITO FEDERAL</u> Lauro Campos (PT)	<u>SÃO PAULO</u> Eduardo Suplicy (PT)
<u>MINAS GERAIS</u> Júnia Marise (PDT)	<u>SERGIPE</u> José Eduardo Dutra (PT) Antônio Carlos Valadares (PSB)
<u>PARÁ</u> Ademir Andrade (PSB)	

PARTIDO PROGRESSISTA BRASILEIRO - PPB (06 integrantes)

<u>MARANHÃO</u> Epitácio Cafeteira	<u>RONDÔNIA</u> Ermandes Amorim
<u>MATO GROSSO DO SUL</u> Levy Dias	<u>SANTA CATARINA</u> Esperidião Amin
<u>PIAUÍ</u> Lucídio Portella	<u>TOCANTINS</u> Leomar Quintanilha

⁶ Em virtude do falecimento do Senador Darcy Ribeiro, ocorrido em 17.2.97, reassumiu, em 25.2.97, o mandato Senador Abdias Nascimento, integrando a bancada do Partido Democrático Trabalhista - PDT.

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO - PTB (4 integrantes)

DISTRITO FEDERAL

⁷Valmir Campelo

PARANÁ

José Eduardo

MINAS GERAIS

Regina Assumpção

RIO GRANDE DO SUL

⁸Emília Fernandes

PARTIDO SOCIAL LIBERAL - PSL (1 integrante)

SÃO PAULO

⁹Romeu Tuma

SEM PARTIDO (1 integrante)

PARANÁ

¹⁰Osmar Dias

⁷ Renunciou ao mandato de Senador da República em 12.11.97, para assumir o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União. Em 13.11.97, tomou posse o Senador Leonel Paiva, integrando a bancada do Partido da Frente Liberal - PFL.

⁸ Em 5.8.97, comunicou seu desligamento do Partido Trabalhista Brasileiro - PTB. Em 26.8.97, comunicou que, a partir de 22.8.96, passou a integrar o Partido Democrático Trabalhista - PDT.

⁹ Em 18.2.97, comunicou seu desligamento do PSL a partir de 14.2.97, e sua filiação ao Partido da Frente Liberal - PFL.

¹⁰ Em 18.2.97, comunicou que, desde 10.2.97, está integrando a bancada do Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB.

**Ao final da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 50ª Legislatura,
a Representação Partidária no Senado apresentava a seguinte composição:**

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO - PMDB (21 integrantes)	
<u>ACRE</u> Nabor Júnior Flaviano Melo	<u>PARÁ</u> Jáder Barbalho
<u>ALAGOAS</u> Renan Calheiros	<u>PARAÍBA</u> Humberto Lucena Ney Suassuna Ronaldo Cunha Lima
<u>AMAPÁ</u> José Samey Gilvam Borges	<u>PARANÁ</u> Roberto Requião
<u>ESPÍRITO SANTO</u> Gerson Camata	<u>RIO GRANDE DO NORTE</u> Fernando Bezerra
<u>GOIÁS</u> Onofre Quinan Otoniel Machado Albino Boaventura	<u>RIO GRANDE DO SUL</u> José Fogaça Pedro Simon
<u>MATO GROSSO</u> Carlos Bezerra	<u>RORAIMA</u> Marluce Pinto
<u>MATO GROSSO DO SUL</u> Ramez Tebet	<u>SANTA CATARINA</u> Casildo Maldaner

PARTIDO DA FRENTE LIBERAL - PFL (24 integrantes)	
<u>ALAGOAS</u> Guilherme Palmeira	<u>PIAUI</u> Hugo Napoleão Freitas Neto
<u>AMAZONAS</u> Bernardo Cabral Gilberto Miranda	<u>RIO GRANDE DO NORTE</u> José Agripino
<u>BAHIA</u> Josaphat Marinho Antonio Carlos Magalhães Waldeck Ornelas	<u>RONDÔNIA</u> José Bianco

<u>DISTRITO FEDERAL</u> Leonel Paiva	<u>RORAIMA</u> Romero Jucá
<u>ESPIRITO SANTO</u> Élcio Alvares	<u>SANTA CATARINA</u> Vilson Kleinübing
<u>MARANHÃO</u> Bello Parga Edison Lobão	<u>SÃO PAULO</u> Romeu Tuma
<u>MATO GROSSO</u> Júlio Campos Jonas Pinheiro	<u>SERGIPE</u> José Alves
<u>MINAS GERAIS</u> Francelino Pereira	<u>TOCANTINS</u> Carlos Patrocínio João Rocha
<u>PERNAMBUCO</u> Joel de Hollanda	

PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA - PSDB (14 Integrantes)

<u>ALAGOAS</u> Teotônio Vilela Filho	<u>PARÁ</u> Coutinho Jorge
<u>AMAZONAS</u> Jefferson Peres	<u>PARANÁ</u> Osmar Dias
<u>CEARÁ</u> Beni Veras Sérgio Machado Lúcio Alcântara	<u>PERNAMBUCO</u> Carlos Wilson
<u>DISTRITO FEDERAL</u> José Roberto Arruda	<u>RIO DE JANEIRO</u> Artur da Távola
<u>ESPIRITO SANTO</u> José Ignácio Ferreira	<u>RIO GRANDE DO NORTE</u> Geraldo Melo
<u>MATO GROSSO DO SUL</u> Lúdio Coelho	<u>SÃO PAULO</u> José Serra

BLOCO PARLAMENTAR DE OPOSIÇÃO (12 integrantes)
(Formação: 30.1.97)

<u>ACRE</u> Marina Silva (PT)	<u>PERNAMBUCO</u> Roberto Freire (PPS)
---	--

AMAPÁ Sebastião Rocha (PDT)	RIO DE JANEIRO Benedita da Silva (PT) Abdias Nascimento(PDT)
DISTRITO FEDERAL Lauro Campos (PT)	RIO GRANDE DO SUL Emília Fernandes (PDT)
MINAS GERAIS Júnia Marise (PDT)	SÃO PAULO Eduardo Suplicy (PT)
PARÁ Ademir Andrade (PSB)	SERGIPE José Eduardo Dutra (PT) Antônio Carlos Valadares (PSB)

PARTIDO PROGRESSISTA BRASILEIRO - PPB (07 integrantes)

MARANHÃO Epitácio Cafeteira	RORAIMA João França
MATO GROSSO DO SUL Levy Dias	SANTA CATARINA Esperidião Amin
PIAUI Lucídio Portella	TOCANTINS Leomar Quintanilha
RONDÔNIA Erandes Amorim	

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO - PTB (4 integrantes)

MINAS GERAIS Regina Assumpção	RONDÔNIA Odacir Soares
PARANÁ José Eduardo	

b.2 - Situação Jurídica
(Ofício nº 7.064/SJ-TSE, de 11.12.96)

b.2.1 - Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB

Registro definitivo: Processo nº 38, deferido em 30.11.81.
Resolução nº 11.042 - Publicada no Diário da Justiça do dia 8.7.81.

O Partido solicitou o registro do seu estatuto já adaptado à Lei nº 9.096/95, mediante petição protocolizada sob nº 6723/96, da qual originou o **Processo nº 128, Classe 18, DEFERIDO** na data de 23/5/96 - Resolução nº 19.563 - Publicada no Diário da Justiça do dia 11.6.96.

b.2.2 - Partido da Frente Liberal - PFL

Registro Definitivo: Processo nº 81, Deferido em 11.09.86
Resolução nº 13.067 - Publicada no Diário da Justiça do dia 15.10.86.

O Partido solicitou o registro do seu estatuto já adaptado à Lei nº 9.096/95, mediante petição protocolizada sob nº 391/96, da qual originou o **Processo nº 72, Classe 18, DEFERIDO** na data de 12.03.96 - Resolução nº 19.463 - Publicada no Diário da Justiça do dia 14.03.96.

b.2.3 - Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB

Registro Definitivo - Processo nº 142, Deferido em 11.09.89
Resolução nº 15.494 - Publicada no Diário da Justiça do dia 25.10.89.

O Partido solicitou o registro do seu estatuto já adaptado à Lei nº 9.096/95, mediante petição protocolizada sob nº 41666/96, da qual originou o **Processo nº 109, Classe 18, DEFERIDO** na data de 25.04.96 - Resolução nº 19.531 - Publicada no Diário da Justiça do dia 21.05.96.

b.2.4 - Partido Progressista Brasileiro - PPB

Registro definitivo - mediante **FUSÃO do PPR/PP** - Processo nº 277
Resolução nº 11.165 - Publicada no Diário da Justiça do dia 18.03.82.
Deferido em 16.11.95 - Resolução nº 14.074
Publicada no Diário da Justiça do dia 15.12.95.

O Partido solicitou o registro do seu estatuto já adaptado à Lei nº 9.096/95, mediante petição protocolizada sob o nº 3871/96, da qual originou o **Processo nº 104, Classe 18, DEFERIDO** na data de 30.04.96 - Resolução nº 19.536 - Publicada no Diário da Justiça do dia 21.05.96.

¹¹ Posteriormente, o Partido solicitou, mediante petição protocolizada sob o nº 11663/96, da qual originou o **Processo nº 204, Classe 18**, aditamento a seu estatuto, do que trata a Resolução nº 34/96 da Comissão Executiva Nacional, devidamente publicada no Diário Oficial da União do dia 23.08.96, estando o mesmo sob a análise da Procuradoria-Geral Eleitoral.

b.2.5 - Partido Socialista Brasileiro - PSB

Registro Definitivo - Processo nº 113 - Deferido em 01.07.88
Resolução nº 14.354 - Publicada no Diário da Justiça do dia 08.03.89

O Partido solicitou o registro do seu estatuto já adaptado à Lei nº 9.096/95, mediante petição protocolizada sob o nº 6694/96, da qual originou o **Processo nº 127, Classe 18, DEFERIDO** na data de 14.05.96 - Resolução nº 19.551 - Publicada no Diário da Justiça do dia 14.08.96.

b.2.6 - Partido Popular Socialista - PPS

Registro Definitivo - Processo nº 172 - Deferido em 06.03.90
Resolução nº 16.285 - Publicada no Diário da Justiça do dia 06.06.90.

Mediante o **Processo nº 12.481, o PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO - PCB** solicitou mudança de sigla, passando a chamar-se **Partido Popular Socialista - PPS**. Deferido em 19.03.92. - Resolução nº 17.930
Publicada no Diário da Justiça do dia 26.05.92.

O Partido solicitou o registro do seu estatuto já adaptado à Lei nº 9.096/95, mediante petição protocolizada sob nº 12443/95, da qual originou o **Processo nº 74 Classe 18, DEFERIDO** na data de 14.05.96 - Resolução nº 19.551 - Publicada no Diário da Justiça do dia 05.06.96.

b.2.7 - Partido Trabalhista Brasileiro - PTB

Registro Definitivo - Processo nº 36 - Deferido em 03.11.81
Resolução nº 11.120 - Publicada no Diário da Justiça do dia 31.03.82

¹²O Partido solicitou o registro do seu estatuto já adaptado à Lei nº 9.096/95, mediante petição protocolizada sob nº 4086/96, da qual originou o **Processo nº 106, Classe 18**, estando o mesmo sob a análise da Procuradoria Geral Eleitoral até a presente data.

¹¹ Conforme a Informação nº 97/97, do TSE, de 18.07.97, os processos referentes ao PPB e PTB continuam na Procuradoria-Geral Eleitoral, aguardando parecer.

¹² Conforme a Informação nº 97/97, do TSE, de 18.07.97, os processos referentes ao PPB e PTB continuam na Procuradoria-Geral Eleitoral, aguardando parecer.

b.2.8 - Partido dos Trabalhadores - PT

Registro Definitivo - Processo nº 43
Deferido em 11.02.82 - Resolução nº 11.165
Publicada no Diário da Justiça do dia 18.03.82.

O Partido solicitou o registro do seu estatuto já adaptado à Lei nº 9.096/95, mediante petição protocolizada sob nº 3398/96, da qual originou o **Processo nº 101, Classe 18, DEFERIDO** na data de 25.04.96 - Resolução nº 19.530 - Publicada no Diário da Justiça do dia 13.05.96.

b.2.9 - Partido Democrático Trabalhista - PDT

Registro Definitivo - Processo nº 41 - Deferido em 10.11.81
Resolução nº 11.123 - Publicada no Diário da Justiça do dia 05.02.82.

O Partido solicitou o registro do seu estatuto já adaptado à Lei nº 9.096/95, mediante petição protocolizada sob nº 7810/96, da qual originou o **Processo nº 152, Classe 18**, estando o mesmo sob a análise da Procuradoria Geral Eleitoral.

C - DOS LÍDERES

Nesta Sessão Legislativa, as lideranças funcionaram com a seguinte composição:

PARTIDO DA FRENTE LIBERAL - PFL

Líder: Hugo Napoleão

Vice-Líderes: Edison Lobão
Francelino Pereira
¹Joel de Hollanda
Romero Jucá
²Romeu Tuma
³Júlio Campos

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO - PMDB

Líder: Jáder Barbalho

Vice-Líderes: Nabor Júnior
Gerson Camata
Carlos Bezerra
Ney Suassuna
Gilvam Borges
Fernando Bezerra

PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA - PSDB

Líder: Sérgio Machado

⁴Vice-Líderes: Osmar Dias
Jefferson Péres
José Ignácio Ferreira
Coutinho Jorge

BLOCO PARLAMENTAR DE OPOSIÇÃO (PT+PDT+PSB+PPS)

Líder: ⁵José Eduardo Dutra (PT)

⁶Vice-Líderes: Sebastião Rocha (PDT)
Antônio Carlos Valadares (PSB)
Roberto Freire (PPS)

PARTIDO PROGRESSISTA BRASILEIRO - PPB

Líder: Epitácio Cafeteira

Vice-Líderes: Leomar Quintanilha
Esperidião Amin

¹ Substituído, em 24.2.97, pelo Senador Gilberto Miranda.

² Indicado em 5.3.97.

³ Indicado em 25.7.97.

⁴ Indicados em 20.3.97.

⁵ Em 26.2.97, foi lido o Ofício nº 19/97, da bancada do Bloco Parlamentar de Oposição, comunicando a indicação do Sen. José Eduardo Dutra para exercer a liderança do Bloco.

⁶ Indicados em 5.3.97.

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO - PTB

Líder: ⁷Valmir Campelo

Vice-Líder: ⁸Regina Assumpção

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder: Élcio Alvares (PFL-ES)

Vice-Líderes: Vilson Kleinübing (PFL-SC))

José Roberto Arruda (PSDB-DF)

Ramez Tebet (PMDB-MS)

E - RENÚNCIA

⁷ Em 12.11.97, comunicou seu afastamento da Liderança do PTB, tendo em vista sua indicação para exercer o cargo de Ministro do TCU. Na mesma data, foi indicado o Senador Odacir Soares para exercer a referida função.

⁸ Indicada em 4.3.97. Em 20.8.97, foi substituída pelo Senador Odacir Soares (Of. 243/97, da Liderança do PTB). Em 4.12.97, foi indicada novamente para exercer a função de Vice-Líder do Partido, tendo em vista que o Senador Odacir Soares assumiu a Liderança no lugar do Senador Valmir Campelo em 12.11.97.

D - AFASTAMENTO DO EXERCÍCIO DO MANDATO NOS TERMOS DO ART. 56, I, DA CONSTITUIÇÃO

Ao iniciar-se a presente Sessão Legislativa, permanecia afastado do exercício do mandato, desde 8.5.96, o Senador Arlindo Porto, Ministro de Estado da Agricultura e do Abastecimento.

Em 22.5.97, afastou-se do exercício do mandato, para assumir o cargo de Ministro de Estado da Justiça, o Senador Iris Rezende, da representação do Estado de Goiás.

E - RENÚNCIA

O Senador Valmir Campelo, da representação do Distrito Federal, comunicou sua renúncia ao mandato de Senador da República, na Sessão Deliberativa Ordinária do dia 12 de novembro de 1997, para assumir o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União.

F - O SENADO FEDERAL EM FUNCIONAMENTO

Em obediência ao que preceitua o § 1º do art. 57 da Constituição Federal, o Senado deu início aos seus trabalhos do 1º período da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 50ª Legislatura no dia 17 de fevereiro (segunda-feira).

f.1 - Presidência

Agenda cumprida pelo Presidente do Senado, Senador Antonio Carlos Magalhães

Dia	hora	Compromissos
25.2.97	10:00 h 11:00 h 11 h 30 min. 12:00 h 14 h 30 min. 15 h 30 min. 17 h 30 min.	- Visita do Presidente da República da Finlândia, Martti Ahtisaari - Ministro da Aeronáutica, Lélvio Viana Lobo - Ministro Extraordinário da Política Fundiária, Raul Jungman - Conselho Nacional dos Secretários de Educação - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal - Ordem do Dia - Ministro do Planejamento, Antônio Kandir
26.2.97	10 h 30 min. 15 h 30 min.	- Deputado Michel Temer, Presidente da Câmara dos Deputados - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal
27.2.97	11:00 h 11 h 30 min. 15 h 30 min. 17 h 30 min.	- Ministro do STF Francisco Rezek - Ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia - Sessão Deliberativa do Senado Federal - Entrevista à Revista Newsweek
3.3.97	11:00 h 11 h 30 min. 14 h 30 min. 17 h 30 min.	- Ministro da Fazenda, Pedro Malan - Presidente da Radiobrás, Maurílio Ferreira Lima - Sessão Não Deliberativa do Senado Federal - Integrantes do "National Council of World Affairs Organizations - NCWAO"
4.3.97	10 h 30 min. 11 h 30 min. 12:00 h 13:00 h 15 h 30 min. 17 h 30 min.	- Reunião com os Líderes do Governo no Congresso, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal - Patriarca maronita do Líbano, Cardeal Pierre Sfeir - Ministro da Saúde, Carlos César Albuquerque - Almoço com o Ministro Pedro Malan. Local: Ministério da Fazenda - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal - Diretores da General Motors
5.3.97	11:00 h 12:00 h 13:00 h 15 h 30 min.	- Sessão Solene em Homenagem ao Dia Internacional da Mulher - Ministro Marco Aurélio Mello, Presidente do TSE - Almoço com os Jornalistas Ancelmo Goes e Marcos Sá Correa - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal

Dia	hora	Compromissos
6.3.97	12:00 h 14 h 30 min. 15:00 h 16:00 h	- Doutor Geraldo Brindeiro, Procurador-Geral da República - General Zenildo Zoroastro de Lucena, Ministro do Exército - Reunião com Líderes Partidários e do Governo na Câmara dos Deputados, no Senado Federal e no Congresso Nacional - Reunião da Mesa do Senado
7.3.97	10:00 h 11:00 h	- Visita ao PRODASEN - Visita à Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal
10.3.97	14 h 30 min. 16:00 h 16 h 30 min. 17:00 h	- Sessão Não Deliberativa do Senado Federal - Embaixador do Brasil na França, Carlos Alberto Leite Barbosa - Ministro Homero Santos, Presidente do TCU - Comitiva de Mulheres Parlamentares dos EUA
11.3.97	11:00 h 11 h 30 min. 15 h 30 min. 16 h 45 min.	- Governador de Sergipe, Albano Franco - Presidente do Grupo Matra-Hachette, Jean-Luc Largardère - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal - Ministro das Relações Exteriores de Cuba, Roberto Robaina González
12.3.97	10 h 40 min. 13:00 h 15 h 30 min.	- Sessão Solene do Congresso Nacional em homenagem ao Presidente da República Francesa, Jacques Chirac - Almoço em homenagem ao Presidente da República Francesa, Jacques Chirac, Local: Palácio do Itamaraty - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal.
13.3.97	10:00 h 12:00 h 15 h 30 min. 18 h 30 min.	- Sessão Conjunta do Congresso Nacional - Dom Mauro Morelli, Bispo Diocesano de Duque de Caxias - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal - Visita à Secretaria-Geral da Mesa
17.3.97	14 h 30 min. 16:00 h 17:00 h	- Sessão Não Deliberativa do Senado Federal - Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dr. Clóvis Carvalho - Ministro da Previdência, Reinhold Stephanes
18.3.97	10:00 h 15 h 30 min. 17:00 h	- Encontro com o Senhor Presidente da República - Palácio do Planalto - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal - Reunião com os Presidentes das Comissões Permanentes
19.3.97	10 h 30 min. 11:00 h 11 h 40 min. 14 h 30 min. 15:00 h 17:00 h	- Presidente da CONTAG, Francisco Urbano - Doutor João Paulo dos Reis Velloso - Reunião com os Líderes Partidários e do Governo no Congresso, no Senado e na Câmara - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal - Governador do Wisconsin, Tommy Thompson - Senhor Pierre Valentin

Dia	hora	Compromissos
20.3.97	10:00 h 11 h 45 min. 12 h 15 min. 14 h 30 min. 15:00 h	<ul style="list-style-type: none"> - Reunião da Comissão Diretora - Senadora Emília Fernandes, acompanhada da Senhora Lâmia Marouf Hassan - Presidente da FIESP, Carlos Eduardo Moreira Ferreira - Sessão Não Deliberativa do Senado Federal - Presidente do Banco Excel Econômico, Ezequiel Nasser, e dirigentes da Cigna Corporation
24.3.97	14 h 30 min. 15 h 30 min.	<ul style="list-style-type: none"> - Sessão Não Deliberativa do Senado Federal - Senhor Pedro Jack Kapeller, Presidente da TV Manchete, acompanhado de dirigentes da empresa
25.3.97	11:00 h 11 h 30 min. 12:00 h 12 h 30 min. 14 h 30 min.	<ul style="list-style-type: none"> - Sr. Jorge Gerdau Johannpeter e dirigentes da Ação Empresarial - Parlamentares da Comissão de Comércio da Câmara dos Deputados dos Estados Unidos da América - Senadora Benedita da Silva, acompanhada dos dirigentes do grupo Olodum - Sr. Emílio Odebrecht - Sessão Não Deliberativa do Senado Federal
31.3.97	16:00 h 16 h 15 min. 16 h 30 min. 17:00 h 17 h 30 min.	<ul style="list-style-type: none"> - Sr. Gabor Toth, Embaixador da Hungria - Governador do DF, Sr. Cristóvão Buarque - General Roberto França Domingues - Sr. Ednaldo dos Santos Barros, Prefeito de Sento-Sé/BA - Sr. Fernando Gomes, Prefeito de Itabuna/BA
1.4.97	11:00 h 12 h 30 min. 15 h 30 min.	<ul style="list-style-type: none"> - Sr. César Maia - Almoço com o Exmo. Sr. Marco Maciel, Vice-Presidente da República - Palácio do Jaburu - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal
2.4.97	11 h 30 min. 15 h 30 min.	<ul style="list-style-type: none"> - Senador José Roberto Arruda - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal
3.4.97	10 h 30 min. 11 h 30 min. 12 h 15 min. 15:00 h 15 h 30 min.	<ul style="list-style-type: none"> - Vice-Presidente e Parlamentares do Parlamento da Rússia - Presidente da Hungria, Árpád Göncz - Representantes do Conselho Empresarial Brasil-Estados Unidos - Ministro Extraordinário dos Esportes, Edson Arantes do Nascimento - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal
8.4.97	15 h 30 min.	<ul style="list-style-type: none"> - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal
9.4.97	10:00 h 11:00 h 15:30 h	<ul style="list-style-type: none"> - Seminário de Reforma Agrária, Desenvolvimento e Cidadania - Palácio do Itamaraty - Sessão Solene do Congresso Nacional em homenagem à memória do ex-Ministro Mário Henrique Simonsen - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal

Dia	hora	Compromissos
10.4.97	11 h 30 min. 12:00 h 15 h 30 min.	- Sr. José Augusto Marques, Presidente da ABDIB - Associação Brasileira para o Desenvolvimento das Indústrias de Base - Sr. Hon Doug Kidd, Presidente do Parlamento da Nova Zelândia - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal
14.4.97	16:00 h 16 h 30 min. 17:00 h	- Sr. Alfredo Rizkallah, Presidente da BOVESPA - Ministro Ermes Pedrassani, Presidente do TST - Ministro Wagner Pimenta, Vice-Presidente do TST - Ministro Almir Pazzianotto, Corregedor-Geral do TST - Prefeita de Conceição do Jacuípe, Tânia Yoshida
15.4.97	10 h 40 min. 11:00 h 15 h 30 min. 17:00 h	- Senador José Eduardo Dutra - Sessão Especial destinada a homenagear o centenário da Academia Brasileira de Letras - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal - Solenidade de posse do Ministro Nelson Jobim no Supremo Tribunal Federal
16.4.97	12:00 h 15 h 30 min.	- Reunião de Líderes Partidários e do Governo na Câmara dos Deputados, no Senado Federal e no Congresso Nacional - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal
17.4.97	12 h 20 min. 14 h 30 min.	- Sr. Amir Gemayel, ex-Presidente do Líbano - Sessão Não Deliberativa do Senado Federal
23.4.97	09:00 h 15 h 30 min.	- Seminário Internacional sobre a Previdência - Auditório Petrônio Portella - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal
24.4.97	11 h 30 min. 12:00 h 15 h 30 min. 17 h 30 min.	- Diretor-Superintendente da Fiat do Brasil, Cleodorvino Belini - Governador do Estado do Amapá, João Alberto Capiberibe - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal - Professor Marcelo Rebello de Sousa, Presidente do Partido Social Democrata de Portugal
28.4.97	15 h 30 min. 16 h 30 min. 17:00 h	- Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal - Embaixador da Venezuela, Alfredo Toro Hardy - Reitor da Universidade de Guarulhos, Dr. Antonio Veronese
29.4.97	15 h 30 min.	- Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal
30.4.97	15 h 30 min.	- Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal
7.5.97	11 h 30 min. 15 h 30 min.	- Vice-Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro José Celso de Mello - Sessão Deliberativa do Senado Federal.
8.5.97	11:00 h 11 h 30 min. 15 h 30 min.	- Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Sergipe, Deputado Nicodemus Correia Falcão - Missão Parlamentar da Ucrânia - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal

Dia	hora	Compromissos
12.5.97	16 h 30 min.	- Embaixador da República Tcheca, Senhor Antonín Blazek
13.5.97	11:00 h 15 h 30 min.	- Sessão Solene do Congresso Nacional em homenagem ao sesquicentenário do nascimento de Antonio Frederico Castro Alves - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal
14.5.97	11:00 h 12 h 30 min. 15 h 30 min.	- Senadora Benedita da Silva acompanhada de Vereadores e Prefeitos do Estado do Rio de Janeiro - Almoço oferecido pela ABDIB - Salão Prata do Hotel Bonaparte - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal
15.5.97	10:00 h 11:00 h 11 h 30 min. 12:00 h 15 h 30 min.	- Sessão de Abertura do Fórum Nacional de Secretários de Agricultura - Almirante de Esquadra Carlos Edmundo de Lacerda, Secretário-Geral da Marinha - Presidente da PREVI, Senhor Jair Antônio Bilac - Presidente da BM&F, Senhor Manoel Cintra, acompanhado do Senhor Eduardo Rocha Azevedo, Conselheiro da BOVESPA, e do Deputado Ronaldo Caiado - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal
20.5.97	11:00 h 15 h 30 min. 18:00 h	- Embaixador do Japão, Senhor Chihiro Tsukada - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal - Ministro da Cultura, Sr. Francisco Correia Weffort
21.5.97	11 h 30 min. 15 h 30 min.	- Senadores Joel de Hollanda, Teotônio Vilela Filho e Carlos Wilson - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal
22.5.97	10 h 30 min. 11:00 h 15 h 30 min. 16:00 h	- Posse do Senador Iris Rezende no cargo de Ministro da Justiça e do Deputado Eliseu Padilha no cargo de Ministro dos Transportes - Salão Nobre do Palácio do Planalto - Solenidade comemorativa do Dia da Indústria - Auditório da CNI - SBN Quadra 1, Bloco C - Ed. Roberto Simonsen - Sessão Não Deliberativa do Senado Federal - Posse dos Ministros José Celso de Mello Filho e Carlos Mário da Silva Velloso, na Presidência e Vice-Presidência do Supremo Tribunal Federal, respectivamente - Plenário do STF
3.6.97	10:00 h 15 h 30 min. 19:00 h	- Sessão Solene em homenagem ao Imperador do Japão - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal - Recepção na Embaixada do Japão
4.6.97	15 h 30 min.	- Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal
5.6.97	10 h 30 min. 11h 30 min. 12:00 h 15 h 30 min. 17 h 30 min.	- Reunião da Comissão Diretora - Procurador-Geral da República, Dr. Geraldo Brindeiro - Senadora Júnia Marise acompanhada da Sra. Marlene Haas, Secretária-Geral da Internacional Socialista de Mulheres - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal - Ministro Extraordinário de Política Fundiária, Dr. Raul Jungman
10.6.97	10 h 30 min.	- Presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro, Humberto

Dia	hora	Compromissos
	11 h 30 min. 15 h 30 min.	Eustáquio César Mota - Reunião da Comissão Nacional para as Comemorações do V Centenário do Descobrimento do Brasil - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal
11.6.97	09 h 50 min. 12:00 h 15 h 30 min. 17 h 30 min.	- Cerimônia de Entrega de Condecorações da Ordem do Mérito Naval - Sr. João Pedro Gouveia Vieira, Presidente do Sindicato dos Distribuidores de Combustível e Lubrificantes - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal - Lançamento do livro "Nordeste - Estratégia para o Sucesso", de autoria do ex-Governador de Sergipe, Dr. João Alves Filho.
12.6.97	10:00 h 11:00 h 11 h 30 min. 15 h 30 min. 17:00 h	- Despacho Interno - Prefeito do Rio de Janeiro, Luiz Paulo Fernandez Conde - Presidente em exercício do TCU, Ministro Paulo Afonso Martins de Oliveira, acompanhado do Ministro Fernando Gonçalves - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal - Integrantes da Junta Diretora do Inter-American Dialogue
16.6.97	16:00 h 16 h 30 min. 17:00 h 17 h 30 min.	- Presidente provisório do Senado da República Argentina, Senador Eduardo Menem - Secretário-Executivo da Fundação Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, José Antônio Carletti - Ministro do Supremo Tribunal Federal, Ilmar Galvão - Despacho Interno
17.6.97	10:00 h 11:00 h 11 h 30 min. 15 h 30 min.	- Despacho Interno - Senador Carlos Patrocínio, acompanhado de membros da Federação Nacional dos Médicos, Conselho Federal de Medicina e Associação Médica Brasileira - Deputada Rita Camata, acompanhada de membros da Comissão Especial da Mulher - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal
18.6.97	10:00 h 15 h 30 min.	- Despacho Interno - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal
19.6.97	10 h 30 min. 11 h 30 min. 15 h 30 min. 19:00 h	- Sr. José Antônio do Nascimento Brito, Presidente do Jornal do Brasil - Despacho Interno - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal - Posse do Ministro Ilmar Galvão na Presidência do TSE
23.6.97	11:00 h 15 h 30 min.	- Fórum das Reformas - FIESP - Sessão não Deliberativa do Senado Federal
24.6.97	10:00 h 15 h 15 min. 15 h 30 min. 16:00 h	- Estagiários da Escola Superior de Guerra - Senhor Roberto Bornhausen, acompanhado do Senhor Pedro Moreira Salles - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal - 34ª Reunião Ordinária do PFL.
25.6.97	10:00 h	- Despacho Interno

Dia	hora	Compromissos
	11:00 h 11 h 30 min. 15 h 30 min. 19:00 h	<ul style="list-style-type: none"> - Sr. Lubomir Soudek, Presidente da SKODA, acompanhado do Embaixador A. Blazek, da República Tcheca - Governador do Estado do Tocantins, Sr. José Wilson Siqueira Campos - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal - Sessão do Congresso Nacional.
30.6.97	14 h 30 min. 17:00 h	<ul style="list-style-type: none"> - Sessão não deliberativa do Senado Federal - Sr. Joaquim da Fonseca, Presidente da Confederação das Associações Comerciais do Brasil, acompanhado do Sr. Aff Domingos e representantes das federações estaduais.
5.8.97	14:00 h 15 h 30 min.	<ul style="list-style-type: none"> - Solenidade de abertura da 1ª Teleconferência sobre "Estratégias de Obtenção de Recursos Federais sem Intermediação" - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal
6.8.97	10:00 h 14 h 30 min. 15 h 30 min. 17 h 30 min.	<ul style="list-style-type: none"> - Despacho interno - Homenagem à memória do Ex-Presidente Ernesto Geisel - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal - Abertura da Exposição Comemorativa da Aquisição da Biblioteca Particular do Senador Luiz Viana Filho
7.8.97	10:00 h 11:00 h 11 h 30 min. 15:30 h	<ul style="list-style-type: none"> - Despacho interno - Juiz Raymundo Carlos Figueirôa, Coordenador do Colégio de Presidentes e Corregedores dos Tribunais Regionais do Trabalho - Senhor Luiz Carlos Bresser Pereira, Ministro da Administração Federal e Reforma do Estado - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal.
11.8.97	14 h 30 min.	<ul style="list-style-type: none"> - Sessão Não Deliberativa do Senado Federal.
12.8.97	10:00 h 11:00 h 15 h 30 min.	<ul style="list-style-type: none"> - Entrevista à Rede Católica de Rádio - Despacho Interno - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal.
13.8.97	10:00 h 15:00 h	<ul style="list-style-type: none"> - Concede entrevista ao jornalista Roberto D'Ávila - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal
14.8.97	09:00 h 12 h 45 min. 15 h 30 min.	<ul style="list-style-type: none"> - Fórum de Debates da ADESG - "O Estado Democrático Moderno" - Fórum Nacional da Construção Pesada - Reunião-almoço - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal
18.8.97	15 h 30 min.	<ul style="list-style-type: none"> - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal
19.8.97	16 h 30 min. 17 h 30 min. 18:00 h	<ul style="list-style-type: none"> - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal - Senhor Paulo Gaudenzi, Secretário de Cultura e Turismo do Estado da Bahia - Deputado Manoel Monteiro, Líder do Partido Popular de Portugal

Dia	hora	Compromissos
20.8.97	10:00 h 11:00 h 12:00 h 15 h 30 min.	- Entrevista à Rede Bandeirantes de Rádio - Senhor Roberto Civita, Presidente do Grupo Abril - Embaixador Gazi Chidiac, da República Libanesa - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal.
21.8.97	10 h 30 min. 12:00 h 15 h 30 min.	- Reunião da Mesa Diretora - Senhor Sérgio Cutolo, Presidente da Caixa Econômica Federal - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal.
26.8.97	10:00 h 11:00 h 15 h 30 min. 17 h 30 min.	- Despacho Interno - Desembargador Paulo Medina, Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal - Lançamento do livro "Do Fortran... à Internet, no Rastro da Trilogia: Educação, Pesquisa e Desenvolvimento", de Tércio Pacitti
27.8.97	10:00 h 10 h 30 min. 11:00 h 15 h 30 min.	- Despacho Interno - Presidente da Fundação Luso-Brasileira para o Desenvolvimento do Mundo de Língua Portuguesa, senhor Pedro Rebelo de Sousa, acompanhado do Secretário-Geral, senhor Amândio Silva, e do Curador, senhor Hernano Alves - Sessão Conjunta do Congresso Nacional - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal
28.8.97	10:00 h 11:00 h 11 h 15 min. 11 h 30 min. 15 h 30 min. 17 h 30 min.	- Despacho Interno - Senhor Seymour Mullings, Vice-Primeiro Ministro e Chanceler da Jamaica - Senhor Ney Natal, Diretor-Geral do TSE - Senhor Vicente Chelotti, Diretor do Departamento de Polícia Federal - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal - Senhor Giovanni Toniatti, Secretário de Minas e Metalurgia do Ministério de Minas e Energia
2.9.97	10:00 h 12:00 h 15 h 30 min. 20 h 30 min.	- Reunião de Líderes e Presidentes de Comissões - Recebe os cumprimentos dos Diretores do Senado Federal - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal - Jantar em homenagem ao Presidente do Líbano
3.9.97	11:00 h 15 h 30 min.	- Sessão Solene do Congresso Nacional destinada a homenagear o Presidente da República Libanesa, Elias Hraoui - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal
8.9.97	11:00 h 14 h 30 min.	- Sessão Solene do Congresso Nacional destinada a homenagear o Presidente da República Portuguesa, Jorge Sampaio - Sessão Não Deliberativa do Senado Federal

Dia	hora	Compromissos
9.9.97	10:00 h 11:00 h 11 h 30 min. 15:00 h 15 h 30 min. 17 h 30 min.	<ul style="list-style-type: none"> - Despacho interno - Governador José Wilson Siqueira Campos, do Estado do Tocantins - Senador Lúdio Coelho, acompanhado do Senhor Renato Nascimento Oliveira, Coordenador Regional do Movimento Nacional dos Produtores Rurais - Senhora Paula Lavigne - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal - Senhor Pedro Pedrossian.
10.9.97	10:00 h 15 h 30 min. 18:00 h	<ul style="list-style-type: none"> - Sessão Conjunta do Congresso nacional - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal - Lançamento do livro "Testemunho Político", de autoria do jornalista Murilo Melo Filho.
11.9.97	10:00 h 11:00 h 12:00 h 15 h 30 min. 17 h 30 min.	<ul style="list-style-type: none"> - Despacho interno - Doutor José Otávio Costa - Entrevista à Rádio CBN - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal - Senhor Alin Touraine
16.9.97	15 h 30 min.	<ul style="list-style-type: none"> - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal
17.9.97	10:00 h	<ul style="list-style-type: none"> - Sessão Deliberativa Extraordinária do Senado Federal
18.9.97	10:00 h 15 h 30 min.	<ul style="list-style-type: none"> - Audiência pública da CCJ, com a presença dos procuradores responsáveis pela "Operação Mãos Limpas" na Itália - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal
23.9.97	12:00 h 15 h 30 min.	<ul style="list-style-type: none"> - Senhor Paulo Paiva, Ministro de Estado do Trabalho - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal
24.9.97	10:00 h 19 h 30 min.	<ul style="list-style-type: none"> - Sessão Deliberativa Extraordinária do Senado Federal - Cerimônia de posse do Presidente e da Diretoria da Confederação das Associações Comerciais do Brasil.
25.9.97	11:00 h 15 h 30 min.	<ul style="list-style-type: none"> - Despacho Interno - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal.
29.9.97	14 h 30 min.	<ul style="list-style-type: none"> - Sessão Não Deliberativa do Senado Federal.
30.9.97	10:00 h 11 h 30 min. 15 h 30 min.	<ul style="list-style-type: none"> - Despacho interno - Senhor Nelson Gomes da Silva, Presidente do TRF - 1ª Região, acompanhado de juizes federais - Sessão Deliberativa do Senado Federal.
1.10.97	10 h 30 min. 15 h 30 min.	<ul style="list-style-type: none"> - Despacho interno - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal.
2.10.97	10 h 30 min. 13 h 30 min.	<ul style="list-style-type: none"> - Deputado Michel Temer - Partida para o Rio de Janeiro.

Dia	hora	Compromissos
6.10.97	15 h 30 min.	- Sessão Não Deliberativa do Senado Federal.
7.10.97	10 h 15 min. 15 h 30 min. 17h 30 min.	- Cerimônia de Imposição de Condecoração da Ordem do Mérito Forças Armadas - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal - Inauguração da exposição "Cem Anos da Guerra de Canudos 1897-1997".
8.10.97	10:00 h 15 h 30 min.	- Despacho Interno - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal.
9.10.97	11 h 30 min. 15 h 30 min.	- Senhor Ramizy Ezzeltin Ramizy, Embaixador da República Árabe do Egito - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal.
14.10.97	12:00 h 14 h 30 min.	- Assinatura de protocolos de intenções entre Brasil e EUA na área de saúde - Recebe o Presidente dos Estados Unidos da América, Senhor William J. Clinton.
15.10.97	10 h 30 min. 12 h 30 min. 15 h 30 min.	- Reunião com os Líderes Partidários do Senado Federal - Deputado Luiz Estevão - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal.
16.10.97	11 h 30 min. 15 h 30 min.	- Senhor Guilherme Fontes - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal.
21.10.97	10:00 h 11:00 h 11 h 30 min. 15 h 30 min.	- Despacho interno - Senhor Pedro Ribeiro de Menezes, Embaixador de Portugal - Almirante de Esquadra Carlos Edmundo de Lacerda Freire, Secretário-Geral da Marinha - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal
22.10.97	10 h 45 min. 15 h 30 min.	- Senhor César Maia - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal
23.10.97	9 h 45 min. 12:00 h 15 h 30 min.	- Solenidade de entrega de Comendas da Ordem do Mérito Aeronáutico - Senhor Jorge Hugo Herrera Vegas, Embaixador da Argentina - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal
4.11.97	11h 30 min. 12 h 30 min. 18:00 h	- Embaixador da Suécia, Senhor Christer Manhusen - Ministro de Estado da Educação, Senhor Paulo Renato Souza - Lançamento do livro "Irineu Bornhausen - Trajetória de um Homem Público Exemplar", de autoria do Senhor Victor Márcio Conder
5.11.97	10:00 h 14 h 45 min. 15 h 30 min.	- Despacho Interno - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal

Dia	hora	Compromissos
6.11.97	11:00 h 11 h 45 min. 12 h 30 min. 15 h 30 min. 19 h 30 min.	<ul style="list-style-type: none"> - Embaixador da Suécia, Senhor Chister Manhusen - Governadores Antônio Britto (RS), Maguito Vilela (GO), Cristovam Buarque (DF), Garibaldi Alves Filho (RN) - Almoço com o Ministro da Marinha, Almirante Mauro César Rodrigues Pereira - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal - Recepção na Embaixada do Chile.
10.11.97	14 h 30 min. 20 h 30 min.	<ul style="list-style-type: none"> - Sessão Não Deliberativa do Senado Federal - Jantar em homenagem ao Excelentíssimo Senhor Carlos Saúl Menem, Presidente da República Argentina.
11.11.97	10:00 h 12 h 30 min. 15 h 30 min. 19:00 h	<ul style="list-style-type: none"> - Sessão solene do Congresso Nacional em homenagem ao Presidente da República Argentina, Senhor Carlos Saúl Menem - Almoço na Embaixada da Argentina em homenagem ao Presidente Fernando Henrique Cardoso - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal - Sessão Conjunta do Congresso Nacional.
12.11.97	10:00 h 11:00 h 15 h 30 min. 17 h 30 min.	<ul style="list-style-type: none"> - Despacho Interno - Senhor Carlos Stüpp, Presidente da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas, acompanhado de Presidentes das Federações Estaduais - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal - Cerimônia de inauguração da exposição permanente "O Senado Brasileiro do Império à República".
13.11.97	10:00 h 15 h 30 min. 17 h 30 min.	<ul style="list-style-type: none"> - Solenidade de posse do Senador Valmir Campelo no Tribunal de Contas da União - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal - Senhor Fernando Catão, Secretário Especial de Políticas Regionais.
14.11.97	9:00 h	<ul style="list-style-type: none"> - Sessão Não Deliberativa do Senado Federal
17.11.97	15 h 30 min. 17:00 h 17 h 30 min. 18:00 h	<ul style="list-style-type: none"> - Sessão não Deliberativa do Senado Federal - Embaixador Luiz Henrique Pereira da Fonseca, Embaixador do Brasil junto à República de El Salvador - Desembargador Carlos Augusto Machado, Presidente do TJ/DF, e Desembargador Edmundo Minervino Dias, Presidente do TRE/DF - Embaixador Affonso Arinos de Mello Franco.
18.11.97	10:00 h 11:00 h 11 h 30 min. 15 h 30 min.	<ul style="list-style-type: none"> - Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Michel Temer - Reunião com líderes partidários do Senado Federal - Senhor Ricardo Cappelli, Presidente da UNE - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal
19.11.97	10:00 h 15 h 15min. 15 h 30 min.	<ul style="list-style-type: none"> - Despacho Interno - Senhor Ralf Dahrendorf - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal.

Dia	hora	Compromissos
20.11.97	10:00 h 15 h 30 min.	- Despacho Interno - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal
21.11.97	10:00 h	- Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal
23.11.97	10:00 h	- Sessão Deliberativa Extraordinária do Senado Federal
24.11.97	10:00 h 15 h 30 min.	- Despacho Interno - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal
25.11.97	11:00 h 15 h 30 min.	- Despacho Interno - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal
26.11.97	10:00 h 12:00 h 15 h 30 min.	- Despacho Interno - Senhor Raul Jungmann, Ministro Extraordinária de Política Fundiária - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal
27.11.97	10 h 30 min. 11 h 30 min. 15 h 30 min. 18:00 h	- Entrevista à Revista Manchete - Senhor Murilo Macedo - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal - Celebração do "Culto de Ação de Graças", em comemoração ao Dia Nacional de Ação de Graças.
01.12.97	15 h 30 min. 17:00 h 19:00 h	- Sessão Não Deliberativa do Senado Federal - Vereador José Izar, Líder do PFL na Câmara Municipal de São Paulo - Sessão Conjunta do Congresso Nacional
02.12.97	10:00 h 15 h 30 min. 18:00 h	- Despacho Interno - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal - Sessão Conjunta do Congresso Nacional
04.12.97	10 h 30 min. 15 h 30 min.	- Sessão Deliberativa Extraordinária do Senado Federal - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal
09.12.97	10 h 30 min. 11 h 30 min 15 h 30 min. 18 h 30 min.	- Senhor Walter Moreira Salles Filho e Senhor Nelson Pereira dos Santos - Deputado Geraldo Magela, Presidente da União Nacional dos Legislativos Estaduais, acompanhado dos Presidentes dos Legislativos Estaduais - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal - Festividades de abertura do Natal do Senado
10.12.97	10:00 h 15 h 30 min. 18 h 30 min.	- Sessão Deliberativa Extraordinária do Senado Federal - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal - Lançamento do livro "Pedro Aleixo, jornalista".
11.12.97	10:00 h 18 h 30 min.	- Sessão conjunta do Congresso Nacional - Sessão Deliberativa-Extraordinária do Senado Federal
12.12.97	10:00 h	- Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal

Dia	hora	Compromissos
15.12.97	15 h 30 min.	- Sessão Não Deliberativa do Senado Federal

f.2 - Sessões
f.2.1 - Realizadas

O Senado Federal fez realizar 191 (cento e noventa e uma) sessões plenárias, sendo:

Deliberativas ordinárias.....	109
Deliberativas extraordinárias.....	6
Não-deliberativas	73
Especiais.....	3

f.2.2 - Não realizadas

Deixaram de ser realizadas 10 (dez) sessões plenárias, sendo:

- 04 - em virtude de feriados;
- 01 - em virtude de coincidência do seu horário com o de sessão conjunta do Congresso Nacional (art. 154, § 6º, III, do RISF - redação dada pela Resolução nº 37/95); e
- 05 - por motivo de força maior (art. 154, § 6º, IV, do RISF - redação dada pela Resolução nº 37/95).

f.2.3 - As sessões especiais foram destinadas a:

19.2 - 16:00 - destinada a reverenciar a memória do Senador Darcy Ribeiro, falecido no dia 17.2.97;

15.4 - 11:00 - destinada a homenagear o centenário da Academia Brasileira de Letras, nos termos dos Requerimentos nºs 112 e 128/97, dos Senadores Joel de Hollanda e outros Senadores; e

26.6 - 11:00 - destinada a registrar a passagem dos 300 anos de morte do orador e escritor Padre Antônio Vieira, a completar-se no dia 18.7.97, nos termos do Requerimento nº 392/97, do Senador Lúcio Alcântara e outros Senadores.

f.2.4 - Nos termos regimentais, em virtude de requerimentos aprovados pelo Plenário, o tempo dos oradores da Hora do Expediente das sessões dos dias:

20.3 - foi destinado a comemorar o Dia Internacional pela Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial (RQS nº 183/97, do Senador Abdias Nascimento e outros Senadores);

23.4 - foi destinado a homenagear o centenário de nascimento de Alfredo da Rocha Viana Júnior (Pixinguinha) (RQS nº 245/97, do Senador Artur da Távola e outros Senadores);

7.5 - foi destinado a homenagear a memória do educador Paulo Freire (RQS nº 305/97, da Senadora Marina Silva e outros Senadores);

13.5 - foi destinado a comemorar o 116º aniversário de nascimento do escritor brasileiro Afonso Henriques de Lima Barreto (RQS nº 290/97, do Senador Abdias Nascimento e outros Senadores);

27.5 - foi destinado a comemorar o "Dia da África" (RQS nº 366/97, da Senadora Benedita da Silva);

10.6 - foi destinado a comemorar o quarto centenário de falecimento do Beato José de Anchieta (RQS nº 349/97, do Senador José Ignácio Ferreira e outros Senadores);

12.6 - foi destinado a homenagear os 175 anos da Maçonaria no Brasil (RQS Nº 246/97, do Senador Valmir Campelo e outros Senadores);

6.8 - foi destinado a homenagear a memória do ex-Presidente Ernesto Geisel (RQS nº 435/97, do Senador Edison Lobão e outros Senadores);

12.8 - foi destinado a comemorar o "Dia das Artes" (RQS nº 370/97, da Senadora Benedita da Silva e outros Senadores);

14.8 - foi dedicado a homenagear o Sociólogo Herbert de Souza (Betinho) (RQS nº 544/97, do Senador Lúcio Alcântara e outros Senadores);

20.8 - foi dedicado a homenagear o "Dia do Maçom" (RQS nº 550/97, do Senador José Roberto Arruda e outros Senadores);

27.8 - foi dedicado a homenagear a memória do ex-Presidente Getúlio Vargas, pelo transcurso do 43º aniversário de seu falecimento (RQS nº 572/97 - da Senadora Emília Fernandes e outros Senadores);

2.9 - foi dedicado a comemorar a abertura da Semana Nacional do Jovem e a homenagear o Instituto Internacional da Juventude para o Desenvolvimento (RQS 622/97 - do Senador Valmir Campelo e outros Senadores);

4.9 - foi dedicado a homenagear a Rede Amazônica de Rádio e Televisão pelo seu Jubileu de Prata (RQS nº 531/97 - do Senador Bernardo Cabral e outros Senadores).

1º.10 - foi destinado a comemorar os cento e setenta anos do "Jornal do Commercio" (RQS nº 331/97, do Senador Artur da Távola e outros Senadores);

1º.10 - foi dedicado a homenagear o "Dia Nacional do Vereador" (RQS nº 415/97 - da Senadora Benedita da Silva e outros Senadores);

6.10 - foi destinado à comemoração dos 9 anos de criação do Estado do Tocantins, pela Constituição de 1988 (RQS nº 822/97, do Senador João Rocha e outros Senadores);

9.10 - foi dedicado a homenagear o 20º aniversário da criação do Estado do Mato Grosso do Sul (RQS nº 789/97 - do Senador Ramez Tebet e outros Senadores);

14.10 - foi dedicado a homenagear o ex-Senador Carlos Gomes de Oliveira (RQS nº 577/97 - do Senador Esperidião Amin e outros Senadores);

15.10 - foi dedicado a homenagear o "Dia do Professor" (RQS nº 696/97 - da Senadora Emília Fernandes e outros Senadores);

16.10 - foi dedicado a homenagear o "Dia Mundial da Alimentação" (RQS nº 552/97 - do Senador Osmar Dias e outros Senadores);

21.10 - foi dedicado a homenagear o "Dia do Médico" (RQS 778/97 - do Senador João Rocha e outros Senadores);

5.11 - foi destinado a comemorar o "Dia da Cultura e Ciência e o Dia do Cinema Brasileiro" (RQS nº 379/97 - da Senadora Benedita da Silva e outros Senadores);

20.11 - foi destinado a homenagear o "Dia de Zumbi dos Palmares" (RQS nº 415/97 - da Senadora Benedita da Silva e outros Senadores);

4.12 - foi destinado à comemoração do nonagésimo aniversário do arquiteto Oscar Niemeyer, em 15.12.97 (RQS nº 436/97 - do Senador Roberto Freire e outros Senadores);

9.12 - foi dedicado à comemoração especial do "Dia da Marinha" (RQS nº 790/97 - do Senador Romeu Tuma e outros Senadores);

10.12 - foi dedicado a comemorar o "Dia da Declaração Universal dos Direitos Humanos" (RQS nº 383/97 - da Senadora Benedita da Silva e outros Senadores);

11.12 - foi destinado a comemorar o centenário da cidade de Belo Horizonte (RQS nº 331/97 - do Senador Francelino Pereira e outros Senadores);

f.2.5 - Homenagens de pesar foram prestadas pelo falecimento:

- do Deputado Federal Homero Oguido, na sessão do dia 24 de fevereiro, às 14:30 horas, em virtude da aprovação do Requerimento nº 137/97, do Senador Osmar Dias e outros Senadores;

- do Presidente Deng Xiao-Ping, da República Popular da China, na sessão do dia 24 de fevereiro, às 14:30 horas, em virtude de aprovação do Requerimento nº 145/97, do Senador Lúdio Coelho;

- do ex-Deputado Gileno de Carli, de Pernambuco, na sessão do dia 26 de fevereiro, às 14:30 horas, em virtude de aprovação do Requerimento nº 154/97, dos Senadores Humberto Lucena e Roberto Freire;

- do ex-Deputado Estadual e Constituinte Estadual de 1934 Carlos Eduardo Benevides, na sessão do dia 24 de março, às 14:30 horas, em virtude de aprovação do Requerimento nº 215/97, do Senador Lúcio Alcântara;

- do ex-Senador Eurico Rezende, na sessão do dia 15 de abril, às 14:30 horas, em virtude de aprovação do Requerimento nº 264/97, do Senador Valmir Campelo e outros Senadores;

- de Elpídio Reis, Presidente da Academia Sul-Matogrossense de Letras, na sessão do dia 29 de abril, às 14:30 horas, em virtude de aprovação do Requerimento nº 293/97, do Senador Ramez Tebet;

- do Deputado Federal Eduardo Mascarenhas, ocorrido no dia 29.4.97, na sessão do dia 30 de abril, às 14:30 horas, em virtude de aprovação do Requerimento nº 300/97, do Senador Guilherme Palmeira;

- do educador Paulo Freire, na sessão do dia 2 de maio, às 9:00 horas, em virtude de aprovação do Requerimento nº 301/97, do Senador José Eduardo Dutra e outros Senadores;

- do ex-Senador Benjamim Farah, na sessão do dia 5 de maio, às 14:30 horas, em virtude de aprovação do Requerimento nº 302/97, do Senador Humberto Lucena e Josaphat Marinho;

- do Desembargador Milton Malulei, na sessão do dia 13 de maio, às 14:30 horas, em virtude de aprovação do Requerimento nº 327/97, do Senador Ramez Tebet;

- do Frei Damião Bozzano, da Ordem dos Frades Capuchinhos - OSMCAP, ocorrido em 31.5.97, na sessão do dia 2 de junho, às 14:30 horas, em virtude de aprovação do Requerimento nº 378/97, do Senador Guilherme Palmeira e outros Senadores;

- do ex-Senador Agenor Maria, na sessão do dia 17 de junho, às 14:30 horas, em virtude de aprovação do Requerimento nº 416/97, dos Senadores Geraldo Melo e Humberto Lucena;

- do grande cientista e desbravador dos mares e rios do mundo, Jacques Yves Cousteau, que ocorreu no dia 24.6, na sessão do dia 26 de junho de 1997, em virtude de aprovação do Requerimento nº 462/97, do Senador Eduardo Suplicy e outros Senadores;

- do Deputado Federal Ivo Mainardi, na sessão do dia 30 de junho, às 14:30 horas, em virtude de aprovação do Requerimento nº 464/97, dos Senadores Valmir Campelo e Osmar Dias;

- do Sociólogo Herbert de Souza, "Betinho", na sessão do dia 11 de agosto, às 14:30 horas, em virtude de aprovação dos Requerimentos nºs 544, 545, e 546/97, dos Senhores Senadores, Lúcio Alcântara, Benedita da Silva, Pedro Simon e outros Senadores, respectivamente;

- do ex-Senador Carlos Gomes de Oliveira, na sessão do dia 18 de agosto, às 14:30 horas, em virtude de aprovação do Requerimento nº 576/97, do Senador Esperidião Amin;
- do ex-Senador Moacyr Duarte, na sessão do dia 19 de agosto, às 14:30 horas, em virtude de aprovação do Requerimento nº 580/97, do Senador Geraldo Melo;
- da Princesa de Gales, Diana Spencer, na sessão do dia 2 de setembro, às 14:30 horas, em virtude de aprovação do Requerimento nº 619/97, do Senador Geraldo Melo e outros Senadores;
- do Deputado Robson Romero, na sessão do dia 2 de setembro, às 14:30 horas, em virtude de aprovação do Requerimento nº 620/97, do Senador Geraldo Melo e Sérgio Machado;
- do ex-Deputado Federal, pelo Estado do Maranhão, Antenor Borgéa, na sessão do dia 8 de setembro, às 14:30 horas, em virtude de aprovação do Requerimento nº 630/97, dos Senadores Bello Parga e Edison Lobão;
- de Madre Tereza de Calcutá, na sessão do dia 9 de setembro, às 14:30 horas, em virtude de aprovação do Requerimento nº 636/97, do Senador Pedro Simon e outros Senadores;
- do pintor Manabu Mabe, na sessão do dia 23 de setembro, às 14:30 horas, em virtude de aprovação do Requerimento nº 793/97, dos Senadores Romeu Tuma e Eduardo Suplicy;
- do pintor Hector Júlio Páride Bernabó - Carybé, na sessão do dia 2 de outubro, às 14:30 horas, em virtude de aprovação do Requerimento nº 827/97, dos Senadores Antonio Carlos Magalhães e Josaphat Marinho;
- do ex-Ministro Hélio Beltrão, na sessão do dia 27 de outubro, às 14:30 horas, em virtude de aprovação do Requerimento nº 903/97, do Senador Lúcio Alcântara;
- do representante goiano, Deputado Federal João Natal, na sessão do dia 29 de outubro, às 14:30 horas, em virtude de aprovação do Requerimento nº 926/97, do Senador Albino Boaventura e outros Senadores.
- do Embaixador Ítalo Zappa, na sessão do dia 6 de novembro, às 14:30 horas, em virtude de aprovação do Requerimento nº 949/97, dos Senadores Lúcio Alcântara e Antonio Carlos Magalhães;
- do jornalista Zózimo Barroso do Amaral, na sessão do dia 20 de novembro, às 14:30 horas, em virtude de aprovação do Requerimento nº 1.015/97, dos Senadores Guilherme Palmeira e Antonio Carlos Magalhães;
- do ex-Deputado Estadual e jornalista Antônio de Pádua Campos, na sessão do dia 24 de novembro, às 14:30 horas, em virtude de aprovação do Requerimento nº 1.025/97, do Senador Lúcio Alcântara;

- de Madre Cristina, ocorrido em 26.11.97, na cidade de São Paulo, na sessão do dia 26 de novembro, às 14:30 horas, em virtude de aprovação do Requerimento nº 1.031/97, do Sen. Eduardo Suplicy;

- do escritor goiano Bernardo Élis, membro da Academia Brasileira de Letras, ocorrido no dia 30 de novembro de 1997, na sessão do dia 2 de dezembro, às 14:30 horas, em virtude de aprovação do Requerimento nº 1.082/97, do Senador Albino Boaventura;

- do ex-Senador goiano, Benedito Ferreira, na sessão do dia 9 de dezembro, às 14:30 horas, em virtude de aprovação dos Requerimentos nºs 1.095 e 1.095-A/97, dos Senadores Albino Boaventura e Onofre Quinan, respectivamente.

f.2.6 - Homenagens a Rui Barbosa

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. EPITÁCIO CAFETEIRA NA SESSÃO DE 3/3/97, PUBLICADO NO DIÁRIO DO SENADO FEDERAL DE 4/3/97.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA (PPB-MA Pronuncia o seguinte discurso) - Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, a memória de um País deve ser algo preservado e cultuado sob pena de, ao menosprezá-la, ter-se a identidade, o sentido de representação e as raízes de um povo negadas e relegadas ao esquecimento.

Lembrar as tradições culturais, preservar a história e honrar homens que ajudaram a construir e engrandecer a nossa nação, são condições fundamentais para cuidarmos e mantermos acesa a chama que vem do passado.

Digo isso Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, porque constato que estamos sendo injustos e relapsos com uma figura que merece o nosso maior respeito e a nossa mais justa admiração.

Trata-se, nobres colegas, de Rui Barbosa, um homem que, indubitavelmente, deve ser homenageado e reverenciado da forma mais ampla e destacada possível.

Desnecessário dizer da importância desse jurista e Senador para a história de nossa República. Sua oratória, seu talento, seu brilhantismo encantaram não somente a nós, brasileiros. Internacionalmente, foi ele reconhecido e saudado pela sua inteligência, aptidão política e senso de justiça. Demonstrados ao defender a igualdade de direitos entre países pequenos e grandes potências na cidade de Haia.

Prova disso foi a inauguração de seu busto na sede da antiga Liga das Nações, em Genebra, nos idos de 70. Lá, como bem dizia o ex-Senador Dirceu Cardoso, "ele brilhou com o fulgor de um sol ao meio-dia".

Neste Plenário, também, temos um busto desse inesquecível vulto histórico, Muitos diriam então que a homenagem foi prestada e que não devemos nada à memória de Rui Barbosa. Não, Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores.

A homenagem não é justa pelo simples fato de ter-se colocado o torso do "Águia de Haia" em local de somenos importância. Deveria ele estar em lugar de destaque, com luzes a iluminá-lo, para que todos nós, à sua frente, estivéssemos também iluminados pela sua presença, pelo seu exemplo e pelo seu saber.

A resolução que estabelecia "a presença do busto de Rui Barbosa na Sala das Sessões Do Senado", de 1948, não lhe destinava a penumbra ou retaguarda. Ela dizia o seguinte:

RESOLUÇÃO Nº 9, DE 1948

Art. 1º É autorizada a Comissão Diretora a contratar, com escultor idôneo, a execução em bronze de um busto de Rui Barbosa, tamanho natural, para ser colocado na Sala das Sessões do Senado, sob a arcada existente embaixo da imagem de Jesus Cristo, em altura de onde domine a cadeira da Presidência e seja visível do recinto.

Parágrafo único. A solenidade da inauguração realizar-se-á em Sessão Extraordinária, com a presença das altas autoridades da República.

Senado Federal, em 19 de outubro de 1948.

Nereu Ramos, Presidente do Senado Federal.

Assinam o Projeto de Resolução: Fernando de Mello Vianna, Presidente; Plínio Pompeu, Relator; Georgino Avelino, João Villas Boas, Dario Cardoso, Andrade Ramos, Novaes Filho, Waldemar Pedrosa, Camillo Mércio, Góis Monteiro, Ernesto Dornelles, Henrique de Novaes, Santos Neves, Ferreira de Souza, Vespasiano Martins, Levindo Coelho, Álvaro Adolfo, Francisco Galloti, Pedro Ludovico, Augusto Meira, Ivo D'Aquino, Atílio Vivacqua, Flávio Guimarães, Severiano Nunes, Vergniaud Wanderley, Álvaro Maia, Pinto Aleixo, Lúcio Corrêa, Hamilton Nogueira, Pereira Pinto, José Américo, Bernardes Filho, Salgado Filho, Apolônio Salles, Arthur Santos, Joaquim Pires, Filinto Müller, Euclides Vieira, Clodomir Cardoso, Olavo Oliveira, Roberto Classer, Adalberto Ribeiro, Sá Tinoco Walter Franco, Durval Cruz.

Todos eles, Sr. Presidente, de saudosa memória.

A justificação dá uma idéia do respeito e da consideração daqueles Srs. Senadores pelo nosso mestre:

"...Daí, a imperiosidade da homenagem proposta pelo Sr. Senador Andrade Ramos, apoiada já pela quase totalidade dos Srs. Senadores. O busto, em bronze, de Rui Barbosa no recinto do Senado será a força inspiradora ao exemplo que o maior dos Senadores nos legou. Quando, em 1923, o grande tribuno desaparecia dentre os vivos, sua cadeira continuou reservada a seu espírito, por deliberação do Senado, como um farol que continuasse a guiar os atos de amor à liberdade, à justiça e à Constituição."

Vê-se, portanto, o espírito elevado dos Senadores que aprovaram a referida Resolução, colocando o torso do nosso maior jurista e colega em lugar merecido: acima e à frente de todos nós.

Não sei, Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, que caminhos trilhou a Resolução nº 9, de 1948 para que, ao chegar a Brasília, a imagem de Rui Barbosa tenha ido parar em lugar tão reles e inferior. Não ser se foi obra de decoradores ou arquitetos que, preocupados com a beleza e estética deste Plenário, cometeram tamanha afronta à nossa História.

É essa injustiça com o nosso grande Senador que desejo corrigir.

Para tanto, quero contar com o apoio dos meus Pares, e, principalmente, com a simpatia e providências do nosso ilustre Presidente, conterrâneo que é de Rui Barbosa, para laurear devidamente e honrosamente nosso mestre, acatando e respeitando uma Resolução da Casa.

Tenho certeza, Sr. Presidente, que vamos ver restaurada a Resolução nº 9, de 1948 porque V. Ex^a. é um cumpridor de leis e de resoluções.

Era o que tinha a dizer.

O Sr. Presidente (Antonio Carlos Magalhães)

Sr. Senador Eptácio Cafeteira, esclareço a V. Exª que o disposto na Resolução nº 9, de 1948, que autorizou a execução em bronze do busto de Rui Barbosa e que vigora sem alteração até a presente data, esta Presidência determinou ao Secretário-Geral da Mesa e ao Diretor-Geral do Senado que adotassem as necessárias providências, no sentido de dar cumprimento ao disposto naquela resolução.

Acredito que as determinações desta Presidência atendam ao desejado por V. Exª e teremos, brevemente aqui no plenário, em lugar de destaque, o busto daquele ilustre tribuno e homem público brasileiro, a quem João Mangabeira, quando da sua morte, dizia: "salve o Sol!". Acredito que esse sol iluminará os trabalhos desta Casa, conforme os desejos de V. Exª.

Na Sessão Deliberativa Ordinária de 5/8/97, publicado no Dário do Senado Federal em 6/8/97, o sr. Presidente (Antonio Carlos Magalhães) concede a palavra, para uma comunicação inadiável, ao Senador Eduardo Suplicy, que ao final dessa diz...

.... Finalmente, Sr. Presidente Antonio Carlos Magalhães, registro minha concordância com a iniciativa de V. Exª em prestar justa homenagem ao Senador Rui Barbosa, transferindo seu busto do lugar que ocupava para outro de maior honra no Senado. Tantas vezes ouvimos expressões de louvor de pessoas que presenciavam as sessões do Senado ao tempo em que Rui Barbosa falava. Fico imaginando como aumentaria ainda mais a audiência da TV Senado se tivéssemos a oportunidade de termos Rui Barbosa entre nós, fazendo orações tão bonitas quanto a "Oração aos Moços" e tantas outras. Portanto, cumprimento V. Exª pela justa homenagem ao Senador Baiano, conterrâneo de V. Exª.

O Sr. Presidente (Antonio Carlos Magalhães) - A Mesa cumpriu a deliberação do Plenário, aqui traduzida mais de uma vez apelos do Senador Eptacio Cafeteira para que ela fosse cumprida. Registra também, com satisfação, as suas palavras, porque Rui Barbosa pode, de onde se encontra, inspirar a todos nós, Senadores, a realização de um bom trabalho pela Pátria.

F.3 - COMPARECIMENTO DE MINISTROS DE ESTADO AO PLENÁRIO DO SENADO FEDERAL

Ministro de Estado da Fazenda, Dr. Pedro Sampaio Malan

Instrumento de convocação: Requerimento nº 221, de 1997, do Senador Eduardo Suplicy e outros Senadores.

Assunto: Esclarecimentos a respeito das negociações entre o Banco Bamerindus S.A. e o Banco Hongkong and Shanghai Banking Corporation.

Comparecimento: Sessão Deliberativa Ordinária do dia 11.6.97.

Interpelantes: Senadores Eduardo Suplicy, Jefferson Péres, Bernardo Cabral, Pedro Simon, Gilberto Miranda, Roberto Requião, Ademir Andrade, Esperidião Amin, Antônio Carlos Valadares e Levy Dias.

F.4 - PARTICIPAÇÃO DOS SENADORES NA COMPOSIÇÃO DA MESA QUE DIRIGE OS TRABALHOS NAS SESSÕES PLENÁRIAS

SENADORES	Presidência	Secretaria
Ademir Andrade	8	1
Albino Boaventura	1	-
Antonio Carlos Magalhães	139	-
Antônio Carlos Valladares	1	1
Bello Parga	7	4
Benedita da Silva	6	3
Beni Veras	1	-
Carlos Patrocínio	41	41
Carlos Wilson	2	1
Casildo Maldaner	4	-
Coutinho Jorge	3	3
Edleon Lobão	4	-
Eduardo Suplicy	7	2
Emília Fernandes	12	6
Epitácio Cafeteira	4	3
Ermendes Amorim	-	1
Esperidião Amin	-	2
Flaviano Melo	11	16
Francelino Pereira	1	3
Freitas Neto	4	-
Geraldo Melo	128	-
Gilberto Miranda	1	1

SENADORES	Presidência	Secretaria
Gilvam Borges	2	3
Guilherme Palmeira	3	-
Jefferson Peres	20	10
João Rocha	1	1
Joel de Hollanda	13	17
Jonas Pinheiro	3	3
José Agripino	1	3
José Alves	4	4
José Bianco	2	1
José Fogaça	5	1
José Ignácio Ferreira	1	-
José Roberto Arruda	1	1
José Sarney	-	1
José Serra	1	-
Júlio Campos	2	-
Júnia Marise	28	-
Lauro Campos	3	-
Leomar Quintanilha	5	2
Leonel Paiva	-	2
Levy Dias	4	4
Lucídio Portella	10	8
Lúcio Alcântara	4	3
Lúdio Coelho	10	10
Mariuce Pinto	6	4

SENADORES	Presidência	Secretaria
Marina Silva	5	-
Mauro Miranda	2	3
Nabor Júnior	16	14
Ney Suassuna	7	15
Osmar Dias	-	5
Otoniel Machado	2	1
Pedro Simon	1	-
Ramez Tebet	8	5
Renan Calheiros	5	3
Roberto Requião	1	-
Romero Jucá	7	7
Romeu Tuma	10	8
Ronaldo Cunha Lima	50	81
Sebastião Rocha	1	3
Sérgio Machado	1	-
Valmir Campelo	27	32
Waldeck Ornelas	1	-

F.5 - PARTICIPAÇÃO DOS SENADORES NOS TRABALHOS DA CASA

1) Proposições Apresentadas

Senadores	Proposições Apresentadas						
	PEC	PLS	PDS	PRS	RQS	PAR	IND
Abdias Nascimento	1	5	-	1	12	3	-
Ademir Andrade	-	3	-	-	19	2	-
Albino Boaventura	-	2	-	-	7	-	-
Antonio Carlos Magalhães	-	2	-	-	6	-	-
Antônio Carlos Valadares	1	2	-	-	42	4	-
Artur da Távola	-	-	-	-	10	-	-
Bello Parga	-	-	-	-	8	11	-
Benedita da Silva	-	12	-	-	18	5	-
Beni Veras	-	1	-	1	3	6	-
Bernardo Cabral	-	1	-	1	15	7	-
Carlos Bezerra	2	5	-	-	5	4	-
Carlos Patrocínio	1	5	-	2	12	23	-
Carlos Wilson	1	1	-	-	20	12	-
Casildo Maldaner	-	2	-	1	10	10	-
Coutinho Jorge	1	1	-	4	6	5	-
Darcy Ribeiro	-	-	-	-	1	-	-
Edison Lobão	1	7	-	1	22	9	-
Eduardo Suplicy	-	2	-	-	35	4	-
Élcio Alvares	-	-	-	-	11	1	-
Emília Fernandes	-	4	-	-	12	13	-

	PEC	PLS	PDS	PRS	RDS	PAR	IND
Epitácio Cafeteira	-	1	-	-	7	3	-
Emandes Amorim	-	3	-	-	21	-	-
Esperidião Amin	-	4	-	3	16	19	-
Fernando Bezerra	-	-	-	-	16	5	-
Flaviano Melo	-	1	-	-	9	13	-
Francisco Escórcio	-	5	-	-	-	-	-
Francelino Pereira	-	-	-	-	14	20	-
Freitas Neto	-	2	-	-	16	6	-
Geraldo Melo	-	-	-	-	10	19	-
Gerson Camata	-	-	-	-	13	10	-
Gilberto Miranda	-	2	-	1	27	6	-
Gilvam Borges	-	3	-	-	11	1	-
Guilherme Palmeira	-	1	-	2	9	4	-
Hugo Napoleão	-	-	-	-	10	2	-
Humberto Lucena	-	1	-	1	12	-	-
Iris Rezende	-	1	-	-	6	-	-
Jáder Barbalho	-	1	-	-	17	2	1
Jefferson Péres	-	3	-	-	18	14	-
João França	-	-	-	-	4	3	-
João Rocha	-	2	-	2	22	4	-
Joel de Hollanda	-	-	-	-	11	11	-
Jonas Pinheiro	-	-	-	1	9	13	-
Josaphat Marinho	-	-	-	-	14	13	-
José Agripino	-	1	-	-	7	5	-
José Alves	-	-	-	-	10	6	-

	PEC	PLS	PDS	PRS	RQS	PAR	IND
José Bianco	-	2	-	-	16	14	-
José Eduardo	-	-	-	-	7	1	-
José Eduardo Dutra	-	2	1	-	72	7	-
José Fogaça	-	-	-	-	12	30	-
José Ignácio Ferreira	-	31	-	1	32	7	-
José Roberto Arruda	-	7	-	-	14	7	-
José Sarney	-	-	-	1	14	1	-
José Serra	-	5	-	-	25	6	-
Júlio Campos	-	25	-	-	29	2	-
Júnia Marise	-	-	-	-	15	22	-
Lauro Campos	-	5	-	2	7	3	-
Leomar Quintanilha	-	1	-	-	5	6	1
Levy Dias	-	-	-	-	9	3	-
Líderes	-	-	-	-	108	-	-
Lucídio Portella	-	-	-	-	9	3	-
Lúcio Alcântara	-	16	-	4	39	26	-
Lúdio Coelho	-	-	-	-	23	6	-
Marina Silva	-	6	-	-	21	8	-
Marluce Pinto	-	2	-	-	6	11	-
Mauro Miranda	-	-	-	-	6	1	-
Nabor Júnior	-	-	-	-	3	4	-
Ney Suassuna	-	5	-	-	29	20	-
Odacir Soares	-	2	-	-	22	-	-
Onofre Quinan	-	1	-	-	7	3	-
Osmar Dias	-	3	-	1	9	9	-

	PEC	PLS	PDS	PRS	RGS	PAR	IND
Otoniel Machado	-	-	-	-	4	5	-
Pedro Simon	-	32	-	3	51	18	-
Ramez Tebet	-	1	-	-	17	20	-
Regina Assumpção	-	1	-	-	8	5	-
Renan Calheiros	-	-	-	-	9	2	-
Roberto Freire	-	2	-	-	17	2	-
Roberto Requião	-	-	-	1	10	11	-
Romero Jucá	-	14	-	-	28	10	-
Romeu Tuma	-	-	-	-	19	25	-
Ronaldo Cunha Lima	-	6	-	-	29	144	-
Sebastião Rocha	-	6	-	-	40	4	-
Sérgio Machado	-	1	1	-	6	6	-
Teotônio Vilela Filho	-	2	-	-	14	-	-
Valmir Campelo	-	4	-	-	12	9	-
Vilson Kleinübing	-	-	-	-	13	19	-
Waldeck Ornelas	-	3	-	1	27	26	-

2) Uso da Palavra

SENADORES	USO DA PALAVRA						
	PRONUNCIAMENTO	COMUNICAÇÃO INADEQUADA	APARTE	DISCUSSÃO	ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO	PELA ORDEM	QUESTÃO DE ORDEM
Abdias Nascimento	30	7	2	1	-	-	-
Ademir Andrade	51	17	20	6	10	4	-
Albino Boaventura	24	-	-	-	-	-	-
Antonio Carlos Magalhães	2	2	4	-	1	-	-
Antônio Carlos Valadares	11	6	9	7	16	4	1
Artur da Távola	18	4	5	4	3	3	-
Bello Parga	9	4	8	4	5	1	-
Benedita da Silva	97	16	21	9	5	1	-
Beni Veras	1	1	6	-	-	1	-
Bernardo Cabral	29	12	42	5	3	8	-
Carlos Bezerra	45	4	13	-	1	2	-
Carlos Patrocínio	19	2	6	-	1	6	-
Carlos Wilson	8	1	4	1	2	1	-
Casildo Maldaner	37	8	16	3	3	1	-
Coutinho Jorge	29	1	6	5	3	-	-
Edison Lobão	36	10	24	2	14	7	1
Eduardo Suplicy	78	27	74	26	20	15	2
Élcio Alvares	7	1	20	4	7	2	-
Emília Fernandes	30	11	12	6	16	3	-
Epitácio Cafeteira	6	2	21	5	13	10	-
Ernandes Amorim	38	7	4	2	7	-	-

	PRONUNCIAMENTO	COMUNICAÇÃO INADIÁVEL	APARTE	DISCUSSÃO	ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO	PELA ORDEM	QUESTÃO DE ORDEM
Esperidião Amin	29	7	19	14	12	13	-
Fernando Bezerra	3	2	4	1	-	-	-
Flaviano Melo	18	3	4	1	2	1	-
Francelino Pereira	31	10	7	8	7	1	-
Francisco Escórcio	3	-	-	-	-	-	-
Freitas Neto	12	-	-	1	-	-	-
Geraldo Melo	12	4	10	1	3	-	-
Gerson Camata	1	-	10	-	2	1	-
Gilberto Miranda	25	-	2	2	1	2	-
Gilvam Borges	33	1	10	-	-	-	-
Guilherme Palmeira	23	1	3	-	-	-	-
Hugo Napoleão	8	2	7	3	25	2	-
Humberto Lucena	15	7	22	6	11	4	-
Íris Rezende	3	-	3	1	1	-	-
Jáder Barbalho	10	1	18	10	29	9	-
Jefferson Péres	42	-	38	2	7	4	-
João Rocha	17	1	5	-	-	-	-
Joel de Hollanda	44	1	6	-	-	-	-
Jonas Pinheiro	33	8	6	-	3	2	-
Josaphat Marinho	6	12	30	7	20	4	-
José Agripino	1	-	6	-	2	-	-
José Alves	14	1	10	-	-	-	-
José Bianco	13	1	7	-	-	-	-
José Eduardo	-	1	1	1	-	-	-

	PRONUNCIAMENTO	COMUNICAÇÃO INADIÁVEL	APARTE	DISCUSSÃO	ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO	PELA ORDEM	QUESTÃO DE ORDEM
José Eduardo Dutra	31	9	20	36	49	26	3
José Fogaça	14	2	4	7	9	6	-
José Ignácio Ferreira	18	1	6	9	10	2	-
José Roberto Arruda	28	4	13	9	6	3	-
José Sarney	1	-	2	1	2	-	-
José Serra	4	4	7	7	12	4	-
Júlio Campos	50	4	16	5	4	1	-
Júnia Marise	22	7	12	7	17	5	-
Lauro Campos	39	1	41	19	11	2	-
Leomar Quintanilha	20	6	6	1	1	-	-
Leonel Paiva	8	1	1	-	-	-	-
Levy Dias	9	1	21	2	1	2	-
Lucídio Portella	3	-	-	-	1	-	-
Lúcio Alcântara	102	9	24	12	15	7	-
Lúdio Coelho	12	-	14	-	3	1	-
Marina Silva	18	18	30	4	4	2	-
Marluce Pinto	7	-	2	-	-	-	-
Mauro Miranda	32	-	7	-	-	-	-
Nabor Júnior	32	3	14	2	4	2	-
Ney Suassuna	53	18	31	8	8	8	-
Odacir Soares	71	1	5	-	6	1	-
Onofre Quinan	4	-	2	-	-	-	-
Osmar Dias	23	8	14	12	10	6	-
Otoniel Machado	18	-	2	-	-	-	-

	PROMISSÃO	DOMINAÇÃO	APARTE	DISCUSSÃO	ENCAMINHAMENTO	PELA	QUESTÃO
	ORÇAMENTO	INDEFINIDA			VOTAÇÃO	ORDEM	DE
		INDIQUÍVEL					ORDEM
Pedro Simon	50	6	48	20	21	16	-
Ramez Tebet	32	7	64	11	11	1	-
Regina Assumpção	6	-	1	-	1	-	-
Renan Calheiros	7	1	-	1	1	-	-
Roberto Freire	21	3	13	7	9	9	-
Roberto Requião	8	8	14	6	3	4	-
Romero Jucá	48	6	24	-	2	1	-
Romeu Tuma	27	16	24	6	2	-	-
Ronaldo Cunha Lima	12	6	5	5	4	-	1
Sebastião Rocha	38	20	10	7	11	3	-
Sérgio Machado	5	1	5	2	12	-	-
Teotônio Vilela Filho	1	-	-	-	-	-	-
Valmir Campelo	54	1	15	1	9	1	-
Vilson Kleinübing	-	-	5	3	2	-	-
Waldeck Ornelas	11	2	6	8	2	1	-

F.6 - COMISSÕES

a) Permanentes

(proporcionalidade partidária fixada em 17.02.97, nos termos do art. 79, RI)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

PARTIDO	BANCADA	PROPORÇÃO	REPRESENTAÇÃO
PFL	24	8,00	8
PMDB	22	7,33	7
PSDB	14	4,67	5
Bloco Oposição	11	3,67	4
PPB	6	2,00	2
PTB	4	1,33	1
TOTAL	81	27	27

Bloco Oposição: PSB, PT, PDT e PPS.

Titulares		Suplentes
	1°PFL	
Francelino Pereira		Romero Jucá
Vilson Kleinübing		² Hugo Napoleão
Gilberto Miranda		José Bianco
³ Bello Parga		Écio Alvares
Freitas Neto		Edison Lobão
⁴ Odacir Soares		Josaphat Marinho
Jonas Pinheiro		Joel de Hollanda
Waldeck Ornelas		Júlio Campos
	5°PMDB	
Gilvam Borges		Jader Barbalho
Fernando Bezerra		Marluce Pinto
Ney Suassuna		⁶ Mauro Miranda
Onofre Quinan		Roberto Requião
Carlos Bezerra		Pedro Simon
Ramez Tebet		Casildo Maldaner
⁷ José Fogaça		Gerson Camata

¹ Membros designados em 5.3.97.

² Substituído, em 6.11.97, pelo Senador José Agripino.

³ Substituído, em 27.11.97, pelo Senador Romeu Tuma. Em 1º.12.97, volta à Comissão na condição de titular, em substituição ao Senador Romeu Tuma.

⁴ Substituído, em 21.8.97, pelo Senador João Rocha.

⁵ Membros designados em 4.3.97.

⁶ Substituído, em 21.8.97, pelo Senador Albino Boaventura.

⁷ Designado em 10.6.97.

Titulares		Suplentes
8PSDB		
⁹ Sérgio Machado		Teotônio Vilela Filho
Coutinho Jorge		Beni Veras
Jefferson Péres		Lúcio Alcântara
José Serra		Lúdio Coelho
Osmar Dias		¹⁰ José Roberto Arruda
11Bloco de Oposição		
Lauro Campos (PT)		Sebastião Rocha (PDT)
Ademir Andrade (PSB)		Roberto Freire (PPS)
¹² Antônio Carlos Valadares (PSB)		Abdias Nascimento (PDT)
Eduardo Suplicy (PT)		¹³ José Eduardo Dutra (PT)
14PPB		
Esperidião Amin		Epitácio Cafeteira
Levy Dias		Leomar Quintanilha
15PTB		
José Eduardo		¹⁶ Valmir Campelo

Composição da Comissão ao final da Sessão Legislativa

Titulares		Suplentes
PFL		
Francelino Pereira		Romero Jucá
Vilson Kleinübing		José Agripino
Gilberto Miranda		José Bianco
Bello Parga		Élcio Alvares
Freitas Neto		Edison Lobão
João Rocha		Josaphat Marinho
Jonas Pinheiro		Joel de Hollanda
Waldeck Ornelas		Júlio Campos
PMDB		
Gilvam Borges		Jader Barbalho
Fernando Bezerra		Marluce Pinto
Ney Suassuna		Albino Boaventura
Onofre Quinan		Roberto Requião
Carlos Bezerra		Pedro Simon
Ramez Tebet		Casildo Maldaner
José Fogaça		Gerson Camata

⁸ Membros designados em 5.3.97.

⁹ Substituído, em 8.4.97, pelo Senador José Roberto Arruda.

¹⁰ Substituído, em 8.4.97, pelo Senador Sérgio Machado.

¹¹ Membros designados em 26.2.97.

¹² Substituído, em 13.5.97, pelo Senador José Eduardo Dutra.

¹³ Substituído, em 13.5.97, pelo Senador Antônio Carlos Valadares.

¹⁴ Membros designados em 20.2.97.

¹⁵ Membros designados em 4.3.97.

¹⁶ Em 12.11.97, renunciou ao mandato de Senador da República, para assumir o cargo de Ministro do TCU. Em 19.11.97, foi designada, para sua vaga, a Senadora Regina Assumpção.

Titulares		Suplentes
PSDB		
José Roberto Arruda		Teotônio Vilela Filho
Coutinho Jorge		Beni Veras
Jefferson Péres		Lúcio Alcântara
José Serra		Lúdio Coelho
Osmar Dias		Sérgio Machado
Bloco de Oposição		
Lauro Campos (PT)		Sebastião Rocha (PDT)
Ademir Andrade (PSB)		Roberto Freire (PPS)
José Eduardo Dutra (PT)		Abdias Nascimento (PDT)
Eduardo Suplicy (PT)		Antônio Carlos Valadares (PSB)
PPB		
Esperidião Amin		Epitácio Cafeteira
Levy Dias		Leomar Quintanilha
PTB		
José Eduardo		Regina Assumpção

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS RELATÓRIO DE ATIVIDADES MARÇO/DEZEMBRO-97

REUNIÕES CONVOCADAS E REALIZADAS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA

REUNIÕES CONVOCADAS.....55

REUNIÕES REALIZADAS49

MATÉRIAS APRECIADAS EM CARÁTER TERMINATIVO - 1997 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA

PROJETOS DE LEI DO SENADO	MAR	ABR	MAI	JUN	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	MAR DEZ
APROVADOS			1	1				2	1	5
REJEITADOS			4				2			6
TOTAL			5	1			2	2	1	11

PROJETOS APRESENTADOS PELA COMISSÃO

PROJETOS DE RESOLUÇÃO	MAR	ABR	MAI	JUN	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	MAR DEZ
TOTAL								1		1

PARECERES APRECIADOS - 1997 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA

PROJETOS DE LEI DO SENADO	MAR	ABR	MAI	JUN	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	MAR DEZ
PELA PROVAÇÃO								1		1
PELA REJEIÇÃO			1				1			2
POR AUDIÊNCIA À CCJ			1							1
PELA PREJUDICIALIDADE						2				2
TOTAL			2			2	1	1		6

PROJETOS DE LEI DO SENADO(COMPLEMENTAR)	MAR	ABR	MAI	JUN	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	MAR DEZ
PELA APROVAÇÃO				1				1		2
PELA REJEIÇÃO			1				1			2
TOTAL			1	1			1	1		4
PROJETOS DE RESOLUÇÃO	MAR	ABR	MAI	JUN	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	MAR NOV
PELA APROVAÇÃO								1		1
PELA REJEIÇÃO										
TOTAL								1		1

PROJETOS DE LEI DA CÂMARA	MAR	ABR	MAI	JUN	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	MAR DEZ
PELA APROVAÇÃO		2		1		1	1	1	3	9
TOTAL		2		1		1	1	1	3	9

EMENDAS DE PLENÁRIO	MAR	ABR	MAI	JUN	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	MAR DEZ
PELA REJEIÇÃO					1					1
TOTAL					1					1

(PDS) PROJETO DE DE- CRETO LEGISLATIVO	MAR	ABR	MAI	JUN	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	MAR DEZ
PELA APROVAÇÃO		1								1
APROVANDO INDICAÇÃO DE AUTORIDADES							1			1
TOTAL		1					1			2
(OFS) OFÍCIO"S"	MAR	ABR	MAI	JUN	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	MAR DEZ
APROVADOS NOS TER- MOS DE PRS	3	5	8	8	10	11	7	10	9	71
REJEITADOS NOS TER- MOS DE PRS				1		1				2
PELO ARQUIVAMENTO								1		1
TOTAL	3	5	8	9	10	12	7	11	9	74

DIVERSOS	MAR	ABR	MAI	JUN	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	MAR DEZ
APROVADOS NOS TER- MOS DE PRS					1	1	1			3
TOTAL					1	1	1			3

(MSF) MENSAGENS	MAR	ABR	MAI	JUN	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	MAR DEZ
APROVADAS NOS TER- MOS DE PRS	5	3	3	2	5	3	4	2	4	31
APROVADAS NOS TER- MOS DE PDS		3	2		1					6
APROVANDO INDICAÇÃO DE AUTORIDADES		1			3					4
TOTAL	5	7	5	2	9	3	4	2	4	41

**QUADRO CONSOLIDADO DOS PARECERES APRECIADOS PELA CAE - 1997 3ª SESSÃO
LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA**

PARECERES	MAR	ABR	MAI	JUN	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	MAR DEZ
PELA APROVAÇÃO		3		2		1	1	3	3	13
PELA REJEIÇÃO			2		1		2			5
PELO ARQUIVAMENTO								1		1
POR AUDIÊNCIA À CCJ			1							1
PELA PREJUDICIALIDA- DE						2				2
APROVADOS NOS TER- MOS DE PRS	8	8	11	10	16	15	12	12	13	105
REJEITADOS NOS TERMOS DE PRS				1		1				2
APROVADOS NOS TER- MOS DE PDS		3	2		1					6
APROVANDO INDICAÇÃO DE AUTORIDADES		1			3		1			5
TOTAL	8	15	18	13	21	19	16	16	16	140

**AUDIÊNCIAS, DEPOIMENTOS E COMPARECIMENTO DE AUTORIDADES REALIZADOS NA CAE NA 3ª SESSÃO
LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA**

DATA	ASSUNTO	PARTICIPANTES
08.04.97	MENSAGEM Nº 58, DE 1997 - Submetendo à apreciação do Senado Federal Para exercerem cargos de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE os Senhores - PAULO DYRCEU PINHEIRO e ARTHUR BARRIONUEVO FILHO.	
22.04.97	MENSAGEM Nº 87, DE 1997 - Programa de apoio à reestruturação ao ajuste Fiscal dos Estados, destinado à capitalização do Banco Credreal.	- PEDRO PULLEN PARENTE, Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda; - PAOLO ENRICO MARIA ZAGHEN, Diretor do Banco Central do Brasil; - JOÃO HERALDO LIMA, Secretário de Fazenda do Estado de MG.
24.06.97	PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 25, DE 1997, que "cria o fundo de terras e dá outras providências".	- RAUL JUNGSMANN, Ministro Extraordinário de Política Fundiária.
07.08.97	MENSAGEM Nº 136/97 - Submetendo à consideração do Senado Federal o nome do Senhor Gustavo de Barroso Franco para o cargo de Presidente do BACEN.	
28.08.97	MENSAGEM Nº 141/97 - Submetendo à consideração do Senado Federal o nome do Senhor Demosthenes Madureira de Pinho Neto para o cargo de Diretor da Área Internacional do BACEN.	

DATA	ASSUNTO	PARTICIPANTES
04.11.97	EXPOSIÇÃO DOS SENHORES PEDRO PARENTE, SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA FAZENDA E SÉRGIO CUTOLO, PRESIDENTE DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, ACERCA DOS PROCESSOS DE CONSOLIDAÇÃO DAS OPERAÇÕES DE ANTECIPAÇÃO DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA DOS ESTADOS BRASILEIROS.	
27.11.97	EXPOSIÇÃO DOS SENHORES MIGUEL SALOMÃO E GIOVANE GIONEDIS, RESPECTIVAMENTE, SECRETÁRIOS DE PLANEJAMENTO E FAZENDA DO ESTADO DO PARANÁ, OBJETIVANDO A INSTRUÇÃO DAS SOLICITAÇÕES DE CONTRATAÇÃO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO DAQUELE ESTADO EM TRAMITAÇÃO NO SENADO FEDERAL.	
02.12.97	REUNIÃO DE INSTRUÇÃO DAS MSF Nº257/96, 081/97 E OFS Nº 63/97, REFERENTES A OPERAÇÕES DE CRÉDITO PRETENDIDAS PELO ESTADO DO PARANÁ	PARTICIPANTES - GIONVANI GIONEDIS, SECRETÁRIO DE FAZENDA DO ESTADO DO PARANÁ, MIGUEL SALOMÃO, SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO DO ESTADO DO PARANÁ, VICENTE DE PAULO, CHEFE ADJUNTO DO DEDIP-BACEN E BENTO ANDRÉ DE OLIVEIRA, COORDENADOR-GERAL DA CEFEM/STN.

**SUBCOMISSÃO DESTINADA A EXAMINAR A POLÍTICA DE INCENTIVOS OFERECIDOS ÀS EMPRESAS PELOS GOVERNOS ESTADUAIS
PRAZO FINAL PARA APRESENTAÇÃO DE RELATÓRIO 17.11.97**

DATA	ASSUNTO	PARTICIPANTES
26.08.97	INSTALAÇÃO DA SUBCOMISSÃO	

DATA	ASSUNTO	PARTICIPANTES
28.08.97	MENSAGEM Nº 142/97 - Submetendo à consideração do Senado Federal o nome do Senhor Sérgio Darcy da Silva Alves para o cargo de Diretor de Normas e Organização do Sistema Financeiro do BACEN.	
04.09.97	AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DEBATER AS PROPOSIÇÕES EM TRAMITAÇÃO NO CONGRESSO NACIONAL, RELATIVAS À QUESTÃO AGRÁRIA, ALÉM DO PROGRAMA CÉDULA DA TERRA.	PRESENTES OS SENHORES: MILTON SELIGMAN - PRESIDENTE DO INCRA; GILMAR MAURO - REPRESENTANTE DO MST; FRANCISCO URBANO - PRESIDENTE DA CONTAG E GILMAN VIANA RODRIGUES - VICE-PRESIDENTE DA CNA.
25.09.97	EXPOSIÇÃO DO SENHOR JOEL MENDES RENNÓ, PRESIDENTE DA PETROBRÁS, ACERCA DE CONTRATOS DO RAMO PETROQUÍMICO.	
09.10.97	PDS Nº 94/97 - Indica o Senhor Antonio Valmir Campelo Bezerra para o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União.	
21.10.97	AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE INSTRUIR O PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 36 DE 1997, QUE VERSA SOBRE O "SISTEMA FINANCEIRO IMOBILIÁRIO".	PRESENTES OS SENHORES: DEPUTADO LUIZ ROBERTO PONTE - PRESIDENTE DA CÂMARA BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO -CBIC; ANÉSIO ABDALLA - PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENTIDADES DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO E POUPANÇA - ABECIP; MELHIM NAMEM CAHUD - ASSESSOR JURÍDICO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENTIDADES DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO E POUPANÇA - ABECIP; E MÁRCIO BAROUKEL BRAGA - DIRETOR DA ASSOCIAÇÃO DOS NOTÁRIOS E REGISTRADORES DO BRASIL - ANOREG.

DATA	ASSUNTO	PARTICIPANTES
02.09.97	APRESENTAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO PELO SENADOR VILSON KLEINÜBING, RELATOR DA SUBCOMISSÃO.	
09.09.97	AUDIÊNCIAS PÚBLICAS SOBRE GUERRA FISCAL.	FERNANDO ANTONIO REZENDE DA SILVA - PRESIDENTE DO IPEA. RICARDO VARSANO - COORDENADOR GERAL DE ESTUDOS SETORIAIS DO IPEA.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

PARTIDO	BANCADA	PROPORÇÃO	REPRESENTAÇÃO
PFL	24	8,59	9
PMDB	22	7,88	8
PSDB	14	5,01	5
Bloco Oposição	11	3,94	4
PPB	6	2,15	2
PTB	4	1,43	1
TOTAL	81	29	29

Bloco Oposição: PSB, PT, PDT e PPS.

Titulares		Suplentes
	17PFL	
Romero Jucá		Guilherme Palmeira
Jonas Pinheiro		José Agripino
José Alves		Bernardo Cabral
Bello Parga		Romeu Tuma
Waldeck Ornelas		João Rocha
¹⁸ Edison Lobão		¹⁹ Élcio Álvares
José Bianco		(Vago)
Freitas Neto		(Vago)
Júlio Campos		(Vago)
	20PMDB	
Carlos Bezerra		José Fogaça
Gilvam Borges		²¹ Humberto Lucena
João França		Onofre Quinan
Casildo Maldaner		José Sarney
²² Mauro Miranda		Renan Calheiros
Nabor Júnior		(Vago)
²³ Marluce Pinto		(Vago)
²⁴ Otoniel Machado		(Vago)

¹⁷ Até 25.8.97, a comissão funcionou com os seguintes membros, designados em 5.3.97: Titulares: Romero Jucá, Jonas Pinheiro, José Alves, Bello Parga, Waldeck Ornelas Edison Lobão e Odacir Soares; Suplentes: Guilherme Palmeira, José Bianco Freitas Neto, Júlio Campos, José Agripino Bernardo Cabral, Romeu Tuma e João Rocha (Vide Of. Nº 186/97, da Liderança do PFL, lido em 26.8.97).

¹⁸ Em 26.11.97, foi substituído pelo Senador Leonel Paiva, e designado para ocupar uma vaga de suplente.

¹⁹ Designado em 26.11.97.

²⁰ Membros designados em 4.3.97.

²¹ Deixa de integrar a Comissão a partir de 3.4.97.

²² Substituído, em 21.8.97, pelo Senador Albino Boaventura.

²³ Designada em 3.4.97.

²⁴ Designado em 12.6.97.

Titulares		Suplentes
	25PSDB	
Lúcio Alcântara		Artur da Távola
Osmar Dias		Beni Veras
Lúdio Coelho		Sérgio Machado
Carlos Wilson		Coutinho Jorge
José Roberto Arruda		Jefferson Péres
26Bloco de Oposição		
Benedita da Silva (PT)		²⁷ José Eduardo Dutra (PT)
Marina Silva (PT)		Lauro Campos (PT)
Ademir Andrade (PSB)		Abdias Nascimento (PDT)
Sebastião Rocha (PDT)		Roberto Freire (PPS)
	28PPB	
Ermendes Amorim		Epitácio Cafeteira
Leomar Quintanilha		Esperidião Amin
	29PTB	
³⁰ Valmir Campelo		³¹ Emília Fernandes

Composição da Comissão ao final da Sessão Legislativa

Titulares		Suplentes
	PFL	
Romero Jucá		Guilherme Palmeira
Jonas Pinheiro		José Agripino
José Alves		Bernardo Cabral
Bello Parga		Romeu Tuma
Waldeck Ornelas		João Rocha
Leonel Paiva		Élcio Álvares
José Bianco		Edison Lobão
Freitas Neto		(Vago)
Júlio Campos		(Vago)

²⁵ Membros designados em 5.3.97.

²⁶ Membros designados em 26.2.97.

²⁷ Substituído, em 2.10.97, pela Senadora Emília Fernandes(PDT).

²⁸ Membros designados em 20.2.97.

²⁹ Membros designados em 4.3.97.

³⁰ Em 11.11.97, foi substituído pelo Senador Odacir Soares.

³¹ Em 5.8.97, comunicou seu desligamento do Partido Trabalhista Brasileiro. Em 1.10.97, foi substituída pelo Senador Odacir Soares, que em 11.11.97 passou a titular, em substituição ao Senador Valmir Campelo. Em 19.11.97, foi designada a Senadora Regina Assumpção, como suplente.

Titulares		Suplentes
	PMDB	
Carlos Bezerra		José Fogaça
Gilvam Borges		Onofre Quinan
João França		José Sarney
Casildo Maldaner		Renan Calheiros
Albino Boaventura		(Vago)
Nabor Júnior		(Vago)
Marluce Pinto		(Vago)
Otoniel Machado		(Vago)
	PSDB	
Lúcio Alcântara		Artur da Távola
Osmar Dias		Beni Veras
Lúdio Coelho		Sérgio Machado
Carlos Wilson		Coutinho Jorge
José Roberto Arruda		Jefferson Péres
Bloco de Oposição		
Benedita da Silva (PT)		Emília Fernandes (PDT)
Marina Silva (PT)		Lauro Campos (PT)
Ademir Andrade (PSB)		Abdias Nascimento (PDT)
Sebastião Rocha (PDT)		Roberto Freire (PPS)
	PPB	
Ernandes Amorim		Epitácio Cafeteira
Leomar Quintanilha		Esperidião Amin
	PTB	
Odacir Soares		Regina Assumpção

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PARTIDO	BANCADA	PROPORÇÃO	REPRESENTAÇÃO
PFL	24	6,81	7
PMDB	22	6,25	6
PSDB	14	3,98	4
Bloco Oposição	11	3,12	3
PPB	6	1,70	2
PTB	4	1,14	1
TOTAL	81	23	23

Bloco Oposição: PSB, PT, PDT e PPS.

Titulares		Suplentes
	32PFL	
³³ Guilherme Palmeira		Écio Alvares
³⁴ Edison Lobão		³⁵ Romero Jucá
José Bianco		José Agripino
Bernardo Cabral		³⁶ Hugo Napoleão
Francelino Pereira		Freitas Neto
Josaphat Marinho		Bello Parga
Romeu Tuma		³⁷ Odacir Soares
	38PMDB	
³⁹ Iris Rezende		⁴⁰ Jader Barbalho
José Fogaça		Ney Suassuna
Roberto Requião		Carlos Bezerra
Ramez Tebet		Casildo Maldaner
Pedro Simon		Fernando Bezerra
Renan Calheiros		Gilvam Borges

³² Membros designados em 5.3.97.

³³ Substituído, em 3.4.97, pelo Senador Hugo Napoleão. Em 4.6.97, volta novamente à condição de titular, em substituição ao Senador Hugo Napoleão.

³⁴ Substituído, em 2.12.97, pelo Senador Romero Jucá.

³⁵ Substituído, em 2.12.97, pelo Senador Edison Lobão.

³⁶ Substituído, em 3.4.97, pelo Senador Guilherme Palmeira. Em 4.6.97, volta novamente à condição de suplente, em substituição ao Senador Guilherme Palmeira. Em 26.11.97, foi substituído pelo Senador Leonel Paiva.

³⁷ Desligado da comissão em 26.8.97 (Of. Nº 186/97, da Liderança do PFL). Em 2.10.97, foi designado o Senador Gilberto Miranda para ocupar a vaga do Senador Odacir Soares.

³⁸ Membros designados em 4.3.97.

³⁹ Afastado do exercício do mandato, desde 22.5.97, para assumir o cargo de Ministro de Estado da Justiça, foi substituído, a partir de 18.7.97, pelo Senador Jader Barbalho.

⁴⁰ Deixou de integrar a comissão, na qualidade de suplente, a partir de 18.7.97 (Of. Nº 267/97, da liderança do PMDB).

Titulares		Suplentes
	41PSDB	
Jefferson Péres		Sérgio Machado
José Ignácio Ferreira		José Serra
Lúcio Alcântara		José Roberto Arruda
Beni Veras		42Artur da Távola
	43Bloco de Oposição	
Antônio Carlos Valadares (PSB)		Ademir Andrade (PSB)
Roberto Freire (PPS)		Sebastião Rocha (PDT)
José Eduardo Dutra (PT)		Marina Silva (PT)
	PPB	
Esperidião Amin		Levy Dias
Epitácio Cafeteira		Leomar Quintanilha
	44PTB	
Regina Assumpção		45Valmir Campelo

Composição da Comissão ao final da Sessão Legislativa

Titulares		Suplentes
	PFL	
Guilherme Palmeira		Élcio Alvares
Romero Jucá		Edison Lobão
José Bianco		José Agripino
Bernardo Cabral		Leonel Paiva
Francelino Pereira		Freitas Neto
Josaphat Marinho		Bello Parga
Romeu Tuma		Gilberto Miranda
	PMDB	
Jader Barbalho		Ney Suassuna
José Fogaça		Carlos Bezerra
Roberto Requião		Casildo Maldaner
Ramez Tebet		Fernando Bezerra
Pedro Simon		Gilvam Borges
Renan Calheiros		(Vago)
	PSDB	
Jefferson Péres		Sérgio Machado
José Ignácio Ferreira		José Serra
Lúcio Alcântara		José Roberto Arruda
Beni Veras		Osmar Dias

41 Membros designados em 5.3.97.

42 Substituído, em 15.7.97, pelo Senador Osmar Dias.

43 Membros designados em 26.2.97.

44 Membros designados em 4.3.97.

45 Em 11.11.97, foi substituído pelo Senador Odacir Soares.

Titulares		Suplentes
Bloco de Oposição		
Antônio Carlos Valadares (PSB)		Ademir Andrade (PSB)
Roberto Freire (PPS)		Sebastião Rocha (PDT)
José Eduardo Dutra (PT)		Marina Silva (PT)
	PPB	
Esperidião Amin		Levy Dias
Epitácio Cafeteira		Leomar Quintanilha
	PTB	
Regina Assumpção		Odacir Soares

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

PARTIDO	BANCADA	PROPORÇÃO	REPRESENTAÇÃO
PFL	24	8,00	8
PMDB	22	7,33	7
PSDB	14	4,67	5
Bloco Oposição	11	3,67	4
PPB	6	2,00	2
PTB	4	1,33	1
TOTAL	81	27	27

Bloco Oposição: PSB, PT, PDT e PPS.

Titulares		Suplentes
	46PFL	
Júlio Campos		Bernardo Cabral
Hugo Napoleão		Vilson Kleinübing
Joel de Hollanda		⁴⁷ Edison Lobão
Élcio Alvares		Francelino Pereira
João Rocha		Gilberto Miranda
⁴⁸ Romero Jucá		Jonas Pinheiro
⁴⁹ Romeu Tuma		Waldeck Ornelas
(Vago)		⁵⁰ Leonel Paiva
	51PMDB	
José Fogaça		Ramez Tebet
⁵² Iris Rezende		Onofre Quinan
Roberto Requião		Ney Suassuna
Gerson Camata		Nabor Júnior
José Samey		Renan Calheiros
João França		(Vago)
⁵³ Marluce Pinto		(Vago)

⁴⁶ Membros designados em 5.3.97.

⁴⁷ Confirmada a indicação através do Of. nº 173/97 da Liderança do PFL.

⁴⁸ Indicado da Tribuna, na Sessão Deliberativa Ordinária do dia 13.8.97, pelo Senador Hugo Napoleão, em nota de esclarecimento. Confirmada a indicação através do Of. nº 173/97, da Liderança do PFL.

⁴⁹ Indicado da Tribuna, na Sessão Deliberativa Ordinária do dia 13.8.97, pelo Senador Hugo Napoleão, em nota de esclarecimento. Confirmada a indicação através do Of. nº 173/97, da Liderança do PFL.

⁵⁰ Designado em 26.11.97.

⁵¹ Membros designados em 4.3.97.

⁵² Em 12.3.97, passa a suplente. Em 19.3.97, foi designado, para ocupar sua vaga, o Senador Fernando Bezerra.

⁵³ Deixou de integrar a Comissão a partir de 3.4.97.

Titulares		Suplentes
	⁵⁴PSDB	
Artur da Távola		Jefferson Péres
Coutinho Jorge		José Ignácio Ferreira
Sérgio Machado		Lúcio Alcântara
Teotônio Vilela		Carlos Wilson
Beni Veras		José Serra
	⁵⁵Bloco de Oposição	
Lauro Campos (PT)		Benedita da Silva (PT)
Marina Silva (PT)		Antônio Carlos Valadares (PSB)
⁵⁶ Sebastião Rocha (PDT)		(Vago)
Abdias Nascimento (PDT)		(Vago)
	⁵⁷PPB	
Levy Dias		Esperidião Amin
Ernandes Amorim		Leomar Quintanilha
	⁵⁸PTB	
⁵⁹ Emília Fernandes		Regina Assumpção

Composição da Comissão ao final da Sessão Legislativa

Titulares		Suplentes
	PFL	
Júlio Campos		Bernardo Cabral
Hugo Napoleão		Vilson Kleinöbing
Joel de Hollanda		Edison Lobão
Élcio Alvares		Francelino Pereira
João Rocha		Gilberto Miranda
Romero Jucá		Jonas Pinheiro
Romeu Tuma		Waldeck Ornelas
(Vago)		Leonel Paiva
	PMDB	
José Fogaça		Ramez Tebet
Fernando Bezerra		Onofre Quinan
Roberto Requião		Ney Suassuna
Gerson Camata		Nabor Júnior
José Sarney		Renan Calheiros
João França		(Vago)
(Vago)		(Vago)

⁵⁴ Membros designados em 5.3.97.

⁵⁵ Membros designados em 26.2.97.

⁵⁶ Substituído, em 2.10.97, pela Senadora Emília Fernandes(PDT).

⁵⁷ Membros designados em 20.2.97.

⁵⁸ Membros designados em 4.3.97.

⁵⁹ Em 5.8.97, comunicou seu desligamento do Partido Trabalhista Brasileiro. Em 1.10.97, foi substituída pelo Senador Odacir Soares.

Titulares		Suplentes
	PSDB	
Artur da Távola		Jefferson Péres
Coutinho Jorge		José Ignacio Ferreira
Sérgio Machado		Lúcio Alcântara
Teotônio Vilela		Carlos Wilson
Beni Veras		José Serra
Bloco de Oposição		
Lauro Campos (PT)		Benedita da Silva (PT)
Marina Silva (PT)		Antônio Carlos Valadares (PSB)
Emília Fernandes (PDT)		(Vago)
Abdias Nascimento (PDT)		(Vago)
	PPB	
Levy Dias		Esperidião Amin
Erandes Amorim		Leomar Quintanilha
	PTB	
Odacir Soares		Regina Assumpção

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

PARTIDO	BANCADA	PROPORÇÃO	REPRESENTAÇÃO
PFL	24	5,63	6
PMDB	22	5,16	5
PSDB	14	3,28	3
Bloco Oposição	11	2,58	3
PPB	6	1,41	1
PTB	4	0,94	1
TOTAL	81	19	19

Bloco Oposição: PSB, PT, PDT e PPS.

Titulares		Suplentes
	⁶⁰PFL	
Guilherme Palmeira		Joel de Hollanda
Hugo Napoleão		Bello Parga
José Agripino		João Rocha
Bernardo Cabral		José Alves
Romeu Tuma		Vilson Kleinöbing
⁶¹ José Bianco		(Vago)
	⁶²PMDB	
José Sarney		Mariuce Pinto
Humberto Lucena		Fernando Bezerra
Pedro Simon		⁶³ Mauro Miranda
Casildo Maldaner		Gerson Camata
Jader Barbalho		⁶⁴ Iris Rezende
	⁶⁵PSDB	
Artur da Távola		José Ignácio Ferreira
Carlos Wilson		Teotônio Vilela Filho
Lúdio Coelho		Osmar Dias
	⁶⁶Bloco de Oposição	
Benedita da Silva (PT)		Eduardo Suplicy (PT)
Abdias Nascimento (PDT)		Ademir Andrade (PSB)
⁶⁷ Roberto Freire (PPS)		Marina Silva (PT)

⁶⁰ Membros designados em 5.3.97.

⁶¹ Substituído, em 26.11.97, pelo Senador Leonel Paiva, e passou, na mesma data, a ocupar a vaga de suplente.

⁶² Membros designados em 4.3.97.

⁶³ Substituído, em 21.8.97, pelo Senador Albino Boaventura.

⁶⁴ Em virtude do seu afastamento do exercício do mandato, em 22.5.97, para assumir o cargo de Ministro de Estado da Justiça, foi substituído, a partir de 12.6.97, pelo Senador Ottoniel Machado.

⁶⁵ Membros designados em 5.3.97.

⁶⁶ Membros designados em 26.2.97.

⁶⁷ Substituído, em 2.10.97, pelo Senador Emília Fernandes (PDT).

Titulares		Suplentes
	68PPB	
Leomar Quintanilha		Levy Dias
	69PTB	
⁷⁰ ⁷¹ Emília Fernandes		⁷² Regina Assumpção

Composição da Comissão ao final da Sessão Legislativa

Titulares		Suplentes
	PFL	
Guilherme Palmeira		Joel de Hollanda
Hugo Napoleão		Bello Parga
José Agripino		João Rocha
Bernardo Cabral		José Alves
Romeu Tuma		Vilson Kleinöbing
Leonel Paiva		José Bianco
	PMDB	
José Sarney		Mariuce Pinto
Humberto Lucena		Fernando Bezerra
Pedro Simon		Albino Boaventura
Casildo Maldaner		Gerson Camata
Jader Barbalho		Otoniel Machado
	PSDB	
Artur da Távola		José Ignácio Ferreira
Carlos Wilson		Teotônio Vilela Filho
Lúdio Coelho		Osmar Dias
Bloco de Oposição		
Benedita da Silva (PT)		Eduardo Suplicy (PT)
Abdias Nascimento (PDT)		Ademir Andrade (PSB)
Emília Fernandes (PDT)		Marina Silva (PT)
	PPB	
Leomar Quintanilha		Levy Dias
	PTB	
Regina Assumpção		Odacir Soares

⁶⁸ Membros designados em 20.2.97.

⁶⁹ Membros designados em 4.3.97.

⁷⁰ Em 5.8.97, comunicou seu desligamento do Partido Trabalhista Brasileiro.

⁷¹ Em 30.9.97, foi substituída pela Senadora Regina Assumpção.

⁷² Em 30.9.97, foi substituída pelo Senador Odacir Soares.

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA

PARTIDO	BANCADA	PROPORÇÃO	REPRESENTAÇÃO
PFL	24	6,81	7
PMDB	22	6,25	6
PSDB	14	3,98	4
Bloco Oposição	11	3,12	3
PPB	6	1,70	2
PTB	4	1,14	1
TOTAL	81	23	23

Bloco Oposição: PSB, PT, PDT e PPS.

Titulares		Suplentes
	73PFL	
Freitas Neto		Josaphat Marinho
José Agripino		Jonas Pinheiro
Romero Jucá		Guilherme Palmeira
Vilson Kleinübing		Waldeck Ornelas
Élcio Alvares		José Alves
Joel de Hollanda		Romeu Tuma
⁷⁴ Hugo Napoleão		Gilberto Miranda
	75PMDB	
Nabor Júnior		Roberto Requião
⁷⁶ Mauro Miranda		Ramez Tebet
Renan Calheiros		Carlos Bezerra
Gerson Camata		⁷⁷ Iris Rezende
⁷⁸ Fernando Bezerra		José Samey
Marluce Pinto		⁷⁹ Humberto Lucena
	80PSDB	
José Ignácio Ferreira		Carlos Wilson
José Roberto Arruda		Coutinho Jorge
Teotônio Vilela Filho		Osmar Dias
José Serra		Lúdio Coelho

⁷³ Membros designados em 5.3.97.

⁷⁴ Designado em 25.6.97.

⁷⁵ Membros designados em 4.3.97.

⁷⁶ Substituído, em 21.8.97, pelo Senador Albino Boaventura.

⁷⁷ Em 12.3.97, passa a titular, em substituição ao Senador Fernando Bezerra. Em virtude do seu afastamento do exercício do mandato, em 22.5.97, para assumir o cargo de Ministro de Estado da Justiça, foi substituído, a partir de 12.6.97, pelo Senador Otoniel Machado, como titular.

⁷⁸ Em 12.3.97, passa a suplente, em substituição ao Senador Iris Rezende.

⁷⁹ Deixa de integrar a Comissão a partir de 3.4.97.

⁸⁰ Membros designados em 5.3.97.

Titulares		Suplentes
⁸¹Bloco de Oposição		
José Eduardo Dutra (PT)		⁸² Antônio Carlos Valadares (PSB)
⁸³ Emília Fernandes(PDT)		Eduardo Suplicy (PT)
(Vago)		Marina Silva (PT)
⁸⁴PPB		
Levy Dias		Esperidião Amin
Emandes Amorim		Epitácio Cafeteira
⁸⁵PTB		
Regina Assumpção		⁸⁶ Emília Fernandes

Composição da Comissão ao final da Sessão Legislativa

Titulares		Suplentes
PFL		
Freitas Neto		Josaphat Marinho
José Agripino		Jonas Pinheiro
Romero Jucá		Guilherme Palmeira
Vilson Kleinübing		Waldeck Ornelas
Écio Alvares		José Alves
Joel de Hollanda		Romeu Tuma
Hugo Napoleão		Gilberto Miranda
PMDB		
Nabor Júnior		Roberto Requião
Albino Boaventura		Ramez Tebet
Renan Calheiros		Carlos Bezerra
Gerson Camata		Fernando Bezerra
Otoniel Machado		José Sarney
Marluce Pinto		(Vago)
PSDB		
José Ignácio Ferreira		Carlos Wilson
José Roberto Arruda		Coutinho Jorge
Teotônio Vilela Filho		Osmar Dias
José Serra		Lúdio Coelho
Bloco de Oposição		
José Eduardo Dutra (PT)		Eduardo Suplicy (PT)
Emília Fernandes(PDT)		Marina Silva (PT)
Antônio Carlos Valadares (PSB)		

⁸¹ Membros designados em 26.2.97.

⁸² Em 20.5.97, passa a ocupar a vaga de Titular.

⁸³ Designada em 1.10.97.

⁸⁴ Membros designados em 20.2.97.

⁸⁵ Membros designados em 4.3.97.

⁸⁶ Em 5.8.97, comunicou seu desligamento do Partido Trabalhista Brasileiro. Em 1.10.97, foi substituída pelo Senador Odacir Soares.

Titulares		Suplentes
	PPB	
Levy Dias		Esperidião Amin
Ernandes Amorim		Epitácio Cafeteira
	PTB	
Regina Assumpção		Odacir Soares

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

PARTIDO	BANCADA	PROPORÇÃO	REPRESENTAÇÃO
PFL	24	5,04	5
PMDB	22	4,62	5
PSDB	14	2,94	3
Bloco Oposição	11	2,31	2
PPB	6	1,26	1
PTB	4	0,84	1
TOTAL	81	17	17
SUPLENTES			
PFL	24	2,67	3
PMDB	22	2,44	2
PSDB	14	1,56	2
Bloco Oposição	11	1,22	1
PPB	6	0,67	1
PTB	4	0,44	0
TOTAL	81	9	9

Bloco Oposição: PSB, PT, PDT e PPS.

Titulares		Suplentes
	⁸⁷PFL	
Josaphat Maranhão		⁸⁸ Odacir Soares
José Alves		Francelino Pereira
⁸⁹ Edison Lobão		⁹⁰ Waldeck Ornelas
João Rocha		
Gilberto Miranda		
	⁹¹PMDB	
Onofre Quinan		Gilvam Borges
Ney Suassuna		João França
Humberto Lucena		
⁹² Jader Barbalho		
(Vago)		

⁸⁷ Membros designados em 5.3.97.

⁸⁸ Designado da comissão em 26.8.97 (Of. nº 186/97, da Liderança do PFL). Em 9.9.97, foi designado o Senador Wilson Kleinöbing, para ocupar a vaga (Of. nº 195/97, de 8.9, da Liderança do PFL).

⁸⁹ Substituído, em 10.4.97, pelo Senador Júlio Campos.

⁹⁰ Designado em 9.9.97 (Of. nº 195/97, de 8.9, da Liderança do PFL).

⁹¹ Membros designados em 4.3.97.

⁹² Deixou de integrar a comissão a partir de 18.7.97, conforme comunicação feita no dia 18.7.97, através do Ofício nº 267/97, da liderança do PMDB.

Titulares		Suplentes
	93PSDB	
Beni Veras		José Ignácio Ferreira
Carlos Wilson		Coutinho Jorge
José Serra		
94Bloco de Oposição		
Eduardo Suplicy (PT)		Benedita da Silva (PT)
	95PPB	
Epitácio Cafeteira		Emandes Amorim
	PTB	
96Valmir Campelo		

Subcomissão

Criada através de requerimento do Senador Gilberto Miranda, no âmbito da CFC, para fiscalizar e controlar as ações decorrentes da implementação e execução das políticas públicas para os setores de telecomunicações; petróleo e gás; e energia elétrica e transportes:

Composição

Sob a coordenação do Senhor Senador Edison Lobão, Presidente da Comissão.

Setor de Telecomunicações: Senador Gilberto Miranda

Setor de Petróleo e Gás: Senador Antônio Carlos Valadares

Setor de Energia Elétrica: Senador Carlos Patrocínio

Setor de Transportes: Senador Coutinho Jorge

Composição da Comissão ao final da Sessão Legislativa

Titulares		Suplentes
	PFL	
Josaphat Marinho		Vilson Kleinübing
José Alves		Francelino Pereira
Júlio Campos		Waldeck Ornelas
João Rocha		
Gilberto Miranda		

93 Membros designados em 5.3.97.

94 Membros designados em 26.2.97.

95 Membros designados em 20.2.97.

96 Designado em 4.3.97. Em 11.11.97, foi substituído pelo Senador Odacir Soares.

Titulares		Suplentes
	PMDB	
Onofre Quinan		Gilvam Borges
Ney Suassuna		João França
Humberto Lucena		
(Vago)		
(Vago)		
	PSDB	
Beni Veras		José Ignácio Ferreira
Carlos Wilson		Coutinho Jorge
José Serra		
Bloco de Oposição		
Eduardo Suplicy (PT)		Benedita da Silva (PT)
	PPB	
Epitácio Cafeteira		Erandes Amorim
	PTB	
Odacir Soares		

b) Temporárias

1) Constituída para exame de código

1.1) Incumbida de emitir parecer sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 1984, que institui o Código Civil:

PARTIDO	BANCADA	PROPORÇÃO	REPRESENTAÇÃO
PMDB	24	3,25	3
PFL	21	2,85	3
PSDB	14	1,90	2
PPB	5	0,67	1
PT	5	0,67	1
PTB	4	0,54	1
PDT	3	0,40	-
PSB	2	0,27	-
PSL	1	0,13	-
PPS	1	0,13	-
S/P	1		
TOTAL	81	11	11

Composição		
Titulares		Suplentes
	PMDB	
José Fogaça		Ramez Tebet
Roberto Requião		⁹⁷ Iris Rezende
Ronaldo Cunha Lima - Presidente		Ney Suassuna
	PFL	
Josaphat Marinho - Relator-Geral		Carlos Patrocínio
⁹⁸ Waldeck Ornelas		José Bianco
Edison Lobão		Guilherme Palmeira
	PSDB	
José Ignácio Ferreira - Vice-Presidente		Jefferson Peres
	PPB (ex-PPR + ex-PP)	
Esperidião Amin		Lucídio Portella
⁹⁹ Bernardo Cabral		¹⁰⁰ Antônio Carlos Valadares
	PTB	
¹⁰¹ Emília Fernandes		José Eduardo
	PT	
Lauro Campos		Benedita da Silva

Nota: Em 31.1.97, formou-se o Bloco Parlamentar de Oposição, com os seguintes partidos: **PT, PDT, PSB e PPS.**

⁹⁷ Afastou-se do exercício do mandato, em 22.5.97, para assumir o cargo de Ministro de Estado da Justiça.

⁹⁸ Substituído, em 18.9.97, pelo Senador Bernardo Cabral.

⁹⁹ Em 16.5.97, foi substituído pelo Senador Emandes Amorim.

¹⁰⁰ Em 16.5.97, foi substituído pelo Senador Levy Dias.

¹⁰¹ Em 5.8.97, comunicou seu desligamento do Partido Trabalhista Brasileiro. Em 19.11.97, foi substituída pelo Senador Odacir Soares.

Ao encerramento dos trabalhos da Comissão, sua composição estava assim constituída:

Composição		
Titulares		Suplentes
	PMDB	
José Fogaça		Ramez Tebet
Roberto Requião		¹⁰² Iris Rezende
Ronaldo Cunha Lima - Presidente		Ney Suassuna
	PFL	
Josaphat Marinho - Relator-Geral		Carlos Patrocínio
Bernardo Cabral		José Bianco
Edison Lobão		Guilherme Palmeira
	PSDB	
José Ignácio Ferreira - Vice-Presidente		Jefferson Peres
PPB (ex-PPR + ex-PP)		
Esperidião Amin		Lucídio Portella
Emandes Amorim		Levy Dias
	PTB	
Odacir Soares		José Eduardo
	PT	
Lauro Campos		Benedita da Silva

Histórico de 1997

EM 10.01.97 - Recebimento do Ofício s/nº, da Liderança do PPB, indicando o Senador Esperidião Amin, como titular, em substituição à Senadora Sandra Guidi.

EM 16.05.97 - Recebimento do Ofício s/nº, da Liderança do PPB, indicando os Senadores Emandes Amorim e Levy Dias, como titular e suplente, em substituição aos Senadores Bernardo Cabral e Antônio Carlos Valadares, respectivamente.

EM 18.09.97 - Recebimento do Ofício nº 218/97, da Liderança do PFL, comunicando a substituição do Senador Waldeck Ornelas, pelo Senador Bernardo Cabral.

EM 18.09.97 - Recebimento do Ofício nº 218/97, da Liderança do PFL, comunicando a substituição do Senador Waldeck Ornelas, pelo Senador Bernardo Cabral e indicando o Senador Waldeck Ornelas como suplente da Comissão.

EM 28.10.97 - Recebimento do Ofício nº 241/97, da Liderança do PFL, comunicando o desligamento do Senador Waldeck Ornelas como suplente da Comissão.

EM 05.11.97 - 1ª Reunião

Apresentado o Parecer Final do Relator-Geral, Senador Josaphat Marinho, pareceres sobre as 366 emendas oferecidas ao Projeto (acolhidas pelo Relator, na íntegra 65; parcialmente, na forma de subemendas 120; minúsculas 146 e, pela prejudicialidade 16) e apresentação de 127 emendas de Relator, que receberam os n.ºs 493-R a 493-R.

¹⁰² Afastou-se do exercício do mandato, em 22.5.97, para assumir o cargo de Ministro de Estado da Justiça.

Em 06.11.97 - 2ª Reunião

Concedida vista coletiva da matéria.

EM 13.11.97 - 3ª Reunião

A Comissão aprovou, por unanimidade, parecer do Senhor Relator-Geral, concluindo favoravelmente ao PLC nº 118/84 e pela prejudicialidade das proposições apensadas à matéria. Foi aprovado em globo, por unanimidade, o parecer do Relator-Geral referente às 65 emendas com parecer favorável; 139 acolhidas parcialmente na forma de subemendas; 146 com parecer contrário; 16 concluindo pela prejudicialidade e as 127 emendas de Relator de nºs 367-R a 493-R.

EM 20.11.97 - Recebimento do Ofício nº GLPTB/374/97, datado de 19.11.97, da Liderança do PTB, substituindo a Sra. Senadora Emília Fernandes pelo Sr. Senador Odacir Soares como membro Titular na Comissão.

Em 12.12.97

A Comissão encerrou seus trabalhos aprovando, com emendas, o Projeto de Lei da Câmara nº 118/84, que institui o Código Civil.

2) Parlamentares de Inquérito

2.1) Destinada a, no prazo de 90 dias, apurar irregularidades relacionadas à autorização, emissão e negociação de títulos públicos, estaduais e municipais, nos exercícios de 1995 e 1996.

Criação: 26.11.96, pelo Requerimento nº 1.101/96

1º Signatário: Sen. Jader Barbalho

Nº de membros: 13 (treze)

Prazo de funcionamento: 90 (noventa) dias.

Titulares

PARTIDO	BANCADA	PROPORÇÃO	REPRESENTAÇÃO
PMDB	23	3,70	4
PFL	22	3,53	4
PSDB	13	2,09	2
PPB	5	0,80	1
PT	5	0,80	1
PTB	4	0,64	1
PDT	3	0,48	-
PSB	2	0,32	-
PSL	1	0,16	-
PPS	1	0,16	-
S/P	2	0,32	
TOTAL	81	13,00	13

Suplentes

PARTIDO	BANCADA	PROPOZÇÃO	REPRESENTAÇÃO
PMDB	23	2,27	2
PFL	22	2,17	2
PSDB	13	1,28	1
PPB	5	0,49	1
PT	5	0,49	1
PTB	4	0,40	1
PDT	3	0,30	
PSB	2	0,20	
PSL	1	0,10	
PPS	1	0,10	
S/P	2	0,20	
TOTAL	81	8	

Composição

Titulares		Suplentes
	PMDB	
¹⁰³ Nabor Júnior		¹⁰⁴ Casildo Maldaner
Roberto Requião		Onofre Quinan
Fernando Bezerra		
Jader Barbalho		
	PFL	
Bernardo Cabral		¹⁰⁵ Edison Lobão
¹⁰⁶ Hugo Napoleão		Francelino Pereira
José Agripino		
Vilson Kleinübing		
	PSDB	
José Serra		¹⁰⁷ Sérgio Machado
Geraldo Melo		
	PPB	
Esperidião Amin		¹⁰⁸ Leomar Quintanilha
	PTB	
¹⁰⁹ Emília Fernandes		
	PT	
Eduardo Suplicy		José Eduardo Dutra
	PTB+PDT+PSB+PSL+PPS	
		Antônio Carlos Valadares

Nota: Em 31.1.97, formou-se o Bloco Parlamentar de Oposição, com os seguintes partidos: PT, PDT, PSB e PPS.

¹⁰³ Em 10.3.97, foi substituído pelo Senador Casildo Maldaner.

¹⁰⁴ Em 10.3.97, foi substituído pelo Senador Ney Suassuna.

¹⁰⁵ Em 18.2.97, foi substituído pelo Senador Gilberto Miranda.

¹⁰⁶ Em 26.2.97, foi substituído pelo Senador Romeu Tuma.

¹⁰⁷ Em 27.2.97, foi substituído pelo Senador Carlos Wilson.

¹⁰⁸ Substituído, em 2.4.97, pelo Senador Eptácio Cafeteira.

¹⁰⁹ Em 5.8.97, comunicou seu desligamento do Partido Trabalhista Brasileiro.

Ao encerramento dos trabalhos da Comissão, sua composição estava assim constituída:

Composição		
Titulares		Suplentes
	PMDB	
Casildo Maldaner		Ney Suassuna
Roberto Requião		Onofre Quinan
Fernando Bezerra		
Jader Barbalho		
	PFL	
Bernardo Cabral		Gilberto Miranda
Romeu Tuma		Francelino Pereira
José Agripino		
Vilson Kleinübing		
	PSDB	
José Serra		Carlos Wilson
Geraldo Melo		
	PPB	
Esperidião Amin		Epitácio Cafeteira
	PTB	
¹¹⁰ Emília Fernandes		
	PT	
Eduardo Suplicy		José Eduardo Dutra
	PTB+PDT+PSB+PSL+PPS	
		Antônio Carlos Valadares

Histórico de 1997

Em 15.01.97 - 1ª Reunião

- Realizada no período da Convocação Extraordinária do Congresso Nacional.
- Reunião de Trabalho - aprovada a convocação do Sr. **Jairo da Cruz Ferreira**, Chefe do Departamento da Dívida Pública (Dedip) do Banco Central para a próxima reunião da Comissão, a ser realizada em 22.01.97, às 17 horas.
- Designados Relatores Adjuntos os Srs. Senadores José Serra e Vilson Kleinübing.
- Recebimento do Ofício da Liderança do Partido Progressista Brasileiro - PPB s/nº, de 14/01/97, indicando o nome do Senador Esperidião Amin como Titular da Comissão, em substituição ao Senador Epitácio Cafeteira.

Em 17.01.97 - Publicação da ata da 2ª Reunião e respectivas notas taquigráficas (DSF nº 008 - de 17.01.97 - Pág. 02518).

Em 22.01.97 - 2ª Reunião

- Realizada no período da Convocação Extraordinária do Congresso Nacional.
- Realizada reunião onde foi ouvido o depoimento do Sr. **Jairo da Cruz Ferreira**, Chefe do Departamento da Dívida Pública do Banco Central. Na oportunidade, parte da reunião tornou-se secreta para acareação entre o depoente e o Sr. **Carlos Augusto Bezerra**, Consultor Legislativo do Senado Federal.

¹¹⁰ Em 5.8.97, comunicou seu desligamento do Partido Trabalhista Brasileiro.

Em 23.01.97 - Recebimento do Ofício nº 036/97, datado de 22.01.97, da Liderança do PMDB, comunicando a substituição do Senador Ney Suassuna pelo Senador Casildo Maldaner, como suplente.

Em 24.01.97 - Publicação da ata da 1ª Reunião e respectivas notas taquigráficas (DSF Nº 013 - de 24.01.97 - Pág. 03068).

Em 28.01.97 - 3ª Reunião

- Realizada no período da Convocação Extraordinária do Congresso Nacional.
- Realizada reunião onde foram ouvidos os depoimentos da Sra. **Luciane Valença Mizuno**, Técnica do Banco Central no período de 1992 a 1995 e do Sr. **Alkimar Ribeiro Moura**, Diretor de Normas e Organização do Sistema Financeiro do Banco Central.

Em 30.01.97 - 4ª Reunião

- Realizada no período da Convocação Extraordinária do Congresso Nacional.
- Realizada reunião interna para tratar de assuntos pertinentes à Comissão.

Em 30.01.97 - Publicação da Ata da 2ª Reunião e respectivas notas taquigráficas (DSF nº 017 - de 30.01.97 - Pág. 03470).

Em 01.02.97 - Publicação da Ata da 3ª Reunião e respectivas notas taquigráficas (DSF nº 019 - de 01.02.97 - Pág. 03650).

Em 05.02.97 - Recebimento do Ofício nº 028/97-GLPFL, datado de 05.02.97, da Liderança do PFL, comunicando a substituição do Senador Francelino Pereira pelo Senador Gilberto Miranda, como suplente.

Realizada a 5ª Reunião

- Realizada no período da Convocação Extraordinária do Congresso Nacional.
- Realizada reunião onde foram ouvidos os depoimentos dos Senhores **Oscar Falk**, Ex-Secretário da Fazenda do Estado de Santa Catarina; **Carlos Eduardo Ferreira**, Assessor Financeiro do Defim (Banco do Estado de Santa Catarina) e **Paulo Sérgio Prisco Paraíso**, Secretário da Fazenda do Estado de Santa Catarina.

Em 06.02.97 - Recebimento do Ofício nº 030/97-GLPFL, datado de 06.02.97, da Liderança do PFL, comunicando a substituição do Senador Gilberto Miranda pelo Senador Francelino Pereira, como suplente.

Em 07.02.97 - Publicação da Ata da 4ª Reunião e respectivas notas taquigráficas (DSF nº 023 - de 07.02.97 - Pág. 04009).

Em 18.02.97 - Recebimento do Ofício nº 032/97-GLPFL, datado de 18.02.97, da Liderança do PFL, comunicando a substituição do Senador Edison Lobão pelo Senador Gilberto Miranda, como suplente.

Em 19.02.97 - 6ª Reunião

- Realizada reunião onde foram ouvidos os depoimentos dos Senhores **Ibraim Borges Filho**, Presidente da IBF Factoring; **Yoshiaki Nakano**, Secretário da Fazenda do Estado de São Paulo e **Ariovaldo D'Angelo**, Diretor Financeiro do Banco do Estado de São Paulo. Parte da reunião toma-se secreta a fim de ouvir o Sr. Ibraim Borges Filho.

Em 20.02.97 - 7ª Reunião

- Realizada reunião onde foram ouvidos os depoimentos dos Senhores **Wagner Baptista Ramos**, Coordenador da Dívida Pública do Município de São Paulo e **José Antônio de Freitas**, Secretário das Finanças do Município de São Paulo.

Em 26.02.97 - 8ª Reunião

- Realizada reunião onde foram ouvidos os depoimentos dos Senhores **Jairo Cândido**, ex-Secretário de Economia e Planejamento da Prefeitura de Guarulhos; **Roberto Sanchez**, Secretário de Negócios da Fazenda da Prefeitura de Osasco; **Geraldo Blasoto Júnior**, ex-Secretário Municipal de Finanças da Prefeitura de Campinas; e **Eduardo Campos**, Secretário da Fazenda do Estado de Pernambuco.

Em 26.02.97 - Publicação das Atas da 5ª e 6ª Reuniões e respectivas notas taquigráficas (DSF nº 029 - de 26.02.97 - Pág. 04433).

Em 26.02.97 - Recebimento do Ofício nº 035/97-GLPFL, datado de 25.02.97, da Liderança do PFL, comunicando a substituição do Senador Hugo Napoleão pelo Senador Romeu Tuma, como titular.

27.02.97 - Recebimento do Ofício nº 019/97-GLPSDB, datado de 27.02.97, da Liderança do PSDB, comunicando a substituição do Senador Sérgio Machado pelo Carlos Wilson, como suplente.

Em 04.03.97 - 9ª Reunião

- Realizada reunião de trabalho para tratar de assuntos pertinentes à Comissão.
- A presente reunião contou com a presença do Dr. **Everardo Maciel**, Secretário da Receita Federal, oportunidade em que S. Sa. apresentou subsídios para os trabalhos da Comissão (ouvido em reunião secreta).

Em 05.03.97 - 10ª Reunião

- Realizada reunião onde foram ouvidos os depoimentos dos Senhores **Sérgio Mounib Derneka**, da SMJT - Assessoria Empresarial; **Gerson Martins**, da PERFIL-CCTVM (reuniões secretas); e **Luiz Calabria**, da PERFIL-CCTVM.

Em 06.03.97 (às 10:00 h) - Continuação da reunião: depoimento do Senhor **Enrico Picciotto**, da SPLIT-DTVM.

Em 08.03.97 - Publicação das Atas da 7ª, 8ª Reuniões e respectivas notas taquigráficas (DSF nº 37 - de 08.03.97 - pág. 05131).

Em 11.03.97 - 11ª Reunião

- **10:00 h** - Realizada reunião onde foi ouvido o depoimento do Senhor **Fausto Solano Pereira**, da Empresa Boa Safra.
- **17:00 h** - Continuação da reunião: depoimento do Senhor **José Pereira de Sousa**, ex-Secretário da Fazenda do Estado de Alagoas.

Em 12.03.97 - 12ª Reunião

- Realizada reunião onde foi ouvido o depoimento do Senhor **Fábio Barreto Nahoum**, do Banco Vetor.
- Realizada, também, acareação entre o depoente e o Senhor **Wagner Baptista Ramos**. **Suspensa a reunião à 01h05min do dia 13.03.97; e convocada reabertura da reunião para o mesmo dia, às 17:00 horas.**

Em 13.03.97 - (às 17:00 h) - **Reabertura da reunião** para ouvir os depoimentos dos Senhores **César Augusto Busatto** (Secretário da Fazenda do Rio Grande do Sul), **Cairo Antônio Vieira Peixoto** (Ex-Secretário de Finanças de Goiânia), **Pedro Neiva Filho**, **Fábio Pazzanese Filho** (Negocial), **José Luiz da Cunha Priolli** (Negocial) e **Rubens Cenci da Silva** (Perfil). Foi efetuada, também, a acareação entre os Senhores **Wagner Baptista Ramos** (ex-Coordenador da Dívida Pública do Município de São Paulo), **Gerson Martins** (Perfil), **Luiz Calabria** (Perfil), **Rubens Cenci da Silva**, **José Luiz da Cunha Priolli**, **Fábio Pazzanese Filho** e **Fábio Barreto Nahoum**. Parte da reunião torna-se secreta para ouvir o depoimento do Sr. Pedro Neiva Filho.

Em 15.03.97 - Publicação das Atas da 9ª, 10ª e 11ª Reuniões e respectivas notas taquigráficas (DSF nº 42 - de 15.03.97 - pág. 05701).

Em 18.03.97 - 13ª Reunião

- Realizada reunião onde foi ouvido o depoimento do Senhor **Ronaldo Ganon**, do Banco Votorantim.
- Realizada, também, acareação entre o depoente e o Senhor **Wagner Baptista Ramos**. Suspensa a reunião à 00h20min do dia 19.03.97; e convocada reabertura da reunião para o mesmo dia, às 10:00 horas.

Em 19.03.97 - (às 10:00horas) Reabertura da reunião para ouvir os depoimentos dos Senhores **Genival de Almeida** e **Galdino de Faria Alvim Neto**, ambos do Banco Maxi-Divisa. Suspensa a reunião às 12h10min ; e convocada reabertura da reunião para o mesmo dia às 17:00horas a fim de que seja ouvido o Senhor **Galdino de Faria Alvim Neto**. Às 17:00horas reaberta a reunião para ouvir o depoimento do Senhor **Galdino de Faria Alvim Neto**. Às 17h57min a Reunião torna-se secreta.

Em 20.03.97 - 14ª Reunião (às 09:00 horas)

Reunião interna de trabalho.

Em 22.03.97 - Publicação da Ata da 12ª Reunião e respectiva nota taquigráfica (DSF nº 47 - de 22.03.97 - pg. 06257).

Em 27.03.97 - Republicação por incorreção da Ata da 11ª Reunião e respectiva nota taquigráfica (DSF nº 50 - de 27.03.97 - pag 06655).

Em 02.04.97 - Recebimento do Ofício s/nº, datado de 01.04.97, da Liderança do PPB, comunicando a substituição do Senador **Leomar Quintanilha** pelo Senador **Epitácio Cafeteira**, na suplência da Comissão.

Em 02.04.97 - 15ª Reunião (às 17:00 horas)

Reunião de Trabalho

Palestra do Sr. Escritor **Ivan Sant'Anna**, autor do romance "Rapina".

Em 04.04.97 - 16ª Reunião

- Às 10:00 horas iniciada reunião para ouvir o depoimento do Senhor **José Fernando de Almeida** - Presidente da Fundação dos Economiários Federais - FUNCEF. Interrompida a reunião às 14:30 horas e reiniciada a reunião às 16:00 horas para continuação dos depoimentos. Foram ouvidos os Srs. **Francisco Gonzaga de Oliveira** - Presidente da Fundação PETROBRÁS de Seguridade de Social - PETROS, **José Luiz Pingarilho Neto** - Superintendente do Instituto SERPROS de Seguridade Social e **Olival Mantovanele Netto** - Ex-Superintendente da Fundação EMBRATEL de Seguridade Social - TELOS.

Em 05.04.97 - Publicação das Atas das 13ª e 14ª Reuniões e respectivas notas taquigráficas (DSF nº 55 - de 05.04.97 - pg. 07139).

Em 07.04.97 - 17ª Reunião.

Inicia-se a reunião às 10:00 horas para ouvir o depoimento do **Dr. Lázaro de Mello Brandão** - Presidente do Banco Bradesco S.A. e **Dr. Ageo Silva** - Vice-Presidente-Executivo do Banco Bradesco S.A. Interrompida a reunião às 14:39hs e reaberta às 16:16hs para ouvir os depoimentos dos Senhores: **Antônio José de Almeida Carneiro** - Ex- Presidente do Banco Multiplic; **Manoel Felix Cintra Neto** - Presidente do Banco Multiplic; **Dr. Domingos T. Murta Ramalho** - Presidente do Banco Est. Paraná S/A e Banestado Leasing S/A.; **Wilson Mugnaine** - Ex- Presidente do Banestado Corretora S.A.; **Oswaldo Luiz Magalhães dos Santos** - Ex- Presidente do Banestado Leasing S.A.; **Paulo Roberto Gonçalves da Silva** - Diretor de Op. do Banestado Corretora S.A.; **Pedro Ramos** - Ex-Presidente do Banestado Corretora S.A.; **Carlos Antônio Valente de Castro** - Presidente do Banestado Corretora S.A.; **Sérgio Cutolo dos Santos** -

Presidente da Caixa Econômica Federal e **Sandra Beatriz B. Tavares** - Diretora da Caixa Econômica Federal.

Em 08.04.97 - 18ª Reunião

Inicia-se a reunião às 17:00 horas para ouvir o depoimento da Sra. **Maria Helena Moreira Cella** - ex-funcionária da Pref. Munic. de São Paulo e **Nivaldo Furtado de Almeida** - ex-funcionário da Pref. Munic. de São Paulo e posteriormente foi realizada a acareação entre os senhores **Jairo da Cruz Ferreira** - Chefe licenciado do DEDIP/BACEN e **Pedro Neiva Filho** - ex-funcionário da Pref. Munic. de São Paulo. Foi ouvido também o Dr. **Luir Ceschin** - Procurador-Chefe da Secretaria de Assuntos Especiais da Procuradoria Geral do Estado do Paraná.

Em 09.04.97 - 19ª Reunião

Realizada Reunião da Comissão às 17:00 horas para ouvir os depoimentos dos Srs: - **Jorge Lúcio de Castro** - Diretor Financeiro da FUNCEF; **Mirmaloy Oliveira Lima** - Gerente de Investimentos Financeiros da FUNCEF; **Francisco Mendes de Alencar Filho** - Analista de Investimentos da FUNCEF. Anteriormente aos depoimentos, realizada Reunião Interna de Trabalho (Secreta).

Em 15.04.97 - 20ª Reunião (às 17:00 horas)

Realizada Reunião de Trabalho da Comissão.

Em 15.04.97 - Publicação das Atas das 15ª, 16ª, 17ª e 18ª Reuniões e respectivas notas taquigráficas (Suplemento do DSF nº 60 - de 12.04.97 - pg. 07640).

Em 19.04.97 - Publicação da Ata da 19ª Reunião e respectivas notas taquigráficas (DSF Nº 065, de 19.04.97 - pág. 08196).

Em 22.04.97 - foi deferido o Requerimento nº 275/97, prorrogando o prazo da Comissão até 6.6.97.

Em 23.04.97 - 21ª Reunião

Realizada Reunião às 17:00 horas para ouvir os depoimentos dos Srs. **Alex Sandro Sá Teles dos Santos** e **Sandro Luis Cipriano**, ex-office-boys da Split, e reinquirição dos Srs. **Ibraim Borges Filho**, da IBF Factoring, **Fausto Solano Pereira**, da Boasafra, e **Enrico Picciotto**, da Split. Foi realizada também acareação entre os depoentes presentes.

Em 24.04.97 - 22ª Reunião

Realizada Reunião às 17:00 horas para ouvir os depoimentos dos Srs. **Augusto César Falcão de Queiroz** e **José Roberto Barbosa Peçanha**, Diretores da Arjel, e **Katsumi Kihara**, Diretor do Banco Bradesco S/A. Foi realizada também acareação entre os Srs. **Augusto César Falcão de Queiroz** e **Katsumi Kihara**.

Em 26.04.97 - Publicação da Ata da 20ª Reunião e respectivas notas taquigráficas (DSF Nº 069 de 26.04.97 - pág. 08673).

Em 29.04.97 - 23ª Reunião

Realizada Reunião às 17:00 horas para ouvir os depoimentos dos Srs. **Antônio da Cunha Vilas Boas** e **Luz Antônio Mora**, Diretores da Arjel. Após os depoimentos, foi realizada Reunião de Trabalho da Comissão.

Em 06.05.97 - 24ª Reunião

Realizada reunião de trabalho da Comissão.

Em 09.05.97 - Publicação da Ata da 21ª Reunião e respectivas notas taquigráficas (DSF nº 073 de 03.05.97 - pág. 08938).

Em 13.05.97 - Publicação da Ata da 22ª Reunião e respectivas notas taquigráficas (DSF nº 078 de 10.05.97 - pág. 09404).

Em 14.05.97 - 25ª Reunião

Realizada Reunião às 17:00 horas para ouvir o depoimento do Sr. **Manoel Moreira Neto**, Diretor e acionista das empresas Sabra Factoring Ltda, CMA Plastics Comércio e Indústria Ltda e CMA Importação e Exportação Ltda.

Em 17.05.97 - Publicação das Atas das 23ª e 24ª Reuniões e respectivas notas taquigráficas (DSF nº 83 - de 17.05.97 - pg. 09931).

Em 20.05.97 - 26ª Reunião

- Às 17:00 horas Reunião de Trabalho e depoimento do Sr. **Celso Macedo Possas**, Liquidante do Banco Votorantim.

Em 24.05.97 - Publicação da Ata da 25ª Reunião e respectivas notas taquigráficas (DSF nº 88 - de 24.05.97 - pág. 10460).

02.06.97 - foi deferido o Requerimento nº 377/97, prorrogando o prazo da Comissão até 27.8.97.

Em 03.06.97 - 27ª Reunião

- Realizada reunião às 17:00 hs para ouvir os Srs. Senadores **Gilberto Miranda, Pedro Piva, Fernando Bezerra, Beni Veras, Eduardo Suplicy, Lauro Campos, Carlos Wilson, Mauro Miranda e Nabor Júnior**, Relatores do Projetos de Resolução sobre emissão de títulos públicos estaduais e municipais.

Em 04.06.97 - 28ª Reunião

- Realizada reunião às 17:00 hs para ouvir a exposição do Sr. Governador do Estado de Alagoas, **Divaldo Suruagy**.

Em 07.06.97 - Publicação da Ata da 26ª Reunião e respectivas notas taquigráficas (DSF nº 97 - de 07.06.97 - pág. 11068).

Em 11.06.97 - 29ª Reunião

- Realizada reunião às 17:00 hs para ouvir a exposição do Sr. Prefeito do Município de São Paulo, **Celso Roberto Pitta do Nascimento**.

Em 14.06.97 - Publicação das Atas das 27ª e 28ª Reuniões e respectivas notas taquigráficas (DSF nº 102 - de 14.06.97 - pg. 11623).

Em 17.06.97 - 30ª Reunião

- Realizada reunião às 17:00 hs para ouvir a exposição do Sr. Governador do Estado de São Paulo, **Mário Covas**.

Em 18.06.97 - 31ª Reunião

- Realizada reunião às 17:00 hs para ouvir a exposição do Sr. **Vicentino Papotto**, Ex-Prefeito do Município de Guarulhos.

Em 21.06.97 - Publicação das Atas das 29ª e 30ª Reuniões e respectivas notas taquigráficas (DSF nº 107 de 21.06.97 - pag. 12084 e 12159).

Em 24.06.97 - 32ª Reunião

- Realizada reunião às 17:00 hs para ouvir a exposição do Sr. **Edivaldo Orsi**, Ex-Prefeito do Município de Campinas.

Em 25.06.97 - 33ª Reunião

- Realizada reunião às 17:00 hs para ouvir a exposição do Sr. **Celso Giglio**, Ex-Prefeito do Município de Osasco.

Em 28.06.97 - Publicação das Atas das 31ª e 32ª Reuniões e respectivas notas taquigráficas (DSF nº 112 de 28.06.97 - pag. 12708 a 12740).

Em 02.07.97 - 34ª Reunião

- Realizada reunião às 16:30 hs para ouvir a exposição do Sr. **Darci Accorci**, Ex-Prefeito do Município de Goiânia.

Em 09.07.97 - 35ª Reunião

- Realizada a reunião de trabalho às 17:30 hs.

Em 15.07.97 - Publicação da Ata da 33ª Reunião e respectivas notas taquigráficas (DSF nº 123 de 15.07.97 - pag. 14085 a 14112).

Em 16.07.97 - 36ª Reunião

- Realizada a reunião de trabalho às 17:00 hs para leitura do Relatório Final.

Em 17.07.97 - 37ª Reunião

- Realizada reunião de trabalho às 17:00 hs.

Em 22.07.97 - 38ª Reunião

- Realizada reunião de trabalho às 10:00 hs para ordenamento dos trabalhos para votação do Relatório.

Em 22.07.97 - 39ª Reunião

- Realizada reunião de trabalho às 17:00 hs para esclarecimentos sobre os procedimentos a serem seguidos pelo Ministério Público, Tribunal de Contas da União, Receita Federal, Polícia Federal e Banco Central na presença de seus respectivos representantes, **DR. Haroldo Ferraz da Nóbrega, Ministro Humberto Souto, DR. Everardo Maciel, DR. Vicente Chelotti e DR. Paolo Enrico Zaghen** e para votação do Relatório Final - Aprovado por unanimidade o Relatório do Sr. Senador Roberto Requião, ressalvados os votos em separado.

Em 22.07.97 - Publicação das Atas da 34ª e 35ª Reuniões e respectivas notas taquigráficas (DSF nº 128 de 22.07.97 - pag. 14686).

Em 23.07.97 - Reabertura da 39ª Reunião

- Reabertura da 39ª Reunião de trabalho à 18:05 hs, em atendimento ao requerimento dos Srs Senadores Jader Barbalho, José Agripino, Ney Suassuna, Casildo Maldaner, Romeu Tuma, Gilberto Miranda e Carlos Wilson, com deferimento do Sr. Senador Geraldo Melo, Presidente em exercício da Comissão. Aprovada por unanimidade votação dos votos em separado, e se aprovados, sejam integrantes do texto do Relatório. Aprovados por unanimidade os votos em separado dos Srs Senadores: Onofre Quinan, Gilberto Miranda, Casildo Maldaner, José Agripino e Jader Barbalho.

Em 24.7.97 - O Presidente, Senador Antonio Carlos Magalhães, determina o envio do Recurso nº 5/97 à decisão da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para se pronunciar num prazo de 48 horas, e a suspensão do prazo concedido à CPI até a decisão daquela Comissão Técnica.

Em 26.07.97 - Publicação das Atas das 36ª a 39ª Reuniões e respectivas notas taquigráficas (Suplemento "B" do DSF nº 132 de 26.07.97).

Em 19.08.97 - 40ª Reunião
- 17:00 horas - Realizada reunião de encerramento dos trabalhos da Comissão.

Em 26.08.97 - Publicação da Ata da 40ª Reunião e respectivas notas taquigráficas (DSF nº 149 de 26.08.97 - Pág. 17288).

Em 26.08.97 - foi lido, em Plenário, o Ofício nº 603/97, do Presidente da Comissão, de encaminhamento do Relatório Final elaborado pelo Relator Senador Roberto Requião e aprovado pela Comissão.

Em 27.08.97 - Publicação do Relatório Final (Suplemento ao DSF nº 150 de 27.08.97).

EM 16.10.97, foi lido, em Plenário, o Of. nº 771/97, do Procurador-Geral da República, comunicando o recebimento do Ofício 933/97 - SF, que encaminhou o Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito.

3) Internas

3.1) Destinada a elaborar e apresentar projeto de resolução reformando o Regimento Interno do Senado Federal.

Criação: em 7.3.95 - Req. 201/95, aditado pelo Req. 2.292/95.

Autor: Lúcio Alcântara

Nº de membros: 11 (Onze)

Designação dos membros: 24.3.95

Prazo de funcionamento: Até 24.04.95.

Titulares

PARTIDO	BANCADA	PROPORÇÃO	REPRESENTAÇÃO
PMDB	24	3,25	3
PFL	21	2,85	3
PSDB	14	1,90	2
PPB	5	0,67	1
PT	5	0,67	1
PTB	4	0,54	1
PDT	3	0,40	-
PSB	2	0,27	-
PSL	1	0,13	-
PPS	1	0,13	-
S/P	1		
Total	81	11	11

Suplentes

PARTIDO	BANCADA	PROPORÇÃO	REPRESENTAÇÃO
PMDB	24	3,25	3
PFL	21	2,85	3
PSDB	14	1,90	2
PPB	5	0,67	1
PT	5	0,67	1
PTB	4	0,54	1
PDT	3	0,40	-
PSB	2	0,27	-
PSL	1	0,13	-
PPS	1	0,13	-
S/P	1		
Total	81	11	11

Composição	
Titulares	Suplentes
	PMDB
Ney Suassuna - Presidente	Gilvam Borges
¹¹¹ Coutinho Jorge	¹¹² Mauro Miranda
Nabor Júnior	Gerson Camata
	PFL
Waldeck Ornelas - Vice-Presidente	Élcio Alvares
Hugo Napoleão	José Bianco
¹¹³ Odacir Soares	João Rocha
	PSDB
Lúcio Alcântara - Relator	Beni Veras
PPB(ex-PPR + ex-PP)	
Lucídio Portella	Epitácio Cafeteira
¹¹⁴ José Roberto Arruda	¹¹⁵ Osmar Dias
	PTB
Regina Assumpção	¹¹⁶ Emília Fernandes
	PT
Benedita da Silva	José Eduardo Dutra
Membro da Comissão Diretora	
¹¹⁷ Carlos Patrocínio	

Nota: Em 31.1.97, formou-se o Bloco Parlamentar de Oposição, com os seguintes partidos: PT, PDT, PSB e PPS.

¹¹¹ Em 14.12.95, comunicou seu desligamento do PMDB e filiação ao PSDB a partir de 7.11.95.

¹¹² Licenciado pelo prazo de 121 (cento e vinte e um) dias, a partir de 19.8.97 (RQS nº 566/97).

¹¹³ Desligado da comissão em 26.8.97 (Of. Nº 186/97, da Liderança do PFL).

¹¹⁴ Em 16.5.97, foi substituído pelo Senador Levy Dias.

¹¹⁵ Em 16.5.97, foi substituído pelo Senador Emandes Amorim.

¹¹⁶ Em 5.8.97, comunicou seu desligamento do Partido Trabalhista Brasileiro. Em 19.11.97, foi substituída pelo Senador Odacir Soares.

¹¹⁷ Indicado pela Presidência em 20.2.97, nos termos do art. 401, in fine, do Regimento Interno.

Composição da Comissão ao final da Sessão Legislativa

Composição		
Titulares		Suplentes
	PMDB	
Ney Suassuna - Presidente		Gilvam Borges
¹¹⁸ Coutinho Jorge		¹¹⁹ Mauro Miranda
Nabor Júnior		Gerson Camata
	PFL	
Waldeck Ornelas - Vice-Presidente		Élcio Alvares
Hugo Napoleão		José Bianco
(Vago)		João Rocha
	PSDB	
Lúcio Alcântara - Relator		Beni Veras
PPB(ex-PPR + ex-PP)		
Lucídio Portella		Epitácio Cafeteira
Levy Dias		Ernandes Amorim
	PTB	
Regina Assumpção		Odacir Soares
	PT	
Benedita da Silva		José Eduardo Dutra
Membro da Comissão Diretora		
Carlos Patrocínio		

Histórico de 1997

Em 16.05.97 - Recebimento do Ofício s/n da Liderança do PPB, de 15/05/97, indicando os nomes dos Senadores Levy Dias e Ernandes Amorim, respectivamente como titular e suplente na Comissão, em substituição aos Senadores José Roberto Arruda e Osmar Dias.

Em 26.6.97 - foi lido e aprovado o Requerimento nº 457/97, prorrogando o prazo da comissão até 15.12.97.

Em 19.11.97 - Recebimento do ofício nº GLPTB/375/97, datado de 19/11/97, da Liderança do PTB, substituindo a Sra. Senadora Emília Fernandes pelo Sr. Senador Odacir Soares na suplência da Comissão.

Em 02.12.97 - foi lido e aprovado o RQS nº 1.077, de 1997, prorrogando o prazo da comissão até 15.08.98.

3.2) Destinada a acompanhar, na Câmara dos Deputados, a tramitação das propostas de emenda à Constituição, de iniciativa do Presidente da República, até a apreciação final das matérias naquela Casa do Congresso Nacional. (Req. 413/95).

Obs.: O Requerimento acima, de criação da Comissão, foi declarado prejudicado em 23.7.96.

¹¹⁸ Em 14.12.95, comunicou seu desligamento do PMDB e filiação ao PSDB a partir de 7.11.95.

¹¹⁹ Licenciado pelo prazo de 121 (cento e vinte e um) dias, a partir de 19.8.97 (RQS nº 566/97).

3.3 - Destinada a analisar a programação de rádio e TV, no País.

Criação: em 18.4.95 - Req. 470/95.

Autor: Pedro Simon

Nº de membros: 11 (Onze)

Designação dos membros: 02.06.95

Prazo de funcionamento: Até 15.12.95

Titulares

PARTIDO	BANCADA	PROPORÇÃO	REPRESENTAÇÃO
PMDB	24	3,25	3
PFL	21	2,85	3
PSDB	14	1,90	2
PPB	5	0,67	1
PT	5	0,67	1
PTB	4	0,54	1
PDT	3	0,40	-
PSB	2	0,27	-
PSL	1	0,13	-
PPS	1	0,13	-
S/P	1	0,13	-
Total	81	11	11

Suplentes

PARTIDO	BANCADA	PROPORÇÃO	REPRESENTAÇÃO
PMDB	24	3,25	3
PFL	21	2,85	3
PSDB	14	1,90	2
PPB	5	0,67	1
PT	5	0,67	1
PTB	4	0,54	1
PDT	3	0,40	-
PSB	2	0,27	-
PSL	1	0,13	-
PPS	1	0,13	-
S/P	1	0,13	-
Total	81	11	11

Composição		
Titulares		Suplentes
	PMDB	
José Fogaça		Flaviano Melo
Pedro Simon - Relator		Gilvam Borges
Roberto Requião		¹²⁰ Gilberto Miranda
	PFL	
Hugo Napoleão - Presidente		¹²¹ Odácir Soares
José Agripino		Guilherme Palmeira
Edison Lobão		José Alves
	PSDB	
Artur da Távola - Vice-Presidente		Sérgio Machado
PPB(ex-PPR +ex-PP)		
Lucídio Portella		Leomar Quintanilha
¹²² Antônio Carlos Valadares		¹²³ João França
	PTB	
¹²⁴ Valmir Campelo		¹²⁵ Emília Fernandes
	PT	
Benedita da Silva		Lauro Campos

Nota: Em 31.1.97, formou-se o Bloco Parlamentar de Oposição, com os seguintes partidos: **PT, PDT, PSB e PPS.**

Ao encerramento dos trabalhos da Comissão, sua composição estava assim constituída:

Composição		
Titulares		Suplentes
	PMDB	
José Fogaça		Flaviano Melo
Pedro Simon - Relator		Gilvam Borges
Roberto Requião		¹²⁶ Gilberto Miranda
	PFL	
Hugo Napoleão - Presidente		Guilherme Palmeira
José Agripino		José Alves
Edison Lobão		(Vago)
	PSDB	
Artur da Távola - Vice-Presidente		Sérgio Machado

¹²⁰ Desligou-se do partido em 17.12.96, e filiou-se ao PFL.

¹²¹ Desligado da comissão em 26.8.97 (Of. Nº 186/97, da Liderança do PFL).

¹²² Em 16.5.97, foi substituído pelo Senador Eptácio Cafeteira.

¹²³ Em 16.5.97, foi substituído pelo Senador Ernandes Amorim.

¹²⁴ Em 12.11.97, renunciou ao mandato de Senador da República, para assumir o cargo de Ministro do TCU. Em 19.11.97, foi designado, para a sua vaga, o Senador Odacir Soares.

¹²⁵ Em 5.8.97, comunicou seu desligamento do Partido Trabalhista Brasileiro. Em 19.11.97, foi substituída pela Senadora Regina Assumpção.

¹²⁶ Desligou-se do partido em 17.12.96, e filiou-se ao PFL.

Composição		
Titulares		Suplentes
PPB(ex-PPR +ex-PP)		
Lucídio Portella		Leomar Quintanilha
Epitácio Cafeteira		Ermandes Amorim
	PTB	
Odacir Soares		Regina Assumpção
	PT	
Benedita da Silva		Lauro Campos

Histórico de 1997

Em 16.05.97 - Recebimento do ofício s/nº, datado de 15/05/97, da Liderança do PPB, indicando os Senadores Epitácio Cafeteira e Ermandes Amorim, respectivamente como titular e suplente na Comissão, em substituição aos Senadores Antônio Carlos Valadares e João França.

Em 26.6.97, foi aprovado o Requerimento nº 458/97, prorrogando o prazo da comissão até 15.12.97.

Em 27.08.97 - Recebimento do Ofício nº 186/97-GLPFL, de 22/08/97, da Liderança do Partido da Frente Liberal, informando a desfiliação do Senador Odacir Soares e sendo, portanto, desligado da Comissão.

Em 18.11.97 - Recebimento do ofício nº GLPTB/363/97, datado de 18/11/97, da Liderança do PTB, substituindo os Srs. Senadores Valmir Campelo pelo Sr. Senador Odacir Soares como titular e a Sra. Senadora Emília Fernandes pela Sra. Senadora Regina Assumpção na suplência da Comissão.

Em 09.12.97 - 1ª Reunião

A Comissão, por unanimidade dos presentes, aprovou o Relatório Final do Nobre Senador Pedro Simon. A Presidência determina o encaminhamento da matéria ao Plenário do Senado e informa o encerramento das atividades deste Órgão Temporário.

Em 10.12.97 - Encaminhamento do Ofício nº 02/97-RádioTv ao Senhor Senador Antonio Carlos Magalhães, informando o encerramento das atividades da Comissão, juntamente com o Relatório Final da Comissão.

3.4) Destinada a estudar a reforma político-partidária.

Criação: em 19.4.95 - Req. 518/95

Autor: Sérgio Machado e outros Senadores

Nº de membros: 11 (onze)

Prazo de funcionamento: 120 (cento e vinte) dias.

Titulares

PARTIDO	BANCADA	PROPORÇÃO	REPRESENTAÇÃO
PMDB	24	3,25	3
PFL	21	2,85	3
PSDB	14	1,90	2

PARTIDO	BANCADA	PROPORÇÃO	REPRESENTAÇÃO
PPB	5	0,67	1
PT	5	0,67	1
PTB	4	0,54	1
PDT	3	0,40	-
PSB	2	0,27	-
PSL	1	0,13	-
PPS	1	0,13	-
S/P	1		
Total	81	11	11

Suplentes

PARTIDO	BANCADA	PROPORÇÃO	REPRESENTAÇÃO
PMDB	24	3,25	3
PFL	21	2,85	3
PSDB	14	1,90	2
PPB	5	0,67	1
PT	5	0,67	1
PTB	4	0,54	1
PDT	3	0,40	-
PSB	2	0,27	-
PSL	1	0,13	-
PPS	1	0,13	-
S/P	1		
Total	81	11	11

Composição

Titulares	Suplentes
PMDB	
José Fogaça	Casildo Maldaner
Humberto Lucena - Presidente	¹²⁷ Mauro Miranda
Jader Barbalho	Fernando Bezerra
PFL	
Francelino Pereira	Hugo Napoleão
Joel de Hollanda	Waldeck Ornelas
Freitas Neto	Edison Lobão
PSDB	
Sérgio Machado - Relator	Geraldo Melo
PPB(ex-PPR +ex-PP)	
Leomar Quintanilha	Lucídio Portella
¹²⁸ José Roberto Arruda	¹²⁹ Antônio Carlos Valadares
PTB	
¹³⁰ Emília Fernandes	José Eduardo

¹²⁷ Licenciado pelo prazo de 121 (cento e vinte e um) dias, a partir de 19.8.97.

¹²⁸ Em 27.2.97, foi substituído pelo Senador Erandes Amorim.

¹²⁹ Em 16.5.97, foi substituído pelo Senador Levy Dias.

	Composição	
Titulares		Suplentes
	PT	
Eduardo Suplicy		José Eduardo Dutra

Nota: Em 31.1.97, formou-se o Bloco Parlamentar de Oposição, com os seguintes partidos: PT, PDT, PSB e PPS.

Composição da Comissão ao final da Sessão Legislativa

	Composição	
Titulares		Suplentes
	PMDB	
José Fogaça		Casildo Maldaner
Humberto Lucena - Presidente		¹³¹ Mauro Miranda
Jader Barbalho		Fernando Bezerra
	PFL	
Francelino Pereira		Hugo Napoleão
Joel de Hollanda		Waldeck Ornelas
Freitas Neto		Edison Lobão
	PSDB	
Sérgio Machado - Relator		Geraldo Melo
PPB(ex-PPR +ex-PP)		
Leomar Quintanilha		Lucídio Portella
Ernandes Amorim		Levy Dias
	PTB	
Odacir Soares		José Eduardo
	PT	
Eduardo Suplicy		José Eduardo Dutra

Histórico

Em 19.02.97 - 1ª Reunião

- Realizada reunião onde foi discutida e aprovada parte do Relatório Final da Comissão.

Em 26.02.97 - 2ª Reunião

- Realizada reunião onde foi discutida e aprovada parte do Relatório Final da Comissão.

Em 26.02.97 - Publicação da Ata da 5ª Reunião de 1996, e respectivas notas taquigráficas (DSF nº 029 - de 26.02.97 - Pág. 04420).

Em 27.02.97 - Recebimento do Ofício s/nº, datado de 26.02.97, da Liderança do PPB, substituindo o Sr. Senador José Roberto Arruda pelo Sr. Senador Ernandes Amorim como membro titular na Comissão.

¹³⁰ Em 5.8.97, comunicou seu desligamento do Partido Trabalhista Brasileiro. Em 19.11.97, foi substituída pelo Senador Odacir Soares.

¹³¹ Licenciado pelo prazo de 121 (cento e vinte e um) dias, a partir de 19.8.97.

Em 03.04.97 - 3ª Reunião

- Realizada reunião onde foi discutido e aprovado parte do Relatório Final da Comissão.

Em 10.04.97 - 4ª Reunião

- Realizada reunião onde foi discutido e aprovado parte do Relatório Final da Comissão.

Em 12.04.97 - Publicação das Atas da 1ª e 2ª reuniões e notas taquigráficas (DSF nº 060 - de 12.04.97 - Pág. 07640).

Em 24.04.97 - 5ª Reunião

- Realizada reunião onde foi discutido e aprovado parte do Relatório Final da Comissão.

Em 03.04.97 - Publicação da Ata da 3ª reunião e nota taquigráfica (DSF nº 065 - de 19.04.97 - Pág. 08159).

Em 08.05.97 - 6ª Reunião

- Realizada reunião onde foi discutido e aprovado parte do Relatório Final da Comissão.

Em 13.05.97 - Publicação das Atas da 4ª e 5ª reuniões e notas taquigráficas (DSF nº 078 - de 10.05.97 - Pág. 09343).

EM 24.06.97 - Aprovado o Requerimento nº 440/97, de Prorrogação do Prazo concedido a este Órgão Técnico até o dia 15.12.97.

Em 26.06.97 - 7ª Reunião

- Realizada reunião onde foi discutido e aprovado parte do Relatório Final da Comissão.

Em 28.06.97 - Publicação da Ata da 6ª Reunião de 1997, e respectivas notas taquigráficas (DSF nº 112 - Pág. 12657).

EM 20.11.97 - Recebimento do Ofício nº GLPTB/376/97, datado de 19.11.97, da Liderança do PTB, substituindo a Sra. Senadora Emília Fernandes pelo Sr. Senador Odacir Soares como membro Titular na Comissão.

Em 27.11.97 - foi lido e aprovado o Requerimento nº 1.064/97, prorrogando o prazo da Comissão por mais seis meses, até 15.8.98.

3.5 - Destinada a promover atualização nos estudos e levantamentos sobre a abertura de frentes de produção agropecuária, extrativa e de diversificada gama de insumos industriais ou de bens acabados na região dos cerrados e em toda interlândia do Corredor de Transportes Centroleste, que liga o Brasil Central e regiões adjacentes até o oceano Pacífico ao Complexo Portuário do Espírito Santo.

Criação: em 5.03.96 - Req. 17/96.

Autor: José Ignácio Ferreira

Nº de membros: 11 (onze)

Prazo de funcionamento: 01 (um) ano.

Designação dos Membros: do PMDB em 25.3.96; dos outros Partidos em 21.3.96.

Titulares

PARTIDO	BANCADA	PROPORÇÃO	REPRESENTAÇÃO
PMDB	24	3,25	3
PFL	21	2,85	3
PSDB	14	1,90	2
PPB	5	0,67	1
PT	5	0,67	1
PTB	4	0,54	1
PDT	3	0,40	-
PSB	2	0,27	-
PSL	1	0,13	-
PPS	1	0,13	-
S/P	1		
Total	81	10,86	11

Suplentes

PARTIDO	BANCADA	PROPORÇÃO	REPRESENTAÇÃO
PMDB	24	2,07	2
PFL	21	1,81	2
PSDB	14	1,20	1
PPB	5	0,43	1
PT	5	0,43	1
PTB	4	0,34	-
PDT	3	0,25	-
PSB	2	0,17	-
PSL	1	0,08	-
PPS	1	0,08	-
S/P	1		
Total	81	7	7

Composição

Titulares	Suplentes
PMDB	
132Mauro Miranda	Casildo Maldaner
Gerson Camata	Erandes Amorim
Flaviano Melo	
PFL	
Waldeck Omelas	Joel de Hollanda
Júlio Campos	Edison Lobão
Jonas Pinheiro	
PSDB	
José Ignácio Ferreira	(Vaga cedida ao PTB em 13.6.96)
Lúdio Coelho	

¹³² Licenciado pelo prazo de 121 (cento e vinte e um) dias, a partir de 19.8.97.

Composição		
Titulares		Suplentes
	PPB	
Leomar Quintanilha		Levy Dias
	PT	
Lauro Campos		(vago)
	PTB	
¹³³ Valmir Campelo		¹³⁴ ¹³⁵ Regina Assumpção

Nota: Em 31.1.97, formou-se o Bloco Parlamentar de Oposição, com os seguintes partidos: PT, PDT, PSB e PPS.

Composição da Comissão ao final da Sessão Legislativa

Composição		
Titulares		Suplentes
	PMDB	
¹³⁶ Mauro Miranda		Casildo Maldaner
Gerson Camata		Ernandes Amorim
Flaviano Melo		
	PFL	
Waldeck Ornelas		Joel de Hollanda
Júlio Campos		Edison Lobão
Jonas Pinheiro		
	PSDB	
José Ignácio Ferreira		(Vaga cedida ao PTB em 13.6.96)
Lúdio Coelho		
	PPB	
Leomar Quintanilha		Levy Dias
	PT	
Lauro Campos		(vago)
	PTB	
Regina Assumpção		

Histórico de 1997

Em 05.03.96, foi prorrogado o prazo da comissão até o dia 15.12.97 (RQS nº 1.140/96).

EM 20.11.97 - Recebimento do Ofício nº GLPTB/364/97, datado de 19.11.97, da Liderança do PTB, indicando a Sra. Senadora Regina Assumpção na condição de Titular em substituição ao Sr. Senador Valmir Campelo, como membro na Comissão.

¹³³ Em 12.11.97, renunciou ao mandato de Senador da República, para assumir o cargo de Ministro do TCU. Em 19.11.97, foi designada, para sua vaga, a Senadora Regina Assumpção.

¹³⁴ Vaga cedida pelo PSDB em 12.6.96 (Of. nº 1-A/96, de 12.6.96, do PSDB).

¹³⁵ Em 19.11.97, a Senadora Regina Assumpção foi designada, como titular, na vaga do Senador Valmir Campelo.

¹³⁶ Licenciado pelo prazo de 121 (cento e vinte e um) dias, a partir de 19.8.97.

EM 02.12.97 - Lido e aprovado requerimento nº 1076/97, prorrogando o prazo da Comissão por mais seis meses, até 15.8.98.

Publicação das Atas e Notas Taquigráficas das 3ª, 4ª e 5ª de 1996 (DSF nº 220, pág. 26.677/26724 e 26752, respectivamente.).

3.6) Destinada a acompanhar as propostas, teses e procedimentos necessários à participação do Brasil na Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos - Habitat 2, que será realizada em Istambul, no período de 3 a 14.6.96.

Criação: em 26.3.96 - Req. 263/96

Autores: Coutinho Jorge e Beni Veras

Nº de membros: 09 (nove)

Prazo de funcionamento: até 02.06.96

Titulares

PARTIDO	BANCADA	PROPORÇÃO	REPRESENTAÇÃO
PMDB	24	2,66	3
PFL	22	2,44	2
PSDB	14	1,55	2
PPB	5	0,55	1
PT	5	0,55	1
PTB	4	0,44	0
PDT	3	0,33	0
PSB	2	0,22	0
PSL	1	0,11	0
PPS	1	0,11	0
Total	81	9	9

Suplentes

PARTIDO	BANCADA	PROPORÇÃO	REPRESENTAÇÃO
PMDB	24	2,66	3
PFL	22	2,44	2
PSDB	14	1,55	2
PPB	5	0,55	1
PT	5	0,55	1
PTB	4	0,44	0
PDT	3	0,33	0
PSB	2	0,22	0
PSL	1	0,11	0
PPS	1	0,11	0
Total	81	9	9

Composição		
Titulares		Suplentes
	PMDB	
Casildo Maldaner		Flaviano Melo
¹³⁷ Mauro Miranda		Onofre Quinan
Gerson Camata		Marluce Pinto
	PFL	
Júlio Campos		Romero Jucá
Waldeck Omelas		José Agripino
	PSDB	
Lúcio Alcântara		José Roberto Arruda
Coutinho Jorge		Lúdio Coelho
	PPB	
Esperidião Amin		Leomar Quintanilha
	PT	
Marina Silva		(Vago)

Nota: Em 31.1.97, formou-se o Bloco Parlamentar de Oposição, com os seguintes partidos: **PT, PDT, PSB e PPS.**

Ao encerramento dos trabalhos da Comissão, sua composição estava assim constituída:

Composição		
Titulares		Suplentes
	PMDB	
Casildo Maldaner		Flaviano Melo
¹³⁸ Mauro Miranda		Onofre Quinan
Gerson Camata		Marluce Pinto
	PFL	
Júlio Campos		Romero Jucá
Waldeck Omelas		José Agripino
	PSDB	
Lúcio Alcântara		José Roberto Arruda
Coutinho Jorge		Lúdio Coelho
	PPB	
Esperidião Amin		Leomar Quintanilha
	PT	
Marina Silva		(Vago)

¹³⁷ Licenciado pelo prazo de 121 (cento e vinte e um) dias, a partir de 19.8.97.

¹³⁸ Licenciado pelo prazo de 121 (cento e vinte e um) dias, a partir de 19.8.97.

Histórico de 1997

EM 09.01.97- Recebimento do Ofício s/nº, da Liderança do PPB, indicando o Senador Esperidião Amim em substituição, como titular, à Senadora Sandra Guidi.

EM 26.6.97, foi aprovado o Requerimento nº 459/97, prorrogando o prazo da comissão até 15.12.97.

Em 02.12.97 - Publicação das Atas e Notas Taquigráficas das 4ª, 5ª e 6ª reuniões de 1996 (DSF nº 220, de 02.12.97, pág. nº 26560/26570 e 26591, respectivamente.)

Em 10.12.97 - 1ª Reunião

A Comissão, por unanimidade dos presentes, aprovou o Relatório Final do Senador Casildo Maldaner. A Presidência determina o envio da matéria ao Plenário do Senado, através do Ofício nº 003/97, encaminhando o Relatório Final e informando o encerramento das atividades da Comissão.

3.7 - Designada pelo Presidente do Senado Federal (art. 48, nº 33, do Regimento Interno) para examinar as Propostas de Emenda à Constituição relativas às medidas provisórias que tramitam na Casa.

(Designados em 8.5.96)
Composição
José Sarney - Presidente
Josaphat Marinho - Vice-Presidente
Esperidião Amin - 1º signatário da PEC nº 1/95
Ney Suassuna - 1º signatário da PEC nº 4/95
Epitácio Cafeteira - 1º signatário da PEC nº 11/95
Roberto Requião - 1º signatário da PEC nº 20/95
Nabor Júnior - 1º signatário da PEC nº 65/95
José Eduardo Dutra
Bernardo Cabral
Roberto Freire
Edison Lobão
Lúcio Alcântara
Antônio Carlos Valadares
Término do prazo: encerrou seus trabalhos em 19.6.96, com parecer proferido em Plenário pelo Relator, Senador Josaphat Marinho, concluindo pela apresentação da Emenda nº 1-Plen (substitutiva).

3.8) Destinada a examinar, no prazo de cento e vinte dias, o problema de nossa dívida interna pública e, bem assim, propor alternativas para sua solução.

Criação: em 9.5.96 - Req. 353/96

Autor: Humberto Lucena

Nº de membros: 13 (treze)

Prazo de funcionamento: Cento e vinte dias

Titulares

PARTIDO	BANCADA	PROPORÇÃO	REPRESENTAÇÃO
PMDB	24	3,85	4
PFL	21	3,37	3
PSDB	13	2,09	2
PPB	6	0,96	1
PT	5	0,80	1
PTB	4	0,64	1
PDT	3	0,48	
PSB	2	0,32	1
PSL	1	0,16	
PPS	1	0,16	
S/P	1	0,16	0
Total	81	13	13

Suplentes

PARTIDO	BANCADA	PROPORÇÃO	REPRESENTAÇÃO
PMDB	24	3,85	4
PFL	21	3,37	3
PSDB	13	2,09	2
PPB	6	0,96	1
PT	5	0,80	1
PTB	4	0,64	1
PDT	3	0,48	
PSB	2	0,32	1
PSL	1	0,16	
PPS	1	0,16	
S/P	1	0,16	0
Total	81	13	13

Composição

Titulares		Suplentes
	PMDB	
Humberto Lucena		Casildo Maldaner
José Fogaça		Flaviano Melo
Fernando Bezerra		Gerson Camata
Ney Suassuna		Marluce Pinto
	PFL	
João Rocha		Waldeck Ornelas
Vilson Kleinübing		Romero Jucá
Edison Lobão		Freitas Neto
	PSDB	
Beni Veras		Geraldo Melo
José Roberto Arruda		Lúdio Coelho

Composição		
Titulares		Suplentes
	PPB	
Esperidião Amin		Epitácio Cafeteira
	PTB	
José Eduardo		Regina Assumpção
	PT	
Eduardo Suplicy		Lauro Campos
	PDT + PSB + PSL + PPS	
(Vago)		(Vago)

Nota: Em 31.1.97, formou-se o Bloco Parlamentar de Oposição, com os seguintes partidos: **PT, PDT, PSB e PPS.**

Histórico de 1997

Em 10.01.97 - Recebimento do Ofício s/nº, da Liderança do PPB, indicando o Senador Esperidião Amin como Titular, em substituição à Senadora Sandra Guidi.

Em 26.06.97 - foi aprovado o Requerimento nº 455/97, prorrogando o prazo da Comissão até 15.12.97.

Em 27.11.97 - foi lido e aprovado o Requerimento nº 1.063/97, prorrogando o prazo da Comissão por mais seis meses, até 15.8.98.

3.9 - Destinada a promover discussões e estudos que resultem em propostas de aperfeiçoamento das políticas governamentais para a região Nordeste, inclusive seu acompanhamento e avaliação.

Criação: em 7.5.96 - Req. 367/96.

Autor: Waldeck Ornelas

Nº de membros: 11 (onze)

Prazo de funcionamento: Até 15.12.96

Titulares

PARTIDO	BANCADA	PROPORÇÃO	REPRESENTAÇÃO
PMDB	24	3,25	3
PFL	21	2,85	3
PSDB	13	1,76	2
PPB	6	0,81	1
PT	5	0,67	1
PTB	4	0,54	1
PDT	3	0,40	0
PSB	2	0,27	0
PSL	1	0,13	0
PPS	1	0,13	0
S/P	1	0,13	0
Total	81	11	11

Suplentes

PARTIDO	BANCADA	PROPORÇÃO	REPRESENTAÇÃO
PMDB	24	3,25	3
PFL	21	2,85	3
PSDB	13	1,76	2
PPB	6	0,81	1
PT	5	0,67	1
PTB	4	0,54	1
PDT	3	0,40	0
PSB	2	0,27	0
PSL	1	0,13	0
PPS	1	0,13	0
S/P	1	0,13	0
Total	81	11	11

Composição		
Titulares		Suplentes
	PMDB	
Fernando Bezerra		Ronaldo Cunha Lima
Renan Calheiros		Humberto Lucena
Ney Suassuna		Jader Barbalho
	PFL	
Waldeck Ornelas		José Alves
José Agripino		Edison Lobão
Freitas Neto		Hugo Napoleão
¹³⁹ Joel de Hollanda		
	PSDB	
Beni Veras		Sérgio Machado
Geraldo Melo		Lúcio Alcântara
	PPB	
Epitácio Cafeteira		Esperidião Amin
	PT	
José Eduardo Dutra (PT)		Vaga cedida ao PPS em 28.6.96.
	PTB	
Vaga cedida ao Partido da Frente Liberal - PFL em 15.5.96.		¹⁴⁰ Valmir Campelo
	PPS	
		¹⁴¹ Roberto Freire

Nota: Em 31.1.97, formou-se o Bloco Parlamentar de Oposição, com os seguintes partidos: PT, PDT, PSB e PPS.

¹³⁹ Vaga cedida pelo PTB.

¹⁴⁰ Em 12.11.97, renunciou ao mandato de Senador da República, para assumir o cargo de Ministro do TCU. Em 19.11.97, foi designada, para a sua vaga, a Senadora Regina Assumpção.

¹⁴¹ Vaga cedida pelo PT em 28.6.96.

Ao encerramento dos trabalhos da Comissão, sua composição estava assim constituída:

Composição		
Titulares		Suplentes
	PMDB	
Fernando Bezerra		Ronaldo Cunha Lima
Renan Calheiros		Humberto Lucena
Ney Suassuna		Jader Barbalho
	PFL	
Waldeck Ornelas		José Alves
José Agripino		Edison Lobão
Freitas Neto		Hugo Napoleão
¹⁴² Joel de Hollanda		
	PSDB	
Beni Veras		Sérgio Machado
Geraldo Melo		Lúcio Alcântara
	PPB	
Epitácio Cafeteira		Esperidião Amin
	PT	
José Eduardo Dutra (PT)		Vaga cedida ao PPS em 28.6.96.
	PTB	
Vaga cedida ao Partido da Frente Liberal - PFL em 15.5.96.		Regina Assumpção
	PPS	
		¹⁴³ Roberto Freire

Histórico de 1997

EM 09.01.97- Recebimento do Ofício s/nº, da Liderança do PPB, indicando o Senador Esperidião Amin, como Suplente, em substituição à Senadora Sandra Guidi.

EM 15.01.97 - Recebimento do Ofício 014/97, da Liderança do PMDB, indicando o Senador Ronaldo Cunha Lima, como Suplente, em substituição ao Senador SILVA JÚNIOR.

EM 14.05.97 - 5ª Reunião

Realizada reunião onde foi apresentada exposição pelo Dr. Manoel Abílio de Queiroz-Diretor da Embrapa em Petrolina PE.

EM 10.06.97 - 6ª Reunião

Do Exmo. Sr. Embaixador. Luiz Felipe Lampréia, Ministro de Estado das Relações Exteriores.

EM 06.11.97 - 3ª Reunião

Realizada reunião de trabalho para discussão do PLS 146/92, que trata da inclusão do Vale do Jequitinhonha na área de atuação da SUDENE.

¹⁴² Vaga cedida pelo PTB.

¹⁴³ Vaga cedida pelo PT em 28.6.96.

EM 21.11.97 - Recebimento do Ofício nº GLPTB/365/97, da Liderança do PTB, indicando a Senadora Regina Assumpção, como Suplente, em substituição ao Senador Valmir Campelo.

EM 25.11.97 - 4ª Reunião

Realizada reunião para debate sobre: 1- A mosca branca ou mosca da fruta, com a presença dos seguintes convidados: Dr. Márcio Miranda - Chefe do DPD da EMBRAPA; Dra. Edna Costa Manso, Representante do Chefe do CENAGEN e Dra. Maria Regina Vilarinho - Pesquisadora da EMBRAPA. 2 - Projeto Semi-árido - Proposta de Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio São Francisco e do Semi-árido Nordestino.

Em 02.12.97 - Publicação das Atas e Notas Taquigráficas das 3ª e 4ª reuniões de 1996 e 1ª e 2ª reuniões de 1997(DSF nº 220, de 02.12.97, pág. 26608/26619/26634 e 26645, respectivamente.)

Em 10.12.97 - 5º Reunião

A Comissão, por unanimidade dos presentes, aprova as Conclusões Finais do Nobre Relator Waldeck Ornelas, expostas oralmente por Sua Excelência. A Presidência determina, após a transcrição do apanhamento taquigráfico da reunião, juntamente com os documentos citados pelo Senhor Relator, encaminhar a matéria ao Plenário do Senado informando o encerramento das atividades da Comissão.

Em 11.12.97 - Através do Ofício nº 004/97, a matéria foi encaminhada ao Exmo. Sr. Presidente do Senado Federal informando o encerramento das atividades da Comissão.

3.10) Destinada a definir uma política para o desenvolvimento econômico e social da Amazônia.

Criação: Req. 475/96

Autor: Ademir Andrade e outros Senadores

Nº de membros: 11 (onze)

Prazo de funcionamento: até 15.12.96

Titulares

PARTIDO	BANCADA	PROPORÇÃO	REPRESENTAÇÃO
PMDB	24	3,25	3
PFL	21	2,85	3
PSDB	13	1,76	2
PPB	6	0,81	1
PT	5	0,67	1
PTB	4	0,54	1
PDT	3	0,40	0
PSB	2	0,27	0
PSL	1	0,13	0
PPS	1	0,13	0
S/P	1	0,13	0
Total	81	11	11

Suplentes

PARTIDO	BANCADA	PROPORÇÃO	REPRESENTAÇÃO
PMDB	24	3,25	3
PFL	21	2,85	3

PARTIDO	BANCADA	PROPORÇÃO	REPRESENTAÇÃO
PSDB	13	1,76	2
PPB	6	0,81	1
PT	5	0,67	1
PTB	4	0,54	1
PDT	3	0,40	0
PSB	2	0,27	0
PSL	1	0,13	0
PPS	1	0,13	0
S/P	1	0,13	0
Total	81	11	11

Composição		
Titulares		Suplentes
	PMDB	
Ernandes Amorim		Gilvam Borges
Nabor Júnior		Marluce Pinto
(Vaga cedida ao PDT em 12.6.96)		(Vaga cedida ao PDT em 12.6.96)
	PFL	
Bernardo Cabral		¹⁴⁴ Romero Jucá
José Bianco		Jonas Pinheiro
Vaga cedida ao PSB em 30.5.96		João Rocha
	PSDB	
Jefferson Peres		(Vago)
Coutinho Jorge		Carlos Wilson
	PPB	
Leomar Quintanilha		Epitácio Cafeteira
	PTB	
¹⁴⁵ Valmir Campelo		¹⁴⁶ Emília Fernandes
	PT	
Marina Silva		(Vago)
	PSB	
¹⁴⁷ Ademir Andrade		
	PDT	
¹⁴⁸ Sebastião Rocha		¹⁴⁹ Júnia Marise

Nota: Em 31.1.97, formou-se o Bloco Parlamentar de Oposição, com os seguintes partidos: PT, PDT, PSB e PPS.

¹⁴⁴ Substituído, em 10.9.97, pelo Senador Gilberto Miranda.

¹⁴⁵ Em 12.11.97, renunciou ao mandato de Senador da República, para assumir o cargo de Ministro do TCU. Em 19.11.97, foi designado, para sua, o Senador Odacir Soares.

¹⁴⁶ Em 5.8.97, comunicou seu desligamento do Partido Trabalhista Brasileiro. Em 19.11.97, foi substituída pela Senadora Regina Assumpção.

¹⁴⁷ Designado em 30.5.96. Vaga cedida pelo PFL.

¹⁴⁸ Vaga cedida pelo PMDB em 12.6.96.

¹⁴⁹ Vaga cedida pelo PMDB em 12.6.96.

Composição da Comissão ao final da Sessão Legislativa

Composição		
Titulares		Suplentes
	PMDB	
Ernandes Amorim		Gilvam Borges
Nabor Júnior		Marluce Pinto
(Vaga cedida ao PDT em 12.6.96)		(Vaga cedida ao PDT em 12.6.96)
	PFL	
Bernardo Cabral		Gilberto Miranda
José Bianco		Jonas Pinheiro
Vaga cedida ao PSB em 30.5.96		João Rocha
	PSDB	
Jefferson Peres		(Vago)
Coutinho Jorge		Carlos Wilson
	PPB	
Leomar Quintanilha		Epitácio Cafeteira
	PTB	
Odacir Soares		Regina Assumpção
	PT	
Marina Silva		(Vago)
	PSB	
¹⁵⁰ Ademir Andrade		
	PDT	
¹⁵¹ Sebastião Rocha		¹⁵² Júnia Marise

Histórico de 1997

Em 10.12.96, foi lido e aprovado o Requerimento nº 1.180, de 1996, de prorrogação do prazo da Comissão até o dia 15.12.97.

Em 06/03/97 - 1ª Reunião

Realizada reunião onde foi ouvido o Dr. Eduardo de Souza Martins, Presidente do Ibama.

EM 20/03/97 - 2ª Reunião

Realizada reunião na presente data, onde houve uma exposição sobre o Projeto Caboclo, pelos cientistas Dr. Warwick Kerr e Dr. Lúcia Rangel.

EM.03/04/97 - 3ª Reunião

Realizada reunião com exposições do Dr. Floriano Pastore da UNB e Dr. Washigton de Souza do Projeto Caboclo.

¹⁵⁰ Designado em 30.5.96. Vaga cedida pelo PFL.

¹⁵¹ Vaga cedida pelo PMDB em 12.6.96.

¹⁵² Vaga cedida pelo PMDB em 12.6.96.

EM. 22/05/97 - 4ª Reunião

Realizada reunião com exposição do Dr. José Guedes Tourinho-Superintendente da Sudam.

EM 14/06/97 - Publicação das Atas e Notas Taquigráficas das 5ª e 6ª e 7ª Reuniões de 1996 e Reuniões 1ª, 2ª e 3ª (DSF Nº 102, Pág. 11.484 a 11.552).

EM 23.07.97 - 5ª Reunião

Realizada reunião de trabalho para definir a realização de um Seminário em Belém do Pará nos dias 25 e 26 de agosto de 1997.

EM 07.08.97 - 6ª Reunião

Realizada reunião onde foi definida a programação do Seminário de Belém.

EM 25.08.97 - 7ª Reunião

Em Belém - Seminário: Desenvolvimento Econômico e Social da Amazônia
Temas: Emprego e Renda, Industrialização, Financiamentos e Incentivos Fiscais
Desenvolvimento, Meio-Ambiente e Exploração Florestal.

EM 26.08.97 - 8ª Reunião

Em Belém - Seminário Desenvolvimento Econômico e Social da Amazônia
Temas: Política Social e Reforma Agrária
Estrutura Econômica, Transporte, Comunicação e Energia.

EM 04.09.97 - 9ª REUNIÃO

Realizada reunião com a seguinte pauta:

- 1 - Avaliação do Seminário de Belém
 - 2 - Exposição do Dr. José Cesário de Barros, sobre o Programa Defesa Ambiental da Amazônia, através de Consórcios.
 - 3 - Definição das futuras atividades da Comissão.
-

EM 10.09.97 - Leitura do Ofício nº 209, de 1997, da Liderança do PFL no Senado, referente a substituição do Senador Romero Jucá pelo Senador Gilberto Miranda, como Suplente.

Em 18.11.97 - Recebimento do Ofício nº GLPTB/366/97, da Liderança do PTB, comunicando as indicações do Senador Odacir Soares e da Senadora Regina Assumpção para substituírem o Senador Valmir Campelo e a Senadora Emília Fernandes, como titular e suplente, respectivamente, na Comissão.

Em 26.11.97 - É lido e aprovado o Requerimento nº 1030/97, do Sr. Ademir Andrade e outros Srs. Senadores, solicitando a prorrogação do prazo até 15.4.98.

Em 02.12.97 - Publicação das Atas e Notas Taquigráficas das 5ª e 6ª reuniões de 1997 (DSF Nº 220, de 02.12.97 - Pág. 26.663/26.670).

3.11) Destinada a acompanhar, *in loco*, os atos, fatos e circunstâncias que envolvem a tragédia da Clínica Santa Genoveva, no Bairro de Santa Tereza, bem como nas demais casas geriátricas do Rio de Janeiro.

Criação: em 11.6.96 - Req. 555/96.

Autora: Benedita da Silva

Nº de membros: 11 (onze)

Prazo de funcionamento: 60 (sessenta) dias.

Titulares

PARTIDO	BANCADA	PROPORÇÃO	REPRESENTAÇÃO
PMDB	24	3,26	3
PFL	21	2,85	3
PSDB	14	1,90	2
PPB	5	0,68	1
PT	5	0,68	1
PTB	4	0,54	1
PDT	3	0,41	0
PSB	2	0,27	0
PSL	1	0,14	0
PPS	1	0,14	0
S/P	1	0,14	0
Total	81	11	11

Suplentes

PARTIDO	BANCADA	PROPORÇÃO	REPRESENTAÇÃO
PMDB	24	3,26	3
PFL	21	2,85	3
PSDB	14	1,90	2
PPB	5	0,68	1
PT	5	0,68	1
PTB	4	0,54	1
PDT	3	0,41	0
PSB	2	0,27	0
PSL	1	0,14	0
PPS	1	0,14	0
S/P	1	0,14	0
Total	81	11	11

Composição

Titulares		Suplentes
	PMDB	
José Fogaça		Gerson Camata
Ney Suassuna		Mauro Miranda
(Vaga cedida ao PDT em 11.6.96)		(Vaga cedida ao PDT em 11.6.96)
	PFL	
José Alves		João Rocha
Romero Jucá		Waldeck Ornelas
José Bianco		Jonas Pinheiro
	PSDB	
Artur da Távola		José Ignácio Ferreira
(Vago)		(Vago)

Composição		
Titulares		Suplentes
	PPB	
Lucídio Portella		(Vago)
	PTB	
Valmir Campelo		Emília Fernandes
	PT	
Benedita da Silva (PT)		(Vago)
	PDT	
¹⁵³ Sebastião Rocha		¹⁵⁴ Júnia Marise

Nota: Em 31.1.97, formou-se o Bloco Parlamentar de Oposição, com os seguintes partidos: PT, PDT, PSB e PPS.

Ao encerramento dos trabalhos da Comissão, sua composição estava assim constituída:

Composição		
Titulares		Suplentes
	PMDB	
José Fogaça		Gerson Camata
Ney Suassuna		Mauro Miranda
(Vaga cedida ao PDT em 11.6.96)		(Vaga cedida ao PDT em 11.6.96)
	PFL	
José Alves		João Rocha
Romero Jucá		Waldeck Omelas
José Bianco		Jonas Pinheiro
	PSDB	
Artur da Távola		José Ignácio Ferreira
(Vago)		(Vago)
	PPB	
Lucídio Portella		(Vago)
	PTB	
Valmir Campelo		¹⁵⁵ Emília Fernandes
	PT	
Benedita da Silva (PT)		(Vago)
	PDT	
¹⁵⁶ Sebastião Rocha		¹⁵⁷ Júnia Marise

¹⁵³ Vaga cedida pelo PMDB em 11.6.96.

¹⁵⁴ Vaga cedida pelo PMDB em 11.6.96.

¹⁵⁵ Em 5.8.97, comunicou seu desligamento do Partido Trabalhista Brasileiro.

¹⁵⁶ Vaga cedida pelo PMDB em 11.6.96.

¹⁵⁷ Vaga cedida pelo PMDB em 11.6.96.

Histórico de 1997

Em 13.3.97, foi lido e aprovado o Requerimento nº 193/97, prorrogando o prazo da comissão até 17.4.97.

EM 09.04.97 - Realizada nesta data reunião onde foi aprovado o Relatório Final.

Em 22.4.97, encerrou os trabalhos com a apresentação do Relatório nº 1/97, com recomendações que serão encaminhadas aos órgãos competentes.

EM 28.06.97 - Publicação da ata da 1ª Reunião e respectivas notas taquigráficas, realizada em 09.04.97, onde foi publicado também o Relatório Final (DSF nº 112, págs. 12.655 a 12.657).

EM 09.12.97 - Publicação da ata da 4ª Reunião e respectivas notas taquigráficas, realizada em 30.10.96, (DSF nº 224, págs. 27.328 a 27.341).

3.12) Destinada a proceder exame das sugestões encaminhadas por Governadores (processos Diversos nºs 90 a 96/96) e das matérias em tramitação na Casa referentes ao endividamento dos Estados e Municípios.

Criação: em 29.10.96, nos termos do art. 48 do Regimento Interno.

Nº de membros: 10 (dez)

Designação dos membros: em 29.10.96

Prazo de funcionamento: 60 (sessenta) dias.

Composição
PMDB
Humberto Lucena
Gilberto Miranda
Carlos Bezerra
PFL
Carlos Patrocínio
Vilson Kleinöbing
Edison Lobão
Freitas Neto
PSDB
Geraldo Melo
PPB
¹⁵⁸ Levy Dias
PT
Lauro Campos

Nota: Em 31.1.97, formou-se um Bloco Parlamentar de Oposição, com os seguintes partidos: PT, PDT, PSB e PPS.

¹⁵⁸ Em 12.3.97, foi substituído pelo Senador Emandes Amorim.

Ao encerramento dos trabalhos da Comissão, sua composição estava assim constituída:

Composição
PMDB
Humberto Lucena
Gilberto Miranda
Carlos Bezerra
PFL
Carlos Patrocínio
Vilson Kleinübing
Edison Lobão
Freitas Neto
PSDB
Geraldo Melo
PPB
Erandes Amorim
PT
Lauro Campos

Histórico de 1997

EM 11.03.97 - 1ª Reunião

- Realizada reunião de trabalho onde foi aprovada a elaboração da agenda para o funcionamento da Comissão no ano de 1997, bem como sugestões para realização de seminários com os governadores dos Estados e participação do Poder Executivo, Tribunal de Contas da União e membros da CPI dos títulos públicos.

Em 26.6.97, foi aprovado o Requerimento nº 456/97, prorrogando o prazo da comissão até 29.10.97.

EM 12.09. 97 - É lida comunicação da Liderança do PPB, referente a indicação do Senador Erandes Amorim, como membro titular, em substituição ao Senador Levi Dias.

Em 27/28. 05 .97 2ª e 3ª Reuniões - Realizado nestas datas um Seminário com as presenças dos Secretários de Finanças e Fazenda dos Estados Brasileiros.

EM 26.06.97 É lido e aprovado o requerimento nº 456, de 1997, de autoria do Senador Carlos Patrocínio, solicitando a prorrogação do prazo da Comissão, por mais noventa dias, ou seja de 01 de agosto a 29 de outubro de 1997.

EM 24/09/97 - Realizada reunião onde foram ouvidos, O Deputado Welson Gasparini, Presidente- da ABM, O Dr. Carlos Alberto d'Oliveira Presidente do IBAM, e Os Drs. Raimundo Nonato Gomes e Tito Belchior, Técnicos do TCU.

Em 23.10.97, foi aprovado o Requerimento nº 898/97, prorrogando o prazo da comissão até 28.11.97.

EM 27.11.97 - 5ª Reunião

Realizada reunião nesta data para leitura e aprovação do Relatório Final.

EM 09.12.97 - Publicação da Ata e Notas Taquigráficas da 4ª Reunião realizada em 24.09.97 e 5ª Reunião, realizada em 29.11.97. (DSF nº 224, págs. 27.342 a 27.373).

3.13) Destinada a acompanhar, *in loco*, os atos, fatos e circunstâncias que envolveram e provocaram a morte de dezenas de crianças no berçário do Hospital Materno-Infantil Nossa Senhora de Nazaré, em Boa Vista, Estado de Roraima.

Criação: em 30.10.96 (Req. 1.036/96)

Autor: Senador Romero Jucá

Nº de membros: 07 (sete)

Designação dos membros: em 31.10.96

Prazo de funcionamento: 60 (sessenta) dias.

Composição
PMDB
João França
Marluce Pinto
PFL
Romero Jucá
José Bianco
PSDB
Carlos Wilson
PPB
Esperidião Amin
PT
Marina Silva

Nota: Em 31.1.97, formou-se o Bloco Parlamentar de Oposição, com os seguintes partidos: PT, PDT, PSB e PPS.

Histórico de 1997

EM 10.01.97 - Recebimento do Ofício s/nº, da Liderança do PPB, indicando o Senador Esperidião Amin, como titular, em substituição à Senadora Sandra Guidi.

EM 26.06.97 - 1ª Reunião

Realizada reunião onde foi discutido e aprovado o Relatório Final da Comissão.

Em 8.7.97, a comissão apresentou o Relatório nº 02/97, com recomendações a serem encaminhadas aos órgãos competentes.

EM 09.07.97 - Publicação do Relatório Final da Comissão e Ata da 1ª Reunião/97 (DSF nº 119 - de 09.07.97 - pág. 13.494 a 13.520).

EM 15.07.97 -Publicação das Atas das 2ª e 3ª Reuniões/97 (DSF nº 123 - de 15.07.97 - pág. 13.982 a 14.084).

4. Comissões Externas

4.1 - Designados, em 19.4.95, pela Presidência do Senado, de acordo com as indicações das Lideranças, os membros do Senado Federal, a fazerem parte da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, criada nos termos da Resolução nº 2, de 1992-CN.

Titulares

PARTIDO	BANCADA	PROPORÇÃO	REPRESENTAÇÃO
PMDB	22	2,17	2
PFL	21	2,07	2
PSDB	11	1,08	1
PPR	5	0,49	3
PP	5	0,49	
PTB	5	0,49	
PT	5	0,49	
PDT	4	0,39	
PSB	1	0,09	0
PL	1	0,09	0
PPS	1	0,09	0
Total	81	8	8

Suplentes

PARTIDO	BANCADA	PROPORÇÃO	REPRESENTAÇÃO
PMDB	22	2,17	2
PFL	21	2,07	2
PSDB	11	1,08	1
PPR	5	0,49	3
PP	5	0,49	
PTB	5	0,49	
PT	5	0,49	
PDT	4	0,39	
PSB	1	0,09	0
PL	1	0,09	0
PPS	1	0,09	0
Total	81	8	8

Senadores

Composição da Comissão até 2.9.97

Titulares		Suplentes
	PMDB	
José Fogaça		Marluce Pinto
Casildo Maldaner		Roberto Requião

Titulares		Suplentes
	PFL	
Vilson Kleinübing		Joel de Hollanda
Romero Jucá		Júlio Campos
	PSDB	
Lúdio Coelho		Geraldo Melo
PPB(ex-PPR +ex-PP)		
Esperidião Amin		
Osmar Dias		
	PTB	
¹⁵⁹ Emília Fernandes		
	PT	
		Benedita da Silva
		Eduardo Suplicy
		Lauro Campos

Nota: Em 31.1.97, formou-se um Bloco Parlamentar de Oposição, com os seguintes partidos: PT, PDT, PSB e PPS.

Composição da Comissão a partir de 3.9.97 (Resolução nº 1, de 1996-CN)		
Titulares		Suplentes
	PMDB	
José Fogaça		Pedro Simon
Casildo Maldaner		Roberto Requião
	PFL	
Vilson Kleinübing		Joel de Hollanda
Waldeck Ornelas		Júlio Campos
	PSDB	
⁸ Lúdio Coelho		José Ignácio Ferreira
Bloco Parlamentar		
Benedita da Silva (PT)		Emília Fernandes (PDT)
	PPB	
Levy Dias		Esperidião Amin
	PTB	
José Eduardo		(Vago)
Membro Nato		
José Sarney, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional		

¹⁵⁹ Em 5.8.97, comunicou seu desligamento do Partido Trabalhista Brasileiro.

¹⁶⁰ Em 9.9.97, o Senador Lúdio Coelho comunicou que foi eleito para exercer o cargo de Presidente da Representação Brasileira na Comissão, bem como os demais integrantes da Mesa Diretora (Of. nº P/114/97, de 8.9.97, do Senador Lúdio Coelho).

4.2) Designados pela Presidência, em 27.2.96, o Senador Lúcio Alcântara, e em 1º.7, o Senador Antonio Carlos Magalhães, para, como representantes do Senado Federal, integrarem a Comissão Nacional para as Comemorações do "V Centenário do Descobrimento do Brasil" (Decreto de 6 de fevereiro de 1996).

4.3) Em 27.2.96, a Presidência designou o Senador Lúcio Alcântara para, como representante do Poder Legislativo, integrar a Comissão Especial de Acesso à Informação de Arquivo (Ofício SF/169/96, DE 27.2.96).

4.4) Em 15.4.97, foi criada, através dos Requerimentos nºs 217 e 241, de 1997, dos Senadores Francelino Pereira e Júnia Marise, respectivamente, comissão destinada a representar o Senado no III Encontro Empresarial das Américas e na III Reunião de Ministros de Comércio das Américas, eventos a serem realizados em Belo Horizonte, de 13 a 17.5.97. Foram designados os seguintes Senadores: Francelino Pereira, Júnia Marise e Regina Assumpção, ficando reservado um quarto lugar para o Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Senador José Serra.

4.5) Destinada a gestionar junto a Órgãos Federais, Estados e Municípios, com vistas a avaliar e levantar medidas preventivas cabíveis para proteger as populações e as economias das regiões que estão sujeitas a ser atingidas pelo fenômeno atmosférico "EL NIÑO".

Criação: 5.8.97, pelo Requerimento nº 533/97, do Senador Esperidião Amin

Nº de membros: 7 (sete)

Prazo de funcionamento: 30 (trinta) dias.

Designação dos membros: Em 7.8.97 (PFL, PMDB, PPB e Bloco de Oposição).
Em 8.8.97 (PSDB).

Titulares

PARTIDO	BANCADA	PROPORÇÃO	REPRESENTAÇÃO
PFL	24	2,07	2
PMDB	22	1,90	2
PSDB	14	1,21	1
Bloco de Oposição	11	0,95	1
PPB	6	0,52	1
PTB	4	0,35	0
Total		7	7

Suplentes

PARTIDO	BANCADA	PROPORÇÃO	REPRESENTAÇÃO
PFL	24	2,07	2
PMDB	22	1,90	2
PSDB	14	1,21	1
Bloco de Oposição	11	0,95	1

PARTIDO	BANCADA	PROPORÇÃO	REPRESENTAÇÃO
PPB	6	0,52	1
PTB	4	0,35	0
Total		7	7

Senadores

Composição		
Titulares		Suplentes
	PFL	
Waldeck Ornelas		Freitas Neto
José Alves		Júlio Campos
	PMDB	
Roberto Requião		Casildo Maldaner
João França		Marluce Pinto
	PSDB	
Beni Veras		Osmar Dias
	PPB	
Esperidião Amin		Levy Dias
Bloco da Oposição (PT, PDT, PSB, PPS)		
Benedita da Silva (PT)		Marina Silva (PT)

Histórico de 1997

Em 05.08.97

É aprovada a criação da Comissão.

Em 07.08.97

É designada a maioria dos membros da Comissão.

Em 19.08.97 - 1ª Reunião

- Instalada a Comissão, foram eleitos Presidente: **Senador Roberto Requião**, Vice-Presidente: **Senador Beni Veras**; designado Relator: **Senador Waldeck Ornelas**.

EM 26.08.97 - 2ª Reunião

Realizada reunião onde foram ouvidos os seguintes expositores: - **Dra. Mary Kayano** - Pesquisadora do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE-Ministério da Ciência e Tecnologia. - **Dr. Carlos Afonso Nobre**- Chefe do Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos - Ministério da Ciência e Tecnologia - **Dr. Expedito Rebelo** - Chefe da Divisão de Meteorologia Aplicada-INMET - Ministério da Agricultura e Abastecimento - **Dr. Luiz Gylvan Meira Filho** - Presidente da Agência Espacial Brasileira - Secretaria de Assuntos Estratégicos - **Dr. Jerônimo Heleno Coelho** - Coordenador-Geral da Secretaria de Política Agrícola-SPA - Ministério da Agricultura e Abastecimento - **General Nilton Moreira Rodrigues** - Superintendente da SUDENE -Ministério do Planejamento e Orçamento - **Dr. Fernando Catão** - Secretário Especial de Políticas Regionais - Ministério do Planejamento e Orçamento.

EM 02.09.97 - 3ª Reunião

Realizada a reunião onde foram ouvidos os seguintes expositores: **Moacir Antonio Berlato** - Universidade Federal do Rio Grande do Sul; **José Correa de Negredo** - Diretor de Defesa Civil de Blumenau - SC; **Orlando Frederico Roskamp** - Representante do Município de Joinville - SC; **Humberto Verani Depizzolatti** - Representante do Governo de SC; **Hamilton Justino Vieira** - EPAGRI - Empresa de Pesq. Agrop. Santa Catarina-SC; **Fernando Catão** - Ministério do Planejamento e Orçamento; **Antônio Luiz Coimbra de Castro** - Gerente do Programa de Prevenção de Desastres da Secretaria de Políticas Regionais do Departamento de Defesa Civil do Ministério de Planejamento e Orçamento; **Carlos Afonso Nobre** - INPE - Ministério da Ciência e Tecnologia; **Exedito Rebelo** - INMET/ Min. Agricultura Abastecimento; **Mary Toshie Kayano** - INPE-Ministério da Ciência e Tecnologia; **Jerônimo Heleno Coelho** - Secretaria de Política Agrícola do Ministério da Agricultura e Abastecimento; **José De Fátima Da Silva** - INMET/ Min. Agricultura Abastecimento.

EM.03.09.97 - 4ª Reunião

Realizada a reunião onde foram ouvidos os seguintes expositores: **Sérgio Machado Rezende**, Secretaria de Ciências, Tecnologia e Meio Ambiente do Estado de Pernambuco; **Roberto Sérgio Farias de Souza**, Presidente da Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos - FUCEME do Estado do Ceará; **João Raposo**, Técnico do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente - IBAMA, **Antônio Sérgio Ribeiro Camelo**, Gerente de Departamento de Estudos e Pesquisas Agropecuárias da Companhia Nacional de Abastecimentos - CONAB, e **Fernando Catão**, Secretário Especial de Políticas Regionais do Ministério do Planejamento e Orçamento, **Deputado Colbert Martins**, **José de Fátima da Silva** do Instituto Nacional de Meteorologia - INMET do Ministério da Agricultura e Abastecimento, **Carlos Afonso Nobre** do Instituto Nacional de Pesquisa Espacial-INPE, Ministério da Ciência e Tecnologia, **Francisco de Assis Diniz**, Chefe da Previsão do Tempo do Instituto Nacional de Meteorologia - INMET do Ministério da Agricultura e Abastecimento e **Exedito Rebelo** - Instituto Nacional de Meteorologia - INMET do Ministério da Agricultura e Abastecimento.

EM 4.9.97, foi lido e aprovado o Requerimento nº 628/97, prorrogando o prazo da Comissão até 3 de outubro de 1997;

EM.05.09.97 - Leitura e aprovação do Requerimento nº 628/97, prorrogando o prazo da Comissão até 03.10.97.

EM 01.10.97 - 5ª Reunião

Realizada reunião onde foi aprovado o Relatório Final da Comissão.

EM 10.10.97 -

Publicadas as Atas das 2ª, 3ª, 4ª e 5ª reunião da Comissão.

Em **14.10.97**, foi lido o Ofício nº 48/97, do Presidente da Comissão, encaminhando o Relatório Final nº 04, que concluiu pela apresentação de dois projetos de lei (PLS nº 219 e 220, de 1997), e comunicando, ainda, o encerramento dos trabalhos.

EM 15.10.97 -

Publicado no DSF suplemento ao nº 185 às folhas 21880 a 21883 o Relatório Final da Comissão nº 04, os Projetos de Lei nº 219 e 220 de 1997, que foram apresentados como conclusão dos trabalhos da Comissão.

4.6) Designados, em 29.10.97, os Senadores Albino Boaventura, Onofre Quinan e Otoniel Machado, para representarem o Senado Federal nos funerais do Deputado Federal, pelo Estado de Goiás, João Natal (RQS Nº 926/97, do Senador Albino Boaventura e outros Senadores).

F.7 - MATÉRIA LEGISLATIVA

a) Propostas de Emenda à Constituição

Aprovadas e promulgadas	
De iniciativa da Câmara dos Deputados	1
De iniciativa do Presidente da República	1
Total	2

Aprovadas e enviadas à Câmara dos Deputados	
De iniciativa do Senado Federal	2
De iniciativa do Presidente da República	1
Total	3

Rejeitadas	
De iniciativa do Senado Federal	6

Retiradas	
De iniciativa do Senado Federal	4

Prejudicadas	
De iniciativa do Senado Federal	6

Em tramitação	
De iniciativa do Presidente da República	2
De iniciativa da Câmara dos Deputados	1
De iniciativa do Senado Federal	125
Total	128

Sobrestada	
De iniciativa do Senado Federal	1

Transformada em PLS	
De iniciativa do Senado Federal	1

1) De sessões legislativas anteriores

Nº	1º Signatário	Ementa	Resultado
112/91	Maurício Corrêa	Cria o Conselho Nacional de Justiça e dá outras providências.	Rejeitada (art. 254, RISF)
21/95	Esperidião Amin	Dá nova redação ao art. 62 da Constituição Federal.	Aprovada em 1º turno em 23.4.97 Aprovada em 2º turno em 14.5.97 e encaminhada à Câmara dos Deputados
32/95	Ronaldo Cunha Lima	Altera dispositivos que menciona da Constituição Federal.	Tramitando
43/95	Pedro Simon	Altera o art. 53 da Constituição Federal.	Tramitando
54/95	Ney Suassuna	Acrescenta parágrafo no art. 62 da Constituição Federal.	Prejudicada
65/95	Ney Suassuna	Dá nova redação ao § 2º do art. 57 da Constituição Federal.	Tramitando
6/95	Ney Suassuna	Acrescenta inciso ao § 9º do art. 165 da Constituição Federal.	Tramitando
7/95	Coutinho Jorge	Altera o Título VI - Da Tributação e do Orçamento, Capítulo I - Do Sistema Tributário Nacional, Seção VI - Da Repartição das Receitas Tributáveis.	Sobrestada
8/95	Geraldo Melo	Dá nova redação ao inciso X do § 2º do artigo 155 da Constituição Federal.	Tramitando
79/95	Ronaldo Cunha Lima	Altera dispositivos que menciona da Constituição Federal.	Tramitando
810/95	Ney Suassuna	Altera dispositivos que menciona da Constituição Federal.	Tramitando

¹ Não constou dos relatórios posteriores a 1994.

² Tramita em conjunto com as PEC n°s 4, 11, 20 e 65/95, e 7/97.

³ Em 8.8.95, passou a tramitar em conjunto com a PEC n° 10/95. E, em 28.9.95, também com a de n° 3/95.

⁴ Em 28.9.95, passou a tramitar em conjunto com as PEC de n°s 2 e 10/95.

⁵ Tramita em conjunto com as PEC n°s 1, 11, 20 e 65/95, e 7/97.

⁶ Em 9.4.96, passou a tramitar em conjunto com as PECs de n°s 26/95, e 8 e 10/96.

⁷ Em 9.5.95, passou a tramitar em conjunto com a PEC n° 14/95.

⁸ Em 8.8.95, passou a tramitar em conjunto com a PEC n° 2/95. E, em 28.9.95, também com a PEC n° 3/95.

Nº	1º Signatário	Ementa	Resultado
911/95	Epitácio Cafeteira	Dá nova redação ao parágrafo único do art. 62 da Constituição Federal.	Prejudicada
12/95	Pedro Simon	Acrescenta inciso X ao art. 30 da Constituição Federal.	Tramitando
13/95	Pedro Simon	Acrescenta § 12 ao art. 14 da Constituição Federal.	Tramitando
1014/95	Pedro Simon	Acrescenta dispositivo à Seção I do Capítulo VII do Título III da Constituição Federal.	Tramitando
1115/95	Pedro Simon	Acrescenta parágrafo único ao art. 98 da Constituição Federal.	Tramitando
18/95	Pedro Simon	Acrescenta § 13 ao art. 14 da Constituição Federal.	Rejeitada (art. 254, do RISF)
1219/95	Pedro Simon	Dá nova redação a dispositivos do Capítulo III do Título IV da Constituição Federal.	Tramitando
1320/95	Roberto Requião	Dá nova redação ao art. 62 da Constituição Federal.	Prejudicada
21/95	Antônio Carlos Valadares	Altera dispositivos da Constituição Federal.	Tramitando
22/95	João França	Altera os arts. 20 e 231 da Constituição Federal.	Tramitando
23/95	João França	Suprime o parágrafo 7º do artigo 231 da Constituição Federal.	Tramitando
24/95	João França	Altera os arts. 49 e 231 da Constituição Federal.	Tramitando
1425/95	Humberto Lucena	Altera o § 2º do art. 60 da Constituição Federal.	Tramitando
1526/95	Humberto Lucena	Prorroga a vigência da Lei Orçamentária para o exercício financeiro seguinte.	Tramitando

⁹Tramita em conjunto com as PEC nºs 1, 4, 20 e 65/95, e 7/97.

¹⁰Em 9.5.95, passou a tramitar em conjunto com a PEC nº 9/95.

¹¹Em 28.9.95, passou a tramitar em conjunto com a PEC nº 19/95.

¹²Em 28.9.95, passou a tramitar em conjunto com a PEC nº 15/95.

¹³Tramita em conjunto com as PEC nºs 1, 4, 11 e 65/95, e 7/97.

¹⁴Em 9.5.96, passou a tramitar em conjunto com a PEC nº 30/95.

Nº	1º Signatário	Ementa	Resultado
1630/95	Sérgio Machado	Altera o § 2º do artigo 60 da Constituição Federal.	Tramitando
34/95	Carlos Patrocínio	Dispõe sobre a duração dos mandatos dos Prefeitos e Vereadores a serem eleitos nas eleições de 1996.	Rejeitada (art. 254, RISF)
35/95	Jáder Barbalho	Estabelece adaptações na organização do Ministério Público, corrigindo tendências concentradoras que se revelaram incompatíveis e institucionalmente prejudiciais, em termos de eficiência operativa.	Tramitando
41/95	Sérgio Machado	Revoga o § 3º do art. 192 da Constituição Federal, que limita as taxas de juros reais em 12% ao ano.	Tramitando
42/95	Lúcio Alcântara	Acrescenta o inciso VI ao art. 51 da Constituição Federal, dispondo sobre a competência privativa da Câmara dos Deputados para ter a iniciativa de leis que instituem ou aumentem impostos.	Tramitando
43/95	Romero Jucá	Altera o art. 46 da Constituição Federal.	Tramitando
44/95	José Samey	Altera os arts. 153 e 156 da Constituição Federal, no que diz respeito ao imposto sobre propriedade territorial e rural.	Tramitando
45/95	Gerson Camata	Dá nova redação ao inciso VII do artigo 20, e acrescenta ao artigo 26 o inciso V.	Tramitando
46/95	José Ignácio Ferreira	Dispõe sobre o tratamento tributário dispensado aos produtos integrantes da cesta básica.	Tramitando
47/95	Romero Jucá	Institui a Justiça Agrária.	Tramitando
48/95	José Ignácio Ferreira	Altera dispositivos da Constituição Federal.	Retirada (RQS nº 1.187/96)
49/95	José Ignácio Ferreira	Altera dispositivos da Constituição Federal, objetivando o fortalecimento do princípio federativo.	Tramitando
50/95	José Ignácio Ferreira	Altera dispositivos da Constituição Federal.	Tramitando

¹⁵ Em 9.4.96, passou a tramitar em conjunto com as PECs de nºs 5/95, e 8 e 10/96.

¹⁶ Em 9.5.96, passou a tramitar em conjunto com a PEC nº 25/95.

Nº	1º Signatário	Ementa	Resultado
51/95	Marluce Pinto	Altera o inciso III do art. 235 da Constituição Federal.	Tramitando
52/95	Júlio Campos	Suprime o parágrafo 3º do artigo 199, que veda a participação de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no País.	Tramitando
53/95	Roberto Requião	Acrescenta parágrafos ao art. 14 da Constituição Federal, dispondo sobre a ação de impugnação de mandato eletivo.	Transformada no PLS 88/97 (Parecer nº 165/97, aprovado em 13.5.97)
54/95	Ronaldo Cunha Lima	Dá nova redação ao § 2º do art. 102 da Constituição Federal.	Aprovada em 1º turno em 23.7.97 Aprovada em 2º turno em 12.8.97 À Câmara dos Deputados
55/95	José Ignácio Ferreira	Acrescenta parágrafo ao art. 20 da Constituição Federal.	Retirada pelo autor em 22.8.97, nos termos do art. 257, do RISF (Of. Nº 081/97, do Presidente da CCJ, lido em Plenário no dia 22.8.97).
56/95	José Ignácio Ferreira	Dá nova redação ao caput do art. 94 da Constituição Federal.	Tramitando
57/95	Pedro Simon	Altera dispositivos constitucionais relativos aos limites máximos de idade para a nomeação de magistrados e ministros de tribunais e para a aposentadoria compulsória do servidor público em geral.	Tramitando
58/95	Gilvam Borges	Fixa o princípio da coincidência geral dos pleitos eleitorais e dá outras providências.	Tramitando
59/95	Darcy Ribeiro	Acrescenta inciso ao art. 92 e dá nova redação ao art. 184 da Constituição Federal.	Tramitando
60/95	José Eduardo Dutra	Altera o artigo 243 da Constituição Federal.	Tramitando

Nº	1º Signatário	Ementa	Resultado
62/95	Ademir Andrade	Suprime a alínea "b" do inciso II do § 3º do art. 166 da Constituição Federal.	Rejeitada (art. 254, RISF)
63/95	Gilberto Miranda	Altera e revoga dispositivos da Constituição Federal pertinentes à Justiça do Trabalho.	Tramitando
64/95	Osmar Dias	Dá nova redação ao inciso XXIX do art. 7º e revoga o art. 233 da Constituição Federal.	Tramitando
1765/95	Nabor Júnior	Altera dispositivos da Constituição Federal.	Prejudicada
66/95	José Roberto Arruda	Dá nova redação aos incisos III e IV do art. 37 da Constituição Federal.	Rejeitada (art. 254, RISF)
67/95	Ernandes Amorim	Acrescenta parágrafos ao art. 14 do Ato das Disposições Transitórias.	Tramitando
69/95	Eduardo Suplicy	Altera dispositivos da Constituição Federal relativos ao Sistema Tributário Nacional e outros.	Tramitando
2/96	Bernardo Cabral	Altera o § 4º do art. 18 da Constituição Federal e acrescenta dois parágrafos ao mesmo artigo.	Prejudicada (art.334, do RISF)
3/96	Ernandes Amorim	Dá nova redação a dispositivos da Constituição Federal.	Tramitando
4/96	Pedro Simon	Inclui novo inciso no § 9º e novo parágrafo no art. 165 da Constituição Federal.	Tramitando
5/96	Carlos Patrocínio	Altera a redação do inciso III do art. 206 e acrescenta inciso ao art. 208 da Constituição Federal, estabelecendo a instituição mista de ensino.	Tramitando
6/96	Carlos Patrocínio	Altera a redação do caput e do § 1º do art. 14 da Constituição Federal, tornando facultativo o voto.	Tramitando

¹⁷ Tramita em conjunto com as PEC nºs 1, 4, 11, e 20/95, e 7/97.

Nº	1º Signatário	Ementa	Resultado
7/96	Waldeck Ornelas	Acresce § 5º ao art. 64 da Constituição Federal, com o seguinte teor: Art. 64, § 5º: Terá início pelo Senado a discussão e votação dos Projetos que interferiram nas relações federativas.	Tramitando
188/96	Casildo Maldaner	Altera o § 2º do art. 57 da Constituição Federal.	Tramitando
9/96	Sebastião Rocha	Acrescenta parágrafos ao art. 24 da Constituição Federal e altera a redação do seu inciso XVI, que trata da organização, garantias, direitos e deveres das polícias civis e da perícia oficial.	Tramitando
1910/96	Sebastião Rocha	Dá nova redação a dispositivos do art. 57 da Constituição Federal.	Tramitando
11/96	Sebastião Rocha	Altera o § 5º do art. 166 da Constituição Federal.	Tramitando
12/96	Luiz Alberto de Oliveira	Cria Tribunais Regionais Federais.	Tramitando
13/96	Marina Silva	Modifica a redação dos arts. 37 e 54 da Constituição Federal e dá outras providências.	Tramitando
2014/96	Roberto Freire	Modifica o sistema de previdência social instituindo o regime básico unificado, dispõe sobre regime complementar público e privado, estabelece normas de transição no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências.	Prejudicada
2115/96	Romero Jucá	Altera a redação do art. 228 da Constituição Federal.	Tramitando

¹⁸ Em 9.4.96, passou a tramitar em conjunto com as PECs de nºs 5 e 26/95, e 10/96.

¹⁹ Em 9.4.96, passou a tramitar em conjunto com as PECs de nºs 5 e 26/95, e 8/96.

²⁰ Em 15.8.96, passou a tramitar em conjunto com a PEC nº 33/96.

²¹ Em 10.12.96, passou a tramitar em conjunto com as PECs nºs 45 e 49/96. E, em 25.2.97, com a de nº 51/96.

Nº	1º Signatário	Ementa	Resultado
16/96	Júlio Campos	Altera e revoga dispositivos da Constituição Federal pertinentes à Justiça do Trabalho e institui o Contrato Coletivo de Trabalho.	Tramitando
17/96	Edison Lobão	Altera os artigos 153, 155, 159 e 167 da Constituição Federal.	Tramitando
18/96	José Eduardo Dutra	Dá nova redação ao art. 8º da Constituição Federal, suprimindo o inciso II, que trata da unicidade sindical.	Tramitando
19/96	Waldeck Ornelas	Dispõe sobre os benefícios fiscais referentes ao ICMS.	Tramitando
20/96	Totó Cavalcante	Altera a nomenclatura de Vereador para Deputado Municipal, constante nos arts. 14 e 29 da Constituição Federal e arts. 4º, 5º e 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.	Rejeitada (art. 254, RISF)
2221/96	José Ignácio Ferreira	Modifica o inciso V do § 2º do art. 58 da Constituição Federal.	Retirada pelo autor em 25.8.97, nos termos do art. 257, do RISF (Of. Nº 80/97, do Presidente da CCJ, lido em Plenário no dia 25.8.97)
23 23/96	Esperidião Amin	Altera o § 7º do artigo 14 da Constituição Federal.	Tramitando
24/96	Gilvam Borges	Dá nova redação aos arts. 22 e 24 da Constituição Federal, atribuindo competência legislativa concorrente à União, Estados e Distrito Federal em matéria de Direito Penal e Processual Penal.	Tramitando

²² Em 27.11.96, passou a tramitar em conjunto com a PEC nº 27/96.

²³ Em 11.9.96, passou a tramitar em conjunto com a PEC nº 39/96.

Nº	1º Signatário	Ementa	Resultado
25/96	Sebastião Rocha	Inclui o art. 74 no Ato das Disposições Transitórias, referente a plebiscito em 1998, quanto à manutenção ou extinção do voto obrigatório e acolhimento ou não da reeleição de mandatários de cargos executivos.	Tramitando
26/96	Ney Suassuna	Altera o inciso IV do art. 7º da Constituição Federal.	Tramitando
24 2527/96	Odacir Soares	Altera o inciso V do § 2º do art. 58 da Constituição Federal.	Tramitando
28/96	Mauro Miranda	Altera a redação do artigo 6º da Constituição Federal.	Tramitando
29/96	Renan Calheiros	Dá nova redação a dispositivos da Constituição Federal.	Tramitando
31/96	Sebastião Rocha	Suprime o § 2º e § 3º do art. 223 da Constituição Federal, referentes à outorga e renovação de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens.	Tramitando
2632/96	Antonio Carlos Magalhães	Altera a redação dos §§ 1º e 2º do art. 143 da Constituição Federal.	Tramitando
2733/96-SF 33/95-CD	do Presidente da República	Modifica o sistema de previdência Social, estabelece normas de transição e dá outras providências.	Aprovada em 1º turno em 24.9.97 Aprovada em 2º turno em 08.10.97 À Câmara dos Deputados
2835/96	Ademir Andrade	Altera o § 1º do art. 17 da Constituição e acrescenta parágrafos ao mesmo artigo, a fim de regular a disciplina partidária.	Tramitando

²⁴ Em 27.11.96, passou a tramitar em conjunto com a PEC nº 21/96.

²⁵ Em 25.8.97, voltou a tramitar individualmente, em virtude da retirada da PEC nº 21/96, com a qual tramitava em conjunto.

²⁶ Em 11.11.97, passou a tramitar em conjunto com a PEC nº 24/97.

²⁷ Em 15.8.96, passou a tramitar em conjunto com a PEC nº 14/96.

²⁸ Apresentada durante a 2ª Sessão Legislativa Extraordinária da 50ª Legislatura, realizada no período de 1º a 31.7.96.

Nº	1º Signatário	Ementa	Resultado
36/96	Romeu Tuma	Altera dispositivo da Constituição Federal (§ 8º do art. 144 - constituição de guardas municipais).	Tramitando
37/96	Odacir Soares	Acrescenta parágrafo ao art. 37 da Constituição Federal.	Tramitando
38/96	Odacir Soares	Acrescenta inciso ao art. 54 da Constituição Federal.	Tramitando
2939/96-SF 367/96-CD	Dep. Antônio dos Santos	Altera o § 7º do art. 14 da Constituição Federal.	Tramitando
40/96	José Serra	Altera o art. 14 da Constituição Federal, tornando o voto facultativo.	Tramitando
41/96	José Serra	Acrescenta novo parágrafo ao art. 14, fixando regra de fidelidade partidária.	Tramitando
42/96	José Serra	Altera o art. 17 da Constituição que trata dos Partidos Políticos.	Tramitando
43/96	José Serra	Altera o art. 45 da Constituição. Sistema Eleitoral Distrital Misto.	Tramitando
44/96	Ney Suassuna	Altera o inciso XLVII do art. 5º da Constituição Federal.	Tramitando
3045/96	Ney Suassuna	Altera a redação do art. 228 da Constituição Federal.	Tramitando
46/96	Epitácio Cafeteira	Acrescenta alínea "c" ao inciso III do art. 150, da Constituição Federal	Tramitando
47/96	Odacir Soares	Estabelece imunidades tributárias na transmissão de imóveis rurais a pessoas da mesma família.	Tramitando
48/96	Jefferson Péres	Altera o art. 57 da Constituição Federal.	Tramitando

²⁹ Em 11.9.96, passou a tramitar em conjunto com a PEC 23/96.

³⁰ Em 10.12.96, passou a tramitar em conjunto com as PEC nºs 15 e 49/96. E, em 25.2.97, com a de nº 51/96.

Nº	1º Signatário	Ementa	Resultado
3149/96	Gilberto Miranda	Revoga o art. 228 da Constituição Federal.	Tramitando
50/96	Pedro Simon	Convoca plebiscito para o eleitorado decidir sobre a realização de reforma constitucional, altera o art. 55 da Constituição Federal para prever a perda de mandato por infidelidade partidária e dá outras providências.	Tramitando
3251/96	José Bonifácio	Reduz para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.	Tramitando
52/96	José Ignácio Ferreira	Altera a redação do art. 94, para estabelecer a escolha de juízes e desembargadores por sistema eletivo.	Tramitando
53/96	Ney Suassuna	Destina recursos à infra-estrutura viária.	Tramitando
54/96	Odacir Soares	Acrescenta parágrafo ao art. 17 da Constituição Federal.	Tramitando
55/96	Roberto Requião	Acrescenta ao art. 170 da Constituição Federal o § 2º e dá outras providências.	Tramitando
56/96	Francisco Escórcio	Dispõe sobre a nova configuração dos limites do Distrito Federal.	Tramitando
57/96	Gilberto Miranda	Altera o art. 7º da Constituição, tomando os direitos trabalhistas que relaciona passíveis de negociação coletiva, sem limitações legais infraconstitucionais, e dá outras providências.	Tramitando
58/96	Ney Suassuna	Revoga o art. 74 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.	Tramitando
59/96	Gilvam Borges	Inclui, onde couber, artigo no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.	Tramitando

³¹ Em 10.12.96, passou a tramitar em conjunto com as PEC nºs 15 e 45/96. E, em 25.2.97, com a de nº 51/96.

³² Em 25.2.97, passou a tramitar em conjunto com as PEC nºs 15, 45 e 49/96.

2) da presente sessão legislativa.

Nº	1º Signatário	Ementa	Resultado
1/97	Júlio Campos	Altera dispositivo sobre duração do trabalho e fixa jornada das atividades econômicas.	Tramitando
2/97	Romero Jucá	Altera a redação dos arts. 52, III, "d", 52, XI, 84, XIV e 192, da Constituição Federal.	Tramitando
3/97	Francisco Escórcio	Altera os arts. 26, 29 e 77 da Constituição Federal, de modo a suprimir o segundo turno das eleições para Prefeitos, Governadores e Presidente da República.	Tramitando
4/97-SF 1/95-CD	Deputado Mendonça Filho	Dá nova redação ao parágrafo 5º do art. 14, ao caput do art. 28, ao inciso II do art. 29, ao caput do art. 77 e ao art. 82 da Constituição Federal.	Aprovada em 1º turno em 22.5.97 Aprovada em 2º turno em 4.6.97 Emenda Constitucional nº 16, de 4.6.97
5/97	Waldeck Ornelas	Dá nova redação ao § 1º do art. 239 da Constituição Federal, que dispõe sobre a destinação de recursos do Programa de Integração Social - PIS e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP.	Tramitando
6/97	Júlio Campos	Altera o art. 166 da Constituição Federal.	Tramitando
337/97	Pedro Simon	Institui os Atos Normativos Transitórios em substituição às Medidas Provisórias.	Prejudicada
8/97	Leomar Quintanilha	Revoga o § 7º do art. 14 da Constituição Federal.	Tramitando
9/97	Lauro Campos	Altera os arts. 71 e 75 da Constituição Federal.	Tramitando
10/97	Regina Assumpção	Altera dispositivos da Constituição Federal relativos ao trabalho do menor.	Tramitando

³³ Em 12.3.97, passou a tramitar em conjunto com as PEC nºs 1, 4, 11, 20 e 65/95.

Nº	1º Signatário	Ementa	Resultado
11/97	Iris Rezende	Acrescenta parágrafo único ao artigo 132 da Constituição Federal.	Tramitando
12/97	Carlos Bezerra	Acrescenta inciso ao § 9º do art. 165, para dispor sobre a participação percentual dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário no orçamento anual.	Tramitando
13/97	Carlos Bezerra	Acrescenta inciso ao <i>caput</i> do art. 37, para dispor sobre o reajuste de remuneração dos servidores e de contratos da administração pública.	Tramitando
14/97	Edison Lobão	Dispõe sobre a gratuidade no ensino superior.	Retirada (RQS nº 395/97)
15/97	Pedro Simon	Acrescenta parágrafo ao art. 18 da Constituição Federal	Tramitando
16/97	Pedro Simon	Dá nova redação ao art. 132 da Constituição Federal.	Tramitando
17/97	Lúcio Alcântara	Acrescenta dispositivos que tratam de revisão constitucional.	Tramitando
18/97	Ronaldo Cunha Lima	Altera a redação da alínea "d" do inciso XXXVIII do art. 5º da Constituição Federal.	Tramitando
19/97	Antônio Carlos Valadares	Dispõe sobre a destinação de recursos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, para a implementação, funcionamento e gestão do Sistema Único de Saúde e dá outras providências.	Tramitando
20/97	Júlio Campos	Altera o " <i>caput</i> " do art. 28 e o inciso II do art. 29 da Constituição Federal.	Tramitando
21/97	José Serra	Revoga o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal, bem como o art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.	Tramitando

Nº	1º Signatário	Ementa	Resultado
3422/97	Guilherme Palmeira	Altera o art. 64 da Constituição Federal.	Tramitando
3523/97	Júlio Campos	Altera o art. 218 da Constituição Federal vedando a pesquisa científica, a produção laboratorial ou industrial, a manipulação, a importação, a exportação, a compra, a venda, a cessão, a doação, a preservação e o transporte de clones humanos.	Tramitando
3624/97	Pedro Simon	Altera o art. 143 da Constituição Federal (serviço militar).	Tramitando
25/97-SF 449/97-CD	do Presidente da República	Altera dispositivos dos arts. 71 e 72 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzidos pela Emenda Constitucional de Revisão nº 1, de 1994 (Fundo de Estabilização Fiscal - FEF).	Aprovada em 1º turno em 5.11.97 Aprovado em 2º turno em 19.11.97 Emenda Constitucional nº 17, de 22.11.97
26/97	Coutinho Jorge	Atribui competência à União para instituir contribuição social sobre movimentação ou transmissão de valores e de créditos e direitos de natureza financeira.	Tramitando
27/97	Pedro Simon	Dá nova redação ao inciso LXXVI do art. 5º da Constituição Federal (gratuidade de certidão de casamento).	Tramitando
28/97	Lúcio Alcântara	Dá nova redação à letra "c" do inciso I do art. 12 da Constituição Federal (concessão de nacionalidade).	Tramitando
29/97	José Ignácio Ferreira	Altera o art. 6º da Constituição Federal.	Tramitando
30/97	Osmar Dias	Reduz gradativamente a porcentagem fixada no inciso I do art. 10 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.	Tramitando
31/97	Marina Silva	Dá nova redação ao § 4º do art. 55 da Constituição Federal (renúncia de parlamentar sob investigação).	Tramitando
32/97	Lauro Campos	Altera o § 3º do art. 46 da Constituição Federal (suplência de Senador).	Tramitando

³⁴ Apresentada durante a 5ª Sessão Legislativa Extraordinária, realizada no período de 1ª a 25.7.1997.

³⁵ Apresentada durante a 5ª Sessão Legislativa Extraordinária, realizada no período de 1ª a 25.7.1997.

³⁶ Em 11.11.97, passou a tramitar em conjunto com a PEC nº 24/97.

Nº	1º Signatário	Ementa	Resultado
33/97	Lauro Campos	Permite o exercício de funções de assistência judiciária a aposentados.	Tramitando
34/97	Carlos Wilson	Altera o art. 55 da Constituição Federal (perda do mandato parlamentar).	Tramitando
35/97	Roberto Requião	Dá nova redação ao art. 207 da Constituição Federal (autonomia universitária).	Tramitando
36/97	João Rocha	Modifica os incisos VII e IX do art. 52 e os incisos VI e VII do art. 71 da Constituição Federal (controle do endividamento de estatais).	Tramitando
37/97	Pedro Simon	Altera o § 2º do art. 72 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.	Tramitando
38/97	Abdias Nascimento	Altera os arts. 49, 129 e 176 e acrescenta o art. 233 ao Capítulo VIII do Título VIII da Constituição Federal, para garantir às comunidades remanescentes dos quilombos os direitos assegurados às populações indígenas.	Tramitando
39/97- SF 338/96-CD	do Presidente da República	Dispõe sobre o regime constitucional dos militares.	Tramitando
40/97	Roberto Requião	Acrescenta parágrafo ao art. 109 da Constituição Federal, para atribuir ao Superior Tribunal de Justiça a iniciativa de lei sobre a criação de varas da Justiça Federal especializadas em processar e julgar os crimes financeiros.	Tramitando
41/97-SF 173/95-CD	do Presidente da República	Modifica o regime e dispõe sobre princípios e normas da Administração Pública, servidores e agentes políticos, controle de despesas e finanças públicas, e custeio de atividades a cargo do Distrito Federal, e dá outras providências.	Tramitando
42/97	Pedro Simon	Altera dispositivos dos artigos 165, 166 e 167 da Constituição Federal.	Tramitando
43/97	Leonel Paiva	Dispõe sobre a extinção dos tribunais e juízes especializados em matéria trabalhista e dá outras providências.	Tramitando

b) Projetos de Lei do Senado

Projetos aprovados e enviados à Câmara dos Deputados	
em decisão terminativa	63
de Plenário	12
Total	75

Projetos prejudicados	
em decisão terminativa	4
em Plenário	17
Total	21

Projetos rejeitados	
em decisão terminativa	22
em Plenário	6
Total	28

Projetos com a tramitação sobrestada	2
Projetos retirados	13
Projetos em tramitação	594

1) de sessões legislativas anteriores

Nº	Autor	Ementa	Resultado
93/91 (Complementar)	Maurício Corrêa	Dispõe sobre as imunidades tributárias referentes às instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos.	Tramitando
95/91	Eduardo Suplicy	Dispõe sobre a divulgação dos principais devedores junto à Secretaria da Receita Federal, ao Ministério do Trabalho e da Previdência Social e Caixa Econômica Federal e dá outras providências.	Tramitando
328/91	Fernando Cardoso	Henrique Disciplina as eleições para a Câmara dos Deputados e Assembléias Legislativas.	Tramitação sobrestada em 28.11.95

Nº	Autor	Ementa	Resultado
348/91	Nelson Carneiro	Dá nova redação ao art. 9º do Decreto-Lei nº 3, de 27 de janeiro de 1966, que disciplina as relações jurídicas da pessoa que integra o sistema de atividades portuárias.	À Câmara dos Deputados
393/91 (Complementar)	Moisés Abrão	Altera a redação do § 2º do art. 2º e do § 2º do art. 4º da Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975.	Tramitando
402/91	Moisés Abrão	Dispõe sobre os planos de benefícios das entidades fechadas de previdência privada patrocinados por entidades da administração indireta da União.	Tramitando
5/92	Francisco Rollemberg	Estabelece normas para o aproveitamento econômico dos manguezais e dá outras providências, em conformidade com o estabelecido no art. 225, § 4º, da Constituição Federal, na Lei nº 7.661/68, que institui o Gerenciamento Costeiro e na Lei nº 6.938/81, que estabelece a Política Nacional do Meio Ambiente.	Tramitando
111/92 (Anexado ao PLC 118/84 - Código Civil)	Márcio Lacerda	Altera os arts. 1.603 e 1.719 da Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916 - Código civil.	Prejudicado
137/92	Almir Gabriel	Fixa normas de formação de recursos humanos na área de saúde, regulamentando o inciso III do art. 200 da Constituição Federal.	Tramitando
167/92	CPI (criada pelo Req. 52/92-CN)	Estabelece limite de gastos eleitorais permitidos por partido político e dá outras providências.	Tramitando
271/93	Ney Maranhão	Cria o Programa de Crédito Rural Equivalência-Produto.	Tramitando

¹ Constatou como arquivado no Relatório da 11ª Sessão Legislativa Extraordinária da 49ª Legislatura, realizada no período de 16.12.94 a 31.1.95 (art. 332, do RISF), por isso, não apareceu nos relatórios seguintes.

² Em 14.5.96, passou a tramitar em conjunto com o PLS 288/95. E, em 9.10.96, também com o PLS 215/95.

Nº	Autor	Ementa	Resultado
130/93	Mansueto de Lavor	Concede ao idoso e ao deficiente físico ou mental, o benefício da percepção de um salário mínimo mensal, desde que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou tê-la provido por sua família, regulamentando o inciso V do artigo 203 da Constituição Federal.	Tramitando
5/94	Jutahy Magalhães	Dispõe sobre a responsabilidade da empresa na promoção da saúde de seus empregados e dá outras providências.	Tramitando
37/95 (Complementar)	José Eduardo Dutra	Dispõe sobre a obrigatoriedade de prestação de informações a Secretaria da Receita Federal, por parte das instituições financeiras, sociedades corretoras e assemelhadas que específica.	Tramitando
9/95	Benedita da Silva	Disciplina a compra e venda de ouro, jóias, objetos de valor e dá outras providências.	Tramitando
10/95	Benedita da Silva	Dispõe sobre a inclusão da presença dos negros nas produções das emissoras de televisão e filmes e peças publicitárias.	Tramitando
11/95	Benedita da Silva	Dispõe sobre a educação para o trabalho e para a cidadania.	Tramitando
12/95	Benedita da Silva	Altera a redação do art. 59 do Decreto-lei nº 7.661, de 21 de junho de 1945, que dispõe sobre falências.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados
13/95	Benedita da Silva	Dispõe sobre a instituição de cota mínima de 20% das vagas das instituições públicas de ensino superior para alunos carentes.	Tramitando

³ Em 13.3.96, passou a tramitar em conjunto com o PLS 219/95. Em 22.4.97, passou a tramitar também com o PLS 53/97-Complementar.

Nº	Autor	Ementa	Resultado
14/95	Benedita da Silva	Dispõe sobre a instituição de cota mínima para os setores etno-raciais, socialmente discriminados em instituições de ensino superior.	Tramitando
18/95	Benedita da Silva	Inclui a disciplina "História e Cultura da África" nos currículos que especifica.	Tramitando
420/95	Benedita da Silva	Institui o Programa Nacional de Reflorestamento de Encostas, a cargo do IBAMA, e dá outras providências.	Tramitando
21/95	Benedita da Silva	Institui Programa de Educação para a Preservação do Patrimônio Ecológico.	Tramitando
523/95	Edison Lobão	Institui a dedução na declaração anual de rendimentos da pessoa física dos gastos com trabalhadores domésticos.	Tramitando
625/95	Roberto Freire	Institui a revisão judicial dos valores atribuídos aos imóveis desapropriados, por interesse social, para fins de reforma agrária, e dá outras providências.	Tramitando
28/95	João França	Institui o Estatuto dos Garimpeiros e dá outras providências.	À Câmara dos Deputados
28/95	Valmir Campelo	Dispõe sobre a redução do valor das tarifas para estudantes nos transportes coletivos intermunicipais e interestaduais e dá outras providências.	Tramitando
29/95	Eduardo Suplicy	Institui eleições diretas para os suplentes de candidatos ao Senado Federal.	Tramitando
31/95	Pedro Simon	Altera dispositivos do Código de Processo Penal e dá outras providências.	Tramitando

⁴Em 16.8.95, passou a tramitar em conjunto com o PLC 72/93. Em 24.9.97, foi desapensado do projeto, voltando a tramitar individualmente.

⁵Em 10.9.96, passou a tramitar em conjunto com os PLS nºs 176 e 180/96.

⁶Constou como "Retirado" no Relatório anterior, 2ª Sessão Legislativa Ordinária.

Nº	Autor	Ementa	Resultado
35/95	Pedro Simon	Cria condições para utilização do FGTS na compra de terreno para construção da casa própria, e dá outras providências.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados
738/95	Pedro Simon	Dispõe sobre o ensino da língua espanhola nos Estados limítrofes com os países formadores do Mercosul.	Tramitando
39/95	Pedro Simon	Dispõe sobre a continuidade de execução das obras públicas.	Tramitando
40/95	Pedro Simon	Autoriza a Petrobrás Química S/A - PETROQUISA, a participar minoritariamente de sociedades de capitais privados no Pólo Petroquímico do Sul, localizado no Estado do Rio Grande do Sul.	Tramitando
43/95	Ronaldo Cunha Lima	Permite a utilização de "fac-símile" (fax) para veicular atos processuais, pelas partes envolvidas.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados
45/95	Pedro Simon	Dispõe sobre a nomeação de Adidos Culturais junto às Representações do Brasil no Exterior.	Tramitando
46/95	Pedro Simon	Cria o Conselho Nacional do Entendimento e Desenvolvimento CONADE e dá outras providências.	Tramitando
52/95	Pedro Simon	Cria a Secretaria Federal de Controle Interno como órgão vinculado à Presidência da República.	Tramitando
53/95	Pedro Simon	Dispõe sobre a variação entre as remunerações mínima e máxima, na Administração Federal.	Retirado (Reqto. deferido pelo Sr. Presidente da CCJ, nos termos do art. 257 do RISF)
55/95	Pedro Simon	Cria a Zona de Processamento de Exportação no Município de Rio Grande, no Estado do Rio Grande do Sul.	Tramitando

⁷ Em 8.10.96, passou a tramitar em conjunto com o PLC 55/96.

Nº	Autor	Ementa	Resultado
60/95 Vide PLC 75/92	Esperidião Amin	Altera o disposto no art. 452 do Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho, e dá outras providências.	Tramitando
61/95	Pedro Simon	Dispõe sobre a proibição de ser utilizada como prova contra o depoente as informações fornecidas nas condições que especifica.	Tramitando
62/95	Pedro Simon	Dispõe sobre o controle social dos atos de gestão da Administração Pública empreendidos ou descentralizados no âmbito estadual ou municipal, através de programas federais e assegura o livre acesso dos cidadãos às informações relativas às finanças públicas.	Tramitando
63/95	Pedro Simon	Estabelece a revisão obrigatória da Declaração do Imposto sobre a Renda dos detentores de cargo eletivo ou diretivo na Administração Pública e dá outras providências.	Tramitando
64/95 (Complementar)	Júlio Campos	Dispõe sobre o exercício financeiro a que se refere o art. 165, § 9º, I, da Constituição Federal e dá outras providências.	Tramitando
72/95	Eduardo Suplicy	Concede anistia em decorrência de sanções imputadas pela prática de atos ou fatos que busquem resguardar a moralidade pública.	Tramitando
74/95	Eduardo Suplicy	Dispõe sobre a indisponibilidade de bens e direitos de devedores na União por dívida relativa a tributos e contribuições federais e prevê a suas conversão em penhora.	Tramitando

Nº	Autor	Ementa	Resultado
76/95 Vide PLC 75/92	Júnia Marise	Altera a redação do § 2º do art. 477 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que dispõe sobre o recibo de quitação passado pelo empregado por ocasião da rescisão de seu contrato individual de trabalho.	Tramitando
87/95	Waldeck Ornelas	Dispõe sobre a distribuição dos recursos do salário-educação e dá outras providências.	Tramitando
81/95	Eduardo Suplicy	Dispõe sobre as sociedades cooperativas.	Tramitando
82/95	Júlio Campos	Altera dispositivos da Lei nº 8.004, de 14 de março de 1990, que dispõe sobre a transferência de financiamento no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação e dá outras providências.	À Câmara dos Deputados
83/95	Fernando Bezerra	Dispõe sobre o enquadramento dos juízes classistas temporários, como segurados, no Regime Geral da Previdência Social.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados
84/95	Pedro Simon	Altera o art. 118 da Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971 (Lei Orgânica dos Partidos Políticos).	Tramitando
86/95	Roberto Freire	Dispõe sobre incentivos à instalação de empresas fabricantes de veículos, partes, peças e componentes automotivos nas regiões economicamente desfavorecidas que especifica.	Tramitando
87/95	Erandes Amorim	Acrescenta ao art. 21 da Lei nº 7.805 de 18 de julho de 1989, o seu § 2º.	Tramitando
91/95	Odacir Soares	Estabelece normas gerais sobre custas dos serviços forenses.	Tramitando

⁸Em 18.4.95, passou a tramitar em conjunto com o PLS 80/95.

Nº	Autor	Ementa	Resultado
94/95 (Complementar)	Odacir Soares	Dispõe sobre o exercício do direito de greve dos servidores públicos da administração direta, autárquica ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, previsto no art. 37, inciso VII, da Constituição Federal e dá outras providências.	Tramitando
99/95	Valmir Campelo	Dispõe sobre o preenchimento dos cargos de presidente e de diretor do Banco Central do Brasil.	Tramitando
100/95	Jonas Pinheiro	Acrescenta dispositivo à Lei nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977, equiparando aprendiz a estagiário.	Tramitando
9102/95	Romeu Tuma	Altera dispositivo da Lei de Execução Penal sobre permissão de saída de presos em estabelecimento penal.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados
10103/95	Romeu Tuma	Altera dispositivo da Lei de Execução Penal sobre permissão de saída de presos em estabelecimento penal para assistência médica.	Prejudicado
11104/95	Romeu Tuma	Altera dispositivos da Lei de Execução Penal sobre exame criminológico e progressão do regime de execução das penas privativas de liberdade, e dá outras providências.	Tramitando
108/95	Odacir Soares	Institui o Programa de Implantação das Reservas Extrativistas e dá outras providências.	Tramitando
12109/95	Pedro Simon	Dispõe sobre a outorga e renovação de concessão ou permissão para exploração de serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens.	Tramitando

⁹ Em 24.10.95, passou a tramitar em conjunto com os PLS 103 e 233/95.

¹⁰ Em 21.9.95, passou a tramitar em conjunto com o PLS 233/95. E, em 24.10.95, com o PLS 102/95.

¹¹ Em 3.12.96, passou a tramitar em conjunto com o PLC 10/96.

¹² Em 16.8.95, passou a tramitar em conjunto com o PLC 20/93.

Nº	Autor	Ementa	Resultado
110/95	Pedro Simon	Cria, nas entidades titulares de concessão ou permissão para exploração de serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, serviço de atendimento ao público, e dá outras providências.	Tramitando
13111/95	Valmir Campelo	Dispõe sobre o valor do salário-família e dá outras providências.	Tramitando
113/95	Carlos Wilson	Dispõe sobre benefícios fiscais concedidos à pesquisa científica e tecnológica e dá outras providências.	Tramitando
114/95	Odacir Soares	Regulamenta o artigo 243 e seu parágrafo único das Disposições Gerais da Constituição Federal.	Tramitando
14115/95	Odacir Soares	Define os casos de identificação criminal previstos no art. 5º, inciso LVIII, da Constituição Federal.	Prejudicado
116/95	Odacir Soares	Dispõe sobre a concessão de créditos subsidiados às empresas que estão sendo privatizadas ou a seus controladores.	Tramitando
117/95	Mariuce Pinto	Dispõe sobre o seguro de crédito às microempresas e às empresas de pequeno porte e dá outras providências.	Tramitando
118/95	Osmar Dias e Esperidião Amin	Altera o § 2º e acrescenta o § 3º do artigo 16, da Lei nº 8.880, de 28 de maio de 1994, e retificada em 01 de junho de 1994, que "dispõe sobre o Programa de Estabilização Econômica e o Sistema Monetário Nacional, institui a Unidade Real de Valor - URV e dá outras providências".	Tramitando

¹³Em 17.8.95, passou a tramitar em conjunto com o PLS 203/95.

¹⁴Em 7.11.95, passou a tramitar em conjunto com o PLS 187/95.

Nº	Autor	Ementa	Resultado
15119/95	Ronaldo Cunha Lima	Altera o art. 1.744 da Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916 - Código Civil, para excluir a desonestidade da filha que vive na casa paterna dentre as causas que autorizam a deserção dos descendentes por seus ascendentes.	Prejudicado
120/95	Humberto Lucena e outros Senadores	Altera a Lei nº 8.727, de 5 de novembro de 1993, que "estabelece diretrizes para a consolidação e o reescalonamento, pela União, de dívidas internas da administração direta e indireta dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e dá outras providências".	Tramitando
122/95	Roberto Requião	Estabelece medidas de proteção aos interesses brasileiros contra práticas discriminatórias adotadas por outros países.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados
126/95	João Rocha	Dispõe sobre a obrigatoriedade de aprovação, pelo Congresso Nacional, das decisões do Conselho Curador do FGTS, da Caixa Econômica Federal.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados
16128/95	Antônio Carlos Valadares	Fixa o Programa de Habitação para Populações de Baixa Renda, fixa contribuições sociais para o mesmo e dá outras providências.	Tramitando
129/95	Benedita da Silva	Regulamenta o procedimento de titulação de propriedade imobiliária aos remanescentes das comunidades dos quilombos, na forma do art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados
131/95	João França	Isenta do imposto sobre renda as participações dos empregados nos lucros ou resultados da empresa.	Tramitando

¹⁵ Em 27.4.95, foi anexado ao PLC 118/84.

¹⁶ Em 10.12.97, passou a tramitar em conjunto com o PLS 209/95.

Nº	Autor	Ementa	Resultado
132/95	Waldeck Ornelas	Estende às sociedades de economia mista a aplicação da Lei de Falências.	Tramitando
133/95	José Bianco	Acrescenta parágrafo único ao art. 27 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que "dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dá outras providências".	Tramitando
134/95	Roberto Freire	Regulamenta o § 3º do art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, dispondo sobre a reparação de natureza econômica devida aos aeronautas e aviários, civis e militares, impedidos de exercer a profissão.	Tramitando
135/95	Ermendes Amorim	Dispõe sobre a exploração a corte raso da floresta e demais formas de vegetação arbórea da bacia amazônica em áreas selecionadas pelo zoneamento Ecológico-Econômico para uso alternativo do solo.	Tramitando
136/95	Guilherme Palmeira	Dispõe sobre a participação dos trabalhadores na gestão das empresas e dá outras providências.	Tramitando
137/95	Lúcio Alcântara	Dispõe sobre publicidade de quem detiver monopólio estatal.	Retirado (RQS nº 946/97)
139/95	Valmir Campelo	Dispõe sobre a concessão de desconto para os professores, em efetivo exercício na rede de ensino regular, público ou privado, nos valores dos ingressos em todas as casas que promovam eventos e espetáculos de natureza cultural.	Tramitando
141/95	Odacir Soares	Define como crime contra o livre exercício do Poder Legislativo Federal ofensa à integridade corporal ou à saúde de membros desse Poder, e dá outras providências.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados

Nº	Autor	Ementa	Resultado
17142/95	Osmar Dias	Cria o Programa de Estímulo ao Primeiro Emprego - PEPE, e dá outras providências.	Tramitando
18143/95	Osmar Dias	Concede incentivo tributário ao empregador participante do Programa de Estímulo ao Primeiro Emprego - PEPE, e dá outras providências.	Tramitando
145/95	Gilberto Miranda	Veda as operações de emissão e venda a termo de Letras do Banco Central do Brasil às instituições financeiras estaduais.	Tramitando
19147/95	Teotônio Vilela Filho	Estabelece medidas para a proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos e dá outras providências.	Tramitando
148/95	Jefferson Peres	Revoga dispositivos da Lei nº 5.682, de 21 de junho de 1971, bem como a Lei nº 8.247, de 23 de outubro de 1991.	Tramitação sobrestada
20155/95	Bernardo Cabral	Estabelece procedimento para desapropriações e determina outras providências.	Tramitando
156/95	Júlio Campos	Define o crime de expor a vida, a integridade corporal, ou a saúde de alguém, por meio de recipiente de gás liquefeito de petróleo, defeituoso ou não requalificado, e dá outras providências.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados
160/95	Carlos Bezerra	Dispõe sobre o exercício da profissão de Agente Comunitário de Saúde e dá outras providências.	Tramitando
21164/95	José Bianco	Altera os arts. 27 e 34 da Lei nº 5.197, de 3 de janeiro de 1967, que "dispõe sobre a proteção à fauna, e dá outras providências".	Prejudicado

¹⁷Em 12.5.95, passou a tramitar em conjunto com o PLS 143/95.

¹⁸Em 12.5.95, passou a tramitar em conjunto com o PLS 142/95.

¹⁹Em 18.6.97, passou a tramitar em conjunto com o PLC 29/96.

²⁰Em 28.9.95, passou a tramitar em conjunto com o PLS 223/95.

²¹Em 12.12.95, passou a tramitar em conjunto com o PLC 62/95.

Nº	Autor	Ementa	Resultado
166/95	Joel de Hollanda	Dispõe sobre isenção de contribuições sociais nos termos dos arts. 195 e 213, I e II, da Constituição Federal, define instituição educacional de caráter confessional, fixa critérios de contrapartida aos benefícios e dá outras providências. (em decisão terminativa)	Rejeitado
167/95	João França	Dispõe sobre a retirada de fabricação de modelos de veículos automotores.	Tramitando
168/95	Ernandes Amorim	Revoga o Decreto-Lei nº 9.215, de 30 de abril de 1946 e dá outras providências.	Tramitando
169/95	Valmir Campelo	Acrescenta parágrafo único ao art. 2º da Lei nº 8.004/90 que dispõe sobre transferência de financiamento no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação e dá outras providências.	Tramitando
172/95	Pedro Simon	Cria instrumento de incentivo à produção.	Tramitando
22174/95	João França	Altera disposições do Código Civil, relativamente à maioria e dá outras providências.	Prejudicado
23175/95	Lauro Campos	Revoga o art. 57 da Lei nº 8.672, de 6 de julho de 1993, que institui normas gerais sobre desportos e dá outras providências.	Tramitando
179/95	Humberto Lucena	Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI na aquisição de automóveis por pessoas portadoras de deficiência física e dá outras providências.	Tramitando
180/95	Gilvam Borges	Altera a redação da letra "a" do art. 75 da Lei nº 8.213, de 7 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social.	Rejeitado em decisão terminativa

²²Em 6.6.95, foi anexado ao PLC 118/84 (Código Civil).

²³Em 7.8.96, passou a tramitar em conjunto com o PLC 31/96.

Nº	Autor	Ementa	Resultado
184/95	Edison Lobão	Altera dispositivos da Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991, que institui a Unidade Fiscal de Referência, altera a legislação do Imposto sobre a Renda, e dá outras providências.	Tramitando
185/95	Júlio Campos	Altera o art. 1.121 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil, para incluir, como requisito indispensável à petição de separação consensual, o acordo entre os cônjuges relativo ao regime de visitas dos filhos menores, e dá outras providências.	Tramitando
²⁴ 187/95	Júlio Campos	Dispõe sobre a identificação criminal do civilmente identificado, regulamentando o art. 5º, inciso LVIII, da Constituição Federal.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados
189/95	Pedro Simon	Altera a Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, que "dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União e dá outras providências".	Tramitando
²⁵ 190/95	Júlio Campos	Define o crime de tortura, nos termos do art. 5º, incisos III e XLIII, da Constituição Federal, e dá outras providências.	Prejudicado
²⁶ 191/95	Jefferson Peres	Altera a Lei nº 7.087, de 29 de dezembro de 1982, que dispõe sobre o Instituto de Previdência dos Congressistas - IPC, e dá outras providências.	Prejudicado
193/95	Marluce Pinto	Concede incentivo fiscal sobre o lucro da exploração às empresas mineradoras que beneficiam pedras preciosas e semipreciosas.	Tramitando

²⁴Em 7.11.95, passou a tramitar em conjunto com o PLS 115/95.

²⁵Em 23.7.96, passou a tramitar em conjunto com o PLC 48/96.

²⁶Em 25.2.97, passou a tramitar em conjunto com o PLC 49/96 e o PLS 33/96.

Nº	Autor	Ementa	Resultado
194/95	Júlio Campos	Acrescenta dispositivo ao art. 146 do Código Eleitoral, proibindo a utilização de instrumentos destinados a facilitar o preenchimento de cédula eleitoral.	Tramitando
195/95	José Eduardo Dutra	Concede anistia de multas cominadas pelo Tribunal Superior do Trabalho a entidades sindicais em virtude de sentença judicial.	Tramitando
196/95	José Eduardo Dutra	Concede anistia a dirigentes ou representantes sindicais e trabalhadores punidos por participação em movimento reivindicatório.	Tramitando
198/95	Osmar Dias	Proíbe o uso de substâncias anabolizantes, naturais ou artificiais, com a finalidade de aumento de massa corporal em animais de abate e dá outras providências.	Tramitando
27199/95	Odacir Soares	Institui direito de proteção de cultivadores e dá outras providências.	Prejudicado
200/95	Waldeck Ornelas	Regulamenta o § 2º do art. 208 da Constituição Federal e dá outras providências.	Prejudicado
201/95	Ney Suassuna	Dispõe sobre o repasse de verbas do Governo Federal para a construção de unidades penitenciárias nos Estados da Federação e Distrito Federal e dá outras providências.	Tramitando
28203/95	Lauro Campos	Dispõe sobre o valor do salário-família e dá outras providências.	Tramitando
205/95	Emandes Amorim	Condiciona a privatização de empresas públicas ou sociedades de economia mista do setor elétrico e mineral e dá outras providências.	Tramitando

²⁷Em 21.1.97, passou a tramitar em conjunto com o PLC 94/96.

²⁸Em 17.8.95, passou a tramitar em conjunto com o PLS 111/95.

Nº	Autor	Ementa	Resultado
206/95	Humberto Lucena	Dispõe sobre a alocação, em depósitos especiais remunerados de recursos da disponibilidade financeira do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, na Caixa Econômica Federal, e dá outras providências.	Tramitando
207/95	Júlio Campos	Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e determina outras providências.	Tramitando
208/95	Júlio Campos	Denomina o Aeroporto Internacional do Galeão como Aeroporto Internacional Tom Jobim.	Tramitando
²⁹ 209/95	Pedro Simon	Institui o Programa de Geração de Moradia Popular e cria o Fundo de Incentivo à Construção de Habitações Populares - FUNDOCASA - BR.	Tramitando
210/95	Júlio Campos	Dispõe sobre o horário gratuito de propaganda eleitoral nas emissoras de rádio e televisão.	Tramitando
212/95	Flaviano Melo	Dispõe sobre a concessão de incentivo fiscal para as pessoas jurídicas que possuam empregados com mais de 40 anos, e dá outras providências.	Tramitando
³⁰ 215/95	Ramez Tebet	Introduz a equivalência-produto nos critérios de financiamento dos programas de desenvolvimento rural com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO.	Tramitando
216/95	João França	Dispõe sobre a mineração em terras indígenas e dá outras providências.	Tramitando
218/95	Ney Suassuna	Dispõe sobre os requisitos para a designação de membros da diretoria do Banco Central e demais instituições financeiras, bem como seus impedimentos após o exercício do cargo.	Tramitando

²⁹Em 10.12.97, passou a tramitar em conjunto com o PLS 128/95.

³⁰Em 9.10.96, passou a tramitar em conjunto com os PLS de nºs 71/93 e 288/95.

Nº	Autor	Ementa	Resultado
31219/95	Lúcio Alcântara	Dispõe sobre o sigilo das operações de instituição financeiras e dá outras providências.	Tramitando
221/95 (Complementar)	Pedro Piva	Eleva a alíquota da contribuição para financiamento da Seguridade Social - COFINS, nos casos que especifica.	Tramitando
32223/95	Romeu Tuma	Dá nova redação aos arts. 6º, 9º e 20 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e dá outras providências.	Tramitando
224/95	Júlio Campos	Dispõe sobre o uso de pára-choques nos caminhões e carretas.	Tramitando
226/95	Lauro Campos	Proíbe a divulgação de pesquisas eleitorais a partir do último dia do prazo estabelecido para registro de candidato a cargo eletivo.	Tramitando
229/95	Comissão Especial para o Desenvolvimento do Vale do São Francisco	Dispõe sobre a Política Nacional de Irrigação e Drenagem e dá outras providências.	Tramitando
230/95	José Fogaça	Dispõe sobre as operações de fomento mercantil factoring e dá outras providências.	Tramitando
231/95	Ernandes Amorim	Veda ao Poder Executivo a fixação de cotas de importação para as Áreas de Livre Comércio.	Tramitando
232/95	Benedita da Silva	Nomeia Comissão Mista para elaborar anteprojeto do Tribunal Internacional dos Direitos Humanos e dá outras providências.	Tramitando
33233/95	Benedita da Silva	Altera o artigo 14 da Lei de Execução Penal, sobre a assistência à saúde do preso e do internado.	Prejudicado
235/95	Benedita da Silva	Dispõe sobre o crime de assédio sexual e dá outras providências.	Tramitando

³¹Em 13.3.96, passou a tramitar em conjunto com o PLS 7/95. Em 22.4.97, passou a tramitar também com o PLS 53/97-Complementar.

³²Em 28.9.95, passou a tramitar em conjunto com o PLS 155/95.

³³Em 21.9.95, passou a tramitar em conjunto com o PLS 103/95. E, em 24.20.95, com o PLS 102/95.

Nº	Autor	Ementa	Resultado
³⁴ 236/95	Ney Suassuna	Cria a renda mínima na educação e dá outras providências.	Prejudicado
237/95	José Ignácio Ferreira	Regulamenta os arts. 52, I; 85; 86; 105, I, "a", da Constituição Federal, relativamente ao exercício dos direitos da cidadania e à denúncia de crimes de responsabilidade.	Tramitando
238/95	Bernardo Cabral	Dá nova redação ao § 2º do art. 51 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, e acrescenta-lhe os §§ 5º, 6º, 7º e 8º.	Tramitando
³⁵ ³⁶ 239/95	Júlio Campos	Dispõe sobre a contratação de empregados por temporada em localidades turísticas e dá outras providências.	Tramitando
240/95	Lauro Campos	Proíbe que partidos políticos e candidatos a cargos eletivos recebam contribuições de pessoas jurídicas e dá outras providências.	Tramitando
241/95	Benedita da Silva	Altera o art. 389 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho - CLT).	Tramitando
242/95	Romero Jucá	Dispõe sobre a proibição de fumar em aeronaves comerciais brasileiras em todo território nacional.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados
³⁷ 244/95	Benedita da Silva	Regulamenta o disposto no inciso III, do art. 221 da Constituição Federal referente à regionalização da programação artística, cultural e jornalística das emissoras de rádio e TV e dá outras providências.	Tramitando

³⁴Em 22.5.96, passou a tramitar em conjunto com o PLS 84/96. Em 25.11.96, com o PLS 201/96. E, em 15.1.97, com o PLC 89/96.

³⁵Em 6.5.97, passou a tramitar em conjunto com o PLS nº 188/96 e o PLC nº 93/96.

³⁶Em 24.6.97, o PLS 188/96 foi desapensado do PLS 239/95 e do PLC 93/96. E na mesma data, passou a tramitar em conjunto também com o PLS 42/96.

³⁷Em 18.9.97, passou a tramitar em conjunto com o PLS 20/97.

Nº	Autor	Ementa	Resultado
245/95	Teotônio Vilela Filho	Determina a compensação financeira entre sistemas de previdência social diversos.	Tramitando
246/95 (Complementar)	Teotônio Vilela Filho	Altera o percentual de amortização da dívida dos Municípios com o FGTS e a Previdência Social, de que trata o art. 27 da Lei Complementar nº 77, de 1993.	Tramitando
247/95	Sebastião Rocha	Revoga a Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990 e dá outras providências.	Tramitando
248/95	José Roberto Arruda	Dispõe sobre a alienação de imóveis residenciais de propriedade da União, sob a jurisdição administrativa dos Ministérios Militares, e dá outras providências.	Tramitando
250/95	Ademir Andrade	Acrescenta parágrafo único ao art. 14 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, a fim de determinar a gratuidade dos serviços concernentes aos Registros Públicos, para os cidadãos que provarem insuficiência de recursos.	Tramitando
252/95	Roberto Requião	Acrescenta artigo à Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, que "cria o Programa Nacional de Desestatização e dá outras providências".	Tramitando
254/95	Sebastião Rocha	Dispõe sobre o ressarcimento, pela União, dos custos decorrentes dos subsídios concedidos às empresas eletrointensivas localizadas na Amazônia Legal, que a partir da edição da Lei nº 8.631, de 1993, recaíram sobre a Centrais Elétricas do Norte S.A. - ELETRONORTE, e dá outras providências.	Tramitando
255/95	Sebastião Rocha	Altera o artigo 1.216 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil, bem como o inciso IV do artigo 8º e o "caput" do artigo 22 da Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados

Nº	Autor	Ementa	Resultado
257/95	Lauro Campos	Acrescenta parágrafo ao art. 1º do Decreto-Lei nº 261, de 28 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre as sociedades de capitalização e dá outras providências.	Tramitando
³⁸ 258/95	Lauro Campos	Cria área de livre comércio em Brasília, Distrito Federal.	Tramitando
259/95	Roberto Freire	Altera o disposto na Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e dá outras providências.	Tramitando
260/95	Romeu Tuma	Dá nova redação aos arts. 163, 165 e 167 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940-Código Penal, e dá outras providências.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados
262/95	Antônio Carlos Valadares	Proíbe aos ocupantes de cargos em comissão ou de assessoramento da administração direta, indireta ou fundacional da União, de celebrarem contratos que especifica e dá outras providências.	Tramitando
263/95	Lúcio Alcântara	Dispõe sobre a educação a distância.	Tramitando
265/95	Lúcio Alcântara	Dispõe sobre a dedução dos valores pagos a entidades de previdência privada na declaração anual de rendimentos da pessoa física.	Tramitando
266/95	Júlio Campos	Dispõe sobre a utilização de recursos do empréstimo compulsório, cobrado sobre a venda de carros e combustíveis, instituídos pelo Decreto-Lei nº 2.288, de 23 de julho de 1986 e dá outras providências.	Tramitando
267/95 (Complementar)	José Ignácio Ferreira	Altera o art. 7º da Lei Complementar nº 70, de 30 de dezembro de 1991.	Tramitando
268/95	Ernandes Amorim	Dispõe sobre a revisão e a nulidade de processo de crime de responsabilidade, nos casos que menciona e dá outras providências.	Rejeitado em decisão terminativa

³⁸Em 11.9.97, passou a tramitar em conjunto com o PLS 151/97.

Nº	Autor	Ementa	Resultado
269/95	Gilvam Borges	Confere eficácia contra todas as decisões judiciais, de que não caibam recursos, em ações relativas a direitos individuais homogêneos de natureza patrimonial, promovidas por servidores públicos.	Tramitando
270/95	Edison Lobão e Pedro Simon	Dispõe sobre a destinação de recursos orçamentários para o custeio das campanhas eleitorais.	Retirado (RQS 557/97)
³⁹ 271/95	Júlio Campos	Dispõe sobre a proibição do uso de fumo com mais de 3,5% de nicotina para a fabricação de cigarros e dá outras providências.	Tramitando
272/95	Edison Lobão	Dispõe sobre a compensação de créditos entre as pessoas jurídicas de direito público e entre elas e as pessoas jurídicas de direito privado, e dá outras providências.	Tramitando
273/95 (Complementar)	Lúcio Alcântara	Estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos planos, diretrizes, orçamentos e balanços da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.	Tramitando
274/95	Romeu Tuma	Institui o registro nacional de propriedade de veículo automotor e dá outras providências.	Tramitando
275/95	Ernandes Amorim	Escalona o prazo para o pagamento da Dívida Pública Mobiliária Federal e dá outras providências.	Rejeitado em decisão terminativa
278/95 (Complementar)	João França	Dispõe sobre a adoção, pelo Banco Central do Brasil, de sistema de orientação aos usuários dos serviços que especifica, prestados por instituições financeiras, e dá outras providências.	Tramitando

³⁹em 23.10.96, passou a tramitar em conjunto com os PLS nºs 305/95 e 164/96.

Nº	Autor	Ementa	Resultado
279/95	João França	Dispõe sobre o emprego do Documento Único de Transferência - DUT, o uso de instrumento de procuração e o prazo para a transferência de veículos rodoviários automotores.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados
283/95	Ney Suassuna	Revoga o inciso VI do art. 3º da Lei nº 7.256, de 27 de novembro de 1994, que "estabelece normas integrantes do Estatuto da Microempresa, relativas ao tratamento diferenciado, simplificando e favorecido, nos campos administrativo, tributário, previdenciário, trabalhista, crédito e de desenvolvimento empresarial".	Retirado (RQS nº 1.175/96)
284/95	Júlio Campos	Regulamenta o uso das embarcações do tipo moto-aquáticas em faixas litorâneas de praias, rios, lagos, lagoas e reservatórios de represas e dá outras providências.	Tramitando
285/95	Marina Silva	Torna obrigatória a inserção da expressão: "O Ministério da Saúde adverte: o consumo excessivo de bebidas alcoólicas é prejudicial à saúde" nas embalagens e recipientes de bebidas alcoólicas, e dá outras providências.	Tramitando
287/95	Guilherme Palmeira	Institui, em caráter permanente, a hora brasileira de verão em todo o território nacional e dá outras providências.	Tramitando
40288/95	Humberto Lucena	Dispõe sobre a adoção de critério de equivalência-produto nos financiamentos agrícolas para pequenos e médios produtores no semi-árido Nordeste.	Tramitando
289/95	Júlio Campos	Altera dispositivos da Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986, que "define os crimes contra o sistema financeiro nacional e dá outras providência".	Tramitando

⁴⁰Em 14.5.96, passou a tramitar em conjunto com o PLS 71/93. E, em 9.10.96, também com o PLS 215/95.

Nº	Autor	Ementa	Resultado
290/95	Gerson Camata	Dispõe sobre a concessão de incentivo fiscal para as pessoas jurídicas e físicas que participarem do Programa do Vale Gás Liqüefeito de Petróleo (GLP), e dá outras providências.	Tramitando
291/95	Gilberto Miranda	Extingue o Conselho Monetário Nacional, define as condições para a autonomia do Banco Central do Brasil, fixa os requisitos para o exercício de seus cargos de direção e dá outras providências.	Tramitando
292/95	José Eduardo Dutra	Dispõe sobre a aplicação das receitas provenientes das privatizações e dá outras providências.	Tramitando
294/95	José Roberto Arruda	Altera dispositivos da Lei nº 8.666/93, que "regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências".	Tramitando
295/95	Edison Lobão	Institui o Programa Nacional de Seguro Rural e dá outras providências.	Tramitando
298/95	José Bianco	Dispõe sobre o custo de cada parcela rural em Projetos de Colonização Oficial.	Tramitando
299/95	Edison Lobão	Revoga dispositivos das Leis nº 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, introduzidos pela Lei nº 9.032, de 28 de abril de 1995, de forma a eliminar a contribuição do aposentado pelo Regime Geral da Previdência Social que volta a exercer atividade abrangida por este Regime.	Tramitando
301/95	Odacir Soares	Cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais dos Técnicos Agrícolas e Industriais e dá outras providências.	Tramitando

Nº	Autor	Ementa	Resultado
302/95	Júlio Campos	Altera o § 1º do art. 52 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Proteção e Defesa do Consumidor, e dá outras providências.	Tramitando
303/95	Ernandes Amorim	Altera a distribuição da arrecadação da Loteria Esportiva Federal, redirecionando para o desporto não-profissional o percentual destinado aos clubes e federações de futebol e para as Associações das Pioneiras Sociais o percentual devido ao FUDESP e dá outras providências.	Tramitando
41305/95	Ernandes Amorim	Dispõe sobre a fabricação de derivados de fumo e dá outras providências.	Tramitando
306/95	Marina Silva	Dispõe sobre os instrumentos de controle do acesso aos recursos genéticos do País e dá outras providências.	Tramitando
307/95	Carlos Bezerra	Altera a redação do art. 4º do Decreto-Lei nº 972, de 17 de outubro de 1969, que "dispõe sobre o exercício da profissão de jornalista", e dá outras providências.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados
308/95	Júlio Campos	Torna obrigatória a utilização de dispositivos eletrônicos de segurança nas agências bancárias.	Tramitando
309/95	Ramez Tebet	Altera o inciso II do art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, a fim de permitir ao empregado a movimentação de sua conta vinculada no FGTS, quando da declaração judicial da falência da empresa.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados
310/95	Eduardo Suplicy	Altera dispositivos da Lei nº 9.112, de 10 de outubro de 1995, que dispõe sobre a exportação de bens sensíveis e serviços diretamente vinculados, e dá outras providências.	Tramitando

⁴¹Em 23.10.96, passou a tramitar em conjunto com os PLS de nºs 271/95 e 164/96.

Nº	Autor	Ementa	Resultado
⁴² 311/95	Gilvam Borges	Altera dispositivos da Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, que dispõe sobre a regulamentação do exercício da enfermagem, e dá outras providências.	Tramitando
313/95	Júlio Campos	Regulamenta o uso da língua vernácula, para denominações de estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços e dos seus produtos e dos respectivos manuais de instruções, guias de informações, mapas, cartas, folhetos, painéis e toda e qualquer modalidade de informação destinada ao consumidor brasileiro.	Rejeitado
314/95	Benedita da Silva	Acresce dispositivos aos arts. 21, 23 e 28 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984.	Tramitando
315/95	Sebastião Rocha	Obriga o ressarcimento do Sistema Único de Saúde pelo atendimento prestado a associados, beneficiários e segurados de empresas gerenciadoras, intermediadoras ou operadoras de planos de saúde e seguro saúde.	Prejudicado
316/95	Romeu Tuma	Define a autoridade policial mencionada no art. 69 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995 e dá outras providências.	Tramitando
317/95	Júlio Campos	Regulamenta a subcontratação de pequenas e médias empresas e dá outras providências.	Tramitando
319/95	Comissão Especial Temporária, criada pelo Req. 480/95	Cria o Comitê de Gestão dos Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, e dá outras providências.	Tramitando
320/95	Lúcio Alcântara	Isenta de pagamento de taxa de inscrição em concursos públicos as pessoas que doarem sangue.	Tramitando

⁴²Em 26.3.96, passou a tramitar em conjunto com o PLS 326 e PLC 141/93.

Nº	Autor	Ementa	Resultado
321/95	Ernandes Amorim	Dispõe sobre isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, na aquisição de caminhões, reboques e semi-reboques para utilização no transporte autônomo de cargas, e dá outras providências.	Tramitando
322/95	Júnia Marise	Acrescenta parágrafo ao art. 92 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, que "institui o Código Eleitoral".	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados
⁴³ 324/95	Bernardo Cabral	Proíbe a comercialização, o consumo e qualquer tipo de publicidade de produtos derivados do tabaco, no âmbito dos estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus ou equivalentes, e dá outras providências.	Tramitação
325/95	Júlio Campos	Altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que "dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos, e dá outras providências".	Tramitando
⁴⁴ 326/95	Benedita da Silva	Acrescenta dispositivos à Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, que dispõe sobre a regulamentação do exercício da enfermagem e dá outras providências.	Tramitando
327/95	José Bianco	Acrescenta parágrafo ao art. 8º e altera redação do caput do art. 26 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.	Tramitando
328/95	Francelino Pereira	Dispõe sobre a movimentação das contas individualizadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, pelos servidores públicos, quando houver mudança de regime jurídico e dá outras providências.	Tramitando

⁴³Em 10.9.96, passou a tramitar em conjunto com o PLS 166/96.

⁴⁴Em 26.3.96, passou a tramitar em conjunto com o PLS 311/95 e PLC 141/93.

Nº	Autor	Ementa	Resultado
45329/95	Júlio Campos	Altera os arts. 218, 219, 225 e 227 a 231 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, bem como o art. 239 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, e dá outras providências.	Tramitando
330/95 (Complementar)	Gerson Camata	Dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo.	Tramitando
331/95	Sebastião Rocha	Altera a redação da Consolidação das Leis do Trabalho, a fim de ajustá-la ao disposto no art. 7º, inciso XVI, da Constituição Federal.	Tramitando
332/95	Arlindo Porto	Dispõe sobre a criação de Comissões Intersindicais de Conciliação - CICs e dá outras providências.	Tramitando
1/96	Valmir Campelo	Obriga aos estabelecimentos comerciais e às pessoas físicas ou jurídicas que se dediquem à prestação de serviços a indenizar os proprietários de veículo roubados ou furtados em estacionamentos sob sua administração ou responsabilidade.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados
7/96	Emandes Amorim	Dispõe sobre o Sistema de Proteção aos Credores e Devedores e dá outras providências.	Rejeitado em decisão terminativa
8/96	Valmir Campelo	Proíbe a venda de bebidas alcoólicas nos estabelecimentos comerciais situados nas margens das rodovias, e dá outras providências.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados
9/96	Antônio Carlos Valadares	Acrescenta dispositivo ao art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir a movimentação da conta vinculada do FGTS nos casos de constituição de microempresa por parte do trabalhador.	Tramitando

⁴⁵Em 20.11.97, passou a tramitar em conjunto com o PLS 184/96.

Nº	Autor	Ementa	Resultado
11/96	Valmir Campelo	Dispõe sobre o fornecimento gratuito de transporte coletivo urbano, em dias de eleições, a eleitores nas zonas urbanas.	Rejeitado (art. 101, § 1º, do RISF)
13/96	Carlos Patrocínio	Autoriza o uso do gás natural ou do gás liquefeito de petróleo (GLP), como combustível para os veículos que especifica.	Tramitando
⁴⁶ 15/96	Lúcio Alcântara	Regulamenta os planos de saúde.	Tramitando
16/96	Nabor Júnior	Dispõe sobre a concessão de seguro-desemprego a seringueiro profissional durante o período em que estiver impedido de exercer sua atividade e dá outras providências.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados
⁴⁷ 17/96	Lúcio Alcântara	Regulamenta os seguros saúde.	Tramitando
20/96 (Complementar)	Pedro Simon	Dispõe sobre a participação da população e de suas entidades no processo orçamentário.	Tramitando
⁴⁸ 21/96 (Complementar)	Antonio Carlos Magalhães	Fixa o prazo para encaminhamento dos projetos de lei do plano plurianual e orçamentário ao Congresso Nacional.	Tramitando
22/96	Sebastião Rocha	Atribui valor jurídico à digitalização de documentos e dá outras providências.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados
23/96	Casildo Maldaner	Altera o art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o FGTS, de forma a incluir, entre as hipóteses para movimentação da conta vinculada do trabalhador, catástrofes ocasionadas pela natureza.	Tramitando

⁴⁶Em 6.11.97, passou a tramitar em conjunto com os PLS nºs 17, 50 e 112/96; 177 e 197/97; e PLC nº 114/95.

⁴⁷Em 6.11.97, passou a tramitar em conjunto com os PLS nºs 15, 50 e 112/96; 177 e 197/97; e PLC nº 114/95.

⁴⁸Em 24.4.96, passou a tramitar em conjunto com o PLS 25/96. E em 31.10.96, com o PLS 71/96.

Nº	Autor	Ementa	Resultado
24/96	Joel de Hollanda	Altera o art. 151 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e o art. 186 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para incluir os transtornos dos discos intervertebrais recidivantes entre as doenças e condições que dão direito à aposentadoria por invalidez.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados
⁴⁹ 25/96 (Complementar)	Flaviano Melo	Dispõe sobre os prazos a que estão sujeitos os projetos de lei do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e do orçamento anual, nos termos do artigo 165, § 9º, inciso I, da Constituição Federal.	Tramitando
26/96	Fernando Bezerra	Dispõe sobre os depósitos bancários das entidades privadas de serviço social e de formação profissional vinculadas ao sistema sindical e dá outras providências.	Tramitando
27/96	Edison Lobão	Cria o Programa de Incentivos a Energias Renováveis - PIER, e dá outras providências.	Tramitando
28/96	Casildo Maldaner	Estende os benefícios dos incisos II e III do art. 53 do Ato das Disposições Transitórias aos ex-combatentes que define.	Tramitando
29/96	Jonas Pinheiro	Define a utilização dos Títulos da Dívida Agrária prevista na Constituição Federal.	Tramitando
30/96	Júlio Campos	Dispõe sobre a aplicação das reservas cambiais e dá outras providências.	Rejeitado em decisão terminativa
⁵⁰ 33/96	Carlos Wilson	Extingue o Instituto de Previdência dos Congressistas e dá outras providências.	Prejudicado

⁴⁹Em 24.4.96, passou a tramitar em conjunto com o PLS 21/96. E em 31.10.96, com o PLS 71/96.

⁵⁰Em 25.2.97, passou a tramitar em conjunto com o PLS 191/95 e PLC 49/96.

Nº	Autor	Ementa	Resultado
34/96	Freitas Neto e outros Senadores	Altera a Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974, e dá outras providências.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados
35/96	Romero Jucá	Dispõe sobre a destinação de recursos arrecadados em decorrência da cobrança do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT), de que trata a Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, e dá outras providências.	Tramitando
37/96	Waldeck Omelas	Altera dispositivo da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre regime jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.	Tramitando
38/96	João França	Autoriza o reingresso ao serviço público de funcionários concursados e exonerados a pedido, sem a exigência de novo concurso público.	Tramitando
5139/96	Júlio Campos	Suprime o inciso VI do § 2º do art. 171 do Código Penal, que define como crime de estelionato a emissão de cheques sem fundo.	Rejeitado em decisão terminativa
52 5341/96	Flaviano Melo	Introduz alterações na Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993.	À Câmara dos Deputados
5442/96	Antonio Carlos Magalhães	Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, e dá outras providências.	Tramitando
43/96	Marina Silva	Altera os artigos 489 e 499 do Código Civil e dá outras providências.	Rejeitado (decisão terminativa)

⁵¹Constou como "Rejeitado em decisão terminativa" no Relatório anterior (2ª Sessão Legislativa Ordinária).

⁵²Em 29.4.96, passou a tramitar em conjunto com o PLS 133/96.

⁵³Em 10.9.97, foi desapensado do PLS 133/96 (RQS nº 634/97).

⁵⁴Em 24.6.97, passou a tramitar em conjunto com o PLS 239/95 e PLC 93/96.

Nº	Autor	Ementa	Resultado
⁵⁵ 44/96	Marina Silva	Altera os artigos 926, 927 e 928 do Código de Processo Civil e dá outras providências.	Prejudicado
45/96	Marina Silva	Acrescenta ao art. 161 do Código Penal o parágrafo 4º e dá outras providências.	Retirado (RQS nº 177/97)
46/96 (Complementar)	Júlio Campos	Autoriza o Banco Central do Brasil a vender parte das reservas internacionais e os bancos brasileiros a realizarem empréstimos em moeda estrangeira.	Rejeitado (art. 254. do RISF)
47/96	Gilberto Miranda	Altera dispositivos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, determinando a aprovação prévia dos editais de licitação pelos Tribunais de Contas.	Rejeitado em decisão terminativa
49/96	Ney Suassuna	Torna indisponíveis os bens dos devedores, e de seus representantes legais, das instituições financeiras sob o regime de intervenção, liquidação extrajudicial ou administração especial temporária, ou envolvidas em processo de fusão ou incorporação motivada por insolvência, e dá outras providências.	Rejeitado (art. 101, § 1º, RI)
⁵⁶ 50/96	Roberto Requião	Dá nova redação ao inciso V e ao § 1º do art. 13 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995.	Tramitando
51/96	Flaviano Melo	Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que altera a legislação do Imposto de Renda das pessoas físicas e dá outras providências.	Tramitando

⁵⁵Em 15.1.97, passou a tramitar em conjunto com o PLC 39/96.

⁵⁶Em 6.11.97, passou a tramitar em conjunto com os PLS nºs 15, 17 e 112/96; 177 e 197/97; e PLC nº 114/95.

Nº	Autor	Ementa	Resultado
52/96	Júlio Campos	Altera a redação dos parágrafos 1º e 2º do art. 11 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, que dispõe sobre o mercado de valores mobiliários e cria a Comissão de Valores Mobiliários.	Tramitando
53/96	Roberto Requião	Cria a Zona de Livre Comércio do Município de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, e dá outras providências.	Tramitando
55/96	Casildo Maldaner	Altera o § 3º do art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados
56/96	Júlio Campos	Estabelece requisitos para a concessão de certificado de habilitação técnica para pilotos civis de aeronaves de motor a turbina.	Rejeitado em decisão terminativa
57/96	Valmir Campelo	Faculta aos Estados e ao Distrito Federal outorgar à iniciativa privada a construção ou instalação de presídios, bem como a execução de sentenças penais condenatórias.	Rejeitado em decisão terminativa
59/96	Carlos Patrocínio	Estabelece a obrigatoriedade da inclusão de eclusas e de equipamentos e procedimentos de proteção à fauna aquática dos cursos d'água, quando da construção de barragens.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados
5760/96	Gerson Camata	Dispõe sobre a comercialização de produtos contidos em vasilhames, recipientes ou embalagens reutilizáveis e dá outras providências.	Retirado (RQS nº 991/97)
5861/96	Lúcio Alcântara	Dispõe sobre a estruturação e o uso de registros e de bancos de dados sobre a pessoa.	Tramitando

⁵⁷Em 24.9.97, passou a tramitar em conjunto com o PLS 27/97.

⁵⁸Em 21.8.97, passou a tramitar em conjunto com o PLS 234/96.

Nº	Autor	Ementa	Resultado
62/96	Edison Lobão	Dispõe sobre a elaboração dos demonstrativos regionalizados de benefícios tributários, financeiros e creditícios de que trata o § 6º do art. 165 da Constituição Federal, e dá outras providências.	Tramitando
64/96	Ney Suassuna	Restringe a venda de esteróides ou peptídeos anabolizantes e dá outras providências.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados
65/96	Onofre Quinan	Altera a redação do inciso V do art. 2º da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências.	Rejeitado em decisão terminativa
66/96	Onofre Quinan	Dispõe sobre a utilização, pelos usuários, das portas dianteira e traseira dos ônibus urbanos.	Rejeitado em decisão terminativa
67/96	Gilvam Borges	Define e regula os meios de prova e procedimentos investigatórios, destinados à prevenção e repressão dos crimes praticados por organizações criminosas.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados
70/96	Eduardo Suplicy	Dispõe sobre a convocação de redes de radiodifusão.	Tramitando
5971/96 (Complementar)	Renan Calheiros	Estabelece os prazos para envio, ao Congresso Nacional, dos projetos de lei do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e do orçamento anual, nos termos do art. 165, § 9º, I, da Constituição Federal e dá outras providências.	Tramitando
72/96	Júlio Campos	Altera a forma de pagamento do décimo terceiro salário ou Gratificação de Natal e dá outras providências.	Tramitando
73/96	José Ignácio Ferreira	Institui o Serviço Comunitário de Telecomunicação.	Tramitando

⁵⁹Em 31.10.96, passou a tramitar em conjunto com os PLS nºs 21 e 25/96.

Nº	Autor	Ementa	Resultado
74/96	Marluce Pinto	Incentiva os meios de comunicação social, de transportes e outras empresas a publicar fotografias, com identificação e número telefônico para contato, de crianças e adolescentes desaparecidos ou seqüestrados.	Tramitando
75/96	Pedro Simon	Dispõe sobre a nomeação do Presidente e Diretores da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados
76/96	Marina Silva	Cria o Fundo de Apoio ao Extrativismo Sustentável na Amazônia Legal - FAESA, e dá outras providências.	Tramitando
77/96	Emília Fernandes	Dispõe sobre a produção, a utilização e a comercialização no território brasileiro de substâncias químicas do grupo dos clorofluorocarbonos (CFC).	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados
78/96	João França	Dispõe sobre a remissão de créditos tributários federais de pequeno valor.	Tramitando
79/96	Odacir Soares	Altera a Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986, que define os crimes contra o sistema financeiro e dá outras providências; a Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, que dispõe sobre a política e as instituições monetárias, bancárias e creditícias, cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências; e o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal.	Tramitando
80/96	Júlio Campos	Regulamenta o parágrafo 4º do artigo 225 da Constituição Federal, no que diz respeito ao Pantanal Mato-Grossense.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados
81/96 (Complementar)	Roberto Requião	Extingue a Comissão de Valores Mobiliários - CVM.	Rejeitado (art. 254, do RISF)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
82/96	Gerson Camata	Autoriza o Poder Executivo a transferir para o domínio do Município de Vila Velha, Estado do Espírito Santo, os terrenos de marinha e seus acréscidos localizados naquele Município.	Tramitando
83/96	Gerson Camata	Autoriza o Poder Executivo a transferir para o domínio do Município de Vitória, capital do Estado do Espírito Santo, os terrenos de marinha e seus acréscidos localizados naquele Município.	Tramitando
6084/96	José Roberto Arruda	Cria o Programa de Bolsas de Estudos e altera a Lei nº 9.131, que fixa as diretrizes e bases da educação nacional.	Prejudicado
85/96	Ney Suassuna	Desvincula o salário mínimo dos setores público e privado, mediante o conceito de salário mínimo básico e de adicional do setor privado e dá outras providências.	Retirado (RQS 621/97)
87/96	Júlio Campos	Dispõe sobre a proteção, pelo Estado, de vítima ou testemunha de crime, e dá outras providências.	Tramitando
92/96	Marina Silva	Institui a meia-entrada para estudantes e idosos em espetáculos artísticos, culturais e esportivos e dá outras providências.	Tramitando
94/96	Romeu Tuma	Regulamenta, em consonância com o disposto no art. 37, § 1º, da Constituição Federal, a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos.	Tramitando

⁶⁰Em 22.5.96, passou a tramitar em conjunto com o PLS 236/95. Em 25.11.96, com o 201/96. E, em 15.1.97, com o PLC 89/96.

Nº	Autor	Ementa	Resultado
96/96	Jonas Pinheiro	Dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 8.874, de 29 de abril de 1994, que dispõe sobre o restabelecimento do prazo fixado pelo art. 59 da Lei nº 7.450, de 23 de dezembro de 1985, para instalação, modernização, ampliação ou diversificação de empreendimentos industriais e agrícolas das áreas de atuação da SUDAM e SUDENE.	Tramitando
97/96	Júlio Campos	Torna obrigatório o depósito da multa de 40% sobre o valor do saldo do FGTS na conta vinculada do trabalhador, no momento da rescisão do contrato de trabalho.	Tramitando
98/96	Casildo Maldaner	Dispõe sobre antecipação de comemoração de feriados e dá outras providências.	Rejeitado em decisão terminativa
99/96	Bernardo Cabral	Revoga o artigo 75 da Lei nº 9.100, de 29 de setembro de 1995, que estabelece normas para a realização das eleições municipais de 3 de outubro de 1996 e dá outras providências.	Prejudicado em decisão terminativa
100/96	Sebastião Rocha	Estabelece o direito de usufruto de planos de saúde pelo período correspondente ao período de carência efetivamente pago.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados
101/96 (Complementar)	Iris Rezende e José Roberto Arruda	Autoriza o Poder Executivo a criar a Região Administrativa Metropolitana do Distrito Federal e Entorno, e a instituir o Fundo Complementar de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno e dá outras providências.	À Câmara dos Deputados
103/96	Hugo Napoleão	Dispõe sobre a devolução do adiantamento da remuneração das férias, acrescentando novo parágrafo ao art. 145 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e dá outras providências.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados

Nº	Autor	Ementa	Resultado
⁶¹ 104/96	Lúcio Alcântara	Dispõe sobre a inclusão de códigos de identificação tátil entre as características gerais das cédulas colocadas em circulação pelo Banco Central do Brasil.	Tramitando
105/96 (Complementar)	Onofre Quinan	Dispõe sobre a abertura de contas bancárias e dá outras providências.	Tramitando
106/96	Waldeck Ornelas	Altera a Lei nº 8.036, de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dá outras providências.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados
107/96 (Complementar)	José Eduardo Dutra	Altera as alíneas "c", "d", "e", "f", "g" e "h" do inciso I do artigo 1º da Lei Complementar nº 64/90 que trata de casos de inelegibilidades, e determina outras providências.	Tramitando
108/96	Jonas Pinheiro	Dispõe sobre o exercício da profissão de decorador e dá outras providências.	Tramitando
109/96	Gerson Camata	Dispõe sobre a instituição do "Dia Nacional do Imigrante Italiano" e dá outras providências.	Tramitando
110/96	Júlio Campos	Institui o Conselho Curador dos Recursos das Cademetas de Poupança e dá outras providências.	Tramitando
111/96	José Bonifácio	Altera dispositivos do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).	Tramitando
⁶² 112/96	Pedro Piva	Dispõe sobre os planos de saúde, seguros-saúde e similares deverão manter os patamares de mensalidades vinculados à idade de ingresso no sistema e dá outras providências.	Tramitando

⁶¹Em 25.2.97, passou a tramitar em conjunto com o PLS nº 202/96.

⁶²Em 6.11.97, passou a tramitar em conjunto com os PLS nºs 15, 17 e 50/96; 177 e 197/97; e PLC nº 114/95.

Nº	Autor	Ementa	Resultado
113/96	Erandes Amorim	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, determinando a busca imediata de criança ou adolescente reclamados como desaparecidos.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados
114/96	Odacir Soares	Autoriza o Poder Executivo a conceder pensão especial em benefício dos dependentes das vítimas que especifica, e dá outras providências.	Rejeitado em decisão terminativa
115/96	Odacir Soares	Restringe o uso de capuz em operações policiais.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados
116/96	Bello Parga	Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que altera a legislação do imposto de renda das pessoas físicas e dá outras providências.	Tramitando
117/96	Ney Suassuna	Dispõe sobre a demonstração social das empresas e dá outras providências.	Tramitando
118/96	Antônio Carlos Valadares	Acrescenta ao art. 38 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações, uma alínea "f", renomeando-se as subseqüentes.	Tramitando
119/96	Ronaldo Cunha Lima	Dispõe sobre a responsabilidade do autor de Ação de Impugnação de Mandato Eletivo, se temerária ou de má fé.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados
120/96	Hugo Napoleão	Dispõe sobre a inclusão, em bilhetes da loteria federal, de fotos de crianças e adolescentes desaparecidos.	Tramitando
121/96	Hugo Napoleão	Institui benefícios financeiros para as empresas que empregarem ex-presidiários.	Tramitando

Nº	Autor	Ementa	Resultado
122/96	Júlio Campos	Dispõe sobre a compensação do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural pago em excesso, com impostos federais.	Rejeitado em decisão terminativa
123/96	Casildo Maldaner	Altera a Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, que dispõe sobre o Plano Real, o Sistema Monetário Nacional, estabelece as regras e condições de emissão do Real e os critérios para conversão das obrigações para o Real e dá outras providências.	Tramitando
124/96	Lauro Campos	Altera a alínea "b" do § 2º do art. 589 do Código Civil, com a redação dada pela Lei nº 6.969, de 10 de dezembro de 1981.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados
125/96	Gilvam Borges	Autoriza a prática da morte sem dor nos casos que especifica e dá outras providências.	Tramitando
126/96	Bernardo Cabral	Dá nova redação ao inciso II do § 1º do art. 13, da Lei nº 9.100, de 29 de setembro de 1995, que "estabelece normas para as eleições municipais de 3 de outubro de 1996, e dá outras providências".	Prejudicado em decisão terminativa
127/96	Casildo Maldaner	Dispõe sobre a unificação dos vestibulares nas Universidades Federais.	Tramitando
128/96	Odacir Soares	Reajusta as pensões concedidas com base na Lei nº 7.986, de 28 de dezembro de 1989.	Tramitando
129/96	Esperidião Amin	Dá nova redação ao § 1º do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, e dá outras providências.	Tramitando
130/96	Eduardo Suplicy	Dispõe sobre as campanhas publicitárias das empresas fabricantes de cigarro e de bebidas alcoólicas.	Tramitando

Nº	Autor	Ementa	Resultado
131/96	Benedita da Silva	Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais e dá outras providências.	Tramitando
63 64133/96	José Eduardo	Dispõe sobre a participação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios na implantação da reforma agrária.	Tramitando
134/96	Odacir Soares	Dispõe sobre a propaganda de bebidas alcoólicas e derivados do tabaco, através dos meios de comunicação de massa.	Tramitando
135/96	Benedita da Silva	Altera a redação do art. 224 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados
136/96	Hugo Napoleão	Acrescenta dispositivos ao art. 35 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que altera a legislação do imposto de renda das pessoas físicas e dá outras providências, para considerar o estudante estrangeiro, participante de programa de intercâmbio, dependente do contribuinte que o abrigue.	Tramitando
137/96	Hugo Napoleão	Altera o limite para redução, da base de cálculo do imposto de renda pessoa física, de despesas com educação, a que se refere a alínea b do inciso II do art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995.	Tramitando
138/96	João Rocha	Dispõe sobre o pagamento e recolhimento de tarifas aeroportuárias.	Tramitando

⁶³Em 29.4.96, passou a tramitar em conjunto com o PLS 41/96.

⁶⁴Em 10.9.97, foi desapensado do PLS 41/96 (RQS nº 634/97).

Nº	Autor	Ementa	Resultado
139/96	Flaviano Melo	Institui o seguro-periculosidade para os empregados do setor de energia elétrica que exercem atividades em condições de periculosidade, conforme definição estabelecida pela Lei nº 7.369, de 20 de setembro de 1995, e dá outras providências.	Tramitando
140/96	Jefferson Péres	Dispõe sobre a dedução da base de cálculo do imposto de renda das pessoas físicas, de despesas com dependente quando filho adotivo, nas condições especificadas.	Tramitando
141/96	Júlio Campos	Altera a Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, estendendo benefícios fiscais para a área educacional.	Tramitando
142/96	José Eduardo	Estende o benefício do seguro-desemprego ao pequeno produtor rural e dá outras providências.	Tramitando
143/96	Regina Asumpção	Define a função e o mercado de trabalho do securitário e dá outras providências.	Tramitando
144/96	Júlio Campos	Altera a Lei nº 5.700, de 1º de setembro de 1971, que "dispõe sobre a forma e a apresentação dos Símbolos Nacionais e dá outras providências".	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados
145/96	Humberto Lucena	Dispõe sobre o refinanciamento pelo Tesouro Nacional de dívidas na forma que indica e dá outras providências.	Tramitando
146/96	Joel de Hollanda	Dispõe sobre o regime tributário, cambial e administrativo das Zonas de Processamento de Exportação e dá outras providências.	Tramitando
147/96	Waldeck Ornelas	Fixa critérios para aplicação dos recursos do Crédito Educativo, altera a Lei nº 8.436, de 25 de junho de 1992 e dá outras providências.	Tramitando

Nº	Autor	Ementa	Resultado
148/96	Waldeck Ornelas	Dispõe sobre incentivos fiscais diferenciados para a capacitação tecnológica no Norte e no Nordeste, altera as Leis nº 8.248, de 1991, e nº 8.661, de 1993, e dá outras providências.	Tramitando
65149/96	Lúcio Alcântara	Acrescenta alínea ao inciso II do art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que altera a legislação do Imposto sobre a Renda das pessoas físicas e dá outras providências.	Tramitando
150/96	Esperidião Amin	Acrescenta parágrafo único ao art. 25 da Lei nº 8.864, de 28 de março de 1994, que "estabelece normas para as microempresas - ME, e empresas de pequeno porte - EPP, relativas ao tratamento diferenciado e simplificado, nos campos administrativo, fiscal, previdenciário, trabalhista, creditício e de desenvolvimento empresarial (art. 179 da Constituição Federal)" e dá outras providências.	Prejudicado em decisão terminativa
151/96	Odacir Soares	Autoriza a abertura de linhas de créditos especiais destinadas à concessão de financiamentos a serem utilizados por pessoas físicas no processo produtivo.	Tramitando
152/96	José Eduardo Dutra	Introduz modificações nas carrocerias dos ônibus urbanos.	Tramitando
153/96	Lúdio Coelho	Acrescenta incisos ao art. 19 da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que incluem ex-proprietários de áreas alienadas para fins de pagamento de débitos originados de operações de crédito rural na ordem preferencial de distribuição de imóveis rurais pela reforma agrária.	Tramitando

⁶⁵Os Projetos de nºs 149 a 170/96 foram apresentados durante a 2ª Sessão Legislativa Extraordinária da 50ª Legislatura, realizada durante o período de 02 a 31.8.96.

Nº	Autor	Ementa	Resultado
154/96	Ney suassuna	Dispõe sobre a aplicação de penalidades aos responsáveis e às instituições de saúde e de proteção social, públicas e privadas, bem como àquelas conveniadas com o Sistema Único de Saúde - SUS.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados
155/96	Guilherme Palmeira	Autoriza o Poder Executivo a criar o Programa de Incentivo à Atividade Rural - PRONAR e dá outras providências.	Tramitando
156/96	Júlio Campos	Altera os arts. 100 e 102 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados
157/96	Eduardo Suplicy	Veda a contratação por entes públicos dos serviços que menciona e dá outras providências	À Câmara dos Deputados
159/96	Valmir Campelo	Altera dispositivos da Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, que "dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências".	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados
160/96	Odacir Soares	Estatui normas complementares que orientem a apresentação de projetos de lei que autorizam a abertura de créditos adicionais.	Tramitando
161/96	Iris Rezende	Estabelece os critérios de rateio do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - FPE, com fundamento no § 2º do art. 2º da Lei Complementar nº 62, de 28 de dezembro de 1989.	Tramitando
163/96	Vilson Kleinübing	Dispõe sobre a aquisição de bens móveis duráveis, bens imóveis e serviços por meio de autofinanciamento de pessoas físicas ou jurídicas organizadas em formas associativas para essa finalidade.	Tramitando

Nº	Autor	Ementa	Resultado
⁶⁶ 164/96	Odacir Soares	Estabelece limites máximos para os teores de nicotina permitidos nos cigarros e congêneres e dá outras providências.	Tramitando
165/96 (Complementar)	Ney Suassuna	Regula o Sistema Financeiro Nacional e dá outras providências.	Tramitando
⁶⁷ 166/96	Odacir Soares	Dispõe sobre a prevenção do tabagismo entre crianças e adolescentes, institui taxa de 10% sobre a venda de produtos contendo nicotina, destinando o produto de sua arrecadação ao incentivo ao esporte amador, e dá outras providências.	Tramitando
167/96	Emília Fernandes	Dispõe sobre garantias de dívidas trabalhistas.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados
168/96 (Complementar)	Ernandes Amorim	Estabelece impedimento para os Presidentes do Banco Central do Brasil e do Banco do Brasil S.A. após o exercício do cargo.	Tramitando
169/96	Pedro Simon	Regulamenta o inciso LVIII do art. 5º da Constituição Federal, dispondo sobre a identificação criminal.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados
170/96	Ademir Andrade	Estabelece a obrigatoriedade de divulgação dos recursos federais destinados aos Estados e Municípios.	Tramitando
171/96	José Eduardo Dutra	Estabelece normas de acesso ao SIAFI - Sistema de Administração Financeira e outros sistemas de informações de órgãos públicos e dá outras providências.	Tramitando
⁶⁸ 173/96	Júlio Campos	Altera a Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, que dispõe sobre as comissões parlamentares de inquérito.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados

⁶⁶Em 23.10.96, passou a tramitar em conjunto com os PLS de nºs 271 e 305/95.

⁶⁷Em 10.9.96, passou a tramitar em conjunto com o PLS 324/95.

Nº	Autor	Ementa	Resultado
174/96	Lúcio Alcântara	Institui a penhora administrativa, por órgão jurídico da Fazenda Pública, e dá outras providências.	Tramitando
175/96	Jéfferson Péres	Dispõe sobre a interrupção do contrato individual de trabalho por tempo determinado, decorrente da licença-emprego motivada por dificuldade econômica ou financeira da empresa e dá outras providências.	Tramitando
⁶⁹ 176/96	Renan Calheiros	Dispõe sobre a dedução dos gastos com trabalhadores domésticos na declaração anual de ajuste do imposto sobre a renda da pessoa física.	Tramitando
⁷⁰ 177/96 (Complementar)	Francelino Pereira	Dispõe sobre a multa de mora decorrente do pagamento de tributos federais e contribuições após o vencimento e dá outras providências.	Tramitando
⁷¹ 178/96 (Complementar)	Francelino Pereira	Estabelece limite para a multa de mora decorrente do inadimplemento de obrigação tributária e dá outras providências.	Tramitando
179/96	Marina Silva	Dispõe sobre o registro geral de recém-nascidos e dá outras providências.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados
⁷² 180/96	Benedita da Silva	Dispõe sobre a simplificação do recolhimento das contribuições sociais e dos encargos trabalhistas decorrentes da relação de trabalho doméstico, institui e fixa limite de dedução na declaração anual de rendimentos de pessoa física de gastos com trabalhadores domésticos e dá outras providências.	Tramitando

⁶⁸Não constou do Relatório anterior (2ª Sessão Legislativa Ordinária - 1996).

⁶⁹Em 10.9.96, passou a tramitar em conjunto com os PLS nºs 23/95 e 180/96.

⁷⁰Em 9.10.96, passou a tramitar em conjunto com o PLS 178/96.

⁷¹Em 9.10.96, passou a tramitar em conjunto com o PLS 177/96.

⁷²Em 10.9.96, passou a tramitar em conjunto com os PLS nºs 23/95 e 176/96.

Nº	Autor	Ementa	Resultado
181/96	Júlio Campos	Dispõe sobre áreas de preservação permanente situadas ao redor de represas hidrelétricas.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados
182/96	Casildo Maldaner	Acrescenta dispositivos à Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, e à lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que dispõem, respectivamente sobre o imposto de renda das pessoas jurídicas e das pessoas físicas.	Tramitando
183/96 (Complementar)	Casildo Maldaner	Institui a Contribuição sobre Seguros, altera a legislação sobre o Fundo Especial para Calamidades Públicas e dá outras providências.	Tramitando
73184/96	Júlio Campos	Altera dispositivos do Código Penal (Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940) e dá outras providências.	Tramitando
185/96	Renan Calheiros	Dispõe sobre a dedução de gastos da Unidade Familiar na declaração anual de ajuste do imposto de renda.	Tramitando
186/96	Benedita da Silva	Dispõe sobre a gratuidade da realização de exames de Código Genético (DNA) para instruir processos de reconhecimento de paternidade.	Tramitando
187/96	Lúcio Alcântara	Dispõe sobre a veiculação gratuita de informações educativas e de interesse social na mídia televisionada e dá outras providências.	Tramitando
74 75188/96	Ney Suassuna	Dispõe sobre o contrato individual de trabalho em regime especial e dá outras providências.	Retirado (RQS nº 412/97)
189/96	Gerson Camata	Denomina o trecho da BR-262 entre o Bairro de Jardim América e o trevo da Ceasa, no Município de Cariacica, Estado do Espírito Santo, como Mário Gurgel.	Tramitando

⁷³Em 20.11.97, passou a tramitar em conjunto com o PLS 329/95.

⁷⁴Em 6.5.97, passou a tramitar em conjunto com o PLC 93/96 e o PLS nº 239/95.

⁷⁵Em 24.6.97, foi desapensado do PLS 239/95 e do PLC 93/96.

Nº	Autor	Ementa	Resultado
190/96	Júlio Campos	Dispõe sobre a instituição do Vale-Cultura e dá outras providências.	Tramitando
192/96	Marina Silva	Altera os arts. 47 e 85 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados
193/96	Ney Suassuna	Assegura a contagem do tempo de contribuição para às entidades de previdência privada e dá outras providências.	Tramitando
194/96	Regina Assumpção	Altera a Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, e dá outras providências.	Tramitando
195/96	Jefferson Peres	Dispõe sobre alterações de alíquotas do imposto de importação.	Tramitando
197/96	Coutinho Jorge	Altera a Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, e dá outras providências.	Tramitando
198/96	Júlio Campos	Acrescenta parágrafo ao art. 14 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para submeter o servidor público a avaliação médica periódica.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados
199/96	Ney Suassuna	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal - introduzindo artigo que define crime de omissão no exercício do pátrio poder.	Rejeitado em decisão terminativa
⁷⁶ 201/96	Renan Calheiros	Cria a Bolsa-Cidadão e dá outras providências.	Prejudicado
⁷⁷ 202/96	Júlio Campos	Estabelece padrões de confecção de cédulas e moedas metálicas que possibilitem identificação por deficientes visuais.	Tramitando
203/96 (Complementar)	Bernardo Cabral	Dispõe sobre acréscimos moratórios incidentes sobre os tributos e as contribuições sociais, quando pagos em atraso.	Tramitando

⁷⁶Em 25.11.96, passou a tramitar em conjunto com os PLS nºs 236/95 e 84/96. E, em 15.1.97, com o PLC 89/96.

⁷⁷Em 25.2.97, passou a tramitar em conjunto com o PLS nº 104/96.

Nº	Autor	Ementa	Resultado
204/96	Júlio Campos	Proíbe a comercialização de armas de brinquedo que disparem projéteis por pressão e das que imitem armas verdadeiras, e dá outras providências.	Prejudicado em decisão terminativa
205/96	Sérgio Machado	Acrescenta parágrafo único ao art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Proteção e Defesa do Consumidor.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados
206/96	Sérgio Machado	Acrescenta parágrafo único ao art. 37 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Proteção e Defesa do Consumidor.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados
207/96	Sérgio Machado	Dispõe sobre o pagamento, por meio de cheque, na rede bancária, de fichas de compensação, de tributos e de tarifas de serviços públicos.	Rejeitado em decisão terminativa
208/96	Romeu Tuma	Altera dispositivo do Código Penal referente ao crime de roubo.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados
210/96	Geraldo Melo	Veda ao Poder Público estabelecer as exigências que especifica.	Tramitando
211/96	Geraldo Melo	Autoriza a compensação de créditos do sujeito passivo contra créditos da Fazenda Pública.	Tramitando
212/96	Marluce Pinto	Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Agrotécnica Federal de Boa Vista, no Estado de Roraima.	Tramitando
213/96	Marluce Pinto	Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Agrotécnica Federal de Carobe, no Estado de Roraima.	Tramitando
214/96	Marluce Pinto	Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Agrotécnica Federal de Bonfim, no Estado de Roraima.	Tramitando
215/96	Marluce Pinto	Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Agrotécnica Federal de Normandia, no Estado de Roraima.	Tramitando

Nº	Autor	Ementa	Resultado
216/96	Marluce Pinto	Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Agrotécnica Federal de São Luiz de Anauá, no Estado de Roraima.	Tramitando
217/96	Marluce Pinto	Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Agrotécnica Federal de Cantá, no Estado de Roraima.	Tramitando
218/96	Júlio Campos	Obriga produtores e importadores de bebidas e alimentos a reciclar ou destruir os vasilhames vazios utilizados no acondicionamento desses produtos.	Tramitando
219/96	Lúdio Coelho	Dispõe sobre o seguro contra acidentes pessoais, a cargo dos promotores e organizadores de rodeios, em benefício dos participantes desses eventos, amadores ou profissionais, e dos seus dependentes, e dá outras providências.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados
220/96	Gilberto Miranda	Revoga dispositivos legais que regulam o exercício de diversas profissões.	Retirado (RQS nº 103/97)
221/96	Lúcio Alcântara	Determina o tombamento dos bens culturais das empresas incluídas no Programa Nacional de Desestatização.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados
222/96	Gerson Camata	Autoriza o Poder Executivo a doar o imóvel que especifica à Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e à Infância de Cachoeiro de Itapemirim.	Tramitando
223/96	Romero Jucá	Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Agrotécnica Federal de Rorainópolis, no Estado de Roraima.	Tramitando
224/96	Romero Jucá	Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Agrotécnica Federal de Pacarima, no Estado de Roraima.	Tramitando
225/96	Romero Jucá	Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Agrotécnica Federal de Bonfim, no Estado de Roraima.	Tramitando

Nº	Autor	Ementa	Resultado
226/96	Romero Jucá	Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Agrotécnica Federal de São Luiz, no Estado de Roraima.	Tramitando
227/96	Romero Jucá	Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Agrotécnica Federal de Normandia, no Estado de Roraima.	Tramitando
228/96	Romero Jucá	Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Agrotécnica Federal de Carobe, no Estado de Roraima.	Tramitando
229/96	Benedita da Silva	Dispõe sobre os crimes de violência doméstica.	Tramitando
230/96	Flaviano Melo	Inclui conteúdos sobre direitos da criança e do adolescente e sobre violência sexual nos currículos do ensino fundamental e médio.	Tramitando
231/96	Júlio Campos	Dispõe sobre a criação da Câmara Setorial de Turismo.	Rejeitado em decisão terminativa
232/96	Romero Jucá	Denomina "Rodovia Governador Hélio Campos" trecho da BR-174.	Tramitando
233/96	Jefferson Péres	Altera o art. 11 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 - Regime Jurídico Único dos Servidores Cíveis da União, para determinar a obrigatoriedade da realização de concurso público por entidade estranha ao órgão da Administração Pública cujos cargos serão objeto desse concurso.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados
7 ^B 234/96	Júlio Campos	Define crime contra a inviolabilidade de comunicação de dados de computador.	Tramitando
235/96	Henrique Loyola	Dispõe sobre o registro nas entidades fiscalizadoras do exercício de profissões.	Rejeitado em decisão terminativa
236/96	José Eduardo Dutra	Dispõe sobre a Educação Profissional em nível nacional e dá outras providências.	Tramitando

^{7B}Em 21.8.97, passou a tramitar em conjunto com o PLS 61/96.

Nº	Autor	Ementa	Resultado
237/96	Júlio Campos	Acresce inciso ao art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, que "altera a legislação do imposto de renda e dá outras providências".	Rejeitado em decisão terminativa
238/96	Antônio Carlos Valadares	Dispõe sobre taxa de juros nos financiamentos de imóveis habitacionais e dá outras providências.	Tramitando
⁷⁹ 239/96	Lúcio Alcântara	Dispõe sobre o uso de legenda fechada na programação televisiva brasileira, e dá outras providências.	Tramitando
240/96	Gilberto Miranda	Dispõe sobre a negociação coletiva de direitos previstos na Consolidação das Leis do Trabalho e dá outras providências.	Tramitando
241/96 (Complementar)	Geraldo Melo	Altera a denominação do Capítulo III e a redação dos arts. 162, 205, 206, 207 e 208 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966).	Tramitando
242/96	Roberto Requião	Altera a legislação do Imposto sobre Produtos Industrializados, em relação aos cigarros destinados à exportação.	Tramitando
243/96	Odacir Soares	Altera a Lei nº 6.024, de 13.05.74 e o Decreto-Lei nº 2.321, de 25.02.87, a fim de vedar a nomeação de funcionários aposentados do Banco Central do Brasil, para as funções de interventor, liquidante e membro de Conselho Diretor de instituições submetidas a regimes especiais, e de tornar o Banco Central do Brasil responsável por perdas patrimoniais incorridas por instituições sob intervenção ou regime de administração especial temporária.	Tramitando

⁷⁹Em 27.2.97, passou a tramitar em conjunto com o PLS de nº 251/96.

Nº	Autor	Ementa	Resultado
244/96	Odacir Soares	Revoga os arts. 578 a 594 e 598 a 610 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - CLT, relativos à contribuição sindical, e dá outras providências.	Tramitando
245/96	Lúcio Alcântara	Dispõe sobre a proteção ao patrimônio fósilífero, em conformidade com o art. 216, inciso V, da Constituição Federal, e dá outras providências.	Tramitando
246/96	Gilberto Miranda	Dispõe sobre a conciliação, mediação e arbitragem nos dissídios individuais de natureza trabalhista e dá outras providências.	Tramitando
247/96	João França	Dispõe sobre destruição de armas em depósito nos cartórios dos tribunais e de substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica, apreendidas como objeto de delito.	Tramitando
248/96	Epitácio Cafeteira	Acrescenta parágrafo ao art. 236 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973.	Tramitando
249/96	José Ignácio Ferreira	Dispõe sobre a exoneração do dever de prestar alimentos nos casos que especifica.	Tramitando
250/96	José Ignácio Ferreira	Revoga os arts. 217 e 240 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, os quais definem, respectivamente, os crimes de sedução e de adultério.	Tramitando
⁸⁰ 251/96	Benedita da Silva	Dispõe sobre a inclusão de legenda codificada na programação das emissoras de televisão.	Tramitando
252/96	Júlio Campos	Inclui as pessoas solteiras, viúvas, separadas ou divorciadas, no rol de beneficiárias da impenhorabilidade estabelecida pela Lei nº 8.009, de 29 de março de 1990.	Tramitando

⁸⁰Em 27.2.97, passou a tramitar em conjunto com o PLS nº 239/96.

Nº	Autor	Ementa	Resultado
253/96	Henrique Loyola	Exclui das Restrições Impostas à Utilização da Mata Atlântica, o Perímetro Urbano dos Municípios situados nas áreas por ela abrangidas.	Tramitando
254/96	Gilvam Borges	Acrescenta parágrafos aos arts. 318 e 334 do Código Penal e inciso VIII ao art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990.	Tramitando
255/96	Benedita da Silva	Dispõe sobre a comercialização de substitutos do leite materno e artigos de puericultura correlacionados e dá outras providências.	Tramitando
256/96	Iris Rezende	Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Agrotécnica Federal de Morrinhos, no Estado de Goiás.	Tramitando
257/96	Roberto Requião	Dispõe sobre o direito de resposta.	À Câmara dos Deputados
258/96	Romero Jucá	Dispõe sobre a obrigatoriedade de fotografia no título de eleitor e dá outras providências.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados
259/96	Hugo Napoleão	Acrescenta parágrafo ao art. 18 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre a sistemática de saque do FGTS.	Tramitando
260/96	Júlio Campos	Altera o inciso III do art. 3º da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, que "institui a Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira - CPMF, e dá outras providências".	Tramitando
261/96 (Complementar)	Francisco Escórcio	Institui, para efeitos administrativos, a região do complexo geoeconômico e social denominada Corredor Centro-Oeste de Desenvolvimento, visando à redução das desigualdades regionais, por meio de seu desenvolvimento, nos termos do art. 43 da Constituição Federal, e dá outras providências.	Tramitando

Nº	Autor	Ementa	Resultado
262/96	Francisco Escórcio	Dispõe sobre a concessão de bolsa de aprendizagem para adolescentes de mais de doze e menos de dezoito anos de idade, e dá outras providências.	Rejeitado em decisão terminativa
263/96	Jonas Pinheiro	Autoriza as pessoas jurídicas de direito privado que menciona a concederem empréstimos, em dinheiro mediante penhor de bens móveis.	Tramitando
264/96	Flaviano Melo	Veda a fruição de isenção, incentivo e benefício fiscal a empresa ou instituição que utilize o trabalho infantil.	Tramitando
265/96	Humberto Lucena	Institui o estatuto do capital estrangeiro no País, regulamentando os arts. 172, o parágrafo único do art. 178, o art. 190 e § 3º do art. 199 da Constituição Federal e consolidando a legislação básica sobre capitais estrangeiros e dá outras providências.	Tramitando
266/96	José Serra	Estabelece diretrizes para o exercício do poder concedente e para o inter-relacionamento entre a União, Estados, Distrito Federal e Municípios em matéria de serviços públicos de saneamento, e dá outras providências.	Tramitando
267/96	Henrique Loyola	Altera o Código Civil e o Código de Processo Civil para permitir o processamento do inventário de partilha, quando amigáveis, diretamente por escritura pública.	Tramitando
268/96	Júlio Campos	Concede, em relação às eleições de 1996, anistia das sanções de que trata o art. 7º da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral.	Tramitando

Nº	Autor	Ementa	Resultado
269/96	Marina Silva	Altera a Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial, acrescentando artigo que obriga a declaração de origem e certificação de consentimento prévio informado nos casos de patentes relacionadas a material biológico e conhecimento tradicional.	Tramitando
270/96	Marina Silva	Altera a Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial, acrescentando artigo que dispõe sobre direitos relativos aos conhecimentos tradicionais.	Tramitando
271/96	Benedita da Silva	Dispõe sobre a instituição do Programa Nacional de Segurança Alimentar e dá outras providências.	Tramitando
272/96	Ney Suassuna	Dispõe sobre a proibição de venda de armas de fogo e de armas brancas, e dá outras providências.	Tramitando
273/96	Benedita da Silva	Institui o estudo dos direitos humanos na formação policial.	Tramitando
274/96	José Alves	Altera o § 3º do art. 2º da Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990.	Tramitando
1/97	José Roberto Arruda	Altera o art. 61 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).	Tramitando
2/97	Leomar Quintanilha	Dispõe sobre a transformação das Repetidoras de Televisão de Palmas, capital do Estado de Tocantins, na Amazônia Legal, em Estações Geradoras de Sinais, e dá outras providências.	Tramitando
3/97	Gilvam Borges	Dispõe sobre a dispensa da presença de advogado nos feitos judiciais relativos à adoção de menores e de adolescentes.	Tramitando

Nº	Autor	Ementa	Resultado
4/97	Eduardo Suplicy	Dispõe sobre a não aplicação de leis estrangeiras de caráter discriminatório e que possuam efeitos extraterritoriais a todos os jurisdicionados brasileiros e dá outras providências.	Tramitando
5/97	Lauro Campos	Dispõe sobre a destinação de percentual da arrecadação das distribuidoras estrangeiras no Brasil para o cinema nacional e dá outras providências.	Tramitando
6/97	Erandes Amorim	Autoriza o Poder Executivo Federal a promover acordos com os países que menciona, para a implantação de agrovilas nas terras da União, situadas na faixa internacional de fronteiras das regiões Norte e Oeste do Brasil e dá outras providências.	Tramitando
7/97	Romero Jucá	Altera a Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974, que dispõe sobre a intervenção e a liquidação extrajudicial de instituições financeiras.	Tramitando
8/97	Ademir Andrade	Cria a Área de Livre Comércio do Município de Barcarena, Estado do Pará e dá outras providências.	Tramitando

⁸¹2) da presente sessão legislativa

Nº	Autor	Ementa	Resultado
9/97 (Complementar)	Francisco Escórcio	Dispõe sobre as transferências financeiras destinadas à manutenção das Câmaras de Vereadores pelas Prefeituras Municipais, nos termos do artigo 168 da Constituição Federal.	Tramitando
10/97	Francisco Escórcio	Autoriza o Poder Executivo a promover a transferência da ferrovia São Luís - Teresina, da Rede Ferroviária Federal para a Companhia Vale do Rio Doce, e dá outras providências.	Tramitando

⁸¹ Os projetos de nºs 138 a 147/97 foram apresentados durante a 5ª Sessão Legislativa Extraordinária, realizada no período de 1º a 25.7.97.

Nº	Autor	Ementa	Resultado
11/97	José Ignácio Ferreira	Dispõe sobre os acordos judiciais trabalhistas que tratem da concessão de seguro-desemprego e da movimentação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS e dá outras providências.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados
12/97 (Complementar)	Flaviano Melo	Institui o Fundo Nacional de Desenvolvimento Agrário e dá outras providências.	Tramitando
13/97	Valmir Campelo	Denomina "Universidade de Brasília Darcy Ribeiro" a Universidade de Brasília.	Tramitando
14/97	Sebastião Rocha	Dispõe sobre o trabalho penitenciário alterando os arts. 28, 29 e 36 da Lei 7.210, de 11 de julho de 1984, e o art. 34 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940.	Tramitando
15/97	Francisco Escórcio	Extingue os créditos do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS oriundos de contribuições sociais devidas pelos Municípios, até 31 de dezembro de 1992 e dá outras providências.	Tramitando
16/97	Francisco Escórcio	Dispõe sobre a adoção de bibliografia para os concursos vestibulares nas instituições públicas de ensino superior.	Tramitando
17/97	Gilvam Borges	Regulamenta o art. 226, § 7º, da Constituição Federal, dispondo sobre o Programa Educacional relativo ao exercício do Planejamento Familiar, como direito da pessoa humana.	Tramitando
18/97	Francisco Escórcio	Altera a Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, que dispõe sobre a participação dos Municípios na Reforma Agrária, a organização e assistência aos integrados nesse processo e reestrutura o Fundo Nacional de Reforma Agrária e Desenvolvimento Agrário - FUNMIRAD.	Tramitando

Nº	Autor	Ementa	Resultado
19/97	Lúcio Alcântara	Altera o art. 150 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965.	Tramitando
8220/97	Pedro Simon	Dispõe sobre a veiculação de programação educativa para crianças por meio dos canais de radiodifusão de sons e imagens (televisão), e dá outras providências.	Tramitando
21/97	Júlio Campos	Veda a participação de empresa em licitação pública, nas hipóteses que especifica.	Tramitando
22/97	Beni Veras	Estabelece uma sistemática de financiamento da política nacional de desenvolvimento regional e dá outras providências.	Tramitando
23/97 (Complementar)	Ronaldo Cunha Lima	Regulamenta o inciso I do § 1º do art. 43 da Constituição Federal.	Tramitando
24/97	Roberto Freire	Proíbe a nomeação de parentes para cargos em comissão e dá outras providências.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados
25/97 (Complementar)	Esperidião Amin	Cria o Fundo de Terras e dá outras providências.	À Câmara dos Deputados
26/97	José Roberto Arruda	Dispõe sobre o parcelamento do solo para fins urbanos no Distrito Federal e altera dispositivos da Lei nº 6.766/79.	Tramitando
8327/97	João Rocha	Dispõe sobre a comercialização de produtos através de vasilhames, recipientes ou embalagens reutilizáveis e dá outras providências.	Tramitando
28/97	Carlos Patrocínio	Altera a Lei nº 9.263, de 12/01/96 (planejamento familiar) e dá outras providências.	Retirado (RQS 632/97)

⁸²Em 18.9.97, passou a tramitar em conjunto com o PLS 244/95.

⁸³Em 24.9.97, passou a tramitar em conjunto com o PLS 60/96. Em 2.12.97, voltou a tramitar individualmente.

Nº	Autor	Ementa	Resultado
29/97 (Complementar)	Ney Suassuna	Dispõe sobre Normas Gerais para a Dívida Pública Externa e Interna, de acordo com os incisos II, III e IV do artigo 163 da Constituição Federal.	Tramitando
30/97	Carlos Patrocínio	Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal - dispondo sobre ressarcimento ao Estado de despesas com manutenção de presos e condenados.	Tramitando
31/97	Pedro Simon	Autoriza a inclusão do Banco Meridional do Brasil S.A. como participação brasileira na estrutura de organização do Banco do Mercosul.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados
32/97	Osmar Dias	Dispõe sobre o tratamento medicamentoso da dor em pacientes portadores de neoplasias comprovadas, por meio de entorpecentes, e dá outras providências.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados
33/97	Carlos Patrocínio	Revoga o "caput" do art. 83 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996.	Tramitando
34/97	Humberto Lucena	Regulamenta a venda e a dispensação de medicamentos contendo antimicrobianos.	Tramitando
35/97	Coutinho Jorge	Altera o art. 15, VI, da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, que dispõe sobre os partidos políticos, regulamenta os arts. 17 e 14, § 3º, inciso V, da Constituição Federal.	Tramitando
36/97	Júlio Campos	Dá nova redação ao art. 66 da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, alterado pelo Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, que dispõe sobre a alienação fiduciária em garantia.	Tramitando
37/97	Lauro Campos	Aumenta o período máximo de percepção do seguro-desemprego.	Tramitando

Nº	Autor	Ementa	Resultado
38/97	Emília Fernandes	Toma obrigatória a referência ao sexo dos eleitores nas fichas de inscrição partidária, dos candidatos nas cédulas eleitorais e painéis de urnas eletrônicas e dá outras providências.	Tramitando
39/97	José Roberto Arruda	Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).	Tramitando
40/97	José Ignácio Ferreira	Denomina - Aeroporto Eurico Salles - o aeroporto de Vitória, no Estado do Espírito Santo.	Tramitando
41/97	Emília Fernandes	Dispõe sobre a reserva de recursos para financiamentos habitacionais em benefício da mulher chefe de família e dá outras providências.	Tramitando
42/97	Regina Assumpção	Altera dispositivos da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.	Tramitando
8443/97	Lúcio Alcântara	Dá nova redação à Lei nº 6.463, de 1977, que "toma obrigatória a declaração de preço total nas vendas à prestação, e dá outras providências".	Tramitando
8544/97	Marina Silva	Acrescenta parágrafo único ao art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que "dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências".	Tramitando
45/97	Benedita da Silva	Regulamenta a experimentação técnico-científica na área de engenharia genética, vedando os procedimentos que visem à duplicação do genoma humano com a finalidade de obtenção de clones de embriões ou seres humanos, e dá outras providências.	Tramitando
46/97	Ney Suassuna	Cria a renda mínima na educação e dá outras providências.	Retirado (RQS 371/97)

⁸⁴Em 21.8.97, passou a tramitar em conjunto com o PLS 44/97.

⁸⁵Em 21.8.97, passou a tramitar em conjunto com o PLS 43/97.

Nº	Autor	Ementa	Resultado
47/97	Júlio Campos	Dispõe sobre a realização de exames orais nos concursos públicos para o provimento de cargos e empregos na Administração Federal direta e indireta e nos concursos para admissão de estudantes nas instituições federais de ensino.	Tramitando
48/97	Sebastião Rocha	Cria a Zona de Livre Comércio do Município de Oiapoque, Estado do Amapá, e dá outras providências.	Tramitando
49/97	Sebastião Rocha	Cria a Zona de Livre Comércio do Município de Laranjal do Jari, Estado do Amapá, e dá outras providências.	Tramitando
8650/97	Antonio Carlos Valadares	Concede à Justiça comum competência para processar e julgar crimes de tortura praticados por militares.	Tramitando
51/97	José Roberto Arruda	Dá nova denominação ao Aeroporto Internacional de Brasília.	Tramitando
52/97	Abdias Nascimento	Define os crimes de prática de racismo e discriminação.	Tramitando
8753/97 (Complementar)	Antonio Carlos Magalhães	Altera o art. 38 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964 e os arts. 18, 23 e 24 da Lei 7.492, de 16 de junho de 1986 (sigilo bancário).	Tramitando
54/97	Edison Lobão	Dispõe sobre a reutilização de livros didáticos no ensino fundamental e médio e dá outras providências.	Tramitando
55/97	Pedro Simon	Acrescenta dispositivos ao art. 2º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 (execução de obras públicas pela engenharia militar).	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados
56/97	Roberto Freire	Dispõe sobre instrumentos de política urbana, nos termos do § 4º do art. 182 da Constituição Federal.	Tramitando

⁸⁶Em 27.8.97, passou a tramitar em conjunto com o PLC nº 22/97.

⁸⁷Em 22.4.97, passou a tramitar em conjunto com os PLS nºs 7 e 219/95-Complementar.

Nº	Autor	Ementa	Resultado
57/97	Emandes Amorim	Estende o benefício do seguro-desemprego aos condenados egressos do sistema penitenciário e dá outras providências.	Tramitando
58/97	Júlio Campos	Dispõe sobre a obrigatoriedade da fluoretação de sal (cloreto de sódio), e dá outras providências.	Tramitando
59/97	José Bianco	Altera dispositivos da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que "dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências".	Tramitando
60/97	Iris Rezende	Torna obrigatório o uso de dispositivo de segurança em tanques e recipientes de combustíveis líquidos e gasosos.	Retirado (RQS nº 292/97)
61/97	Júlio Campos	Cria mecanismos de informação aos consumidores acerca dos impostos incidentes sobre mercadorias e serviços (art. 150, § 5º, da Constituição).	Tramitando
62/97	Lúcio Alcântara	Dá nova redação à Lei nº 7.627, de 10 de novembro de 1987, que trata da Eliminação de Autos Findos nos órgãos da Justiça do Trabalho.	Tramitando
63/97	Carlos Bezerra	Altera o caput do art. 49 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.	Tramitando
64/97	José Ignácio Ferreira	Altera o art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o FGTS, de forma a incluir, entre as hipóteses para movimentação da conta vinculada do trabalhador, o pagamento de encargos educacionais decorrentes de curso universitário de graduação e dá outras providências.	Tramitando
65/97	Pedro Simon	Altera artigos da Lei nº 8.448, de 21 de julho de 1992.	Tramitando

Nº	Autor	Ementa	Resultado
66/97	Lúcio Alcântara	Determina a aposição da expressão "Distribuição Gratuita" em todos os medicamentos adquiridos pelo Ministério da Saúde e destinados aos seus programas ou hospitais.	Tramitando
67/97	Lúcio Alcântara	Dispõe sobre a obrigatoriedade da adoção da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais como base terapêutica do Sistema Único de Saúde e dá outras providências.	Tramitando
68/97	Odacir Soares	Institui a gratuidade do fornecimento de Carteira de Identidade, do cartão de registro no Cadastro de pessoa Física do Ministério da Fazenda, do Registro Civil de Nascimento e da Certidão de Óbito.	Tramitando
69/97	José Ignácio Ferreira	Regulamenta a experimentação técnico-científica na área de engenharia genética, vedando os procedimentos que visem à duplicação do genoma humano com a finalidade de obtenção de clones de embriões e seres humanos, e dá outras providências.	Tramitando
70/97	Marina Silva	Institui o Dia Nacional de Luta pela Reforma Agrária e dá outras providências.	Tramitando
71/97 (Complementar)	Júlio Campos	Regulamenta o parágrafo único do art. 79 da Constituição Federal.	Tramitando
72/97	Edison Lobão	Institui a remição de aforamentos constituídos em terrenos de marinha localizados nos limites de ilhas litorâneas, sedes de capitais, mediante as condições que estabelece.	Tramitando

Nº	Autor	Ementa	Resultado
73/97	Abdias Nascimento	Proíbe a contratação, pela União, suas autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista, de pessoas físicas ou jurídicas que tenham cometido atos ou omissões favoráveis a regime ou ações de discriminação racial, crimes contra a ordem econômica ou tributária, atos que visem ou possam levar à formação de monopólio ou à eliminação da concorrência e dano ambiental não reparado e dá outras providências.	Tramitando
74/97	Epitácio Cafeteira	Permite a utilização do FGTS para compra de casa própria, em qualquer sistema de financiamento habitacional, e dá outras providências.	Tramitando
75/97	Abdias Nascimento	Dispõe sobre medidas de ação compensatória para a implementação do princípio da isonomia social do negro.	Tramitando
76/97	Valmir Campelo	Estabelece normas sobre a realização dos concursos públicos para investidura em cargos e empregos públicos, e dá outras providências.	Tramitando
77/97	Valmir Campelo	Dispõe sobre a identificação e publicação do estado de conservação das rodovias federais, e dá outras providências.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados
78/97	Ney Suassuna	Cria o Banco da Microempresa S.A. - BAMISA.	Tramitando
79/97	José Eduardo Dutra	Dispõe sobre a realização de plebiscito que decida da desestatização da Companhia Vale do Rio Doce, subsidiárias e controladas e coligadas ou sua manutenção sob controle da União e dá outras providências.	Tramitando
80/97 (Complementar)	Ronaldo Cunha Lima	Dispõe sobre a criação e o desmembramento de Estados e Territórios e a reintegração de Territórios ao Estado de origem.	Tramitando

Nº	Autor	Ementa	Resultado
81/97	Júlio Campos	Institui a Certidão Negativa de Débito (CND) a ser expedida por serviços de proteção ao crédito e estabelece prazo para exclusão de registro de inadimplência regularizada.	Tramitando
82/97	Edison Lobão	Altera o artigo 46 da Lei nº 6.515, de 26 de dezembro de 1977, e dá outras providências.	Tramitando
83/97	Edison Lobão	Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 972, de 17 de outubro de 1969, que dispõe sobre o exercício da profissão de jornalista.	Retirado (RQS nº 1.027/97)
84/97	Marina Silva	Decreta moratória no plantio, comércio e consumo de organismos geneticamente modificados e produtos derivados, em todo o território nacional.	Tramitando
85/97	Emília Fernandes	Acrescenta dispositivo ao art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir a movimentação da conta vinculada ao FGTS quando o trabalhador ou qualquer de seus dependentes for portador do vírus HIV.	Tramitando
86/97	Ronaldo Cunha Lima	Dispõe sobre a apresentação e a publicação de Estudos de Viabilidade Municipal nos procedimentos de criação, incorporação, fusão ou desmembramento de Municípios, conforme determina o § 4º do art. 18 da Constituição Federal.	tramitando
87/97	Benedita da Silva	Regula os casos de não aplicação da lei estrangeira e dá nova redação ao art. 17 da Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 - Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro.	Tramitando
888/97	Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	Dispõe sobre a ação de impugnação de mandato eletivo a que se refere o art. 14, §§ 10 e 11, da Constituição Federal e dá outras providências.	À Câmara dos Deputados

⁸⁸Apresentado como conclusão do Parecer nº 165/97 da CCJ.

Nº	Autor	Ementa	Resultado
89/97	Pedro Simon	Estabelece preferência para o processo e o julgamento judiciais dos crimes que menciona e dá outras providências.	Tramitando
90/97	Gilvam Borges	Altera requisito temporal para progressão de penas privativas de liberdade e dá outras providências.	Tramitando
91/97	Júlio Campos	Altera o inciso V do art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, excluindo a isenção relativa às indenizações por despedida ou rescisão de contrato de trabalho	Tramitando
92/97	Romero Jucá	Acrescenta item ao art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, alterada pela Lei nº 8.930, de 6 de setembro de 1994, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, item XLIII, da Constituição Federal.	Tramitando
93/97	Ramez Tebet	Institui procedimento fiscal de incentivo ao Programa Nacional de Reforma Agrária.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados
94/97	Antonio Carlos Magalhães	Dispõe sobre o processo especial nos casos de crime hediondo e dá outras providências.	Tramitando
95/97	Ademir Andrade	Altera a redação do art. 58 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, o qual dispõe sobre a duração normal do trabalho.	Tramitando
96/97	José Bianco	Altera a Lei nº 9.126, de 10 de novembro de 1995.	Tramitando
97/97	Júlio Campos	Dispõe sobre prazos para encerramento de liquidações e extinções de órgãos públicos e dá outras providências.	Tramitando
98/97	Gilberto Miranda	Regula o exercício da profissão de "Sommelier" e dá outras providências.	Tramitando

Nº	Autor	Ementa	Resultado
99/97	Ernandes Amorim	Estabelece medidas proibitivas a serem observadas no ano eleitoral de 1998 e dá outras providências.	Tramitando
100/97	Benedita da Silva	Acrescenta parágrafo ao art. 229 da Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), punindo a exploração sexual de menores.	Tramitando
101/97 (Complementar)	Guilherme Palmeira	Regulamenta a candidatura à reeleição dos ocupantes dos cargos de Presidente da República, Governadores dos Estados e do Distrito Federal, Prefeitos Municipais e dos respectivos Vices, dispõe sobre suas campanhas eleitorais e dá outras providências.	Tramitando
102/97 (Complementar)	José Agripino	Acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.	Tramitando
103/97 (Complementar)	Jáder Barbalho	Modifica o art. 6º da Lei nº 9.069, de 30 de junho de 1995 e dá outras providências.	Tramitando
104/97	Romero Jucá	Fixa prazo para prestação de informações requeridas aos órgãos, nos termos do item XXXIII do art. 5º da Constituição Federal, e dá outras providências.	Tramitando
105/97	Marina Silva	Inscribe o nome de Chico Mendes no "Livro dos Heróis da Pátria".	Tramitando
106/97	Benedita da Silva	Acrescenta parágrafos ao art. 51 da Lei nº 8.069, de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), dispondo sobre adoção internacional de crianças.	Tramitando
107/97	Ney Suassuna	Autoriza a terceirização na cobrança de débitos com a União, mediante credenciamento de escritórios e profissionais especializados.	Tramitando

Nº	Autor	Ementa	Resultado
108/97	Júlio Campos	Restaura a vigência do art. 233 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.	Tramitando
109/97	Benedita da Silva	Dispõe sobre vedações à concessão de isenções, incentivos e benefícios fiscais, financiamentos e contratação de empresas que, direta ou indiretamente, utilizem trabalho infantil, e dá outras providências.	Tramitando
110/97	Marina Silva	Acrescenta parágrafo ao art. 161 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, e dá outras providências.	Tramitando
89111/97	Pedro Simon	Dispõe sobre a aplicação de penas restritivas de direito e revoga dispositivos do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal.	Tramitando
90112/97	Emília Fernandes	Estabelece mecanismos para a veiculação de mensagens educativas de trânsito nas modalidades de propaganda que especifica.	Tramitando
113/97	Odacir Soares	Altera a Lei nº 7.986, de 28 de dezembro de 1989, para fixar em 3 (três) salários mínimos o valor da pensão mensal vitalícia paga aos seringueiros da Região Amazônica que tenham trabalhado na produção da borracha na segunda guerra mundial, e dá outras providências.	Tramitando
114/97	Abdias Nascimento	Dispõe sobre a ação civil destinada ao cumprimento da obrigação de fazer ou de não fazer, para preservação da honra e dignidade de grupos raciais, étnicos e religiosos.	Tramitando

⁸⁹Em 2.12.97, passou a tramitar em conjunto com o PLS nº 231/97.

⁹⁰Em 16.10.97, passou a tramitar em conjunto com o PLC 44/96.

Nº	Autor	Ementa	Resultado
115/97	José Eduardo Dutra	Dispõe sobre a Política Nacional de Recuperação do Salário Mínimo, seu valor, os benefícios de prestação continuada da previdência social e dá outras providências.	Tramitando
116/97	Lauro Campos	Dispõe sobre o valor do salário mínimo e dá outras providências.	Tramitando
117/97	Lauro Campos	Dispõe sobre o uso de aparelhos de telefonia celular.	Tramitando
118/97	Osmar Dias	Altera dispositivos da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, para modificar a sistemática de cobrança das multas e juros moratórios em débitos para com a União.	Tramitando
119/97	Carlos Bezerra	Dispõe sobre a utilização de apólice de seguro agrícola com garantia nas operações de crédito rural de investimento e custeio.	Tramitando
120/97 (Complementar)	Edison Lobão	Estabelece normas sobre a fixação de coeficientes no Fundo de Participação dos Municípios, e dá outras providências.	Tramitando
121/97	Júlio Campos	Dispõe sobre a presença de advogado e representante do Ministério Público no interrogatório do acusado de prática de crime.	Tramitando
122/97	Pedro Simon	Institui, no ensino fundamental e médio, componente curricular dedicado ao desenvolvimento dos valores éticos e de cidadania.	Tramitando
123/97	Valmir Campelo	Autoriza o Poder Executivo a criar a Secretaria Nacional de Assuntos Penitenciários.	Tramitando
124/97	José Roberto Arruda	Altera o inciso VIII do art. 5º e acrescenta parágrafo ao art. 6º da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, e dá outras providências	Tramitando

Nº	Autor	Ementa	Resultado
125/97	Ronaldo Cunha Lima	Autoriza Municípios a formarem consórcio para implementar política comum de desenvolvimento.	Tramitando
126/97	Ernandes Amorim	Dispõe sobre o ensino superior em estabelecimentos públicos e dá outras providências.	Tramitando
127/97	Pedro Simon	Acrescenta parágrafos ao art. 23 da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995.	Tramitando
128/97	Ronaldo Cunha Lima	Dispõe sobre a prestação de serviço de transporte público individual de passagens por motocicletas de aluguel - moto-táxi.	Tramitando
129/97	Ademir Andrade	Modifica dispositivos da Lei nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977, que dispõe sobre os estágios de estudantes de estabelecimentos de ensino superior e de ensino profissionalizante do 2º grau e supletivo, e dá outras providências.	Tramitando
130/97	Romero Jucá	Autoriza a criação de Distrito Agropecuário no Município que menciona, e dá outras providências (São João da Baliza - RR).	Tramitando
131/97	Romero Jucá	Autoriza a criação de Distrito Agropecuário no Município que menciona, e dá outras providências (Caracaraí - RR).	Tramitando
132/97	Romero Jucá	Autoriza a criação de Distrito Agropecuário no Município que menciona, e dá outras providências (São Luiz do Anauá - RR).	Tramitando
133/97	Romero Jucá	Autoriza a criação de Distrito Agropecuário no Município que menciona, e dá outras providências (Cantá - RR).	Tramitando
134/97	Romero Jucá	Autoriza a criação de Distrito Agropecuário no Município que menciona, e dá outras providências (Alto Alegre - RR).	Tramitando

Nº	Autor	Ementa	Resultado
135/97	Romero Jucá	Autoriza a criação de Distrito Agropecuário no Município que menciona, e dá outras providências (Caroebe - RR).	Tramitando
136/97	Romero Jucá	Autoriza a criação de Distrito Agropecuário no Município que menciona, e dá outras providências (Rorainópolis - RR).	Tramitando
137/97	Romero Jucá	Autoriza a criação de Distrito Agropecuário no Município que menciona, e dá outras providências (Bonfim - RR).	Tramitando
138/97	Romero Jucá	Autoriza a criação de Distrito Agropecuário no Município que menciona e dá outras providências (Iracema - RR).	Tramitando
139/97	Romero Jucá	Autoriza a criação de Distrito Agropecuário no Município que menciona e dá outras providências (Mucajal - RR).	Tramitando
140/97	Ramez Tebet	Dispõe sobre a prioridade nos procedimentos a serem adotados pelo Ministério Público e por outros órgãos, a respeito das conclusões das comissões parlamentares de inquérito.	Tramitando
141/97	Edison Lobão e Pedro Simon	Dispõe sobre a destinação de recursos orçamentários para o custeio das campanhas eleitorais.	Tramitando
142/97	Lauro Campos	Dispõe sobre a falência do devedor civil e dá outras providências.	Tramitando
143/97	Lauro Campos	Estabelece limites pecuniários para os presentes recebidos por todos os chefes dos poderes públicos em todos os níveis e dá outras providências.	Tramitando
144/97	Esperidião Amin	Dispõe sobre a dedução do Imposto de Renda de doações efetuadas a entidades filantrópicas.	Tramitando

Nº	Autor	Emenda	Resultado
145/97	Edison Lobão	Estabelece condições para o re-escalamento, pela União, de dívidas internas das administrações direta e indireta dos Municípios que não refinanciaram suas obrigações junto à União, nos termos da Lei nº 8.727, de 5 de novembro de 1993.	Tramitando
146/97	Flaviano Melo	Dispõe sobre a coleta e disposição final de baterias usadas de telefones celulares e dá outras providências.	Tramitando
147/97	Romero Jucá	Revoga o art. 2º da Lei nº 9.192, de 21 de dezembro de 1995, que altera dispositivos da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, que regulamentam o processo de escolha dos dirigentes universitários.	Tramitando
148/97	Lúcio Alcântara	Institui a obrigatoriedade de as empresas operadoras de cartões de crédito oferecerem uma versão de cartão de crédito com foto digitalizada.	Tramitando
149/97	Lúcio Alcântara	Define os crimes resultantes de discriminação genética.	Tramitando
150/97	Esperidião Amin	Autoriza a União a doar imóvel rural ao Município de Irineópolis no Estado de Santa Catarina.	Tramitando
⁹¹ 151/97	José Roberto Arruda	Cria a Zona Especial de Produção do Distrito Federal - ZEPRO, estabelece mecanismo para a progressiva obtenção da autonomia econômico-financeira do DF e dá outras providências.	Tramitando

⁹¹Em 11.9.97, passou a tramitar em conjunto com o PLS 258/95.

Nº	Autor	Ementa	Resultado
152/97 (Complementar)	Lauro Campos	Acrescenta parágrafo ao art. 38 da Lei da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, que "dispõe sobre a política e as instituições monetárias, bancárias e creditícias e cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências".	Tramitando
153/97	Lauro Campos	Institui a obrigatoriedade da divulgação pelos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e pelo Ministério Público Federal, da remuneração percebida, a qualquer título, pelos servidores públicos e agentes políticos que especifica.	Tramitando
92154/97	Lúcio Alcântara	Dispõe sobre a prevenção, o tratamento, a fiscalização, o controle e a repressão à produção, ao uso indevido e ao tráfico ilícito de substâncias entorpecentes e de drogas que causem dependência física ou psíquica, e dá outras providências.	Tramitando
155/97	Edison Lobão	Estabelece a obrigatoriedade de seguro-garantia do executante em operações do Sistema Imobiliário Nacional e dá outras providências.	Tramitando
93156/97	Júlio Campos	Altera a redação do parágrafo único do art. 442 da Consolidação das Leis do Trabalho e dá outras providências.	Tramitando
157/97	Benedita da Silva	Dispõe sobre o assédio sexual no contrato individual de trabalho e dá outras providências.	Tramitando
158/97	José Serra	Estabelece normas para a eleição geral e do Presidente e Vice-Presidente da República.	Tramitando

⁹²Em 11.9.97, passou a tramitar em conjunto com o PLC 105/96.

⁹³Em 18.9.97, passou a tramitar em conjunto com o PLC 31/97.

Nº	Autor	Ementa	Resultado
159/97	Teotônio Vilela Filho	Estabelece condições para incrementar a utilização do álcool como combustível de veículos automotores através da redução do IPI e dá outras providências.	Tramitando
160/97	Júlio Campos	Altera o art. 50 da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, que "dispõe sobre política agrícola".	
161/97	Lúcio Alcântara	Dá nova redação ao art. 1º do Decreto-lei nº 1.040, de 21 de outubro de 1969, que "dispõe sobre os Conselhos Federal e Regionais de Contabilidade, regula a eleição de seus membros e dá outras providências".	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados
162/97	Carlos Bezerra	Altera dispositivos da Lei nº 5.669, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil, para suprimir a função de revisor nos recursos de apelação e de embargos infringentes.	Tramitando
163/97	Lúcio Alcântara	Dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados nas doações a entidades que menciona e dá outras providências.	Tramitando
164/97	Lúcio Alcântara	Dispõe sobre incentivos fiscais para doações de refeições destinadas a distribuição a pessoas carentes.	Tramitando
165/97	Lúcio Alcântara	Dispõe sobre a responsabilidade civil e criminal em virtude de dano ou morte causados por alimentos doados a pessoas carentes.	Tramitando
166/97	Lúcio Alcântara	Dispõe sobre incentivos fiscais a doações de equipamentos a entidades sem fins lucrativos, para uso no preparo de alimentos para pessoas carentes.	Tramitando
16797	José Ignácio Ferreira	Altera a Lei nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959, que "institui a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste e dá outras providências".	Tramitando

Nº	Autor	Ementa	Resultado
168/97	José Ignacio Ferreira	Altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que "regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO e dá outras providências.	Tramitando
169/97	José Ignacio Ferreira	Altera disposto da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que trata da concessão de pensão por morte e dá outras providências.	Tramitando
170/97	José Ignacio Ferreira	Altera a Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, para tornar obrigatória a presença de advogado em todas as fases do procedimento criminal.	Tramitando
171/97	José Ignacio Ferreira	Dá nova redação aos arts. 68 e 72 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais, para tornar obrigatória a presença do autor na transação penal.	Tramitando
172/97 (Complementar)	José Ignacio Ferreira	Sujeita as instituições financeiras à legislação falimentar e revoga a legislação que institui regimes especiais a elas aplicáveis.	Tramitando
173/97	Eduardo Suplicy	Dispõe sobre a obrigatoriedade de a TV Senado transmitir, ao vivo, as reuniões dos organismos governamentais que especifica.	Tramitando
174/97	José Roberto Arruda	Cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Leiloeiros Oficiais, dispõe sobre a regulamentação da profissão de Leiloeiro Público Oficial e dá outras providências.	Tramitando
175/97	Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo RQS nº 1.101/96 (Títulos Públicos)	Dispõe sobre o endosso de cheques.	À Câmara dos Deputados

Nº	Autor	Ementa	Resultado
176/97	Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo RQS nº 1.101/96 (Títulos Públicos)	Dispõe sobre a gestão das entidades fechadas de previdência privada e dá outras providências.	A Câmara dos Deputados
94177/97	José Serra	Dispõe sobre a manutenção do trabalhador aposentado ou desempregado em virtude de dispensa sem justa causa na condição de segurado ou beneficiário de seguro ou plano de saúde contratado pelo empregador, por tempo definido.	Tramitando
178/97	Pedro Simon	Autoriza a criação de Comissão Especial destinada a avaliar as participações financeiras do Estado do Rio Grande do Sul nos processos de implantação de empresas estatais privatizadas no âmbito do Programa Nacional de Desestatização, bem como as antecipações de recursos por parte do Governo do Estado, para a realização de obras de responsabilidade da União.	Tramitando
179/97	Júlio Campos	Altera dispositivos da Lei nº 9.250, de 26/12/95, para modificar os procedimentos referentes às deduções relativas ao imposto de renda.	Tramitando
180/97	Edison Lobão	Disciplina a apresentação e a divulgação do relatório resumido da execução orçamentária de que trata o art. 165, § 3º, da Constituição Federal.	Tramitando
181/97	Pedro Simon	Autoriza a União a constituir memorial em homenagem ao Ex-Presidente Getúlio Vargas.	Tramitando
182/97 (Complementar)	Júlio Campos	Dispõe sobre a criação do Fundo Garantidor de Créditos Consorciais e dá outras providências.	Tramitando
183/97 (Complementar)	Casildo Maldaner	Disciplina a instituição dos Conselhos de Fiscalização Profissional e dá outras providências.	Tramitando

⁹⁴Em 4.9.97, passou a tramitar em conjunto com o PLC 114/95. Em 6.11.97, passou a tramitar, também, em conjunto com os PLS nºs 15, 17, 50 e 112/96; 197/97

Nº	Autor	Ementa	Resultado
184/97	Carlos Bezerra	Concede isenção de impostos para a importação de motocicletas destinadas exclusivamente a treinamento e competições desportivas.	Tramitando
185/97	Sérgio Machado	Revoga o § 1º do art. 42 da Lei nº 8.069, de 1990, a fim de viabilizar a adoção por ascendentes e irmãos do adotando.	Tramitando
186/97	José Ignácio Ferreira	Altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõem sobre o Plano de Custeio e o Plano de Benefícios da Previdência social e dão outras providências.	Tramitando
95187/97	Jefferson Peres	Altera o § 1º do art. 8º da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, para facultar à microempresa o direito de propor ação perante o Juízo Especial.	Tramitando
188/97	Pedro Simon	Dispõe sobre a proteção aos colaboradores para o combate ao crime organizado e dá outras providências.	Tramitando
189/97	Benedita da Silva	Dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino de informática nos currículos plenos do estabelecimentos de 2º e 3º graus.	Tramitando
190/97	Benedita da Silva	Dispõe sobre a concessão de incentivo fiscal para as pessoas jurídicas que firmarem contratos de trabalho com pessoas portadoras de deficiência.	Tramitando
191/97	Benedita da Silva	Dispõe sobre isenção de pagamento dos impostos federais para aposentados, nas condições que especifica.	Tramitando

⁹⁵Em 10.12.97, passou a tramitar em conjunto com o PLC 102/96.

Nº	Autor	Ementa	Resultado
192/97	Ney Suassuna	Altera a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, e dispõe sobre a concessão de visto temporário a tripulantes de embarcações estrangeiras de pesca arrendadas por empresas brasileiras.	Tramitando
193/97	Marluce Pinto	Altera o § 1º do art. 18 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que estende o benefício do auxílio-acidente ao empregado doméstico.	Tramitando
194/97 (Complementar)	Gilvam Borges	Dá autonomia ao Banco Central do Brasil, dispõe sobre requisitos e impedimentos dos membros de sua Diretoria e dá outras providências.	Tramitando
195/97	Ronaldo Cunha Lima	Altera o § 2º e acrescenta o § 3º no art. 542 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973. (Código de Processo Civil).	Tramitando
196/97	Romero Jucá	Determina que o Ministério da Fazenda divulgue a entrega das cotas referentes aos Fundos de Participação dos Estados e do Distrito Federal, e dos Municípios na rede de comunicação Internet.	Tramitando
⁹⁶ 197/97	José Serra	Torna obrigatório o cadastramento, perante o Sistema Único de Saúde, de beneficiários e segurados de planos e seguros de saúde.	Tramitando
198/97	Pedro Simon	Autoriza a República Federativa do Brasil a executar projeto de construção de gasoduto internacional no trecho Argentina-Porto Alegre.	Tramitando
199/97	Romero Jucá	Dispõe sobre a decretação pelo Tribunal de Contas da União da indisponibilidade de bens de responsável, na ocorrência de indícios da impossibilidade de ressarcimento ao Erário dos danos em apuração.	Tramitando

⁹⁶Em 6.11.97, passou a tramitar em conjunto com os PLS nºs 15, 17, 50 e 112/96; 177/97; e PLC nº 114/95.

Nº	Autor	Ementa	Resultado
200/97	Marluce Pinto	Dispõe sobre a expropriação de terras rurais onde se verifique a ocorrência do trabalho escravo de crianças e adolescentes.	Tramitando
201/97	Benedita da Silva	Dispõe sobre a proibição da expressão "boa aparência" nos anúncios de recrutamento e seleção de pessoal e dá outras providências.	Tramitando
202/97	Benedita da Silva	Declara Data Nacional o dia 20 de novembro, "Dia Nacional da Consciência Negra".	Tramitando
203/97	José Ignácio Ferreira	Acresce parágrafo único ao art. 30 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências.	Tramitando
204/97	José Ignácio Ferreira	Inclui conteúdos de educação ambiental nos currículos da educação básica e superior.	Tramitando
205/97	José Roberto Arruda	Acrescenta parágrafos ao art. 19 da Lei 6.766/79, pelos quais dispõe sobre impugnações a parcelamentos de terras promovidos pelo Poder Público, e dá outras providências.	Tramitando
206/97	Júlio Campos	Altera dispositivos das Leis nºs 3.071, de 1º de janeiro de 1916 - Código Civil, 6.515, de 26 de dezembro de 1977, e 8.069, de 13 de julho de 1990, para o fim de incluir a assistência afetiva como dever dos pais para com os filhos, e dá outras providências.	Tramitando
207/97	Waldeck Ornelas	Extingue o Programa de Integração Nacional - PIN e o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste - PROTERRA e dá outras providências.	Tramitando

Nº	Autor	Ementa	Resultado
208/97	Pedro Simon	Institui desconto no valor das passagens rodoviárias, ferroviárias e aquaviárias interestaduais, para maiores de sessenta e cinco anos.	Tramitando
209/97	Gilberto Miranda	Estabelece restrições ao funcionamento de máquinas automáticas para saque de dinheiro, após as 18 horas e dá outras providências.	Tramitando
210/97	Bernardo Cabral	Dispõe sobre prazos de apuração e de pagamento de tributos federais.	Tramitando
211/97 (Complementar)	João Rocha	Altera os §§ 1º a 4º do art. 38 e acrescenta o § 8º ao mesmo artigo da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, que dispõe sobre a política e as instituições monetárias, bancárias e creditícias, cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências.	Tramitando
212/97	Sebastião Rocha	Dispõe sobre o benefício previdenciário complementar às vítimas e aos dependentes dos motoristas profissionais de veículos automotores de carga ou de passageiros, vitimadas por ações tipificadas como crimes, e dá outras providências.	Tramitando
213/97	Sebastião Rocha	Dispõe sobre o benefício previdenciário complementar às vítimas e aos dependentes dos motoristas profissionais de veículos automotores de carga ou de passageiros, decorrente de acidente de trânsito, e dá outras providências.	Tramitando
214/97	Sebastião Rocha	Dispõe sobre as organizações não-governamentais, cria o Registro Nacional de Organizações Não-Governamentais e dá outras providências.	Tramitando

Nº	Autor	Ementa	Resultado
215/97	Júlio Campos	Acrescenta parágrafo ao art. 463 da CLT, assegurando ao empregado a indicação da instituição bancária onde o empregador deverá depositar seu salário.	Tramitando
216/97	José Serra	Dispõe sobre o Título de Participação em Receita de Serviço Público Concedido (TPR) e dá outras providências.	À Câmara dos Deputados
217/97	Carlos Wilson	Permite a dedução integral das despesas de educação na apuração da base de cálculo do imposto de renda das pessoas físicas.	Tramitando
218/97	Lúcio Alcântara	Dispõe sobre o parcelamento do solo para fins urbanos e dá outras providências.	Tramitando
219/97	Comissão Temporária criada pelo RQS 533/97	Altera a Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, que "define os crimes de responsabilidade e regula o respectivo processo de julgamento e o Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a responsabilidade dos prefeitos e vereadores, e dá outras providências".	Tramitando
220/97	Comissão Temporária criada pelo RQS 533/97	Estabelece as Diretrizes Nacionais de Defesa Civil.	Tramitando
221/97	Lúcio Alcântara	Concede isenção de impostos às instituições filantrópicas e dá outras providências.	Tramitando
222/97	Marina Silva	Dispõe sobre a inclusão de aviso alertando sobre os malefícios resultantes do uso de equipamentos de som em potência superior a 85 decibéis.	Tramitando

Nº	Autor	Ementa	Resultado
223/97	Júlio Campos	Altera o art. 32 da Lei nº 7.357, de 2 de setembro de 1985, que "dispõe sobre o cheque, e dá outras providências", vedando a apresentação deste para pagamento em data anterior à indicada como data de emissão.	Tramitando
224/97	José Ignácio Ferreira	Dispõe sobre o pagamento dos créditos de natureza alimentícia devidos pela Fazenda Pública.	Tramitando
225/97	José Ignácio Ferreira	Altera dispositivo da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que trata da concessão de salário-maternidade e dá outras providências.	Tramitando
226/97	José Ignácio Ferreira	Altera o art. 129 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal.	Tramitando
227/97	Albino Boaventura	Dispõe sobre isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de veículos utilitários efetuada por instituições filantrópicas e religiosas, e dá outras providências.	Tramitando
228/97	Carlos Patrocínio	Dispõe sobre a divulgação, pelos veículos de comunicação de massa, de produtos e serviços relacionados a sexo e erotismo.	Tramitando
229/97	Jefferson Péres	Revoga a Lei nº 5.250, de 1967, que regula a liberdade de manifestação do pensamento e de informação.	Tramitando
230/97	José Ignácio Ferreira	Acrescenta dispositivo ao art. 22 da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que "dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências".	Tramitando

Nº	Autor	Ementa	Resultado
97231/97	José Ignácio Ferreira	Altera a redação dos arts. 44 e 45, <i>caput</i> , do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para permitir ao juiz aplicar penas alternativas, sem conversão das privativas de liberdade, e compensar a pena cumprida.	Tramitando
232/97	José Ignácio Ferreira	Disciplina o trabalho educativo de adolescentes, previsto no art. 68 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências.	Tramitando
233/97	Júlio Campos	Altera o art. 475 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências.	Tramitando
234/97	Abdias Nascimento	Inscribe os nomes de João de Deus Nascimento, Manuel Faustino dos Santos Lira, Luiz Gonzaga das Virgens e Lucas Dantas Torres, líderes da Conjuração Baiana de 1798, no "Livro dos Heróis da Pátria".	Tramitando
235/97	Benedita da Silva	Declara o dia 3 de novembro "Dia Nacional da Ação da Cidadania".	Tramitando
236/97	Antônio Carlos Valadares	Institui o financiamento público de campanhas eleitorais a partir do ano 2.000.	Tramitando
237/97	Albino Boaventura	Altera os arts 18, 21 e 22 da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal, e dá outras providências.	Tramitando

⁹⁷Em 2.12.97, passou a tramitar em conjunto com o PLS 111/97.

Nº	Autor	Ementa	Resultado
238/97 (Complementar)	Ademir Andrade	Altera a legislação do imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.	Tramitando
239/97	José Ignácio Ferreira	Dispõe sobre a jornada de trabalho dos enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem.	Tramitando
240/97	Júlio Campos	Acrescenta parágrafo e altera a redação do inciso I do art. 482 da Consolidação das Leis do Trabalho, relativos ao abandono de emprego, e dá outras providências.	Tramitando
241/97	Romero Jucá	Dispõe sobre a discriminação praticada contra servidores anistiados.	Tramitando
242/97	Onofre Quinan	Obriga a utilização de sistema de escapamento vertical nos veículos rodoviários pesados, de carga ou passageiros, movidos a óleo diesel.	Tramitando
243/97 (Complementar)	Waldeck Omelas	Altera a legislação do imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.	À Câmara dos Deputados
244/97	Carlos Bezerra	Dispõe sobre a criação de Juntas e do Conselho de Recursos Fiscais do Trabalho e dá outras providências.	Tramitando
245/97	Júlio Campos	Dispõe sobre a reserva de 10% das vagas dos cursos profissionalizantes administrados pelo SENAC, SENAI, SENAR e SENAT para adolescentes egressos do sistema correccional ou cumprindo medidas sócio-educativas de semiliberdade ou liberdade assistida, e dá outras providências.	Tramitando
246/97	Pedro Simon	Institui o Ano Nacional do Adolescente, o Dia Nacional do Adolescente e dá outras providências.	Tramitando

Nº	Autor	Ementa	Resultado
247/97	José Ignácio Ferreira	Altera o art. 3º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, que dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito.	Tramitando
248/97	José Ignácio Ferreira	Altera o art. 43 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.	Tramitando
249/97	Júlio Campos	Dispõe sobre a concessão de estabilidade no emprego aos trabalhadores portadores do vírus HIV e dá outras providências.	Tramitando
250/97	Esperidião Amin	Altera os arts. 167, 246 e 290 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os Registros Públicos e dá outras providências.	Tramitando
251/97	Carlos Patrocínio	Altera a Lei nº 9.437, de 20 de fevereiro de 1997, que institui o Sistema Nacional de Armas - SINARM, estabelece condições para o registro e para o porte de arma de fogo, define crimes e dá outras providências.	Tramitando
252/97	José Serra	Extingue a utilização da Taxa Referencial (TR) nos depósitos em que especifica e dá outras providências.	Tramitando
253/97	Casildo Maldaner	Altera procedimentos relativos ao Programa Nacional de Desestatização, constante da Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, e dá outras providências.	Tramitando
254/97	Júlio Campos	Altera a redação da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Proteção e Defesa do Consumidor -, para incluir a penalidade de advertência entre as sanções administrativas nele previstas.	Tramitando
255/97	Pedro Simon	Fixa prazo para restituição do Imposto sobre a Renda e Proventos descontados na fonte, e dá outras providências.	Tramitando

Nº	Autor	Ementa	Resultado
256/97	José Ignácio Ferreira	Dispõe sobre o seguro contra acidente de trabalho, a cargo do empregado, previsto no inciso XXVIII do art. 7º da Constituição Federal e dá outras providências.	Tramitando
257/97	José Ignácio Ferreira	Altera a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências.	Tramitando
258/97	José Ignácio Ferreira	Altera a Lei nº 9.437, de 20 de fevereiro de 1997, que institui o Sistema Nacional de Armas - SINARM, estabelece condições para o registro e para o porte de armas de fogo, define crimes e dá outras providências.	Tramitando
259/97	Romero Jucá	Cria selo a ser fixado nos produtos que especifica e dá outras providências.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados
260/97	Jefferson Peres	Dispõe sobre a apresentação, o julgamento e a apreciação das contas apresentadas anualmente pelo Presidente da República, e dá outras providências.	Tramitando
261/97	Pedro Simon	Dispõe sobre o comparecimento bialnal dos Chefes de Missões Diplomáticas perante o Senado Federal.	Tramitando
262/97	Pedro Simon	Altera a Lei nº 8.666, de 21 de julho de 1993, que regulamenta o art. 57, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.	Tramitando
263/97	Pedro Simon	Altera dispositivos da Lei nº 8.239, de 4 de outubro de 1991, que regulamenta o art. 143, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, que dispõem sobre a prestação de Serviço Alternativo ao Serviço Militar Obrigatório.	Tramitando

Nº	Autor	Ementa	Resultado
264/97	Pedro Simon	Veda a outorga de mandato com poderes para receber e dar quitação, nas hipóteses que menciona.	Tramitando
265/97	Pedro Simon	Estabelece normas para vôo por instrumento, na aviação civil, e dá outras providências.	Tramitando
266/97	Lúcio Alcântara	Dispõe sobre a prescrição dos títulos de capitalização e dá outras providências.	Tramitando
267/97	Pedro Simon	Acrescenta um inciso XI ao art. 649 da Lei nº 5.869, de 1973-CPC.	Tramitando
268/97	José Ignácio Ferreira	Altera a redação do § 1º do art.59 e do § 2º do art. 61 da Consolidação das Leis do Trabalho, para aumentar a remuneração da hora suplementar e da hora excedente.	Tramitando
269/97	José Ignácio Ferreira	Altera o art. 214 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal.	Tramitando
270/97	Freitas Neto	Dispõe sobre a colocação em serviço de telefones de uso público.	Tramitando
271/97	Júlio Campos	Dispõe sobre o fornecimento de recibo de quitação pelos financiadores e incorporadores de imóveis, nos casos e condições que especifica.	Tramitando
272/97	Freitas Neto	Estabelece normas para aplicação dos recursos provenientes do recolhimento das tarifas aeroportuárias.	Tramitando
273/97	Pedro Simon	Dispõe sobre a criação da Área de Proteção Ambiental das Nascentes do Rio Parnaíba.	Tramitando
274/97	Pedro Simon	Dispõe sobre o limite máximo do valor das taxas de inscrição em concursos públicos.	Tramitando
275/97	Pedro Simon	Dá nova redação ao § 3º e seu inciso IV do art. 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.	Tramitando

Nº	Autor	Ementa	Resultado
276/97	Pedro Simon	Dá nova redação ao inciso VI do art. 24 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.	Tramitando
277/97	Pedro Simon	Dispõe sobre a não incidência de multas e juros de mora sobre atrasos no pagamento de débitos, nos casos que especifica.	Tramitando
278/97	Pedro Simon	Faculta atribuir a outros conselhos ligados à Educação as competências do Conselho de Alimentação Escolar.	Tramitando
279/97	Pedro Simon	Dá nova redação ao artigo 62 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.	Tramitando
280/97	Pedro Simon	Acrescenta parágrafo ao art. 14 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.	Tramitando
281/97 (Complementar)	Pedro Simon	Dispõe sobre a fixação dos coeficientes do Fundo de Participação dos Municípios.	Tramitando
282/97	Gilberto Miranda	Inclui os serviços públicos aeroportuários no Programa Nacional de Desestatização.	Tramitando
283/97	José Ignácio Ferreira	Autoriza o Poder Executivo a criar o Fundo de Apoio à Microempresa, a ser administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e dá outras providências.	Tramitando
284/97 (Complementar)	José Ignácio Ferreira	Estabelece normas sobre a fixação de coeficientes no Fundo de Participação dos Municípios, e dá outras providências.	Tramitando
285/97	José Ignácio Ferreira	Altera a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 1º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências.	Tramitando

Nº	Autor	Ementa	Resultado
286/97	José Ignácio Ferreira	Dispõe sobre o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce e dá outras providências.	Tramitando
287/97	Pedro Simon	Dispõe sobre a destinação de recursos ao Programa Nacional de Alimentação Escolar.	Tramitando
288/97	Pedro Simon	Dispõe sobre advertência nas embalagens de baterias e pilhas eletroquímicas.	Tramitando
289/97	Pedro Simon	Altera a redação do artigo 12 do Código de Processo Civil (Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973).	Tramitando
290/97	Leomar Quintanilha	Cria a Escola Agrotécnica Federal de Gurupi, no Estado do Tocantins.	Tramitando
291/97	Teotônio Vilela Filho	Cria o Adicional de Melhoria Ambiental - AMA, incidente sobre os preços de venda dos combustíveis fósseis e o Fundo de Apoio à Melhoria Ambiental - FAMA e dá outras providências.	Tramitando
292/97	Eduardo Suplicy	Altera dispositivos da Lei nº 9.533 que autoriza o Poder Executivo a conceder apoio financeiro aos Municípios que instituírem programas de garantia de renda mínima associados a ações socioeducativas.	Tramitando
293/97	Esperidião Amin	Trata da unificação das datas dos vestibulares nas Instituições Federais de Ensino Superior.	Tramitando
294/97	Júlio Campos	Dispõe sobre o Adicional Tarifário e dá outras providências.	Tramitando

3) Emendados pela Câmara dos Deputados

Projetos aprovados e enviados à sanção	7
Projetos em tramitação	17
TOTAL	24

Nº				
SF	CD	Autor	Ementa	Resultado
292/81	6.183/85	Itamar Franco	Disciplina a formação de banco de dados pessoais e respectivo uso das informações cadastradas.	Tramitando
61/85	8.041/86	Nelson Carneiro	Acrescenta e modifica dispositivo da Lei nº 5.010, de 30.5.66, que organiza a Justiça Federal de Primeira Instância, e dá outras providências.	Tramitando
47/88	4.569/89	Marco Maciel	Dá nova redação ao parágrafo único do art. 1º do Decreto-Lei nº 1.850, de 15 de janeiro de 1981, ao art. 1º, seu parágrafo único, e ao art. 3º do Decreto-Lei nº 1.876, de 15 de julho de 1981, e ao § 4º do art. 3º e inciso II do art. 6º do Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987.	Tramitando
60/88	974/88	Itamar Franco	Determina que o Poder Executivo exija das representações diplomáticas estrangeiras o cumprimento da legislação trabalhista.	Tramitando
110/88	3.803/89	Jarbas Passarinho	Dispõe sobre o depósito legal de publicações na Biblioteca Nacional e dá outras providências.	Tramitando
112/88	4.243/89	Iram Saraiva	Concede incentivos fiscais ao empregador que admitir pessoas portadoras de deficiência física e maiores de sessenta anos, nas condições que especifica.	Tramitando
240/89	4.566/89	Márcio Lacerda	Estabelece prazo de dois anos para que as fábricas de alimentos adotem a técnica de costura eletrônica no acondicionamento de enlatados e determina a impressão, no rótulo ou na parte externa da embalagem, do número de lote, da data de fabricação e da validade do alimento acondicionado.	Tramitando

SF	CD	Autor		Ementa	Resultado
259/89	4.392/89	Comissão Diretora		Regula o direito de acesso a informações e disciplina o rito processual do "habeas data".	A sanção Lei nº 9.507, de 12.11.97, com veto parcial
260/89	4.881/90	Comissão Diretora		Dispõe sobre a demarcação das terras tradicionalmente ocupadas pelos Índios, e dá outras providências.	Tramitando
98377/89	1.815/91	Fernando Cardoso	Henrique	Altera dispositivos da Lei 3.071, de 1º de janeiro de 1916, e do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942, e dá outras providências.	Prejudicado
5/91	3.589/93	Nelson Carneiro		Regulamenta a execução do disposto nos incisos I, II e III do art. 14 da Constituição Federal.	Tramitando
83/91	1.586/91	Jutahy Magalhães		Altera a Lei nº 6.662, de 25 de junho de 1979, que dispõe sobre a Política Nacional de Irrigação, e dá outras providências.	Tramitando
172/91	2.458/91	Jutahy Magalhães		Estabelece a obrigatoriedade de apresentação da declaração de rendimentos anual pelos governantes e dirigentes da Administração Pública Federal.	Tramitando
273/91	3.190/92	Marluce Pinto		Transfere ao domínio do Estado de Roraima terras pertencentes à União e dá outras providências.	Tramitando
297/91	3.403/92	Francisco Rollemberg		Dá prioridade de atendimento à clientela que especifica e dá outras providências.	Tramitando

⁹⁸Em 15.4.97, passou a tramitar em conjunto com o PLC 118/84 (Código Civil).

SF	Nº CD	Autor	Ementa	Resultado
318/91 (Complementar)	142/92	Maurício Corrêa	Determina os casos em que forças estrangeiras possam transitar pelo território nacional ou nele permanecer temporariamente, mediante permissão do Presidente da República, independente da autorização do Congresso Nacional, nos termos do disposto nos arts. 21, inciso IV, 49, inciso II, e 84, inciso XXII, da Constituição Federal.	A sanção Lei Complementar nº 90, de 1º.10.97
10/92	3.493/93	Marco Maciel	Dispõe sobre o exercício da profissão de Bibliotecário e determina outras providências.	Tramitando
146/92	4.695/94	Júnia Marise	Dispõe sobre a inclusão do Vale do Jequitinhonha do Estado de Minas Gerais na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE.	Tramitando
9920/93	4.204/93	Márcio Lacerda	Acrescenta parágrafo ao art. 1.159 e inciso ao art. 1.162 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil; dá nova redação ao art. 10 da Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916 - Código Civil; acrescenta inciso ao art. 2º da Lei nº 6.515, de 26 de dezembro de 1977 (Lei do Divórcio); altera o inciso VIII e acrescenta inciso XII ao art. 80 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos).	Prejudicado
101/96 (Complementar)	147/97	Iris Rezende e José Roberto Arruda	Autoriza o Poder Executivo a criar a Região Administrativa Metropolitana do Distrito Federal e Entorno, e a instituir o Fundo Complementar de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno, e dá outras providências.	Tramitando

⁹⁹Em 12.11.97, passou a tramitar em conjunto com o PLC 118/84 (Código Civil).

c) Projetos de Lei da Câmara

Projetos aprovados e enviados à sanção	
de origem do executivo	16
de origem parlamentar	20
Total	36

Projetos emendados e encaminhados à Câmara dos Deputados	22
Rejeitados	8
Projeto retirado	1
Projetos Prejudicados	8
Projetos com a tramitação sobrestada	1
Projetos em tramitação	196
Total	236

1) De sessões legislativas anteriores

SF	Nº	CD	Ementa	Resultado
118/84		634/75	Institui o Código Civil.	A Câmara dos Deputados
23/90 (Anexado ao PLC 118/84)		926/88	Dá nova redação ao inciso II do parágrafo único do art. 258 da Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916 - Código Civil.	Prejudicado
28/90 (Anexado ao PLC 118/84)		2.158/89	Dispõe sobre os efeitos civis do casamento religioso e determina outras providências.	Prejudicado
6/91		5.289/90	Autoriza a reversão ao Município de Três Lagoas, no Estado de Mato Grosso do Sul, do terreno que menciona.	Tramitando
8/91		3.657/89	Dispõe sobre a extinção progressiva dos manicômios e sua substituição por outros recursos assistenciais e regulamenta a internação psiquiátrica compulsória.	Tramitando

¹ Em virtude do seu desarquivamento em 1.7.91, foram desarquivados, também, os Projetos de Lei do Senado nº 110/81 e da Câmara nº 134/81, arquivados em 1990 (art. 332 e 333, do RISF). Tendo em vista a sua aprovação em 26.11.97, os referidos projetos foram prejudicados.

SF	Nº	CD	Ementa	Resultado
13/91 (Complementar)		223/90	Dispõe sobre a edição e o processo legislativo das medidas provisórias previstas no art. 62 da Constituição Federal e dá outras providências.	Tramitando
43/91 (tramitação conjunta com o PLS 97/91)		4.163/89	Regula o disposto no art. 5º, inciso VI, da Constituição Federal e dá outras providências.	Tramitando
56/91		1.451/88	Disciplina a criação do Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste.	Tramitando
76/91		4.827/90	Dispõe sobre a regulamentação da atividade de motorista e cobrador de transporte coletivo urbano e dá outras providências.	Tramitando
95/91 (do Tribunal Superior do Trabalho) (ver PLC 51/90)		8.244/86	Cria, na Justiça do Trabalho, Juntas de Conciliação e Julgamento Itinerantes.	Tramitando
² 133/91		3.146/91	Regula a ação popular.	Tramitando
28/92		1.703/91	Revoga a Lei nº 8.043, de 15 de junho de 1990, que dispõe sobre a desapropriação de imóvel no Município de Jaboatão, Estado de Pernambuco, para atender ao deslocamento das famílias que atualmente residem em áreas do Parque Nacional Histórico dos Guararapes.	Tramitando
³ 32/92		2.653/89	Dispõe sobre o abuso de poder, o fornecimento de informações e certidões, o direito de resposta e o de reclamação contra a prestação de serviços públicos.	Tramitando
⁴ 75/92		144/91	Dá nova redação aos §§ 2º e 5º do art. 164 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Tramitando

²Em 11.4.95, passou a tramitar em conjunto com o PLC 34/93.

³Em 18.4.95, passou a tramitar em conjunto com os PLCs 17/93, 41/94 e 32/95, e em 12.5.95, com o PLC 60/94.

⁴Em 12.5.95, passou a tramitar em conjunto com os PLCs 97/92; 10, 25, 36, 38, 41, 71, 93, 118, 151, 154, 206, 208 e 211/93; 32, 50, 62, 63, 74, 94, 101, 108, 134, 135 e 142/94; 6, 7, 8, 9, 12, 19, 22, 31/95; e PLS 60 e 70/95. Em 18.9.97, passou a tramitar, também, com o PLC 73/96.

SF	Nº	CD	Ementa	Resultado
89/92		1.757/91	Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados e do Imposto de Importação relativamente a equipamentos e material educativo adquiridos por pessoas portadoras de deficiência, e dá outras providências.	Tramitando
92/92		1.308/88	Dispõe sobre a remuneração dos profissionais diplomados pelas escolas técnicas e industriais de nível médio e determina outras providências.	Tramitando
97/92 Vide PLC 75/92		36/91	Acrescenta dispositivo ao art. 841 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Tramitando
98/92		635/91	Altera o inciso I do art. 585 da Lei nº 5.869, de 11.1.73 - Código de Processo Civil, e dá outras providências.	Tramitando
100/92		1.123/91	Dá nova redação ao art. 554 do Código de Processo Civil.	Tramitação sobrestada
102/92		1.289/91	Amplia, para o estrangeiro em situação ilegal no território nacional, o prazo para requerer registro provisório.	À Câmara dos Deputados
5 ¹²⁰ /92		178/91	Dispõe sobre a criação de associações e cooperativas, regulando o disposto no inciso XVIII do art. 5º da Constituição Federal.	Prejudicado
6 ¹²³ /92		542/91	Dispõe sobre a regulamentação do disposto no inciso XLII do art. 5º da Constituição Federal, sobre a prática do crime de racismo.	Tramitando
124/92		636/91	Acrescenta parágrafo ao art. 6º da Lei nº 5.969, de 11 de dezembro de 1973, tornando inexistente, antes da decisão terminativa do recurso interposto à Comissão Especial de Recursos do PROAGRO, a dívida oriunda do crédito rural.	Tramitando
150/92		3.217/92	Proíbe a entrada e a navegação em embarcações com carga de plutônio ou resíduos radioativos no mar territorial e na zona econômica exclusiva brasileira.	Tramitando

⁵ Em 27.4.95, foi anexado ao PLC 118/84.

⁶ Em 14.6.95, passou a tramitar em conjunto com o PLC 147/93.

SF	Nº	CD	Ementa	Resultado
151/92		3.669/89	Dispõe sobre a extinção da contribuição sindical a que se refere os arts. 578 a 591 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Tramitando
6/93		3.519/93	Estabelece normas complementares para a realização do plebiscito que definirá a forma e o sistema de governo.	Rejeitado (art. 101, § 1º, do RISF)
10/93 Vide PLC 75/92		3.305/89	Acrescenta parágrafo ao art. 531 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.	Tramitando
11/93		3.053/84	Dispõe sobre a publicação de nomes e fotografias de vítimas de crimes contra os costumes.	À Câmara dos Deputados
717/93		1.116/88	Estabelece prazo para a prestação de informações requeridas aos órgãos públicos e dá outras providências.	Tramitando
820/93		1.439/88	Dá prioridade à concessão de canais de emissoras às entidades educacionais.	Tramitando
25/93 (do Presidente da República) Vide PLC 75/92		3.343/89	Dispõe sobre o acréscimo de inciso VII ao art. 131 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Tramitando
29/93		1.395/88	Acrescenta parágrafo ao art. 1º da Lei nº 4.090, de 13.7.62, que instituiu a Gratificação de Natal para os trabalhadores.	Tramitando
934/93		2.567/92	Altera a redação do art. 21 da Lei nº 4.717, de 29.6.65, que regula a ação popular.	Tramitando
35/93		1.531/89	Assegura o acesso ao exame pré-natal e vincula o auxílio-natalidade à sua realização, nas condições que especifica.	Tramitando
36/93 Vide PLC 75/92		3.111/89	Acrescenta parágrafos 2º e 3º ao art. 612 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Tramitando

⁷Em 18.4.95, passou a tramitar em conjunto com os PLCs 32/92, 41/94 e 32/95, e em 12.5.95, com o PLC 60/94.

⁸Em 16.8.95, passou a tramitar em conjunto com o PLS 109/95.

⁹Em 11.4.95, passou a tramitar em conjunto com o PLC 133/91.

SF	Nº	CD	Ementa	Resultado
38/93 Vide PLC 75/92		3.468/89	Altera a redação do caput do art. 134 da Consolidação das Leis do Trabalho, para determinar que o empregador deverá conceder férias ao empregado nos seis meses subseqüentes à data de aquisição do direito às mesmas.	Tramitando
41/93 Vide PLC 75/92		1.502/89	Dá nova redação a dispositivo do art. 482, da Consolidação das Leis do Trabalho.	Tramitando
42/93		6.221/85	Estabelece medidas preventivas de proteção ao trabalho dos tripulantes de aeronaves de serviços agrícolas.	Tramitando
44/93		4.908/84	Dispõe sobre o estatuto dos mineiros.	Rejeitado (art. 254, do RISF)
62/93		1.725/91	Dispõe sobre a distribuição do gás canalizado.	Tramitando
71/93 Vide PLC 75/92		3.112/89	Acrescenta parágrafo ao art. 626 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Tramitando
1072/93		4.068/89	Dispõe sobre o plantio de árvores ao longo das rodovias e ferrovias brasileiras e dá outras providências.	Rejeitado
75/93		5.813/90	Acrescenta dispositivo ao art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir a movimentação da conta vinculada ao FGTS do aposentado, na condição que especifica.	À sanção Veto total
77/93 (Complementar)		174/89 (Complementar)	Estabelece normas gerais aplicáveis ao imposto sobre transmissão intervivos, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos à sua aquisição - ITBI - IV.	Tramitando
1180/93		938/91	Obriga o Poder Público a publicar a lista dos devedores da Fazenda Pública Federal, Estadual e Municipal e de suas autarquias.	Tramitando

¹⁰Em 16.8.95, passou a tramitar em conjunto com o PLS 20/95. Em 24.9.97, foi desapensado, do projeto, o PLS 20/95.

¹¹Em 22.7.97, uma vez atendida a diligência constante do RQS 1.043/96, a matéria, que se encontrava sobrestada, voltou à sua tramitação normal, tendo sido despachado à CCJ.

SF	Nº	CD	Ementa	Resultado
86/93		2.193/91	Altera dispositivos da Lei nº 8.041, de 5 de junho de 1990, que dispõe sobre a organização e funcionamento do Conselho da República.	Tramitando
89/93		1.497/93	Institui, em todo território nacional, a notificação compulsória para os casos de intoxicação humana por produtos e substâncias químicas ou agentes biológicos, que tenham recebido atendimento hospitalar ou ambulatorial e dá outras providências.	À Câmara dos Deputados
93/93 Vide PLC 75/92		1.116/91	Modifica a redação do art. 193 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Tramitando
113/93		1.918/91	Disciplina o emprego de algemas e dá outras providências.	Tramitando
118/93 Vide PLC 75/92		666/91	Acrescenta parágrafo ao art. 130 da Consolidação das Leis do Trabalho, permitindo que o período de férias seja desdobrado em dois, com espaço de seis meses entre um e outro.	Tramitando
121/93		1.403/91	Altera dispositivos da Lei nº 5.768, de 20 de dezembro de 1971, que "altera a legislação sobre distribuição gratuita de prêmios mediante rateio, vale-brinde ou concurso, a título de propaganda, estabelece normas de proteção à poupança popular, e dá outras providências.	Tramitando
122/93		1.700/91	Determina a devolução aos legítimos proprietários dos valores relativos ao Fundo 157 e dá outras providências.	Tramitando
12141/93		1.719/91	Dispõe sobre a jornada, condições de trabalho e piso salarial dos técnicos e auxiliares de enfermagem e determina outras providências.	Tramitando
13147/93		1.810/91	Acrescenta dispositivos à Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que "define os crimes resultantes de preconceito de raça e de cor".	Tramitando
151/93 Vide PLC 75/92		924/88	Revoga o art. 318 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Tramitando

¹² Em 26.3.96, passou a tramitar em conjunto com os PLS nºs 311 e 326/95.

¹³ Em 14.6.95, passou a tramitar em conjunto com o PLC 123/92.

SF	Nº	CD	Ementa	Resultado
154/93 Vide PLC 75/92		568/91	Dá nova redação ao art. 73 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Tramitando
156/93		1.036/91	Altera o art. 7º da Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, que institui normas reguladoras do trabalho rural.	Tramitando
164/93		1.211/88	Acrescenta dispositivo ao art. 232 do Código de Processo Civil.	Tramitando
186/93		2.384/91	Altera dispositivos da Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991, que "dispõe sobre as locações dos imóveis urbanos e os procedimentos a elas pertinentes".	Tramitando
189/93		2.839/92	Dispõe sobre a expedição de certidões pelos distribuidores cíveis e dá outras providências.	Tramitando
190/93		2.816/92	Dispõe sobre fornecimento gratuito de registros extemporâneos de nascimento.	À sanção Lei nº 9.465, de 7.7.97
14197/93		1.210/91	Obriga os terminais de recepção de embarque de petróleo e seus derivados a disporem de unidades de combate à poluição das águas.	Tramitando
198/93		74/91	Agrava a mora salarial da empresa na reincidência.	Tramitando
202/93		562/91	Dá nova redação ao art. 11 do Decreto-lei nº 1.968, de 23 de novembro de 1982, que altera a legislação do imposto de renda de pessoa física residente ou domiciliada no Brasil e dá outras providências.	Tramitando
204/93		731/91	Acrescenta parágrafos ao art. 6º da Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949, que dispõe sobre o repouso semanal remunerado.	Rejeitado (art. 254, do RISF)
206/93 Vide PLC 75/92		478/91	Altera o art. 472 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Tramitando
208/93 Vide PLC 75/92		2.266/91	Altera a redação do art. 659 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Tramitando

¹⁴ Em 15.4.97, passou a tramitar em conjunto com o PLC 37/96.

SF	Nº	CD	Ementa	Resultado
211/93 Vide PLC 75/92		1.231/88	Dá nova redação ao § 1º do art. 389 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Tramitando
213/93		2.512/89	Dispõe sobre a aquisição e a doação de terras públicas federais às Prefeituras Municipais e dá outras providências.	Rejeitado
15222/93 (do Presidente da República)		4.782/90	Dispõe sobre a capacidade jurídica da mulher, mediante alterações na Lei de Introdução do Código Civil e no Código Civil.	Prejudicado
229/93		1.620/91	Cria o ticket café com leite para os bóias-frias.	Tramitando
243/93		2.267/89	Dispõe sobre as medidas aplicáveis às empresas beneficiárias de recursos dos Fundos de Investimentos e dá outras providências.	Tramitando
10/94		2.395/91	Dispõe sobre remuneração mínima do Assistente Social.	Tramitando
32/94 Vide PLC 75/92		3.283/92	Altera disposição do art. 867 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Tramitando
1641/94		177/92	Disciplina as reclamações relativas à prestação de serviços públicos, regulando o § 3º do art. 37 da Constituição Federal.	Tramitando
42/94		432/91	Dispõe sobre a jornada de trabalho dos gráficos, programadores e operadores que operem computadores ou outros equipamentos com terminal de vídeo.	Tramitando
45/94		648/91	Dispõe sobre a necessidade de apuração de falta grave para dispensa de dirigente e representante sindical, e dá outras providências.	Tramitando
47/94		1.177/91	Dispõe sobre o exercício profissional do Técnico de Segurança Patrimonial e dá outras providências.	Tramitando

¹⁵ Em 27.4.95, foi anexado ao PLC 118/84.

¹⁶ Em 18.4.95, passou a tramitar em conjunto com os PLCs 32/92, 17/93 e 32/95, e em 12.5.95, com o PLC 60/94.

SF	Nº	CD	Ementa	Resultado
50/94 Vide PLC 75/92		1.844/91	Acrescenta § 3º ao art. 2º da Consolidação das Leis do Trabalho, dispondo sobre execução trabalhista.	Tramitando
52/94		2.161/91	Dispõe sobre o arquivamento e a eliminação de processos judiciais.	Tramitando
58/94		2.581/92	Revoga artigos do Título V da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT que tratam da organização sindical.	Tramitando
59/94		3.123/92	Dispõe sobre o prazo de publicação, pela Secretaria da Receita Federal, dos modelos de Declaração do Imposto de Renda.	À Câmara dos Deputados
1760/94		3.125/92	Dispõe sobre o fornecimento de certidões pelas repartições públicas, regulamentando o art. 5º, inciso XXXIV, da Constituição Federal.	Tramitando
62/94 Vide PLC 75/92		3.561/93	Concede ao trabalhador direito a repouso remunerado no dia definido por lei como de homenagem à sua categoria profissional.	Tramitando
63/94 Vide PLC 75/92		3.614/93	Acrescenta inciso VII ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho, permitindo ao empregado faltar ao serviço, pelo tempo necessário, quando tiver de comparecer a juízo.	Tramitando
74/94 Vide PLC 75/92		5.205/90	Acrescenta parágrafo ao art. 482 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, que trata da rescisão do contrato de trabalho por justa causa.	Tramitando
81/94		3.434/92	Altera a Consolidação das Leis do Trabalho, dispondo sobre o jus postulandi, a assistência judiciária e a representação dos menores no foro trabalhista.	À Câmara dos Deputados
94/94 Vide PLC 75/92		1.306/91	Acrescenta § 2º ao art. 482 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Tramitando

¹⁷Em 12.5.95, passou a tramitar em conjunto com o PLC 32/92, que já tramitava em conjunto com os PLCs nºs 17/93, 41/94 e 32/95.

SF	Nº	CD	Ementa	Resultado
96/94		3.643/93	Altera a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que "regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, e dá outras providências".	Tramitando
100/94		1.483/91	Fixa piso salarial para o jornalista e dá outras providências.	Rejeitado (Art. 254, do RISF)
101/94 Vide PLC 75/92		408/91	Acrescenta parágrafo único ao art. 846 da Consolidação das Leis do Trabalho, para permitir, na ausência de acordo, o julgamento imediato das reclamações de natureza unicamente salarial.	Tramitando
105/94		1.804/91	Concede adicional de periculosidade aos empregados que especifica.	Tramitando
108/94 Vide PLC 75/92		4.481/89	Acrescenta inciso VII ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Tramitando
110/94		1.339/91	Concede adicional de periculosidade aos carteiros, alterando o art. 193 da Consolidação das Leis do Trabalho.	À sanção Veto total
115/94		3.358/92	Acrescenta exigência para a adoção internacional.	Tramitando
134/94 Vide PLC 75/92		153/91	Dá nova redação ao parágrafo único do art. 482 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Tramitando
135/94 Vide PLC 75/92		92/91	Dá nova redação ao § 1º do art. 651 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Tramitando
140/94		2.072/89	Regulamenta a profissão de arqueólogo e dá outras providências.	À Câmara dos Deputados
142/94 Vide PLC 75/92		3.113/89	Introduz artigo nas Disposições Especiais do Capítulo IX da Consolidação das Leis do Trabalho.	Tramitando
6/95 Vide PLC 75/92		5.814/90	Altera o art. 167 do Capítulo V do Título II da Consolidação das Leis do Trabalho.	Tramitando

SF	Nº	CD	Ementa	Resultado
7/95 Vide PLC 75/92		5.957/90	Revoga os arts. 723, 724 e 725 do Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.	Tramitando
8/95 Vide PLC 75/92		100/91	Revoga o parágrafo único do art. 482 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Tramitando
9/95 Vide PLC 75/92		367/91	Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, referentes a remuneração de períodos incompletos de férias.	Tramitando
12/95 Vide PLC 75/92		1.387/91	Dispõe sobre a responsabilidade penal do empregador, nos termos do art. 132 do Código Penal, em casos de acidente de trabalho por falta de equipamento de proteção individual, acrescentando parágrafo único ao art. 166 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.	Tramitando
13/95		1.919/91	Cria o Programa Nacional para atividades de Extensão Universitária em Saúde, na Amazônia Legal.	Tramitando
15/95		1.504/91	Proíbe a captura de mamíferos aquáticos das Ordens Sirênia, Carnívora e Cetácea, e de répteis da Ordem Chelonia, em território brasileiro, e dá outras providências.	Tramitando
18/95		2.090/91	Regulamenta o exercício profissional do histotecnologista e dá outras providências.	Tramitando
19/95 Vide PLC 75/92		3.751/93	Acrescenta parágrafos ao art. 168 da Consolidação das Leis do Trabalho, dispondo sobre exames médicos do empregado.	Tramitando
22/95 Vide PLC 75/92		2.881/92	Inclui parágrafo único ao art. 400 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para criar incentivo fiscal e dá outras providências.	Tramitando
25/95		2.331/91	Dispõe sobre a criação de Área de Proteção Ambiental - APA no Distrito de Joaquim Egídio, Município de Campinas, Estado de São Paulo.	À Câmara dos Deputados
27/95		1.540/91	Dispõe sobre o acesso das entidades sindicais às informações provenientes dos registros administrativos que especifica e dá outras providências.	Tramitando

SF	Nº	CD	Ementa	Resultado
30/95		2.084/91	Dispõe sobre a profissão de Bombeiro Civil e dá outras providências.	À Câmara dos Deputados
31/95 Vide PLC 75/92		1.681/91	Dá nova redação ao § 1º do art. 239 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Tramitando
1832/95		1.674/91	Regulamenta o inciso XXXIII do art. 5º da Constituição Federal.	Tramitando
36/95		2.734/92	Acrescenta dispositivo ao art. 2º da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, que institui o novo Código Florestal.	Rejeitado (art. 254, do RISF)
42/95		2.560/89	Dispõe sobre a apresentação de receituário agrônomo para obtenção de financiamento agrícola e dá outras providências.	À sanção Veto total
44/95		3.051/89	Dispõe sobre as Colônias, Federações e Confederação Nacional dos Pescadores, regulamentando o parágrafo único do art. 8º da Constituição Federal.	À Câmara dos Deputados
50/95		2.001/91	Introduz alterações na Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que institui o seguro-desemprego, visando a estender o benefício ao empregado doméstico e dá outras providências.	Tramitando
55/95		3.999/93	Dispõe sobre as funções de magistério para efeito do disposto no art. 56 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.	Tramitando
59/95		4.465/89	Altera dispositivos da Lei nº 4.870, de 1º de dezembro de 1965, para a criação do Conselho de Assistência Social aos Trabalhadores da Agroindústria Canaveira (cana-de-açúcar, álcool e açúcar).	Tramitando
60/95		4.805/90	Institui a gratificação de adicional por tempo de serviço aos empregados em geral e dá outras providências.	Tramitando
61/95		803/91	Dispõe sobre a divulgação dos principais devedores junto à Secretaria da Receita Federal, ao Ministério do Trabalho, ao Ministério da Previdência e Assistência Social e à Caixa Econômica Federal e dá outras providências.	Tramitando

¹⁸Em 18.4.95, passou a tramitar em conjunto com os PLCs 32/92, 17/93 e 41/94, e em 12.5.95, com o PLC 60/94.

SF	Nº	CD	Ementa	Resultado
1962/95 (do Presidente da República)		1.164/91	Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.	À Câmara dos Deputados em 8.7.97
67/95		383/91	Regulamenta o exercício profissional da acupuntura e determina outras providências.	Tramitando
2068/95		945/91	Dispensa pacto antenupcial nos casos que indica.	Prejudicado
72/95		3.129/92	Disciplina os anúncios de oferta de emprego.	Tramitando
73/95		3.180/92	Disciplina a publicação das despesas com pessoal da União e dá outras providências.	Rejeitado
76/95		4.228/93	Altera a redação do art. 2º da Lei nº 5.698, de 31 de agosto de 1971, que dispõe sobre as prestações devidas a ex-combatente segurado da previdência social e dá outras providências.	Tramitando
77/95		4.329/93	Dispõe sobre a obrigatoriedade de inserção de dados sobre a edição nas publicações de órgãos e entidades da Administração Pública Federal.	Tramitando
82/95		3.016/92	Dá nova redação ao art. 58 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Tramitando
93/95 (do TST)		4.235/93	Altera a Lei nº 8.432, de 11 de junho de 1992, para redefinir as jurisdições das Juntas de Conciliação e Julgamento nas Regiões da Justiça do Trabalho e dá outras providências.	À Câmara dos Deputados
96/95		2.235/91	Acrescenta parágrafos ao art. 163 da Consolidação das Leis do Trabalho, que trata da obrigação das empresas de manter serviços especializados em segurança e medicina do trabalho.	Tramitando
101/95		1.920/91	Dispõe sobre a jornada de trabalho e outros aspectos referentes à organização do trabalho e das condições ambientais dos trabalhadores que realizam suas atividades continuamente em terminais de vídeo.	Tramitando

¹⁹ Em 12.12.95, passou a tramitar em conjunto com o PLS 164/95.

²⁰ Anexado, em 5.6.95, ao PLC 118/84.

SF	Nº	CD	Ementa	Resultado
102/95		1.323/91	Institui a Residência Odontológica, cria a Comissão Nacional de Residência Odontológica e determina outras providências.	À Câmara dos Deputados
104/95		3.969/93	Determina que as Câmaras Municipais sejam obrigatoriamente notificadas da liberação de recursos federais para os respectivos Municípios e dá outras providências.	À sanção Lei nº 9.452, de 20.3.97
113/95		5.920/90	Dispõe sobre o processo de trabalho nas ações que envolvam demissão por justa causa e dá outras providências.	Tramitando
21114/95		2.142/91	Dispõe sobre a manutenção de empregados em convênios médicos e dá outras providências.	Tramitando
119/95		642/95	Redireciona recursos do Sistema de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE e dá outras providências.	Tramitando
1/96		1.727/91	Institui para os Estados, Distrito Federal e Municípios, compensação financeira pela geração de energia elétrica em centrais nucleares.	Tramitando
2210/96 (do Presidente da República)		724/95	Define os crimes de especial gravidade e altera dispositivos do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal.	Tramitando
14/96 (do Presidente da República)		200/95	Dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador, sua comercialização no País, e dá outras providências.	Tramitando
15/96 (do Presidente da República)		1.354/95	Dispõe sobre a remuneração da Polícia Civil dos extintos territórios federais e dá outras providências.	Tramitando
16/96		2.942/96	Dispõe sobre a compensação financeira entre os sistemas de previdência social, nos casos de contagem recíproca do tempo de contribuição para efeito de aposentadoria, e dá outras providências.	À Câmara dos Deputados

²¹ Em 4.9.97, passou a tramitar em conjunto com o PLS 177/97. Em 6.11.97, passou a tramitar, também, em conjunto com os PLS nº 15, 17, 50 e 112/96; e 197/97.

²² Em 3.12.96, passou a tramitar em conjunto com o PLS 104/95.

SF	Nº	CD	Ementa	Resultado
21/96		141/95	Toma obrigatória a impressão, nas bulas dos medicamentos que especifica, de advertência aos fumantes sobre os riscos do tabagismo em relação a determinadas patologias.	A Câmara dos Deputados
22/96		177/95	Altera o art. 2º da Lei nº 8.501, de 30 de novembro de 1992, que dispõe sobre a utilização de cadáver não reclamado, para fins de estudos ou pesquisas científicas e dá outras providências.	A Câmara dos Deputados
25/96		3.729/93	Altera o art. 1º da Lei nº 8.287, de 20 de dezembro de 1991, que dispõe sobre a concessão do benefício de seguro-desemprego a pescadores artesanais, durante os períodos de defeso.	Tramitando
26/96		131/95	Dispõe sobre a indenização à companheira ou ao companheiro, no caso de acidente de trabalho ou de transporte, com a morte do segurado na Previdência Social.	Tramitando
2329/96		382/91	Dispõe sobre o acesso ao mercado de trabalho e determina outras providências.	Tramitando
2431/96 (CPI destinada a investigar a situação dos bingos no Brasil)		1.417/96	Dispõe sobre o jogo de bingo e dá outras providências.	Tramitando
2535/96		700/95	Acrescenta inciso X ao § 10 do art. 178 do Código Civil.	Prejudicado
36/96		5.071/90	Dispõe sobre a proteção das cavidades naturais subterrâneas, em conformidade com o inciso X do art. 20 e o inciso V do art. 216, da Constituição Federal e dá outras providências.	Tramitando
2637/96 (do Presidente da República)		2.891/92	Dispõe sobre a prevenção, o controle e a fiscalização da poluição causada por lançamento de petróleo e seus derivados e outras substâncias nocivas em águas sob jurisdição nacional e dá outras providências.	Tramitando

²³ Em 18.6.97, passou a tramitar em conjunto com o PLS 147/95.

²⁴ Em 7.8.96, passou a tramitar em conjunto com o PLS 175/95.

²⁵ Em 24.4.97, foi anexado ao PLC 118/84.

SF	Nº	CD	Ementa	Resultado
2739/96		490/95	Acrescenta parágrafos ao art. 928 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil.	À Câmara dos Deputados
40/96		3.653/93	Acrescenta parágrafo ao art. 2º da Lei nº 5.553, de 6 de dezembro de 1968, que dispõe sobre a apresentação e uso de documentos de identificação pessoal.	À sanção Lei nº 9.453, de 20.3.97
41/96		190/95	Proíbe a comercialização de bebidas alcoólicas ao longo das rodovias federais, salvo em perímetros urbanos.	Prejudicado (art. 334, "b", do RISF)
42/96		266/95	Dispõe sobre o depósito e venda de veículo apreendido pelos DETRAN, em todo o território nacional.	Tramitando
43/96		387/91	Dispõe sobre a obrigatoriedade da menção do nome do dublador em espetáculos filmados ou televisados.	À sanção Veto total
2844/96		4.622/94	Dispõe sobre a veiculação de mensagem voltada à educação para o trânsito.	Tramitando
45/96		57/95	Acrescenta inciso ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.	À sanção Lei nº 9.471, de 14.7.97
47/96 (do Presidente da República)		1.229/95	Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, para incluir hipótese de destruição de aeronave.	Tramitando
2948/96 (do Presidente da República)		4.716/94	Define os crimes de tortura e dá outras providências.	À sanção Lei nº 9.455, de 7.4.97
3049/96		2.085/96	Extingue o Instituto de Previdência dos Congressistas - IPC, e dá outras providências.	À Câmara dos Deputados Lei nº 9.506, de 30.10.97

²⁶ Em 15.4.97, passou a tramitar em conjunto com o PLC 197/93

²⁷ Em 15.1.97, passou a tramitar em conjunto com o PLS 44/96.

²⁸ Em 16.10.97, passou a tramitar em conjunto com o PLS 112/97.

²⁹ Em 23.7.96, passou a tramitar em conjunto com o PLS 190/95.

³⁰ Em 25.2.97, passou a tramitar em conjunto com os PLS 191/95 e 33/96.

SF	Nº	CD	Ementa	Resultado
54/96		1.286/91	Regulamenta o exercício da profissão de Classificador de Produtos Vegetais a que se referem as Leis nºs 5.025, de 10 de junho de 1966, e 6.305, de 15 de dezembro de 1975, e dá outras providências.	Tramitando
3155/96 (do Presidente da República)		4.004/93	Torna obrigatória a inclusão do ensino da língua espanhola nos currículos plenos dos estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus.	Tramitando
60/96		1.643/96	Altera o art. 883 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, que institui o Código de Processo Civil.	Tramitando
63/96		1.243/95	Dispõe sobre a transferência de recursos federais destinados aos programas de alimentação escolar e do livro didático e ao programa do leite.	Tramitando
67/96 (do Presidente da República)		1.803/96	Altera dispositivo da Lei nº 6.450, de 14 de outubro de 1977, e dá outras providências.	Tramitando
69/96		3.074/92	Altera dispositivo do Código de Processo Penal, dispondo sobre o local em que os réus deverão estar sentados durante as audiências e sessões.	Tramitando
71/96 (do Presidente da República)		1.838/96	Institui o Fundo de Aposentadoria Programada Individual - FAPI e o Plano de Incentivo à Aposentadoria Programada Individual, e dá outras providências.	À sanção em 8.7.97 Lei nº 9.477, de 24.7.97
72/96		925/95	Altera o art. 82 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, que institui a Lei de Execução Penal.	À sanção Lei nº 9.460, de 4.6.97
73/96 Vide PLC 75/92		145/95	Revoga o art. 318 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Tramitando
74/96		302/95	Dispõe sobre a suspensão da Carteira Nacional de Habilitação, nas condições que especifica.	Prejudicado (art. 334, "b", do RISF)
75/96		360/95	Dispõe sobre a obrigatoriedade do uso de colete à prova de bala por profissionais nas condições que especifica, e dá outras providências.	Tramitando

³¹ Em 8.10.96, passou a tramitar em conjunto com o PLS 38/95.

SF	Nº	CD	Ementa	Resultado
76/96		465/95	Dispõe sobre a obrigatoriedade de indicação do número telefônico e do endereço do PROCON, por parte dos estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços.	À Câmara dos Deputados
77/96		589/95	Dá nova redação ao art. 30 do Código de Processo Civil.	Tramitando
78/96		565/95	Altera o art. 19 da Lei nº 1.533, de 31 de dezembro de 1951.	Tramitando
79/96		459/95	Regula o disposto no inciso II do art. 20 da Constituição Federal, dispondo sobre as terras devolutas sob o domínio da União.	Tramitando
80/96		420/95	Obriga as empresas distribuidoras de gás liquefeito de petróleo - GLP ou de gás natural a lacrar os botijões e requalificá-los e dá outras providências.	Tramitando
81/96		54/95	Dá nova redação ao art. 11 da Consolidação das Leis do Trabalho e determina outras providências.	Tramitando
82/96		968/91	Dispõe sobre a uniformização de preços de asfalto nos Municípios da Amazônia Legal e dá outras providências.	Tramitando
83/96		407/95	Dispõe sobre a exigência de dados nos receituários médicos.	Tramitando
86/96		1.536/96	Altera o § 1º do art. 39 da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, que regulamenta o art. 236 da Constituição Federal, dispondo sobre serviços notariais e de registro.	Tramitando
88/96		1.240/95	Altera os arts. 1º e 20 da Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, e acrescenta parágrafo ao art. 140 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940.	À sanção Lei nº 9.459, de 13.5.97
3289/96		667/95	Autoriza o Governo Federal a conceder apoio financeiro ao Distrito Federal e aos Municípios que instituírem programa de garantia de renda mínima associado a ações sócio-educativas.	À Câmara dos Deputados

³² Em 15.1.97, passou a tramitar em conjunto com os PLS 236/95, 84 e 201/96.

SF	Nº	CD	Ementa	Resultado
91/96		4.652/94	Dispõe sobre a legalização da prática de jogos de azar e dá outras providências.	Tramitando
33 3493/96 (do Presidente da República)		1.724/96	Dispõe sobre o contrato de trabalho por prazo determinado e dá outras providências.	Tramitando
3594/96		1.325/95	Institui a Lei de Proteção de Cultivares e dá outras providências.	À Câmara dos Deputados Lei nº 9.456, de 25.4.97
95/96		770/95	Dispõe sobre a obrigatoriedade de as instituições privadas de educação beneficiárias de isenção de impostos terem em seus conselhos fiscais representante do corpo discente.	Tramitando
96/96		826/95	Dispõe sobre o julgamento das contas dos responsáveis por bens, dinheiros e valores públicos.	Tramitando
97/96		1.147/95	Altera dispositivos da Lei nº 8.971, de 29 de dezembro de 1994, e da Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916 - Código Civil, para garantir ao companheiro ou companheira o direito à meação dos bens reunidos na constância da união e dá outras providências.	Tramitando
98/96		917/95	Define competência, regulamenta os serviços concernentes ao protesto de títulos e outros documentos de dívida e dá outras providências.	À sanção Lei nº 9.492, de 10.9.97
99/96		626/95	Altera a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994, que dispõe sobre a municipalização da merenda escolar.	Tramitando
100/96		1.275/95	Dispõe sobre o serviço voluntário e dá outras providências.	Tramitando
101/96		1.708/91	Define condições para o lançamento de esgotos e a disposição de resíduos sólidos, e dá outras providências.	Tramitando

³³ Em 6.5.97, passou a tramitar em conjunto com o PLS 239/95 e o PLS 188/96.

³⁴ Em 24.6.97, o PLS 188/96 foi desapensado do PLC 93/96 e do PLS 239/95. Na mesma data, passaram a tramitar em conjunto, o Projeto de Lei da Câmara nº 93/96 com os do Senado nºs 239/95 e 42/96.

³⁵ Em 22.1.97, passou a tramitar em conjunto com o PLS 199/95.

SF	Nº	CD	Ementa	Resultado
³⁶ 102/96		1.626/96	Amplia a legitimação para causas perante os juizados especiais cíveis e dá outras providências.	Tramitando
103/96		1.667/96	Altera o art. 58 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os Registros Públicos e dá outras providências.	Tramitando
104/96		1.685/96	Dispõe sobre a redução de despesas cartorárias com as escrituras públicas e os registros imobiliários para a aquisição de imóvel construído pelo sistema de mutirão nos programas habitacionais para famílias de baixa renda.	Tramitando
³⁷ 105/96		1.873/91	Dispõe sobre a prevenção, o tratamento, a fiscalização, o controle e a repressão do tráfico ilícito e do uso indevido de entorpecentes e drogas afins, e dá outras providências.	Tramitando
106/96		622/95	Altera dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que dispõe sobre as sociedades por ações e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, que dispõe sobre o mercado de valores mobiliários e cria a Comissão de Valores Mobiliários.	À sanção Lei nº 9.457, de 5.5.97
107/96		1.697/96	Altera a Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, que regulamenta o art. 236 da Constituição Federal, dispondo sobre serviços notariais e de registro.	Tramitando
1/97		1.131/95	Altera dispositivos da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio e dá outras providências.	À sanção Lei nº 9.476, de 23.7.97, com veto parcial
2/97		1.301/95	Dispõe sobre a obrigatoriedade de participação em curso de prevenção ao uso de drogas e álcool aos motoristas que, alcoolizados ou sob efeito de outra substância química, provoquem acidente de trânsito.	Tramitando

³⁶ Em 10.12.97, passou a tramitar em conjunto com o PLS 187/97.

³⁷ Em 11.9.97, passou a tramitar em conjunto com o PLS 154/97.

SF	Nº	CD	Ementa	Resultado
3/97 (do Presidente da República)		1.863/91	Dá nova redação ao inciso I do art. 10 da Lei nº 6.302, de 15 de dezembro de 1975, que dispõe sobre as promoções dos oficiais da ativa do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, e dá outras providências.	Retirado pelo autor (MSF nº 70/97 276/97 na origem)
4/97		4.476/94	Autoriza o Poder Executivo Federal a reverter em favor da Sociedade Japonesa de Santos, no Estado de São Paulo, o imóvel que menciona.	Tramitando

³⁸2) da presente sessão legislativa

SF	Nº	CD	Ementa	Resultado
5/97 (do Presidente da República)		2.576/96	Dá nova redação ao inciso I do art. 22 da Lei nº 8.829, de 22 de dezembro de 1993, que cria, no Serviço Exterior Brasileiro, as Carreiras de Oficial de Chancelaria e de Assistente de Chancelaria.	À sanção Lei nº 9.458, de 9.5.97
6/97 (do Presidente da República)		2.142/96	Dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências.	À sanção em 16.7.97 Lei nº 9.478, de 6.8.97, com veto parcial
7/97 (do Presidente da República)		4.586/90	Dispõe sobre o transporte Multimodal de Cargas e dá outras providências.	Tramitando
8/97		1.069/91	Dispõe sobre a implantação e a gestão do Parque Histórico Nacional dos Guararapes.	À sanção Lei nº 9.497, de 11.9.97, com veto parcial
9/97		172/95	Altera o parágrafo único do art. 6º da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências.	Tramitando
10/97		241/95	Revoga dispositivos do Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, referentes ao exercício do direito de queixa pela mulher.	À sanção Lei nº 9.520, de 27.11.97

³⁸ Os PLC de nºs 28 a 31/97, foram apresentados durante a 5ª Sessão Legislativa Extraordinária da 50ª Legislatura, realizada no período de 1º a 25.7.97.

SF	Nº	CD	Ementa	Resultado
11/97		265/95	Dispõe sobre a destinação do produto da alienação de terras devolutas da União.	Tramitando
12/97		982/95	Acrescenta dispositivo à Lei nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977, que dispõe sobre os estágios de estudantes, alterada pela Lei nº 8.859, de 23 de março de 1994.	Tramitando
13/97		1.607/96	Revoga o art. 27 do Decreto-lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 - Lei das Convenções Penais.	À sanção Lei nº 9.521, de 27.11.97
14/97 (do Presidente da República)		1.086/95	Altera dispositivos da Lei nº 2.180, de 5 de fevereiro de 1954, que dispõe sobre o Tribunal Marítimo.	À sanção Lei nº 9.578, de 19.12.97
15/97		1.078/95	Acrescenta parágrafo único ao art. 95 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências.	Tramitando
16/97 (do Presidente da República)		1.936/96	Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências.	À sanção em 15.7.97 Lei nº 9.474, de 22.7.97
17/97 (do Presidente da República)		1.435/96	Autoriza o Poder Executivo a doar estoques públicos de alimentos, nas condições que menciona.	À sanção Lei nº 9.461, de 13.6.97
18/97 (do Superior Tri- bunal de Justiça)		4.797/94	Dispõe sobre a reestruturação da Justiça Federal de Primeiro Grau da 1ª Região, e dá outras providências.	Tramitando
19/97 (do Presidente da República)		2.843/97	Autoriza o Presidente da República a proceder à restituição dos bens de que trata o Decreto nº 65.157, de 15 de setembro de 1969, e dá outras providências.	À sanção Lei nº 9.483, de 25.8.97
20/97		2.352/96	Dispõe sobre a eleição para Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores dos Municípios novos, criados até 31 de agosto de 1996.	À sanção Veto total

SF	Nº	CD	Ementa	Resultado
21/97		2.859/97	Dispõe sobre norma geral de organização que torna obrigatória a avaliação psicológica periódica dos integrantes das polícias e corpos de bombeiros militares e civis.	Tramitando
22/97 (do Presidente da República)		2.314/96	Dá nova redação a dispositivos dos Decreto-Leis nºs 1.001 e 1.002, ambos de 21 de outubro de 1969, e dá outras providências (crimes praticados por militares estaduais contra civis).	Tramitando
23/97		1.621/96	Acrescenta parágrafo ao art. 2º do Decreto-lei nº 2.236, de 23 de janeiro de 1985, que altera a tabela de emolumentos e taxas aprovada pelo art. 131 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980.	À sanção Lei nº 9.505, de 15.10.97
24/97		821/95	Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995.	À sanção em 10.7.97 Lei nº 9.472, de 16.7.97
25/97		2.757/97	Dá nova redação ao art. 33 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.	À sanção em 8.7.97 Lei nº 9.475, de 22.7.97
26/97 (do Presidente da República)		3.100/97	Dispõe sobre a concessão de subvenção econômica a produtores de borracha natural e dá outras providências.	À Câmara dos Deputados em 15.7.97 Lei nº 9.479, de 12.8.97
27/97 (do Presidente da República)		3.106/97	Dispõe sobre a transferência da Escola de Enfermagem de Manaus, unidade organizacional descentralizada da Fundação Nacional de Saúde, para a Fundação Universidade do Amazonas, e dá outras providências.	À sanção Lei nº 9.484, de 27.8.97, com veto parcial
28/97		77/95	Dispõe sobre as transferências no Sistema Financeiro da Habitação - SFH.	Tramitando

³⁹ Em 27.8.97, passou a tramitar em conjunto com o PLS 50/97.

SF	Nº	CD	Ementa	Resultado
29/97 (do Tribunal Superior Eleitoral)		1.402/95	Transforma cargo em comissão do Grupo - Direção e Assessoramento Superiores - DAS na Secretaria do Tribunal Superior Eleitoral.	Tramitando
30/97 (do Presidente do TSE)		1.403/95	Transforma cargo em comissão do Grupo - Direção e Assessoramento Superiores - DAS na Secretaria do Tribunal Superior Eleitoral.	Tramitando
31/97		2.226/96	Revoga o parágrafo único do art. 442 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Tramitando
32/97 (do Presidente da República)		2.684/96	Altera dispositivos do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal.	Tramitando
33/97 (do Ministério Público da União)		1.124/95	Dispõe sobre a criação da Escola Superior do Ministério Público da União e dá outras providências.	Tramitando
34/97		1.314/95	Altera o art. 83, da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.	Tramitando
35/97 (do Presidente da República)		80/97	Concede pensão especial a Gelson José Braz.	À sanção Lei nº 9.599, de 30.12.97
36/97 (do Presidente da República)		3.242/97	Dispõe sobre o Sistema de Financiamento Imobiliário, institui a alienação fiduciária de coisa imóvel e dá outras providências.	À sanção Lei nº 9.514, de 20.11.97
37/97		2.695/97	Estabelece normas para as eleições.	À Câmara dos Deputados
38/97		4.751/94	Cria o Parque Nacional de Saint-Hilaire/Lange e dá outras providências.	Tramitando
39/97		85/95	Dispõe sobre a prática desportiva da capoeira e dá outras providências.	Tramitando

⁴⁰ Em 18.9.97, passou a tramitar em conjunto com o PLS 156/97.

SF	Nº	CD	Ementa	Resultado
40/97		2.124/96	Dispõe sobre a obrigatoriedade de as concessionárias de serviço público estabelecerem ao consumidor e ao usuário datas opcionais para o vencimento de seus débitos.	Tramitando
41/97 (do Presidente da República)		2.683/96	Dispõe sobre a reestruturação dos Corpos e Quadros de Oficiais e de Praças da Marinha.	À sanção Lei nº 9.519, de 26.11.97
42/97 (do Presidente da República)		2.899/97	Regulamenta o parágrafo único do art. 49 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.	À sanção Lei nº 9.536, de 11.12.97
43/97		3.386/97	Dispõe sobre a apreensão de semoventes nas rodovias e respectivas faixas de domínio, e dá outras providências.	Tramitando
44/97 (do Presidente da República)		2.381/96	Dispõe sobre a inclusão no rito processual da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, das liquidações do Banco de Roraima S/A - BANRO-RAIMA e da Companhia Usinas Nacionais - CUN, e dá outras providências.	Tramitando
45/97 (do Presidente da República)		4.259/93	Dispõe sobre a segurança do tráfego aquaviário em águas sob jurisdição nacional e dá outras providências.	À sanção Lei nº 9.537, de 11.12.97
46/97 (do Presidente da República)		1.765/96	Dispõe sobre a prestação de contas de aplicação de recursos a que se refere a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e dá outras providências.	Tramitando
47/97		380/91	Dispõe sobre a criação do Fundo de Recuperação Econômica das Regiões Norte, Noroeste e Centro-Norte do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.	Tramitando
48/97 (do Presidente da República)		2.707/97	Dispõe sobre a admissão de professores, técnicos e cientistas estrangeiros pelas universidades e pelas instituições de pesquisa científica e tecnológica federais.	À sanção Lei nº 9.515, de 20.11.97

SF	Nº	CD	Ementa	Resultado
49/97		2.369/97	Altera a Lei nº 9.394, de 23 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), para incluir a temática Direitos Humanos no currículo de ensino fundamental e médio.	Tramitando
50/97		1.521/96	Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências.	Tramitando
51/97 (do Presidente da República)		2.353/96	Dá nova redação ao art. 30 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos, acrescenta inciso ao art. 1º da Lei nº 9.265, de 12 de fevereiro de 1996, que trata da gratuidade dos atos necessários ao exercício da cidadania, e altera o art. 45 da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, que dispõe sobre os serviços notariais e de registro.	À Câmara dos Deputados
52/97		676/95	Regulamenta o inciso VI do art. 206 da Constituição Federal, dispondo sobre a gestão democrática do ensino público.	Tramitando
53/97		730/95	Regulamenta o art. 213 da Constituição Federal, definindo escolas comunitárias, confessionais e filantrópicas para fins de recebimento de recursos públicos.	Tramitando
54/97		1.615/96	Dá nova redação ao item 9º do art. 54 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências.	Tramitando
55/97 (do Presidente da República)		2.685/96	Acrescenta incisos ao § 1º do art. 1º da Lei nº 8.691, de 28 de julho de 1993.	À sanção Lei nº 9.557, de 17.12.97
56/97		2.825/97	Dispõe sobre a emissão de valores mobiliários representativos de dívidas de sociedades controladas, direta ou indiretamente, pela União, pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, e dá outras providências.	Tramitando
57/97		474/95	Acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências.	Tramitando

SF	Nº	CD	Ementa	Resultado
58/97 (do Presidente da República)		1.530/96	Dispõe sobre a absorção, pela União, de obrigação do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER.	À sanção Lei nº 9.558, de 17.12.97
59/97 (Complementar)		199/97 (Complementar)	Dispõe sobre a emissão e resgate de títulos da dívida pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e dá outras providências.	Tramitando
60/97 (do Presidente da República)		1.286/95	Dispõe sobre a criação de cargos efetivos de Agente Penitenciário na Carreira Policial Civil do Distrito Federal, e dá outras providências.	Tramitando
61/97		3.792/93	Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.	Tramitando
62/97		4.340/93	Altera a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, acrescentando-lhe dispositivos referentes à defesa agropecuária.	Tramitando
63/97		4.681/94	Dispõe sobre as condições e funcionamento de serviços de saúde para as populações indígenas.	Tramitando
64/97 (do Presidente da República)		2.524/96	Dispõe sobre as férias dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, e dá outras providências.	À sanção Lei nº 9.525, de 3.12.97
65/97		4.123/93	Altera o art. 1º da Lei nº 7.474, de 8 de maio de 1986, que dispõe sobre medidas de segurança aos ex-Presidentes da República e dá outras providências.	Tramitando
66/97 (do Presidente da República)		2.688/96	Dispõe sobre os crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos nesta Lei; cria o Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF, e dá outras providências.	Tramitando
67/97 (do Presidente da República)		3.553/97	Dispõe sobre a Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira - CPMF.	À sanção Lei nº 9.539, de 12.12.97

SF	Nº	CD	Ementa	Resultado
68/97 (do Presidente da República)		3.814/97	Autoriza o Ministério dos Transportes, por intermédio da Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU, a repassar à Companhia de Trens Metropolitanos de Pernambuco - COPERTRENS recursos para pagamento de pessoal.	Tramitando
69/97 (do Presidente da República)		3.815/97	Autoriza o Ministério dos Transportes, por intermédio da Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU, a repassar à Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos - METROFOR recursos para pagamento de pessoal.	Tramitando
70/97		3.280/97	Altera os arts. 17 e 18 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, que institui o Código de Processo Civil.	Tramitando
71/97		1.207/91	Altera o § 4º do art. 4º da Lei nº 7.678, de 8 de novembro de 1988, dando maiores possibilidades de correção do mosto em fermentação.	Tramitando
72/97 (Complementar)		14/95 (Complementar)	Dispõe sobre a fixação dos coeficientes do Fundo de Participação dos Municípios.	À sanção Lei Complementar nº 91, de 22.12.97
73/97		3.500/97	Institui a Semana Nacional de Combate e Prevenção ao Câncer de Próstata.	Tramitando
74/97		3.549/97	Dispõe sobre a substituição gradual da frota oficial de veículos e dá outras providências.	Tramitando
75/97		1.889/97	Altera dispositivos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.	Tramitando
76/97		929/95	Altera os arts. 132, 203 e 207 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal.	Tramitando
77/97		469/95	Dispõe sobre o Programa Especial de Trabalho Educativo e dá outras providências.	Tramitando

SF	Nº	CD	Ementa	Resultado
----	----	----	--------	-----------

78/97		1.159/95	Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências.	Tramitando
-------	--	----------	---	------------

d) Projetos de Decreto Legislativo

Projetos aprovados e promulgados	74
Projetos aprovados e enviados à Câmara dos Deputados	10
Projeto prejudicado	1
Projetos em tramitação	157
Projeto recebido da Câmara para promulgação (promulgado)	1
TOTAL	243

1) De sessões legislativas anteriores

Nº	Autor	Ementa	Resultado
16/84-SF 58/84-CD	^a CRE - CD	Aprova o texto da Convenção nº 87 relativa a Liberdade Sindical e à Proteção de Direito Sindical, adotado em São Francisco, em 1948, por ocasião da 31ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, da Organização Internacional do Trabalho.	Tramitando
7/85-SF 77/84-CD	^a CRE - CD	Aprova o texto da Recomendação nº 131, referente a aposentadorias por invalidez e por velhice e pensões por morte, adotada na 51ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, realizada em Genebra, em junho de 1967.	Tramitando
23/85-SF 84/85-CD	^a CRE - CD	Aprova o texto da Recomendação nº 116, da Organização Internacional do Trabalho, sobre a Redução da Duração do Trabalho, adotada em Genebra, a 26 de junho de 1962, durante a XLVI Sessão da Conferência Internacional do Trabalho.	Arquivado em 6.9.95
12/88-SF 13/88-CD	^a CRE - CD	Aprova os textos das Recomendações adotadas pela Conferência Internacional do Trabalho, no período de 1962 a 1985.	Tramitando
6/89-SF	Sen. Ronan Tito e outros Senadores	Revoga o art. 6º do Decreto Legislativo nº 72, de 1988.	Prejudicado em 16.9.91 (art. 334, RISF)

^a Comissão de Relações Exteriores - Câmara dos Deputados.

^b Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática - Câmara dos Deputados.

^c Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - Senado Federal.

^d Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização - Congresso Nacional.

^e Comissão de Assuntos Econômicos - Senado Federal.

Nº	Autor	Ementa	Resultado
103/91-SF	Sen. Maurício Corrêa	Susta o Decreto nº 177, de 17 de julho de 1991, que "Aprova o Regulamento dos Serviços Limitados de Telecomunicações".	Tramitando
125/91-SF	Sen. Moisés Abrão	Disciplina a competência do Congresso Nacional, relativa ao controle e à fiscalização dos atos do Poder Executivo, inclusive os da administração indireta.	Arquivado em 13.3.95 (Art.332 e 333 do RISF)
76/92-SF	Sen. Fernando Henrique Cardoso	Susta a aplicação do <i>caput</i> do art. 13, da Lei Delegada nº 13, de 27 de agosto de 1992.	Tramitando
22/93-SF 197/92-SF	ª CRE - CD	Aprova o texto da Emenda nº 3 ao Convênio Constitutivo do Fundo Monetário Internacional.	Decreto Legislativo nº 31, de 4.7.97
34/93-SF 237/93-CD	ª CRE - CD	Aprova o texto da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre os povos indígenas e tribais em países independentes.	Tramitando
41/93-SF 242/93-CD	ª CCTCI - CD	Aprova o ato que renova a permissão da empresa MODELO FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Castanhal, Estado do Pará.	Tramitando
47/93-SF 60/91-CD	ª CCTCI - CD	Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO FM RIO ACÁRAU DE TAMBORIL LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora na cidade de Tamboril, Estado do Ceará.	Tramitando
65/93-SF 278/93-CD	ª CCTCI - CD	Aprova o ato que renova a permissão da RÁDIO GUAIRACÁ DE GUARAPUAVA LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Guarapuava, Estado do Paraná.	Tramitando
67/93-SF 306/93-CD	ª CCTCI - CD	Aprova o ato que outorga permissão à 98 TIMBURI FM LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Andirá, Estado do Paraná.	Tramitando
70/93-SF 322/93-CD	ª CCTCI - CD	Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO POÇO VERDE FM LTDA., para explorar pelo prazo de 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Ipubi, Estado de Pernambuco.	Decreto Legislativo nº 38, de 24.9.97

Nº	Autor	Ementa	Resultado
14/94-SF 383/93-CD	CPI Mista - Endiv- damento Agrícola	Susta a aplicação do disposto na Re- solução nº 590, de 7 de dezembro de 1979, do Conselho Monetário Nacio- nal, e todos os atos decorrentes ou correlatos.	Tramitando
22/94-SF 314/93-CD	bcCTCI - CD	Aprova o ato que outorga permissão à TELEVISÃO CIDADE VERDE LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Cuiabá, Estado do Mato Grosso.	Decreto Legislati- vo nº 44, de 1.10.97
25/94-SF 334/93-CD	bcCTCI - CD	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO PANATI LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Patos, Estado da Paraíba.	Tramitando
29/94-SF 288/93-CD	bcCTCI - CD	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO TOCANTINS LTDA. para explorar serviço de radio- difusão sonora em onda média na Ci- dade de Cametá, Estado do Pará.	Tramitando
30/94-SF 310/93-CD	bcCTCI - CD	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO CULTURAL DO ARAGUAIA LTDA. para explorar ser- viço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Jussara, Estado de Goiás.	Tramitando
32/94-SF 336/93-CD	bcCTCI - CD	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO GRAÚNA DE PA- LOTINA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Palotina, Es- tado do Paraná.	Tramitando
33/94-SF 350/93-CD	bcCTCI - CD	Aprova o ato que outorga concessão à RÁDIO E TELEVISÃO INTEGRAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radio- difusão sonora em onda média na Ci- dade de Cruzeiro do Sul, Estado do Acre.	Tramitando
47/94-SF 353/93-CD	bcCTCI - CD	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO VALE DO TA- QUARI LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda mé- dia na Cidade de Coxim, Estado de Mato Grosso do Sul.	Tramitando

¹ Tramita em conjunto com o PDL 50/92.

Nº	Autor	Ementa	Resultado
63/94-SF 375/93-CD	bCCTCI - CD	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO PANATI LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Patos, Estado da Paraíba.	Tramitando
66/94-SF 243/93-CD	bCCTCI - CD	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO ARAGUAIA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Brasília, Distrito Federal.	Tramitando
67/94-SF 376/93-CD	bCCTCI - CD	Aprova o ato que renova a outorga deferida à RÁDIO CENTENÁRIO DE ARARAS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Araras, Estado de São Paulo.	Tramitando
75/94-SF 194/93-CD	bCCTCI - CD	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO DIFUSORA PORTO REAL LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Rezende, Estado do Rio de Janeiro.	Tramitando
12/95-SF 368/93-CD	bCCTCI - CD	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO ESPERANÇA PRUDENTÓPOLIS LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Prudentópolis, Estado do Paraná.	Tramitando
13/95-SF 399/94-CD	bCCTCI - CD	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO SANT'ANA DE TIANGUÁ LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Tianguá, Estado do Ceará.	Tramitando
14/95-SF 400/94-CD	bCCTCI - CD	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO TELEVISÃO VANGUARDA LTDA., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na Cidade de Cornélio Procópio, Estado do Paraná.	Tramitando
26/95-SF 428/94-CD	bCCTCI - CD	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à TELEVISÃO LIBERAL LTDA., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na Cidade de Belém, Estado do Pará.	Tramitando

Nº	Autor	Ementa	Resultado
28/95-SF	Sen. Emandes Amorim	Susta o inciso II do art. 1º do Decreto nº 598, de 8 de julho de 1990.	Tramitando
45/95-SF	Sen. José Eduardo Dutra	Susta o Decreto nº 1.480, de 3 de maio de 1995, do Poder Executivo, que dispõe sobre os procedimentos a serem adotados em casos de paralisações dos serviços públicos federais.	Tramitando
51/95-SF 348/93-CD	bcCTCI - CD	Aprova o ato que outorga à RÁDIO E TELEVISÃO INTEGRAÇÃO LTDA., concessão para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda tropical na Cidade Cruzeiro do Sul, Estado do Acre.	Tramitando
54/95-SF 453/95-CD	bcCTCI - CD	Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO FM CANAVIAL LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Redenção, Estado do Ceará.	Tramitando
55/95-SF 21/95-CD	bcCTCI - CD	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO EMISSORA FANDANGO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Cachoeira do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.	Tramitando
65/95-SF 7/95-CD	bcCTCI - CD	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO E TELEVISÃO ATALÁIA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Óbidos, Estado do Pará.	Tramitando
66/95-SF 70/95-CD	CRE - CD	Aprova o texto do Acordo, por Troca de Notas, de 4 de novembro de 1994, que emenda o Acordo sobre Cooperação Administrativa Mútua para Prevenção, a Pesquisa e a Repressão às Infrações Aduaneiras, de 18 de março de 1993, entre o Brasil e a França.	Decreto Legislativo nº 140, de 29.11.95
77/95-SF 318/93-CD	bcCTCI - CD	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Treze de Junho S.A., atualmente denominada RÁDIO TREZE DE JUNHO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Mantena, Estado de Minas Gerais.	Tramitando

Nº	Autor	Ementa	Resultado
79/95-SF 111/95-CD	Comissão Especial - Câmara dos Deputados (Protocolo do Mercosul)	Aprova o texto do Protocolo relativo ao Código Aduaneiro do Mercosul, concluído em Ouro Preto, assinado pelo Brasil em 17 de dezembro de 1994.	Tramitando
88/95-SF 125/95-CD	a CRE - CD	Aprova o texto do Acordo para Res- tituição de Veículos Automotores Roubados ou Furtados, celebrado entre o Governo da República Fede- rativa do Brasil e o Governo da Re- pública do Paraguai, em Brasília, em 1º de setembro de 1994.	Decreto Legislativo nº 139, de 29.11.95
89/95-SF 42/95-CD	bCCTCI - CD	Aprova o ato que renova a conces- são outorgada à SUL PARANÁ RA- DIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de São Ma- teus do Sul, Estado do Paraná.	Tramitando
98/95-SF 35/95-CD	bCCTCI - CD	Aprova o ato que renova a permis- são outorgada à RÁDIO CIDADE DE CASCAVEL LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Cascavel, Estado do Paraná.	Tramitando
105/95-SF 23/95-CD	bCCTCI - CD	Aprova o ato que renova a permis- são outorgada à RÁDIO E TV COR- REIO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequên- cia modulada na Cidade de Campina Grande, Estado da Paraíba.	Tramitando
110/95-SF 276/93-CD	bCCTCI - CD	Aprova o ato que renova a conces- são outorgada à RÁDIO ELDORA- DO DE MINEIROS LTDA. para ex- plorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Minei- ros, Estado de Goiás.	Tramitando
111/95-SF 312/93-CD	bCCTCI - CD	Aprova o ato que renova a conces- são outorgada à RÁDIO DIFUSORA SÃO PATRÍCIO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Ceres, Estado de Goiás.	Tramitando
113/95-SF 14/95-CD	bCCTCI - CD	Aprova o ato que renova a conces- são outorgada à RÁDIO CULTURA DE FOZ DO IGUAÇU LTDA. para explorar serviço de radiodifusão so- nora em ondas curtas na Cidade de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná.	Tramitando

Nº	Autor	Ementa	Resultado
116/95-SF 41/95-CD	bCCTCI - CD	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO E TV CORREIO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba.	Tramitando
121/95-SF 38/95-CD	bCCTCI - CD	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à EMPRESA A GAZETA DO ESPÍRITO SANTO - RÁDIO E TV LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Serra, Estado do Espírito Santo.	Tramitando
124/95-SF 326/93-CD	bCCTCI - CD	Renova a permissão outorgada à RÁDIO RIVIERA LTDA., posteriormente transferida à RÁDIO TERRA FM DE GOIÂNIA LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Goiânia, Estado de Goiás.	Tramitando
137/95-SF 22/95-CD	bCCTCI - CD	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO ANGRA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Angra dos Reis, Estado do Rio de Janeiro.	Tramitando
141/95-SF 106/95-CD	bCCTCI - CD	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO ALTO URUGUAI LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Humaitá, Estado do Rio Grande do Sul.	Tramitando
170/95-SF 158/95-CD	bCCTCI - CD	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à FM CIDADE ILHÉUS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Ilhéus, Estado da Bahia.	Tramitando
179/95-SF 332/93-CD	bCCTCI - CD	Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO EDUCADORA DE CHAPADA DIAMANTINA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Seabra, Estado da Bahia.	Tramitando

Nº	Autor	Ementa	Resultado
184/95-SF 104/95-CD	bCCTCI - CD	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO ALTO PIRANHAS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Cajazeiras, Estado da Paraíba.	Tramitando
186/95-SF 102/95-CD	bCCTCI - CD	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO GOIATUBA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Goiatuba, Estado de Goiás.	Tramitando
1/96-SF	Sen. Ernandes Amorim	Susta os efeitos do Decreto nº 1.639, de 18 de setembro de 1995, e da Resolução nº 22, de 19 de setembro de 1995, do BNDES, cujos dispositivos determinam a desestatização mediante a dissolução da Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro - Lloydbrás.	Tramitando
2/96-SF	Sen. Jonas Pinheiro	Susta a aplicação do disposto no art. 21 da Portaria nº 48, de 10 de julho de 1995, do Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA.	Tramitando
3/96-SF 37/95-CD	bCCTCI - CD	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO SETE COLINAS DE UBERABA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Uberaba, Estado de Minas Gerais.	Tramitando
5/96-SF 138/95-CD	bCCTCI - CD	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO BELA VISTA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Bela Vista, Estado de Mato Grosso do Sul.	Tramitando
8/96-SF 161/95-CD	bCCTCI - CD	Aprova o ato que outorga permissão à ECC - EMPRESA COROMANDELENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Coromandel, Estado de Minas Gerais.	Tramitando

Nº	Autor	Ementa	Resultado
12/96-SF	Sen. Eduardo Suplicy	Dispõe sobre a realização de consulta, na forma de plebiscito, acerca da implantação de um programa de renda mínima a todos os brasileiros.	Tramitando
15/96-SF 163/95-CD	bCCTCI - CD	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO DIFUSORA TAUBATÉ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Pindamonhangaba, Estado de São Paulo.	Decreto Legislativo nº 42, de 1.10.97
19/96-SF 189/95-CD	bCCTCI - CD	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO VALE DO SALGADO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Lavras da Magabeira, Estado do Ceará.	Decreto Legislativo nº 43, de 1.10.97
22/96-CD 191/95-CD	bCCTCI - CD	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO ARAPONGAS S.A. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Arapongas, Estado do Paraná.	Tramitando
29/96-SF 147/95-CD	bCCTCI - CD	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à EMPRESA SÃO BORJENSE DE COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de São Borja, Estado do Rio Grande do Sul.	Tramitando
32/96-SF	Sen. Totó Cavalcante	Susta a parte final do inciso VI e o inciso VII do art. 6º da Resolução nº 2.238, de 31 de janeiro de 1996, do Banco Central do Brasil (alongamento de dívidas originárias do crédito rural).	Tramitando
44/96-SF 168/95-CD	bCCTCI - CD	Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO ALTEROSA DE CALÇADO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de São José do Calçado, Estado do Espírito Santo.	Decreto Legislativo nº 45, de 1.10.97
46/96-SF 196/95-CD	bCCTCI - CD	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO ATLÂNTICA DE FREQUÊNCIA MODULADA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Cornélio Procopio, Estado do Paraná.	Tramitando

Nº	Autor	Ementa	Resultado
48/96-SF 212/95-CD	bCCTCI - CD	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à FM STÚDIO 96 LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná.	Tramitando
49/96-SF 213/95-CD	bCCTCI - CD	Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO MOSTARDAS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média de âmbito local na Cidade de Mostardas, Estado do Rio Grande do Sul.	Decreto Legislativo nº 46, de 1.10.97
50/96-SF 215/95	bCCTCI - CD	Aprova o ato que renova a outorga deferida à RÁDIO ENCRUZILHADENSE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Encruzilhada do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.	Tramitando
53/96-SF 225/95-CD	bCCTCI - CD	Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO TUCANO FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Tucano, Estado da Bahia.	Tramitando
57/96-SF 214/95-CD	bCCTCI - CD	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO CLUBE DE PERNAMBUCO S/A para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Recife, Estado de Pernambuco.	Tramitando
58/96-SF 114/89-CD	bCCTCI - CD	Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO CIDADE DE SUMÉ LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Cuité, Estado da Paraíba.	Tramitando
59/96-SF 140/89-CD	bCCTCI - CD	Aprova o ato que renova concessão outorgada à REDE SUL MATOGROSSENSE DE EMISSORAS LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Caarapó, Estado do Mato Grosso do Sul.	Tramitando
71/96-SF	Sen. José Eduardo Dutra e outros Senadores	Susta a eficácia da Resolução nº 2.303, BACEN, de 25 de julho de 1996, que disciplina a cobrança de tarifas pela prestação de serviços por parte das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.	Tramitando

Nº	Autor	Ementa	Resultado
72/96-SF 269/96-CD	CRE - CD	Aprova o texto do Acordo de Seguridade Social, celebrado entre a República Federativa do Brasil e a República Italiana, em Brasília, em 26 de junho de 1995.	Decreto Legislativo nº 32, de 4.7.97
85/96-SF 268/96-CD	Câmara dos Deputados	Aprova as modificações introduzidas no Convênio Constitutivo e outros regulamentos básicos do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID.	Decreto Legislativo nº 21, de 7.5.97
89/96-SF 217/95-CD	bCCTCI - CD	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO ITAPOÁ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itajaí, Estado de Santa Catarina.	Decreto Legislativo nº 47, de 1.10.97
91/96-SF 173/95-CD	bCCTCI - CD	Aprova o ato que autoriza o Governo do Estado da Bahia a executar, por intermédio do INSTITUTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA DA BAHIA - IRDEB, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Salvador, Estado da Bahia.	Decreto Legislativo nº 11, de 26.2.97
94/96-SF 255/96-CD	bCCTCI - CD	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO GAÚCHA S.A. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.	Decreto Legislativo nº 12, de 26.2.97
96/96-SF 253/96-CD	bCCTCI - CD	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO COMUNICADORA GRANDE RIO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Itaguaí, Estado do Rio de Janeiro.	Tramitando
99/96-SF 273/96-CD	bCCTCI - CD	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO FRANCA DO IMPERADOR LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média local na Cidade de Franca, Estado de São Paulo.	Decreto Legislativo nº 39, de 30.9.97
100/96-SF 272/96-CD	bCCTCI - CD	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO JORNAL DE INDAIATUBA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Indaiatuba, Estado de São Paulo.	Decreto Legislativo nº 13, de 26.2.97

Nº	Autor	Ementa	Resultado
101/96-SF 271/96-CD	bCCTCI - CD	Aprova o ato que renova a concessão da Rádio e Televisão Vila Rica Ltda., atualmente denominada RÁDIO E TELEVISÃO BANDEIRANTES DE MINAS GERAIS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.	Decreto Legislativo nº 40, de 30.9.97
102/96-SF 257/96-CD	bCCTCI - CD	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO SENTINELA DE OURINHOS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Ourinhos, Estado de São Paulo.	Decreto Legislativo nº 14, de 26.2.97
104/96-SF 172/95-CD	bCCTCI - CD	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO MF LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Feira de Santana, Estado da Bahia.	Tramitando
105/96-SF 44/95-CD	bCCTCI - CD	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO PATUMATÉ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Cajazeiras, Estado da Paraíba.	Tramitando
106/96-SF 401/94-CD	bCCTCI - CD	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO PIONEIRA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Salto, Estado de São Paulo.	Decreto Legislativo nº 41, de 30.9.97
2107/96-SF	Sen. Pedro Simon	Susta os efeitos decorrentes do Protocolo Prévio de Cisão, com incorporação de ativos e passivos, vinculados ao sistema termonuclear, que fazem Fumas Centrais Elétricas e Nuclen Engenharia e Serviços S.A.	Tramitando

² Em 7.7.97, com o recebimento das informações solicitadas através do RQS 254/97, do Sen. Pedro Simon, o projeto voltou à sua tramitação normal.

Nº	Autor	Ementa	Resultado
110/96-SF 320/96-CD	^a CRE - CD	Aprova o texto do Acordo-quadro sobre a Cooperação nos Usos Pacíficos do Espaço Exterior, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América, em Brasília, em 1º de março de 1996.	Decreto Legislativo nº 18, de 16.4.97
114/96-SF	^c CCJ - SF	Declara a nulidade da compra, pela Companhia Vale do Rio Doce, das ações dos acionistas controladores da Urucum Mineração S.A., e dá outras providências.	Tramitando
115/96-SF 274/96-CD	^b CCTCI - CD	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à SOCIEDADE RÁDIO CLUBE DE RONDONÓPOLIS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Rondonópolis, Estado do Mato Grosso.	Tramitando
116/96-SF 275/96-CD	^b CCTCI - CD	Aprova o ato que outorga permissão à CARÍCIA RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Correntina, Estado da Bahia.	Decreto Legislativo nº 49, de 15.10.97
117/96-SF 276/96-CD	^b CCTCI - CD	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO LIBERDADE DE CARUARU LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Caruaru, Estado de Pernambuco.	Decreto Legislativo nº 50, de 15.10.97
118/96-SF 277/96-CD	^b CCTCI - CD	Aprova o ato que renova concessão deferida à TV ELDORADO CATARINENSE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na Cidade de Criciúma, Estado de Santa Catarina.	Decreto Legislativo nº 51, de 22.10.97
119/96-SF 278/96-CD	^b CCTCI - CD	Aprova o ato que renova a concessão deferida à RÁDIO DIFUSORA DE MIRASSOL D'OESTE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Mirassol D'Oeste, Estado do Mato Grosso.	Decreto Legislativo nº 52, de 22.10.97

Nº	Autor	Ementa	Resultado
120/96-SF 279/96-CD	^b CCTCI - CD	Aprova o ato que renova a concessão deferida à RÁDIO SÃO CARLOS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de São Carlos, Estado de Santa Catarina.	Decreto Legislativo nº 53, de 22.10.97
121/96-SF 280/96-CD	^b CCTCI - CD	Aprova o ato que renova a permissão do SISTEMA CANCELLA DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Ituiutaba, Estado de Minas Gerais.	Tramitando
³ 122/96-SF	^d CMPOPF - CN	Aprova a Prestação de Contas do Presidente da República, referente ao período de 29 de setembro a 31 de dezembro de 1992.	À Câmara dos Deputados

⁴2) da presente sessão legislativa

Nº	Autor	Ementa	Resultado
1/97-SF	Comissão Especial criada pelo RQS 585/96 - SF	Susta os efeitos da aprovação do Presidente da República à Nota Cunjur-Minfra nº 0024-92, através da Exposição de Motivos nº 0019/92, do Ministro de Estado da Infra-Estrutura, publicada em 24 de março de 1992.	Tramitando
2/97-SF 281/96-SF	^b CCTCI - CD	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO FIFOM DE ITABIRA LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Itabira, Estado de Minas Gerais.	Tramitando
3/97-SF 300/96-CD	^b CCTCI - CD	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à REDE GAÚCHA ZERO HORA DE COMUNICAÇÕES LTDA., hoje pertencente à RBS TV de Florianópolis S.A., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina.	Decreto Legislativo nº 54, de 22.10.97

³ O Parecer de nº 106-CN, oferecendo o projeto, foi publicado em 30.12.96. Sua tramitação, no Senado Federal, se deu com sua leitura em 17.1.97, e início a partir de 17.2.97.

⁴ Os PDL de nºs 57 a 60/97 foram apresentados durante a 5ª Sessão Legislativa Extraordinária da 50ª Legislatura, realizada no período de 1º a 25.7.97.

Nº	Autor	Ementa	Resultado
4/97-SF 301/96-CD	^b CCTCI - CD	Aprova o ato que renova a concessão deferida à TELEVISÃO CHAPECÓ S.A. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Chapecó, Estado de Santa Catarina.	Decreto Legislativo nº 69, de 17.11.97
5/97-SF 302/96-CD	^b CCTCI - CD	Aprova o ato que renova a concessão deferida ao SISTEMA CLUBE DE COMUNICAÇÃO LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo.	Decreto Legislativo nº 70, de 17.11.97
6/97-SF 303/96-CD	^b CCTCI - CD	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO DIFUSORA TAUBATÉ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda tropical na cidade de Taubaté, Estado de São Paulo.	Decreto Legislativo nº 71, de 17.11.97
7/97-SF 304/96-CD	^b CCTCI - CD	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO RIBEIRÃO PRETO, Estado de São Paulo.	Decreto Legislativo nº 72, de 17.11.97
8/97-SF 310/96-CD	^b CCTCI - CD	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO E JORNAIS DO CEARÁ S/A para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará.	Decreto Legislativo nº 73, de 21.11.97
9/97-SF 311/96-CD	^b CCTCI - CD	Aprova o ato que renova a permissão da Fundação Cultural de Queda do Iguaçu (RÁDIO MUNICIPAL DE QUEDAS DO IGUAÇU) para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Quedas do Iguaçu, Estado do Paraná.	Decreto Legislativo nº 74, de 21.11.97
10/97-SF	Sen. Eduardo Suplicy	Dispõe sobre a realização de consulta, na forma de plebiscito, acerca da permissão para que ocupantes de cargo eletivo do Poder Executivo Federal, Estadual ou Municipal possam concorrer a reeleição.	Tramitando
11/97-SF 317/96	^a CRE - CD	Aprova o texto do Acordo de Cooperação Consular entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, para Proteção e Assistência Consular aos seus Nacionais em Terceiros Países, celebrado em Lisboa, em 20 de julho de 1995.	Decreto Legislativo nº 22, de 7.5.97

Nº	Autor	Ementa	Resultado
12/97-SF 297/96-CD	ª CRE - CD	Aprova o texto do Acordo-quadro sobre Cooperação em Aplicações Pacíficas de Ciência e Tecnologia Espaciais, celebrado entre a República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina, em Buenos Aires, em 9 de abril de 1994.	Decreto Legislativo nº 17, de 16.4.97
13/97-SF 296/96-CD	ª CRE - CD	Aprova o texto do Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica, em Matéria de Sanidade Agropecuária, celebrado entre a República Federativa do Brasil e o Governo da República do Chile, em Brasília, em 25 de março de 1996.	Decreto Legislativo nº 29, de 12.6.97
14/97-SF 316/96	ª CRE - CD	Aprova o texto do Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica, para cooperação na Área de Transportes, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Cuba, em Havana, em 30 de janeiro de 1996.	Decreto Legislativo nº 23, de 7.5.97
15/97-SF 314/96-CD	ª CRE - CD	Aprova o texto do Acordo para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Finlândia, em Brasília, em 2 de abril de 1996.	Decreto Legislativo nº 35, de 19.8.97
16/97-SF 319/96-CD	ª CRE - CD	Aprova o texto do Acordo Comercial, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Malásia, em Kuala Lumpur, em 26 de abril de 1996.	Decreto Legislativo nº 34, de 17.7.97
17/97-SF 321/96-CD	ª CRE - CD	Aprova o texto do Acordo sobre Segurança Técnica Relacionada ao Desenvolvimento Conjunto dos Satélites de Recursos Terrestres, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China, em Beijing, em 13 de dezembro de 1995.	Decreto Legislativo nº 16, de 16.4.97

Nº	Autor	Ementa	Resultado
18/97-SF 328/96-CD	CRE - CD	Aprova o texto do Acordo sobre Cooperação Científica e Tecnológica, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Malásia, em Kuala Lumpur, em 29 de janeiro de 1996.	Decreto Legislativo nº 33, de 4.7.97
19/97-SF 318/96-CD	CRE - CD	Aprova o texto do Acordo, por troca de Notas, que incorpora os parágrafos 4, 5 e 6 ao artigo V do Acordo para a Construção da Ponte São Tomé e São Borja, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Argentina, em Buenos Aires, em 17 de novembro de 1995.	Decreto Legislativo nº 30, de 18.6.97
20/97-SF 335/96-CD	CRE - CD	Aprova o texto do Acordo sobre Quarentena Vegetal, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China, em Beijing, em 13 de dezembro de 1995.	Decreto Legislativo nº 24, de 7.5.97
21/97-SF 336/96-CD	CRE - CD	Aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Nova Zelândia, em Brasília, em 18 de junho de 1996.	Decreto Legislativo nº 27, de 12.6.97
22/97-SF 312/96-CD	CRE - CD	Aprova o texto do Acordo, por Troca de Notas, que regulamenta a cessão de uma Companhia de Infantaria do Exército à Operação de Paz na ONU em Moçambique (ONUMOZ), celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização das Nações Unidas.	Decreto Legislativo nº 25, de 7.5.97
23/97-SF 329/96-CD	CRE - CD	Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, relativo ao Emprego Assalariado dos Familiares dos Agentes das Missões Oficiais de cada Estado no outro, celebrado em Paris, em 28 de maio de 1996.	Decreto Legislativo nº 27, de 7.5.97
24/97-SF 378/97-CD	CRE - CD	Aprova o texto do Acordo de Complementação Econômica entre o Mercosul e a Bolívia, celebrado durante a última reunião do Conselho do Mercosul, realizada em Fortaleza, nos dias 16 e 17 de dezembro de 1996.	Decreto Legislativo nº 19, de 29.4.97

Nº	Autor	Ementa	Resultado
25/97-SF 347/96-CD	CRE - CD	Aprova o texto da Convenção Internacional de Combate à Desertificação nos Países Afetados por Desertificação e/ou Seca, assinada pelo Governo Brasileiro, em Paris, em 15 de outubro de 1994.	Decreto Legislativo nº 28, de 12.6.97
26/97-SF	Sen. José Eduardo Dutra	Susta o inciso IV do art. 2º do Decreto nº 2.170, de 4 de março de 1997, do Poder Executivo, que dispõe sobre a Carteira de Identidade, regula sua expedição e dá outras providências.	Tramitando
27/97-SF 369/96-CD	CRE - CD	Aprova o texto do Acordo, por troca de Notas, relativo a um empréstimo japonês concedido aos Estados de Santa Catarina, Paraná, Bahia e Ceará para Projetos Ambientais, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Japão, em Brasília, em 26 de agosto de 1996.	Decreto Legislativo nº 20, de 7.5.97
28/97-SF 379/96-CD	CRE - CD	Aprova o texto do Convênio Constitutivo do Banco de Compensações Internacionais - BIS, referente à adesão do Banco Central do Brasil, em nome do governo brasileiro, como membro associado àquela instituição internacional.	Decreto Legislativo nº 15, de 19.3.97
29/97-SF 326/96-CD	BCCTCI - CD	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO LONDRINA S.A., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Londrina, Estado do Paraná.	Decreto Legislativo nº 75, de 21.11.97
30/97-SF 327/96-CD	BCCTCI - CD	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO AZUL CELESTE LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Americana, Estado de São Paulo.	Decreto Legislativo nº 76, de 21.11.97
31/97-SF	CAE - SF	Aprova a Programação Monetária relativa ao segundo trimestre de 1996, com estimativas das faixas de variação dos principais agregados monetários, análise da evolução da economia nacional prevista para o trimestre e as justificativas pertinentes.	À Câmara dos Deputados

Nº	Autor	Ementa	Resultado
32/97-SF	ªCAE - SF	Aprova a programação monetária relativa ao terceiro trimestre de 1996, com estimativas das faixas de variação dos principais agregados monetários, análise da evolução da economia nacional prevista para o trimestre e justificativas pertinentes.	À Câmara dos Deputados
33/97-SF	ªCAE - SF	Aprova a programação monetária relativa ao quarto trimestre de 1996.	À Câmara dos Deputados
34/97-SF	ªCAE - SF	Aprova a programação monetária relativa ao primeiro trimestre de 1997.	À Câmara dos Deputados
35/97-SF	ªCAE - SF	Aprova a programação monetária relativa ao segundo trimestre de 1997.	À Câmara dos Deputados
36/97-SF 331/96-CD	ªCCTCI - CD	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO CULTURA DE RIBEIRÃO PRETO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo.	Decreto Legislativo nº 78, de 4.12.97
37/97-SF 332/96-CD	ªCCTCI - CD	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à FM CIDADE DE RIBEIRÃO PRETO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo.	Decreto Legislativo nº 79, de 4.12.97
38/97-SF 333/96-CD	ªCCTCI - CD	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à LINS RÁDIO CLUBE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Lins, Estado de São Paulo.	Tramitando
39/97-SF 338/96-CD	ªCCTCI - CD	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à REDE CENTRAL DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo.	Tramitando
40/97-SF 339/96-CD	ªCCTCI - CD	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO CHARRUA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Uruguaiana, Estado do Rio Grande do Sul.	Tramitando

Nº	Autor	Ementa	Resultado
41/97-SF 340/96-CD	bCCTCI - CD	Aprova o ato que renova a outorga deferida à FUNDAÇÃO COTRISEL para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de São Sepé, Estado do Rio Grande do Sul.	Decreto Legislativo nº 80, de 4.12.97
42/97-SF 341/96-CD	bCCTCI - CD	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO AURI VERDE DE LONDRINA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Londrina, Estado do Paraná.	Tramitando
43/97-SF 342/96-CD	bCCTCI - CD	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à FUNDAÇÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA E EDUCAÇÃO - FUBUAE para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Cariacica, Estado do Espírito Santo.	Decreto Legislativo nº 81, de 4.12.97
44/97-SF 343/96-CD	bCCTCI - CD	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO ITAÍ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Gualba, Estado do Rio Grande do Sul.	Tramitando
45/97-SF 344/96-CD	bCCTCI - CD	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO LIBERDADE DE SERGIPE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Aracaju, Estado de Sergipe.	Decreto Legislativo nº 82, de 4.12.97
46/97-SF 350/96-CD	bCCTCI - CD	Aprova o ato que renova a permissão da RÁDIO TRANSOESTE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Joaçaba, Estado de Santa Catarina.	Tramitando
47/97-SF 351/96-CD	bCCTCI - CD	Aprova o ato que renova a outorga deferida à SOCIEDADE RÁDIO CONTINENTAL LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina.	Tramitando
48/97-SF 353/96-CD	bCCTCI - CD	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO SOCIEDADE OESTE CATARINENSE LTDA. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Chapecó, Estado de Santa Catarina.	Tramitando

Nº	Autor	Ementa	Resultado
49/97-SF 354/96-CD	bcCTCI - CD	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO VENEZA LTDA. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Recife, Estado de Pernambuco.	Tramitando
50/97-SF 355/96-CD	bcCTCI - CD	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO DIFUSORA DE AQUIDAUANA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Aquidauana, Estado do Mato Grosso do Sul.	Tramitando
51/97-SF 356/96-CD	bcCTCI - CD	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO MARABÁ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Iraí, Estado do Rio Grande do Sul.	Tramitando
52/97-SF 357/96-CD	bcCTCI - CD	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO DIFUSORA DE AQUIDAUANA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda tropical na Cidade de Aquidauana, Estado do Mato Grosso do Sul.	Tramitando
53/97-SF 358/96-CD	bcCTCI - CD	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO FM CORREIO DE JOÃO PESSOA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de João Pessoa, Estado de Paraíba.	Tramitando
54/97-SF 359/96-CD	bcCTCI - CD	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO AURIVERDE DE PITANGA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Pitanga, Estado do Paraná.	Tramitando
55/97-SF 362/96-CD	bcCTCI - CD	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO A VOZ DO SERIDÓ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Caicó, Estado do Rio Grande do Norte.	Tramitando
56/97-SF 352/96-CD	bcCTCI - CD	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO INDUSTRIAL DE VÁRZEA GRANDE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso.	Tramitando

Nº	Autor	Ementa	Resultado
57/97-SF 388/97-CD	CRE - CD	Aprova o texto do Acordo de Cooperação no Domínio do Turismo, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Coréia, em Brasília, em 11 de setembro de 1996.	Decreto Legislativo nº 56, de 28.10.97
58/97-SF 414/97-CD	CRE - CD	Aprova o texto do Acordo sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai, em Brasília, em 23 de outubro de 1996.	Decreto Legislativo nº 36, de 19.8.97
59/97-SF 386/97-CD	CRE - CD	Aprova o texto do Acordo por Troca de Notas relativo ao ingresso do Brasil, na qualidade de membro pleno, no Comitê do Aço da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico - OCDE, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e aquela organização, em Paris, em 17 de junho de 1996.	Tramitando
60/97-SF 415/97-CD	CRE - CD	Aprova o texto do Acordo sobre Cooperação e Assistência Mútua na Área do Combate à Produção e ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas e Assuntos Correlatos, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da África do Sul, em Pretória, em 26 de novembro de 1996.	Decreto Legislativo nº 37, de 19.8.97
61/97-SF	CAE - SF	Aprova a programação monetária relativa ao terceiro trimestre de 1997.	À Câmara dos Deputados
62/97 - SF 368/96 - CD	CRE - CD	Aprova o texto do Acordo relativo à Readmissão de Pessoas em Situação Irregular, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, em Paris, em 28 de maio de 1996.	Tramitando

Nº	Autor	Ementa	Resultado
63/97 - SF 370/96 - CD	CRE - CD	Aprova o texto do Acordo, por troca de notas Verbais, que prorroga, por um período adicional de dois anos, os artigos 10 (parágrafos 2 e 5), 11 (parágrafo 2b), 12 (parágrafo 2b) e 23 (parágrafo 3) da Convenção para Evitar a Dupla Tributação em Matéria de Impostos sobre a Renda, de 25 de abril de 1975, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Suécia, em Brasília, em 19 de março de 1996.	Decreto Legislativo nº 57, de 28.10.97
64/97 - SF 413/97 - CD	CRE - CD	Aprova o texto do Tratado sobre Transferência de Presos, firmado em Brasília, em 7 de novembro de 1996, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Espanha.	Decreto Legislativo nº 58, de 28.10.97
65/97 - SF 416/97 - CD	CRE - CD	Aprova o texto do Acordo sobre Cooperação no Campo da Cultura, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da África do Sul, em Pretória, em 26 de novembro de 1996.	Decreto Legislativo nº 59, de 28.10.97
66/97 - SF 442/97 - CD	CRE - CD	Aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural e Educacional, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Libanesa, em Beirute, em 4 de fevereiro de 1997.	Decreto Legislativo nº 60, de 28.10.97
67/97 - SF 451/97 - CD	CRE - CD	Aprova o texto do Acordo Relativo à Isenção Parcial de Exigência de Vistos, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Malásia, em Kuala Lumpur, em 26 de abril de 1996.	Decreto Legislativo nº 61, de 28.10.97
68/97 - SF 391/97 - CD	CCTCI - CD	Aprova o ato que renova a concessão deferida à RÁDIO DOURADOS DO SUL LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Dourados, Estado do Mato Grosso do Sul.	Tramitando
69/97 - SF 392/97 - CD	CCTCI - CD	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO GUARANY DE SANTARÉM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Santarém, Estado do Pará.	Tramitando

Nº	Autor	Ementa	Resultado
70/97 - SF 393/97 - CD	bCCTCI - CD	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO TV TROPICAL LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Manaus, Estado do Amazonas.	Tramitando
71/97 - SF 394/97 - CD	bCCTCI - CD	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO MARUMBY LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda curta na Cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina.	Tramitando
72/97 - SF 441/97 - CD	CRE - CD	Aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Italiana, em Roma, em 12 de fevereiro de 1997.	Decreto Legislativo nº 62, de 4.11.97
73/97 - SF 452/97 - CD	CRE - CD	Aprova o texto do Acordo sobre a Concessão de Vistos para Viagens de Negócios, Investimentos e de Cobertura Jornalística, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Coreia, em Brasília, em 11 de setembro de 1996.	Decreto Legislativo nº 63, de 4.11.97
74/97 - SF 397/97 - CD	CRE - CD	Aprova o texto da Convenção Relativa à Proteção das Crianças e à Cooperação em Matéria de Adoção Internacional, concluída em Haia, em 29 de maio de 1993.	Tramitando
75/97 - SF 398/97 - CD	CRE - CD	Aprova o texto do Acordo Constitutivo da Associação dos Países Produtores de Estanho, celebrado em 29 de março de 1983, em Londres.	Decreto Legislativo nº 64, de 4.11.97
76/97 - SF 412/97 - CD	CRE - CD	Aprova o texto da Convenção sobre a Marcação de Explosivos Plásticos para fins de Detecção, assinada em Montreal, em 1º de março de 1991.	Decreto Legislativo nº 65, de 4.11.97
77/97 - SF 406/97 - CD	bCCTCI - CD	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO OURO BRANCO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Currais Novos, Estado do Rio Grande do Norte.	Tramitando

Nº	Autor	Ementa	Resultado
78/97 - SF 155/97 - CD	bCCTCI - CD	Aprova o ato que renova a concessão deferida à TV STUDIOS SILVIO SANTOS LTDA., atualmente denominada TVSBT - canal 11 do Rio de Janeiro Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.	Tramitando
79/97 - SF 400/97 - CD	bCCTCI - CD	Aprova o ato que renova a concessão deferida à RÁDIO MONUMENTAL DE APARECIDA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Aparecida, Estado de São Paulo.	Tramitando
80/97 - SF 401/97 - CD	bCCTCI - CD	Aprova o ato que renova a concessão da FUNDAÇÃO SÃO VICENTE DE PAULO para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Araucária, Estado do Paraná.	Tramitando
81/97 - SF 403/97 - CD	bCCTCI - CD	Aprova o ato que renova a concessão deferida à SOCIEDADE RÁDIO E TELEVISÃO ALTEROSA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.	Tramitando
82/97 - SF 404/97 - CD	bCCTCI - CD	Aprova o ato que renova a concessão deferida à RÁDIO E TELEVISÃO BANDEIRANTES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.	Tramitando
83/97 - SF 405/97 - CD	bCCTCI - CD	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO DIFUSORA DE LONDRINA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda tropical na Cidade de Londrina, Estado do Paraná.	Tramitando
84/97 - SF 175/95 - CD	bCCTCI - CD	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO RIBEIRÃO PRETO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda tropical na Cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo.	Tramitando

Nº	Autor	Ementa	Resultado
85/97 - SF 445/97 - CD	CRE - CD	Autoriza a permanência temporária de força militar do Uruguai no território nacional para a realização de exercícios conjuntos de força de paz entre os Exércitos brasileiro e argentino, a realizarem-se no corrente ano no Estado do Rio Grande do Sul.	Decreto Legislativo nº 48, de 2.10.97
86/97 - SF 443/97 - CD	CRE - CD	Aprova o texto do Acordo Básico de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica, celebrado entre a República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia, em Fortaleza, em 17 de dezembro de 1996.	Tramitando
87/97 - SF 387/97 - CD	CRE - CD	Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino dos Países Baixos relativo ao exercício de atividades remuneradas por parte de dependentes do pessoal diplomático, consular, administrativo e técnico, celebrado em Brasília, em 31 de julho de 1996.	Decreto Legislativo nº 66, de 4.11.97
88/97 - SF 438/97 - CD	CRE - CD	Aprova o texto do Acordo de Cooperação para o Combate ao Narcotráfico e à Farmacodependência, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos, na Cidade do México, em 18 de novembro de 1996.	Decreto Legislativo nº 67, de 4.11.97
89/97 - SF 482/97 - CD	CRE - CD	Aprova o texto do Acordo Internacional de Madeiras Tropicais, concluído em Genebra, em 26 de janeiro de 1994.	Decreto Legislativo nº 68, de 4.11.97
90/97 - SF 439/97 - CD	CRE - CD	Aprova o texto do Acordo Constitutivo do Fundo para o Desenvolvimento dos Povos Indígenas da América Latina e do Caribe, assinado pelo Governo brasileiro em Madri, em 24 de julho de 1992.	Decreto Legislativo nº 83, de 12.12.97
91/97 - SF 444/97 - CD	CRE - CD	Aprova o texto do Acordo para o Estabelecimento do Centro Regional de Educação em Ciência e Tecnologia Espaciais para a América Latina e o Caribe, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos, concluído em Brasília, em 11 de março de 1997.	Decreto Legislativo nº 84, de 12.12.97

Nº	Autor	Ementa	Resultado
92/97 - SF 476/97 - CD	^a CRE - CD	Aprova o texto do Acordo para Cooperação científica e Tecnológica, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Polônia, em Varsóvia, em 5 de setembro de 1996.	Decreto Legislativo nº 85, de 12.12.97
93/97 - SF 478/97 - CD	^a CRE - CD	Aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural e Educacional, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Árabe Síria, em Brasília, em 25 de fevereiro de 1997.	Tramitando
94/97 - SF	Sen. Sérgio Machado e outros Senadores	Escolhe o Senhor Antônio Valmir Campelo Bezerra para o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União, nos termos do art. 73, § 2º, inciso II, da Constituição Federal.	À Câmara dos Deputados
95/97 - SF 407/97 - CD	^b CCTCI - CD	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO CAPIXABA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo.	Tramitando
96/97 - SF 408/97 - CD	^b CCTCI - CD	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO TROPICAL DE ITAPECERICA DA SERRA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Itapeçerica da Serra, Estado de São Paulo.	Tramitando
97/97 - SF 419/97 - CD	^b CCTCI - CD	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO BRASIL SOCIEDADE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Valinhos, Estado de São Paulo.	Tramitando
98/97 - SF 421/97 - CD	^b CCTCI - CD	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO SOCIEDADE DIFUSORA "A VOZ DE BAGÉ" LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Bagé, Estado do Rio Grande do Sul.	Tramitando

Nº	Autor	Ementa	Resultado
99/97 - SF 422/97 - CD	bCCTCI - CD	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO BRASIL DE ADAMANTINA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Adamantina, Estado de São Paulo.	Tramitando
100/97 - SF 521/97 - CD	aCRE - CD	Aprova o texto do Convênio para a Co-operação no âmbito da Conferência Ibero-Americana, concluído em São Carlos de Bariloche, Argentina, em 17 de outubro de 1995, por ocasião da V Reunião Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo.	Tramitando
101/97 - SF 522/97 - CD	aCRE - CD	Aprova o texto do Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Italiana, em Roma, em 12 de fevereiro de 1997.	Decreto Legislativo nº 86, de 12.12.97
102/97 - SF 479/97 - CD	aCRE - CD	Aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Libanesa, em Beirute, em 4 de fevereiro de 1997.	Tramitando
103/97 - SF 477/97 - CD	aCRE - CD	Aprova o texto do Acordo Básico de Cooperação Técnica, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha, em Brasília, em 17 de setembro de 1996.	Decreto Legislativo nº 87, de 12.12.97
104/97 - SF	aCAE - SF	Aprova a Programação Monetária relativa ao quarto trimestre de 1997.	À Câmara dos Deputados
105/97 - SF 211/97 - CD	CCTCI - CD	Aprova o ato que renova a concessão da FUNDAÇÃO CULTURAL E EDUCACIONAL SANTANA DE CAETITÉ para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Caetité, Estado da Bahia.	Tramitando
106/97 - SF 417/97 - CD	CCTCI - CD	Aprova o ato que renova a concessão deferida à RÁDIO EDUCADORA DE GUAJARÁ-MIRIM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda tropical na Cidade de Guajará-Mirim, Estado de Rondônia.	Tramitando

Nº	Autor	Ementa	Resultado
107/97 - SF 420/97 - CD	CCTCI - CD	Aprova o ato que renova a concessão deferida à RÁDIO BRASIL SOCIEDADE LIMITADA para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda tropical na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo.	Tramitando
108/97 - SF 427/97 - CD	CCTCI - CD	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à REDE COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÕES DE RIO GRANDE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul.	Tramitando
109/97 - SF 428/97 - CD	CCTCI - CD	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO CLUBE DE ITAÚNA S/A para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Itaúna, Estado de Minas Gerais.	Tramitando
110/97 - SF 430/97 - CD	CCTCI - CD	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à SOCIEDADE RÁDIO ARAGUAIA DE BRUSQUE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Brusque, Estado de Santa Catarina.	Tramitando
111/97 - SF 433/97 - CD	CCTCI - CD	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO JABOTICABAL LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Jaboticabal, Estado de São Paulo.	Tramitando
112/97 - SF 434/97 - CD	CCTCI - CD	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO IGUATEMI FM STÉREO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Bebedouro, Estado de São Paulo.	Tramitando
113/97 - SF 435/97 - CD	CCTCI - CD	Aprova o ato que renova a concessão da FUNDAÇÃO FREI JOÃO BATISTA VOGEL - OFM para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Catalão, Estado de Goiás.	Tramitando

Nº	Autor	Ementa	Resultado
114/97 - SF 435/97 - CD	CCTCI - CD	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO CAMPINAS DO SUL LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média de âmbito local na Cidade de Campinas do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.	Tramitando
115/97 - SF 453/97 - CD	CCTCI - CD	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO MARATAN LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Sant'Ana do Livramento, Estado do Rio Grande do Sul.	Tramitando
116/97 - SF 454/97 - CD	CCTCI - CD	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO SERRA DA CAPIVARA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de São Raimundo Nonato, Estado do Piauí.	Tramitando
117/97 - SF 455/97 - CD	CCTCI - CD	Aprova o ato que renova a concessão deferida à RÁDIO GUAÍBA S.A. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda curta na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.	Tramitando
118/97 - SF 458/97 - CD	CCTCI - CD	Aprova o ato que renova a concessão da TELEVISÃO VITÓRIA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na Cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo.	Tramitando
119/97 - SF 456/97 - CD	CCTCI - CD	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à L.A. PEREIRA E OLIVEIRA LTDA. - ME para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Santana do Livramento, Estado do Rio Grande do Sul.	Tramitando
120/97 - SF 457/97 - CD	CCTCI - CD	Aprova o ato que renova a concessão deferida à RÁDIO BANDEIRANTES DE CACHOEIRA PAULISTA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda tropical na Cidade de Cachoeira Paulista, Estado de São Paulo.	Tramitando
121/97 - SF 459/97 - CD	CCTCI - CD	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO CULTURA DE CAMBARÁ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Cambará, Estado do Paraná.	Tramitando

Nº	Autor	Ementa	Resultado
122/97 - SF 461/97 - CD	CCTCI - CD	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO PATRIARCA DE CASSILÂNDIA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Cassilândia, Estado do Mato Grosso do Sul.	Tramitando
123/97 - SF 462/97 - CD	CCTCI - CD	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO EMISSORA "ABC" LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Santo André, Estado de São Paulo.	Tramitando
124/97 - SF 463/97 - CD	CCTCI - CD	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO SOCIEDADE DA BAHIA S/A para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Salvador, Estado da Bahia.	Tramitando
125/97 - SF 465/97 - CD	CCTCI - CD	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO COMERCIAL DE PRESIDENTE PRUDENTE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Presidente Prudente, Estado de São Paulo.	Tramitando
126/97 - SF 467/97 - CD	CCTCI - CD	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à SOCIEDADE RÁDIO CARIJÓS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Conselheiro Lafaiete, Estado de Minas Gerais.	Tramitando
127/97 - SF 472/97 - CD	CCTCI - CD	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO CLUBE DE ITAÚNA S/A para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Itaúna, Estado de Minas Gerais.	Tramitando
128/97 - SF 418/97 - CD	CCTCI - CD	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO CARAJÁ DE ANÁPOLIS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda tropical na Cidade de Anápolis, Estado de Goiás.	Tramitando

Nº	Autor	Ementa	Resultado
129/97 - SF 574/97 - CD	CREDN - CD	Aprova o texto do Acordo de Cooperação para a Modernização e o Reparelhamento do Departamento de Polícia Federal do Ministério da Justiça da República Federativa do Brasil, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, em Brasília, em 12 de março de 1997.	Decreto Legislativo nº 77, de 24.11.97
130/97 - SF 432/97 - CD	CCTCI - CD	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO JOVEM SOM DE PRESIDENTE VENCESLAU LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Presidente Venceslau, Estado de São Paulo.	Tramitando
131/97 - SF 573/97 - CD	CREDN - CD	Aprova o texto do Acordo de Parceria e de Cooperação em Matéria de Segurança Pública, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, em Brasília, em 12 de março de 1997.	Tramitando
132/97 - SF 524/97 - CD	CREDN - CD	Aprova o texto do Acordo-Quadro de Cooperação Econômica, Industrial e para o Desenvolvimento, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Italiana, em Roma, em 12 de fevereiro de 1997.	Tramitando
133/97 - SF 523/97 - CD	CREDN - CD	Aprova o texto do Acordo de Cooperação na área de Turismo, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Hungria, em Brasília, em 3 de abril de 1997.	Tramitando
134/97 - SF 431/97 - CD	CCTCI - CD	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO PROGRESSO DE RUSSAS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Russas, Estado do Ceará.	Tramitando
135/97 - SF 460/97 - CD	CCTCI - CD	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO POUSADA DO RIO QUENTE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Caldas Novas, Estado de Goiás.	Tramitando

Nº	Autor	Ementa	Resultado
136/97 - SF 464/97 - CD	CCTCI - CD	Aprova o ato que renova a concessão da Rede TOCANTINS DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Porto Nacional, Estado de Tocantins.	Tramitando
137/97 - SF 469/97 - CD	CCTCI - CD	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO CIDADE JANDAIA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Jandaia do Sul, Estado do Paraná.	Tramitando
138/97 - SF 470/97 - CD	CCTCI - CD	Aprova o ato que renova a concessão deferida à EMPRESA PORTOALEGRENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.	Tramitando
139/97 - SF 471/97 - CD	CCTCI - CD	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à SOCIEDADE RÁDIO DIFUSORA VALE DO ITAJAÍ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Itajaí, Estado de Santa Catarina.	Tramitando
140/97 - SF 473/97 - CD	CCTCI - CD	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO CULTURA DE ILHÉUS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Ilhéus, Estado da Bahia.	Tramitando
141/97 - SF 474/97 - CD	CCTCI - CD	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO CORNÉLIO PROCÓPIO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Cornélio Procópio, Estado do Paraná.	Tramitando
142/97 - SF 560/97 - CD	*CRE - CD	Aprova o texto do Acordo sobre o Estabelecimento da Organização para o Desenvolvimento de Energia na Península Coreana, concluído em Nova Iorque, em 9 de março de 1995.	Tramitando

Nº	Autor	Ementa	Resultado
143/97 - SF 562/97 - CD	*CRE - CD	Aprova o texto do Acordo de Cooperação na Luta Contra o Crime Organizado e o Tráfico de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Italiana, em Roma, em 12 de fevereiro de 1997.	Tramitando
144/97 - SF 527/97 - CD	*CRE - CD	Aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai, em Rivera, em 16 de outubro de 1996.	Tramitando
145/97 - SF 526/97 - CD	*CRE - CD	Aprova o texto do Acordo de Cooperação na Área de Turismo, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Espanha, em Brasília, em 18 de abril de 1997.	Tramitando
146/97 - SF 224/95 - CD	*CRE - CD	Aprova o texto do Estatuto da Conferência da Haia de Direito Internacional Privado, aprovado na VII Conferência, realizada no período de 9 a 31 de outubro de 1951.	Tramitando

3. Recebido da Câmara para promulgação

SF Nº	CD	Ementa	Resultado
94/97 - SF 563/97 - CD	Sen. Sérgio Machado e outros Senadores	Escolhe o Senhor Antônio Valmir Campelo Bezerra para o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União, nos termos do art. 73, § 2º, inciso II, da Constituição Federal.	Decreto Legislativo nº 55, de 23.10.97

e) Projetos de Resolução

Projetos aprovados e promulgados	106
Projeto prejudicado	1
Projetos aprovados e enviados à Câmara dos Deputados	2
Projetos retirados	4
Projetos em tramitação	129
TOTAL	142

1) De sessões legislativas anteriores

Nº	Autor	Ementa	Resultado
1103/91	Maurício Corrêa	Uniformiza o prazo de apresentação de emendas perante as comissões.	Tramitando
44/92	Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.	Disciplina a aprovação pelo Senado Federal das operações financeiras com o Fundo Monetário Nacional.	Tramitando
66/92	Comissão Diretora	Dá nova redação ao art. 536 do Regulamento Administrativo do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 58, de 1972.	Tramitando
7/93	Comissão Diretora	Altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal e dá outras providências.	Tramitando
66/93	Comissão Diretora	Dá nova redação ao art. 5º da Resolução nº 88, de 1992.	Tramitando
213/95	Pedro Simon	Fixa critérios para utilização do Centro Gráfico do Senado Federal.	Tramitando
314/95	Pedro Simon	Cria a Comissão de Relações com a Sociedade Brasileira (CSB) de caráter permanente.	Tramitando
415/95	Pedro Simon	Fixa critérios para elaboração da pauta de discussão e votação das matérias pelo Senado Federal.	Tramitando

¹ Anexada ao PRS nº 66/95.

² Anexada ao PRS nº 66/95.

³ Anexada ao PRS nº 66/95.

⁴ Anexada ao PRS nº 66/95.

Nº	Autor	Ementa	Resultado
516/95	Pedro Simon	Fixa critérios para viagens de Senadores ao exterior.	Tramitando
17/95	Pedro Simon	Dispõe sobre a autorização para realização de obras no Edifício do Senado Federal.	Tramitando
18/95	Coutinho Jorge	Altera o Regimento Interno do Senado Federal e dá outras providências.	Tramitando
19/95	Júlio Campos	Altera a Resolução nº 89, de 1992, acrescentando-lhe dispositivo.	Tramitando
620/95	Benedita da Silva	Cria a Comissão de Direitos Humanos e dá outras providências.	Tramitando
721/95	Eduardo Suplicy	Altera dispositivo do Regimento Interno do Senado Federal estabelecendo critérios de indicação dos relatores nas comissões permanentes.	Tramitando
822/95	Pedro Simon	Disciplina a apresentação de declaração de bens e valores e dá outras providências.	Tramitando
23/95	Pedro Simon	Dispõe sobre a apresentação e atualização da declaração de bens e valores dos servidores do Senado Federal.	Tramitando
24/95	Pedro Simon	Institui o Centro da Memória Política do Congresso Nacional.	Tramitando
925/95	Pedro Simon	Cria a Comissão de Agricultura.	Tramitando
1026/95	Ney Suassuna	Altera a redação do inciso I do art. 338 do Regimento Interno.	Tramitando
1127/95	Ney Suassuna	Revoga os incisos IV e V do art. 293 do Regimento Interno.	Tramitando
1228/95	Ney Suassuna	Dá nova redação ao inciso I do art. 91 do Regimento Interno.	Tramitando

⁵ Anexada ao PRS nº 66/95.

⁶ Anexada ao PRS nº 66/95.

⁷ Anexada ao PRS nº 66/95.

⁸ Anexada ao PRS nº 66/95.

⁹ Anexada ao PRS nº 66/95.

¹⁰ Anexada ao PRS nº 66/95.

¹¹ Anexada ao PRS nº 66/95.

Nº	Autor	Ementa	Resultado
1329/95	Coutinho Jorge	Altera os arts. 356 e seguintes do Regimento Interno do Senado Federal, modificando a tramitação das propostas de emendas à Constituição.	Tramitando
1430/95	Coutinho Jorge	Altera o Regimento Interno do Senado Federal e dá outras providências.	Tramitando
33/95	Ney Suassuna	Extingue a Representação do Senado Federal no Rio de Janeiro.	Tramitando
1534/95	Júlio Campos	Cria a Comissão de Desenvolvimento da Civilização Brasileira.	Tramitando
1636/95	Roberto Freire	Cria a Comissão de Ciência e Tecnologia.	Tramitando
1738/95	Luz Alberto de Oliveira	Cria a Comissão de Ciência e Tecnologia.	Tramitando
39/95	Pedro Simon	Dispõe sobre o Quadro de Detalhamento da Despesa e Execução Orçamentária do Senado Federal.	Tramitando
40/95	Pedro Simon	Institui a Procuradoria Parlamentar do Senado Federal.	Tramitando
41/95	Júlio Campos	Altera dispositivos da Resolução nº 58, de 1972 (Regulamento Administrativo do Senado Federal).	Tramitando
1842/95	Odacir Soares	Acrescenta parágrafos ao art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.	Tramitando
43/95	Guilherme Palmeira	Dispõe sobre a utilização da frota de veículos do Senado Federal e dá outras providências.	Tramitando
44/95	Antônio Carlos Valadares	Altera a redação do § 1º do art. 13 do Regimento Interno do Senado Federal.	Tramitando
1946/95	Beni Veras	Altera disposições do Regimento Interno do Senado Federal.	Tramitando

¹² Anexada ao PRS nº 66/95.

¹³ Anexada ao PRS nº 66/95.

¹⁴ Anexada ao PRS nº 66/95.

¹⁵ Anexada ao PRS nº 66/95.

¹⁶ Anexada ao PRS nº 66/95.

¹⁷ Anexada ao PRS nº 66/95.

¹⁸ Anexada ao PRS nº 66/95.

¹⁹ Anexada ao PRS nº 66/95.

Nº	Autor	Ementa	Resultado
2050/95	Ronaldo Cunha Lima	Revoga o parágrafo único do art. 356 e o § 2º do art. 358 da Resolução nº 93, de 1970, com alterações posteriores (Regimento Interno do Senado Federal).	Tramitando
2154/95	Pedro Simon	Altera o instituto da Indicação de que trata a Seção IV do Capítulo I do Título VIII do Regimento Interno do Senado Federal.	Tramitando
2257/95	Júlio Campos	Altera dispositivos do Regimento Interno do Senado Federal.	Tramitando
60/95	Casildo Maldaner	Altera os arts. 91, 101 e 383 do Regimento Interno e regula os procedimentos de apreciação da indicação de suplentes de Ministros Classistas do Tribunal Superior do Trabalho.	Tramitando
61/95	Edison Lobão	Altera os arts. 224 e 229 e revoga os arts. 225, 226 e 227 do Regimento Interno, que dispõem sobre Indicação.	Tramitando
66/95	Comissão Temporária criada p/Req. 201/95	Altera o Regimento Interno do Senado Federal.	Tramitando
67/95	Júlio Campos	Dispõe sobre a aplicação da Resolução nº 77, de 1992, aos servidores do Cegraf e Prodasen.	Tramitando
72/95	Lúcio Alcântara	Dispõe sobre o registro de pessoas físicas ou jurídicas junto ao Senado Federal, para os fins que especifica e dá outras providências.	Tramitando
94/95	Gilberto Miranda	Veda as operações de crédito da União, de suas autarquias, inclusive Banco Central do Brasil, e demais entidades controladas pelo poder público federal, que impliquem a assunção de dívidas de instituições financeiras públicas e privadas.	Tramitando
95/95	Gilberto Miranda	Altera a Resolução nº 11, de 1994, para vedar as operações de troca de títulos de responsabilidade dos Tesouros dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios por títulos de responsabilidade do Tesouro Nacional.	Tramitando

²⁰ Anexada ao PRS nº 66/95.

²¹ Anexada ao PRS nº 66/95.

²² Anexada ao PRS nº 66/95.

Nº	Autor	Ementa	Resultado
2396/95	Roberto Requião	Altera os arts. 243 e 244 do Regimento Interno, que versam sobre autoria das proposições.	Tramitando
106/95	Erandes Amorim	Define os Gabinetes dos Senadores como Unidades Orçamentárias e dá outras providências.	Tramitando
107/95	Erandes Amorim	Transforma as funções comissionadas que menciona, cria cargos em comissão e dá outras providências.	Tramitando
108/95	Sebastião Rocha	Altera o parágrafo único do art. 107 do Regimento Interno do Senado Federal.	Tramitando
24113/95	Erandes Amorim	Altera a redação do § 1º do art. 77 do Regimento Interno.	Tramitando
115/95	Comissão Diretora	Dispõe sobre a alienação de bens que integram o Patrimônio do Senado Federal.	Resolução nº 53, de 10.6.97
116/95	Comissão Diretora	Cria o Instituto Legislativo Brasileiro por transformação de órgão existente.	Tramitando
25117/95	Comissão Diretora	Dá nova redação ao "caput" do art. 279 do Regimento Interno do Senado Federal.	Tramitando
118/95	Comissão Diretora	Cria o Conselho Editorial do Senado Federal.	Tramitando
119/95	Comissão Diretora	Dispõe sobre os gabinetes dos Senadores.	Prejudicado
120/95	Comissão Diretora	Extingue o Órgão Especial de Representação do Senado Federal no Rio de Janeiro.	Tramitando
123/95	Gilberto Miranda	Dispõe sobre a prestação de informações à Comissão de Assuntos Econômicos sobre a execução da política monetária pelo Banco Central do Brasil e dá outras providências.	Tramitando
125/95	Erandes Amorim	Faculta a requisição, a cada Senador, de até três servidores de órgãos da administração, União, Estados e Municípios e dá outras providências.	Tramitando

²³ Anexada ao PRS nº 66/95.

²⁴ Anexada ao PRS nº 66/95.

²⁵ Anexado, em 30.5.96, ao PRS nº 66/95.

Nº	Autor	Ementa	Resultado
126/95	Jefferson Peres	Altera o art. 40 do Regimento Interno, disciplinando as viagens dos Senadores ao exterior.	Tramitando
127/95	Antônio Carlos Valadares	Estabelece quorum para formação de bloco parlamentar.	Tramitando
141/95	Pedro Simon	Estabelece restrições à nomeação para os cargos em Comissão de Assessor Técnico e Secretário Parlamentar do Quadro de Pessoal do Senado Federal.	Tramitando
148/95	Guilherme Palmeira	Acrescenta parágrafos ao art. 397 da Resolução nº 93, de 1970 - Regimento Interno - com o objetivo de disciplinar as convocações de Ministros de Estado para comparecer perante o Senado Federal.	Tramitando
2616/96	Esperidião Amin	Revoga a Resolução nº 70, de 1995, do Senado Federal.	Tramitando
2718/96	Marina Silva	Altera o Código de Ética e Decoro Parlamentar e dá outras providências.	Tramitando
19/96	Casildo Maldaner	Altera a Resolução nº 96, de 1989, para incluir a obrigatoriedade de autorização específica para a emissão de títulos da dívida mobiliária da União.	Tramitando
2820/96	Marina Silva	Altera o art. 107 do Regimento Interno do Senado Federal.	Tramitando
2924/96	Sebastião Rocha	Altera o inciso IX do art. 14 do Regimento Interno do Senado Federal, referente ao uso da palavra.	Tramitando
3025/96	Sebastião Rocha	Acrescenta o parágrafo 5º ao art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, que trata das Comissões Parlamentares de Inquérito.	Tramitando
3126/96	Sebastião Rocha	Altera o art. 308 do Regimento Interno do Senado Federal, referente ao encaminhamento de votação.	Tramitando

26 Em 16.10.97, passou a tramitar em conjunto com os PRS nºs 125/96 e 97/97.

27 Anexado, em 17.4.97, ao PRS nº 66/95.

28 Anexado, em 17.4.97, ao PRS nº 66/95.

29 Anexado, em 17.4.97, ao PRS nº 66/95.

30 Anexado, em 17.4.97, ao PRS nº 66/95.

31 Anexado, em 17.4.97, ao PRS nº 66/95.

Nº	Autor	Ementa	Resultado	
32 ²⁷ /96	Casildo Maldaner	Acrescenta o parágrafo 5º ao artigo 145 do Regimento Interno.	Tramitando	
33 ²⁸ /96	Bernardo Cabral	Altera o Regimento Interno, acrescentando o parágrafo único ao art. 78.	Tramitando	
34/96 (Vide PRS 49/96)	Carlos Patrocínio	Altera a Resolução nº 69, de 1995, para limitar a 98% o percentual máximo de refinanciamento da dívida mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.	Tramitando	
36/96	Jefferson Peres	Dispõe sobre os bens de uso dos Senadores.	Tramitando	
34 ⁴⁰ /96	Romeu Tuma	Altera o art. 78 do Regimento Interno do Senado Federal, assegurando a participação dos partidos minoritários nas comissões permanentes.	Tramitando	
35 36 ⁴⁹ /96	Esperidião Amin	Dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização, e dá outras providências.	Tramitando	
50/96 (Vide PRS 49/96)	Vilson Kleinübing	Altera a Resolução nº 69, de 1995, do Senado Federal, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização, e dá outras providências.	Retirado 856/97	(RQS)
51/96-CN	Sebastião Rocha	Institui o Prêmio Nacional de Educação Darcy Ribeiro e dá outras providências.	À Câmara dos Deputados	

³² Anexado, em 17.4.97, ao PRS nº 66/95.

³³ Anexado, em 17.4.97, ao PRS nº 66/95.

³⁴ Anexado, em 17.4.97, ao PRS nº 66/95.

³⁵ Em 9.10.97, passaram a tramitar em conjunto os Projetos de nºs 34, 50, 52, 80 e 115/96; 32, 41, 43, 101 e 108/97, com o PRS 49/96. E em 27.11.97, também com os PRS 130 e 131, de 1997.

³⁶ Os PRS nºs 50, 80 e 115/96, foram retirados através dos requerimentos nºs 856, 857 e 858/97, respectivamente, aprovados em 4.11.97.

Nº	Autor	Ementa	Resultado
52/96 (Vide PRS 49/96)	Esperidião Amin	Dispõe sobre as operações de crédito interno e externo das empresas em que os Estados, o Distrito Federal ou os Municípios, direta ou indiretamente, detenham a maioria do capital social com direito a voto, e dá outras providências.	Tramitando
54/96	Lúcio Alcântara	Dispõe sobre documentos sigilosos no Senado Federal, de acordo com os parâmetros traçados pela Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991.	Tramitando
3765/96	Marina Silva	Altera os artigos 243 e 244 do Regimento Interno do Senado Federal, instituindo o projeto de bancada e o projeto coletivo multipartidário.	Tramitando
66/96	Esperidião Amin	Dispõe sobre as operações de crédito interno e externo das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto, e dá outras providências.	Tramitando
67/96	Casildo Maldaner	Autoriza o CEGRAF a publicar edições histórico-culturais.	Tramitando
80/96 (Vide PRS 49/96)	Vilson Kleinöbing	Altera dispositivos da Resolução nº 69, de 1995, do Senado Federal, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externos dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização, e dá outras providências.	Retirado 857/97) (RQS
85/96	Renan Callheiros e outros Senadores	Estabelece alíquota mínima do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transportes e de comunicações, para produtos da cesta básica.	Tramitando
88/96	Gilberto Miranda	Cria no Senado Federal a Comissão de Agricultura, Abastecimento e Reforma Agrária.	Tramitando
95/96	Carlos Patrocínio	Altera a alínea "e" do art. 2º da Resolução nº 5, de 1996, do Senado Federal.	Tramitando

³⁷ Anexado, em 17.4.97, ao PRS nº 66/95.

Nº	Autor	Ementa	Resultado
3897/96	Marina Silva	Altera o art. 200 do Regimento Interno do Senado Federal.	Tramitando
104/96	Júnia Marise	Dispõe sobre a fiscalização e o controle dos atos do Poder Executivo relativos à privatização da Companhia Vale do Rio Doce e dá outras providências.	Tramitando
115/96 (Vide PRS 49/96)	Vilson Kleinübing	Altera a Resolução do Senado Federal nº 69/95, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos Estados, do DF, dos Municípios e de suas respectivas Autarquias, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização, e dá outras providências.	Retirado (RQS 858/97)
119/96	Marina Silva	Denomina "Florestan Fernandes" a sala da Comissão de Assuntos Sociais.	Tramitando
39125/96	Gerson Camata e outros Senadores	Autoriza a União e os Estados a contratar operações de crédito no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados.	Tramitando
126/96-CN	Marina Silva	Institui o Diploma Chico Mendes de Meio Ambiente e Cidadania e dá outras providências.	Tramitando
401/97	Pedro Simon	Institui a sessão administrativa mensal para deliberar pelas matérias que especifica.	Tramitando

2) ⁴¹da presente sessão legislativa

Nº	Autor	Ementa	Resultado
21/97	Coutinho Jorge	Dispõe sobre a concessão de benefícios e vantagens aos servidores que exerceram as atividades de Revisor e Supervisor Taquigráfico anteriormente à Resolução nº 79, de 1992.	Tramitando

³⁸ Anexado, em 17.4.97, ao PRS nº 66/95.

³⁹ Em 16.10.97, passou a tramitar em conjunto com os PRS nºs 16/96 e 97/97.

⁴⁰ Anexado, em 17.4.97, ao PRS nº 66/95.

⁴¹ Os projetos de nºs 85 a 91/97 foram apresentados durante a 5ª Sessão Legislativa Extraordinária da 50ª Legislatura, realizada no período de 1º a 25.7.97.

Nº	Autor	Ementa	Resultado
22/97	Comissão Diretora	Estabelece a eleição dos membros da Mesa do Senado Federal pelo Sistema Eletrônico de votação, na hipótese que menciona.	Tramitando
23/97	Lúcio Alcântara	Dá o nome de "Sala Senador Visconde de Cairu" à sala de reuniões da Comissão de Assuntos Econômicos.	Tramitando
24/97	Esperidião Amin (Relator)	Autoriza o Município de São Paulo a emitir, mediante ofertas públicas, Letras Financeiras do Tesouro do Município de São Paulo - LFTMSP, destinados ao giro de sua dívida mobiliária vencível no primeiro semestre de 1997.	Resolução nº 22, de 27.2.97
25/97	Coutinho Jorge	Altera a denominação e a estrutura da Consultoria de Orçamentos e dá outras providências.	Tramitando
26/97	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor total de dezoito milhões de marcos alemães, de principal, entre o Estado do Paraná e o Kreditanstalt für Wiederaufbau - KfW, destinada ao financiamento, parcial, do Projeto de Proteção da Floresta Atlântica no Estado do Paraná.	Resolução nº 24, de 13.3.97
27/97	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo no valor de trinta bilhões, oitocentos e vinte milhões de ienes, equivalentes a duzentos e sessenta e oito milhões de dólares norte-americanos, junto ao Export Import Bank of Japan - JEXIM.	Resolução nº 25, de 13.3.97
28/97	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza o Governo do Estado da Bahia a contratar operação de crédito externo junto ao Kreditanstalt für Wiederaufbau - KfW, no valor equivalente a treze milhões e quinhentos mil marcos alemães, sendo doze milhões e quinhentos mil marcos alemães a título de empréstimo e um milhão de marcos alemães como contribuição financeira, destinando-se os recursos ao financiamento parcial do Projeto de Saneamento Básico do Estado da Bahia, Fase II, a ser executado pela Companhia de Engenharia Rural da Bahia - CERB.	Resolução nº 26, de 13.3.97

Nº	Autor	Ementa	Resultado
29/97	Comissão de Assuntos Econômicos	Acrescenta dispositivos à Resolução nº 96, de 1996, do Senado Federal, e dá outras providências.	Resolução nº 27, de 13.3.97
30/97	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza o Estado de São Paulo a emitir Letras Financeiras do Tesouro do Estado de São Paulo - LFTP, cujos recursos destinam-se ao giro da Dívida Mobiliária do Estado, vencível em março de 1997.	Resolução nº 23, de 13.3.97
31/97	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza o Estado de Sergipe a emitir Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Sergipe - LFTSE, cujos recursos serão destinados ao giro da Dívida Mobiliária do Estado, vencível no 1º semestre de 1997.	Resolução nº 28, de 13.3.97
32/97 (Vide PRS 49/96)	Lauro Campos	Modifica dispositivos das Resoluções nºs 96, de 1989, e 69, de 1995, do Senado Federal, estabelecendo novos limites de dispêndios com a dívida pública.	Tramitando
33/97	José Ignácio Ferreira	Cria o Comitê do Senado Federal para as comemorações do 4º Centenário da Morte do Padre José de Anchieta, Apóstolo do Brasil, e dá outras providências.	Tramitando
34/97	Lúcio Alcântara	Determina a inclusão, na programação das emissoras de rádio e televisão do Senado Federal, de informações relativas à história do Poder Legislativo brasileiro, e dá outras providências.	Tramitando
4235/97	Guilherme Palmeira	Altera o Regimento Interno do Senado Federal.	Tramitando
4336/97	Guilherme Palmeira	Altera o Regimento Interno do Senado Federal.	Tramitando
4437/97	Coutinho Jorge	Cria, no Senado Federal, a Comissão de Assuntos Regionais, Urbanos e de Meio Ambiente.	Tramitando
38/97	Roberto Requião	Dispõe sobre o resgate de títulos públicos destinados ao pagamento de precatórios judiciais e emitidos em desconformidade com o disposto no art. 33 da ADCT.	Tramitando

⁴² Em 3.4.97, foi anexado ao PRS nº 66/95.

⁴³ Em 3.4.97, foi anexado ao PRS nº 66/95.

⁴⁴ Em 3.4.97, foi anexado ao PRS nº 66/95.

Nº	Autor	Ementa	Resultado
39/97	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo no valor de cinquenta e um bilhões, setecentos e cinquenta milhões de ienes, equivalentes a quatrocentos e cinquenta milhões de dólares norte-americanos, destinada ao financiamento do Projeto de Duplicação da Rodovia São Paulo-Curitiba-Florianópolis.	Resolução nº 30, de 15.4.97
40/97	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza o Estado de Santa Catarina a emitir Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Santa Catarina - LFTSC, cujos recursos serão destinados ao giro da primeira parcela da Dívida Mobiliária do Estado, vencível no 1º semestre de 1997.	Resolução nº 29, de 1.4.97
4541/97 (Vide PRS 49/96)	Bernardo Cabral	Acrescenta dispositivo à Resolução nº 69, de 1995, do Senado Federal, que "dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e de suas respectivas autarquias, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização, e das outras providências".	Tramitando
42/97	Comissão Diretora	Estabelece a composição e a infraestrutura dos Gabinetes do Senado Federal.	Resolução nº 63, de 26.6.97
4643/97 (Vide PRS 49/96)	Lúcio Alcântara	Acrescenta dispositivo à Resolução nº 69, de 1995, e dá outras providências.	Tramitando
47 4844/97	Lúcio Alcântara	Modifica os arts. 336 e 395 do Regimento Interno do Senado e dá outras providências.	Tramitando

⁴⁵ Em 4.6.97, passou a tramitar em conjunto com os PRS nºs 43 e 44/97 (RQS nº 384/97). No mesmo dia, 4.6.97, foi aprovado o Requerimento nº 385/97, desapensando o PRS 44/97, que passa a ter tramitação normal.

⁴⁶ Em 4.6.97, passou a tramitar em conjunto com os PRS nºs 41 e 44/97 (RQS nº 384/97). No mesmo dia, 4.6.97, foi aprovado o Requerimento nº 385/97, desapensando o PRS 44/97, que passa a ter tramitação normal.

⁴⁷ Em 10.4.97, foi anexado ao PRS 66/95 (RQS 256/97).

⁴⁸ Em 4.6.97, foi aprovado o RQS nº 384/97, para que o projeto passasse a tramitar em conjunto com os PRS de nºs 41 e 43/97. Em seguida, no mesmo dia, foi aprovado o Requerimento nº 385/97, solicitando a desapensação do projeto dos mesmos PRS.

Nº	Autor	Ementa	Resultado
45/97	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza o Governo do Estado da Bahia a contratar operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD (Banco Mundial), no valor de até cem milhões de dólares norte-americanos, equivalentes a cento e três milhões e novecentos mil reais, em 31 de dezembro de 1996, cujos recursos serão destinados ao financiamento parcial do projeto de gerenciamento da infra-estrutura municipal da Bahia, no âmbito do Programa de Desenvolvimento Urbano Regional - PRODUR.	Resolução nº 31, de 22.4.97
46/97	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza a República Federativa do Brasil a conceder garantia à operação de crédito externo no valor em ienes equivalente a até trezentos milhões de dólares norte-americanos, de principal, entre o The Export Import Bank of Japan - JEXIM e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.	Resolução nº 32, de 22.4.97
47/97	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza o Estado de Alagoas a contratar operação de crédito sob a forma de Termo Aditivo de Rerratificação ao Contrato de Abertura de Crédito celebrado em 10 de dezembro de 1996, junto à Caixa Econômica Federal.	Resolução nº 37, de 7.5.97
48/97	Edison Lobão	Dispõe sobre a elaboração de relatórios sobre acompanhamento e fiscalização da execução orçamentária e financeira da União.	Retirado (RQS 637/97)
49/97	Humberto Lucena	Altera os dispositivos do Regimento Interno (Resolução nº 93, de 1970, e alterações posteriores) que tratam da adoção do regime de urgência para proposições.	Tramitando

⁴⁹ Em 29.4.97, foi anexado ao PRS nº 66/95.

Nº	Autor	Ementa	Resultado
50/97	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor total de sete bilhões e oitocentos e noventa e cinco milhões de reais, entre o Estado da Bahia e o OECF destinada ao financiamento, parcial, do Programa de Saneamento Ambiental de Salvador e Cidades do Entorno da Baía de Todos os Santos.	Resolução nº 36, de 7.5.97
51/97	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza o Estado de Minas Gerais a celebrar operação de crédito junto à Caixa Econômica Federal, com a garantia da União, no valor de trezentos e quarenta e seis milhões, trezentos e trinta e seis mil reais, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, cujos recursos serão destinados à capitalização do Banco de Crédito Real de Minas Gerais S.A. - CREDIREAL.	Resolução nº 34, de 6.5.97
52/97	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza o Governo do Estado do Piauí a contratar operação de crédito externo, com aval da União, junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, no valor de trinta milhões de dólares americanos, cujos recursos serão destinados à execução do Projeto de Combate à Pobreza Rural no Estado do Piauí e eleva, para esse fim, temporariamente, os limites de endividamento do Estado.	Resolução nº 39, de 14.5.97
53/97	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Norte a contratar e conceder contragarantia a operação de crédito externo, com o aval da União, junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, no valor equivalente a vinte e quatro milhões de dólares norte-americanos, cujos recursos serão destinados à implementação do Projeto de Combate à Pobreza Rural no Estado do Rio Grande do Norte.	Resolução nº 40, de 14.5.97
54/97	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza o Estado de Santa Catarina a emitir Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Santa Catarina - LFTSC, cujos recursos serão destinados ao giro da segunda parcela da dívida mobiliária do Estado vencível no primeiro semestre de 1997.	Resolução nº 33, de 30.4.97

Nº	Autor	Ementa	Resultado
5055/97	Pedro Simon	Fixa prazos para a indicação de membros de comissões temporárias internas.	Tramitando
56/97	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza a Prefeitura Municipal de Uberlândia (MG) a contratar operação de crédito junto à Caixa Econômica Federal, no valor de sete milhões, trezentos e oitenta e cinco mil, novecentos e trinta e seis reais e noventa e seis centavos, destinada à execução de obras de drenagem urbana e extensão de redes de águas pluviais.	Resolução nº 35, de 6.5.97
57/97	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza o Governo do Estado do Ceará a contratar operação de crédito externo, com aval da União, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, no valor equivalente a até quarenta e dois milhões de dólares norte americanos, destinada ao financiamento parcial do Programa de Apoio às Reformas Sociais para o Desenvolvimento de Crianças e Adolescentes no Estado do Ceará - PROARES e a conceder contragarantia ao mesmo financiamento.	Resolução nº 38, de 8.5.97
5158/97	Coutinho Jorge	Altera o Regimento Interno do Senado Federal e dá outras providências.	Tramitando
59/97	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Sul a emitir, através de ofertas públicas, Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Rio Grande Sul (LFTRS), destinando-se os recursos ao giro de sua dívida mobiliária com vencimento no 1º semestre de 1997.	Resolução nº 41, de 14.5.97
60/97	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza o Estado do Piauí a contratar operação de crédito sob a forma de Termo Aditivo de Rerratificação ao Contrato de Abertura de Crédito celebrado em 5 de dezembro de 1996, junto à caixa Econômica Federal.	Resolução nº 42, de 15.5.97

⁵⁰ Em 12.5.97, foi anexado ao PRS 66/95.

⁵¹ Em 16.5.97, foi anexado ao PRS 66/95.

Nº	Autor	Ementa	Resultado
61/97	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza o Estado do Espírito Santo a contratar operação de crédito junto à Caixa Econômica Federal, no valor de sessenta e quatro milhões e seiscentos mil reais, destinados à cobertura dos créditos trabalhistas provenientes da execução do Programa de Incentivo ao Desligamento Voluntário no Serviço Público - PDV.	Resolução nº 43, de 15.5.97
62/97	Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	Suspende, em parte, a execução do art. 3º da Lei Complementar nº 234, de 28 de março de 1980, do Estado de São Paulo, no que concerne à expressão "sexta-parte" constante do referido dispositivo.	Resolução nº 45, de 23.5.97
63/97	Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	Suspende a execução do art. 8º, IV, e do art. 23 e seus parágrafos, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.	Resolução nº 46, de 23.5.97
64/97	Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	Suspende a execução dos arts. 1º, 2º, 5º, 91, 95, 110 e 111, bem como dos arts. 66, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 86, 87, 88, 89, 90 e 97, todos da Lei nº 1.071, de 11 de julho de 1990, do Estado de Mato Grosso do Sul.	Resolução nº 47, de 23.5.97
5265/97	Osmar Dias	Cria no Senado Federal a Comissão de Agricultura, Abastecimento e Reforma Agrária.	Tramitando
66/97	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza o Município de São Paulo a emitir, mediante oferta pública, Letras Financeiras do Tesouro do Município de São Paulo - LFTMSP, destinadas ao giro da Dívida Mobiliária, vencível em 1º de junho de 1997.	Resolução nº 44, de 22.5.97
67/97	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor total de cento e vinte e cinco milhões de dólares norte-americanos, entre o Estado do Rio Grande do Sul e o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, destinada a financiar a execução do Programa de Reforma do Estado.	Resolução nº 48, de 27.5.97

⁵² Anexada ao PRS nº 66/95.

Nº	Autor	Ementa	Resultado
68/97	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza o Estado do Goiás a contratar operação de crédito sob a forma de Termo Aditivo de Rerratificação ao Contrato de Abertura de Crédito celebrado em 21 de janeiro de 1997, junto à Caixa Econômica Federal.	Resolução nº 49, de 27.5.97
69/97	Comissão de Assuntos Econômicos	Eleva para dez bilhões de dólares norte-americanos o valor a que se referem os arts. 1º e 2º, "a", da Resolução nº 57, de 1995, do Senado Federal.	Resolução nº 51, de 10.6.97
70/97	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo no valor equivalente a doze milhões, seiscentos e setenta mil, oitenta e três dólares norte-americanos e noventa e cinco centavos, junto a um consórcio bancário liderado pelo Banque Paribas.	Resolução nº 52, de 10.6.97
71/97	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza o Estado do Rio Grande do Sul a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, no valor de cento e cinquenta milhões de dólares americanos, equivalentes a cento e cinquenta e seis milhões, novecentos e quinze mil reais, em 31.01.97, destinados ao financiamento de parte do programa de rodovias daquele Estado.	Resolução nº 58, de 17.6.97
72/97	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza o Estado do Ceará a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, junto ao The Overseas Economic Cooperation Fund - OECF, no valor equivalente a seis bilhões e vinte milhões de ienes japoneses, destinado ao financiamento parcial do Projeto de Energia Eólica do Estado do Ceará.	Resolução nº 50, de 3.6.97
73/97	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza o Governo do Estado de São Paulo a emitir, através de ofertas públicas, Letras Financeiras do Tesouro do Estado de São Paulo (LFTP), destinando-se os recursos ao giro de sua dívida mobiliária com vencimento em junho de 1997.	Resolução nº 54, de 12.6.97

Nº	Autor	Ementa	Resultado
74/97	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza o Estado do Espírito Santo a contratar operação de refinanciamento de dívida mobiliária do Estado, das operações de antecipação de receita orçamentária e dos empréstimos da Caixa Econômica Federal, inclusive os concedidos ao amparo dos Votos CMN nºs 162/95, 175/95, 122/96, 1/97 e 9/97, e suas alterações, na conformidade do protocolo de acordo firmado com o Governo Federal, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados.	Resolução nº 57, de 12.6.97
75/97	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza o Estado de Sergipe a contratar operação de crédito junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, no valor de onze milhões, quinhentos e trinta e cinco mil e duzentos reais, cujos recursos serão utilizados como contrapartida de recursos no âmbito do convênio de financiamento firmado com o Banco do Nordeste do Brasil - BNB para o Programa de Ação para o Desenvolvimento Turístico do Nordeste do Brasil - PRODETUR.	Resolução nº 55, de 12.6.97
76/97	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza a União a contratar operação de crédito externo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, no valor equivalente a até duzentos e setenta e cinco milhões de dólares norte-americanos, destinados a financiar parcialmente o Projeto de Modernização da Rodovia Fernão Dias (BR-381) - 2ª Etapa.	Resolução nº 56, de 12.6.97
77/97	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza o Estado do Rio Grande do Sul a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento-BIRD, no valor de cem milhões de dólares norte-americanos, equivalentes a cento e quatro milhões, seiscentos e dez mil reais em 31.01.97, destinados ao financiamento de parte do Projeto de Conservação dos Recursos Naturais e Combate à Pobreza e do Êxodo Rural.	Resolução nº 59, de 19.6.97

Nº	Autor	Ementa	Resultado
78/97	Comissão de Assuntos Económicos	Autoriza a elevação temporária dos limites de endividamento do Estado de Minas Gerais para que possa emitir, através de ofertas públicas, Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Minas Gerais (LFTMG), destinando-se os recursos ao giro de sua dívida mobiliária com vencimento no 2º semestre de 1997.	Resolução nº 60, de 24.6.97
79/97	Comissão de Assuntos Económicos	Autoriza o Estado do Rio de Janeiro a contratar e conceder contragarantia à operação de crédito junto à Caixa Económica Federal, com garantia da União, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados.	Resolução nº 61, de 24.6.97
80/97	Comissão de Assuntos Económicos	Autoriza a elevação temporária dos limites de endividamento do Estado de Santa Catarina para que possa emitir, através de ofertas públicas, Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Santa Catarina (LFTSC), destinando-se os recursos ao giro de sua dívida mobiliária com vencimento no 2º semestre de 1997.	Resolução nº 62, de 26.6.97
81/97	Comissão de Assuntos Económicos	Autoriza a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro a emitir, por intermédio de ofertas públicas, Letras Financeiras do Tesouro do Município do Rio de Janeiro (LFTM-RJ), destinando-se os recursos ao giro de sua dívida mobiliária com vencimento no 2º semestre de 1997.	Resolução nº 64, de 2.7.97
82/97	Comissão de Assuntos Económicos	Autoriza a elevação temporária dos limites de endividamento do Estado do Rio de Janeiro para que possa emitir, através de ofertas públicas, Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Rio de Janeiro - LFTRJ, destinando-se os recursos ao giro de sua dívida mobiliária com vencimento no 2º semestre de 1997.	Resolução nº 65, de 2.7.97
83/97	Comissão de Assuntos Económicos	Denega autorização ao Município de Osasco para emitir Letras Financeiras do Tesouro do Município de Osasco (LFTMO), cujos recursos seriam destinados ao giro de sua dívida mobiliária com precatórios no 1º semestre de 1997.	Resolução nº 76, de 27.8.97

Nº	Autor	Ementa	Resultado
84/97	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza a Prefeitura Municipal de Coronel Barros (RS) a contratar operação de crédito junto à Caixa Econômica Federal, no valor de sessenta e um mil, trezentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta centavos, destinada à construção de unidades habitacionais.	Resolução nº 66, de 9.7.97
5385/97	Marluce Pinto	Cria a Comissão Permanente da Amazônia - CAM e dá outras providências.	Tramitando
86/97	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza o Estado de São Paulo a contratar operação de refinanciamento de dívidas do Estado, consubstanciada nos contratos celebrados em 22 de maio de 1997, com base no protocolo de acordo firmado entre a União e o Governo do Estado de São Paulo, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados.	Resolução nº 118, de 21.11.97
92/97	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza a elevação temporária dos limites de endividamento do Estado de Minas Gerais para que possa emitir, através de ofertas públicas, Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Minas Gerais - LFTMG, destinando-se os recursos ao giro de sua dívida mobiliária com vencimento no segundo semestre de 1997.	Resolução nº 74, de 14.8.97
93/97	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza a elevação temporária dos limites de endividamento do Estado do Rio Grande do Sul para que possa emitir, através de ofertas públicas, Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Rio Grande do Sul - LFTRS, destinando-se os recursos ao giro de sua dívida mobiliária com vencimento no segundo semestre de 1997.	Resolução nº 73, de 14.8.97
94/97	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza a elevação temporária dos limites de endividamento do Estado do Mato Grosso para que possa emitir, através de ofertas públicas, Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Mato Grosso - LFTEMT, destinando-se os recursos ao giro de sua dívida mobiliária com vencimento no segundo semestre de 1997.	Resolução nº 72, de 13.8.97

⁵³ Anexado, em 15.7.97, ao PRS 66/95.

Nº	Autor	Ementa	Resultado
95/97	Comissão de Assuntos Econômicos	Aprova o Terceiro Termo Aditivo de Rerratificação ao Contrato de Abertura de Crédito celebrado entre o Estado de Alagoas e a Caixa Econômica Federal, em 10.12.96, relativo ao Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados e cujos recursos são destinados ao Programa de Desligamento Voluntário - PDV.	Resolução nº 75, de 14.8.97
96/97	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza o Governo da República Federativa do Brasil a reescalonar os créditos brasileiros junto à República do Suriname.	Resolução nº 84, de 10.9.97
5497/97	Esperidião Amin	Acrescenta alínea ao parágrafo 3º do artigo 1º da Resolução nº 12, de 1997.	Tramitando
98/97	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza a elevação temporária dos limites de endividamento do Estado do Rio de Janeiro para que possa emitir, através de ofertas públicas, Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Rio de Janeiro - LFTRJ, destinando-se os recursos ao giro de sua dívida mobiliária com vencimento no 3º quadrimestre de 1997.	Resolução nº 79, de 2.9.97
99/97	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza a elevação temporária dos limites de endividamento do Estado do Rio de Janeiro, para que possa contratar operação de crédito junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, no valor de cinquenta e seis milhões, novecentos e setenta e sete mil, oitocentos e cinquenta reais, a preços de 19/05/97, cujos recursos serão destinados à compra de equipamentos relativos ao Projeto de Recuperação Operacional, Consolidação e Expansão do Metrô - RJ.	Resolução nº 80, de 2.9.97
100/97	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza o Governo do Estado do Rio de Janeiro a elevar temporariamente seus limites de endividamento para realizar operação de crédito junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, destinada ao Projeto de Recuperação Operacional, Consolidação e Expansão do Metrô - RJ.	Resolução nº 81, de 2.9.97
101/97 (Vide PRS 49/96)	Comissão de Assuntos Econômicos	Altera a Resolução nº 69, de 1995, do Senado Federal.	Tramitando

⁵⁴ Em 16.10.97, passou a tramitar em conjunto com os PRS nºs 16 e 126/96.

Nº	Autor	Ementa	Resultado
102/97	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Sul a emitir Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Rio Grande do Sul - LFTRS, cujos recursos serão destinados à liquidação da oitava parcela, bem como da correção monetária relativa à sexta e sétima parcelas, todas de precatórios judiciais.	Resolução. nº 97, de 14.10.97
103/97	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza o Governo do Estado do Piauí a alterar a forma e o prazo de pagamento dos contratos de operação de crédito, celebrados em 22 e 29 de dezembro de 1995, junto à Caixa Econômica Federal, relativos ao Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados.	Resolução nº 87, de 18.9.97
104/97	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza a República Federativa do Brasil a prestar garantia em operação de crédito externo a ser celebrado entre a Prefeitura Municipal de Porto Alegre - RS e o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata - Fonplata, no valor de até dois milhões e seiscentos mil dólares norte-americanos, de principal, destinando-se os recursos ao financiamento parcial do Projeto de Ampliação do Hospital de Pronto Socorro de Porto Alegre - RS, e dá outras providências.	Resolução nº 77, de 28.8.97
105/97	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza a Prefeitura Municipal de Porto Alegre a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, junto ao Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata - Fonplata, no valor de um milhão, cento e quarenta e três mil dólares norte-americanos, equivalentes a um milhão, duzentos e nove mil, oitocentos e sessenta e cinco reais e cinquenta centavos, em 31 de março de 1997.	Resolução nº 78, de 28.8.97
106/97	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, no valor equivalente a vinte e cinco milhões de dólares norte-americanos, de principal, destinando-se os recursos ao financiamento parcial do Programa Rede de Pesquisa e Desenvolvimento de Políticas Públicas, a ser executado pelo Ministério do Planejamento e Orçamento.	Resolução nº 88, de 18.9.97

Nº	Autor	Ementa	Resultado
107/97	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza a Prefeitura Municipal de São Paulo a emitir, por intermédio de ofertas públicas, Letras Financeiras do Tesouro do Município de São Paulo (LFTM-SP), destinando-se os recursos ao giro de sua dívida mobiliária com vencimento no 2º semestre de 1997.	Resolução nº 82, de 2.9.97
108/97 (Vide PRS 49/96)	Comissão Parlamentar de Inquérito criada através do RQS nº 1.101/96 (Títulos Públicos)	Dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização, e dá outras providências.	Tramitando
109/97	Comissão de Assuntos Econômicos	Dá nova redação à alínea "g" do art. 2º da Resolução nº 30, de 1997, do Senado Federal.	Resolução nº 83, de 4.9.97
110/97	Comissão de Assuntos Econômicos	Denega autorização ao Município de Goioerê para contratar operação de crédito junto ao Banco do Estado do Paraná S.A. no valor de um milhão, quatrocentos e sessenta mil e duzentos reais, cujos recursos seriam destinados a obras de infraestrutura urbana, bem como à aquisição de terrenos que seriam doados à Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR.	Resolução nº 104, de 4.11.97
111/97	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza o Estado de São Paulo a emitir, através de ofertas públicas, Letras Financeiras do Tesouro do Estado de São Paulo - LFTSP, destinando-se os recursos ao giro de sua dívida mobiliária com vencimento em setembro de 1997.	Resolução nº 86, de 16.9.97
112/97	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza o Governo do Estado do Maranhão a contratar, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal de Longo Prazo dos Estados, operação de crédito junto à Caixa Econômica Federal, no valor de cem milhões de reais.	Resolução nº 85, de 16.9.97
113/97	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza o Governo do Estado do Maranhão a contratar operação de crédito junto à Caixa Econômica Federal, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, no valor de trinta e quatro milhões, duzentos e cinquenta mil reais.	Resolução nº 89, de 18.9.97

Nº	Autor	Ementa	Resultado
114/97	Casildo Maldaner	Determina a criação de mecanismo de tradução para deficientes auditivos na TV Senado.	Tramitando
115/97	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza a elevação temporária dos limites de endividamento do Estado de Santa Catarina para que possa emitir, através de ofertas públicas, Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Santa Catarina (LFTSC), destinando-se os recursos ao giro de sua dívida mobiliária com vencimento no dia primeiro de outubro de 1997.	Resolução nº 92, de 30.9.97
116/97	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Sul a realizar operação de crédito junto à Caixa Econômica Federal - CEF, no valor de quatro milhões, novecentos e oitenta mil reais, cujos recursos serão destinados à assunção de parte dos custos de infra-estrutura dos Núcleos Morgado Rosa e Ferronato, em Bagé, Rio Grande do Sul.	Resolução nº 94, de 9.10.97
117/97	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza o Governo do Estado do Ceará a contratar operação de crédito externo junto à MLW Intermed-Handels - und Consultinggesellschaft für Erzeugnisse und Ausrüstungen des Gesundheits - und Bildungswesens mbH, empresa do comércio exterior da República Federal da Alemanha no valor de oito milhões e quinhentos mil dólares, equivalentes a nove milhões, cento e sete mil e setecentos e cinquenta reais, a preços de 31 de maio de 1997, cujos recursos serão utilizados na compra de equipamentos de ensino e pesquisa científica e tecnológica destinados ao aparelhamento das Universidades Estaduais e Institutos de Pesquisa vinculados à Secretaria da Ciência e Tecnologia do Estado.	Resolução nº 90, de 18.9.97
118/97	Comissão de Assuntos Econômicos	Concede autorização global aos Estados e ao Distrito Federal para contratar subempréstimo com a Caixa Econômica Federal, na qualidade de agente financeiro da União, no âmbito do Programa nacional de Apoio à Administração Fiscal para os Estados Brasileiros - PNAFE.	Resolução nº 91, de 23.9.97

Nº	Autor	Ementa	Resultado
119/97	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza o Estado de Minas Gerais a contratar operação de crédito junto à Caixa Econômica Federal, no valor de dois milhões, novecentos e trinta e dois mil, quatrocentos e noventa reais e quarenta centavos, no âmbito do programa PRÓ-SANEAMENTO.	Tramitando
120/97	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza o Estado de Minas Gerais a prestar garantia em operação de crédito a ser contratada pela Companhia de Habitação de Minas Gerais - COHAB/MG com a Caixa Econômica Federal - CEF, no valor de quatro milhões, setecentos e cinquenta e quatro mil reais, destinando-se os recursos ao fornecimento de cartas de crédito habitacionais.	Tramitando
121/97	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza o Governo do Estado de Minas Gerais a conceder garantia à operação de crédito a ser realizada pela Companhia de Habitação de Minas Gerais - COHAB - MG, junto à Caixa Econômica Federal, no valor de onze milhões, oitocentos e quarenta e seis mil reais.	Tramitando
122/97	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza o Município de Piracicaba - SP a conceder garantia à operação de crédito a ser contratada pelo Serviço Municipal de Água e Esgoto de Piracicaba - SEMAE, junto ao Banco do Estado de São Paulo, no valor de um milhão e duzentos mil reais.	Resolução nº 95, de 9.10.97
123/97	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza o Município de Piracicaba - SP a conceder garantia à operação de crédito a ser contratada pelo Serviço Municipal de Água e Esgoto de Piracicaba - SEMAE, junto ao Banco do Estado de São Paulo, no valor de quatrocentos e noventa mil reais.	Resolução nº 96, de 9.10.97
124/97	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza o Estado de Sergipe a contratar operação de crédito junto à Caixa Econômica Federal, no valor de cinquenta milhões de reais, destinando-se os recursos ao financiamento do Programa Incentivo ao Desligamento Voluntário no Serviço Público - PDV, que integra o Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados.	Resolução nº 93, de 30.9.97

Nº	Autor	Ementa	Resultado
125/97	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de cinquenta e cinco milhões, quatrocentos e seis mil dólares norte-americanos, equivalentes a cinquenta e nove milhões, trezentos e sessenta e sete mil, quinhentos e vinte e nove reais, a preços de 31 de maio de 1997, entre o Governo do Estado do Mato Grosso e o Istituto Bancario San Paolo di Torino S.p.A., destinada ao financiamento da construção de pontes de concreto no âmbito do Programa de Perenização das Travessias do Estado.	Resolução nº 101, de 22.10.97
126/97-CN	Abdias Nascimento e Esperidião Amin	Institui o Prêmio Cruz e Sousa e dá outras providências.	À Câmara dos Deputados
127/97	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza a União a contratar operação de crédito externo, no valor equivalente a até trezentos e setenta e sete milhões, cinquenta mil e trezentos e trinta e dois dólares norte-americanos, junto ao Brazilian American Merchant Bank, destinada ao financiamento do Programa de Reparelhamento e Modernização da Força Terrestre a ser executado pelo Ministério do Exército.	Resolução nº 108, de 12.11.97
128/97	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza a União a contratar operação de crédito externo, com o Brazilian American Merchant Bank, no valor equivalente a até duzentos e trinta e seis milhões, quinhentos e noventa mil, novecentos e quarenta dólares norte-americanos, destinando-se os recursos ao financiamento do Programa de Reparelhamento e Modernização da Força Terrestre, a ser executado pelo Ministério do Exército.	Resolução nº 109, de 12.11.97
129/97	José Sarney, demais Presidentes das Comissões Permanentes do Senado Federal e Líderes Partidários	Dá nova redação ao "caput" do art. 77 do Regimento Interno do Senado Federal (composição das comissões permanentes).	Tramitando

Nº	Autor	Ementa	Resultado
130/97 (Vide PRS nº 49/96)	João Rocha	Modifica o art. 4º da Resolução nº 69, de 1995, do Senado Federal e acrescenta-lhe dispositivos, estabelecendo novos limites e condições para as operações de crédito e os dispêndios com a dívida pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.	Tramitando
131/97 (Vide PRS nº 49/96)	João Rocha	Modifica o art. 3º da Resolução nº 96, de 1989, do Senado Federal e acrescenta-lhe dispositivos, estabelecendo novos limites e condições para as operações de crédito da União e os dispêndios com a dívida pública federal.	Tramitando
132/97	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza o Município de Linhares - ES, a contratar operação de crédito, junto à Caixa Econômica Federal, no valor de dois milhões e trezentos mil reais, para a realização de obra de implantação do sistema de esgotamento sanitário e pavimentação de bairros do município.	Resolução nº 113, de 19.11.97
133/97	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza o Estado da Paraíba a transferir para a Caixa Econômica Federal - CEF seus débitos junto às instituições financeiras que especifica, com o aval da União, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, no valor total de cento e vinte e quatro milhões, cento e noventa e cinco mil, setecentos e três reais e dois centavos.	Resolução nº 98, de 21.10.97
134/97	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza o Governo do Estado do Mato Grosso do Sul a transferir para a Caixa Econômica Federal - CEF débitos daquele Estado junto a doze Instituições Financeiras, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados.	Resolução nº 102, de 23.10.97
135/97	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza o Estado do Rio Grande do Norte a contratar operação de crédito junto à Caixa Econômica Federal - CEF, relativa ao Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, no valor de quarenta milhões de reais, destinando-se os recursos integralmente à quitação de dívidas flutuantes junto ao Banco do Brasil S.A.	Resolução nº 99, de 21.10.97

Nº	Autor	Ementa	Resultado
136/97	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Norte, a contratar operação de crédito junto à Caixa Econômica Federal - CEF, relativa ao Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados.	Resolução nº-100, de 21.10.97
137/97	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza o Estado da Bahia a conceder garantias às operações de crédito a serem contratadas no âmbito do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana, junto às instituições de crédito oficiais.	Resolução nº 105, de 4.11.97
138/97	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza a União a contratar operação de crédito externo, no valor equivalente a trezentos milhões de dólares norte-americanos, de principal junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, destinada ao financiamento parcial do Projeto de Restauração e Descentralização de Rodovias Federais, a ser executado pelo Departamento Nacional de Estradas e Rodagem - DNER.	Resolução nº 106, de 4.11.97
139/97	Comissão de Assuntos Econômicos	Altera a Resolução nº 56, de 1997, que autoriza a União a contratar operação de crédito externo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, no valor equivalente a até duzentos e setenta e cinco milhões de dólares norte-americanos, destinada a financiar parcialmente o Projeto de Modernização da Rodovia Fernão Dias (BR-381) - 2ª Etapa.	Resolução nº 103, de 28.10.97
140/97	Lauro Campos	Fixa alíquota do ICMS incidente nas operações interestaduais com os insumos agropecuários que especifica.	Tramitando
141/97	Waldeck Ornelas	Modifica a Resolução nº 22, de 1989, do Senado Federal, que estabelece alíquotas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, nas operações e prestações interestaduais.	Tramitando

Nº	Autor	Ementa	Resultado
142/97	Jonas Pinheiro	Altera a Resolução nº 101, de 1997, que "autoriza a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US\$ 55,406,000.00 (cinquenta e cinco milhões, quatrocentos e seis mil dólares norte-americanos), equivalentes a R\$ 59.367.529,00 (cinquenta e nove milhões, trezentos e sessenta e sete mil, quinhentos e vinte e nove reais), a preços de 31.05.97, entre o Governo do Estado do Mato Grosso e o Instituto Bancario San Paolo di Torino S.p.A., destinada ao financiamento da construção de pontes de concreto no âmbito do Programa de Perenização das Travessias do Estado".	Resolução nº 110, de 12.11.97
143/97	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza o Estado do Rio Grande do Sul a transferir para a Caixa Econômica Federal - CEF seus débitos junto às instituições financeiras que especifica, com o aval da União, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, no valor total de cento e trinta e nove milhões, cento e sessenta e sete mil, oitocentos e seis reais e sessenta e um centavos, apurado em 28 de fevereiro de 1997.	Resolução nº 114, de 19.11.97
144/97	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo junto ao consórcio formado pelo Banque Paribas e o Barclays Bank PLC, no valor equivalente a até oito milhões, oitocentos e setenta e cinco mil, trinta dólares norte-americanos e nove centavos, de principal, cujos recursos serão destinados a financiar, parcialmente, o Programa de Reaparelhamento da Marinha Brasileira.	Resolução nº 115, de 19.11.97
145/97-CN	Beni Veras e outros Senadores	Regulamenta a Lei nº 9.506, de 30 de outubro de 1997, que "extingue o Instituto de Previdência dos Congressistas - IPC, e dá outras providências".	Tramitando
146/97	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza a elevação temporária dos limites de endividamento do Estado de Santa Catarina para que possa emitir Letras Financeiras do Tesouro de Santa Catarina (LFTSC), destinando-se os recursos ao giro de sua dívida mobiliária com vencimento no último bimestre de 1997.	Resolução nº 107, de 11.11.97

Nº	Autor	Ementa	Resultado
147/97	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza o Estado da Bahia a contratar operação de crédito externo, com o aval da União, junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, no valor equivalente a US\$ 51.000.000,00 (cinquenta e um milhões de dólares norte-americanos), destinada a financiar parcialmente o Projeto de Gerenciamento dos Recursos Hídricos do Estado da Bahia.	Resolução nº 116, de 20.11.97
148/97	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza o Governo do Estado de Sergipe a realizar emissão de Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Sergipe - LFTS, cujos recursos serão destinados ao giro da dívida mobiliária vencível no segundo semestre de 1997.	Resolução nº 111, de 13.11.97
149/97	Comissão de Assuntos Econômicos	Altera o art. 13 da Resolução nº 69, de 1995, do Senado Federal.	Resolução nº 117, de 21.11.97
150/97	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza a União a contratar operação de crédito externo, no valor equivalente a até duzentos e cinquenta milhões de dólares norte-americanos, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, destinada ao financiamento do Programa de Reforma da Educação Profissional.	Resolução nº 112, de 18.11.97
151/97	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza o Estado do Piauí a contratar operação de crédito consubstanciada nos contratos de cessão de crédito, confissão e novação de dívida e outras avenças, com interveniência da União, celebrados em 28 de agosto de 1997, com base no protocolo de acordo firmado entre a União e o Governo do Estado do Piauí, e ao amparo do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal de Estados.	Resolução nº 121, de 2.12.97
152/97	Gilberto Miranda	Altera o art. 16 da Resolução nº 69, de 1995, do Senado Federal.	Tramitando
153/97	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza a Prefeitura Municipal de Anchieta - ES a realizar operação de crédito junto à Caixa Econômica Federal - CEF, no valor de trezentos e cinquenta mil reais, cujos recursos, oriundos do FGTS, serão destinados à construção de unidades habitacionais no Conjunto Padre José de Anchieta, naquele Município	Resolução nº 124, de 10.12.97

Nº	Autor	Ementa	Resultado
154/97	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza a União a prestar garantia em operação de crédito externo a ser contratada pelo Governo do Estado do Ceará com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, no valor de cento e quinze milhões de dólares norte-americanos, equivalentes a cento e vinte e cinco milhões, quinhentos e vinte e dois mil e quinhentos reais, a preços de 29.8.97, bem como autoriza o Governo do Estado do Ceará a contratar a referida operação de crédito, destinando-se os recursos à execução do Programa Rodoviário do Estado do Ceará.	Resolução nº 119, de 27.11.97
155/97	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza o Estado do Ceará a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, no valor de nove milhões e seiscentos mil dólares norte-americanos, equivalentes a dez milhões, quatrocentos e setenta e oito mil e quatrocentos reais, em 29.8.97.	Resolução nº 120, de 27.11.97
156/97	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza a União a celebrar contrato de financiamento com a empresa húngara Medicor Comercial S/A, no valor de cinquenta milhões de dólares norte-americanos, destinados às Organizações Militares de Saúde do Ministério do Exército.	Resolução nº 125, de 10.12.97
55157/97	Pedro Simon	Suprime o inciso V do artigo 293 do Regimento Interno do Senado Federal (Resolução do Senado nº 93, de 1970).	Tramitando
158/97	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza a elevação temporária do limite de endividamento do Estado da Paraíba para que possa contratar operação de crédito junto ao Banco do Nordeste do Brasil - BNB, no valor de R\$ 23.000.000,00 (vinte e três milhões de reais), para execução de projetos de infra-estrutura e desenvolvimento institucional naquele Estado.	Resolução nº 122, de 4.12.97

⁵⁵ Em 8.12.97, foi anexado ao PRS 66/95.

Nº	Autor	Ementa	Resultado
159/97	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza o Estado do Ceará a contratar operação de refinanciamento de dívida mobiliária do Estado, consubstanciada no contrato de confissão, assunção e refinanciamento de dívidas, celebrado com a União em 16 de outubro de 1997, com base no protocolo de acordo firmado entre a União e o Governo do Estado do Ceará, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados.	Resolução nº 123, de 4.12.97
160/97	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza o Governo do Estado de São Paulo a emitir, por intermédio de ofertas públicas, Letras Financeiras do Tesouro do Estado de São Paulo (LFTSP), destinando-se os recursos ao giro de sua dívida mobiliária com vencimento em dezembro de 1997.	Resolução nº 126, de 10.12.97
161/97	Comissão de Serviços de Infra-Estrutura	Modifica o Regimento Interno do Senado Federal, transformando a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura em Comissão de Assuntos Regionais, Infra-Estrutura e Meio Ambiente.	Tramitando
162/97	Erandes Amorim	Dá nova redação ao caput do art. 126 do Regimento Interno do Senado Federal, modificando o critério de distribuição dos projetos para relatar, por comissão.	Tramitando
163/97	Erandes Amorim	Altera o art. 79 do Regimento Interno do Senado Federal.	Tramitando
164/97	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza o Estado do Mato Grosso a elevar temporariamente o seu limite de endividamento para que possa contratar e prestar contragarantia à operação de crédito externo, com o aval da União, junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, no valor equivalente a quarenta e cinco milhões de dólares norte-americanos, destinada a financiar parcialmente o Programa de Reforma do Estado do Mato Grosso.	Tramitando

Nº	Autor	Ementa	Resultado
165/97	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza o Governo do Estado de Minas Gerais a elevar temporariamente os seus limites de endividamento para realizar emissão de Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Minas Gerais - LTMG, cujos recursos serão destinados ao giro da dívida mobiliária vencível no 1º semestre de 1998.	Resolução nº 127, de 10.12.97
166/97	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza a elevação temporária dos limites de endividamento do Estado do Rio de Janeiro para que possa emitir, através de ofertas públicas, Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Rio de Janeiro - LFTRJ, destinando-se os recursos ao giro de sua dívida mobiliária com vencimento no 1º semestre de 1998.	Resolução nº 129, de 11.12.97
167/97	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza o Município de São Paulo a emitir, através de ofertas públicas, Letras Financeiras do Tesouro do Município de São Paulo (LFTMSP), destinando-se os recursos ao giro de sua dívida mobiliária com vencimento no 1º semestre de 1998.	Resolução nº 130, de 10.12.97
168/97	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza o Estado da Bahia a contratar operação de refinanciamento de dívida do Estado, consubstanciada no Contrato de confissão, assunção, consolidação e refinanciamento de dívidas, celebrado com a União em 1º de dezembro de 1997, com base no Protocolo de Acordo firmado entre a União e o Governo do Estado da Bahia, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados.	Resolução nº 131, de 11.12.97
169/97	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, no valor equivalente a vinte milhões de dólares norte-americanos de principal, destinando-se os recursos ao financiamento parcial do Programa de Aperfeiçoamento dos Instrumentos de Atuação do Banco Central do Brasil.	Resolução nº 132, de 11.12.97
170/97	Pedro Simon	Cria capela ecumênica em dependências do Senado Federal.	Tramitando

Nº	Autor	Ementa	Resultado
171/97	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza o Estado do Mato Grosso do Sul a contratar operação de crédito junto à Caixa Econômica Federal, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, no valor total de quarenta milhões de reais.	Resolução nº 128, de 10.12.97
172/97	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza o Estado de Minas Gerais a elevar temporariamente, e em caráter excepcional, os limites estabelecidos no art. 4º, incisos I e II, da Resolução nº 69, de 1995, e a contratar operação de crédito junto à Companhia Vale do Rio Doce S.A., no valor de nove milhões, duzentos e sessenta e quatro mil, seiscentos e sessenta e seis reais e quarenta e seis centavos.	Resolução nº 133, de 11.12.97
173/97	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, no valor equivalente a até trezentos milhões de dólares norte-americanos, de principal, destinando-se os recursos ao financiamento parcial do Programa de Restauração e Descentralização de Rodovias Federais.	Tramitando
174/97	Carlos Patrocínio	Altera o Regimento Interno do Senado Federal.	Tramitando
175/97	Carlos Patrocínio	Altera o Regimento Interno do Senado Federal.	Tramitando
176/97	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza o Estado do Paraná a contratar e prestar contragarantia a operação de crédito externo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, com o aval da União, no valor de cem milhões de dólares norte-americanos, de principal, destinando-se os recursos ao financiamento parcial do Programa de Expansão, Melhoria e Inovação do Ensino Médio no Paraná.	Resolução nº 134, de 12.12.97

Nº	Autor	Ementa	Resultado
177/97	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza o Estado do Paraná a contratar, com o aval da União, operação de crédito externo, no valor total equivalente a vinte e três bilhões, seiscentos e oitenta e seis milhões de ienes japoneses, entre o Governo do Estado do Paraná e o The Overseas Economic Cooperation Fund - OECF (Fundo de Cooperação Econômica Ultramarina), destinada ao financiamento, parcial, do Projeto de Saneamento Ambiental do Estado do Paraná, a ser executado pela Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR.	Resolução nº 135, de 12.12.97
178/97	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza o Estado do Paraná a contratar e prestar contragarantia a operação de crédito externo, com o aval da União, junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, no valor de cento e setenta e cinco milhões de dólares norte-americanos, destinando-se os recursos ao Programa de Alívio à Pobreza Rural e Gerenciamento de Recursos Naturais - Paraná 12 Meses.	Resolução nº 136, de 12.12.97
179/97	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza o Município do Rio de Janeiro a emitir, através de ofertas públicas, Letras Financeiras do Tesouro do Município do Rio de Janeiro - LFTM-RIO, destinando-se os recursos ao giro de sua dívida mobiliária vencível no 1º semestre de 1998.	Tramitando

f) Indicações

1) Da sessão legislativa anterior

Nº	Autor	Assunto	Resultado
3/95	Romeu Tuma	Sugere que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional faça estudos sobre a implantação do Sistema SIPAM/SIVAM, especialmente em relação à licitação para aquisição de materiais e equipamentos.	Tramitando
4/95	José Agripino	Propõe que a ala onde estão localizados os Gabinetes nºs 1 a 3 do Edifício Principal-térreo, seja denominada Ala Senador Dinarte Mariz.	Aprovada em 6.6.95
6/95	Romero Jucá	Sugere que a Comissão de Assuntos Econômicos, a Comissão de Assuntos Sociais e a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em conjunto, criem uma subcomissão mista temporária, para estudar e consolidar e a legislação agrária, agrícola e do meio ambiente.	Tramitando
8/95	José Agripino Maia	Solicita à Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, providências no sentido de proceder estudos e analisar as medidas cabíveis para a urgente instalação do Sistema de Transmissão Venezuela - Brasil, com utilização da energia gerada pela Usina Hidrelétrica Raul Leoni (Gúri) no suprimento de Boa Vista e Manaus.	Aprovada em 25.9.97
9/95	Odacir Soares	Propõe que o local onde estão localizadas as vitrines do corredor que liga o Anexo I ao Prédio Principal seja denominado de "Vitrine dos Estados".	Tramitando
10/95	Romero Jucá e Sebastião Rocha	Solicita da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com fundamento no art. 103, I, do Regimento Interno, providências no sentido de analisar e desenvolver as medidas necessárias para a urgente instalação de uma Representação Regional do Ministério das Relações Exteriores, em Manaus - AM.	Tramitando

Nº	Autor	Assunto	Resultado
11/95	Romero Jucá	Solicita que a Comissão de Assuntos Sociais apresente estudos e providências no sentido de redefinir e consolidar a legislação sobre o meio ambiente nos âmbitos federal e estadual.	Tramitando
1/96	Emília Fernandes	Sugere que seja objeto de estudo pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional o estabelecimento de relações diplomáticas e comerciais entre o Brasil e a República Popular e Democrática da Coréia.	Tramitando
2/96	Romeu Tuma	Sugere que a Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal estude as condições efetivas de melhoria do nível de emprego no Brasil, em face da possível flexibilidade da legislação trabalhista.	Tramitando

2) Da presente sessão legislativa

Nº	Autor	Assunto	Resultado
1/97	Leomar Quintanilha	Realização de um Seminário sobre Manipulações Genéticas, a ser promovido pelo Senado Federal, com a participação de representantes do Poder Executivo, do Poder Judiciário, da comunidade científica brasileira e da sociedade civil.	Tramitando
2/97	Jader Barbalho	Questão de ordem quanto à possibilidade de os Senadores membros de CPI apresentarem emendas a Relatório.	Tramitando

g) Requerimentos

a) Apresentados em Plenário

Aprovados	720
Prejudicados	43
Deferidos	25
Rejeitados	107
Retirados	33
Em tramitação	93
TOTAL	1.021

a.1) de sessões legislativas anteriores

Nº	Autor	Assunto	Resultado
99/91	Esperidião Amin	Voto de Censura ao Governo dos Estados Unidos da América.	Tramitando
247/91	Oziel Carneiro	Destaque para rejeição de parte de substitutivo ao PLS 94/88.	Prejudicado
995/91	Carlos Patrocínio	Pedido de informações ao Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento.	Aprovado pela Mesa em 26.2.92 Atendido (Aviso nº 354/92)
76/92	Mansueto de Lavor	Voto de congratulações ao Presidente da África do Sul, Frederik de Klerk, e ao povo daquele País, pela realização do plebiscito que determinou o encerramento do regime de "Apartheid".	Tramitando
195/95	Jefferson Péres	Convocação do Ministro da Fazenda para prestar informações perante o Plenário do Senado.	Tramitando
364/95	Sérgio Machado	Tramitação conjunta dos PRS nºs 15/95 e 18/95.	Tramitando
715/95	Erandes Amorim	Pedidos de informações ao Ministro das Minas e Energia.	Tramitando

Nº	Autor	Assunto	Resultado
1.037/95	Júnia Marise	Convocação do Ministro da Agricultura, Abastecimento e Reforma Agrária para, perante o Plenário desta Casa, explicar as diretrizes da política agrícola adotada pelo Governo Federal.	Retirado (RQS nº 942/97).
1.061/95	José Eduardo Dutra	Convocação do Senhor Ministro da Fazenda, Dr. Pedro Malan, para, perante o Plenário do Senado Federal, possa prestar esclarecimentos quando às atividades desenvolvidas pelo Secretário de Acompanhamento Econômico, Sr. José Milton Dallari.	Retirado (RQS nº 696/96)
1.332/95	Lúcio Alcântara	Pedido de informações ao Procurador Geral da República.	Tramitando
1.414/95	Lúcio Alcântara	Sobrestamento do PLS 200/95.	Prejudicado
1.420/95	Júnia Marise	Convocação do Ministro da Fazenda para comparecer ao Plenário do Senado Federal e explicar as medidas de fortalecimento do Sistema Financeiro adotadas pelo Governo Federal.	Tramitando
1.523/95	Roberto Requião	Inclusão em Ordem do dia do Diversos nº 65/95.	Prejudicado em 20.6.96
1.546/95	José Eduardo Dutra	Inclusão em Ordem do Dia do PLC 76/91.	Tramitando
59/96	Carlos Patrocínio	Convocação do Senhor Ministro do Trabalho, a fim de prestar esclarecimentos sobre o Programa de Geração de Empregos.	Tramitando
228/96	Roberto Requião e outros Senadores	Voto de aplauso ao Superior Tribunal de Justiça, pela decisão de sua 6ª Turma, ao conceder <i>habeas corpus</i> aos Sem Terra, presos e com prisão preventiva decretada.	Tramitando
266/96	Sebastião Rocha	Consignação de um voto de louvor ao Jornal "A Província do Pará", que completará, no próximo dia 25.3, 120 anos de fundação.	Tramitando
327/96	Gilberto Miranda	Pedido de informações ao Presidente do Banco do Brasil S.A., através do Ministro da Fazenda.	Tramitando

Nº	Autor	Assunto	Resultado
524/96	José Agripino	Solicita prorrogação por mais quinze dias do prazo para apresentação do parecer sobre o PLS nº 161/96.	Aprovado em 28.05.96
587/96	Romero Jucá	Sobrestamento do estudo do PLS 216/95.	Tramitando
670/96	Jáder Barbalho	Convocação do Senhor Ministro dos Transportes para comparecer perante o Plenário do Senado Federal, a fim de prestar esclarecimentos à Casa acerca do papel do Ministério dos Transportes no âmbito das atividades tradicionalmente exercidas pelo setor público, bem como, das condições da malha rodoviária federal.	Tramitando
671/96	Epitácio Cafeteira	Solicita apreciação, pelo Plenário, do Requerimento de Informações nº 357/96.	Tramitando
724/96	Coutinho Jorge	Convocação do Senhor Ministro do Planejamento, Dr. Antônio Kandir, para, no Plenário do Senado, prestar informações sobre a execução do Orçamento da União, para 1996, e sobre os vetos apostos ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 1997.	Prejudicado
876/96	Líderes	Sobrestamento do estudo da PEC 57/95.	Rejeitado
950/96	Gilberto Miranda	Pedido de informações ao Ministro da Fazenda.	Aprovado pela Mesa em 10.10.96 (Atendido (Aviso nº 1.007/96))
953/96	Bello Parga	Solicita o sobrestamento da discussão da PEC nº 18/95.	Prejudicado
980/96	do Presidente da CE, Sen. Roberto Requião	Inclusão em Ordem do Dia do PLS 109/95.	Aprovado em 30.01.96
1.057/96	Roberto Freire	Inclusão em Ordem do Dia do PLS 86/95.	Aprovado

Nº	Autor	Assunto	Resultado
1.058/96	Eduardo Suplicy	Voto de aplauso à Sua Excelência, o Senhor Boutros Boutros-Ghali, Secretário-Geral da ONU, pelas iniciativas promovidas no curso de sua gestão, no sentido de garantir a autodeterminação do Timor Leste e do Povo Maubere, bem assim de solidariedade à Sua Excelência para perseverar em seus esforços, a fim de que sejam observadas as deliberações da ONU concernentes à independência do território do Timor Oriental e da nação timorense.	Aprovado
1.091/96	Comissão Temporária criada através do REQ 201/95.	Inclusão em Ordem do Dia do PRS 66/95	Tramitando
1.094/96	Francisco Escórcio	Transcrição nos Anais do artigo de Carlos Magalhães, intitulado "Plano Piloto - DF", publicado no "Jornal de Brasília" de 23 de novembro de 1996.	Prejudicado
1.100/96	Marina Silva	Inclusão em Ordem do Dia do PLC 151/92	Tramitando
1.106/96	Emília Fernandes	Convocação do Ministro Interino da Saúde, Sr. José Carlos Seixas, para prestar informações sobre assunto relacionado à suspensão da fabricação de medicamentos pela Associação dos Laboratórios Oficiais do Brasil - ALFOB.	Tramitando
1.134/96	Júlio Campos	Inclusão em Ordem do Dia do PLS 87/96.	Retirado (RQS nº 226/97).
1.137/96	Josaphat Marinho	Sobrestamento da PEC nº 43/95.	Tramitando
1.170/96	Presidente da Comissão de Educação	Inclusão em Ordem do Dia do PLS 213/96.	Tramitando
1.171/96	Presidente da Comissão de Educação	Inclusão em Ordem do Dia do PLS 214/96.	Tramitando
1.172/96	Presidente da Comissão de Educação	Inclusão em Ordem do Dia do PLS 223/96.	Tramitando
1.173/96	Presidente da Comissão de Educação	Inclusão em Ordem do Dia do PLS 224/96.	Tramitando
1.175/96	Ney Suassuna	Retirada do PLS 283/95.	Aprovado

Nº	Autor	Assunto	Resultado
1.182/96	Presidente da Comissão de Educação	Inclusão em Ordem do Dia do PLS 139/95.	Tramitando
1.183/96	Presidente da Comissão de Educação	Inclusão em Ordem do Dia do PLC 43/96.	Prejudicado
1.184/96	Presidente da Comissão de Educação	Inclusão em Ordem do Dia do PLS 212/96.	Tramitando
1.185/96	Presidente da Comissão de Educação	Inclusão em Ordem do Dia do PLS 225/96.	Tramitando
1.186/96	Presidente da Comissão de Educação	Inclusão em Ordem do Dia do PLS 263/95.	Tramitando
1.187/96	José Ignácio Ferreira e outros Senadores	Retirada de pauta, da PEC Nº 48/95, para reexame da espécie.	Aprovado
1.192/96	Marina Silva	Audiência da CAS, sobre o PLC 86/96.	Rejeitado
1.198/96	Nabor Júnior	Tramitação conjunta do PLC 49/96, com o PLS nº 33/96.	Aprovado
1.237/96	Silva Júnior	Tramitação conjunta dos PLS nºs 104 e 202/96.	Aprovado
1.238/96	Ramez Tebet	Tramitação conjunta das PECs nºs 15, 45 e 49, com a PEC nº 51/96.	Aprovado
1.240/96	Beni Veras	Inclusão em Ordem do Dia do PLC 89/92.	Tramitando
1.241/96	Beni Veras	Inclusão em Ordem do Dia do PLC 156/93.	Tramitando
1.242/96	Beni Veras	Inclusão em Ordem do Dia do PLC 204/93.	Prejudicado
1.243/96	Beni Veras	Inclusão em Ordem do Dia do PLS 309/95.	Prejudicado
1.244/96	Beni Veras	Inclusão em Ordem do Dia do PLS 325/95.	Tramitando
1.245/96	Beni Veras	Inclusão em Ordem do Dia do PLS 328/95.	Tramitando

Nº	Autor	Assunto	Resultado
1.250/96	Benedita da Silva	Audiência da CCJ sobre o PLS 220/96.	Prejudicado
1.269/96	Francisco Escórcio	Transcrição nos Anais do artigo "A Fortaleza de Vidro", de autoria do Deputado Sarney Filho, publicado no jornal "Folha de São Paulo", em 18.12.96.	Prejudicado
1.270/96	José Roberto Arruda	Transcrição nos Anais do editorial do jornal "Folha de São Paulo", de 19.12.96.	Tramitando
1.271/96	Beni Veras	Inclusão em Ordem do Dia do PLS 242/95.	Prejudicado
1.272/96	Beni Veras	Inclusão em Ordem do Dia do PLS 285/95.	Tramitando
1.273/96	Beni Veras	Inclusão em Ordem do Dia do PLC 140/94.	Prejudicado
1.274/96	Beni Veras	Inclusão em Ordem do Dia do PLC 75/93.	Prejudicado
1.275/96	Beni Veras	Inclusão em Ordem do Dia do PLS 89/93.	Prejudicado
2/97	Beni Veras	Inclusão em Ordem do Dia do PLC nº 81/94.	Prejudicado
3/97	Beni Veras	Inclusão em Ordem do Dia do PLC nº 100/94.	Prejudicado
4/97	Beni Veras	Inclusão em Ordem do Dia do PLC nº 105/94.	Tramitando
5/97	Beni Veras	Inclusão em Ordem do Dia do PLS nº 209/95.	Tramitando
6/97	Beni Veras	Inclusão em Ordem do Dia do PLS nº 238/95.	Tramitando
7/97	Beni Veras	Inclusão em Ordem do Dia do PLS nº 241/95.	Tramitando

Nº	Autor	Assunto	Resultado
10/97	Benedita da Silva e outros Senadores	Realização de Sessão Solene do Senado para prestar homenagem ao transcurso do centenário do jornalista Barbosa Lima Sobrinho.	Aprovado
11/97	Pedro Simon e outros Senadores	Realização de Sessão Especial do Senado destinada a homenagear o jornalista Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho.	Aprovado
12/97	Lúcio Alcântara	Retirada das Emendas nºs 1 e 2, de sua autoria, oferecidas ao PLC nº 93/95.	Aprovado
13/97	Francisco Escórcio	Transcrição nos Anais da reportagem intitulada "Tribuna, trincheiras de lutas", publicada no jornal Tribuna da Imprensa, edição de 7 de janeiro de 1997.	Prejudicado
14/97	Pedro Simon	Convocação do Ministro da Fazenda, Dr. Pedro Malan, a fim de prestar esclarecimentos sobre o episódio da quebra do sigilo bancário de alguns congressistas, pelo Banco do Brasil.	Retirado (RQS nº 143/97)
16/97	Romero Jucá	Pedido de informações ao Ministro da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária.	Aprovado pela Mesa em 16.01.97 Atendido (Aviso nº 89/97.
17/97	Roberto Requião	Dispensa de parecer da CCJ sobre o PLS nº 252/95.	Aprovado
22/97	Romero Jucá	Pedido de informações ao Ministro da Administração Federal e Reforma do Estado.	Aprovado pela Mesa em 16.1.97 Atendido (Of. nº 88/97)
29/97	Francisco Escórcio	Transcrição nos Anais do artigo "Tolerância, do jornalista Teles Faria, publicado no jornal "O Globo", edição de 15 de janeiro de 1997.	Prejudicado
56/97	Júnia Marise	Convocação do Ministro do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, a fim de prestar esclarecimentos sobre o projeto de governo de privatizar trinta e nove florestas em todo o País.	Tramitando

Nº	Autor	Assunto	Resultado
64/97	Roberto Freire	Inclusão em Ordem do Dia do PLC nº 8/91.	Retirado (RQS nº 212/97)
88/97	Pedro Simon	Realização de um Seminário Nacional com o objetivo de debater questões relativas à Companhia Vale do Rio Doce, tendo em vista a importância e atualidade de que se reveste a discussão nacional em torno do propósito do Governo Federal de privatizá-la.	Tramitando
89/97	Erandes Amorim	Pedido de informações ao Ministro de Minas e Energia.	Aprovado pela Mesa em 20.2.97 Atendido (Aviso nº 100/97)
90/97	Francisco Escórcio	Transcrição nos Anais do artigo "Os Jornalistas da República - Rui Barbosa, Carlos Lacerda, Barbosa Lima Sobrinho", do jornalista Hélio Fernandes, publicado no jornal Tribuna da Imprensa do dia 21 de janeiro de 1997.	Prejudicado
93/97	João Rocha	Pedido de informações à Secretaria da Receita Federal.	Aprovado pela Mesa em 20.2.97 Atendido (Aviso nº 225/97)
94/97	José Eduardo Dutra	Pedido de informações ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, através do Ministério do Planejamento.	Aprovado pela Mesa em 20.2.97 Atendido (Of. nº 149/97)
103/97	Gilberto Miranda	Retirada do PLS 220/96.	Aprovado
104/97	Eduardo Suplicy	Pedido de informações ao Ministro do Planejamento.	Aprovado pela Mesa em 20.2.97 Atendido (Of. nº 141/97)
109/97	Erandes Amorim	Pedido de informações ao Ministro da Agricultura e Abastecimento.	Aprovado pela Mesa em 20.2.97 Atendido (Aviso nº 170/97)
111/97	José Fogaça	Tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nº 251 e 239, de 1996.	Aprovado

Nº	Autor	Assunto	Resultado
116/97	Benedita da Silva	Pedido de informações ao Ministro do Planejamento.	Aprovado pela Mesa em 20.2.97 Atendido (Of. nº 182/97)
126/97	Ademir Andrade	Pedido de informações ao Ministro da Reforma Agrária e Política Fundiária.	Aprovado pela Mesa em 20.2.97 Atendido (Of. nº 035/97)

1a.2) da presente sessão legislativa

127/97	Eduardo Suplicy	Pedido de informações ao Ministro do Exército.	Aprovado pela Mesa em 20.2.97 Atendido (Of. nº 086/97)
128/97	Gilberto Miranda e outros Senadores	Realização, no dia 15 de abril de 1997, de sessão especial destinada a homenagear a Fundação da Academia Brasileira de Letras pelo transcurso de seus 100 anos de fundação.	Prejudicado
129/97	Ney Suassuna e Edison Lobão	Adiamento da votação do PLC 110/94, a fim de ser feita na sessão do dia 2 de abril de 1997.	Aprovado
130/97	José Eduardo Dutra	Adiamento da votação do PLS 195/95.	Aprovado
131/97	José Eduardo Dutra	Adiamento da votação do PLS 196/95.	Aprovado
132/97	José Eduardo Dutra	Adiamento da discussão do PLC 59/94, a fim de ser feita na sessão do dia 3 de abril de 1997.	Aprovado
133/97	Ney Suassuna e Edison Lobão	Adiamento de discussão do PLS 258/95, a fim de ser feita na sessão do dia 2 de abril de 1997.	Aprovado
134/97	Iris Rezende	Dispensa de publicação da redação final do PLC 11/93.	Aprovado

¹ Os requerimentos nºs 465 a 530/97 foram apresentados durante a 5ª Sessão Legislativa Extraordinária da 50ª Legislatura, realizada no período de 1º a 25.7.97.

Nº	Autor	Assunto	Resultado
135/97	Pedro Simon e Esperidião Amin	Solicita, nos termos regimentais, seja submetida à Mesa do Senado Federal a proposta de publicação, neste ano, de homenagem ao Senador Darcy Ribeiro, dentro da coleção <i>Grandes Vultos que honraram o Senado</i> .	Aprovado
136/97	José Eduardo Dutra	Inclusão em Ordem do Dia do PLC 13/91-Complementar.	Tramitando
137/97	Osmar Dias e outros Senadores	Homenagens de pesar pelo falecimento do Deputado Federal Homero Oquido.	Aprovado
138/97	Lúdio Coelho	Inclusão em Ordem do Dia do PLS 219/96.	Prejudicado
139/97	Antônio Carlos Valadares	Requer, nos termos do art. 71, VII, da Constituição, sejam solicitadas ao TCU esclarecimentos sobre a última auditoria sobre os contratos da empresa fornecedora do Projeto SIVAM.	Aprovado
140/97	João França	Inclusão em Ordem do Dia do PLS 131/95.	Tramitando
141/97	João França	Inclusão em Ordem do Dia do PLS 278/95.	Tramitando
142/97	Lúdio Coelho	Inclusão em Ordem do Dia do PLS 153/96.	Tramitando
143/97	Pedro Simon	Retirada do Requerimento nº 14/97.	Deferido
144/97	José Eduardo Dutra e outros Senadores	Urgência, art. 336, "c", para o PRS 104/96.	Rejeitado
145/97	Lúdio Coelho	Solicita, nos termos regimentais, que o Senado Federal, pela inserção em ata de um voto de profundo pesar, se associe à consternação do povo chinês, pelo falecimento do Presidente Deng Xiao-Ping, e que, através do Ministério das Relações Exteriores seja dado conhecimento desta manifestação ao Governo da República Popular da China.	Aprovado

	Autor	Assunto	Resultado
146/97	Waldeck Ornelas e outros Senadores	Solicita, nos termos regimentais, que o tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente, em sessão a ser designada pela Mesa, seja destinado a homenagear a memória do economista, professor e ex-Ministro Mário Henrique Simonsen.	Aprovado
147/97	Jefferson Péres	Tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 191/95 e 33/96; e da Câmara de nº 49/96.	Aprovado
148/97	Waldeck Ornelas	Adiamento de discussão do PLS 319/95.	Aprovado
149/97	Lúcio Alcântara	Dispensa de publicação da redação final do PLC 93/95.	Aprovado
150/97	Valmir Campelo	Dispensa de publicação da redação final do PLC 102/95.	Aprovado
151/97	Eduardo Suplicy, Romeu Tuma e José Serra	Inclusão em Ordem do Dia, nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno, do Ofício nº S/4/97, para ser apreciado em regime de urgência, apenas com relação ao título 691096, que vence em 1º de março de 1997.	A Presidência determinou a inclusão do Ofício na pauta da Ordem do Dia da sessão deliberativa de 27.2.97.
152/97	Roberto Requião	Pedido de informações ao Ministro da Fazenda acerca das fraudes cambiais ocorridas nos anos de 1988 e 1989.	Aprovado pela Mesa em 27.2.97 Atendido (Aviso nº 241/97)
153/97	Coutinho Jorge	Convocação do Ministro do Planejamento, Dr. Antônio Kandir, para prestar informações a esta Casa sobre o processo de privatização da Companhia Vale do Rio Doce.	Tramitando
154/97	Humberto Lucena e Roberto Freire	Homenagens de pesar pelo falecimento do ex-Deputado Gileno de Carli, de Pernambuco.	Aprovado
155/97	Erandes Amorim	Pedido de informações ao Tribunal de Contas da União relativas ao contrato nº 1 - CCSIVAM/Raytheon.	Aprovado
156/97	Roberto Requião	Dispensa do parecer da CAE sobre o PLS 122/95.	Aprovado

Nº	Autor	Assunto	Resultado
157/97	Humberto Lucena	Inclusão em Ordem do Dia do PLS 206/95.	Tramitando
158/97	João Rocha	Audiência da CAS sobre o PLC 44/96.	Aprovado
159/97	Francelino Pereira e Ney Suassuna	Dispensa de publicação da redação final do PLC 102/92.	Aprovado
160/97	Lúcio Alcântara	Solicita, nos termos regimentais, e com fundamento no disposto no § 1º do art. 1º e no § 2º do art. 2º da Resolução nº 84/96, seja submetida à Mesa do Senado Federal, proposta de publicação, em homenagem ao ex-Senador Virgílio Távora, neste ano, dentro da Coleção Grandes Vultos que honraram o Senado.	Aprovado
161/97	Ademir Andrade	Pedido de informações ao Ministro Extraordinário da Reforma Agrária e Política Fundiária.	Aprovado pela Mesa em 7.3.97 Atendido (Of. nº 023/97)
162/97	Erandes Amorim	Pedido de informações ao TCU referente ao Relatório de Inspeção Técnica contida no Processo TC-003974/96-0, relativo ao Projeto SIVAM.	Aprovado Atendido (Vide Of. SF nº 607/97)
163/97	Erandes Amorim	Destaque para votação em separado da expressão "a Lei nº 7.805, de 18.07.89, e demais", contida no art. do art. 36 do PLS nº 26/95.	Aprovado
164/97	Ramez Tebet	Preferência para votação do substitutivo ao PLS nº 207/95.	Aprovado
165/97	Erandes Amorim	Dispensa de publicação da redação final do PLS 207/95	Aprovado
166/97	Josaphat Marinho	Adiamento de discussão do PLS nº 101/96-Complementar.	Rejeitado
167/97	Ronaldo Cunha Lima	Dispensa de publicação da redação final do PDL nº 86/95.	Aprovado
168/97	Iris Rezende	Dispensa de publicação da redação final do PLS nº 101/96-Complementar.	Aprovado

Nº	Autor	Assunto	Resultado
169/97	Ademir Andrade	Pedido de informações ao Ministro do Planejamento e Orçamento.	Aprovado pela Mesa em 20.3.97 Atendido (Of. nº 294/97)
170/97	Ademir Andrade	Pedido de informações ao Ministro do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Amazônia Legal.	Aprovado pela Mesa em 20.3.97 Atendido (Of. nº 630/97)
171/97	Roberto Freire	Pedido de informações ao Ministro da Fazenda.	Aprovado pela Mesa em 20.3.97 Atendido (Aviso nº 400/97)
172/97	Ramez Tebet	Pedido de informações ao Ministro do Planejamento.	Aprovado pela Mesa em 20.3.97 Atendido (Of. nº 181/97)
173/97	Onofre Quinan	Solicita seja registrado nos Anais do Senado voto de regozijo pelo Dia Internacional da Mulher, transcorrido no dia 8.3.97.	Tramitando
174/97	Freitas Neto	Solicita seja submetida à Mesa do Senado Federal proposta de publicação, na coleção Grandes Vultos que Honraram o Senado, sobre a vida parlamentar e o papel histórico do ex-Senador Petrólio Portella.	Aprovado
175/97	Marina Silva	Adiamento da discussão do PLS nº 45/96.	Rejeitado
176/97	José Eduardo Dutra	Adiamento da discussão do PLS nº 45/96.	Rejeitado
177/97	Marina Silva	Retirada, em caráter definitivo, do PLS nº 45/96.	Aprovado
178/97	Hugo Napoleão	Adiamento da discussão do PLS nº 78/96.	Aprovado
179/97	Élcio Álvares e outros Srs. Senadores	Adiamento da discussão do PDL nº 114/96.	Aprovado
180/97	Élcio Álvares e outros Srs. Senadores	Adiamento da discussão do PDL nº 1/97.	Aprovado

Nº	Autor	Assunto	Resultado
181/97	Wldeck Ornelas	Pedido de informações ao Ministro do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal.	Aprovado pela Mesa em 20.3.97 Atendido (Of. nº 368/97)
182/97	Waldeck Ornelas	Pedido de informações ao Ministro do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal.	Aprovado pela Mesa em 20.3.97 Atendido (Of. nº 632/97)
183/97	Abdias Nascimento e outros Srs. Senadores	Solicita que o tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente da Sessão Ordinária do dia 20.03.97, seja destinado à comemoração do Dia Internacional pela Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial.	Aprovado
184/97	Romero Jucá	Pedido de informações ao Ministro do Planejamento e Orçamento.	Aprovado pela Mesa em 20.3.97 Atendido (Of. nº 213/97)
185/97	José Roberto Arruda e outros Srs. Senadores	Adiamento da votação da PEC nº 1/95.	Aprovado
186/97	Pedro Simon	Tramitação conjunta da PEC nº 7/97 com as PEC nºs 1, 4, 11, 20 e 65/95.	Aprovado
187/97	Líderes	Urgência, art. 336, "b", do RISF, para o Of. "S" 26/97, do Bco. Central.	Aprovado
188/97	Líderes	Urgência, art. 336, "b", do RISF, para o Of. "S" 27/97, do Bco. Central.	Aprovado
189/97	Líderes	Urgência, art. 336, "b", do RISF, para a MSF nº 53/97.	Aprovado
190/97	Líderes	Urgência, art. 336, "b" do RISF, para a MSF nº 66/97.	Aprovado
191/97	Líderes	Urgência, art. 336, "b", do RISF, para a MSF nº 72/97.	Aprovado
192/97	Líderes	Urgência, art. 336, "b", do RISF, para a MSF nº 55/97.	Aprovado
193/97	Comissão Especial criada através do REQ. nº 555/96.	Prorrogação do prazo da Comissão, por mais 30 (trinta) dias. Novo prazo: 17.04.97.	Aprovado

Nº	Autor	Assunto	Resultado
194/97	Júnia Marise	Criação de uma Comissão Temporária Interna, composta de treze membros para o fim especial de, no prazo de 120 dias, examinar as questões bioéticas envolvendo a realização de experiências científicas de duplicação de seres humanos e, bem assim, propor alternativas para que o Brasil e a comunidade internacional dêem tratamento uniforme à questão.	Tramitando
195/97	Marina Silva	Pedido de informações ao Ministro da Educação.	Aprovado pela Mesa em 20.3.97 Atendido (Aviso nº 28/97)
196/97	Antonio Carlos Valadares	Pedido de informações ao Ministro da Justiça.	Aprovado pela Mesa em 20.3.97 Atendido (Aviso nº 707/97)
197/97	Júlio Campos	Pedido de informações ao Ministro da Ciência e Tecnologia.	Aprovado pela Mesa em 20.3.97 Atendido (Ofs. nºs 150 e 262/97)
198/97	Júlio Campos	Pedido de informações ao Ministro das Relações Exteriores.	Aprovado pela Mesa em 20.3.97 Aguardando atendimento
199/97	Júlio Campos	Pedido de informações ao Ministro do Meio Ambiente.	Aprovado pela Mesa em 20.3.97 Aguardando atendimento
200/97	Antonio Carlos Valadares	Pedido de informações ao Ministro da Saúde.	Aprovado pela Mesa em 20.3.97 Atendido (Aviso nº 1.070/97)
201/97	José Bianco	Pedido de informações ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, através do Ministro do Planejamento e Orçamento.	Aprovado pela Mesa em 20.3.97 Atendido (Ofício nº 173/97)
202/97	José Ignácio Ferreira	Adiamento da discussão do Substitutivo ao PLS nº 207/95.	Aprovado
203/97	Valmir Campelo	Adiamento da discussão do PLS 142/96.	Aprovado

Nº	Autor	Assunto	Resultado
204/97	Écio Álvares	Dispensa de interstício e prévia distribuição de avulsos do Parecer nº 92/97.	Aprovado
205/97	Líderes	Inclusão em Ordem do Dia do PDL nº 28/97.	Aprovado
206/97	Roberto Requião	Inclusão em Ordem do Dia do PLS nº 81/96-Complementar.	Prejudicado
207/97	Roberto Requião	Inclusão em Ordem do Dia do PLS 53/96.	Tramitando
208/97	Lúdio Coelho	Dispensa do parecer da CCJ sobre o PLS nº 133/96.	Retirado (RQS Nº 227/97).
209/97	Eduardo Suplicy	Pedido de informações ao Ministro das Minas e Energia.	Aprovado pela Mesa em 20.3.97 Atendido (Aviso nº 101/97)
210/97	Erandes Amorim	Pedido de informações ao Ministro da Fazenda	Aprovado pela Mesa em 20.3.97 Atendido (Aviso nº 326/97)
211/97	Romero Jucá	Pedido de informações ao Ministro da Fazenda.	Aprovado pela Mesa em 20.3.97 Atendido (Aviso nº 358/97)
212/97	Roberto Freire	Retirada, em caráter definitivo, do REQ nº 64/97, de inclusão em Ordem do Dia, do PLC 8/91.	Deferido
213/97	Bernardo Cabral	Pedido de informações ao Ministro das Minas e Energia.	Aprovado pela Mesa em 22.4.97 Atendido (Aviso nº 131/97)
214/97	Bernardo Cabral	Pedido de informações ao Ministro da Ciência e Tecnologia.	Aprovado pela Mesa em 22.4.97 Aguardando atendimento
215/97	Lúcio Alcântara	Homenagens de pesar pelo falecimento do ex-Deputado Estadual e Constituinte Estadual de 1934 - Carlos Eduardo Benvides.	Aprovado

Nº	Autor	Assunto	Resultado
216/97	José Alves	Pedido de informações ao Ministro do Planejamento e Orçamento.	Aprovado pela Mesa em 22.4.97 Atendido (Ofício nº 253/97)
2217/97	Francelino Pereira	Designação de uma Comissão Temporária Externa composta por três Senadores, para representar o Senado no III Encontro Empresarial das Américas e na III Reunião de Ministros de Comércio das Américas, eventos que serão realizados em Belo Horizonte, de 13 a 17 de maio de 1997.	Aprovado
3218/97	Esperidião Amin e outros	Realização de Sessão Solene do Congresso para homenagear os 175 anos da Maçonaria no Brasil.	Aprovado
219/97	José Eduardo Dutra	Solicita, nos termos regimentais, o envio dos PRS nºs 35, 36 e 37/97, ao exame da Comissão Especial Temporária criada através do REQ nº 201/95, cujo prazo encerrar-se-á em 30.6.97, e que, se destina a elaborar e apresentar projeto de reforma do Regimento Interno.	Deferido
220/97	Comissão de Assuntos Econômicos	Urgência, art. 336, "b", do RISF, para o PRS nº 40/97.	Aprovado
4221/97	Eduardo Suplicy e outros	Solicita, seja convocado a comparecer, perante o Plenário do Senado, o Sr. Ministro da Fazenda, para prestar esclarecimentos a respeito das negociações ente o Banco Bamerindus S.A. e o Banco Honhkong and Shangai Banking Corporation.	Aprovado
222/97	Freitas Neto	Pedido de informações, ao Ministro da Agricultura.	Aprovado pela Mesa em 22.4.97 Atendido (Aviso nº 196/97)

² Em 15.4.97, passou a tramitar em conjunto com o RQS nº 241/97 (RQS nº 249/97).

³ Transformado em destinação da Hora do Expediente, a homenagear os 175 anos da Maçonaria no Brasil, a realizar-se dia 12 de junho, pela aprovação do RQS nº 246/97.

⁴ Atendido através do Ofício nº 959/97.

Número	Autor	Assunto	Resultado
223/97	Freitas Neto	Pedido de Informações, ao Ministro dos Transportes.	Aprovado pela Mesa em 22.4.97 Atendido (Aviso nº 223/97)
224/97	Lucídio Portella	Inclusão em Ordem do Dia do PLC 8/91.	Tramitando
225/97	Waldeck Ornelas	Tramitação conjunta dos PLC nºs 197/93 e 37/96.	Aprovado
228/97	Júlio Campos	Retirada do RQS nº 1.134/96.	Aprovado
227/97	Lúdio Coelho	Retirada do RQS nº 208/97.	Aprovado
228/97	Líderes	Votação imediata do PRS 40/97.	Aprovado
229/97	Edison Lobão	Adiamento da votação do RQS nº 218/97.	Aprovado
230/97	Flaviano Melo	Pedido de informações ao Ministro Extraordinário de Política Fundiária.	Aprovado pela Mesa em 22.4.97 Atendido (Of. nº 64/97)
231/97	Líderes	Urgência, art. 336, "b", do RISF, para o PLC 48/96.	Aprovado
232/97	José Serra	Solicita, nos termos regimentais, que sobre o PLS nº 37/97, de autoria do Senador Lauro Campos, que aumenta o período máximo de percepção do seguro-desemprego, além da Comissão constante do despacho inicial, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos.	Aprovado
233/97	Onofre Quinan	Adiamento da discussão do PLS 258/95, a fim de ser submetido ao reexame da CAE.	Aprovado
234/97	Antonio Carlos Valadares	Dispensa de publicação da Redação Final do PLC 110/94.	Aprovado
235/97	Comissão Diretora	Sobrestamento da tramitação do PR 1/95-CN.	Tramitando
236/97	José Eduardo Dutra	Inclusão em Ordem do Dia do PLS nº 7/95.	Tramitando

Nº	Autor	Assunto	Resultado
237/97	Eduardo Suplicy	Pedido de informações ao Ministro da Aeronáutica.	Deferido <i>ad referendum</i> (Acolhida a decisão do Sr. Presidente pela Mesa - 7ª Reunião da Mesa de 1997) Atendido (Aviso nº 29/97)
238/97	Ermendes Amorim	Pedido de informações ao Ministro da Fazenda.	Aprovado pela Mesa em 22.4.97 Atendido (Avisos nºs 412/97 e 551/97)
239/97	Lúcio Alcântara	Votação em globo das emendas com subemendas não substitivas apresentadas ao PLC 59/94.	Aprovado
240/97	Lúcio Alcântara	Dispensa de publicação da redação final das Emendas do Senado ao PLC 59/94.	Aprovado
5241/97	Júnia Marise	Criação de uma Comissão Temporária Externa, composta de quatro membros, para o fim especial de acompanhar e representar o Senado Federal no Fórum das Américas, a se realizar em Belo Horizonte, Minas Gerais, nos dias 13 a 16.5.97.	Aprovado
242/97	Eduardo Suplicy	Pedido de informações ao Ministro do Exército.	Aprovado pela Mesa em 22.4.97 Atendido (Aviso nº 139/97)
243/97	Líderes	Urgência, art. 336, "b", do RISF, para o PLC 94/96.	Aprovado
244/97	Líderes	Urgência, art. 336, "b", do RISF, para o PLC 106/96	Aprovado
245/97	Valmir Campelo e outros Srs. Senadores	Solicita que a sessão especial destinada a homenagear o centenário do nascimento de Alfredo da Rocha Viana Júnior - Pixinguinha (REQ 1.155/96), seja transformada em tempo destinado aos oradores do Expediente da sessão a realizar-se no dia 23.4.97.	Aprovado

⁵ Em 15.4.97, passou a tramitar em conjunto com o RQS nº 217/97 (RQS nº 249/97).

Nº	Autor	Assunto	Resultado
246/97	Valmir Campelo e outros Srs. Senadores	Solicita que o tempo destinado aos oradores do Expediente da sessão a realizar-se no dia 12.6.97, seja destinado a homenagear os 175 anos da Maçonaria no Brasil.	Aprovado
247/97	Benedita da Silva	Criação de Comissão Especial Temporária Externa, composta de 6 Senadores, para, durante 60 (sessenta) dias, acompanhar a investigação de crimes cometidos no Estado do Rio de Janeiro, passando por cima das prerrogativas mínimas de Direitos Humanos a que tem direito o cidadão.	Tramitando
248/97	Abdias Nascimento	Voto de congratulações ao Governo de Unidade e Reconciliação Nacional de Angola, a ser instalado no dia 11.4.97, nos termos do Protocolo de Lusaka, com a presença do Secretário Geral da ONU e outros Líderes Americanos.	Aprovado
249/97	Júnia Marise	Tramitação conjunta dos Requerimentos nºs 217 e 241/97.	Aprovado
250/97	Romero Jucá	Pedido de informações ao Ministro da Fazenda.	Aprovado pela Mesa em 22.4.97 Atendido (Aviso nº 411/97)
251/97	José Ignácio Ferreira	Pedido de informações ao Ministro das Relações Exteriores.	Aprovado pela Mesa em 22.4.97 Atendido (Aviso nº 18/97)
252/97	José Ignácio Ferreira	Pedido de informações ao Ministro da Saúde.	Aprovado pela Mesa em 22.4.97 Atendido (Aviso nº 954/97)
253/97	Pedro Simon	Solicita realização de inspeção e auditoria, de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial na Caixa Econômica Federal, especificamente na Gerência de Administração de Loterias - GELOT, bem como na empresa estatal DATAMEC S.A. - Sistemas de Processamento de Dados.	Aprovado Aguardando a realização da auditoria

Nº	Autor	Assunto	Resultado
254/97	Pedro Simon	Pedido de informações ao Ministro da Fazenda.	Aprovado pela Mesa em 22.4.97 Atendido (Aviso nº 522/97)
255/97	Júlio Campos	Pedido de informações ao Ministro da Saúde.	Aprovado pela Mesa em 22.4.97 Atendido (Aviso nº 978/97)
256/97	Benedita da Silva	Solicita seja remetida à Comissão Temporária criada pelo REQ nº 201/95, destinada a apresentar Projeto de Resolução reformando a norma interna da Casa, o Projeto de Resolução nº 44/97, de autoria do Senador Lúcio Alcântara, que modifica os arts. 336 e 395 do RISF e dá outras providências.	Deferido
257/97	Líderes	Solicitam que a apreciação do PLS nº 142/96, de autoria do Senador José Eduardo, que estende o benefício do seguro-desemprego ao pequeno produtor rural e dá outras providências, adiada em 18 de março para o próximo dia 30, seja antecipada para o dia 23.	Aprovado
258/97	Líderes	Solicitam que a apreciação do PLS nº 207/95, de autoria do Senador Júlio Campos, que altera dispositivos do Decreto-lei nº 2.848, de 712.1940 - Código Penal, e determina outras providências, adiada em 18 de março para o próximo dia 30, seja antecipada para o dia 23.	Aprovado
259/97	Artur da Távola	Solicita sejam prestadas pelo Órgão competente da Casa, informações relacionadas com matéria publicada no Jornal "A Folha de São Paulo", sobre a existência de imagens gravadas pela TV Senado e captadas pela Folha de São Paulo, de conversa preliminar no começo da sessão de sexta-feira, dia 4 de abril.	Tramitando
260/97	Lúcio Alcântara	Tramitação conjunta dos PLS nº 7 e 219/95-Complementares, que já se acham apensados ao PLS nº 53/97-Complementar.	Aprovado
261/97	Carlos Wilson	Tramitação conjunta do PLC 93/96, com o PLS nº 188/96.	Aprovado

Nº	Autor	Assunto	Resultado
262/97	Lucídio Portella	Solicita a remessa do PLC 67/95, que "Regulamenta o exercício profissional da acupuntura e dá outras providências", à Comissão de Educação, tendo em vista a necessidade de apreciação, dada a complexidade da matéria, por outro órgão técnico do Senado Federal.	Aprovado
263/97	José Eduardo Dutra	Tramitação conjunta do PLS nº 41/96 com o PLS nº 133/96.	Aprovado
264/97	Valmir Campelo e outros Srs. Senadores	Homenagens de pesar pelo falecimento do ex-Senador Eurico Rezende.	Aprovado
265/97	Carlos Bezerra	Inversão da Ordem do Dia da Sessão do dia 15.4.97, 14:30 horas, a fim de que as matérias constantes dos itens 6 (Parecer 111/97) e 7 (Parecer 111-A/97), sejam submetidas ao Plenário em 1º e 2º lugares.	Aprovado
266/97	Esperidião Amin	Dispensa de publicação da redação final do PRS 39/97.	Aprovado
267/97	José Bianco	Pedido de informações ao Ministro do Planejamento e Orçamento.	Aprovado pela Mesa em 22.4.97 Atendido (Aviso nº 585/97)
268/97	José Bianco	Pedido de informações ao Ministro da Justiça.	Aprovado pela Mesa em 22.4.97 Atendido (Aviso nº 818/97)
269/97	Mauro Miranda	Pedido de informações ao Ministro do Planejamento.	Aprovado pela Mesa em 22.4.97 Atendido (Of. nº 212/97)
270/97	José Ignácio Ferreira e outros Srs. Senadores	Realização de Sessão Especial, em data a ser definida, destinada a homenagear o ex-Senador Eurico Rezende, falecido no dia 14.4.97.	Aprovado
271/97	Romeu Tuma	Dispensa de publicação da redação final do PDS 110/96.	Aprovado
272/97	Romeu Tuma	Dispensa de publicação da redação final do PDS 12/97.	Aprovado

Nº	Autor	Assunto	Resultado
273/97	Romeu Tuma	Dispensa de publicação da redação final do PDS 17/97.	Aprovado
274/97	Ronaldo Cunha Lima	Dispensa de publicação da redação final do PRS nº 10/95-CN.	Aprovado
275/97	Comissão Parlamentar de Inquérito, criada através do REQ nº 1.101/96	Prorrogação do prazo da Comissão, por mais 45 (quarenta e cinco) dias. Novo Prazo: 06.06.97	Deferido
276/97	Artur da Távola	Pedido de informações à Secretaria de Assuntos Estratégicos.	Aprovado pela Mesa em 5.6.97 Atendido (Of. nº 327/97)
277/97	Waldeck Ornelas	Dispensa de publicação da redação final do PRS 45/97.	Aprovado
278/97	Ramez Tebet	Dispensa de publicação da redação final do PRS 46/97.	Aprovado
279/97	Gilberto Miranda	Transcrição nos Anais do Senado Federal do artigo de autoria do Senador Antônio Carlos Magalhães, intitulado "Orçamento austero e estabilidade", publicado no jornal Folha de S. Paulo, edição de 20 de abril de 1997.	Tramitando
280/97	José Serra	Adiamento da discussão do PLS 142/96, para que sobre o mesmo seja ouvido a CAE.	Aprovado
281/97	José Fogaça	Preferência para apreciação da Emenda nº 3 de Plenário à PEC nº 1/95.	Aprovado
281-A/97	José Eduardo Dutra	Preferência para a Emenda nº 1 de Plenário, da Comissão Especial, à PEC nº 1/95.	Prejudicado
282/97	Pedro Simon	Inversão da Ordem do Dia da Sessão de 23.4.97, 14:30 horas, para apreciação do item 8 (PEC nº 7/97) antes do item 3 (PEC 1/95).	Prejudicado
283/97	Antonio Carlos Valadares	Destaque para votação em separado da expressão "admitida a prorrogação por igual período", constante da remissão do § 1º da Emenda nº3-Plen. à PEC nº 1/95.	Aprovado

Nº	Autor	Assunto	Resultado
284/97	Lúcio Alcântara	Destaque para votação em separado da expressão "simples" do parágrafo 6º do art. 62, constante do art. 1º da Emenda nº 3-Plen. à PEC nº 1/95.	Aprovado
285/97	Lúcio Alcântara	Destaque para votação em separado da expressão "que poderá alterar o projeto de conversão apenas por via de supressão, constante do art. 1º § 8º do art. 62 da Constituição Federal da Emenda nº 3-Plen. à PEC nº 1/95.	Aprovado
286/97	José Eduardo Dutra	Destaque para votação em separado do § 11 do art. 1º da Emenda nº 3-Plen. à PEC nº 1/95.	Aprovado
287/97	José Eduardo Dutra	Destaque para votação em separado do art. 3º da Emenda nº 3-Plen. à PEC nº 1/95.	Aprovado
288/97	José Eduardo Dutra	Destaque para votação em separado do art. 4º da Emenda nº 3-Plen. à PEC nº 1/95.	Aprovado
289/97	Roberto Freire	Destaque para votação em separado, para supressão do termo "criação" constante da alínea "c", inciso XXVII do art. 4º da Emenda nº 3-Plen. à PEC nº 1/95.	Aprovado
290/97	Abdias Nascimento e outros Srs. Senadores	Solicitam que o tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente da sessão ordinária do dia 13 de maio de 1997, seja dedicado à comemoração do 116º aniversário de nascimento do escritor brasileiro Afonso Henriques de Lima Barreto.	Aprovado
291/97	Hugo Napoleão	Adiamento da discussão do PLS nº 78/96.	Aprovado
292/97	Iris Rezende	Retirada do PLS nº 60/97.	Aprovado
293/97	Ramez Tebet	Homenagens pelo falecimento de Elpidio Reis, Presidente da Academia Sul-Matogrossense de Letras.	Aprovado
294/97	Humberto Lucena	Pedido de informações ao Ministro da Saúde.	Aprovado pela Mesa em 5.6.97 Atendido (Aviso nº 1.162/97)

Nº	Autor	Assunto	Resultado
295/97	Humberto Lucena	Pedido de informações ao Ministro da Agricultura e da Reforma Agrária.	Aprovado pela Mesa em 5.6.97 Atendido (Aviso nº 195/97)
296/97	Casildo Maldaner	Inclusão em Ordem do Dia da Sessão Deliberativa Ordinária de 29.4.97 do Ofício nº S/29/97, que trata de autorização para emissão de Letras Financeiras do Estado de Santa Catarina, destinadas à rolagem da dívida mobiliária vencível no 1º semestre de 1997.	Prejudicado
297/97	Nabor Júnior e outros Senadores	Dispensa de publicação da redação final do PDS nº 24/97.	Aprovado
298/97	Líderes	Urgência, art. 336, "b", para o PRS nº 51/97.	Aprovado
299/97	Líderes	Urgência, art. 336, "b", para o PRS nº 56/97.	Aprovado
300/97	Guilherme Palmeira	Inserção em ata de voto de pesar pela morte do Deputado Federal Eduardo Mascarenhas, ocorrida no dia 29.4.97.	Aprovado
301/97	José Eduardo Dutra e outros Senadores	Homenagens pelo falecimento do educador Paulo Freire.	Aprovado
302/97	Humberto Lucena e Josaphat Marinho	Homenagens pelo falecimento do ex-Senador Benjamim Farah	Aprovado
303/97	Waldeck Ornelas	Solicita que, sobre o PLS 132/95, de sua autoria, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos.	Aprovado
304/97	Antonio Carlos Valadares	Pedido de informações ao Ministro da Saúde.	Aprovado pela Mesa em 5.6.97 Atendido (Aviso nº 1.070/97)
305/97	Marina Silva e outros Srs. Senadores	Solicitam que o tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente da sessão deliberativa ordinária do dia 7.5.97, seja destinado a homenagear a memória do educador Paulo Freire.	Aprovado
306/97	Líderes	Urgência, art. 336, "b", do RISF, para o PRS 57/97.	Aprovado

Nº	Autor	Assunto	Resultado
307/97	Lúdio Coelho e Waldeck Ornelas	Tramitação conjunta do PLS nº 239/95 e do PLC nº 93/96	Aprovado
308/97	José Eduardo Dutra	Adiamento da discussão do PRS nº 50/97, para a sessão deliberativa ordinária do dia 7.5.97.	Aprovado
309/97	Esperidião Amin	Dispensa de publicação da redação final do PDL 31/97.	Aprovado
310/97	Esperidião Amin	Dispensa de publicação da redação final do PDL 32/97.	Aprovado
311/97	Vilson Kleinöbing	Dispensa de publicação da redação final do PDL 33/97.	Aprovado
312/97	Pedro Simon	Pedido de informações ao Ministro do Planejamento e Orçamento.	Aprovado pela Mesa em 5.6.97 Atendido (Of. nº 348/97)
313/97	Antonio Carlos Valadares	Pedido de informações ao Secretário da Receita Federal, através do Ministro da Fazenda.	Aprovado pela Mesa em 5.6.97 Atendido (Aviso nº 524/97)
314/97	Gilberto Miranda	Inversão da Ordem do Dia da Sessão Deliberativa Ordinária de 7.5.97, a fim de que as matérias constantes dos itens 8 (PDL 27/97) e 10 (PRS 50/97) sejam submetidas ao Plenário em 2º e 3º lugares.	Aprovado
315/97	Casildo Maldaner	Dispensa de publicação da redação final do PDL 27/97.	Aprovado
316/97	Waldeck Ornelas	Dispensa de publicação da redação final do PRS 50/97.	Aprovado
317/97	Levy Dias	Dispensa de publicação da redação final do PDL 85/96.	Aprovado
318/97	Marluce Pinto	Dispensa de publicação da redação final do PDL 11/97.	Aprovado
319/97	Bernardo Cabral	Dispensa de publicação da redação final do PDL 14/97.	Aprovado
320/97	Romeu Tuma	Dispensa de publicação da redação final do PDL 20/97.	Aprovado

Nº	Autor	Assunto	Resultado
321/97	Romeu Tuma	Dispensa de publicação da redação final do PDL 22/97.	Aprovado
322/97	Marluce Pinto	Dispensa de publicação da redação final do PDL 23/97.	Aprovado
323/97	Ney Suassuna	Dispensa de publicação da redação final do PRS 47/97.	Aprovado
324/97	Líderes	Urgência, art. 336, "b", do RISF, para o PLC 88/96.	Aprovado
325/97	Erandes Amorim	Constituição de Comissão Temporária para avaliar o conteúdo dos fatos do objeto do Processo COP/4175/96, de autoria da Ordem dos Advogados do Brasil, a respeito da invasão da Amazônia por empresas madeireiras asiáticas, apossando-se de forma irregular de milhões de hectares, utilizando-se de prepostos brasileiros.	Tramitando
326/97	Pedro Simon	Tramitação conjunta do PLC 88/96 com o PLS 52/97.	Retirado (RQS nº 334/97)
327/97	Ramez Tebet	Homenagens de pesar pelo falecimento do Desembargador Milton Malulei.	Aprovado
328/97	Líderes	Urgência, art. 336, "b", do RISF, para o PRS 60/97.	Aprovado
329/97	Líderes	Urgência, art. 336, "b", do RISF, para o PRS 61/97.	Aprovado
330/97	Pedro Simon	Solicita seja transmitida à Representação Brasileira junto ao III Encontro das Américas, iniciado em 13.5.97, em Belo Horizonte, a preocupação do Senado Federal em relação à proposta de imediata constituição da Área de Livre Comércio das Américas - ALCA, em detrimento da consolidação do MERCOSUL, que deve ser considerada como prioritária, estabelecendo-se o ano de 2005 como marco inicial de consolidação da ALCA.	Aprovado

Nº	Autor	Assunto	Resultado
331/97	Artur da Távola e outros Srs. Senadores	Solicita que o tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente da sessão do dia 1º/10/97, seja destinado à comemoração dos cento e setenta anos do "Jornal do Commercio".	Aprovado
332/97	Francelino Pereira e outros Srs. Senadores	Solicita que o tempo destinado aos oradores do Hora do Expediente da sessão do dia 11.12.97, seja dedicado a comemorar o centenário da cidade de Belo Horizonte.	Aprovado
333/97	José Fogaça e outros Srs. Senadores	Inclusão em Ordem do Dia do PRS 59/97.	Aprovado
334/97	Pedro Simon	Retirada, em caráter definitivo, do REQ 326/97.	Deferido
335/97	Bello Parga	Adiamento da discussão do PLC nº 204/93.	Aprovado
336/97	Ramez Tebet	Dispensa de publicação da redação final do PLC nº 44/95.	Aprovado
337/97	Líderes	Urgência, art. 336, "c", do RISF, para o PLC nº 20/97	Aprovado
338/97	José Fogaça	Retirada da Emenda nº 1, de sua autoria, oferecida ao PRS nº 59/97.	Aprovado
339/97	José Roberto Arruda	Adiamento da discussão do PLC nº 1/97.	Aprovado
340/97	Freitas Neto	Dispensa de publicação da redação final do PRS nº 52/97.	Aprovado
341/97	Joel de Hollanda	Dispensa de publicação da redação final do PRS nº 53/97.	Aprovado
342/97	Romero Jucá	Comparecimento do Ministro da Agricultura e do Abastecimento, Arlindo Porto, a fim de prestar, perante o Plenário do Senado, informações sobre as denúncias formuladas pela imprensa a respeito dos novos índices propostos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, para medir o grau de eficiência e utilização da terra e, conseqüentemente, para regular os processos de desapropriações para fins de Reforma Agrária.	Tramitando

Nº	Autor	Assunto	Resultado
343/97	Romero Jucá	Comparecimento, perante o Plenário desta Casa, do Ministro Extraordinário da Política Fundiária, Raul Jungman, a fim de prestar informações sobre as denúncias formuladas pela imprensa a respeito dos novos índices propostos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, para medir o grau de eficiência e utilização da terra e, conseqüentemente, para regular os processos de desapropriações para fins de Reforma Agrária.	Tramitando
344/97	José Serra	Preferência para votação do Substitutivo ao PLS 206/95, antes do Projeto.	Aprovado
345/97	Valmir Campelo	Dispensa de publicação da redação final do Substitutivo do Senado ao PLC 81/94.	Aprovado
346/97	Romero Jucá	Pedido de informações ao Ministro da Agricultura e do Abastecimento.	Aprovado pela Mesa em 5.6.97 Atendido (Aviso nº 290/97)
347/97	Lauro Campos	Convocação do Ministro das Comunicações, para prestar, perante o Plenário desta Casa, esclarecimentos sobre as denúncias veiculadas na imprensa referentes à existência de um esquema de compra de votos em favor da aprovação da Emenda da reeleição de ocupantes de cargos do Poder Executivo.	Tramitando
348/97	Francelino Pereira	Transcrição nos Anais do Senado Federal, do discurso de S.Exa., o Sr. Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, na solenidade de abertura do III Foro das Américas e do III Foro Empresarial das Américas, em Belo Horizonte, Minas Gerais, em 15 de maio de 1997.	Tramitando

		ASSUNTO	
349/97	José Ignácio Ferreira e outros Senadores	Solicitam, nos termos regimentais, que a homenagem ao quarto centenário de falecimento do Beato José de Anchieta, aprovada em 4.12.96, por intermédio do REQ nº 1.152, de 1996, na forma de Sessão Especial do Senado, seja transformada, nos termos do art. 160 do RISF, em comemoração no tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente da sessão do próximo dia 10 de junho.	Aprovado
350/97	José Bianco	Pedido de informações ao Ministro das Minas e Energia.	Aprovado pela Mesa em 5.6.97 Atendido (Aviso nº 202/97).
351/97	Epitácio Cafeteira	Inclusão na Ordem do Dia do Ofício nº S/4/97.	Tramitando
6352/97	Francelino Pereira e outros Senadores	Realização de sessão solene conjunta do Congresso Nacional no dia 2 de dezembro de 1997, destinada a comemorar o centenário da cidade de Belo Horizonte, que ocorrerá no dia 12 daquele mês.	Aprovado nos termos do RQS nº 332/97
353/97	José Fogaça e Líderes	Urgência, art. 336, "b", do RISF, para o PRS 67/97.	Aprovado
354/97	Onofre Quinan, Iris Rezende, Mauro Miranda e Líderes	Urgência, art. 336, "b", do RISF, para o PRS 68/97.	Aprovado
355/97	Lucídio Portella	Inclusão na Ordem do Dia do PLS nº 33/97.	Tramitando
356/97	Antonio Carlos Valadares	Adiamento da votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 4/97.	Rejeitado
357/97	José Eduardo Dutra	Adiamento da votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 4/97.	Rejeitado
358/97	José Eduardo Dutra	Votação nominal para o REQ 357/97, de adiamento.	Rejeitado

⁶ Aprovado nos termos do Requerimento nº 332/97.

	Autor	Assunto	Resultado	
359/97	Lucídio Portella	Destaque para votação em separado da expressão "os Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Prefeitos", constante da redação dada pela PEC nº 4/97 ao § 5º do art. 14 da Constituição Federal.	Rejeitado	
360/97	Lucídio Portella	Votação nominal para o REQ 359/97.	Aprovado	
361/97	Júlio Campos	Destaque para votação em separado das expressões constantes da redação dada pela PEC nº 4/97, ao art. 28 da CF.	Rejeitado	
362/97	Júlio Campos	Destaque para votação em separado das expressões constantes da redação dada pela PEC nº 4/97, ao art. 28 da CF.	Retirado 363/97)	(RQS
363/97	Júlio Campos	Retirada do REQ 362/97, de sua autoria.	Aprovado	
364/97	Pedro Simon	Destaque para votação em separado da Emenda nº 2, de Plenário à PEC nº 4/97.	Rejeitado	
365/97	Pedro Simon	Votação nominal do REQ 364/97, de sua autoria.	Aprovado	
366/97	Benedita da Silva	Solicita que o tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente da sessão ordinária do dia 27 de maio seja destinado a comemorar o "Dia da África".	Aprovado	
367/97	Nabor Júnior	Transcrição nos Anais do Senado, do discurso pronunciado em 22.5.97, no Palácio do Planalto, por ocasião de sua posse, pelo novo Ministro da Justiça, Senador Iris Rezende.	Tramitando	
368/97	Líderes	Urgência, art. 336 "c", do RISF, para o PRS 41/97.	Aprovado	
369/97	Benedita da Silva	Dispensa do parecer da Comissão de Educação sobre PLS 131/96, de sua autoria.	Aprovado	

Nº	Autor	Assunto	Resultado
370/97	Benedita da Silva e outros Srs. Senadores	Solicitam que o tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente da Sessão Ordinária do dia 12 de agosto seja destinada a comemorar o "Dia das Artes".	Aprovado
371/97	Ney Suassuna	Retirada do PLS 46/97, de sua autoria.	Aprovado
372/97	Ney Suassuna	Pedido de informações do Ministro da Saúde.	Retirado (RQS nº 388/97)
373/97	Líderes	Urgência, art. 336, "b", do RISF, para o PRS 72/97.	Aprovado
374/97	Pedro Simon	Adiamento da votação do Parecer nº 287/97.	Retirado (RQS 375/97)
375/97	Pedro Simon	Retirada em caráter definitivo do REQ 374/97, de sua autoria.	Aprovado
376/97	José Serra	Solicita que sobre o PLS nº 57/97, de autoria do Senador Erandes Amorim, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida também, a de Assuntos Econômicos.	Aprovado
377/97	Roberto Requião e outros Senadores	Prorrogação do prazo da CPI criada pelo Requerimento nº 1.101/96, destinada a apurar irregularidades relacionadas à autorização, emissão e negociação de títulos públicos estaduais e municipais, nos exercício de 1995 e 1996, por mais trinta e cinco dias úteis.	Prorrogado o prazo da Comissão até 27.8.97
378/97	Guilherme Palmeira e outros Senadores	Homenagens de pesar pelo falecimento, em 31.5.97, do Frei Damião Bozzano, da Ordem dos Frades Capuchinhos.	Aprovado
379/97	Benedita da Silva e outros Senadores	Solicita que o tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente da sessão do dia 5 de novembro de 1997 seja destinado a comemorar o "Dia da Cultura e Ciência e o Dia do Cinema Brasileiro".	Aprovado
380/97	José Bianco	Audiência da CCJ sobre o PLS 136/95.	Aprovado
381/97	João Rocha	Pedido de informações ao Ministro do Trabalho.	Aprovado pela Mesa em 5.6.97 Atendido (Aviso nº 117/97)

Nº	Autor	Assunto	Resultado
382/97	Líderes	Urgência, art. 336, "b", para o PLC 17/97 (nº 1.435/96, na Casa de origem).	Aprovado
383/97	Benedita da Silva e outros srs. Senadores	Solicitam que o tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente, da sessão ordinária de 10 de dezembro de 1997, seja dedicado a comemorar o "Dia da Declaração Universal dos Direitos Humanos".	Aprovado
384/97	Lúcio Alcântara	Tramitação conjunto dos PRS nºs 43 e 44/97, de sua autoria, com o PRS nº 41/97.	Aprovado
385/97	Esperidião Amin	Desapensamento do PRS nº 44/97 dos PRS nºs 41 e 43/97.	Aprovado
386/97	Valmir Campelo	Inclusão em Ordem do Dia do PLS nº 13/97.	Tramitando
387/97	Mariuce Pinto	Tramitação conjunta do PLS nº 147/95 e do PLC nº 29/96.	Aprovado
388/97	Ney Suassuna	Retirada do REQ nº 372/97, de sua autoria.	Deferido
389/97	Vilson Kleinübing e José Eduardo Dutra	Adiamento da discussão do PLS nº 78/96, a fim de que seja submetido ao reexame da CAE.	Aprovado
390/97	Romero Jucá	Pedido de informações ao Ministro do Exército.	Aprovado pela Mesa em 3.7.97 Atendido (Aviso nº 212/97)
391/97	Romero Jucá	Pedido de informações ao Ministro das Relações Exteriores.	Aprovado pela Mesa em 3.7.97 Atendido (Of. nº 25/97)
392/97	Lúcio Alcântara e outros Senadores	Realização, no dia 26 de junho, de sessão especial destinada a registrar a passagem dos 300 anos de morte do consagrado orador e escritor português, Padre Antônio Vieira, a completar-se no dia 18 de julho de 1997.	Aprovado

Nº	Autor	Assunto	Resultado
393/97	Lauro Campos	Pedido, ao Ministro da Educação e do Desporto, de cópia das folhas de pagamento de todos os servidores da Fundação Universidade de Brasília referente aos meses de dezembro de 1996 a maio de 1997.	Aprovado pela Mesa em 3.7.97 Atendido (Of. nº 146/97)
394/97	Emandes Amorim	Pedido de informações ao Ministro de Minas e Energia.	Aprovado pela Mesa em 3.7.97 Atendido (Aviso nº 217/97)
395/97	Edison Lobão	Retirada da Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 1997, da qual é o 1º signatário, que dispõe sobre a gratuidade no ensino superior.	Aprovado
396/97	Carlos Patrocínio	Dispensa de publicação da redação final do PRS 115/95.	Aprovado
397/97	Jefferson Peres	Dispensa de publicação da redação final do PRS 69/97.	Aprovado
398/97	Waldeck Omelas	Dispensa de publicação da redação final do PRS nº 70/97.	Aprovado
399/97	Ademir Andrade	Tramitação conjunta do PLS nº 42/96 com o PLS 93/96.	Aprovado
400/97	José Eduardo Dutra e outros Senadores	Audiência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o PLC 93/96, que dispõe sobre o contrato de trabalho por prazo determinado e dá outras providências.	Aprovado
401/97	José Bianco	Pedido de informações ao Ministro da Fazenda.	Aprovado pela Mesa em 3.7.97 Atendido (Aviso nº 599/97)
402/97	Romero Jucá	Pedido de informações ao Ministro da Educação e do Desporto.	Aprovado pela Mesa em 3.7.97 Atendido (Of. nº 159/97)
403/97	Líderes	Urgência, art. 336, "b", do RISF, para o PRS nº 74/97.	Aprovado
404/97	Líderes	Urgência, art. 336, "b", do RISF, para o PRS nº 75/97.	Aprovado

Nº	Autor	Assunto	Resultado
405/97	Líderes	Urgência, art. 336, "b", do RISF, para o PRS nº 73/97.	Aprovado
406/97	Líderes	Urgência, art. 336, "b", do RISF, para o PRS nº 76/97.	Aprovado
407/97	Líderes	Extinção da urgência para o PRS nº 41/97.	Aprovado
408/97	José Serra	Adiamento da votação dos PRS nºs 41 e 43/97, a fim de que sejam encaminhados ao reexame da CAE.	Aprovado
409/97	Ronaldo Cunha Lima	Dispensa de publicação da redação final do PDL 13/97.	Aprovado
410/97	Ronaldo Cunha Lima	Dispensa de publicação da redação final do PDL 21/97.	Aprovado
411/97	Ronaldo Cunha Lima	Dispensa de publicação da redação final do PDL 25/97.	Aprovado
412/97	Ney Suassuna	Retirada do PLS 188/96, de sua autoria.	Aprovado
413/97	Romero Jucá	Pedido de informações à INFRAERO, através do Ministro da Aeronáutica.	Aprovado pela Mesa em 3.7.97 Atendido (Aviso nº 46/97)
414/97	Jefferson Péres e outros Srs. Senadores	Solicita que o tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente, da sessão ordinária do dia 1º.10, seja dedicado a homenagear o Dia Nacional do Vereador.	Aprovado
415/97	Benedita da Silva e outros Srs. Senadores	Solicita que o tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente da sessão ordinária do dia 20.11, seja destinado a homenagear o Dia do Zumbi dos Palmares.	Aprovado
416/97	Geraldo Melo e Humberto Lucena	Homenagens de pesar pelo falecimento do ex-Senador Agenor Maria.	Aprovado
417/97	José Fogaça e dos Líderes	Urgência, art. 336, "b", do RISF, para o PRS 77/97.	Aprovado
418/97	José Eduardo Dutra	Adiamento da discussão do PLC 25/95.	Aprovado
419/97	José Fogaça	Dispensa de publicação da redação final do PRS 71/97.	Aprovado

Nº	Autor	Assunto	Resultado
420/97	José Alves	Dispensa de publicação da redação final do PLC 89/93.	Aprovado
421/97	Gilberto Miranda	Pedido de informações ao Ministro de Minas e Energia.	Aprovado pela Mesa em 3.7.97 Atendido (Aviso nº 224/97)
422/97	João França	Pedido de informações ao Ministro da Aeronáutica.	Aprovado pela Mesa em 3.7.97 Atendido (Aviso nº 47/97)
423/97	Onofre Quinan	Transcrição nos Anais da nota "Compasso para o Futuro - Convocação à Nação", do Grande Oriente do Brasil, por ocasião dos seus 175 anos de fundação.	Tramitando
424/97	Lúcio Alcântara	Tramitação conjunta do PLS nº 69/97 com o PLS nº 45/97.	Retirado (RQS 605/97)
425/97	Geraldo Melo	Tramitação conjunta do PLS nº 50/97 com o PLC nº 22/97.	Aprovado
426/97	Erandes Amorim e outros Senadores	Inclusão em Ordem do Dia do PRS nº 42/97.	Aprovado
427/97	Edison Lobão	Adiamento da discussão do PLC nº 75/93.	Aprovado
428/97	Pedro Simon	Dispensa de publicação da redação final do PDL 19/97.	Aprovado
429/97	Artur da Távola e outros Senadores	Inclusão em Ordem do Dia da Mensagem nº 109/97	Aprovado
430/97	Jefferson Peres	Tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nº 43 e 44, de 1997, por versarem sobre publicidade de vendas a prazo.	Aprovado
431/97	Romero Jucá	Pedido de informações à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, através do Ministério da Fazenda.	Aprovado pela Mesa em 3.7.97 Atendido (Aviso nº 721/97)
432/97	Waldeck Ornelas	Inclusão em Ordem do Dia do PLC nº 16, de 1996 (nº 2.942/92, na Casa de origem).	Prejudicado

Nº	Autor	Assunto	Resultado
433/97	Líderes	Urgência, art. 336, "b", do RISF, para o PRS nº 78/97.	Aprovado
434/97	Emandes Amorim	Pedido de informações ao Ministro da Fazenda.	Aprovado pela Mesa em 3.7.97 Atendido (Aviso nº 672/97)
435/97	Edison Lobão e outros Senadores	Solicita que a sessão especial destinada a homenagear a memória do ex-Presidente Ernesto Geisel, a realizar-se no dia 6 de agosto, seja transformada em homenagem no tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente da sessão ordinária da mesma data.	Aprovado
436/97	Roberto Freire e outros Senadores	Solicita que o tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente da sessão ordinária do dia 4 de dezembro de 1997 seja destinada à comemoração do nonagésimo aniversário do arquiteto Oscar Niemeyer, que transcorrerá no dia 15.12.97.	Aprovado
437/97	Roberto Freire e outros Senadores	Solicita a realização de sessão especial no dia de março de 1998, dedicada à comemoração dos 100 anos de nascimento de Luiz Carlos Prestes.	Aprovado
438/97	Comissão de Assuntos Econômicos	Urgência, art. 336, "b", do RISF, para o PRS nº 80/97.	Aprovado
439/97	Flaviano Melo e outros Senadores	Urgência, art. 336, "c", do RISF, para o PLS nº 41 e 133, de 1996, que tramitam em conjunto.	Aprovado
440/97	Comissão Temporária Interna criada pelo RQS nº 518/95	Prorrogação do prazo concedido àquele Órgão Técnico até o dia 15 de dezembro de 1997.	Aprovado
441/97	Marina Silva	Pedido de informações ao Ministro das Relações Exteriores.	Aprovado pela Mesa em 3.7.97 Atendido (Aviso nº 29/97)
442/97	Francelino Pereira	Adiamento da discussão do PLC nº 114/95.	Aprovado
443/97	Emandes Amorim	Solicita votação nominal para o PRS nº 79/97.	Aprovado

Nº	Autor	Assunto	Resultado
444/97	José Bianco	Pedido de informações ao Ministro da Educação e do Desporto.	Aprovado pela Mesa em 3.7.97 Atendido (Of. nº 132/97)
445/97	Júlio Campos	Inclusão em Ordem do Dia do PLS nº 87/96.	Tramitando
446/97	Sebastião Rocha	Pedido de informações ao Ministro da Fazenda.	Aprovado pela Mesa em 3.7.97 Atendido (Aviso nº 724/97)
447/97	Elcio Alvares e outros Senadores	Adiamento de votação do Requerimento nº 439/97, a fim de ser feita na sessão do dia 4 de setembro de 1997.	Aprovado
448/97	Bello Parga	Adiamento da discussão do PLC 204/93, a fim de ser submetida ao reexame da Comissão de Assuntos Sociais.	Aprovado
449/97	José Eduardo Dutra	Adiamento da discussão do PLC 204/93, a fim de ser feita em sessão ordinária a realizar-se dentro de 28 dias úteis.	Prejudicado
450/97	Lúcio Alcântara	Destaque para votação em separado da Emenda nº 3-Plen. ao PRS 42/97.	Aprovado
451/97	Roberto Freire	Destaque para votação em separado da Emenda nº 4-Plen. ao PRS 42/97.	Aprovado
452/97	Pedro Simon	Inclusão em Ordem do Dia do PLS nº 31/97.	Prejudicado
453/97	Ronaldo Cunha Lima	Dispensa de publicação da redação final do PRS 42/97.	Aprovado
454/97	Esperidião Amin e outros Senadores	Solicita que o tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente da sessão do dia 19 de março de 1998, seja dedicado a homenagear o poeta simbolista Cruz e Souza, pela passagem do centenário de seu falecimento.	Aprovado
455/97	Comissão Temporária criada pelo RQS nº 353/96.	Solicita a prorrogação do prazo concedido àquele Órgão Técnico até o dia 15 de dezembro de 1997.	Aprovado

Nº	Autor	Assunto	Resultado
456/97	Comissão Temporária criada nos termos do art. 48 do RISF (sugestões encaminhadas por Governadores (processos Diversos nº 90 a 96/96)	Solicita a prorrogação do prazo concedido àquele Órgão Técnico por 90 dias, até o dia 29 de outubro de 1997.	Aprovado
457/97	Comissão Temporária criada pelo Requerimento nº 201/97	Solicita a prorrogação do prazo concedido àquele Órgão Técnico até o dia 15 de dezembro de 1997.	Aprovado
458/97	Comissão Especial criada pelo RQS nº 470/95	Solicita a prorrogação do prazo concedido àquele Órgão Técnico até o dia 15 de dezembro de 1997.	Aprovado
459/97	Comissão Especial criada através do RQS nº 263/96	Solicita a prorrogação do prazo concedido àquele Órgão Técnico até o dia 15 de dezembro de 1997.	Aprovado
460/97	José Eduardo Dutra	Adiamento da discussão do PLS 157/96-Complementar.	Aprovado
461/97	Ronaldo Cunha Lima	Dispensa de publicação da redação final do PLC nº 1/97.	Aprovado
462/97	Eduardo Suplicy	Inserção em ata de um voto de profundo pesar pelo falecimento do grande cientista e desbravador de mares e rios do mundo, Jacques Yves Cousteau, no dia 24.6.97.	Aprovado
463/97	Élcio Alvares	Pedido de informações ao Ministério da Fazenda.	Aprovado pela Mesa em 3.7.97 Atendido (Aviso nº 664/97)
464/97	Valmir Campelo e Osmar Dias	Homenagens de pesar pelo falecimento do Deputado Federal Ivo Mainardi.	Aprovado
468/97	Pedro Simon	Pedido de informações ao Ministro da Fazenda.	Aprovado pela Mesa em 21.8.97 Atendido (Aviso nº 895/97)
481/97	Marina Silva	Transcrição nos Anais do Congresso Nacional das cartas intituladas "Eduardo Martins", publicadas na revista "Veja", edição de 9 de julho de 1997.	Tramitando

Nº	Autor	Assunto	Resultado
485/97	Romero Jucá	Pedido de informações à Secretaria do Tesouro Nacional, através do Ministro da Fazenda.	Aprovado pela Mesa em 21.8.97 Atendido (Aviso nº 899/97)
491/97	Humberto Lucena	Pedido de informações ao Ministro de Estado da Educação e do Desporto.	Aprovado pela Mesa em 21.8.97 Atendido (Of. nº 143/97)
492/97	Osmar Dias e Roberto Requião	Pedido de informações ao Ministro de Estado da Fazenda.	Aprovado pela Mesa em 21.8.97 Atendido (Aviso nº 893/97)
495/97	Ronaldo Cunha Lima	Transcrição nos Anais do Senado de entrevista do Senador José Fogaça, publicada no jornal "O Povo", da Fundação Pedroso Horta.	Tramitando
496/97	Gilberto Miranda	Pedido de informações ao Ministro de Estado da Indústria do Comércio e do Turismo, relacionados à aplicação da Instrução Normativa nº 26/97, que normatiza a importação de vinhos.	Aprovado pela Mesa em 21.8.97 Atendido (Aviso nº 152/97)
497/97	Gilberto Miranda	Pedido de informações ao Ministro de Estado da Aeronáutica, sobre contrato comercial firmado com a Raytheon Company.	Aprovado pela Mesa em 21.8.97 Aguardando atendimento
499/97	Erandes Amorim	Pedido de informações ao Ministro de Estado da Fazenda sobre as circunstâncias e as garantias com que o BNDES, em parceria com a ELETROBRÁS, aportou com recursos do FAT para o Estado de Rondônia, dentro do programa de saneamento, para fins de privatização da CERON.	Aprovado pela Mesa em 21.8.97 Atendido (Aviso nº 900/97)
500/97	João Rocha	Pedido de informações ao Ministro de Estado da Fazenda sobre os dados gerais por ramo de atividade empresarial/industrial e por unidade da Federação.	Aprovado pela Mesa em 21.8.97 Atendido (Aviso nº 890/97)
513/97	Romero Jucá	Realização, pelo TCU, de inspeção, auditoria administrativa e operacional <i>in loco</i> nas obras de asfaltamento da BR-174 - trecho do Estado de Roraima.	Aprovado Atendido (Avisos nºs 678 e 681/97, anexado ao processado do RQS 513/97)

Nº	Autor	Assunto	Resultado
514/97	Eduardo Suplicy	Pedido ao Ministro de Minas e Energia de cópia do relatório (Etapa IV) sobre o Projeto de Reestruturação do Setor Elétrico Brasileiro.	Aprovado pela Mesa em 21.8.97 Atendido (Aviso nº 268/97)
515/97	Eduardo Suplicy	Pedido, ao Ministro de Minas e Energia, de informações contendo a relação de todos os contratos, convênios e assemeelhados para prestação de serviços de diversas naturezas assinados pela Eletrobrás.	Aprovado pela Mesa em 21.8.97 Atendido (Aviso nº 267/97)
516/97	Gilberto Miranda	Transcrição nos Anais do artigo intitulado "A nova cooperação entre Brasil e Portugal", publicado no jornal "Folha de S. Paulo", edição do dia 20 de julho de 1997, de autoria de Antônio Guterres, Primeiro-Ministro de Portugal.	Tramitando
517/97	Benedita da Silva	Pedido de informações ao Ministro da Fazenda, relativas à extinção da Superintendência Nacional do Abastecimento - SUNAB.	Aprovado pela Mesa em 21.8.97 Atendido (Aviso nº 894/97)
518/97	Guilherme Palmeira	Pedido de informações ao Ministro dos Transportes sobre divergências existentes entre o Programa de Obras divulgado pelo DNER, 20º Distrito Rodoviário Federal - Alagoas e o Programa de Restauração de Rodovias divulgado pelo Ministério dos Transportes.	Aprovado pela Mesa em 21.8.97 Atendido (Aviso nº 895/97)
523/97	Júlio Campos	Pedido de informações ao Ministério da Indústria, Comércio e Turismo, sobre a importação de vários produtos.	Aprovado pela Mesa em 21.8.97 Atendido (Aviso nº 124/97)
524/97	Júlio Campos	Pedido de informações ao Ministro de Minas e Energia, sobre a importação de vários produtos.	Aprovado pela Mesa em 21.8.97 Atendido (Aviso nº 269/97)

Nº	Autor	Assunto	Resultado
531/97	Bernardo Cabral e outros senhores Senadores	Destinação da Hora do Expediente da sessão a se realizar no próximo dia 4 de setembro para homenagear a Rede Amazônica de Rádio e Televisão pelo seu Jubileu de Prata.	Aprovado

Nº	Autor	Assunto	Resultado
532/97	Lúcio Alcântara	Pedido de informações ao Ministro da Administração Federal e Reforma do Estado sobre o quantitativo de cargos públicos efetivos do Poder Executivo.	Aprovado pela Mesa em 28.10.97 Atendido (Of. nº 920/97)
533/97	Esperidião Amin	Criação de Comissão Parlamentar Externa, composta por sete Senadores, para, no prazo de 30 dias, gestionar junto a Órgãos Federais, Estados e Municípios, com vistas a avaliar e levantar medidas preventivas cabíveis para proteger as populações e as economias das regiões que estão sujeitas ao fenômeno atmosférico "El Niño".	Aprovado
534/97	Líderes	Urgência, nos termos do art. 336, b, do RISF, para o PLC nº 27, de 1997	Aprovado
535/97	Líderes	Urgência, nos termos do art. 336, a, do RISF, para o Requerimento nº 533, de 1997.	Aprovado
536/97	Romero Jucá	Pedido de informações ao Ministro da Saúde sobre a arrecadação no Estado de Roraima do CPMF.	Aprovado pela Mesa em 21.8.97 Aguardando atendimento
537/97	João Rocha	Pedido de informações ao Ministro da Fazenda sobre a movimentação de recursos, entre 1993 e 1997, nas bolsas de valores do RJ e SP.	Aprovado pela Mesa em 21.8.97 Atendido (Aviso nº 930/97)
538/97	João Rocha	Pedido de informações ao Ministro da Aeronáutica sobre os aeroportos administrados pela INFRAERO e respectivas receitas próprias.	Aprovado pela Mesa em 21.8.97 Atendido (Aviso nº 60/97)
539/97	Élcio Álvares	Transcrição nos Anais do artigo publicado no Correio Braziliense, edição de 24.7.97, intitulado "Causa e Efeito".	Tramitando
540/97	Gilberto Miranda	Pedido de informações ao Ministro da Fazenda sobre as "Commitment Fee" do Projeto SIVAM.	Aprovado pela Mesa em 21.8.97 Atendido (Aviso nº 913/97)
541/97	José Ignácio Ferreira	Tramitação conjunta dos PLS nºs 61 e 234, de 1996.	Aprovado

Nº	Autor	Assunto	Resultado
542/97	Sérgio Machado e outros Senadores	Dispensa de interstício e prévia distribuição de avulsos para o Parecer nº 394/97, sobre a MSG 136/97.	Aprovado
543/97	Marina Silva	Pedido de informações ao Ministro da Agricultura sobre a questão agrária na Amazônia.	Aprovado pela Mesa em 21.8.97 Resposta (Aviso nº 324/97)
544/97	Lúcio Alcântara e outros Senadores	Homenagens de pesar pelo falecimento do sociólogo Herbert de Souza, bem como apresentação de condolências à família.	Aprovado
545/97	Benedita da Silva e outros Senadores	Homenagens de pesar pelo falecimento do Senhor Herbert de Souza, "Betinho".	Aprovado
546/97	Pedro Simon e outros Senadores	Homenagens de pesar pelo falecimento do sociólogo Herbert de Souza.	Aprovado
547/97	Lúcio Alcântara e outros Senadores	Solicita que o tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente da sessão do dia 21.8.97 seja dedicado a homenagear o sociólogo Herbert de Souza.	Aprovado
548/97	Waldeck Ornelas	Inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei do Senado nº 229, de 1995, de iniciativa da Comissão Temporária do Vale do São Francisco (art. 172, I, do RISF).	Tramitando
549/97	Waldeck Ornelas	Inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei do Senado nº 148, de 1996, de sua autoria (art. 172, I, do RI).	Tramitando
550/97	José Roberto Arruda e outros Senadores	Solicita que o do tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente da sessão do dia 20.8.97, seja dedicado a homenagear o "Dia do Maçom".	Aprovado
551/97	José Serra e outros Senadores	Realização de Sessão Especial do Senado Federal a fim de homenagear o sociólogo Herbert José de Souza, em data a ser marcada posteriormente	Arquivado

	Autor	Assunto	Resultado
552/97	Osmar Dias e outros Senadores	Solicita que o do tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente da Sessão Deliberativa Ordinária do dia 16.10.97 seja dedicado a homenagear o "Dia Mundial da Alimentação".	Aprovado
553/97	Freitas Neto	Pedido de informações ao Ministro da Fazenda sobre os Acordos e Protocolos firmados entre os Estados e o Governo Federal visando o equacionamento de débitos nos termos do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados.	Aprovado pela Mesa em 21.8.97 Atendido (Aviso nº 928/97)
554/97	João Rocha	Pedido de informações ao Ministro da Fazenda sobre projetos apresentados e aprovados no âmbito do COFIEIX, no período de março/90 a julho/97.	Aprovado pela Mesa em 21.8.97 Atendido (Aviso nº 901/97)
555/97	Romero Jucá	Pedido de informações ao Ministério da Fazenda relacionadas à possibilidade de fechamento do Banco de Roraima ou sua transformação em Agência de Desenvolvimento.	Aprovado pela Mesa em 21.8.97 Atendido (Aviso nº 914/97)
556/97	Edison Lobão	Pedido de informações ao Ministro do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, sobre o processo de licitação para exploração madeireira da Floresta Nacional do Tapajós, na Amazônia.	Aprovado pela Mesa em 21.8.97 Aguardando atendimento
557/97	Edison Lobão e Pedro Simon	Retirada do Projeto de Lei do Senado nº 270, de 1995, de sua autoria.	Aprovado
558/97	Júlio Campos	Inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei do Senado nº 82, de 1995, de sua autoria.	Prejudicado
559/97	Líderes	Urgência, art. 336, "b", do RISF, para o PDL nº 61, de 1997	Aprovado
560/97	Líderes	Urgência, art. 336, "b", do RISF, para o PRS nº 94/97.	Aprovado
561/97	Líderes	Urgência, art. 336, "b", do RISF, para o PRS nº 95/97.	Aprovado

Nº	Autor	Assunto	Resultado
562/97	José Ignácio Ferreira	Solicita, nos termos regimentais, em razão de extravio, a reconstituição do processado do Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 1996 (nº 1.873/91, na Casa de origem), que <i>dispõe sobre a prevenção, o tratamento, a fiscalização, o controle e a repressão do tráfico ilícito e do uso indevido de entorpecentes e drogas afins, e dá outras providências.</i>	Deferido (Tomado sem efeito em 20.8.97 - RQS 588/97)
563/97	Líderes	Urgência, art. 336, "b", do RISF, para o PRS nº 92/97.	Aprovado
564/97	Carlos Patrocínio	Pedido de cópias, ao Ministro Extraordinário de Política Fundiária, das conclusões da sindicância efetuada por aquele órgão no Instituto de Colonização e Reforma Agrária - INCRA do Estado do Tocantins.	Aprovado pela Mesa em 21.8.97 Atendido (Of. nº 88/97)
565/97	Eduardo Suplicy e outros Senadores	Criação de uma Comissão temporária, composta de 7 (sete) membros, para no prazo de 90 (noventa) dias, realizar um diagnóstico das condições da população brasileira vivendo em estado de miséria e fome, visitando os locais onde é mais grave a situação, segundo os dados reunidos pelo IBGE, IPEA e órgãos que fazem levantamento de indicadores sócio-econômicos.	Tramitando
567/97	Lúcio Alcântara e outros Senadores	Solicitam que o tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente da sessão do dia 14.8.97 seja dedicado a homenagear a memória do sociólogo Herbert de Souza, o "Betinho", alterando, assim, a data prevista no Requerimento nº 547/97.	Aprovado
568/97	Romero Jucá	Pedido de informações ao Ministro de Minas e Energia sobre a construção da Usina de Jatapu, no Estado de Roraima.	Aprovado pela Mesa em 21.8.97 Atendido (Aviso nº 270/97)
569/97	Gilberto Miranda	Pedido de informações ao Ministro do Planejamento e Orçamento relativas ao Programa Federal de Privatização.	Aprovado pela Mesa em 21.8.97 Atendido (Of. nº 570/97)

Nº	Autor	Assunto	Resultado
570/97	Líderes	Urgência, art. 336, "b", do RISF, para o PRS nº 93/97.	Aprovado
571/97	Lúcio Alcântara	Tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 1996, com o Projeto de Lei do Senado nº 154, de 1997.	Aprovado
572/97	Emília Fernandes e outros Senadores	Solicitando que a Hora do Expediente da sessão plenária do dia 27 de agosto seja dedicado a homenagear o 43º aniversário de falecimento do Presidente Getúlio Vargas.	Aprovado
573/97	Líderes	Urgência nos termos do art. 336, "b", do RISF, para o Projeto de Resolução nº 86, de 1997.	Prejudicado
574/97	Líderes	Urgência nos termos do art. 336, "b", do RISF, para o Ofício nº S/59, de 1997.	Prejudicado
575/97	Líderes	Urgência nos termos do art. 336, "b", do RISF, para o Ofício nº S/60, de 1997.	Prejudicado
576/97	Esperidião Amin	Homenagens de pesar pelo falecimento do ex-Senador Carlos Gomes de Oliveira.	Aprovado
577/97	Esperidião Amin	Solicitando que o tempo da Hora do Expediente da sessão do dia 14 de outubro seja dedicado a homenagear o ex-Senador Carlos Gomes de Oliveira.	Aprovado
578/97	José Roberto Arruda	Retirada da Emenda nº 36, de sua autoria, oferecida à Proposta de Emenda à Constituição nº 33, de 1996.	Aprovado
579/97	José Eduardo Dutra	Tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 258, de 1995 e 151, de 1997.	Aprovado
580/97	Geraldo Melo	Homenagens de pesar pelo falecimento do ex-Senador Moacyr Duarte.	Aprovado
581/97	Otoniel Machado	Dispensa de publicação para imediata discussão e votação da redação final do PDL 15/97.	Aprovado

Nº	Autor	Assunto	Situação
582/97	Otoniel Machado	Dispensa de publicação para imediata discussão e votação da redação final do PDL 58/97.	Aprovado
583/97	Regina Assumpção e Romeu Tuma	Dispensa de publicação para imediata discussão e votação da redação final do PDL 60/97.	Aprovado
584/97	Waldeck Omelas	Inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei do Senado nº 22, de 1997, de autoria do Senador Beni Veras.	Tramitando
585/97	Waldeck Omelas	Tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 1994 com o Projeto de Lei do Senado nº 139, de 1996.	Retirado (RQS 613/97)
586/97	Júlio Campos	Tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 27, de 1997, com o Projeto de Lei do Senado nº 60, de 1996.	Aprovado
587/97	José Roberto Arruda e Líderes	Urgência, art. 336, "c", do RISF, para o Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 1996 (nº 667/95, na Casa de origem).	Retirado (RQS 606/97)
588/97	José Ignácio Ferreira	Tomar sem efeito os termos do Requerimento nº 562, de 1997, de sua autoria, tendo em vista o processado da matéria a que se refere ter sido localizado.	Deferido
589/97	Francelino Pereira e outros Senadores	Adiamento da discussão do PLS nº 25/97 - Compl. para a sessão deliberativa ordinária do dia 1º de outubro.	Prejudicado
590/97	Líderes	Adiamento da discussão do PLS 25/97 - Compl. a fim de reexaminado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.	Aprovado
591/97	João Rocha	Pedido de informações ao Ministro da Fazenda sobre liquidez e solvência do Sistema Financeiro Nacional.	Aprovado pela Mesa em 28.10.97 Atendido (Aviso nº 1.089/97)
592/97	Freitas Neto	Pedido de informações ao Presidente da Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S/A, através do Ministro de Estado dos Transportes, sobre os estudos para a construção da Ferrovia Transversal Nordeste.	Aprovado pela Mesa em 28.10.97 Aguardando atendimento

Nº	Autor	Assunto	Resultado
593/97	Elcio Alvares e outros Senadores	Adiamento de votação do Requerimento nº 587/97, a fim de ser feita na sessão deliberativa ordinária do dia 27.8.97.	Aprovado
594/97	João Rocha	Pedido de informações ao Ministro do Planejamento e Orçamento sobre as atividades do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, com base na posição de 30 de julho de 1997.	Aprovado pela Mesa em 28.10.97 Atendido (Of. nº 641/97)
595/97	Lúcio Alcântara	Tramitação conjunta dos Projetos de Lei da Câmara nºs 151, de 1993, e 73, de 1996.	Aprovado
596/97	Jonas Pinheiro	Tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 81, de 1995, e 156, de 1997, e do Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 1997.	Prejudicado
597/97	Pedro Simon e Líderes	Urgência, art. 336, "b", do RISF, para o Projeto de Resolução nº 104, de 1997.	Aprovado
598/97	Pedro Simon e Líderes	Urgência, 336, "b", do RISF, para o Projeto de Resolução nº 105, de 1997.	Aprovado
599/97	Líderes	Urgência, 336, "b", do RISF, para o Projeto de Resolução nº 107, de 1997.	Aprovado
600/97	Hugo Napoleão	Tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nº 244, de 1995, e 20, de 1997.	Aprovado
601/97	Romeu Tuma	Tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 1997, com o Projeto de Lei do Senado nº 156, de 1997.	Aprovado
602/97	Edison Lobão	Adiamento da votação do PLC 75/93, a fim de que seja feita no dia 7 de outubro de 1997.	Aprovado

Nº	Autor	Assunto	Resultado
603/97	Gilberto Miranda	Pedido de remessa, pela Secretaria de Previdência Complementar, através do Ministério da Previdência e Assistência Social, de cópias dos formulários denominados "Demonstrativo Analítico de Investimento e de Enquadramento das Aplicações", dos dois primeiros trimestres de 1997, referentes aos Fundos de Pensão patrocinados por empresas estatais do Governo.	Aprovado - pela Mesa em 28.10.97 Aguardando atendimento
604/97	Líderes	Urgência, art. 336, "b", do RISF, para o Projeto de Resolução nº 100, de 1997.	Aprovado
605/97	Lúcio Alcântara	Retirada do Requerimento nº 424, de 1997, de sua autoria.	Aprovado
606/97	José Roberto Arruda e outros Senadores	Retirada do Requerimento nº 587, de 1997.	Aprovado
607/97	Lauro Campos	Dispensa de publicação para imediata discussão e votação da redação final do Projeto de Resolução nº 83/97.	Aprovado
608/97	Jefferson Peres	Pedido de informações à Presidência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), através do Ministério do Planejamento e Orçamento, sobre notícia publicada no jornal "Gazeta Mercantil", do dia 22 último, intitulada "BNDES financia cinescópios".	Aprovado pela Mesa em 28.10.97 Atendido (Of. nº 473/97)
609/97	Vilson Kleinöbing	Dispensa de interstício e prévia distribuição de avulsos do Parecer nº 434, de 1997.	Aprovado
610/97	Vilson Kleinöbing	Dispensa de interstício e prévia distribuição de avulsos do Parecer nº 435, de 1997.	Aprovado
611/97	Líderes	Urgência, art. 336, "b", do RISF, para o Projeto de Resolução nº 98, de 1997.	Aprovado
612/97	Líderes	Urgência, art. 336, "b", do RISF, para o Projeto de Resolução nº 99, de 1997.	Aprovado
613/97	Waldeck Ornelas	Retirada do Requerimento nº 585, de 1997, de sua autoria.	Deferido

Nº	Autor	Assunto	Resultado
614/97	Eduardo Suplicy	Adiamento da discussão do PLC 25/95, a fim de ser feita na sessão deliberativa ordinária do dia 8.10.97.	Aprovado
615/97	Comissão de Assuntos Sociais	Pedido de informações ao Ministro da Previdência Social sobre o disposto no inciso II do art. 26 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.	Aprovado pela Mesa em 28.10.97 Aguardando atendimento
616/97	Comissão de Assuntos Sociais	Pedido de informações ao Ministro da Saúde sobre o disposto no inciso II do art. 26 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.	Aprovado pela Mesa em 28.10.97 Aguardando atendimento
617/97	Comissão de Assuntos Sociais	Pedido de informações ao Ministro do Trabalho sobre o disposto no inciso II do art. 26 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.	Aprovado pela Mesa em 28.10.97 Atendido (Aviso nº 267/97)
618/97	Líderes	Urgência para o Projeto de Resolução nº 109, de 1997, nos termos do art. 336, "b", do Regimento Interno.	Aprovado
619/97	Geraldo Melo e outros Senadores	Homenagens de pesar pelo falecimento da Princesa de Gales, Diana Spencer.	Aprovado
620/97	Geraldo Melo e Sergio Machado	Homenagens de pesar pelo falecimento do Deputado Robson Romero.	Aprovado
621/97	Ney Suassuna	Retirada do PLS nº 85/96, de sua autoria.	Aprovado
622/97	Valmir Campelo e outros Senadores	Solicita que o tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente da sessão ordinária do dia 23.9.97 seja dedicado a comemorar a abertura da Semana Nacional do Jovem, criada pela Lei nº 8.680, de 13 de julho de 1993, e a homenagear o Instituto Internacional da Juventude para o Desenvolvimento.	Aprovado
623/97	Sebastião Rocha	Pedido de informações ao Banco Central do Brasil, através do Ministro da Fazenda, sobre a liquidação do Banco do Estado do Amapá.	Aprovado pela Mesa em 28.10.97 Atendido (Aviso nº 1.067/97)

Nº	Autor	Assunto	Resultado
624/97	Esperidião Amin	Pedido de informações ao Ministro da Fazenda, relacionadas aos contratos celebrados entre os Estados e a Caixa Econômica Federal, ao amparo do Voto CMN 162 e seguintes.	Aprovado pela Mesa em 28.10.97 Atendido (Aviso nº 1.144/97)
625/97	Osmar Dias	Pedido de informações ao Ministro da Fazenda, relacionadas às operações por Antecipação da Receita Orçamentária (ARO) realizadas pelas prefeituras municipais e governos estaduais no ano de 1996.	Aprovado pela Mesa em 28.10.97 Atendido (Aviso nº 1.193/97)
626/97	Júlio Campos	Pedido de informações ao Ministro dos Transportes, sobre os recursos federais alocados no Orçamento da União para a BR-163, no ano de 1997, e a eventual contrapartida do Governo do Estado de Mato Grosso.	Aprovado pela Mesa em 28.10.97 Aguardando atendimento
627/97	Antônio Carlos Voladares	Pedido de informações ao Secretário da Receita Federal, através do Ministro da Fazenda, relacionadas à arrecadação da CPMF.	Aprovado pela Mesa em 28.10.97 Aguardando atendimento
628/97	Comissão criada pelo Requerimento nº 533/97	Prorrogação do prazo concedido àquele órgão técnico até o dia 3 de outubro de 1997.	Aprovado
629/97	José Serra	Tramitação conjunta do PLC 114/95, com o PLS 177/97.	Aprovado
630/97	Bello Parga e Edison Lobão	Homenagens de pesar pelo falecimento do ex-Deputado Federal, pelo Estado do Maranhão, Antenor Borgéa.	Aprovado
631/97	Albino Boaventura	Pedido de informações ao Ministro do Meio-Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, relativas aos efeitos da crescente produção carvoeira na destruição das ricas diversidades do cerrado brasileiro.	Aprovado pela Mesa em 28.10.97 Aguardando atendimento
632/97	Carlos Patrocínio	Retirada do PLS 28/97, de sua autoria.	Aprovado
633/97	José Bianco	Pedido de informações ao Ministro do Planejamento e Orçamento sobre os recursos previstos dentro do Programa Planaflores do Estado de Rondônia para a ENARO - Empresa de Navegação de Rondônia.	Aprovado pela Mesa em 28.10.97 Atendido (Of. nº 645/97)

Nº	Autor	Assunto	Resultado
634/97	Regina Assumpção	Solicita o desapensamento do PLS nº 133/96, que tramita em conjunto com o PLS 41/96	Aprovado
635/97	Carlos Bezerra	Dispensa de publicação para imediata discussão e votação da redação final do PLC 140/94.	Aprovado
636/97	Pedro Simon e outros Senadores	Solicita seja consignado em ata voto de profundo pesar pelo falecimento de Madre Teresa de Calcutá.	Aprovado
637/97	Edison Lobão	Retirada do PRS 48/97.	Aprovado
638/97	Ronaldo Cunha Lima	Destaque para suprimir a expressão "e pensionistas" do § 1º do art. 40 da Constituição Federal, modificado pelo 2º Substitutivo do Relator à PEC 33/96.	Rejeitado
639/97	Levy Dias	Destaque para votação em separado das expressões "e pensionistas" e "não incidindo contribuição sobre aposentadoria e pensão de valor igual ou inferior ao limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social, de que trata o art. 201", constantes do § 1º do art. 40 do 2º Substitutivo à PEC 33/96.	Rejeitado
640/97	Waldeck Ornelas	Destaque para votação em separado do § 4º do art. 40 do 2º Substitutivo à PEC 33/96.	Rejeitado
641/97	José Eduardo Dutra	Destaque para votação em separado do § 4º do art. 40, constante do art. 1º do 2º Substitutivo.	Rejeitado
642/97	José Eduardo Dutra	Destaque para votação em separado do § 12 do art. 40, constante do art. 1º do 2º Substitutivo à PEC 33/96.	Rejeitado
643/97	Fernando Bezerra	Destaque para votação em separado da expressão "receita", constante da alínea "b", inciso I do art. 195, constante do art. 1º do 2º Substitutivo à PEC 33/96.	Aprovado

Nº	Autor	Assunto	Resultado
644/97	Gilvam Borges	Destaque para suprimir, do inciso II do art. 195 da Constituição Federal, modificado pelo 2º Substitutivo do Relator, à PEC 33/96, a expressão "e dos demais segurados da previdência social"	Rejeitado
645/96	Fernando Bezerra	Destaque para votação em separado do inciso IV do art. 195, constante do art. 1º do 2º Substitutivo à PEC 33/96.	Aprovado
646/97	José Ignácio Ferreira	Destaque para votação em separado das expressões "incluídos os resultados de acidentes do trabalho, constantes do inciso I do art. 201 do 2º Substitutivo à PEC 33/96.	Aprovado
647/97	José Eduardo Dutra	Destaque para votação em separado do inciso II do § 7º do art. 201, constante do art. 1º do 2º Substitutivo à PEC 33/96.	Rejeitado
648/97	Roberto Freire	Destaque para votação em separado dos §§ 6º e 7º do art. 58, constante do art. 5º da Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 1996.	Rejeitado
649/97	Sérgio Machado e outros Senadores	Destaque para votação em separado da expressão "complementar", constante do art. 248, do art. 2º do 2º Substitutivo à PEC 33/96.	Rejeitado
650/97	Waldeck Ornelas	Destaque para votação em separado do art. 248, constante do art. 2º do 2º substitutivo à PEC 33/96.	Aprovado
651/97	Ronaldo Cunha Lima	Destaque para suprimir a alínea "b" do inciso III e a alínea "b" do inciso I do § 1º do art. 8º do 2º Substitutivo à PEC 33/96.	Rejeitado
652/97	José Eduardo Dutra	Destaque para votação em separado da expressão "no que couber", constante do § 2º do art. 8º do 2º Substitutivo à PEC 33/96.	Rejeitado
653/97	Ronaldo Cunha Lima	Destaque para suprimir do art. 8º do 2º Substitutivo à PEC 33/96 a expressão "com proventos calculados de acordo com o art. 40, § 4º".	Rejeitado

Nº	Autor	Assunto	Resultado
654/97	Élcio Alvares e outros Senadores	Destaque para votação em separado do art. 16 e seu parágrafo único do 2º Substitutivo à PEC 33/96.	Rejeitado
655/97	Fernando Bezerra	Destaque para votação em separado do art. 16 e seu parágrafo único do 2º Substitutivo à PEC 33/96.	Aprovado
656/97	Antônio Carlos Valadares	Destaque para votação em separado da expressão "e o art. 153, § 2º, II", constante do art. 18 do 2º Substitutivo.	Rejeitado
657/97	Carlos Patrocínio	Destaque para votação em separado da Emenda nº 16-Plen. à PEC 33/97.	Rejeitado
658/97	Antônio Carlos Valadares	Destaque para votação em separado da Emenda nº 7-Plen. à PEC 33/96.	Aprovado
659/97	Sebastião Rocha	Destaque para votação em separado da Emenda nº 7-Plen. à PEC 33/96.	Prejudicado
660/97	Lucídio Portella	Destaque para votação em separado da Emenda nº 8-Plen. à PEC 33/96.	Retirado (RQS 794/97)
661/97	José Eduardo Dutra	Destaque para votação em separado da Emenda nº 9-Plen. à PEC 33/96.	Aprovado
662/97	José Eduardo Dutra	Destaque para votação em separado da Emenda nº 10-Plen. à PEC 33/96.	Aprovado
663/97	Ronaldo Cunha Lima	Destaque para votação em separado da Emenda nº 11-Plen. à PEC 33/96.	Rejeitado
664/97	Sebastião Rocha	Destaque para votação em separado da Emenda nº 17-Plen. à PEC 33/96.	Rejeitado
665/97	José Eduardo Dutra	Destaque para votação em separado da Emenda nº 19-Plen. à PEC 33/96.	Aprovado
666/97	Eduardo Suplicy	Destaque para votação em separado da Emenda nº 20-Plen. à PEC 33/96.	Rejeitado
667/97	José Eduardo Dutra	Destaque para votação em separado da Emenda nº 21-Plen. à PEC 33/96.	Aprovado
668/97	José Ignácio Ferreira	Destaque para votação em separado da Emenda nº 25-Plen. à PEC 33/96.	Aprovado
669/97	José Eduardo Dutra	Destaque para votação em separado da emenda nº 30-Plen. à PEC 33/96.	Aprovado

Nº	Autor	Assunto	Resultado
670/97	Sebastião Rocha	Destaque para votação em separado da Emenda nº 31-Plen. à PEC 33/96.	Rejeitado
671/97	Sebastião Rocha	Destaque para votação em separado da Emenda nº 32-Plen. à PEC 33/96.	Rejeitado
672/97	Sebastião Rocha	Destaque para votação em separado da Emenda nº 33-Plen. à PEC 33/96.	Prejudicado
673/97	Júnia Marise	Destaque para votação em separado da Emenda nº 33-Plen. à PEC 33/96.	Aprovado
674/97	Sebastião Rocha	Destaque para votação em separado da emenda nº 34-Plen. à PEC 33/96.	Aprovado
675/97	Júnia Marise	Destaque para votação em separado da Emenda nº 34-Plen. à PEC 33/96.	Rejeitado
676/97	Emília Fernandes	Destaque para votação em separado da Emenda nº 39-Plen. à PEC 33/96.	Prejudicado
677/97	Sebastião Rocha	Destaque para votação em separado da Emenda nº 39-Plen. à PEC 33/96.	Aprovado
678/97	Emília Fernandes	Destaque para votação em separado da Emenda nº 40-Plen. à PEC 33/96.	Aprovado
679/97	Emília Fernandes	Destaque para votação em separado da Emenda nº 41-Plen. à PEC 33/96.	Rejeitado
680/97	Emília Fernandes	Destaque para votação em separado da Emenda nº 45-Plen. à PEC 33/96.	Rejeitado
681/97	Sebastião Rocha	Destaque para votação em separado da Emenda nº 45-Plen. à PEC 33/96.	Rejeitado
682/97	Emília Fernandes	Destaque para votação em separado da Emenda nº 46-Plen. à PEC 33/96.	Rejeitado
683/97	José Alves	Destaque para votação em separado da Emenda nº 47-Plen. à PEC 33/96.	Rejeitado
684/97	Líderes	Adiamento de votação da PEC 33/96.	Aprovado
685/97	José Eduardo	Dispensa do parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o PLS 133/96.	Rejeitado
686/97	Regina Assumpção	Preferência para apreciação do Substitutivo ao PLS 41/96.	Aprovado

Nº	Autor	Assunto	Resultado
687/97	Jonas Pinheiro	Preferência para apreciação do Substitutivo ao PLS 41/96.	Prejudicado
688/97	Humberto Lucena	Votação em globo do Substitutivo da Câmara ao PLS 318/91-Complementar.	Aprovado
689/97	Gilvam Borges	Dispensa de publicação para imediata discussão e votação da redação final do PLC 30/95.	Aprovado
690/97	José Fogaça	Dispensa de publicação para imediata discussão e votação da redação final do PRS 96/97.	Aprovado
691/97	Líderes	Urgência, art. 336, "b", do RISF, para o PRS 111/97.	Aprovado
692/97	Líderes	Urgência, art. 336, "b", do RISF, para o PRS 112/97.	Aprovado
693/97	Líderes	Urgência, art. 336, "b", do RISF, para o PLC 37/97.	Aprovado
694/97	Edison Lobão	Adiamento de votação do PLC 89/92, a fim de ser reexaminado pela Comissão de Assuntos Econômicos.	Aprovado
695/97	Ademir Andrade	Pedido de informações ao Ministro da Fazenda sobre a normatização das taxas de juros cobradas pelos bancos comerciais e estaduais em todo o País e os critérios que definem as qualificações de juros abusivos ou escorchantes.	Aprovado pela Mesa em 28.10.97 Atendido (Aviso nº 1.138/97)
696/97	Emília Fernandes e outros Senadores	Solicitando que o tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente da sessão do dia 15 de outubro seja dedicado a homenagear o Dia do Professor.	Aprovado
697/97	Lúcio Alcântara	Tramitação conjunta dos PRS de nºs 34, 50, 52, 80 e 115, de 1996, 32, 41, 43, 101 e 108, de 1997, com o PRS nº 49, de 1996.	Aprovado
698/97	José Roberto Arruda	Tramitação conjunta das PEC nºs 3 e 20, de 1997.	Retirado (RQS nº 859/97)

Nº	Autor	Assunto	Resultado
699/97	Ademir Andrade	Pedido de informações ao Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República relativas às atividades do Programa Comunidade Solidária.	Aprovado pela Mesa em 28.10.97 Atendido (Aviso nº 1.641/97)
700/97	Lúcio Alcântara	Tramitação conjunta dos PRS nºs 16 e 125, de 1996, e 97, de 1997.	Aprovado
701/97	Líderes	Urgência, art. 336, "b", do RISF, para o PRS 113/97.	Aprovado
702/97	Líderes	Urgência, art. 336, "b", do RISF, para o PRS 117/97.	Aprovado
703/97	Ronaldo Cunha Lima	Inversão da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária do dia 16.9.97, a fim de que as matérias contantes dos itens nºs 2 (PRS 111/97) e 3 (PRS 112/97), sejam submetidas ao Plenário em 1º e 2º lugares.	Aprovado
704/97	José Eduardo Dutra	Destaque para votação em separado do § 1º do art. 8º do PLC 37/97.	Rejeitado
705/97	José Serra	Destaque para votação em separado do § 4º do art. 59, do PLC 37/97.	Rejeitado
706/97	Jáder Barbalho	Destaque para votação em separado da emenda nº 1-CCJ ao PLC 37/97.	Aprovado
707/97	José Eduardo Dutra	Destaque para votação em separado da emenda nº 1-CCJ ao PLC 37/97.	Rejeitado
708/97	Jáder Barbalho	Destaque para votação em separado da emenda nº 2-CCJ ao PLC 37/97.	Aprovado
709/97	Sebastião Rocha	Destaque para votação em separado da emenda nº 2-CCJ ao PLC 37/97.	Rejeitado
710/97	José Eduardo Dutra	Destaque para votação em separado da emenda nº 2-CCJ ao PLC 37/97.	Rejeitado
711/97	Sebastião Rocha	Destaque para votação em separado da emenda nº 19-CCJ ao PLC 37/97.	Rejeitado
712/97	José Eduardo Dutra	Destaque para votação em separado da emenda nº 19-CCJ ao PLC 37/97.	Rejeitado
713/97	Sebastião Rocha	Destaque para votação em separado da emenda nº 25-CCJ ao PLC 37/97.	Rejeitado

Nº	Autor	Assunto	Resultado
714/97	Sebastião Rocha	Destaque para votação em separado da emenda nº 27-CCJ ao PLC 37/97.	Rejeitado
715/97	Jáder Barbalho	Destaque para votação da alínea "a", VI, art. 74, constante da emenda nº 27-CCJ ao PLC 37/97.	Aprovado
716/97	Jáder Barbalho	Destaque para votação da alínea "b", VI, art. 74, constante da emenda nº 27-CCJ ao PLC 37/97.	Rejeitado
717/97	Epitácio Cafeteira	Destaque para votação em separado da emenda nº 28-CCJ ao PLC 37/97.	Aprovado
718/97	Sebastião Rocha	Destaque para votação em separado da emenda nº 28-CCJ ao PLC 37/97.	Rejeitado
719/97	Jáder Barbalho	Destaque para votação em separado do inciso IV da emenda nº 28-CCJ, a fim de ser mantido o texto da alínea "c", VI, do art. 74 do PLC 37/97.	Rejeitado
720/97	Epitácio Cafeteira	Destaque para votação em separado da emenda nº 29-CCJ ao PLC 37/97.	Rejeitado
721/97	Sebastião Rocha	Destaque para votação em separado da emenda nº 29-CCJ ao PLC 37/97.	Rejeitado
722/97	Epitácio Cafeteira	Destaque para votação em separado da emenda nº 30-CCJ ao PLC 37/97.	Rejeitado
723/97	Epitácio Cafeteira	Destaque para votação em separado da emenda nº 31-CCJ ao PLC 37/97.	Aprovado
724/97	José Eduardo Dutra	Destaque para votação em separado da emenda nº 31-CCJ ao PLC 37/97.	Rejeitado
725/97	Sebastião Rocha	Destaque para votação em separado da emenda nº 32-CCJ ao PLC 37/97.	Rejeitado
726/97	Jáder Barbalho	Destaque para votação em separado da emenda nº 33-CCJ ao PLC 37/97.	Rejeitado
727/97	Sebastião Rocha	Destaque para votação em separado da emenda nº 33-CCJ ao PLC 37/97.	Rejeitado
728/97	Jáder Barbalho	Destaque para votação em separado da emenda nº 37-CCJ ao PLC 37/97.	Rejeitado
729/97	José Eduardo Dutra	Destaque para votação em separado da emenda nº 39-CCJ ao PLC 37/97.	Rejeitado

Número	Autor	Assunto	Resultado
730/97	Sebastião Rocha	Destaque para votação em separado da emenda nº 41-CCJ ao PLC 37/97.	Rejeitado
731/97	Sebastião Rocha	Destaque para votação em separado da emenda nº 44-CCJ ao PLC 37/97.	Rejeitado
732/97	José Eduardo Dutra	Destaque para votação em separado da emenda nº 45-CCJ ao PLC 37/97.	Aprovado
733/97	Sebastião Rocha	Destaque para votação em separado da emenda nº 53-CCJ ao PLC 37/97.	Rejeitado
734/97	Sebastião Rocha	Destaque para votação em separado da emenda nº 58-CCJ ao PLC 37/97.	Rejeitado
735/97	Ademir Andrade	Destaque para votação em separado da emenda nº 61-Plen. ao PLC 37/97.	Rejeitado
736/97	Ademir Andrade	Destaque para votação em separado da emenda nº 63-Plen. ao PLC 37/97.	Rejeitado
737/97	Sebastião Rocha	Destaque para votação em separado da emenda nº 68-Plen. ao PLC 37/97.	Rejeitado
738/97	Jefferson Peres	Destaque para votação em separado da emenda nº 70-Plen. ao PLC 37/97.	Aprovado
739/97	Antônio Carlos Valadares	Destaque para votação em separado da emenda nº 71-Plen. ao PLC 37/97.	Rejeitado
740/97	José Eduardo Dutra	Destaque para votação em separado da emenda nº 73-Plen. ao PLC 37/97.	Rejeitado
741/97	Sebastião Rocha	Destaque para votação em separado da emenda nº 74-Plen. ao PLC 37/97.	Rejeitado
742/97	Antônio Carlos Valadares	Destaque para votação em separado da emenda nº 75-Plen. ao PLC 37/97.	Rejeitado
743/97	Ademir Andrade	Destaque para votação em separado da emenda nº 76-Plen. ao PLC 37/97.	Rejeitado
744/97	Sebastião Rocha	Destaque para votação em separado da emenda nº 78-Plen. ao PLC 37/97.	Rejeitado
745/97	Sebastião Rocha	Destaque para votação em separado da emenda nº 79-Plen. ao PLC 37/97.	Rejeitado
746/97	Ademir Andrade	Destaque para votação em separado da emenda nº 80-Plen. ao PLC 37/97.	Rejeitado

Nº	Autor	Assunto	Resultado
747/97	Sebastião Rocha	Destaque para votação em separado da emenda nº 81-Plen. ao PLC 37/97.	Rejeitado
748/97	Ademir Andrade	Destaque para votação em separado da emenda nº 82-Plen. ao PLC 37/97.	Rejeitado
749/97	Sebastião Rocha	Destaque para votação em separado da emenda nº 84-Plen. ao PLC 37/97.	Aprovado
750/97	Sebastião Rocha	Destaque para votação em separado da emenda nº 85-Plen. ao PLC 37/97.	Rejeitado
751/97	Sebastião Rocha	Destaque para votação em separado da emenda nº 88-Plen. ao PLC 37/97.	Rejeitado
752/97	Ademir Andrade	Destaque para votação em separado da emenda nº 89-Plen. ao PLC 37/97.	Aprovado
753/97	Ademir Andrade	Destaque para votação em separado da emenda nº 90-Plen. ao PLC 37/97.	Rejeitado
754/97	Sebastião Rocha	Destaque para votação em separado da emenda nº 91-Plen. ao PLC 37/97.	Rejeitado
755/97	Antônio Carlos Valadares	Destaque para votação em separado da emenda nº 92-Plen. ao PLC 37/97.	Rejeitado
756/97	Antônio Carlos Valadares	Destaque para votação em separado da emenda nº 93-Plen. ao PLC 37/97.	Rejeitado
757/97	Ademir Andrade	Destaque para votação em separado da emenda nº 95-Plen. ao PLC 37/97.	Rejeitado
758/97	Sebastião Rocha	Destaque para votação em separado da emenda nº 99-Plen. ao PLC 37/97.	Rejeitado
759/97	José Eduardo Dutra	Destaque para votação em separado da emenda nº 100-Plen. ao PLC 37/97.	Rejeitado
760/97	José Eduardo Dutra	Destaque para votação em separado da emenda nº 107-Plen. ao PLC 37/97.	Rejeitado
761/97	José Eduardo Dutra	Destaque para votação em separado da emenda nº 108-Plen. ao PLC 37/97.	Rejeitado
762/97	Sebastião Rocha	Destaque para votação em separado da emenda nº 111-Plen. ao PLC 37/97.	Rejeitado
763/97	Sebastião Rocha	Destaque para votação em separado da emenda nº 114-Plen. ao PLC 37/97.	Rejeitado

Nº	Autor	Assunto	Resultado
764/97	Ademir Andrade	Destaque para votação em separado da emenda nº 117-Plen. ao PLC 37/97.	Rejeitado
765/97	Sebastião Rocha	Destaque para votação em separado da emenda nº 118-Plen. ao PLC 37/97.	Rejeitado
766/97	Antônio Carlos Valadares	Destaque para votação em separado da emenda nº 119-Plen. ao PLC 37/97.	Aprovado
767/97	Ademir Andrade	Destaque para votação em separado da emenda nº 120-Plen. ao PLC 37/97.	Rejeitado
768/97	Sebastião Rocha	Destaque para votação em separado da emenda nº 123-Plen. ao PLC 37/97.	Rejeitado
769/97	José Eduardo Dutra	Destaque para votação em separado da emenda nº 124-Plen. ao PLC 37/97.	Aprovado
770/97	José Eduardo Dutra	Destaque para votação em separado da emenda nº 125-Plen. ao PLC 37/97.	Rejeitado
771/97	José Eduardo Dutra	Destaque para votação em separado da emenda nº 129-Plen. ao PLC 37/97.	Rejeitado
772/97	José Eduardo Dutra	Destaque para votação em separado da emenda nº 130-Plen. ao PLC 37/97.	Rejeitado
773/97	Marina Silva	Pedido de informações ao Ministro Extraordinário de Política Fundiária sobre a situação fundiária em Municípios da Amazônia.	Aprovado pela Mesa em 28.10.97 Atendido (Of. nº 140/97)
774/97	Gilberto Miranda	Pedido ao Ministro dos Transportes dos seguintes Pareceres da Consultoria Jurídica daquele Ministério: MTs nºs 11/96, 2, 137, 149, 180 e 210/97.	Aprovado pela Mesa em 28.10.97 Atendido (Aviso nº 1.011/97)
775/97	José Eduardo Dutra e Sérgio Machado	Votação nominal para as matérias destacadas referentes PLC 37/97.	Aprovado
776/97	Romero Jucá	Pedido de informações ao Ministro do Meio Ambiente sobre as providências judiciais tomadas pelo IBAMA para coibir a ação ilegal das madeireiras asiáticas que atuam na floresta amazônica.	Aprovado pela Mesa em 28.10.97 Aguardando atendimento

	Assunto	Resultado	
777/97	Freitas Neto	Transcrição nos Anais do texto de conferência realizada na Academia Piauiense de Letras, no dia 15 de março de 1997, pelo acadêmico Celso Barros Coelho, na homenagem prestada ao Senador Darcy Ribeiro.	Tramitando
778/97	Sebastião Rocha e outros Senadores	Solicita que o tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente da Sessão Deliberativa Ordinária do dia 21.10 seja dedicada a homenagear o "Dia do Médico".	Aprovado
779/97	Bello Parga	Inversão da Ordem do Dia, a fim de que as matérias constantes dos itens 10 (PRS 102/97), 11 (PRS 103/97 e 12 (PRS 112/97), da Ordem do Dia da Sessão Deliberativa do dia 18.9.97, sejam submetidas ao Plenário após o item 3 (PLS 41/93).	Aprovado
780/97	Hugo Napoleão	Adiamento da votação do Requerimento nº 586/97 para a sessão do dia 24.9.97.	Aprovado
781/97	José Eduardo Dutra	Preferência para apreciação do item 7 (RQS 601/97), constante da pauta da Sessão deliberativa Ordinária do dia 18.9.97, antes do item 6 (RQS 596/97).	Aprovado
782/97	Eduardo Suplicy	Audiência da CAE sobre o PLS 81/95.	Aprovado
783/97	Wilson Kleinöbing	Adiamento da discussão do PLC 156/93 a fim de que sobre ele seja ouvida a CAE.	Aprovado
784/97	Freitas Neto	Dispensa de publicação para imediata discussão e votação do Parecer da redação final do PRS 103/97.	Aprovado
785/97	Bello Parga	Dispensa de publicação para imediata discussão e votação do Parecer da redação final do PRS 106/97.	Aprovado
786/97	Líderes	Urgência, art. 336, "b", do RISF, para o PRS 118/97.	Aprovado
787/97	Líderes	Urgência, art. 336, "b", do RISF, para o PRS 86/97.	Aprovado

Nº	Autor	Assunto	Resultado
788/97	Emília Fernandes	Tramitação conjunta do PLC nº 44/96, com o PLS 112/97.	Aprovado
789/97	Ramez Tebet e outros Senadores	Solicitam que o tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente da sessão do dia 9.10.97 seja dedicado a homenagear o 20º aniversário da criação do Estado do Mato Grosso do Sul.	Aprovado
790/97	Romeu Tuma e outros Senadores	Solicitam que o tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente da sessão do dia 9.12.97 seja dedicado à comemoração especial do Dia da Marinha.	Aprovado
791/97	Líderes	Urgência, art. 336, "b", do RISF, para o PRS 124/97.	Aprovado
792/97	Líderes	Urgência, art. 336, "b", do RISF, para o PRS 125/97.	Retirado (RQS 810/97)
793/97	Romeu Tuma e Eduardo Suplicy	Homenagens de pesar pelo falecimento do pintor Manabu Mabe.	Aprovado
794/97	Lucídio Portella	Retirada, em caráter definitivo, do Requerimento nº 660/97.	Deferido
795/97	José Eduardo Dutra	Destaque para votação em separado da expressão "...inclusive...", constante do § 12 do art. 40 ao Substitutivo oferecido à PEC 33/96.	Prejudicado
796/97	José Ignácio Ferreira	Destaque para votação em separado da expressão "e ao montante resultante da adição de proventos de inatividade com remuneração de cargo acumulável na forma desta Constituição, inclusive cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração e de cargo eletivo", constante do § 12, do art. 40 do Substitutivo oferecido à PEC 33/96.	Retirado (RQS 802/97)

Nº	Autor	Assunto	Resultado
797/97	Ney Suassuna	Destaque para votação em separado da expressão "e ao montante resultante da adição de proventos de inatividade com remuneração de cargo acumulável na forma desta Constituição, inclusive cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração e de cargo eletivo", constante do § 12, do art. 40 do Substitutivo oferecido à PEC 33/96.	Aprovado
798/97	José Eduardo Dutra	Destaque para votação em separado da Emenda 15-Plen. ao Substitutivo oferecido à PEC 33/96.	Rejeitado
799/97	Líderes	Extinção da urgência concedida ao PRS 86/97.	Aprovado
800/97	Líderes	Adiamento da votação do PRS 86/97, a fim de que sobre o mesmo seja ouvida a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.	Aprovado
801/97	Jonas Pinheiro	Destaque para votação em separado da Emenda nº 4-Plen. ao Substitutivo do PLS 41/96.	Aprovado
802/97	José Ignácio Ferreira	Retirada do Requerimento nº 796/97.	Deferido
803/97	José Eduardo Dutra	Preferência para votação da emenda nº 21 ao Substitutivo da CCJ à PEC 33/96, a fim de ser votada após a matéria constante do Requerimento nº 650/97 (sessão do dia 24.9.97).	Aprovado
804/97	José Ignácio Ferreira	Preferência para votação da emenda nº 25, oferecida ao Substitutivo da CCJ à PEC 33/96, a fim de ser votada após a emenda nº 21 (sessão do dia 24.9.97).	Aprovado
805/97	Ronaldo Cunha Lima	Destaque para votação em separado da expressão "e candidato à reeleição", constante do § 7º do art. 14 da PEC nº 39/96.	Aprovado
806/97	Jáder Barbalho	Adiamento da votação da PEC nº 39/96, a fim de que seja encaminhada ao reexame da CCJ.	Aprovado

Nº	Autor	Assunto	Resultado
807/97	Lúdio Coelho e Emília Fernandes	Desapensamento dos Projetos de Lei da Câmara nº 72/93 com o do Senado nº 20/95.	Aprovado
808/97	Bernardo Cabral	Adiamento da discussão do PLS 175/97, a fim de ser feita na sessão do dia 8.10.97.	Aprovado
809/97	Bernardo Cabral	Adiamento da discussão do PLS 176/97, a fim de ser feita na sessão do dia 8.10.97.	Aprovado
810/97	Líderes	Retirada do Requerimento nº 792/97.	Deferido
811/97	Romeu Tuma	Pedido de informações ao Ministro da Fazenda sobre os recursos aplicados no chamado "investimento em boi gordo".	Aprovado pela Mesa em 28.10.97 Atendido (Aviso nº 1.141/97)
812/97	Líderes	Urgência, art. 336, "b", para o PLC 49/96.	Aprovado
813/97	Sebastião Rocha e Eduardo Suplicy	Adiamento de votação do Requerimento nº 685/97, a fim de ser feita na sessão do dia 6.11.97.	Aprovado
814/97	Leomar Quintanilha	Tramitação conjunta das Propostas de Emenda à Constituição nºs 23 e 39, de 1996, com a nº 8, de 1997.	Retirado (RQS nº 899/97)
815/97	Líderes	Urgência, art. 336, "b", do RISF, para o PDL nº 85/97.	Aprovado
816/97	Gilberto Miranda	Pedido de informações ao Ministro da Fazenda sobre as operações de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, enviadas à apreciação do Senado Federal nos últimos cinco anos.	Aprovado pela Mesa em 28.10.97 Atendido (Aviso nº 1.137/97)
817/97	Regina Assumpção	Solicita que o PLS 166/96, além da CAS, seja remetido à CAE.	Aprovado
818/97	Casildo Maldaner	Dispensa de publicação para imediata discussão e votação da redação final do PRS 115/97.	Aprovado
819/97	Pedro Simon	Inclusão em Ordem do Dia de um voto de louvor ao jornal "Correio do Povo", pelo 102 anos de sua fundação.	Tramitando

Nº	Autor	Assunto	Resultado
820/97	José Eduardo Dutra	Pedido de informações ao Ministro das Minas e Energia relacionadas ao Contrato de Associação firmado entre a Petrobrás e a OPP Petroquímica S.A.	Aprovado pela Mesa em 28.10.97 Atendido (Aviso nº 324/97)
821/97	Líderes	Urgência, art. 336, "b", para o PLC 16/96 (nº 2.942/92, na Casa de origem).	Aprovado
822/97	João Rocha e outros Senadores	Solicita que o tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente da sessão de 6 de outubro seja destinado à comemoração dos 9 anos de criação do Estado do Tocantins, pela Constituição de 1988.	Aprovado
823/97	José Eduardo Dutra	Destaque para votação em separada da Emenda nº 13-Plen. ao PLC 49/96.	Aprovado
824/97	José Roberto Arruda	Adiamento da votação do Requerimento nº 698/97, a fim de que seja feita na sessão do dia 15.10.97.	Aprovado
825/97	José Eduardo Dutra	Pedido de realização de auditoria, pelo TCU, nos procedimentos adotados pela Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) para a transferência dos direitos de exploração de 250 reservas minerais no país.	Aprovado
826/97	Benedita da Silva e outros Senadores	Realização de Sessão Especial no dia 5 de março de 1998, destinada a homenagear o "Dia Internacional da Mulher".	Aprovado
827/97	Antonio Carlos Magalhães e Josaphat Marinho	Homenagens de pesar pelo falecimento do pinto Hector Júlio Páride Bernabó - Carybé.	Aprovado
828/97	Humberto Lucena	Inserção na ata da sessão do dia 2.10.97, de um voto de regozijo pela visita ao Brasil, mais especificamente ao Rio de Janeiro, do Papa João Paulo II, para participar de um Congresso em homenagem à família, e transmissão dessa homenagem a Sua Excelência Reverendíssima, ao Cardeal Eugênio Sales, ao Senhor Presidente da CNBB e, afinal, ao Senhor Governador do Estado do Rio de Janeiro.	Aprovado

Nº	Autor	Assunto	Resultado
829/97	Bernardo Cabral	Pedido de informações ao Ministro da Educação e do Desporto relacionadas à matrícula de alunos em instituições de ensino superior.	Aprovado pela Mesa em 28.10.97 Aguardando atendimento
830/97	Antonio Carlos Magalhães	Voto de louvor pelo sucesso alcançado pela visita de Sua Santidade o Papa João Paulo II à cidade do Rio de Janeiro, no período de 2 a 5 de outubro, por ocasião da Segunda Jornada Mundial da Família.	Aprovado
831/97	Francelino Pereira e Regina Assumpção	Adiamento da votação do Projeto de Resolução nº 119, de 1997, a fim de ser submetido ao reexame da CAE.	Aprovado
832/97	Francelino Pereira e Regina Assumpção	Adiamento da discussão do Projeto de Resolução nº 120, de 1997, a fim de ser submetido ao reexame da CAE.	Aprovado
833/97	Líderes	Urgência, art. 336, "b", para o PRS nº 122/97.	Aprovado
834/97	Líderes	Urgência, art. 336, "b", para o PRS nº 123/97.	Aprovado
835/97	Antonio Carlos Magalhães	Destaque para votação em separada da expressão "no que couber" constante do inciso VI do art. 93 da Constituição, na redação dada pelo art. 1º do Substitutivo da PEC 33/96.	Aprovado
836/97	José Eduardo Dutra	Destaque para votação em separado do § 9º do art. 42 constante do art. 1º do Substitutivo à PEC nº 33/96.	Aprovado
837/97	José Eduardo Dutra	Destaque para votação em separado da expressão "§ 10 do art. 42" constante do art. 17 do Substitutivo à PEC nº 33/96.	Aprovado
838/97	Eduardo Suplicy e Marina Silva	Pedido de informações ao Ministro do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal sobre as providências que estão sendo tomadas para prevenir e fiscalizar queimadas em todo o Brasil, especialmente na região amazônica.	Aprovado pela Mesa em 28.10.97 Aguardando atendimento

Nº	Autor	Assunto	Resultado
839/97	Eduardo Suplicy e Marina Silva	Pedido de informações ao Ministro da Ciência e Tecnologia sobre focos de calor detectados pelo satélite NOAA-14 e as razões desses dados não estarem sendo divulgados.	Aprovado pela Mesa em 28.10.97 Aguardando atendimento
840/97	Gilvam Borges	Pedido de informações ao Ministro da Fazenda sobre a denúncia veiculada na edição nº 1.456 da revista ISTOÉ, sobre a falsificação de selos de IPI pela Agropecuária Grande Sul Ltda.	Aprovado pela Mesa em 28.10.97 Atendido (Aviso nº 1.143/97)
841/97	Gilvam Borges	Pedido de informações ao Ministro da Justiça sobre a denúncia veiculada na edição nº 1.456 da revista ISTOÉ, sobre a falsificação de selos de IPI pela Agropecuária Grande Sul Ltda.	Aprovado pela Mesa em 28.10.97 Atendido (Aviso nº 2.079/97)
842/97	Romero Jucá	Realização, pelo Tribunal de Contas da União, de inspeções e auditorias financeiras, orçamentária, operacional e patrimonial sobre o Convênio nº 031/97-GER/SESAV, COOPERPAI-MED, firmado entre o Governo do Estado de Roraima, através da Secretaria Estadual de Saúde e a Cooperativa de Profissionais de Saúde de Nível Superior - COOPERPAI-MED.	Aprovado Aguardando atendimento
843/97	Beni Veras	Preferência para apreciação do substitutivo apresentado ao PLC nº 16/96.	Aprovado
844/97	Pedro Simon	Preferência para apreciação do item 9 (PRS nº 116/97) antes do item 4 (RQS nº 697/97).	Aprovado
845/97	Ney Suassuna	Adiamento da discussão do PLC nº 43/96, a fim de ser feita na sessão do dia 20 de novembro de 1997.	Aprovado
846/97	Francelino Pereira	Adiamento da discussão do PRS nº 121/97, a fim de que seja reexaminada pela Comissão de Assuntos Econômicos.	Aprovado
847/97	Pedro Simon	Dispensa de publicação, para imediata discussão e votação, da redação final do PRS nº 116/97.	Aprovado

Nº	Autor	Assunto	Resultado
848/97	José Roberto Arruda	Dispensa de interstício e prévia distribuição de avulsos para inclusão, em Ordem do Dia, do Projeto de Decreto Legislativo nº 94, de 1997.	Aprovado
849/97	Ademir Andrade	Pedido de informações ao Ministro do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal sobre as madeiras asiáticas atuando na Amazônia.	Aprovado pela Mesa em 28.10.97 Aguardando atendimento
850/97	Gilberto Miranda	Pedido de informações ao Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social relativas à Secretaria de Previdência Complementar - SPC.	Aprovado pela Mesa em 28.10.97 Aguardando atendimento
851/97	Júlio Campos	Inversão da Ordem do Dia da Sessão Deliberativa Ordinária do dia 14.10.97, a fim de que a matéria constante do item nº 5 (Parecer 600/97) seja submetida ao Plenário em primeiro lugar.	Aprovado
852/97	Élcio Alvares e outros Senadores	Adiamento da discussão do Substitutivo do Senado ao PLC nº 47/94.	Aprovado
853/97	Élcio Alvares e outros Senadores	Adiamento da discussão do Substitutivo do Senado ao PLC nº 18/95, a fim de ser feita na sessão do dia 25 de novembro de 1997.	Aprovado
854/97	Élcio Alvares e outros Senadores	Adiamento da discussão do PLC nº 18/97, a fim de ser feita na sessão do dia 25 de novembro de 1997.	Aprovado
855/97	Líderes	Urgência, art. 336, "b", para do PRS nº 133/97.	Aprovado
856/97	Vilson Kleinübing	Retirada do PRS nº 50/96, de sua autoria.	Aprovado
857/97	Vilson Kleinübing	Retirada do PRS nº 80/96, de sua autoria.	Aprovado
858/97	Vilson Kleinübing	Retirada do PRS nº 115/97, de sua autoria.	Aprovado
859/97	José Roberto Arruda	Retirada, em caráter definitivo, do RQS nº 698/97.	Deferido
860/97	Lúcio Alcântara	Dispensa de publicação para imediata discussão e votação da redação final do PLS nº 257/96.	Aprovado

Nº	Autor	Assunto	Resultado
861/97	Líderes	Urgência, art. 336, "b", para o PRS nº 135/97.	Aprovado
862/97	Eduardo Suplicy	Pedido de informações ao Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República sobre o valor das despesas efetuadas, até o momento, com a publicidade e propaganda do programa Bolsa Criança Cidadã.	Aprovado pela Mesa em 28.10.97 Resposta (Aviso nº 1.573/97)
863/97	Líderes	Urgência, art. 336, "b", para o Projeto de Resolução nº 136/97.	Aprovado
864/97	Pedro Simon	Inclusão, em Ordem do Dia, do Projeto de Lei do Senado nº 45, de 1995.	Tramitando
865/97	Pedro Simon	Inclusão, em Ordem do Dia, do Projeto de Lei do Senado nº 61, de 1995.	Tramitando
866/97	Marluce Pinto	Adiamento da discussão do PLC nº 54/96, para que seja encaminhado ao reexame da Comissão de Assuntos Sociais.	Aprovado
867/97	Pedro Simon	Inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei do Senado nº 63, de 1995	Tramitando
868/97	Pedro Simon	Inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei do Senado nº 110, de 1995.	Tramitando
869/97	Renan Calheiros	Pedido de informação ao Ministro da Previdência e Assistência Social sobre a concessão do benefício das bolsas de estudo do projeto "Criança Cidadã" às famílias das crianças e dos jovens carentes que trabalham nos canaviais da Zona da Mata alagoana.	Aprovado pela Mesa em 28.10.97 Aguardando atendimento
870/97	João Rocha	Pedido de informações ao Ministro da Previdência e Assistência Social sobre as contribuições das empresas estatais aos respectivos fundos de pensão.	Aprovado pela Mesa em 28.10.97 Aguardando atendimento
871/97	Casildo Maldaner	Remessa também, à Comissão de Assuntos Sociais, do Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 1997, de iniciativa do Poder Executivo, e que a matéria seja apreciada em reunião conjunta das três comissões a que foi despachada, para economia de tempo.	Rejeitado

Nº	Autor	Assunto	Resultado
872/97	Freitas Neto e outros Senadores	Dispensa de interstício e prévia distribuição de avulsos do Parecer nº 645, de 1997, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura sobre a Mensagem nº 171, de 1997 (nº 1.132/97, na origem).	Aprovado
873/97	Freitas Neto e outros Senadores	Dispensa de interstício e prévia distribuição de avulsos do Parecer nº 646, de 1997, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura sobre a Mensagem nº 172, de 1997 (nº 1.133/97, na origem).	Aprovado
874/97	Freitas Neto e outros Senadores	Dispensa de interstício e prévia distribuição de avulsos do Parecer nº 647, de 1997, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura sobre a Mensagem nº 173, de 1997 (nº 1.134/97, na origem).	Aprovado
875/97	Freitas Neto e outros Senadores	Dispensa de interstício e prévia distribuição de avulsos do Parecer nº 648, de 1997, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura sobre a Mensagem nº 174, de 1997 (nº 1.135/97, na origem).	Aprovado
876/97	Freitas Neto e outros Senadores	Dispensa de interstício e prévia distribuição de avulsos do Parecer nº 649, de 1997, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura sobre a Mensagem nº 175, de 1997 (nº 1.136/97, na origem).	Aprovado
877/97	José Eduardo Dutra	Pedido de informações ao Ministro do Planejamento sobre os recursos captados anualmente pelo BNDES e administrados pelo FAT.	Retirado (RQS 889/97)
878/97	Pedro Simon	Inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei do Senado nº 189, de 1995.	Tramitando
879/97	Pedro Simon	Inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei do Senado nº 20, de 1996.	Tramitando
880/97	Odacir Soares	Tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 51, de 1997, com o Projeto de Lei do Senado nº 68, de 1997.	Retirado (RQS 880/97)
881/97	Líderes	Urgência, art. 336, "b", para o Projeto de Resolução nº 134/97.	Aprovado

Nº	Autor	Assunto	Resultado
882/97	Osmar Dias	Adiamento da discussão do Projeto de Resolução nº 110/97, a fim de ser feita na sessão de 29.10.	Aprovado
883/97	Jefferson Péres	Tramitação conjunta das Propostas de Emenda à Constituição nºs 3 e 20, de 1997.	Rejeitado
884/97	Geraldo Melo e Jefferson Péres	Dispensa de publicação para imediata discussão e votação da redação final do PLS nº 259/89.	Aprovado
885/97	Jefferson Péres	Dispensa de publicação para imediata discussão e votação da redação final do Projeto de Resolução nº 51/96-CN.	Aprovado
886/97	Gilberto Miranda	Pedido de informações ao Ministro da Saúde sobre a proibição de se vender, em um Estado da Federação, remédios mediante apresentação de receita médica de outro Estado.	Aprovado pela Mesa em 28.10.97 Atendido (Aviso nº 1.536/97)
887/97	Erandes Amorim	Pedido de informações ao Ministro do Planejamento e Orçamento, no âmbito do Programa de Ajuste Fiscal dos Estados, e de Incentivo à Privatização de suas Empresas Públicas, sobre as implicações à transgressão ao contrato de compra e venda de ações das Centrais Elétricas de Rondônia - CERON.	Aprovado pela Mesa em 28.10.97 Atendido (Of. nº 642-A/97)
888/97	Gilberto Miranda	Audiência da Comissão de Fiscalização e Controle sobre a Mensagem nº 156/97, além da Comissão constante do despacho inicial.	Retirado (RQS nº 963/97)
889/97	José Eduardo Dutra	Retirada do Requerimento nº 877/97.	Deferido
890/97	José Eduardo Dutra	Pedido de informações ao Ministro do Planejamento e Orçamento sobre a aplicação, pelo BNDES, dos recursos advindos do PIS/PASEP e administrados pelo FAT.	Aprovado pela Mesa em 28.10.97 Aguardando atendimento
891/97	Júlio Campos	Inversão da Ordem do Dia da Sessão Deliberativa Ordinária de 22.10.97, a fim de que a matéria constante do item nº 15 (PRS nº 125/97) seja apreciada em 1º lugar.	Aprovado

Nº	Autor	Assunto	Resultado
892/97	Ramez Tebet	Dispensa de publicação para imediata discussão e votação da redação final do PLS nº 88/97.	Aprovado
893/97	Júlio Campos	Dispensa de publicação para imediata discussão e votação da redação final do PRS nº 125/97.	Aprovado
894/97	Gilberto Miranda	Pedido de informações ao Ministro do Trabalho sobre a concessão de financiamento a empresas privadas com recursos do FGTS.	Aprovado pela Mesa em 28.10.97 Atendido parcialmente (Aviso nº 264/97).
895/97	Odacir Soares	Retirada do Requerimento nº 880, de 1997, de sua autoria.	Deferido
896/97	Líderes	Urgência, art. 336, "b", do Regimento Interno, para o Projeto de Lei da Câmara nº 51, de 1997 (nº 2.353/96, na Casa de origem),.	Aprovado
897/97	Líderes	Urgência, art. 336, "b", do Regimento Interno, para o Projeto de Resolução nº 139, de 1997.	Aprovado
898/97	Presidente da Comissão Especial destinada a proceder exames de sugestões encaminhadas por governadores (Div. 90 a 96/96).	Prorrogação do prazo da Comissão por mais trinta dias. Novo Prazo: 28/11/97	Aprovado
899/97	Leomar Quintanilha	Retirada do Requerimento nº 814/97, de sua autoria.	Aprovado
900/97	Eduardo Suplicy	Pedido de informações ao Ministro da Fazenda sobre a garantia prestada pelo Banco Central para com o HSBC.	Aprovado pela Mesa em 28.10.97 Atendido (Aviso nº 1.134/97)
901/97	Ademir Andrade	Tramitação conjunta, nos termos regimentais, dos Projetos de Lei do Senado nºs 15, 17 50 e 112, de 1996, 177 e 197, de 1997, que dispõem sobre Plano de Saúde.	Aprovado
902/97	Jefferson Peres	Convocação do titular da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República a fim de prestar esclarecimentos sobre os gastos com publicidade oficial.	Tramitando

Nº	Autor	Assunto	Resultado
903/97	Lúcio Alcântara	Homenagens de pesar pelo falecimento do ex-Ministro Hélio Beltrão.	Aprovado
904/97	José Ignácio Ferreira	Tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 73, de 1996, com o Projeto de Lei da Câmara nº 50, de 1997.	Retirado (RQS nº 968/97)
905/97	Romeu Tuma	Tramitação conjunta das Propostas de Emenda à Constituição nºs 32, de 1996, e 24, de 1997.	Aprovado
906/97	José Ignácio Ferreira	Audiência da CCJ sobre o PLS nº 73, de 1996.	Retirado (RQS 969/97)
907/97	Líderes	Urgência, art. 336, "b", para o Projeto de Resolução nº 138, de 1997.	Aprovado
908/97	José Eduardo Dutra	Adiamento da discussão, do PDL nº 62, de 1997, a fim de ser feita na sessão do dia 9 de dezembro.	Aprovado
909/97	Edison Lobão e outros Senadores	Adiamento da discussão do PRS nº 132, de 1997, a fim de ser feita no dia 18 de novembro.	Aprovado
910/97	Pedro Simon	Dispensa de publicação para imediata discussão e votação da redação final do PDL nº 57, de 1997.	Aprovado
911/97	Carlos Wilson e Joel de Hollanda	Dispensa de publicação para imediata discussão e votação da redação final do PDL nº 63, de 1997.	Aprovado
912/97	Joel de Hollanda	Dispensa de publicação para imediata discussão e votação da redação final do PDL nº 64, de 1997.	Aprovado
913/97	Benedita da Silva	Dispensa de publicação para imediata discussão e votação da redação final do PDL nº 65, de 1997.	Aprovado
914/97	Joel de Hollanda	Dispensa de publicação para imediata discussão e votação da redação final do PDL nº 66, de 1997.	Aprovado
915/97	Romeu Tuma	Dispensa de publicação para imediata discussão e votação da redação final do PDL nº 67, de 1997.	Aprovado

Nº	Autor	Assunto	Resultado
916/97	Pedro Simon	Convocação do Ministro do Planejamento e Orçamento, Senhor Antônio Kandir, a comparecer perante o Senado, a fim de prestar esclarecimentos sobre recente entrevista do Presidente do BNDES, Sr. Luís Carlos Mendonça de Barros, concedida ao jornal "O Estado de S. Paulo", publicada em 26/10/97, intitulada "Governo vai iniciar gestão privada da Petrobrás".	Tramitando
917/97	Odacir Soares	Tramitação conjunta do PLC 51/97 com o PLS 68/97.	Retirado (RQS nº 918/97)
918/97	Odacir Soares	Retirada do RQS nº 917/97.	Deferido
919/97	Roberto Freire	Preferência para apreciação, pelo Plenário, do PLC nº 51/97 antes do substitutivo.	Prejudicado
920/97	José Fogaça	Preferência para apreciação, pelo Plenária, do substitutivo ao PLC nº 51/97.	Aprovado
921/97	José Eduardo Dutra	Destaque para votação em separado do § 8º do art. 30 da Lei nº 6.015/73, constante do art. 1º do PLC nº 51/97, nos termos do substitutivo apresentado.	Aprovado
922/97	José Eduardo Dutra	Destaque para votação em separado do § 9º do art. 30 da Lei nº 6.015/73, constante do art. 1º substitutivo apresentado ao PLC nº 51/97.	Aprovado
923/97	Odacir Soares	Destaque para votação em separado da expressão "primeira" constante do <i>caput</i> do art. 45, da Lei nº 8.935, de 1994, constante do art. 3º do substitutivo apresentado ao PLC 51/97.	Aprovado
924/97	Odacir Soares	Destaque para votação em separado da expressão "primeira" constante do art. 30, a que se refere o art. 1º do PLC nº 51/97.	Aprovado
925/97	Antônio Carlos Valadares	Destaque para votação em separado da Emenda nº 8 - Plen. ao PLC 51/97.	Aprovado
926/97	Albino Boaventura e outros Senadores	Homenagens de pesar pelo falecimento do representante goiano, Deputado Federal João Natal.	Aprovado

Nº	Autor	Assunto	Resultado
927/97	Osmar Dias e Waldeck Ornelas	Dispensa do parecer, nos termos regimentais, da Comissão de Assuntos Econômicos sobre as emendas de Plenário apresentadas ao Projeto de Lei do Senado nº 142, de 1995, que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 143, de 1995, por encontrar-se esgotado o prazo daquela Comissão.	Aprovado
928/97	José Roberto Arruda e Líderes	Urgência, art. 336, "b", para o Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 1996 (nº 667/95, na Casa de origem).	Aprovado
929/97	Waldeck Ornelas	Destaque para votação em separado do art. 3º do PRS nº 137/97.	Aprovado
930/97	Erandes Amorim	Adiamento da discussão do PDL nº 89/97 (nº 482/97, na Câmara dos Deputados), a fim de que sobre ela seja ouvida a Comissão de Assuntos Sociais.	Rejeitado
931/97	Osmar Dias e Roberto Requião	Dispensa de publicação da redação final do PRS nº 110/97.	Aprovado
932/97	Waldeck Ornelas	Dispensa de publicação para imediata discussão e votação da redação final do PRS nº 137/97.	Aprovado
933/97	Romero Jucá	Dispensa de publicação para imediata discussão e votação da redação final do PLS nº 348/91.	Aprovado
934/97	Pedro Simon	Dispensa de publicação para imediata discussão e votação da redação final do PDL nº 72/97.	Aprovado
935/97	Casildo Maldaner	Dispensa de publicação para imediata discussão e votação da redação final do PDL nº 73/97.	Aprovado
936/97	Odacir Soares	Dispensa de publicação para imediata discussão e votação da redação final do PDL nº 75/97.	Aprovado
937/97	Odacir Soares e Carlos Wilson	Dispensa de publicação para imediata discussão e votação da redação final do PDL nº 76/97.	Aprovado

Nº	Autor	Assunto	Resultado
938/97	Pedro Simon	Dispensa de publicação para imediata discussão e votação da redação final do PDL nº 87/97.	Aprovado
939/97	Emília Fernandes	Dispensa de publicação para imediata discussão e votação da redação final do PDL nº 88/97.	Aprovado
940/97	Odacir Soares	Dispensa de publicação para imediata discussão e votação da redação final do PDL nº 89/97.	Aprovado
941/97	Epitácio Cafeteira	Tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 329, de 1995, e 184, de 1996.	Aprovado
942/97	Júnia Marise	Retirada do Requerimento nº 1.037, de 1995.	Deferido
943/97	Antônio Carlos Valadares	Retirada do Requerimento nº 1.038, de 1995.	Deferido
944/97	Gerson Camata	Retirada do Projeto de Lei do Senado nº 290/95.	Retirado (RQS 985/97)
945/97	José Ignácio Ferreira	Tramitação conjunta dos Ofícios nºs S/15, 41 e 42, de 1996, 1, 2, 3 e 30, de 1997.	Aprovado
946/97	Lúcio Alcântara	Retirada do Projeto de Lei do Senado nº 137/95.	Aprovado
947/97	José Serra e outros Senadores	Urgência, art. 336, "b", do RISF, para o PRS nº 146/97.	Aprovado
948/97	Líderes	Urgência, art. 336, "b", do RISF, para o PRS nº 142/97.	Aprovado
949/97	Lúcio Alcântara e Antonio Carlos Magalhães	Homenagens de pesar pelo falecimento do Embaixador Ítalo Zappa.	Aprovado
950/97	Espendião Amin	Pedido de informações ao Ministro da Fazenda sobre o destino dado às contas de cadernetas de poupança bloqueadas à época do Plano Collor, não reclamadas por seus donos.	Aprovado pela Mesa em 13.11.97 Aguardando atendimento

Nº	Autor	Assunto	Resultado
951/97	Gilberto Miranda	Inversão da Ordem do Dia da Sessão Deliberativa Ordinária do dia 6.11.97, a fim de que o PLC 41/96, constante do item 13, seja submetido ao Plenário após o RQS nº 685/97, item 5.	Aprovado
952/97	Eduardo Suplicy	Preferência para votação da Emenda 2-CE (substitutivo) ao PLC 89/96.	Rejeitado
953/97	Eduardo Suplicy	Destaque para votação em separado do art. 1º da Emenda 2-CE, a fim de que passe a fazer parte do Substitutivo da CAE ao PLC 89/96.	Aprovado (retirado pelo RQS 957/97, nos termos do art. 314, V, do RISF)
954/97	Eduardo Suplicy	Destaque para votação em separado do art. 2º da Emenda 2-CE, a fim de que passe a fazer parte do Substitutivo da CAE ao PLC 89/96.	Aprovado (retirado pelo RQS 958/97, nos termos do art. 314, V, do RISF)
955/97	Eduardo Suplicy	Destaque para votação em separado do art. 9º da Emenda 2-CE, a fim de que passe a fazer parte do Substitutivo da CAE ao PLC 89/96.	Aprovado (retirado pelo RQS 959/97, nos termos do art. 314, V, do RISF)
956/97	Eduardo Suplicy	Destaque para votação em separado do art. 10 da Emenda 2-CE, a fim de que passe a fazer parte do Substitutivo da CAE ao PLC 89/96.	Aprovado (retirado pelo RQS 960/97, nos termos do art. 314, V, do RISF)
957/97	Eduardo Suplicy	Retirada do RQS nº 953/97.	Aprovado
958/97	Eduardo Suplicy	Retirada do RQS nº 954/97.	Aprovado
959/97	Eduardo Suplicy	Retirada do RQS nº 955/97.	Aprovado
960/97	Eduardo Suplicy	Retirada do RQS nº 956/97.	Aprovado
961/97	Eduardo Suplicy	Destaque para votação em separado da Emenda nº 6-Plen. ao Substitutivo da CAE ao PLC 89/96.	Aprovado
962/97	Gilberto Miranda	Adiamento da discussão do PLC 246/96, a fim de ser reexaminado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.	Aprovado
963/97	Gilberto Miranda	Retirada do RQS nº 888/97.	Aprovado
964/97	José Eduardo Dutra	Adiamento da discussão do PLC 39/96 a fim de ser feita na sessão do dia 11.11.97.	Aprovado

Nº	Autor	Assunto	Resultado
965/97	José Alves	Dispensa de publicação para imediata discussão e votação da redação final do PLC nº 21/96.	Aprovado
966/97	Líderes	Urgência, art. 336, "b", para o Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 1997 (nº 3.242/97, na Casa de origem).	Aprovado
967/97	Líderes	Urgência, art. 336, "b", para o Projeto de Resolução nº 148, de 1997.	Aprovado
968/97	José Ignácio Ferreira	Retirada, em caráter definitivo, do Requerimento nº 904, de 1997.	Aprovado
969/97	José Ignácio Ferreira	Retirada, em caráter definitivo, do Requerimento nº 906, de 1997.	Aprovado
970/97	José Eduardo Dutra	Preferência para votação do PLC 39/96 ao Substitutivo.	Rejeitado
971/97	Esperidião Amin	Adiamento da discussão do PLC 75/96, a fim de que sobre ele seja ouvida a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.	Aprovado
972/97	Emandes Amorim	Audiência da CFC sobre o PRS nº 127/97.	Rejeitado
973/97	Emandes Amorim	Audiência da CFC sobre o PRS nº 128/97.	Rejeitado
974/97	Emandes Amorim	Adiamento da votação do PRS nº 128/97, a fim de que seja ouvida a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.	Rejeitado
975/97	Valmir Campelo	Dispensa de publicação para imediata discussão e votação da redação final do PRS nº 127/97.	Aprovado
976/97	Valmir Campelo	Dispensa de publicação para imediata discussão e votação da redação final do PRS nº 128/97.	Aprovado
977/97	João Rocha	Tramitação dos PRS nºs 130 e 131, de 1997, com o PRS nº 49, de 1996, que já tramita em conjunto com os de nºs 34 e 52, de 1996 e 32, 41 e 43, de 1997.	Aprovado

Nº	Autor	Assunto	Resultado
978/97	Eduardo Suplicy	Pedido de informações ao Ministro da Administração Federal e Reforma do Estado sobre as demissões de servidores não-estáveis e a extinção de cargos efetivos vagos no Poder Executivo Federal.	Aprovado pela Mesa em 13.11.97 Aguardando atendimento
979/97	Esperidião Amin	Adiamento da discussão do PLS 25/97-Complementar, a fim de ser feita na sessão do dia 19.11.97.	Aprovado
980/97	Francelino Pereira e Gerson Camata	Adiamento da discussão do PLS 219/97, a fim de que seja ouvida a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.	Aprovado
981/97	Gerson Camata e Francelino Pereira	Adiamento da discussão do PLS 220/97, a fim de que seja ouvida a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.	Aprovado
982/97	Romero Jucá	Pedido de informações ao Ministro da Fazenda sobre a dívida do Estado de Roraima.	Aprovado pela Mesa em 11.12.97 Aguardando atendimento
983/97	Líderes	Urgência, art. 336, "b", para o Projeto de Resolução nº 149, de 1997.	Aprovado
984/97	Líderes	Urgência, art. 336, "b", para o PRS nº 150, de 1997.	Aprovado
985/97	Gerson Camata	Retirada do RQS nº 944, de 1997.	Deferido
986/97	Carlos Wilson	Pedido de informações ao Ministro de Estado do Planejamento e Orçamento sobre relacionadas ao FINOR e à SUDENE.	Deferido <i>ad referendum</i> em 17.11.97 Aguardando atendimento
987/97	Emília Fernandes	Adiamento da discussão da PEC nº 63, de 1995 por quinze dias.	Aprovado
988/97	Presidente da comissão Especial	Sobrestamento temporário do estudo do PLC 146/92 a fim de que se proceda diligência junto à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.	Tramitando
989/97	Eduardo Suplicy	Pedido de informações ao Ministro da Fazenda sobre a dívida ativa da União em condições de cobrança pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.	Aprovado pela Mesa em 11.12.97 Aguardando informações

Nº	Autor	Assunto	Resultado
990/97	Líderes	Urgência, no art. 336, "b", para o PRS nº 86/97.	Aprovado
991/97	Gerson Camata	Retirada do PLS nº 60/96.	Aprovado
992/97	Ermendes Amorim	Pedido de informações ao Departamento Nacional de Combustíveis, através do Ministro de Minas e Energia sobre o critério para contratação de empresas transportadoras e autônomas para transporte de combustíveis, álcool, gasolina e diesel.	Aprovado pela Mesa em 11.12.97 Aguardando informações
993/97	Pedro Simon	Inclusão em Ordem do Dia do PLS nº 131/96.	Tramitando
994/97	Bello Parga	Exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o PRS nº 149/97.	Aprovado
995/97	Júnia Marise	Audiência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o PRS nº 149/97.	Prejudicado
996/97	Gerson Camata	Dispensa de publicação para imediata discussão e votação da redação final do PRS 132/97.	Aprovado
997/97	Pedro Simon	Dispensa de publicação para imediata discussão e votação da redação final do PRS 143/97.	Aprovado
998/97	Ney Suassuna	Dispensa de publicação para imediata discussão e votação da redação final do PRS 144/97.	Aprovado
999/97	Líderes	Urgência, art. 336, "b", para o PLC nº 42/97 (2.899/97, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República.	Aprovado
1.000/97	Eduardo Suplicy	Audiência da Comissão de Assuntos Sociais sobre o PLS nº 266/96.	Rejeitado
1.001/97	Gilberto Miranda	Pedido de informações à Petrobrás, através do Ministério das Minas e Energia, e envio de cópias de documentos sobre matérias publicadas no jornal "Folha de São Paulo", edição de 17 de novembro de 1997.	Aprovado pela Mesa em 11.12.97 Aguardando atendimento

Nº	Autor	Assunto	Resultado
1.002/97	Líderes	Urgência, art. 336, "b", para o PLC nº 41/97, de iniciativa do Presidente da República.	Aprovado
1.003/97	Líderes	Urgência, art. 336, "b", para o PDL nº 129/97.	Aprovado
1.004/97	Vilson Kleinübing	Retirada da Emenda nº 10 (substitutivo) ao PRS nº 149/97.	Aprovado
1.005/97	Odacir Soares	Votação nominal para o PRS nº 149/97.	Aprovado
1.006/97	José Fogaça	Destaque para votação em separado da Emenda nº 1-Plen. ao PRS nº 149/97.	Aprovado
1.007/97	Edison Lobão	Destaque para votação em separado da Emenda nº 3-Plen. ao PRS nº 149/97.	Aprovado
1.008/97	Coutinho Jorge	Destaque para votação em separado da Emenda nº 4-Plen. ao PRS nº 149/97.	Retirado (RQS nº 1.009/97)
1.009/97	Coutinho Jorge	Retirada do RQS nº 1.008/97.	Aprovado
1.010/97	Sérgio Machado	Destaque para votação em separado da Emenda nº 5-Plen. ao PRS nº 149/97.	Aprovado
1.011/97	Edison Lobão	Destaque para votação em separado da Emenda nº 9-Plen. ao PRS nº 149/97.	Aprovado
1.012/97	Líderes	Urgência, art. 336, "b", para o PLC nº 14/97.	Aprovado
1.013/97	Líderes	Urgência, art. 336, "b", para o PLC nº 64/97.	Aprovado
1.014/97	Romero Jucá	Pedido de informações ao Ministro da Fazenda, através da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, sobre o processo de liquidação extrajudicial da Planalto Companhia de Seguros Gerais, decretada em agosto de 1969.	Aprovado pela Mesa em 11.12.97 Aguardando atendimento
1.015/97	Guilherme Palmeira e Antonio Carlos Magalhães	Homenagens de pesar pelo falecimento do jornalista Zózimo Barroso do Amaral.	Aprovado

Nº	Autor	Assunto	Resultado
1.016/97	Esperidião Amin	Inversão da Ordem do Dia da Sessão Deliberativa Ordinária do dia 20.11.97, a fim de que a matéria do item 12 (PLS 25/97-Compl.) seja submetida ao Plenário após o item nº 3 (PLC 42/97).	Aprovado
1.017/97	Lúcio Alcântara	Preferência para votação do substitutivo da CCJ ao PLS 25/97-Complementar.	Aprovado
1.018/97	Josaphat Marinho	Dispensa de publicação para imediata discussão e votação da redação final do PRS nº 147/97.	Aprovado
1.019/97	Pedro Simon	Tramitação conjunta dos PLS nºs 111 e 231/97.	Aprovado
1.020/97	Líderes	Urgência, art. 336, "b", para o PLS nº 25/97-Complementar.	Aprovado
1.021/97	Pedro Simon	Pedido de informações ao Ministro da Justiça sobre questões relativas à implementação da Lei nº 9.454, de 7 de abril de 1997.	Aprovado pela Mesa em 11.12.97 Aguardando atendimento
1.022/97	Pedro Simon	Pedido de informações ao Ministro da Educação e do Desporto sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério e sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar.	Aprovado pela Mesa em 11.12.97 Aguardando atendimento
1.023/97	Eduardo Suplicy	Pedido de informações ao Ministro do Trabalho sobre as despesas do Governo Federal com a publicidade e propaganda do programa Bolsa Criança Cidadã.	Aprovado pela Mesa em 11.12.97 Aguardando atendimento
1.024/97	Romeu Tuma	Tramitação conjunta do PLC nº 102/96 com o PLS nº 187/97.	Aprovado
1.025/97	Lúcio Alcântara	Homenagens e voto de profundo pesar pelo falecimento do ex-Deputado Estadual e Jornalista Antônio de Pádua Campos.	Aprovado
1.026/97	Romero Jucá	Pedido de informações ao Ministro da Saúde sobre os recursos destinados ao Programa da Farmácia Básica.	Aprovado pela Mesa em 11.12.97 Aguardando atendimento
1.027/97	Edison Lobão	Retirada do PLS nº 83/97.	Aprovado

Nº	Autor	Assunto	Resultado
1.028/97	Líderes	Urgência, art. 336, "b", para o PRS nº 154/97.	Aprovado
1.029/97	Líderes	Urgência, art. 336, "b", para o PRS nº 155/97.	Aprovado
1.030/97	Ademir Andrade	Prorrogação, até o dia 15 de abril de 1998, do prazo de funcionamento da Comissão Temporária destinada a definir uma política para o desenvolvimento econômico e social da Amazônia.	Aprovado
1.031/97	Eduardo Suplicy	Inserção em ata de um voto de profundo pesar pelo falecimento de Madre Cristina, ocorrido em 26.11.97, em São Paulo.	Aprovado
1.032/97	Josaphat Marinho	Retirada da Emenda nº 413-R ao PLC nº 118/94.	Aprovado
1.033/97	Josaphat Marinho	Retirada da Subemenda apresentada à Emenda nº 281 ao PLC nº 118/94.	Aprovado
1.034/97	Antônio Carlos Valadares	Destaque para votação em separado do § 1º do art. 1.211 do PLC 118/84.	Aprovado
1.035/97	Antônio Carlos Valadares	Destaque para votação em separado do § 2º do art. 1.211 do PLC 118/84.	Aprovado (retirado pelo RQS 1.045/97, nos termos do art. 314, V, do RISF)
1.036/97	Josaphat Marinho	Destaque para votação em separado da expressão "comodidade, ou", constante do § 2º do art. 1.229 do PLC nº 118/84.	Aprovado
1.037/97	Romeu Tuma	Destaque para votação em separado da expressão "cinco anos", constante do art. 1.276 do PLC nº 118/84, a fim de substituí-la por "três anos", como consta do art. 26.	Aprovado
1.038/97	Antônio Carlos Valadares	Destaque para votação em separado da alínea "b" do art. 589 ao PLS 110, de 1991, a fim de ser inserido no texto do PLC nº 118, de 1984.	Aprovado
1.039/97	Antônio Carlos Valadares	Destaque para votação em separado do art. 1.514 do PLC nº 118/84.	Aprovado

Nº	Autor	Assunto	Resultado
1.040/97	Antônio Carlos Valadares	Destaque para votação em separado do art. 1.517 do PLC nº 118/84.	Aprovado
1.041/97	Ronaldo Cunha Lima e Jader Barbalho	Destaque para votação em separado do § 1º do art. 1.575 do PLC nº 118/84.	Aprovado
1.042/97	Antônio Carlos Valadares	Destaque para votação em separado da expressão "para efeito de alimentos" constante do art. 1.631 do PLC nº 118/84.	Aprovado
1.043/97	Ronaldo Cunha Lima e Jader Barbalho	Destaque para votação em separado do art. 1.739 do PLC nº 118/84.	Aprovado
1.044/97	Ronaldo Cunha Lima e Jader Barbalho	Destaque para votação em separado da expressão "tenham ou não", constantes do inciso IV do art. 1.759 do PLC nº 118/84.	Aprovado (retirado pelo RQS 1.046/97, nos termos do art. 314, V, do RISF)
1.045/97	Antônio Carlos Valadares	Retirada do Requerimento nº 1.035/97.	Deferido
1.046/97	Ronaldo Cunha Lima	Retirada do RQS nº 1.044/97.	Deferido
1.047/97	Antônio Carlos Valadares	Destaque para votação em separado da Emenda nº 70 ao PLC nº 118/84.	Aprovado
1.048/97	Antônio Carlos Valadares	Destaque para votação em separado da Emenda nº 125 ao PLC nº 118/84.	Aprovado
1.049/97	Antônio Carlos Valadares	Destaque para votação em separado da Emenda nº 126 ao PLC nº 118/84.	Aprovado
1.050/97	Antônio Carlos Valadares	Destaque para votação em separado da expressão "...desde a concepção..." constante da Emenda nº 368-R ac PLC nº 118/84.	Aprovado
1.051/97	Edison Lobão	Destaque para votação em separado do art. 854, constante da Emenda nº 404/R ao PLC nº 118/84.	Aprovado
1.052/97	Josaphat Marinho	Destaque para votação em separado da expressão "por utilidade pública", constante da Emenda nº 438/R ao PLC nº 118/84.	Aprovado
1.053/97	Ronaldo Cunha Lima e Jader Barbalho	Destaque para votação em separado da Emenda nº 255, que dá nova redação ao caput do art. 1.632 e suprime o seu parágrafo único, apresentada ao PLC nº 118/84.	Aprovado

Nº	Autor	Assunto	Resultado
1.054/97	Ronaldo Cunha Lima e Jader Barbalho	Destaque para votação em separado da subemenda nº 3, apresentada à Emenda nº 1 do PLC nº 118/84.	Aprovado
1.055/97	Antônio Carlos Valadares	Destaque para votação em separado da Emenda nº 257 ao PLC nº 118/84.	Aprovado
1.056/97	Antônio Carlos Valadares	Destaque para votação em separado da Emenda nº 259 ao PLC nº 118/84.	Aprovado
1.057/97	Antônio Carlos Valadares	Destaque para votação em separado da Emenda nº 260 ao PLC nº 118/84.	Aprovado
1.057/97-A	Josaphat Marinho	Votação em globo das emendas com subemendas nºs 1, 2, 10, 11, 12, 19, 30, 34, 38, 42, 43, 52, 53, 55, 58, 65, 68, 74, 86, 89, 90, 91, 92, 93, 99, 102, 109, 111, 112, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 136, 146, 147, 148, 152, 155, 156, 157, 160, 163, 165, 166, 167, 174, 176, 177, 180, 182, 185, 186, 192, 193, 194, 201, 202, 204, 207, 208, 209, 211, 214, 215, 217, 218, 219, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 231, 232, 235, 236, 237, 238, 249, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 265, 266, 268, 269, 275, 278, 279, 280, 281, 282, 284, 288, 294, 295, 300, 301, 307, 309, 310, 311, 313, 314, 317, 318, 319, 325, 327, 328, 331, 333, 337, 339, 340, 343, 351, 354, 357, 358, 359, 360, 361 e 362, apresentadas ao PLC nº 118/84.	Aprovado
1.058/97	Ronaldo Cunha Lima e Jader Barbalho	Destaque para votação em separado da Emenda nº 331 ao PLC nº 118/84.	Aprovado
1.059/97	Ronaldo Cunha Lima e Jader Barbalho	Destaque para votação em separado da Emenda nº 190 ao PLC nº 118/84.	Aprovado
1.060/97	Antônio Carlos Valadares	Destaque para votação em separado da Emenda nº 336 ao PLC nº 118/84.	Aprovado
1.061/97	Ronaldo Cunha Lima	Destaque para votação em separado da Emenda nº 341 ao PLC nº 118/84.	Aprovado
1.062/97	Lúcio Alcântara	Tramitação conjunta do PLS nº 128/97 com o PLS nº 209/95.	Aprovado

Nº	Autor	Assunto	Resultado
1.063/97	Presidente da Comissão Especial Temporária criada através do RQS 353 - SF.	Prorrogação do prazo concedido àquela Comissão da por mais seis meses. Novo prazo: 15.8.98	Aprovado
1.064/97	Presidente da Comissão especial Temporária criada através do RQS 518/95.	Prorrogação do prazo concedido àquela Comissão por mais seis meses. Novo Prazo: 15.8.98	Aprovado
1.065/97	José Eduardo Dutra	Destaque para votação em separado do art. 2º do PLC 64/97.	Aprovado
1.066/97	Renan Calheiros e Edison Lobão	Encaminhamento do PLC nº 18/97 ao reexame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.	Aprovado
1.067/97	Comissão de Assuntos Sociais	Pedido de informações ao Ministro da Justiça sobre providências adotadas pela FUNAI quando da invasão da Fazenda Xingu, no Estado do Mato Grosso, ocorrida em agosto de 1995.	Aprovado pela Mesa em 11.12.97 Aguardando informações
1.068/97	Pedro Simon	Inclusão em Ordem do Dia do PLS nº 46/97.	Tramitando
1.069/97	Pedro Simon	Inclusão em Ordem do Dia do PLS nº 52/95.	Tramitando
1.070/97	Pedro Simon	Inclusão em Ordem do Dia do PLS nº 172/97.	Tramitando
1.071/97	Pedro Simon	Inclusão em Ordem do Dia do PLS nº 89/97.	Tramitando
1.072/97	Pedro Simon	Inclusão em Ordem do Dia do PLS nº 122/97.	Tramitando
1.073/97	Pedro Simon	Inclusão em Ordem do Dia do PLS nº 127/97.	Tramitando
1.074/97	Pedro Simon	Inclusão em Ordem do Dia do PLS nº 198/97.	Tramitando
1.075/97	Jefferson Peres	Tramitação conjunta das PEC nºs 3 e 20/97.	Prejudicado (art. 334, "b", do RISF)
1.076/97	Comissão criada pelo RQS nº 17/96	Prorrogação do prazo concedido àquele Órgão técnico por mais seis meses. Novo prazo: 15.08.98.	Aprovado

Nº	Autor	Assunto	Resultado
1.077/97	Comissão criada pelo RQS nº 201/95	Prorrogação do prazo concedido àquele Órgão Técnico por mais seis meses. Novo prazo: 15.08.98	Aprovado
1.078/97	Líderes	Urgência, art. 336, "b", do RISF, para o PRS nº 158/97.	Aprovado
1.079/97	Líderes	Urgência, art. 336, "b", do RISF, para o PRS nº 159/97.	Aprovado
1.080/97	Freitas Neto	Dispensa de publicação para imediata discussão e votação da redação final do PRS nº 151/97.	Aprovado
1.081/97	Líderes	Urgência, art. 336, "b", do RISF, para o PLS nº 243/97-Complementar.	Aprovado
1.082/97	Albino Boaventura	Inserção em ata de um voto de profundo pesar pelo falecimento do escritor goiano Bernardo Élis, membro da Academia Brasileira de Letras, ocorrido no dia 30 de novembro de 1997.	Aprovado
1.083/97	Ronaldo Cunha Lima	Inversão da Ordem do Dia da Sessão Deliberativa Extraordinária do dia 4.12.97, às 10:00 horas, a fim de que as matérias constantes dos itens 3 (PRS 158/97) e 4 (PRS 159/97) sejam submetidas ao Plenário em 1º e 2º lugares, respectivamente.	Aprovado
1.084/97	Líderes	Urgência, art. 336, "b", do RISF, para o PRS nº 165/97.	Aprovado
1.085/97	Líderes	Urgência, art. 336, "b", do RISF, para o PRS nº 160/97.	Aprovado
1.086/97	Líderes	Urgência, art. 336, "b", do RISF, para o PLC nº 67/97 (3.553/97, na Casa de origem).	Aprovado
1.087/97	Eduardo Suplicy	Pedido de informações ao Ministro do Planejamento relacionadas a financiamentos do BNDES.	Aprovado pela Mesa em 11.12.97 Aguardando informações
1.088/97	José Bianco	Pedido de informações ao Ministro do Planejamento e Orçamento sobre os grupos de trabalho no âmbito do PLANAFLORO (Estado de Rondônia).	Aprovado pela Mesa em 11.12.97 Aguardando informações

Nº	Autor	Assunto	Resultado
1.089/97	Ademir Andrade	Retirada do PLS nº 170/96.	Tramitando
1.090/97	Lúcio Alcântara	Republicação da Resolução nº 123/97, do Senado Federal, tendo em vista retificação de erro material, substituindo-se no art. 4º a expressão "Estado de São Paulo" pela expressão "Estado do Ceará".	Aprovado
1.091/97	Líderes	Urgência, art. 336, "b", do RISF, para o PRS nº 166/97.	Aprovado
1.092/97	Líderes	Urgência, art. 336, "b", do RISF, para o PRS nº 167/97.	Aprovado
1.093/97	Líderes	Urgência, art. 336, "b", do RISF, para o PRS nº 168/97.	Aprovado
1.094/97	Líderes	Urgência, art. 336, "b", do RISF, para o PRS nº 169/97.	Aprovado
1.095/97	Albino Boaventura	Homenagens de pesar pelo falecimento do ex-Senador goiano, Benedito Ferreira.	Aprovado
1.095-A/97	Onofre Quinan	Registro nos anais da Casa de voto de pesar pelo falecimento do ex-Senador Benedito Ferreira, ocorrido em Goiânia.	Aprovado
1.096/97	Jefferson Peres	Dispensa de interstício para o Parecer nº 802/97, a fim de que conste da Ordem do Dia da sessão seguinte (10.12.97).	Aprovado
1.097/97	Joel de Hollanda	Dispensa de interstício e prévia distribuição de avulsos do Parecer nº 818/97, a fim de que conste da Ordem do Dia da próxima sessão (10.12.97).	Aprovado
1.098/97	Otoniel Machado e Ronaldo Cunha Lima	Dispensa de interstício e prévia distribuição de avulsos do Parecer nº 819/97, a fim de que conste da Ordem do Dia da próxima sessão (10.12.97).	Aprovado
1.099/97	Pedro Simon e Jader Barbalho	Dispensa de interstício para a inclusão, em Ordem do Dia, da Proposta de Emenda à Constituição nº 37/97.	Retirado (RQS nº 1.100/97)
1.100/97	Pedro Simon	Retirada, em caráter definitivo, do Requerimento nº 1.099/97.	Deferido

Nº	Autor	Assunto	Resultado
1.101/97	Líderes	Urgência, art. 336, "b", do RISF, para o PLS nº 216/97.	Aprovado
1.102/97	Líderes	Urgência, art. 336, "b", para o PLC nº 58/97 (1.530/97, na Casa de origem).	Aprovado
1.103/97	Ney Suassuna	Inversão da Ordem do Dia da sessão do dia 9.12.97, a fim de que a matéria constante do item 6 (PRS 156/97) seja submetida ao Plenário após o item nº 3.	Aprovado
1.104/97	José Eduardo Dutra	Adiamento da discussão do PDL nº 62/97, a fim de ser reexaminado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.	Aprovado
1.105/97	Jonas Pinheiro	Dispensa de publicação para imediata discussão e votação da redação final do PRS nº 153/97.	Aprovado
1.106/97	Ney Suassuna	Dispensa de publicação para imediata discussão e votação da redação final do PRS nº 156/97.	Aprovado
1.107/97	Júnia Marise	Criação de uma Comissão Externa para representar o Senado Federal nas comemorações do Centenário de Belo Horizonte, a realizar-se no dia 12.12.97.	Aprovado Foram designadas as Senadoras Júnia Marise, Regina Assumpção e o Senador Francelino Pereira.
1.108/97	Ronaldo Cunha Lima	Dispensa de publicação para imediata discussão e votação da redação final do PRS nº 126/97-CN.	Aprovado
1.109/97	Líderes	Urgência, art. 336, "b", do RISF, para o PRS nº 171/97.	Aprovado
1.110/97	Líderes	Urgência, art. 336, "b", do RISF, para o PRS nº 172/97.	Aprovado
1.111/97	Líderes	Urgência, art. 336, "b", do RISF, para o PLC nº 55/97.	Aprovado
1.112/97	José Eduardo Dutra	Destaque para votação em separado da Emenda nº 8 ao PLS nº 216/97.	Aprovado

Nº	Autor	Assunto	Resultado
1.113/97	Romero Jucá	Pedido de informações ao Ministro da Saúde, através da Secretaria Nacional de Assistência à Saúde, com objetivo de avaliar a gestão dos serviços de assistência da rede pública hospitalar e ambulatorial, prestadas pelas Secretarias de Saúde dos Estados e do Distrito Federal.	Aprovado pela Mesa em 11.12.97 Aguardando atendimento
1.114/97	Líderes	Urgência, art. 336, "b", do RISF, para o PLC nº 72/97-Complementar.	Aprovado
1.115/97	Líderes	Urgência, art. 336, "b", do RISF, para o PRS nº 177/97.	Aprovado
1.116/97	Líderes	Urgência, art. 336, "b", do RISF, para o PRS nº 176/97.	Aprovado
1.117/97	Líderes	Urgência, art. 336, "b", do RISF, para o PRS nº 178/97.	Aprovado
1.118/97	Carlos Patrocínio	Dispensa de publicação para imediata discussão e votação da redação final do PDL nº 90/97.	Aprovado
1.119/97	Geraldo Melo	Dispensa de publicação para imediata discussão e votação da redação final do PDL nº 91/97.	Aprovado
1.120/97	Carlos Patrocínio	Dispensa de publicação para imediata discussão e votação da redação final do PDL nº 92/97.	Aprovado
1.121/97	Carlos Patrocínio	Dispensa de publicação para imediata discussão e votação da redação final do PDL nº 101/97.	Aprovado
1.122/97	Carlos Patrocínio	Dispensa de publicação para imediata discussão e votação da redação final do PDL nº 103/97.	Aprovado
1.123/97	José Eduardo Dutra	Pedido de informações ao Ministro do Planejamento e Orçamento sobre os itens de remuneração previstos nos contratos firmados pelo BNDES com as empresas responsáveis pela modelagem de venda das empresas estatais, federais ou estaduais, em cada setor de atividades destas.	Aprovado pela Mesa em 11.12.97 Aguardando informações

h) Proposta de Fiscalização e Controle

De sessões legislativas anteriores

Nº	Autor	Assunto	Resultado
1/93	Ney Maranhão	Levantar os reais números das contas públicas de 1993 e nos últimos cinco exercícios, em face ao desencontro dos números apresentados pelo Ministério da Fazenda, Governos Estaduais e Empresas Estatais, segundo divulgado pela imprensa.	Prejudicado em 17.2.97, em virtude da criação da CPI destinada a apurar irregularidades relacionadas a autorização, emissão e negociação de títulos públicos, estaduais e municipais, nos exercícios de 1995 e 1996 (RQS 1.101/96).

i) Pareceres

Comissão Diretora	224
Comissão de Assuntos Econômicos	143
Comissão de Assuntos Sociais	77
Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	140
Comissão de Educação	63
Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional	64
Comissão de Serviços de Infra-Estrutura	15
CCJ/CAE/CAS (em conjunto)	1
Comissão Temporária Especial (Código Civil)	2
SUB-TOTAL	729
Orais	61
TOTAL	790

i.1 - emitidos pelas Comissões e lidos em Plenário

i.1.1 - COMISSÃO DIRETORA

	Relator	Matéria
65	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PLC 11/93.
67	Lúdio Coelho	Redação final do PLC 93/95.
68	Lúdio Coelho	Redação final do PLC 102/95.
69	Flaviano Melo	Redação final do PDS 91/96.
70	Flaviano Melo	Redação final do PDS 94/96.
71	Flaviano Melo	Redação final do PDS 100/96.
72	Flaviano Melo	Redação final do PDS 102/96.
73	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PRS 24/97.
74	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PLC 102/92.
75	Geraldo Melo	Redação final do PLS 26/95.
76	Ronaldo Cunha Lima	Redação do vencido do PLS 207/95.
78	Flaviano Melo	Redação final do PDS 122/96.
79	Flaviano Melo	Redação final do PLS 101/96-Complementar.
86	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PRS 30/97.
87	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PRS 31/97.

Número	Relator	Matéria
88	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PRS 28/97.
89	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PRS 27/97
90	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PRS 29/97.
91	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PRS 26/97.
98	Flaviano Melo	PR 10/95-CN.
99	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PRS 40/97.
101	Geraldo Melo	Red. final do PLC 110/94.
102	Geraldo Melo	PR 1/95-CN - RQS 235/97.
128	Geraldo Melo	Redação final do PRS 39/97.
129	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PDS 110/96.
130	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PDS 12/97.
131	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PDS 17/97.
132	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PR nº 10/95-CN.
147	Geraldo Melo	Redação final do PRS 45/97.
148	Geraldo Melo	Redação final do PRS 46/97.
152	Ronaldo Cunha Lima	PRS 42/97 (tram. em conjunto com o PRS 119/95).
172	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PDS 24/97.
180	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PRS 51/97.
181	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PRS 56/97.
182	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PDS 31/97.
183	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PDS 32/97.
184	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PDS 33/97.
195	Júnia Marise	Redação final do PRS 57/97.
208	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PLC 88/96.
209	Geraldo Melo	Redação final das emendas do Senado ao PLC 44/95.
225	Joel de Hollanda	Redação final do PRS 59/97.
226	Emília Fernandes	Redação final do PRS 52/97.
229	Carlos Patrocínio	Redação final do PDS 34/97.
230	Carlos Patrocínio	Redação final do PDS 35/97.
231	Flaviano Melo	Redação final do PRS 60/97.
232	Carlos Patrocínio	Redação final do PRS 61/97.
233	Carlos Patrocínio	Redação final do Substitutivo do Senado ao PLC 81/94.
260	Lúdio Coelho	Redação final do PRS 66/97.
294	Lucídio Portella	Redação final do PRS 67/97.
295	Lucídio Portella	Redação final do PRS 68/97.
305	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PDS 13/97.
306	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PDS 21/97.
307	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PDS 25/97.
312	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PRS 73/97.
313	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PRS 74/97.

Número	Relator	Matéria
314	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PRS 75/97.
315	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PRS 76/97.
317	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PRS 71/97.
318	Ronaldo Cunha Lima	Redação final das Emendas do Senado ao PLC 89/93.
320	Júnia Marise	Redação final do PDS 19/97.
322	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PRS 77/97.
329	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PRS 78/97.
330	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PRS 79/97.
336	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PRS 42/97.
337	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PRS 80/97.
338	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PLC 1/97.
401	Júnia Marise	Redação final do PRS 93/97.
402	Júnia Marise	Redação final do PRS 95/97.
403	Carlos Patrocínio	Redação final do PRS 94/97.
404	Carlos Patrocínio	Redação final do PDS 61/97.
405	Júnia Marise	Redação final do PRS 92/97.
412	Ronaldo Cunha Lima	Redação do vencido do PLS 157/96-Complementar.
413	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PDS 15/97.
414	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PDS 58/97.
415	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PDS 60/97.
427	Ney Suassuna	PRS 51/96 - CN.
433	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PRS 83/97.
437	Emília Fernandes	Redação final do PRS 104/97.
438	Emília Fernandes	Redação final do PRS 105/97.
452	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PRS 107/97.
453	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PRS 100/97.
454	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PRS 98/97.
455	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PRS 99/97.
457	Geraldo Melo	Emendas da Câmara ao PLS 259/89.
459	Flaviano Melo	Redação final do PRS 109/97.
474	Lúdio Coelho	Redação final do PLC 140/94.
475	Ronaldo Cunha Lima	Redação do vencido do PLS 41/96.
476	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PLC 30/95.
477	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PRS 96/97.
481	Lucídio Portella	Redação do vencido do Substitutivo do Senado ao PLC 47/94.
482	Joel de Hollanda	Redação do vencido do Substitutivo do Senado ao PLC 18/95.
495	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PRS 111/97.
496	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PRS 112/97.
497	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PLC 37/97.

Número	Relator	Matéria
513	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PRS 113/97.
514	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PRS 117/97.
515	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PRS 103/97.
516	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PRS 106/97.
517	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PRS 102/97.
525	Júnia Marise	Redação final do PRS 118/97.
526	Geraldo Melo	Redação final do PLS 41/96.
528	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PDS 70/93.
532	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PRS 124/97.
533	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PDS 99/96.
534	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PDS 101/96.
535	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PDS 106/96.
536	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PRS 115/97.
538	Carlos Patrocínio	Redação do vencido do Substitutivo ao PLS 319/95.
539	Carlos Patrocínio	Redação do vencido do Substitutivo ao PLC 22/96.
554	Geraldo Melo	Redação final do PLC 49/96.
555	Geraldo Melo	Redação final do PDS 22/94.
556	Geraldo Melo	Redação final do PDS 15/96.
557	Geraldo Melo	Redação final do PDS 19/96.
558	Geraldo Melo	Redação final do PDS 44/96.
559	Geraldo Melo	Redação final do PDS 49/96.
560	Geraldo Melo	Redação final do PDS 89/96.
567	Carlos Patrocínio	Redação final do PDS 85/97.
594	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PLC 75/93.
602	Flaviano Melo	Redação vencido do PLC 16/96.
603	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PRS 122/97.
604	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PRS 123/97.
605	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PRS 116/97.
607	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PLS 175/97.
608	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PLS 176/97.
609	Ronaldo Cunha Lima	Redação final das emendas do Senado ao PLC 25/95.
618	Júnia Marise	Redação final do PDL 94/97.
625	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PDL 104/97.
626	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PDL 116/96.
627	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PDL 117/96.
628	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PLS 257/96.
630	Ronaldo Cunha Lima	Redação do vencido do Substitutivo do Senado ao PLC 76/96.
650	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PRS 133/97.
651	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PRS 135/97.

Número	Relator	Matéria
652	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PRS 136/97.
653	Ronaldo Cunha Lima	Redação final das emendas da Câmara ao PLS 259/89.
654	Emília Fernandes	Redação final do PRS 51/96-CN.
656	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PDS 118/96.
657	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PDS 119/96.
658	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PDS 120/96.
659	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PDS 3/97.
660	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PLS 88/97.
661	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PRS 125/97.
666	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PRS 134/97.
672	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PRS 139/97.
673	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PDS 57/97.
674	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PDS 63/97.
675	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PDS 64/97.
676	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PDS 65/97.
677	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PDS 66/97.
678	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PDS 67/97.
679	Lucídio Portella	Redação do vencido do PLC 51/97.
680	Lucídio Portella	Redação final do Substitutivo ao PLC 51/97.
693	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PRS 138/97.
694	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PRS 110/97.
695	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PRS 137/97.
696	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do Substitutivo ao PLS 348/91.
697	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PDS 72/97.
698	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PDS 73/97.
699	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PDS 75/97.
700	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PDS 76/97.
701	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PDS 87/97.
702	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PDS 88/97.
703	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PDS 89/97.
711	Carlos Patrocínio	Redação do vencido do PLC 89/96, para o turno suplementar.
712	Carlos Patrocínio	Redação final do substitutivo do PLC 89/96.
713	Carlos Patrocínio	Redação final das emendas do Senado ao PLC 21/96.
724	Marluce Pinto	Redação final do PRS 146/97.
725	Marluce Pinto	Redação final do PRS 142/97.
726	Marluce Pinto	Redação final do PRS 127/97.
727	Marluce Pinto	Redação final do PRS 128/97.
729	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PDS 4/97.

Número	Relator	Matéria
730	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PDS 5/97.
731	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PDS 6/97.
732	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PDS 7/97.
739	Ronaldo Cunha Lima	Redação do vencido do Substitutivo do Senado ao PLC 39/96.
741	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PRS 148/97.
752	Marluce Pinto	Redação final do PRS 150/97.
753	Marluce Pinto	Redação final do PRS 132/97.
754	Marluce Pinto	Redação final do PRS 143/97.
755	Marluce Pinto	Redação final do PRS 144/97.
756	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PRS 149/97.
760	Carlos Patrocínio	Redação final do PDS 8/97.
761	Carlos Patrocínio	Redação final do PDS 9/97.
762	Carlos Patrocínio	Redação final do PDS 29/97.
763	Carlos Patrocínio	Redação final do PDS 30/97.
764	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PRS 147/97.
769	Júnia Marise	Redação final do PRS 86/97.
771	Ronaldo Cunha Lima	Redação do vencido do PLS 25/97-Compl.
772	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PLC nº 41/97.
773	Carlos Patrocínio	Redação final do PDS nº 129/97.
776	Emília Fernandes	Redação final do PRS 154/97.
777	Emília Fernandes	Redação final do PRS 155/97.
779	Ronaldo Cunha Lima	PRS 126/97-CN.
792	Carlos Patrocínio	Redação final do PRS 151/97.
793	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PRS 158/97.
794	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PRS 159/97.
795	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PLS 25/97-Compl.
796	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PLS 243/97-Compl.
797	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PDS 36/97.
798	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PDS 37/97.
799	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PDS 41/97.
800	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PDS 43/97.
801	Carlos Patrocínio	Redação final do PDS 45/97.
827	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PRS 165/97.
828	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PRS 160/97.
829	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PRS 153/97.
830	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PRS 156/97.
834	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PRS 126/97-CN.
835	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PRS 166/97.
836	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PRS 167/97.
837	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PRS 168/97.
838	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PRS 169/97.

Número	Relator	Matéria
839	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PLS 216/97.
840	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PRS 171/97.
841	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PRS 172/97.
849	Geraldo Melo	Redação final do PDS 90/97.
850	Geraldo Melo	Redação final do PDS 91/97.
851	Geraldo Melo	Redação final do PDS 92/97.
852	Geraldo Melo	Redação final do PDS 101/97.
853	Geraldo Melo	Redação final do PDS 103/97.
854	Júnia Marise	Redação final do PRS 176/97.
855	Júnia Marise	Redação final do PRS 177/97.
856	Júnia Marise	Redação final do PRS 178/97.

I.1.2 - COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

Número	Relator	Matéria
80	Osmar Dias	PRS 26/97.
81	Sérgio Machado	PRS 27/97.
82	Waldeck Ornelas	PRS 28/97.
83	Waldeck Ornelas	PRS 29/97.
84	Waldeck Ornelas	PRS 30/97.
85	Waldeck Ornelas	PRS 31/97.
94	Esperidião Amin	PRS 39/97.
95	Vilson Kleinübing	PRS 40/97.
104	Waldeck Ornelas	PRS 45/97.
105	Ramez Tebet	PRS 46/97.
123	Ney Suassuna	PRS 47/97.
143	Esperidião Amin	PDS 31/97.
144	Esperidião Amin	PDS 32/97.
145	Vilson Kleinübing	PDS 33/97.
146	Waldeck Ornelas	PRS 50/97.
154	Levi Dias	PDS 85/96.
162	Waldeck Ornelas	PRS 51/97.
163	Freitas Neto	PRS 52/97.
164	Fernando Bezerra	PRS 53/97.
167	Jonas Pinheiro	PLC 42/95.
171	Esperidião Amin	PRS 54/97.
175	Lúcio Alcântara	PRS 57/97.
207	Pedro Simon	PRS 59/97.
210	Freitas Neto	PRS 60/97.
211	Élcio Álvares	PRS 61/97.
219	Waldeck Ornelas	MSF Nº 56/97, apres. o PDS 34/97.
220	Coutinho Jorge	MSF nº 97/97, apres. o PDS 35/97.

Número	Relator	Matéria
236	Bello Parga	PLS 150/96.
237	Jefferson Péres	PLS 207/96.
239	Lauro Campos	PLS 237/96.
242	Carlos Bezerra	PLS 275/95.
245	Ney Suassuna	PLS 81/96-Complementar.
255	Eduardo Suplicy	PRS 66/97.
256	Pedro Simon	PRS 67/97.
257	Onofre Quinan	PRS 68/97.
258	Jefferson Peres	PRS 69/97.
259	Waldeck Ornelas	PRS 70/97.
292	Pedro Simon	PRS 71/97.
293	Lúcio Alcântara	PRS 72/97.
304	Gilberto Miranda	PRS 73/97.
308	Gerson Camata	PRS 74/97.
309	Waldeck Ornelas	PRS 75/97.
310	Eduardo Suplicy	PRS 76/97.
311	Pedro Simon	PRS 77/97.
323	Francelino Pereira	PRS 78/97.
327	Ney Suassuna	MSF 109/97, apres. o PRS 79/97.
328	Esperidião Amin	Of. S/48/97, apres. o PRS 80/97.
334	Ney Suassuna	Of. S/50/97, apres. o PRS 81/97.
335	Ney Suassuna	Of. S/51/97, apres. o PRS 82/97.
339	Roberto Requião	Of. S/46/97, apres. o PRS 83/97.
340	José Fogaça	Of. S/100/97, apres. o PRS 84/97.
394	José Roberto Arruda	MSF 136/97. Aprovado em 12.8.97.
395	Francelino Pereira	Of. S/45/97, apres. o PRS 92/97.
396	José Fogaça	Of. S/58/97, apres. o PRS 93/97.
397	Jonas Pinheiro	Of. S/62/97, apres. o PRS 94/97.
398	Waldeck Ornelas	MSF nº 135/97, apres. o PDS nº 61/97.
399	Ney Suassuna	Of. S/61/97, apres. o PRS nº 95/97.
400	José Fogaça	MSF nº 120/97, apres. o PRS nº 96/97.
406	Waldeck Ornelas	Emenda 1-Plen, apres. o PRS 86/97.
407	Ney Suassuna	Of. S/51/97, apres. O PRS 98/97.
408	Ney Suassuna	Of. S/59/97, apres. o PRS 99/97.
409	Ney Suassuna	Of. S/60/97, apres. o PRS 100/97.
410	Esperidião Amin	Div. 35/97, apres. o PRS 101/97.
411	José Fogaça	Of. S/53/97, apres. o PRS 102/97.
422	Freitas Neto	Of. S/39/97, apres. o PRS 103/97.
423	Pedro Simon	MSF. 115/97, apres. o PRS 104/97.
424	Pedro Simon	MSF 116/97, apres. o PRS 105/97.
425	José Serra	MSF. 126/97, apres. o PRS 106/97.
429	Gilberto Miranda	Of. S/63/97, apres. o PRS 107/97.

Número	Relator	Matéria
434	Bello Parga	MSF. 141/97.
435	Vilson Kleinübing	MSF. 142/97.
436	Casildo Maldaner	MSF. 138/97, apres. o PRS 109/97.
460	Roberto Requião	Of. S/57/97, apres. o PRS 110/97.
461	Vilson Kleinübing	Of. S/68/97, apres. o PRS 111/97.
479	Bello Parga	Of. S/72/97, apres. o PRS 112/97.
480	Bello Parga	Of. S/73/97, apres. o PRS 113/97.
489	Casildo Maldaner	Of. S/48/97, apres. o PRS 115/97.
490	Pedro Simon	Of. S/54/97, apres. o PRS 116/97.
491	Sérgio Machado	Of. S/66/97, apres. o PRS 117/97.
492	Vilson Kleinübing	Div. 46/97, apres. o PRS 118/97.
518	Francelino Pereira	Of. S/19/96, apres. o PRS 119/97.
519	Francelino Pereira	Of. S/37/96, apres. o PRS 120/97.
520	Francelino Pereira	Of. S/39/96, apres. o PRS 121/97.
521	José Serra	Of. S/69/97, apres. o PRS 122/97.
522	José Serra	Of. S/70/97, apres. o PRS 123/97.
523	José Roberto Arruda	Of. S/76/97, apres. o PRS 124/97.
524	Carlos Bezerra	MSF 145/97, apres. o PRS 125/97.
565	Ramez Tebet	MSF 153/97, apres. o PRS 127/97.
566	Ramez Tebet	MSF 154/97, apres. o PRS 128/97.
593	Gerson Camata	Of. S/71/97, apres. o PRS 132/97.
600	José Roberto Arruda	PDS 94/97. Obs: Parecer aprovado em 14.10.97.
611	Valmir Campelo	PLS 313/95.
613	Lauro Campos	PLS 30/96.
614	Lauro Campos	PLS 46/96-Complementar.
615	Valmir Campelo	PLS 122/96.
619	Ney Suassuna	Of. S/77/97, apres. PRS 133/97.
620	Ramez Tebet	Of. S/78/97, apres. PRS 134/97.
621	Fernando Bezerra	Of. S/79/97, apres. PRS 135/97.
622	Fernando Bezerra	Of. S/80/97, apres. PRS 136/97.
623	Waldeck Ornelas	Of. S/86/97, apres. PRS 137/97.
624	Waldeck Ornelas	MSF 166/97, apres. PDS 104/97.
664	Vilson Kleinübing	MSF 169/97, apres. o PRS 138/97.
665	Gilberto Miranda	MSF 170/97, apres. o PRS 139/97.
670	Ramez Tebet	Emenda ao PRS 127/97.
671	Ramez Tebet	Emenda ao PRS 128/97.
682	José Fogaça	Of. S/81/97, apres. PRS 143/97.
683	Ney Suassuna	MSF 164/97, apres. o PRS 144/97.
687	Lúcio Alcântara	PLC 89/96 (tram. em conj. com os PLS nºs 236/95, 84 e 201/96).
708	Roberto Requião	Of. S/48/97, apres. o PRS 146/97.

Número	Relator	Matéria
709	Carlos Bezerra	PRS 142/97.
710	Bello Parga	MSF 176/97, apres. o PRS 147/97.
714	José Roberto Arruda	Of. S/91/97, apres. o PRS 148/97.
721	Gerson Camata	PLS 31/97.
723	Fernando Bezerra	PLC 36/97.
740	Ney Suassuna	MSF 188/97, apres. PRS 150/97.
748	Freitas Neto	Of. S/88/97, apres. PRS 151/97.
765	Jonas Pinheiro	Of. nº S/96/97, apres. PRS 153/97.
766	Jonas Pinheiro	Of. nº S/94/97, apres. PRS 154/97.
767	Jonas Pinheiro	Of. nº S/93/97, apres. PRS 155/97.
768	Ney Suassuna	MSF 156/97, apres. PRS 156/97.
774	Francelino Pereira	OFS nº 40/96.
781	Vilson Kleinübing	Of nº S/89/97, apres. o PRS 158/97.
782	Jonas Pinheiro	Of. nº S/102/97, apres. o PRS 159/97.
783	Gerson Camata	Of. nº S/104/97, apres. o PRS 160/97.
784	Vilson Kleinübing	PLS nº 243/97-Compl.
786	José Roberto Arruda	PLS nº 216/97.
803	Levy Dias	PLC 58/97.
804	Waldeck Ornelas	PLC 67/97.
805	Gerson Camata	Of. nº S/75/97, apres. o PRS 164/97.
806	Lúcio Alcântara	Of. nº S/103/97, apres. o PRS 165/97.
807	Ney Suassuna	Of. nº S/105/97, apres. o PRS 166/97.
808	Gilberto Miranda	Of. nº S/106/97, apres. o PRS 167/97.
809	Freitas Neto	Of. nº S/108/97, apres. o PRS 168/97.
810	Vilson Kleinübing	MSF nº 190/97, apres. o PRS 169/97.
816	Romero Jucá	PLS 252/97.
831	Romero Jucá	Of. nº S/111/97, apres. o PRS 171/97.
832	José Fogaça	Of. nº S/92/97, apres. o PRS 172/97.
833	José Agripino	MSF nº 213/97, apres. o PRS 173/97.
844	Francelino Pereira	MSF nº 257/96, apres. o PRS 176/97.
845	Francelino Pereira	MSF nº 81/97, apres. o PRS 177/97.
846	Francelino Pereira	Of. nº S/63/96, apres. o PRS 178/97.
847	Ney Suassuna	Of. nº S/109/97, apres. o PRS 179/97.
848	Waldeck Ornelas	PLC nº 72/97-Compl.

i.1.3 - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

Número	Relator	Matéria
109	Bello Parga	PLC 25/96.
111	Onofre Quinan	MSF 58/97 (sobre Artur B. Filho).
111-A	Onofre Quinan	MSF 58/97 (sobre Paulo Dyrceu Pinheiro).
114	Marina Silva	PLS 59/96.

Número	Relator	Matéria
115	Marina Silva	PLS 181/96.
116	Nabor Júnior	PLC 36/95.
117	Valmir Campelo	PLC 67/95 (sobre as emendas oferecidas).
124	Carlos Wilson	PLC 45/96.
125	Bello Parga	PLC 204/93.
140	Valmir Campelo	PLS 55/96.
141	José Alves	PLS 64/96.
142	Osmar Dias	PLS 77/96.
155	Emília Fernandes	PLC 75/93.
156	Waldeck Ornelas	PLC 100/94.
157	Romero Jucá	PLC 44/95.
159	Lúcio Alcântara	PLC 1/97.
166	Jonas Pinheiro	PLC 42/95.
176	Lúcio Alcântara	PLC 114/95.
177	Bello Parga	PLS 307/95.
178	Edison Lobão	PLS 309/95.
179	Valmir Campelo	PLC 81/94.
194	Waldeck Ornelas	PLS 206/95.
196	Carlos Wilson	PLC 156/93.
197	Waldeck Ornelas	PLC 18/95.
198	José Alves	PLC 89/92.
238	Osmar Dias	PLS 219/96.
241	Casildo Maldaner	PLS 136/95.
243	Carlos Wilson	PLS 315/95.
261	Emília Fernandes	PLS 12/95.
264	Nabor Júnior	PLS 129/95.
269	José Alves	PLC 89/93.
271	Benedita da Silva	PLC 190/93.
280	Jonas Pinheiro	PLC 42/93.
284	Valmir Campelo	PLS 35/95.
285	Valmir Campelo	PLS 242/95.
288	Marina Silva	PLC 25/95.
289	Casildo Maldaner	PLC 44/93.
291	Casildo Maldaner	PLC 44/93.
331	João França	PLC 75/96.
333	Leomar Quintanilha	PDS 72/96.
416	Carlos Wilson	PLS 106/96.
418	Leomar Quintanilha	PLS 126/95.
419	Jonas Pinheiro	PLS 114/96.
420	Romero Jucá	PLS 159/96.
421	Nabor Júnior	PLS 262/96.
430	Bello Parga	PLS 166/95.

Número	Relator	Matéria
431	João França	PLS 11/97.
432	Marina Silva	PLS 16/96.
441	Valmir Campelo	PLC 82/95.
444	Lúcio Alcântara	PLC 22/96.
451	Sebastião Rocha	PLS 24/96, apres. os RQS 615 a 617/97.
469	Casildo Maldaner	PLC 96/95.
470	José Alves	PLC 21/96.
471	Leomar Quintanilha	PLC 76/96.
473	Lúdio Coelho	Emenda nº 2-Plen. apres. ao PLC 72/93, e PLS 20/95, que tramitam em conjunto.
483	Valmir Campelo	Emendas 1 e 2-Plen. ao Substitutivo do PLS 82/95.
484	Coutinho Jorge	PLC 105/94.
486	Waldeck Ornelas	PLC 105/94.
488	Bello Parga	PLC 204/93, em reexame.
494	Marluce Pinto	PLC 54/96.
529	Benedita da Silva	Substitutivo da Câmara ao PLS 83/91.
642	Leomar Quintanilha	PLC 35/97.
644	Leomar Quintanilha	PLC 10/94.
655	Otoniel Machado	PLS 65/96.
685	Lúcio Alcântara	PLC 89/96 (tram. em conj. Com os PLS 236/95, 84 e 201/96).
692	Carlos Bezerra	PLS 32/97.
705	José Alves	PLS 154/96.
706	Waldeck Ornelas	PLS 83/95.
716	Marluce Pinto	PLC 45/94.
717	José Alves	PLC 27/95.
733	Marina Silva	PLC 36/96.
734	Gilvam Borges	PLS 66/96.
775	Marluce Pinto	RQS 587/96.
780	Marina Silva	DIV 52/96, apres. o RQS nº 1.067/97.
785	Ademir Andrade	PLS 161/97.
789	Sebastião Rocha	PLS 259/96.
791	Romero Jucá	PLC 92/92.

i.1.4 - COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

Número	Relator	Matéria
66	José Fogaça	Emenda nº 1-Plen, oferecida às PEC nºs 1, 4, 11, 20 e 65/95.
77	José Ignácio Ferreira	PLS 86/95.
92	Pedro Simon	MSF 71/97.
96	José Bianco	MSF 69/87 (1º pronunc.).

Número	Relator	Matéria
97	José Bianco	MSF 69/87 (2º pronunc.).
100	Ramez Tebet	PLC 48/96 tram. conj. PLS 190/95.
112	Esperidião Amin	PLS 122/95.
118	Ramez Tebet	PLC 86/96.
149	Ramez Tebet	PLC 5/97.
150	José Fogaça	PEC 1/95.
151	Epitácio Cafeteira	PRS 42/97 (tramita em conjunto com o PRS 119/95).
158	Jefferson Péres	PLC 72/96.
160	Ney Suassuna	PRS 115/95.
161	Josaphat Marinho	DIV 99/96.
165	Ramez Tebet	PEC 53/95.
168	José Fogaça	PEC 34/95.
169	José Fogaça	PLS 322/95.
170	Romeu Tuma	PLS 115/96.
199	Bernardo Cabral	PLS 102/95 (tram. conj. PLS 103/95 e PLS 233/95).
200	Romeu Tuma	PLS 7/96.
201	José Fogaça	PLS 98/96.
202	José Eduardo Dutra	PLS 100/96.
203	Regina Assumpção	PLS 167/96.
204	José Eduardo Dutra	PLS 179/96.
205	José Fogaça	PLS 208/96.
206	Sérgio Machado	PLS 221/96.
212	José Eduardo Dutra	PLS 279/97.
213	Roberto Freire	PLS 115/95 (tram. conj. com o PLS 187/95).
214	Roberto Requião	PLS 22/96.
215	Ramez Tebet	PLS 39/96.
216	Edison Lobão	PLS 144/96.
217	José Bianco	PLS 231/96.
218	Antonio Carlos Valadares	PLS 126/96.
221	José Ignácio Ferreira	PDS 45/95.
222	Francelino Pereira	Of. S/125/93, apres. o PRS 62/97.
223	Josaphat Marinho	Of. S/22/96, apres. o PRS 63/97.
224	Josaphat Marinho	Of. S/29/96, apres. o PRS 64/97.
234	Sérgio Machado	PLS 34/96.
240	José Fogaça	PLS 157/96.
244	Jefferson Peres	PLS 24/97.
246	José Fogaça	PLS 141/95.
247	José Fogaça	PLS 156/97.
248	Roberto Requião	PLS 260/95.
249	Romeu Tuma	PLS 268/95.

Número	Relator	Matéria
250	Francelino Pereira	PLS 47/96.
251	José Bianco	PLS 113/96.
252	Roberto Requião	PLS 135/96.
253	José Bianco	PLS 206/96.
254	Josaphat Marinho	Of. nº "S" 28/86.
262	José Fogaça	PLS 12/95.
263	Roberto Requião	PLS 49/96.
265	José Bianco	PLS 255/95.
270	Júnia Marise	PLC 190/93.
274	Lúcio Alcântara	PEC 19/97.
275	Jefferson Peres	PEC 62/95.
276	Josaphat Marinho	PEC 66/95.
277	Josaphat Marinho	PEC 7/96.
278	Francelino Pereira	PEC 20/96.
279	Romeu Tuma	PEC 28/96.
286	Bello Parga	Emenda ao PLC 86/96.
290	Ronaldo Cunha Lima	PLC 44/93.
319	Edison Lobão	MSF 107/97.
321	Lúcio Alcântara	PLC 19/97.
324	Edison Lobão	PLC 18/97.
428	Roberto Requião	PRS 51/96 - CN.
439	Josaphat Marinho	PEC 12/91.
440	José Ignácio Ferreira	PEC 21/95.
443	Josaphat Marinho	PEC 48/96.
446	Lúcio Alcântara	PLS 257/96.
450	Lúcio Alcântara	PLS 24/96.
468	Beni Veras	PEC 33/96.
478	Francelino Pereira	PEC 20/97.
485	Ademir Andrade	PLC 105/94.
493	Lúcio Alcântara	PLC 37/97.
527	Beni Veras	Redação da PEC 33/96 para o segundo turno.
540	Romeu Tuma	PLS 57/96.
541	Ney Suassuna	PLS 119/96.
542	Sérgio Machado	PLS 124/96.
543	Guilherme Palmeira	PLS 156/96.
544	Antônio Carlos Valadares	PLS 192/96.
545	Romeu Tuma	PLS 204/96.
546	Antônio Carlos Valadares	PLS 205/97.
547	José Ignácio Ferreira	PLS 233/96.
548	Ney Suassuna	PLS 246/96.
549	Epitácio Cafeteira	PLS 258/96.

Número	Relator	Matéria
550	Roberto Freire	PLS 55/97.
551	José Fogaça	PLS 77/97.
552	Edison Lobão	PLS 93/97.
561	José Eduardo Dutra	PLC 74/96.
Oral	Bernardo Cabral	RQS 828/97.
568	Ramez Tebet	PLS 67/96.
569	Ramez Tebet	PLS 99/96.
570	Esperidião Amin	PLS 169/96.
571	Josaphat Marinho	PLS 173/96.
572	José Eduardo Dutra	PLC 73/95.
573	Ramez Tebet	PLC 39/96, tramit. conj. com PLS 44/96.
574	José Eduardo Dutra	PLC 41/96.
575	Lúcio Alcântara	PLC 99/96.
576	Romeu Tuma	PLC 10/97.
590	José Bianco	PLS 235/95.
595	Beni Veras	Emendas de Plenário ao Substitutivo da PEC nº 33/96.
596	Beni Veras	Redação final da PEC Nº 33/96.
601	Renan Calheiros	PEC 25/97.
606	José Bianco	Emendas da Câmara ao PLS 273/91.
610	Josaphat Marinho	PLS 43/95.
612	José Fogaça	PLS 1/96.
629	Josaphat Marinho	Consulta nº 2/96.
641	Lúcio Alcântara	PLS 75/96.
643	Francelino Pereira	PLC 10/94.
662	Ramez Tebet	PLC 48/97.
663	Lúcio Alcântara	PLS 25/97 - Complementar.
667	Jefferson Peres	PLC 13/97.
669	José Ignácio Ferreira	PLC 33/97.
681	Jefferson Peres	PEC 63/95.
688	Edison Lobão	PLC 29/97.
689	Edison Lobão	PLC 30/97.
690	Antônio Carlos Valadares	PLS 198/96.
691	Lúcio Alcântara	PLS 199/96.
704	Lúcio Alcântara	PLS 154/96.
707	Renan Calheiros	Redação da PEC 25/97 para o 2º turno.
715	Guilherme Palmeira	PLC 77/93 - Complementar.
718	Esperidião Amin	PEC 25/95 (tram. em conj. com a PEC 30/95).
719	José Fogaça	Emendas de Plen. ao PLS 87/96.
720	Romeu Tuma	PLC 21/97.
722	Edison Lobão	PLC 36/97.

Número	Relator	Matéria
728	José Bianco	PRS 86/97.
742	Romeu Tuma	PLC 41/97.
750	José Bianco	PLC 14/97.
757	José Bianco	PLS 43/96.
758	José Ignácio Ferreira	PEC 9/95, tram. conj. PEC 14/95.
770	Romeu Tuma	PLC 64/97.
787	Lúcio Alcântara	PEC 37/97.
788	Jefferson Peres	PEC 50/96.
790	José Bianco	PLC 92/92.
802	Bernardo Cabral	MSF 189/97.
843	Francelino Pereira	PLC 55/97.
857	Esperidião Amin	PLC 31/95.
858	Romeu Tuma	PLC 32/97.
859	Jefferson Peres	PEC 21/97.
860	Romeu Tuma	PEC 39/97.

i.1.5 - COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

Número	Relator	Matéria
426	Jefferson Peres	PRS 51/96 - CN.
447	Joel de hollanda	PDS 70/93.
448	Gerson Camata	PDS 44/96.
449	José Fogaça	PDS 49/96.
458	João Rocha	PDS 15/96.
462	Júlio Campos	PDS 22/94.
463	Sérgio Machado	PDS 19/96.
464	Gerson Camata	PDS 89/96.
465	João Rocha	PDS 99/96.
466	Regina Assumpção	PDS 101/96.
467	Joel de Hollanda	PDS 106/96.
487	José Fogaça	PLC 43/96.
498	Waldeck Ornelas	PDS 116/96.
499	Joel de Hollanda	PDS 117/96.
500	Vilson Kleinübing	PDS 118/96.
501	Ramez Tebet	PDS 119/96.
502	Esperidião Amin	PDS 120/96.
503	Vilson Kleinübing	PDS 3/97.
504	Esperidião amin	PDS 4/97.
505	Roberto Requião	PDS 5/97.
506	Coutinho Jorge	PDS 6/97.
507	Esperidião Amin	PDS 7/97.
508	Beni Veras	PDS 8/97.

Número	Relator	Matéria
509	José Fogaça	PDS 9/97.
510	Roberto Requião	PDS 29/97.
511	Regina Assumpção	PDS 30/97.
512	Júlio Campos	PDS 36/97.
530	Marina Silva	PLC 15/95.
531	José Fogaça	PLC 95/96.
577	Otoniel Machado	PDS 37/97.
578	Esperidião Amin	PDS 46/97.
579	Esperidião Amin	PDS 47/97.
580	Vilson Kleinübing	PDS 48/97.
581	Ramez Tebet	PDS 50/97.
582	Ramez Tebet	PDS 52/97.
583	Roberto Requião	PDS 54/97.
584	Ramez Tebet	PDS 68/97.
585	Coutinho Jorge	PDS 69/97.
586	Jefferson Peres	PDS 70/97.
591	Emilia Fernandes	PDS 41/97.
592	Gerson Camata	PDS 43/97.
597	João Rocha	PDS 45/97.
598	Ney Suassuna	PDS 53/97.
599	Gilberto Miranda	PDS 79/97.
616	José Fogaça	PDS 51/97.
638	Carlos Wilson	PDS 49/97.
639	Esperidião Amin	PDS 80/97.
640	Regina Assumpção	PDS 81/97.
668	Lúcio Alcântara	PLC 33/97.
686	Emília Fernandes	PLC 89/96 (tram. em conj. com os PLS nºs 236/95, 84 e 201/96).
735	Abdias Nascimento	PLC 39/97.
736	Romeu Tuma	PLC 42/97.
737	Joel de Hollanda	PLC 49/97.
738	Edison Lobão	PDS 77/97.
778	Otoniel Machado	PRS 126/97 - CN.
817	Romeu Tuma	PDS 136/97.
820	Levy Dias	PDS 22/96.
821	Vilson Kleinübing	PDS 71/96.
822	Coutinho Jorge	PDS 83/97.
823	Gerson Camata	PDS 95/97.
824	João França	PDS 96/97.
825	Romeu Tuma	PDS 97/97.
826	João Rocha	PDS 99/97.

I.1.6 - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

Número	Relator	Matéria
106	Bernardo Cabral	PDS 110/96.
107	Romeu Tuma	PDS 12/97.
108	Carlos Wilson	PDS 17/97.
110	Joel de Hollanda	RQS 1.058/96.
113	Emília Fernandes	PLS 122/95.
126	Benedita da Silva	RQS 248/97.
133	Carlos Wilson	PDS 11/97.
134	Bernardo Cabral	PDS 14/97.
135	Romeu Tuma	PDS 20/97.
136	Romeu Tuma	PDS 22/97.
137	José Agripino	PDS 23/97.
138	Carlos Wilson	PDS 24/97.
139	Casildo Maldaner	PDS 27/97.
153	José Agripino	PDS 85/96.
266	Jader Barbalho	PDS 13/97.
267	Guilherme Palmeira	PDS 21/97.
268	Benedita da Silva	PDS 25/97.
273	Romeu Tuma	PLC 17/97.
287	José Agripino	DIV 22/97.
316	Pedro Simon	PDS 19/97.
325	José Bianco	PDS 22/93.
326	Casildo Maldaner	PDS 18/97.
332	Epitácio Cafeteira	PDS 72/96.
391	Carlos Wilson	PDS 15/97.
392	José Bianco	PDS 58/97.
393	Romeu Tuma	PDS 60/97.
445	José Agripino	PLC 23/97.
456	Jefferson Peres	Emendas da Câmara ao PLS 259/89.
553	Bernardo Cabral	PDS 85/97.
562	Casildo Maldaner	PDS 62/97.
563	Benedita da Silva	PDS 65/97.
564	Romeu Tuma	PDS 67/97.
587	Carlos Wilson	PDS 63/97.
588	Abdias Nascimento	PDS 64/97.
589	Pedro Simon	PDS 72/97.
517	Pedro Simon	PDS 57/97.
531	Guilherme Palmeira	PDS 66/97.
532	Casildo Maldaner	PDS 73/97.
533	Jader Barbalho	PDS 75/97.
534	Carlos Wilson	PDS 76/97.

Número	Relator	Matéria
635	Pedro Simon	PDS 87/97.
636	Emília Fernandes	PDS 88/97.
637	Marina Silva	PDS 89/97.
743	Romeu Tuma	PLC nº 41/97.
744	Hugo Napoleão	PDS 86/97.
745	Pedro Simon	PDS 93/97.
746	Romeu Tuma	PDS 100/97.
747	Pedro Simon	PDS 102/97.
759	Romeu Tuma	PDS 129/97.
811	Abdias Nascimento	PDS 90/97.
812	Carlos Wilson	PDS 91/97.
813	Lúdio Coelho	PDS 92/97.
814	Pedro Simon	PDS 101/97.
815	Pedro Simon	PDS 103/97.

i.1.7 - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA

Número	Relator	Matéria
235	Waldeck Ornelas	PLS 34/96.
282	Joel de Hollanda	DIV 53/96.
283	Romero Jucá	Emenda ao Substitutivo ao PLS 348/91.
417	Mauro Miranda	PLS 319/95.
442	Romero Jucá	IND 8/95.
472	Freitas Neto	Emenda nº 2-Plen. apres. ao PLC 72/93, e PLS 20/95, que tramitam em conjunto.
645	Otoniel Machado	MSF 171/97.
646	Gerson Camata	MSF 172/97.
647	Romero Jucá	MSF 173/97.
648	José Roberto Arruda	MSF 174/97.
649	Joel de Hollanda	MSF 175/97.
684	Romero Jucá	PLC 45/97.
751	Romero Jucá	Emendas de Plenário ao PLC 45/97.
818	Joel de Hollanda	MSF 209/97.
819	Otoniel Machado	MSF 210/97.

i.1.8 - Em conjunto (CCJ/CAE/CAS)

Número	Relator	Matéria
537	Beni Veras (CCJ), Osmar Dias (CAE) e Nabor Júnior(CAS)	PLC 49/96, tramitando em conjunto com os PLS 191/95 e 33/96.

i.1.9 - Comissão Especial (Código Civil)

Número	Relator	Matéria
749	Josaphat Marinho	PLC 118/84.
842	Josaphat Marinho	Redação final das emendas ao do PLC 118/84 (Código Civil).

i.2 - proferidos oralmente em Plenário

Número	Relator	Matéria
Valdeck Ornelas		PDS 91/96.
Emília Fernandes		PDS 94/96.
Dsmar Dias		PDS 100/96.
Dsmar Dias		PDS 102/96.
Esperidião Amin		Ofício S/4/97, apresentando o PRS 24/97.
José Fogaça		PLC 44/96.
Lucio Alcântara		PLS 73/96.
Jonas Pinheiro		PLS 142/96.
Francelino Pereira		PLC 93/95.
Almir Campelo		PLC 102/95.
Ademir Andrade		PLS 26/95.
Eduardo Suplicy		PLS 86/95.
Geraldo Melo		PLS 78/96.
Josaphat Marinho		PEC 1/95.
Josaphat Marinho		PEC 4/95.
Josaphat Marinho		PEC 11/95.
Josaphat Marinho		PEC 20/95.
Josaphat Marinho		PEC 65/95.
Valdeck Ornelas		PRS 30/97.
Almir Campelo		PLS 258/95.
Lucio Alcântara		Pelo acatamento do parecer da CAE sobre o PLC 94/96.
Améz Tebet		PLC 106/96.
Josaphat Marinho		PEC 1/95.
José Fogaça		PEC 1/95.
Josaphat Marinho		PEC 4/95.
Josaphat Marinho		PEC 11/95.
Josaphat Marinho		PEC 20/95.
Josaphat Marinho		PEC 65/95.
Pedro Simon		PLC 88/96.
Pedro Simon		PRS 59/97.
Eduardo Suplicy		PRS 66/97.
Esperidião Amin		PRS 41/97.
Robastião Rocha		PLC 27/97.

Número	Relator	Matéria
Jonas Pinheiro		Emenda ao PRS nº 94/97.
Regina Assumpção		Emendas ao PLS 41/96.
Osmar Dias		Emendas ao PLS 41/96.
Vilson Kleinübing		Emendas nºs 1 e 2, de Plenário, ao PRS 111/97.
Lúcio Alcântara		Emendas de Plenário ao PLC 37/97.
Osmar Dias		Emendas ao PLS 41/96.
Osmar Dias		Emendas ao PLC 49/96.
Bernardo Cabral		RQS nº 830/97.
Jefferson Peres		PLC 16/96.
Vilson Kleinübing		Emenda ao PRS nº 139/97.
José Fogaça		PLC nº 51/97 e emendas.
José Fogaça		Emenda ao PLC 51/97.
José Fogaça		Emendas à redação do vencido do PLC 51/97.
Lúcio Alcântara		Emendas ao Substitutivo do PLC 89/96.
Emília Fernandes		Emendas ao Substitutivo do PLC 89/96.
Fernando Bezerra		Emendas ao PLC 36/97.
Jefferson Peres		PRS nº 149/97 e emendas.
Vilson Kleinübing		Emendas ao PRS nº 149/97.
Romeu Tuma		Emenda ao PLC nº 42/97.
José Serra		Emendas ao PRS 158/97.
José Serra		Emendas ao PRS 159/97.
Lúcio Alcântara		Emendas ao Subst. do Senado ao PLS 25/97-Compl.
Waldeck Ornelas		Emenda ao PLC 67/97.
Gilberto Miranda		Emendas ao PRS 167/97.
José Roberto Arruda		Emendas ao PLS 216/97.
Francelino Pereira		Emenda ao PRS 176/97.
Francelino Pereira		Emenda ao PRS 177/97.
Francelino Pereira		Emenda ao PRS 178/97.

F.8 - Mensagens recebidas do Sr. Presidente da República
(Art. 52, V, da Constituição Federal)

Número SF	ORIGEM	Assunto	Resultado
49/97	17/97	Solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a até trezentos e cinquenta milhões de dólares norte-americanos, de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, destinada a financiar, parcialmente, o Projeto de Reforço à Reorganização do Sistema Único de Saúde - REFORSUS, a ser executado pelo Ministério da Saúde.	Transformada no PRS nº 12/97 (Parecer oral da CAE - Relator: Sen. Ademir Andrade) Resolução nº 6, de 28.1.97
53/97	50/97	Solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a treze milhões e quinhentos mil marcos alemães, sendo doze milhões e quinhentos mil marcos alemães como empréstimo e um milhão de marcos alemães a título de contribuição financeira não reembolsável, entre o Estado da Bahia e o Kreditanstalt für Wiederaufbau - KfW, destinada ao financiamento, parcial, do Projeto de Saneamento Básico do Estado da Bahia, Fase II, a ser executado pela Companhia de Engenharia Rural da Bahia - CERB.	Transformada no PRS nº 28/97 (Parecer nº 82/97, da CAE) Resolução nº 26, de 13.3.97
55/97	138/97	Solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de dezoito milhões de marcos alemães, de principal, entre o Estado do Paraná e o Kreditanstalt für Wiederaufbau - KfW, destinada ao financiamento, parcial, do Projeto Proteção da Floresta Atlântica do Estado do Paraná.	Transformada no PRS nº 26/97 (Parecer nº 80/97, da CAE) Resolução nº 24, de 13.3.97
56/97	143/97	Nos termos do § 1º do inciso II do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, encaminha a programação monetária relativa ao primeiro trimestre de 1997, com estimativas das faixas de variação dos principais agregados monetários, análise da evolução da economia nacional prevista para o trimestre e justificativas pertinentes.	Transformada no PDL nº 34/97 (Parecer nº 219/97, da CAE) Projeto aprovado e remetido à Câmara dos Deputados em 20.5.97

Em 26.2.97, foi recebido o Ofício nº 397/97, do Banco Central do Brasil, com parecer técnico.

Número SF	Número ORIGEM	Assunto	Resultado
60/97	153/97	Encaminha o demonstrativo das emissões do real referentes ao trimestre outubro-dezembro de 1996, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas.	Arquivada definitivamente em 6.2.97
264/97	172/97	Solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a até cem milhões de dólares norte-americanos, de principal, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Governo do Estado da Bahia e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD (Banco Mundial), destinada ao financiamento parcial do Projeto de Gerenciamento e Desenvolvimento da Infra-estrutura Municipal da Bahia - PRODUR.	Transformada no PRS nº 45/97 (Parecer nº 104/97, da CAE) Resolução nº 31, de 22.4.97
66/97	255/97	Solicita autorização para a República Federativa do Brasil contratar operação de crédito externo, no valor de trinta bilhões, oitocentos e vinte milhões de ienes, de principal, destinada a financiar, parcialmente, o Projeto do Trem Metropolitano de Fortaleza - METROFOR.	Transformada no PRS nº 27/97 (Parecer nº 81/97, da CAE) Resolução nº 25, de 13.3.97
72/97	290/97	Solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da União, no valor em ienes equivalente a quarenta e oito milhões de dólares norte-americanos, de principal, entre o Governo do Estado de Tocantins e o <i>Export Import Bank of Japan - JEXIM</i> , destinada a financiar parcialmente o Programa de Gerenciamento da Malha Rodoviária Estadual.	Transformada no PRS nº 29/97 (Parecer nº 83/97, da CAE) Resolução nº 27, de 13.3.97
373/97	291/97	Solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da União, no valor equivalente a até quarenta e dois milhões de dólares norte-americanos, de principal, entre o Governo do Estado do Ceará e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, destinada ao financiamento parcial do Programa de Apoio às Reformas Sociais para o Desenvolvimento de Crianças e Adolescentes no Estado do Ceará - PROARES.	Transformada no PRS nº 57/97 (Parecer nº 175/97, da CAE) Resolução nº 38, de 8.5.97

² Em 12.3.97, foi recebido o Ofício nº 573/97, do Banco Central do Brasil, com parecer técnico.

³ Em 17.4.97, foi anexado, ao processado da Mensagem, o Ofício nº 972/97, do Banco Central.

Número		Assunto	Resultado
SF	ORIGEM		
74/97	292/97	Solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo no valor de cinquenta e um bilhões, setecentos e cinquenta milhões de ienes, equivalentes a quatrocentos e cinquenta milhões de dólares norte-americanos, de principal, entre a República Federativa do Brasil e o <i>Export Import Bank of Japan - JEXIM</i> , destinada ao financiamento do Projeto de Duplicação da Rodovia São Paulo-Curitiba-Florianópolis.	Transformada no PRS nº 39/97 (Parecer nº 94/97, da CAE) Resolução nº 30, de 15.4.97
75/97	293/97	Solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo no valor equivalente a até duzentos e setenta e cinco milhões de dólares norte-americanos, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, destinada a financiar parcialmente o Projeto de Modernização da Rodovia Fernão Dias (BR-381) - 2ª Etapa.	Transformada no PRS nº 76/97 (Parecer nº 310/97, da CAE) Resolução nº 56, de 12.6.97
76/97	294/97	Solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, pela República Federativa do Brasil, no valor equivalente a até trezentos milhões de dólares norte-americanos, de principal, destinada a financiar o Programa de Crédito Multisetorial.	Transformada no PRS nº 46/97 (Parecer nº 105/97, da CAE) Resolução nº 32, de 22.4.97
^{4 5 6} 81/97	354/97	Solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor equivalente a vinte e três bilhões, seiscentos e oitenta e seis milhões de ienes japoneses, entre o Governo do Estado do Paraná e o Fundo de Cooperação Econômica Ultramarina, destinada ao financiamento parcial do Projeto de Saneamento Ambiental do Estado do Paraná, a ser executado pela Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR.	Transformada no PRS nº 177/97 (Parecer nº 845/97, da CAE) Resolução nº 135, de 12.12.97
84/97	360/97	Solicita a ampliação do limite do valor autorizado pela Resolução nº 57, de 1995, do Senado Federal, para o prosseguimento do Programa de Emissão e Colocação de Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior.	Transformada no PRS nº 69/97 (Parecer nº 258/97, da CAE) Resolução nº 51, de 10.6.97
⁷ 86/97	383/97	Solicita seja autorizada a contratação de ope-	Transformada no PRS nº

Em 8.10.97, foi anexado, ao seu processado, o Ofício nº 2.946/97, do Banco Central.

Em 17.4.97, foi anexado, ao processado da Mensagem, o Ofício nº 968/97, do Banco Central.

Em 9.12.97, foi anexado, ao seu processado, o Ofício nº 3.659/97, do Banco Central.

Número SF ORIGEM	Assunto	Resultado
	ração de crédito externo, com garantia da União, no valor de seis bilhões e vinte milhões de ienes japoneses, entre o Governo do Estado do Ceará e o Fundo de Cooperação Econômica Ultramarina, destinada ao financiamento, parcial, do Projeto de Energia Eólica do Ceará.	72/97 (Parecer nº 293/97, da CAE) Resolução nº 50, de 3.6.97
8 987/97 379/97	Encaminha contrato celebrado entre a Caixa Econômica Federal e o Estado de Minas Gerais, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, destinado à capitalização do Banco de Crédito Real de Minas Gerais S.A. - CREDIREAL	Transformada no PRS nº 51/97 (Parecer nº 162/97, da CAE) Resolução nº 34, de 6.5.97
94/97 477/97	Solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a doze milhões, seiscentos e setenta mil, oitenta e três dólares norte-americanos e noventa e cinco centavos, de principal, entre o Governo da República Federativa do Brasil e um consórcio bancário liderado pelo Banque Paribas, destinado ao Programa de Reaparelhamento da Marinha, para financiamento de oitenta e cinco por cento do custo de importação de cinco helicópteros, de seus acessórios e peças de reposição, de origem francesa, e cem por cento do prêmio de seguro da COFACE. À Comissão de Assuntos Econômicos.	Transformada no PRS nº 70/97 (Parecer nº 259/97, da CAE) Resolução nº 52, de 10.6.97
95/97 478/97	Encaminha, nos termos do inciso II do art. 7º da Lei nº 9.069, de 1995, o demonstrativo das emissões do real referentes ao trimestre de janeiro a março de 1997, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas.	Arquivada definitivamente em 2.5.97
97/97 486/97	Encaminha, nos termos do § 1º do inciso II do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, a Programação Monetária relativa ao segundo trimestre de 1997, com estimativas das faixas de variação dos principais agregados monetários, análise da evolução da economia nacional prevista para o trimestre e justificativas pertinentes.	Transformada no PDL nº 35/97 (Parecer nº 220/97, da CAE) Projeto aprovado e remetido à Câmara dos Deputados em 20.5.97
10 11 106/97 649/97	Encaminha, nos termos do art. 52 da Consti-	Transformada no PRS nº

⁷ Em 17.4.97, foi anexado, ao processado da Mensagem, o Ofício nº 970/97, do Banco Central.

⁸ Anexada ao processado do Projeto de Resolução nº 133, de 1996.

⁹ Em 16.4.97, foi anexado, ao processado da Mensagem, o Ofício nº 958/97, do Banco Central.

Número SF ORIGEM	Assunto	Resultado
	tuição Federal, contratos celebrados entre a União e o Estado de São Paulo, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados.	86/97 (Parecer nº 376/97, da CAE) Resolução nº 118, de 21.11.97
108/97 651/97	Solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de trinta e nove milhões de dólares norte-americanos, entre o Governo do Estado de Pernambuco e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD (Banco Mundial), destinada ao financiamento, parcial, do Projeto de Combate à Pobreza Rural no Estado de Pernambuco.	Transformada no PRS nº 87/97 (Parecer nº 376/97, da CAE) Resolução nº 70, de 24.7.97
¹² ¹³ 109/97 672/97	Encaminha contrato celebrado entre a Caixa Econômica Federal e o Estado do Rio de Janeiro, com garantia da União, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados.	Transformada no PRS nº 79/97 (Parecer nº 327/97, da CAE) Resolução nº 61, de 24.6.97
¹⁴ 115/97 730/97	Solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor equivalente a até dois milhões e seiscentos mil dólares norte-americanos, de principal, entre a Prefeitura Municipal de Porto Alegre - RS e o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata - FONPLATA, destinada ao financiamento parcial do Projeto de Ampliação do Hospital de Pronto Socorro de Porto Alegre.	Transformada no PRS nº 104/97 (Parecer nº 423/97, da CAE) Resolução nº 77, de 28.8.97
¹⁵ 116/97 731/97	Solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor equivalente a até um milhão, cento e quarenta e três mil dólares norte-americanos, de principal, entre a Prefeitura Municipal de Porto Alegre - RS e o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata - FONPLATA, destinada ao financiamento parcial do Programa Preservação do Meio Ambiente Natural e Recuperação de Áreas Degradadas da Bacia do Arroio do Dilúvio.	Transformada no PRS nº 105/97 (Parecer nº 424/97, da CAE) Resolução nº 78, de 28.8.97

¹⁰ Em 9.7.97, foi anexado, ao seu processado, o Ofício nº 2.024/97, do Banco Central.

¹¹ Anexada ao processado do Projeto de Resolução nº 140, de 1996.

¹² Anexada ao processado do Projeto de Resolução nº 15, de 1997.

¹³ Em 13.6.97, foi anexado, ao seu processado, o Ofício nº 1.679/97, do Banco Central.

¹⁴ Em 17.7.97, foi anexado, ao seu processado, o Ofício nº 2.172/97, do Banco Central.

¹⁵ Em 17.7.97, foi anexado, ao seu processado, o Ofício nº 2.173/97, do Banco Central.

Número SF	Número ORIGEM	Assunto	Resultado
118/97	733/97	Solicita seja autorizada a operação financeira que visa ao reescalonamento de créditos brasileiros junto à República Argentina, nos termos do contrato firmado em 20 de maio de 1997.	Tramitando
120/97	510/97	Solicita seja autorizada operação financeira que visa o reescalonamento de créditos brasileiros junto à República do Suriname, na forma do Acordo assinado em 10 de janeiro de 1996.	Transformada no PRS nº 96/97 (Parecer nº 400/97, da CAE) Resolução nº 84, de 10.9.97
124/97	757/97	Solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo no valor equivalente a até sessenta milhões de dólares norte-americanos, de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, destinada ao financiamento parcial do Projeto de Apoio ao Desenvolvimento de Tecnologia Agropecuária para o Brasil - PRODETAB.	Transformada no PRS nº 88/97 (Parecer nº 377/97, da CAE) Resolução nº 71, de 24.7.97
126/97	800/97	Solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo no valor equivalente a vinte e cinco milhões de dólares norte-americanos, de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, destinada ao financiamento parcial do Programa Rede de Pesquisa e Desenvolvimento de Políticas Públicas (Rede Ipea).	Transformada no PRS nº 106/97 (Parecer nº 425/97, da CAE) Resolução nº 88, de 18.9.97
128/97	811/97	Solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a até noventa milhões de dólares dos Estados Unidos, de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, destinada ao financiamento, parcial, do Projeto Piloto de Alívio à Pobreza e Reforma Agrária.	Transformada no PRS nº 89/97 (Parecer nº 378/97, da CAE) Resolução nº 67, de 22.7.97
135/97	865/97	Encaminha, nos termos do § 1º do inciso II do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, a programação monetária relativa ao terceiro trimestre de 1997, com estimativas das faixas de variação dos principais agregados monetários, análise da evolução da economia nacional prevista para o trimestre e justificativas pertinentes.	Transformada no PDL nº 61/97 (Parecer nº 397/97, da CAE) Projeto aprovado e remetido à Câmara dos Deputados em 13.8.97

Número SF	Número ORIGEM	Assunto	Resultado
137/97	867/97	Encaminha, nos termos do inciso II do art. 7º da Lei nº 9.069, de 1995, o demonstrativo das emissões do Real referentes ao trimestre abril-junho de 1997, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas.	Arquivada definitivamente em 6.8.97
¹⁶ 138/97	926/97	Solicita retificação da Resolução nº 30, de 1997, que <i>autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo no valor de cinquenta e um bilhões, setecentos e cinquenta milhões de ienes, equivalentes a quatrocentos e cinquenta milhões de dólares norte-americanos, junto ao Export Import Bank of Japan - JEXIM, destinada ao financiamento do Projeto de Duplicação da Rodovia São Paulo-Curitiba-Florianópolis.</i>	Transformada no PRS nº 109/97 (Parecer nº 436/97, da CAE) Resolução nº 83, de 4.9.97
144/97	959/97	Encaminha, nos termos do inciso II do art. 7º da Lei nº 9.069, de 1995, o demonstrativo das emissões do Real referente ao mês de julho de 1997, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas.	Arquivada definitivamente em 2.9.97
¹⁷ 145/97	961/97	Solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da União, no valor equivalente a até cinquenta e cinco milhões e quatrocentos e seis mil dólares norte-americanos, entre o Instituto Bancario San Paolo di Torino S.p.A e o Governo do Estado do Mato Grosso, destinada ao financiamento, parcial, da aquisição de bens e serviços - importação e construção de pontes de concreto - no âmbito do Programa de Perenização de Travessias do Estado.	Transformada no PRS nº 125/97 (Parecer nº 524/97, da CAE) Resolução nº 101, de 22.10.97
153/97	1.005/97	Solicita seja autorizada a contratação de operações de crédito externo, entre a República Federativa do Brasil e o Brazilian American Merchant Bank, destinadas ao financiamento do Programa de Reparcelamento e Modernização da Força Terrestre, a ser executado pelo Ministério do Exército.	Transformada no PRS nº 127/97 (Parecer nº 565/97, da CAE) Resolução nº 108, de 12.11.97
154/97	1.006/97	Solicita seja autorizada a contratação de operações de crédito externo, entre a República Federativa do Brasil e o Brazilian American Merchant Bank, destinadas ao financiamento do Programa de Reparcelamento e Modernização da Força Terrestre, a ser executado pelo Ministério do Exército.	Transformada no PRS nº 128/97 (Parecer nº 566/97, da CAE) Resolução nº 109, de 12.11.97

¹⁶ Anexada ao processado do Projeto de Resolução nº 39, de 1997.

¹⁷ Em 11.9.97, foi anexado, ao seu processado, o Ofício nº 2.758/97, do Banco Central.

Número SF ORIGEM	Assunto	Resultado
156/97 1.028/97	Solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor de cinquenta milhões de dólares norte-americanos, entre a República Federativa do Brasil e a empresa húngara Medicor Comercial S.A., destinados às Organizações Militares de Saúde do Ministério do Exército.	Transformada no PRS nº 156/97 (Parecer nº 768/97, da CAE) Resolução nº 125, de 10.12.97
164/97 1.061/97	Solicita seja autorizado a contratação de operação de crédito externo, no valor de oito milhões, oitocentos e setenta e cinco mil e trinta dólares norte-americanos e nove centavos, de principal, entre a República Federativa do Brasil e o consórcio integrado pelo Banque Paribas e o Barclays Bank PLC, destinada o Programa de Reparelhamento da Marinha.	Transformada no PRS nº 144/97 (Parecer nº 683/97, da CAE) Resolução nº 115, de 19.11.97
166/97 1.093/97	Encaminha a programação monetária relativa ao 4º trimestre de 1997, com estimativas das faixas de variação dos principais agregados monetários, análise da evolução da economia nacional prevista para o trimestre e justificativas pertinentes.	Transformada no PDL nº 104/97 (Parecer nº 624/97, da CAE) Projeto aprovado e remetido à Câmara dos Deputados em 16.10.97
167/97 1.103/97	Encaminhando, nos termos do inciso II do art. 7º da Lei nº 9.069, de 1995, o demonstrativo das emissões do real referente ao mês de agosto de 1997, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas.	Arquivada definitivamente em 3.10.97
18 168/97 1.094/97	Encaminha, nos termos do art. 52 da Constituição Federal, termo aditivo ao contrato celebrado entre a Caixa Econômica Federal e o Estado do Rio de Janeiro, com a garantia da União, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados.	Tramitando
169/97 1.144/97	Solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a até trezentos milhões de dólares norte-americanos, de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, destinada ao financiamento, parcial, do Projeto de Restauração e Descentralização de Rodovias Federais, a ser executado pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER.	Transformada no PRS nº 138/97 (Parecer nº 664/97, da CAE) Resolução nº 106, de 4.11.97

¹⁸ Anexada ao processado do Projeto de Resolução nº 79, de 1997.

Número SF ORIGEM	Assunto	Resultado
19 170/97 1.145/97	Solicita seja autorizada a alteração da Resolução nº 56, de 1997, que autoriza a União a contratar operação de crédito externo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, no valor equivalente a até duzentos e setenta e cinco milhões de dólares norte-americanos, destinada a financiar parcialmente o Projeto de Modernização da Rodovia Fernão Dias (BR-381) - 2ª. Etapa.	Transformada no PRS nº 139/97 (Parecer nº 665/97, da CAE) Resolução nº 103, de 28.10.97
20 176/97 1.192/97	Solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da União, no valor de cinquenta e um milhões de dólares norte-americanos, junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, destinada ao financiamento, parcial, do Projeto de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado da Bahia.	Transformada no PRS nº 147/97 (Parecer nº 710/97, da CAE) Resolução nº 116, de 20.11.97
21 182/97 1.321/97	Solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor equivalente a até nove milhões e seiscentos mil dólares norte-americanos, de principal, entre o Governo do Estado do Ceará e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, destinada ao financiamento parcial do Programa de Gerenciamento e Integração dos Recursos Hídricos do Estado do Ceará - PROGERIRH.	Transformada no PRS nº 155/97 (Parecer nº 767/97, da CAE) Resolução nº 120, de 27.11.97
22 183/97 1.322/97	Solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de cento e quinze milhões de dólares norte-americanos, de principal, entre o Governo do Estado do Ceará e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, destinada ao financiamento parcial do Programa Rodoviário do Estado do Ceará.	Transformada no PRS nº 154/97 (Parecer nº 766/97, da CAE) Resolução nº 119, de 27.11.97
184/97 1.317/97	Encaminha, nos termos do inciso II do art. 7º da Lei nº 9.069, de 1995, o demonstrativo das emissões do real referente ao trimestre julho-setembro de 1997, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas.	Arquivada definitivamente em 7.11.97

¹⁹ Anexada ao processado do Projeto de Resolução nº 76, de 1997.

²⁰ Anexado, em 21.10.97, ao seu processado, o Ofício nº 3.178/97, do Banco Central, com parecer técnico.

²¹ Anexada, em 4.11.97, ao processado do Ofício nº S/93, de 1997.

²² Anexada, em 4.11.97, ao processado do Ofício nº S/94, de 1997.

Número SF	ORIGEM	Assunto	Resultado
²³ 186/97	1.328/97	Solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor equivalente a até quarenta e cinco milhões de dólares norte-americanos, de principal, entre o Governo do Estado do Mato Grosso e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, destinada ao financiamento do Projeto de Reforma do Estado.	Transformada no PRS nº 164/97 (Parecer nº 805/97 da CAE) Tramitando
188/97	1.332/97	Solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo no valor equivalente a até duzentos e cinquenta milhões de dólares norte-americanos, de principal, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, destinada ao financiamento do Programa de Reforma da Educação Profissional.	Transformada no PRS nº 150/97 (Parecer nº 740/97 da CAE) Resolução nº 112, de 18.11.97
190/97	1.380/97	Solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, no valor de vinte milhões de dólares norte-americanos, de principal, destinada a financiar, parcialmente, o Programa de Aperfeiçoamento dos Instrumentos de Atuação do Banco Central do Brasil.	Transformada no PRS nº 169/97 (Parecer nº 810/97 da CAE) Resolução nº 132, de 11.12.97
²⁴ 203/97	1.438/97	Submete à deliberação do Senado o Aditivo ao Acordo de Reescalonamento de Dívida firmado entre a República Federativa do Brasil e a República do Suriname em 10 de janeiro de 1996, em Brasília.	Tramitando
204/97	1.439/97	Submete à apreciação do Senado, nos termos do art. 52, inciso V, da Constituição Federal, o Acordo de Reescalonamento de Dívida entre a República Federativa do Brasil e a Telecomunicações do Suriname - TELESUR, referente ao Convênio de Crédito firmado em 15 de dezembro de 1986.	Tramitando
²⁵ 205/97	1.440/97	Encaminha cópia das traduções juramentadas dos três Acordos celebrados entre a República Federativa do Brasil e a República do Gabão, nos termos das Atas de Entendimentos no âmbito do chamado <i>Clube de Paris</i> .	Tramitando

²³ Anexada, em 6.11.97, ao processado do Ofício S/75/97.

²⁴ Apensada, em 28.11.97, ao PRS nº 96/97.

²⁵ Anexada, em 28.11.97, ao PRS nº 3/97.

Número SF	Número ORIGEM	Assunto	Resultado
212/97	1.473/97	Encaminha o demonstrativo das emissões do Real referente ao mês de outubro de 1997, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas.	Arquivada definitivamente em 3.12.97
213/97	1.475/97	À Comissão de Assuntos Econômicos. Solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a até US\$ 300,000,000.00 (trezentos milhões de dólares norte-americanos), de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, destinada ao financiamento parcial do Programa de Restauração e Descentralização de Rodovias Federais.	Transformada no PRS nº 173/97 (Parecer nº 833/97, da CAE) Tramitando
218/97	1.500/97	Solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a até trinta e sete milhões, cento e trinta e quatro mil, setecentos e setenta e sete dólares norte-americanos e noventa centavos, pela República Federativa do Brasil junto a Consórcio de bancos formado pelo Banque Paribas, Barclays Banck Plc. e Instituto Bancario San Paolo di Torino S.P.A, destinada ao financiamento, parcial, da importação de bens e serviços necessários ao Projeto de Modernização das Fragatas Classe Niterói, no âmbito do Programa de Reparelhamento da Marinha.	Tramitando
219/97	1.502/97	Solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a vinte e um milhões, noventa e dois mil, novecentos e doze libras esterlinas e vinte centavos, de principal, entre a República Federativa do Brasil e o consórcio integrado pelo Banque Paribas e o Barclays Banck Plc., destinada ao financiamento de 80% (oitenta por cento) do valor da importação de sistemas e equipamentos junto a várias empresas, bem como de 80% (oitenta por cento) do total do prêmio seguro Export Credits Guarantee Department - EGGD, no âmbito do Programa de Reparelhamento da Marinha.	Tramitando
220/97	1.501/97	Solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a cinquenta e sete milhões de dólares norte-americanos, de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, destinada ao financiamento parcial da "Primeira Etapa do Programa de Modernização do Poder Executivo Federal".	Tramitando

SF	Número ORIGEM	Assunto	Resultado
221/97	1.511/97	Solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a até US\$ 155,000,000.00 (cento e cinquenta e cinco milhões de dólares norte-americanos), de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, destinada ao financiamento parcial do Projeto de Suporte a Reforma do Setor Ciência e Tecnologia - PADCT/III.	Tramitando

F.9 - Ofícios "S"
(art. 52, VI ao IX, da Constituição Federal)

Número SF	ORIGEM	Assunto	Resultado
¹ 1/97	213/97	do Presidente do Supremo Tribunal Federal encaminhando cópia do acórdão transitado em julgado, proferido nos autos da ação originária nº 302-4/320, e do parecer do Ministério Público Federal, no que concerne à declaração de inconstitucionalidade do § 5º do art. 1º e do § 2º do art. 3º da Lei nº 1.115, de 1988, do Estado de Santa Catarina.	Tramitando
² 2/97	207/97	do Presidente do Supremo Tribunal Federal encaminhando cópia do acórdão transitado em julgado, proferido nos autos da ação originária nº 256-7/320, e do parecer do Ministério Público Federal, no que concerne à declaração de inconstitucionalidade do § 5º do art. 1º da Lei nº 1.115, de 1988, do Estado de Santa Catarina.	Tramitando
³ 3/97	210/97	do Presidente do Supremo Tribunal Federal encaminhando cópia do acórdão transitado em julgado, proferido nos autos da ação originária nº 260-5/320, e do parecer do Ministério Público Federal, no que concerne à declaração de inconstitucionalidade do § 2º do art. 3º da Lei nº 1.115, de 1988, do Estado de Santa Catarina.	Tramitando
4/97	88/97	do Banco Central do Brasil, encaminhando, nos termos da Resolução nº 69, de 1995, do Senado Federal, manifestação acerca da solicitação da Prefeitura do Município de São Paulo (SP), para emitir Letras Financeiras do Município de São Paulo - LFTMSP, cujos recursos serão destinados ao giro da dívida mobiliária vencível no 1º semestre de 1997.	Transformado no PRS nº 24/97 (Parecer nº 255/97, da CAE) Resolução nº 22, de 27.2.97
5/97	157/97	do Banco Central do Brasil, encaminhando, nos termos da Resolução nº 69, de 1995, do Senado Federal, manifestação daquele Órgão relativa à solicitação do Governo do Estado de Mato Grosso, para que possa emitir Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Mato Grosso - LFTEMT, cujos recursos serão destinados ao giro da dívida mobiliária, vencível no 1º semestre de 1997.	Transformado no PRS nº 19/97 (Parecer oral: Sen. Carlos Bezerra) Resolução nº 15, de 4.2.97
6/97	160/97	do Banco Central do Brasil, encaminhando o	Transformado no PRS nº

¹ Em 20.11.97, passou a tramitar em conjunto com os Of. S/15, 41 e 42, de 1996 e 2, 3 e 30, de 1997.

² Em 20.11.97, passou a tramitar em conjunto com os Of. S/15, 41 e 42, de 1996 e 1, 3 e 30, de 1997.

³ Em 20.11.97, passou a tramitar em conjunto com os Of. S/15, 41 e 42, de 1996 e 1, 2, e 30, de 1997.

Número SF	Número ORIGEM	Assunto	Resultado
7/97	160/97	Parecer nºs DEDIP/DIARE-97/44, relativo ao Protocolo de Acordo entre o Governo Federal e o Governo do Estado de Mato Grosso. do Banco Central do Brasil, encaminhando o Parecer nºs DEDIP/DIARE-97/45, relativos aos Protocolos de Acordo entre o Governo Federal e o Governo do Estado de Goiás.	13/97 (Parecer nº 40/97, da CAE) Resolução nº 7, de 28.1.97 Transformado no PRS nº 14/97 (Parecer nº 47/97, da CAE) Resolução nº 14, de 30.1.97
8/97	160/97	do Banco Central do Brasil, encaminhando o Parecer nºs DEDIP/DIARE-97/46, relativo ao Protocolo de Acordo entre o Governo Federal e o Governo do Estado do Rio de Janeiro.	Transformado no PRS nº 15/97 (Parecer nº 48/97, da CAE) Resolução nº 10, de 30.1.97
9/97	160/97	do Banco Central do Brasil, encaminhando o Parecer nºs DEDIP/DIARE-97/47, relativo ao Protocolo de Acordo entre o Governo Federal e o Governo do Estado de Rondônia.	Transformado no PRS nº 16/97 (Parecer nº 49/97, da CAE) Resolução nº 11, de 30.1.97
10/97	160/97	do Banco Central do Brasil, encaminhando o Parecer nºs DEDIP/DIARE-97/57, relativo ao Protocolo de Acordo entre o Governo Federal e o Governo do Estado da Paraíba.	Transformado no PRS nº 11/97 (Parecer nº 37/97, da CAE) Resolução nº 8, de 28.1.97
411/97	156/97	do Banco Central do Brasil, encaminhando solicitação do Governo do Estado do Tocantins, no sentido de que seja retificada a alínea "e" do artigo 2º da Resolução nº 5, de 1996, que autorizou o Governo do Estado do Tocantins a prestar garantia ao Banco do Brasil S/A, em operação de crédito junto ao Programa Nipo-Brasileiro para Desenvolvimento dos Cerrados - PRODECER III, a ser implantado no Município de Pedro Afonso, naquele Estado, no valor de trinta e quatro milhões de reais.	Transformado no PRS nº 17/97 (Parecer nº 50/97, da CAE) Resolução nº 13, de 30.1.97
512/97	234/97	do Banco Central do Brasil, encaminhando, nos termos da Resolução nº 69, de 1995, do Senado Federal, manifestação daquele Órgão relativa à solicitação do Governo do Estado do Piauí, para contratar operação de crédito externo junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BID, no valor de trinta milhões de dólares americanos, cujos recursos serão destinados à execução do Projeto de Combate à Pobreza Rural no	Transformado no PRS nº 52/97 (Parecer nº 163/97, da CAE) Resolução nº 39, de 14.5.97

⁴ Anexada aos processados dos Projetos de Resolução nºs 4 e 12, de 1996.

⁵ Em 16.4.97, foi anexada, ao seu processado, a Mensagem nº 426/97, do Presidente da República.

Número SF	Número ORIGEM	Assunto	Resultado
		Estado do Piauí.	
613/97	232/97	do Banco Central do Brasil, encaminhando solicitação do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, no sentido de que sejam retificadas as alíneas "a", "d" e "e" do artigo 2º da Resolução nº 107, de 1996, que autorizou o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul a contratar operação de crédito sob o amparo do "Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal de Longo Prazo dos Estados.	Transformado no PRS nº 20/97 (Parecer oral, do Senador Levy Dias) Resolução nº 20, de 4.2.97
22/97	42/97	do Governador do Estado de Alagoas, encaminhando o Termo Aditivo de Rerratificação ao Contrato de Abertura de Crédito, celebrado com a Caixa Econômica Federal e com garantia da União, nos termos das Resoluções nºs 70, de 1995, e 12, de 1997, do Senado Federal, a fim de dar prosseguimento ao Programa de Incentivo à Exoneração Voluntária.	Transformado no PRS nº 47/97 (Parecer nº 123, da CAE) Resolução nº 37, de 7.5.97
723/97	379/97	do Banco Central do Brasil, encaminhando, nos termos da Resolução nº 69, de 1995, do Senado Federal, manifestação daquele Órgão relativa à solicitação do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, para que possa contratar operação de crédito externo junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, no valor de vinte e quatro milhões de dólares norte-americanos, cujos recursos serão destinados à implementação do Projeto de Apoio ao Pequeno Produtor do Rio Grande do Norte.	Transformado no PRS nº 53/97 (Parecer nº 164/97, da CAE) Resolução nº 40, de 14.5.97
824/97	32/97	do Governo do Estado do Espírito Santo, solicitando, nos termos das Resoluções nºs 70, de 1995, e 12, de 1997, do Senado Federal, autorização para contratar, junto à Caixa Econômica Federal, operação de crédito no valor de sessenta e cinco milhões de reais, necessários à cobertura de créditos trabalhistas provenientes da execução do Programa de Demissão Voluntária.	Transformado no PRS nº 61/97 (Parecer nº 211/97, da CAE) Resolução nº 43, de 15.5.97
25/97	505/97	do Banco Central do Brasil, encaminhando, nos termos da Resolução nº 69, de 1995, do Senado Federal, manifestação daquele Órgão relativa à solicitação da Prefeitura de Uberlândia-MG, para que possa contratar operação de crédito junto à Caixa Econômica Fed-	Transformado no PRS nº 56/97 (Parecer nº 174/97, da CAE) Resolução nº 35, de 6.5.97

⁶ Anexada ao processado do Projeto de Resolução nº 134, de 1996.

⁷ Em 7.4.97, foi anexada, ao seu processado, a Mensagem nº 380, do Presidente da República.

⁸ Em 13.5.97, foi anexado, ao seu processado, o Of. nº 1.252/97, do Banco Central.

Número SF	Número ORIGEM	Assunto	Resultado
		ral - CEF, no valor de sete milhões, trezentos e oitenta e cinco mil, novecentos e trinta e seis reais e noventa e seis centavos, destinada à execução de obras de drenagem urbana e extensão de redes de águas pluviais.	
26/97	534/97	do Banco Central do Brasil, encaminhado manifestação daquele Órgão relativa à solicitação do Governo do Estado de São Paulo, para que possa emitir Letras Financeiras do Tesouro do Estado de São Paulo - LFTP, cujos recursos serão destinados ao giro da dívida mobiliária, vencível em março de 1997.	Transformado no PRS nº 30/97 (Parecer nº 84/97, da CAE) Resolução nº 23, de 13.3.97
27/97	535/97	do Banco Central do Brasil, encaminhando manifestação daquele Órgão relativa à solicitação do Governo do Estado de Sergipe, para que possa emitir Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Sergipe - LFTSE, cujos recursos serão destinados ao giro da dívida mobiliária, vencível no 1º semestre de 1997.	Transformado no PRS nº 31/97 (Parecer nº 85/97, da CAE) Resolução nº 28, de 13.3.97
28/97	574/97	do Banco Central do Brasil, encaminhando, nos termos do art. 13 da Resolução nº 69, de 1995, do Senado Federal, parecer referente à solicitação do Governo do Estado da Bahia, para contratar operação de crédito no valor de sete bilhões, oitocentos e noventa e cinco milhões de reais, cujos recursos serão destinados a financiar o Programa de Saneamento Ambiental de Salvador e Cidades do Entorno da Bahia de Todos os Santos.	Transformado no PRS nº 50/97 (Parecer nº 146/97, da CAE) Resolução nº 36, de 7.5.97
29/97	649/97	do Banco Central do Brasil, encaminhando, nos termos da Resolução nº 69, de 1995, do Senado Federal, manifestação daquele Órgão relativa à solicitação do Governo do Estado de Santa Catarina, para que possa emitir Letras Financeiras do Tesouro do Estado - LFTSC, cujos recursos serão destinados ao giro da dívida mobiliária do município, vencível no 1º semestre de 1997.	Transformado no PRS nº 80/97 (Parecer nº 328/97, da CAE) Resolução nº 107, de 11.11.97
30/97	23/97	do Supremo Tribunal Federal, encaminhando cópia do acórdão transitado em julgado, proferido na ação originária nº 378-4/210, e do parecer do Ministério Público Estadual emitido nos mesmos autos, para os fins previstos no art. 52, X, da Constituição Federal, tão-somente quanto à Lei nº 1.115, de 09/12/88, do Estado de Santa Catarina, uma vez que a	Tramitando

⁹ Em 1º.4.97, foi anexada, ao seu processado, a Mensagem nº 374/97, do Presidente da República.

¹⁰ Em 20.11.97, passou a tramitar em conjunto com os Of. S/15, 41 e 42, de 1996 e 1, 2 e 3 de 1997.

Número SF	ORIGEM	Assunto	Resultado
		Lei Estadual nº 6.747 (arts. 2º e 3º) já foi suspensa pela Resolução nº 79, de 1996, publicada no Diário Oficial da União de 25 de outubro do mesmo ano.	
31/97	22/97	do Presidente do Supremo Tribunal Federal, encaminhando, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópias do parecer do Ministério Público Federal, da versão do registro taquigráfico do julgamento e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 183119-7/210, através do qual declarou a inconstitucionalidade, sem redução do texto, da expressão "correspondente ao período base de 1989", com relação ao inciso II do art. 1º, da Lei nº 7.988, de 28 de dezembro de 1989.	Tramitando
1132/97	967/97	do Banco Central do Brasil, encaminhando, nos termos da Resolução nº 69, de 1995, do Senado Federal, solicitação do Governo do Estado do Rio Grande do Sul para que possa contratar operação de crédito junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, no valor de cento e cinquenta milhões de dólares norte-americanos, equivalentes a cento e cinquenta e seis milhões e novecentos e quinze mil reais, a preços de 31.01.97, cujos recursos serão destinados ao financiamento de parte de Programa de Rodovias daquele Estado.	Transformado no PRS nº 71/97 (Parecer nº 292/97, da CAE) Resolução nº 58, de 17.6.97
33/97	973/97	do Banco Central do Brasil, encaminhado, nos termos da Resolução nº 69, de 1995, do Senado Federal, solicitação do Governo do Estado de Minas Gerais para que possa contratar operação de crédito junto à Caixa Econômica Federal, no valor de um milhão, setecentos e noventa e cinco mil, novecentos e sessenta reais, cujos recursos serão destinados a financiar a execução do Programa PRÓ-SANEAMENTO - Drenagem Urbana e Esgoto Sanitário, nos Municípios de Campo Belo e Andradas.	Transformado no PRS nº 90/97 (Parecer nº 379/97, da CAE) Resolução nº 68, de 24.7.97
34/97	974/97	do Banco Central do Brasil, encaminhando, nos termos da Resolução nº 69, de 1995, do Senado Federal, solicitação do Governo do Estado de Minas Gerais para que possa contratar operação de crédito no valor de vinte e três milhões, oitocentos e noventa e um mil, quatrocentos e oitenta reais e dez centavos,	Transformado no PRS nº 91/97 (Parecer nº 380/97, da CAE) Resolução nº 69, de 24.7.97

¹¹ Em 20.5.97, foi anexada, ao seu processado, a Mensagem nº 578/97, do Presidente da República.

Número SF ORIGEM	Assunto	Resultado
	cujos recursos serão destinados à assunção de débito de natureza previdenciária de responsabilidade da empresa Minas Gerais Administração e Serviços - MGS.	
12 ^{35/97} 971/97	do Banco Central do Brasil, encaminhando, nos termos da Resolução nº 69, de 1995, do Senado Federal, solicitação do Governo do Estado do Rio Grande do Sul para que possa contratar operação de crédito junto ao Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, no valor de cento e vinte e cinco milhões de dólares norte-americanos, equivalentes a cento e trinta milhões, setecentos e sessenta e dois mil e quinhentos reais, a preços de 31.1.97, cujos recursos serão destinados a financiar a execução do Programa de Reforma do Estado.	Transformado no PRS nº 67/97 (Parecer nº 256/97, da CAE) Resolução nº 48, de 27.5.97
36/97 1.097/97	do Banco Central do Brasil, encaminhando, nos termos da Resolução nº 69, de 1995, do Senado Federal, manifestação daquele Órgão relativa à solicitação do Governo do Estado do Rio Grande do Sul para que possa emitir Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Rio Grande do Sul - LFTRS, cujos recursos serão destinados ao giro da dívida mobiliária, vencível no 1º semestre de 1997.	Transformado no PRS nº 59/97 (Parecer nº 207/97, da CAE) Resolução nº 41, de 14.5.97
13 14 ^{37/97} 1.098/97	do Banco Central do Brasil, encaminhando parecer daquele Órgão a respeito da solicitação do Governo do Estado do Piauí sobre aditamento ao contrato de operação de crédito firmado junto à Caixa Econômica Federal, relativo ao Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, especificamente o Programa de Desligamento Voluntário - PDV, ao amparo dos mencionados normativos, alterando o valor de trinta e oito milhões e setecentos mil reais para cinquenta e três milhões e quinhentos mil reais.	Transformado no PRS nº 60/97 (Parecer nº 210/97, da CAE) Resolução nº 42, de 15.5.97
15 ^{38/97} 1.184/97	do Banco Central do Brasil, encaminhando, nos termos da Resolução nº 69, de 1995, do Senado Federal, solicitação do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, para contratar operação de crédito junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, no valor de cem milhões de dólares	Transformado no PRS nº 77/97 (Parecer nº 311/97, da CAE) Resolução nº 59, de 12.6.97

¹² Em 30.4.97, foi anexada, ao seu processado, a Mensagem nº 476/97, do Presidente da República.

¹³ anexado ao processado do Projeto de Resolução nº 137, de 1996.

¹⁴ Em 13.5.97, foi anexado, ao seu processado, o Of. nº 1.253/97, do Banco Central, em aditamento ao Of. nº 1.098/97.

¹⁵ Em 4.6.97, foi anexada, ao seu processado, a Mensagem nº 634/97, do Presidente da República.

Número SF	Número ORIGEM	Assunto	Resultado
		americanos, equivalentes a cento e quatro milhões e seiscentos e dez mil reais, a preços de 31 de janeiro de 1997, cujos recursos serão destinados ao financiamento de parte do Projeto de Conservação dos Recursos Naturais e Combate à Pobreza e do Êxodo Rural daquele Estado.	
39/97	1.183/97	do Banco Central do Brasil, encaminhando parecer daquele Órgão a respeito da solicitação do Governo do Estado do Piauí sobre a alteração da forma e prazo de pagamento dos contratos de operação de crédito, celebrados em 22 e 29 de dezembro de 1995, junto à Caixa Econômica Federal, relativo ao Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, no valor total de setenta e cinco milhões, oitocentos e trinta e seis mil, setecentos e quarenta e cinco reais e oitenta e um centavos.	Transformado no PRS nº 103/97 (Parecer nº 422/97, da CAE) Resolução nº 87, de 18.9.97
40/97	1.251/97	do Banco Central do Brasil, encaminhando parecer daquele Órgão a respeito da solicitação do Governo do Estado do Espírito Santo sobre o refinanciamento da dívida mobiliária do Estado, as operações de Antecipação de Receita Orçamentária - ARO e os empréstimos da Caixa Econômica Federal, inclusive os concedidos com amparo nos Votos CMN nºs 162 e 175/95, 122/96, 1 e 9/97 e suas alterações, na conformidade do Protocolo de Acordo firmado com o Governo Federal, dentro do Programa de Apoio à Reestruturação e Ajuste Fiscal dos Estados.	Transformado no PRS nº 74/97 (Parecer nº 308/97, da CAE) Resolução nº 57, de 12.6.97
41/97	1.293/97	do Banco Central do Brasil, encaminhando, nos termos da Resolução nº 69, de 1995, do Senado Federal, manifestação daquele Órgão relativa à solicitação do Governo do Estado de Sergipe referente a operação de crédito junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, no valor de onze milhões, quinhentos e trinta e cinco mil e duzentos reais, cujos recursos serão utilizados como contrapartida de recursos no âmbito do Convênio de Financiamento firmado com o Banco do Nordeste do Brasil - BNB para o Programa de Ação para o Desenvolvimento Turístico do Nordeste do Brasil - PRO-DETUR.	Transformado no PRS nº 75/97 (Parecer nº 309/97, da CAE) Resolução nº 55, de 12.6.97
¹⁶ 42/97	1.324/97	do Banco Central do Brasil, encaminhando	Transformado no PRS nº

¹⁶ Anexado ao processado do Projeto de Resolução nº 14, de 1997.

Número SF ORIGEM	Assunto	Resultado
	parecer daquele Órgão sobre solicitação do Governo do Estado de Goiás, a respeito do aditamento ao contrato de operação de crédito firmado junto à Caixa Econômica Federal, relativo ao Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, especificamente ao Programa de Desligamento Voluntário - PDV, com o amparo dos mencionados normativos, alterando o valor de cinquenta e sete milhões e duzentos mil reais para sessenta e sete milhões e novecentos mil reais.	68/97 (Parecer nº 257/97, da CAE) Resolução nº 49, de 27.5.97
43/97 89/97	do Presidente do Supremo Tribunal Federal, encaminhando, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópias do parecer do Ministério Público Federal, da versão do registro taquigráfico do julgamento e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos da Ação Originária nº 322-9, através da qual declarou a inconstitucionalidade dos arts. 2º e 3º da Lei nº 6.747/86 do Estado de Santa Catarina.	Tramitando
44/97 90/97	do Presidente do Supremo Tribunal Federal, encaminhando, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópias do parecer do Ministério Público Estadual, da versão do registro taquigráfico do julgamento e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 204827, através do qual declarou a inconstitucionalidade do art. 7º e seus incisos I e II, do art. 87, caput e incisos I e II, e do art. 94, da Lei Municipal nº 6.989/66, todos com a redação dada pela Lei nº 10.921, de 1990, do Município de São Paulo.	Tramitando
45/97 1.592/97	do Banco Central do Brasil, encaminhando parecer daquele Órgão a respeito da solicitação do Governo do Estado de Minas Gerais relativo ao pedido de emissão de Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Minas Gerais-LFTMG, cujos recursos serão destinados ao giro da dívida mobiliária vencível no 2º semestre de 1997.	Transformado nos PRS nºs 78 e 92/97 (Pareceres nºs 323 e 395/97, respectivamente, da CAE) Resoluções nºs 60, de 24.6.97, e 74, de 14.8.97
46/97 1.551/97	do Banco Central do Brasil, submetendo a esta Casa o entendimento daquele Órgão, referente à solicitação da Prefeitura Municipal de Osasco para que possa emitir Letras Financeiras do Tesouro do Município de Osasco - LFTMO, cujos recursos serão destinados ao refinanciamento da dívida mobiliária da-	Transformado nos PRS nºs 83/97, (Parecer nº 339/97, da CAE) Resolução nº 76, de 27.8.97

Número SF	Número ORIGEM	Assunto	Resultado
		quele Estado.	
47/97	1.626/97	do Banco Central do Brasil, encaminhando, nos termos da Resolução nº 69, de 1995, do Senado Federal, manifestação daquele Órgão relativa à solicitação do Governo do Estado de São Paulo para que possa emitir Letras Financeiras do Tesouro do Estado de São Paulo - LFTP, cujos recursos serão destinados ao giro da dívida mobiliária vencível em junho de 1997.	Transformado no PRS nº 73/97 (Parecer nº 304/97, da CAE) Resolução nº 54, de 12.6.97
48/97	1.644/97	do Banco Central do Brasil, encaminhando, nos termos da Resolução nº 69, de 1995, do Senado Federal, parecer daquele Órgão relativo à solicitação do Governo do Estado de Santa Catarina para que possa emitir Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Santa Catarina - LFTSC, cujos recursos serão destinados ao giro da dívida mobiliária vencível no 2º semestre de 1997.	Transformado nos PRS nºs 80, 115 e 146/97 (Pareceres nºs 328, 489 e 708/97, da CAE, respectivamente) Resoluções nºs 62, de 26.6.97, 92, de 30.9.97, e 107, de 11.11.97, respectivamente
49/97	104/97	do Presidente do Supremo Tribunal Federal, encaminhando, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópias do parecer do Ministério Público Federal, da versão do registro taquigráfico do julgamento e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos da Ação Originária nº 365, de 1996, através do qual declarou a inconstitucionalidade dos arts. 2º e 3º da Lei nº 6.747, de 1986; arts. 1º § 5º e 3º § 2º, da Lei nº 1.115, de 1988; art. 2º e seus §§ 1º, 2º e 3º, da Lei nº 7.588, de 1989; e arts. 10 e 12 da Lei nº 7.802, de 1989, todas do Estado de Santa Catarina.	Tramitando
50/97	1.795/97	do Banco Central do Brasil, encaminhando, nos termos da Resolução nº 69, de 1995, do Senado Federal, solicitação da Prefeitura do Rio de Janeiro para que possa emitir Letras Financeiras do Tesouro do Município do Rio de Janeiro - LFTM-RIO, cujos recursos serão destinados ao giro da dívida mobiliária vencível no 2º semestre de 1997	Transformado no PRS nº 81/97 (Parecer nº 334/97, da CAE) Resolução nº 64, de 2.7.97
51/97	1.796/97	do Banco Central do Brasil, encaminhando, nos termos da Resolução nº 69, de 1995, do Senado Federal, solicitação do Governo do Estado do Rio de Janeiro para que possa emitir Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Rio de Janeiro - LFT-RJ, cujos recursos serão destinados ao giro da dívida mobiliária vencível no 2º semestre de 1997.	Transformado nos PRS nºs 82 e 98/97 (Pareceres nºs 335 e 407/97, da CAE, respectivamente) Resoluções nºs 65, de 2.7.97, e 79, de 2.9.97, respectivamente

Número SF	Número ORIGEM	Assunto	Resultado
52/97	1.797/97	do Banco Central do Brasil, encaminhando, nos termos da Resolução nº 69, de 1995, do Senado Federal, solicitação do Governo do Estado do Rio de Janeiro para que possa contratar operação de crédito junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, no valor de duzentos e cinquenta milhões de dólares norte-americanos, equivalentes a duzentos e cinquenta e nove milhões, setecentos e cinquenta mil reais, a preços de 31.12.96, cujos recursos serão destinados ao financiamento do Programa de Reforma do Estado.	Tramitando
53/97	1.826/97	do Banco Central do Brasil, encaminhando, nos termos da Resolução nº 69, de 1995, do Senado Federal, manifestação daquele Órgão relativa à solicitação do Governo do Estado do Rio Grande do Sul para que possa emitir Letras Financeiras do Tesouro do Estado - LFTRS, cujos recursos serão destinados ao pagamento da 8ª parcela e correção monetária da 6ª e 7ª parcelas de precatórios judiciais.	Transformado no PRS nº 102/97 (Parecer nº 411/97, da CAE). Resolução nº 97, de 14.10.97
54/97	2.018/97	do Banco Central do Brasil, encaminhando, nos termos da Resolução nº 69, de 1995, do Senado Federal, solicitação do Governo do Estado do Rio Grande do Sul para que possa realizar operação de crédito junto à Caixa Econômica Federal no valor de quatro milhões, novecentos e oitenta mil reais, cujos recursos serão destinados à assunção de parte dos custos de infra-estrutura dos Núcleos Morgados Rosa e Ferronato, em Bagé (RS).	Transformado no PRS nº 116/97 (Parecer nº 490/97, da CAE). Resolução nº 94, de 9.10.97
55/97	127/97	do Supremo Tribunal Federal, encaminhando, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia do acórdão transitado em julgado proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 161031, através do qual declarou a inconstitucionalidade da expressão "vedado o aproveitamento do valor do imposto relativo à aquisição da mesma", constante da parte final da alínea "b" do inciso III do art. 22 do Decreto nº 24.224, de 28/12/84, do Estado de Minas Gerais, com a redação conferida pelo Decreto nº 29.273, de 14/03/89.	Tramitando
56/97	132/97	do Supremo Tribunal Federal, encaminhando, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia do acórdão transitado em julgado proferido por aquela Corte,	Tramitando

Número SF ORIGEM	Assunto	Resultado
	nos autos do Recurso Extraordinário nº 188107, através do qual declarou a inconstitucionalidade do art. 10 da Lei nº 2.145, de 29/12/53, com a redação da Lei nº 8.387, de 30/12/91.	
57/97 2.127/97	do Banco Central do Brasil, encaminhando, nos termos da Resolução nº 69, de 1995, do Senado Federal, manifestação daquele Órgão relativa à solicitação da Prefeitura Municipal de Goioerê - PR para que possa contratar operação de crédito junto ao Banco do Estado do Paraná S.A., no valor de um milhão, quatrocentos e sessenta mil e duzentos reais, cujos recursos serão destinados a obras de infra-estrutura urbana, bem como aquisição de terrenos a serem doados à Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, para a implantação do Programa de Vilas Rurais.	Transformado no PRS nº 110/97 (Parecer nº 460/97, da CAE). Resolução nº 104, de 4.11.97
58/97 2.155/97	do Banco Central do Brasil, encaminhando, nos termos da Resolução nº 69, de 1995, do Senado Federal, manifestação daquele Órgão relativa à solicitação do Estado do Rio Grande do Sul para que possa emitir Letras Financeiras do Tesouro do Estado - LFTRS, cujos recursos serão destinados ao giro da dívida mobiliária do Estado, vencível no 2º semestre de 1997.	Transformado no PRS nº 93/97 (Parecer nº 396/97, da CAE). Resolução nº 73, de 14.8.97
59/97 2.260/97	do Banco Central do Brasil, encaminhando solicitação do Governo do Estado do Rio de Janeiro para que possa contratar operação de crédito junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, no valor de cinquenta e seis milhões, novecentos e setenta e sete mil, oitocentos e cinquenta reais, a preços de 19.05.97, cujos recursos serão destinados à compra de equipamentos relativos ao Projeto de Recuperação Operacional, Consolidação e Expansão do Metrô - RJ.	Transformado no PRS nº 99/97 (Parecer nº 408/97, da CAE) Resolução nº 80, de 2.9.97
60/97 2.261/97	do Banco Central do Brasil, encaminhando solicitação do Governo do Estado do Rio de Janeiro para que possa contratar operação de crédito junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, no valor de cento e sessenta milhões de reais, a preços de 25.05.97, cujos recursos serão destinados à conclusão dos investimentos previstos no Projeto de Recuperação Operacional, Consolidação e Expansão do Metrô - RJ.	Transformado no PRS nº 100/97 (Parecer nº 409/97, da CAE) Resolução nº 81, de 2.9.97

Número SF	ORIGEM	Assunto	Resultado
17 61/97	2.304/97	do Banco Central do Brasil, encaminhando manifestação a respeito da solicitação do Governo do Estado de Alagoas de aditamento ao contrato de operação de crédito firmado junto à Caixa Econômica Federal, relativo ao Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste dos Estados, especificamente o Programa de Desligamento Voluntário - PDV.	Transformado no PRS nº 95/97 (Parecer nº 399/97, da CAE). Resolução nº 75, de 14.8.97
62/97	2.387/97	do Banco Central do Brasil, encaminhando, nos termos da Resolução nº 69, de 1995, do Senado Federal, manifestação daquele Órgão relativa à solicitação do Governo do Estado de Mato Grosso para que possa emitir Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Mato Grosso - LFTEMT, cujos recursos serão destinados ao giro da dívida mobiliária vencível no segundo semestre de 1997.	Transformado no PRS nº 94/97 (Parecer nº 397/97, da CAE). Resolução nº 72, de 13.8.97
18 19 63/97	2.500/97	do Banco Central do Brasil, encaminhando, nos termos do art. 16 da Resolução nº 69, de 1995, do Senado Federal, parecer daquele Órgão acerca da solicitação da Prefeitura Municipal de São Paulo/SP para que possa emitir Letras Financeiras do Tesouro do Município de São Paulo - LFTMSP, cujos recursos serão destinados ao giro da dívida mobiliária vencível no segundo semestre de 1997.	Transformado no PRS nº 107/97, (Parecer nº 429/97, da CAE) Resolução nº 82, de 2.9.97
64/97	149/97	do Presidente do Supremo Tribunal Federal, encaminhando, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópias da certidão de trânsito em julgado, bem como do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 198506, do Estado de São Paulo, o qual declarou a inconstitucionalidade do artigo 14-A e §§ 1º, 2º, 3º e 4º da Lei nº 2.677, de 27 de dezembro de 1983, do Município de Jundiá - SP, com a redação que lhe deu a Lei nº 3.083, de 14 de julho de 1987.	Tramitando
65/97	150/97	do Presidente do Supremo Tribunal Federal, encaminhando, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópias da certidão de trânsito em julgado, bem como do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 194036, do Estado de São Paulo, o qual declarou a inconstitucionalidade dos artigos 2º e 3º da	Tramitando

¹⁷ Anexado ao processado do PRS 47/97.

¹⁸ Em 8.10.97, foi anexado, ao seu processado, ofício nº 2.947/97, do Banco Central do Brasil.

¹⁹ Em 9.12.97, foi anexado, ao seu processado, o Of. nº 3.659/97, do Banco Central do Brasil.

Número SF	ORIGEM	Assunto	Resultado
		Lei nº 6.747, de 21 de dezembro de 1990, do Município de Santo André - SP.	
66/97	2.609/97	do Banco Central do Brasil, encaminhado, nos termos da Resolução nº 69, de 1995, solicitação do Governo do Estado do Ceará para que possa contratar operação de crédito externo no valor de oito milhões e quinhentos mil dólares, cujos recursos serão utilizados na compra de equipamentos de ensino e pesquisa científica e tecnológica destinados ao aparelhamento das Universidades Estaduais e Institutos de Pesquisa vinculados à Secretaria da Ciência e Tecnologia do Estado.	Transformado no PRS nº 117/97 (Parecer nº 491/97, da CAE) Resolução nº 90, de 18.9.97
67/97	2.611/97	do Banco Central do Brasil, encaminhando, nos termos do art. 69, de 1995, solicitação do Governo do Estado de Sergipe para que possa contratar operação de crédito externo no valor de quinze milhões de marcos alemães, cujos recursos serão destinados ao melhoramento do abastecimento de energia elétrica em Sergipe.	Tramitando
68/97	2.629/97	do Banco Central do Brasil, encaminhando, nos termos da Resolução nº 69, de 1995, do Senado Federal, manifestação daquele Órgão relativa à solicitação do Governo do Estado de São Paulo para que possa emitir Letras Financeiras do Tesouro do Estado de São Paulo - LFTSP, cujos recursos serão destinados ao giro da dívida mobiliária vencível em setembro de 1997	Transformado no PRS nº 111/97 (Parecer nº 461/97, da CAE) Resolução nº 86, de 16.9.97
69/97	2.680/97	do Banco Central do Brasil, referentes às manifestações daquele Órgão sobre as concessões de garantias a serem prestadas pelo Serviço Municipal de Água e Esgoto (Semae), do Município de Piracicaba, nas operações de crédito a serem contratadas com o Banco do Estado de São Paulo.	Transformado no PRS nº 122/97 (Parecer nº 521/97, da CAE) Resolução nº 95, de 9.10.97
70/97	2.681/97	do Banco Central do Brasil, referentes às manifestações daquele Órgão sobre as concessões de garantias a serem prestadas pelo Serviço Municipal de Água e Esgoto (Semae), do Município de Piracicaba, nas operações de crédito a serem contratadas com o Banco do Estado de São Paulo.	Transformado no PRS nº 123/97 (Parecer nº 522/97, da CAE) Resolução nº 96, de 9.10.97
71/97	2.606/97	do Banco Central do Brasil, relativo à solicitação da Prefeitura Municipal de Linhares - ES para que possa contratar operação de crédito junto à Caixa Econômica Federal, no valor de dois milhões e trezentos mil reais, cujos re-	Transformado no PRS nº 132/97 (Parecer nº 593/97, da CAE) Resolução nº 113, de 19.11.97

Número SF : ORIGEM	Assunto	Resultado
	cursos serão destinados à realização de obras de implantação do sistema de esgotamento sanitário e pavimentação de bairros do Município.	
72/97 2.711/97	do Banco Central do Brasil, referentes às solicitações do Governo do Estado do Maranhão para que possa contratar operações de crédito junto à Caixa Econômica Federal, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados.	Transformado no PRS nº 112/97 (Parecer nº 479/97, da CAE) Resolução nº 85, de 16.9.97
73/97 2.712/97	do Banco Central do Brasil, referentes às solicitações do Governo do Estado do Maranhão para que possa contratar operações de crédito junto à Caixa Econômica Federal, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados.	Transformado no PRS nº 113/97 (Parecer nº 480/97, da CAE) Resolução nº 89, de 18.9.97
74/97 152/97	do Presidente do Supremo Tribunal Federal, encaminhando, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópias do parecer do Ministério Público Federal, da versão do registro taquigráfico do julgamento e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 191648/97, através do qual declarou a inconstitucionalidade do art. 24, § 1º, nº 4, da Lei nº 6.374, de 1º de março de 1989, do Estado de São Paulo.	Tramitando
2075/97 2.769/97	do Banco Central do Brasil, encaminhando, nos termos da Resolução nº 69, de 1995, do Senado Federal, manifestação daquele Órgão relativa à solicitação do Governo do Estado de Mato Grosso, para que possa contratar operação de crédito junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, no valor de quarenta e cinco milhões de dólares norte-americanos, equivalentes a quarenta e oito milhões, duzentos e dezesseis mil e quinhentos reais, a preços de 31 de maio de 1997, cujos recursos serão destinados a promover o equilíbrio fiscal e financeiro do Estado, através dos projetos do Programa de Reforma do Estado de Mato Grosso.	Transformado no PRS 164/97 (Parecer nº 805/97, da CAE) Tramitando
76/97 2.809/97	do Banco Central do Brasil, encaminhando parecer daquele Órgão referente à solicitação do Governo do Estado de Sergipe referente a operação de crédito no valor de cinquenta milhões de reais, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos	Transformado no PRS nº 124/97 (Parecer nº 523/97, da CAE) Resolução nº 93, de 30.9.97

²⁰ Anexado em seu processado, em 6.11.97, a MSF nº 186/97.

Número SF	ORIGEM	Assunto	Resultado
77/97	2.898/97	Estados, especificamente o Programa de Desligamento Voluntário - PDV. do Banco Central do Brasil, encaminhando parecer daquele Órgão a respeito da solicitação do Governo do Estado da Paraíba, referente à proposta de aquisição, pela Caixa Econômica Federal, de débitos daquele Estado junto ao Banco do Brasil, BMC e Banco Bandeirantes, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, no valor total de cento e vinte e quatro milhões, cento e noventa e cinco mil, setecentos e dois reais e nove centavos, apurado em 28 de fevereiro de 1997.	Transformado no PRS nº 133/97 (Parecer nº 619/97, da CAE) Resolução nº 98, de 21.10.97
78/97	2.899/97	do Banco Central do Brasil, encaminhando parecer daquele Órgão a respeito da solicitação do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, referente à proposta de aquisição, pela Caixa Econômica Federal, de débitos daquele Estado junto a doze instituições financeiras, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, no valor total de trezentos e cinquenta e três milhões, setecentos e cinco mil, quatrocentos e trinta e nove reais e oitenta centavos apurado em 28 de fevereiro de 1997.	Transformado no PRS nº 134/97 (Parecer nº 620/97, da CAE) Resolução nº 102, de 23.10.97
79/97	2.905/97	do Banco Central do Brasil, encaminhando pareceres daquele Órgão a respeito das solicitações do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, referentes a operações de crédito junto à Caixa Econômica Federal, relativas ao Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados.	Transformado no PRS nº 135/97 (Parecer nº 621/97, da CAE) Resolução nº 99, de 21.10.97
80/97	2.906/97	do Banco Central do Brasil, encaminhando pareceres daquele Órgão a respeito das solicitações do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, referentes a operações de crédito junto à Caixa Econômica Federal, relativas ao Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados.	Transformado no PRS nº 136/97, (Parecer nº 622/97, da CAE) Resolução nº 100, de 21.10.97
81/97	2.908/97	do Banco Central do Brasil, encaminhando parecer daquele Órgão a respeito da solicitação do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, referente à proposta de aquisição, pela Caixa Econômica Federal, de débitos daquele Estado junto às dez instituições financeiras relacionadas no referido parecer, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, no valor de cento e trinta e nove milhões, cento e sessenta e sete	Transformado no PRS nº 143/97 (Parecer nº 682/97, da CAE) Resolução nº 114, de 19.11.97

Número SF	Número ORIGEM	Assunto	Resultado
		mil, oitocentos e seis reais e sessenta e um centavos, apurado em 28 de fevereiro de 1997.	
82/97	2.907/97	do Banco Central do Brasil, encaminhando parecer daquele Órgão sobre a solicitação do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, referente à operação de crédito a ser realizada junto à Caixa Econômica Federal, no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Administração Fiscal para os Estados Brasileiros - PNAFE, no valor de vinte e três milhões, trezentos e vinte e quatro mil, cento e quatro reais e sessenta centavos.	Tramitando
²¹ 83/97	182/97	do Supremo Tribunal Federal, encaminhando, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia da Lei nº 6.747, de 21 de dezembro de 1991, do Município de Santo André - SP, bem como da certidão de trânsito em julgado do acórdão proferido por aquela Corte nos autos do recurso extraordinário nº 192737, que declarou a inconstitucionalidade dos arts. 2º, 3º e 4º da referida Lei paulista.	Tramitando
84/97	2.942/97	do Banco Central do Brasil, encaminhando, nos termos da Resolução nº 69, de 1995, do Senado Federal, solicitação do Governo do Estado do Rio Grande do Sul para que possa contratar operação de crédito junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, no valor de setenta milhões de dólares americanos, equivalentes a setenta e cinco milhões, oitocentos e dez mil reais, a preços de 31 de julho de 1997, cujos recursos serão destinados à implementação do Programa de Restauração e Manutenção das Rodovias Estaduais no Rio Grande do Sul - PNMRE.	Tramitando
85/97	2.943/97	do Banco Central do Brasil, encaminhando, nos termos da Resolução nº 69, de 1995, do Senado Federal, solicitação do Governo do Estado do Rio Grande do Sul para que possa contratar operação de crédito junto ao Banco de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, no valor de trinta e oito milhões, seiscentos e vinte e nove mil e novecentos reais, cujos recursos serão destinados ao financiamento de parte do Projeto de Renova-	Tramitando

²¹ Em 3.10.97, foi anexado, ao seu processado, Ofícios nºs 181 e 183/97, do Supremo Tribunal Federal, com cópias de documentos.

Número SF ORIGEM	Assunto	Resultado
2286/97	<p>ção do Transporte Coletivo por Ônibus nos Corredores Norte e Nordeste da Região Metropolitana de Porto Alegre - RMPA.</p> <p>do Banco Central do Brasil, encaminhando, nos termos da Resolução nº 69, de 1995, do Senado Federal, solicitação do Governo do Estado da Bahia para que possa conceder garantias e contragarantias no valor de até quarenta milhões e oitocentos mil reais, aos agricultores da lavoura cacaueteira baiana, para a realização de operação de crédito que vise o combate à doença "vassoura de bruxa" e à recuperação da produtividade da lavoura cacaueteira.</p>	Transformado no PRS nº 137/97 (Parecer nº 623/97, da CAE) Resolução nº 105, de 4.11.97
87/97	184/97 do Presidente do Supremo Tribunal Federal, encaminhando, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia da Lei nº 5.641, de 22 de dezembro de 1989, do Município de Belo Horizonte, bem como da certidão de trânsito em julgado, do parecer da Procuradoria-Geral da República e do acórdão proferido por aquela Corte nos autos do Recurso Extraordinário nº 153771, que declarou a inconstitucionalidade do sub-item 2.2.3 do Setor II da Tabela III, da referida Lei municipal.	Tramitando
88/97	2.951/97 do Banco Central do Brasil, encaminhando parecer daquele Órgão a respeito da solicitação do Governo do Estado do Piauí sobre proposta de aquisição, pela Caixa Econômica Federal - CEF, de débitos daquele Estado junto às cinco instituições financeiras relacionadas no referido parecer, no valor de trinta e dois milhões, quarenta e oito mil e cento e cinquenta e dois reais e cinquenta centavos, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal de Estados.	Transformado no PRS nº 151/97 (Parecer nº 748/97, da CAE) Resolução nº 121, de 2.12.97
89/97	3.049/97 do Banco Central do Brasil, encaminhando, nos termos da Resolução nº 69, de 1995, do Senado Federal, solicitação do Governo do Estado da Paraíba para que possa contratar operação de crédito junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A., a fim de elevar seu limite de endividamento, no âmbito do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste - PRODETUR/NE, com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, no	Transformado no PRS nº 158/97 (Parecer nº 781/97, da CAE) Resolução nº 122, de 4.12.97

²² Em 3.10.97, foi anexado, ao seu processado, ofício nº 212/97, do Governador do Estado da Bahia, encaminhando cópia de expediente enviado ao Banco do Brasil.

Número SF ORIGEM	Assunto	Resultado
90/97 3.050/97	<p>valor de vinte e três milhões de reais, destinada à execução de projetos de infra-estrutura e desenvolvimento institucional naquele Estado.</p> <p>do Banco Central do Brasil, encaminhando, nos termos da Resolução nº 69, de 1995, do Senado Federal, solicitação do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul para que possa contratar operação de crédito externo junto ao Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata - FONPLATA, no valor de treze milhões e quatrocentos mil dólares norte-americanos, equivalentes a quatorze milhões, quinhentos e doze mil e duzentos reais, cujos recursos serão destinados à construção da ponte sobre o Rio Paraguai, na Rodovia Federal BR 262, no trecho Miranda-Corumbá.</p>	Tramitando
91/97 3.057/97	do Banco Central do Brasil, encaminhando, nos termos da Resolução nº 69, de 1995, do Senado Federal, solicitação do Governo do Estado de Sergipe para que possa emitir Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Sergipe - LFTSE, cujos recursos serão destinados ao giro da dívida mobiliária vencível no segundo semestre de 1997.	Transformado no PRS nº 148/97 (Parecer nº 714/97, da CAE) Resolução nº 111, de 13.11.97
92/97 3.111/97	do Banco Central do Brasil, encaminhando, nos termos da Resolução nº 69, de 1995, do Senado Federal, manifestação daquele Órgão relativa à solicitação do Governo do Estado de Minas Gerais para que possa contratar operação de crédito junto à Companhia Vale do Rio Doce S.A. - CVRD, no valor de nove milhões, duzentos e sessenta e quatro mil, seiscentos e sessenta e seis reais e quarenta e seis centavos, cujos recursos serão destinados à execução de obras e programas na área do desenvolvimento econômico social do Estado.	Transformado no PRS nº 172/97 (Parecer nº 832/97, da CAE) Resolução nº 133, de 11.12.97
23 93/97 3.204/97	do Banco Central do Brasil, encaminhando manifestação daquele Órgão relativa à solicitação do Governo do Estado do Ceará, referente à operação de crédito externo junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, no valor de nove milhões e seiscentos mil dólares norte-americanos, equivalentes a dez milhões, quatrocentos e setenta e oito mil e quatrocentos reais, a preços de 29 de agosto de 1997, cujos recursos serão destinados à execução do	Transformado no PRS nº 155/97 (Parecer nº 767/97, da CAE) Resolução nº 120, de 27.11.97

²³ Em 4.11.97, foi anexada, ao seu processado, a Mensagem nº 182/97 (1.321/97, na origem).

Número SF	Número ORIGEM	Assunto	Resultado
24/94/97	3.203/97	<p>Projeto Piloto do Programa de Gerenciamento e Integração dos Recursos Hídricos do Estado do Ceará - PROGERIRH.</p> <p>do Banco Central do Brasil, encaminhando manifestação daquele Órgão relativa à solicitação do Governo do Estado do Ceará, referente à operação de crédito externo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, no valor de cento e quinze milhões de dólares norte-americanos, equivalentes a cento e vinte e cinco milhões, quinhentos e vinte e dois mil e quinhentos reais, a preços de 29 de agosto de 1997, cujos recursos serão destinados à execução do Programa Rodoviário do Estado do Ceará.</p>	Transformado no PRS nº 154/97 (Parecer nº 766/97, da CAE) Resolução nº 119, de 27.11.97
95/97	204/97	do Presidente do Supremo Tribunal Federal, encaminhando, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópias do parecer do Ministério Público Federal, da versão do registro taquigráfico do julgamento e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 205511, através do qual declarou a inconstitucionalidade do art. 24 da Lei Municipal nº 3.563, de 16 de dezembro de 1988, do Município de Vitória/ES, bem como cópia do texto da referida Lei.	Tramitando
96/97	3.307/97	do Banco Central do Brasil, encaminhando, nos termos do art. 13 da Resolução nº 69, de 1995, do Senado Federal, parecer daquele Órgão relativo à solicitação da Prefeitura Municipal de Anchieta - ES, para contratação de operação de crédito junto à Caixa Econômica Federal, no valor de trezentos e cinquenta mil reais, cujos recursos, oriundos do FGTS, destinam-se à construção de unidades habitacionais no Conjunto Padre José de Anchieta.	Transformado no PRS nº 153/97 (Parecer nº 765/97, da CAE) Resolução nº 124, de 10.12.97
97/97	207/97	do Presidente do Supremo Tribunal Federal, encaminhando, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópias do parecer da Procuradoria-Geral da República, e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 149922, que declarou a inconstitucionalidade do art. 11, do Convênio ICM nº 66, de 14 de dezembro de 1988, do Ministério da Fazenda.	Tramitando

²⁴ Em 4.11.97, foi anexada, ao seu processado, a Mensagem nº 183/97 (1.322/97, na origem).

Número SF	Número ORIGEM	Assunto	Resultado
98/97	208/97	do Presidente do Supremo Tribunal Federal, encaminhando, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópias do parecer da Procuradoria-Geral da República, e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 202261, que declarou a inconstitucionalidade do art. 1º da Lei nº 4.759, de 22 de novembro de 1990, do Município de São José do Rio Preto/SP.	Tramitando
99/907	206/97	do Presidente do Supremo Tribunal Federal, encaminhando, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, parecer da Procuradoria-Geral da República, bem assim da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do habeas-corpus nº 74761, através do qual declarou a inconstitucionalidade da expressão <i>absoluta de seus membros</i> , constante do caput do art. 181 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.	Tramitando
100/97	215/97	do Presidente do Supremo Tribunal Federal, encaminhando, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, parecer da Procuradoria-Geral da República e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 120954, através do qual declarou a inconstitucionalidade dos arts. 8º e 9º da Lei nº 3.310, de 27 de dezembro de 1979, do Estado do Espírito Santo.	Tramitando
101/97	205/97	do Presidente do Supremo Tribunal Federal, encaminhando, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópias do parecer da Procuradoria-Geral da República, bem assim da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte nos autos do Mandado de Segurança nº 21055, que declarou a inconstitucionalidade da Resolução nº 271/89, do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região.	Tramitando
102/97	3.417/97	do Banco Central do Brasil, encaminhando parecer relativo à solicitação do Governo do Estado do Ceará, a respeito do contrato de confissão, assunção e refinanciamento de dívidas, celebrado com a União em 16 de outubro último, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, no valor de cento e quatorze mi-	Transformado no PRS nº 159/97 (Parecer nº 782/97, da CAE) Resolução nº 123, de 4.12.97

Número SF ORIGEM	Assunto	Resultado	
	lhões, oitenta e um mil, trezentos e cinquenta e dois reais e sessenta centavos, correspondente ao valor da dívida mobiliária, existente em 16 de outubro de 1997, e vinte e quatro milhões de reais, relativos à operação de crédito a ser contratada pelo Estado junto à Caixa Econômica Federal.		
103/97	3.456/97	do Banco Central do Brasil, encaminhando, nos termos da Resolução nº 69, de 1995, do Senado Federal, manifestação daquele Órgão relativa à solicitação do Governo do Estado Minas Gerais para que possa emitir Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Minas Gerais - LFTMG, cujos recursos serão destinados ao giro da dívida mobiliária vencível no primeiro semestre de 1998.	Transformado no PRS 165/97 (Parecer nº 806/97, da CAE) Resolução nº 127, de 10.12.97
104/97	3.457/97	do Banco Central do Brasil, encaminhando, nos termos da Resolução nº 69, de 1995, do Senado Federal, manifestação daquele Órgão relativa à solicitação do Governo do Estado de São Paulo para que possa emitir Letras Financeiras do Tesouro do Estado de São Paulo - LFTSP, cujos recursos serão destinados ao giro da dívida mobiliária vencível em dezembro de 1997.	Transformado no PRS nº 160/97 (Parecer nº 783/97, da CAE) Resolução nº 126, de 10.12.97
105/97	3.464/97	do Banco Central do Brasil, encaminhando, nos termos da Resolução nº 69, de 1995, do Senado Federal, manifestação daquele Órgão relativa à solicitação do Governo do Estado do Rio de Janeiro para que possa emitir Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Rio de Janeiro - LFTRJ, cujos recursos serão destinados ao giro da dívida mobiliária vencível no primeiro semestre de 1998.	Transformado no PRS 166/97 (Parecer nº 807/97, da CAE) Resolução nº 129, de 11.12.97
106/97	3.465/97	do Banco Central do Brasil, encaminhando, nos termos da Resolução nº 69, de 1995, do Senado Federal, manifestação daquele Órgão relativa à solicitação da Prefeitura do Município de São Paulo para que possa emitir Letras Financeiras do Tesouro do Município de São Paulo - LFTMSP, cujos recursos serão destinados ao giro da dívida mobiliária vencível no primeiro semestre de 1998.	Transformado no PRS 167/97 (Parecer nº 808/97, da CAE) Resolução nº 130, de 10.12.97
107/97	3.536/97	do Banco Central do Brasil, encaminhando parecer daquele Órgão sobre solicitação do Governo do Estado de Santa Catarina a respeito de refinanciamento de parte da dívida	Tramitando

Número SF	Número ORIGEM	Assunto	Resultado
		mobiliária do Estado, as operações de Antecipação de Receita Orçamentária - ARO e os empréstimos da Caixa Econômica Federal, concedidos com amparo nos votos CMN 162/95, 175/95 e 122/96, e suas alterações, na conformidade do Protocolo de Acordo firmado com o Governo Federal, dentro do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados.	
108/97	3.600/97	do Banco Central do Brasil, encaminhando parecer daquele Órgão a respeito da solicitação do Governo do Estado da Bahia referente ao contrato de confissão, assunção, consolidação e refinanciamento de dívidas, celebrado com a União em 1º de dezembro de 1997, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, no valor de R\$ 959.662.780,99 (novecentos e cinquenta e nove milhões, seiscentos e sessenta e dois mil, setecentos e oitenta reais e noventa e nove centavos), correspondente ao valor da dívida mobiliária existente em 27 de novembro de 1997, e contratos firmados junto à Caixa Econômica Federal.	Transformado no PRS 168/97 (Parecer nº 809/97, da CAE) Resolução nº 131, de 11.12.97
109/97	3.598/97	do Banco Central do Brasil, encaminhando, nos termos da Resolução nº 69, de 1995, do Senado Federal, manifestação daquele Órgão relativa à solicitação da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro para que possa emitir Letras Financeiras do Tesouro do Estado - LFTM-RIO, cujos recursos serão destinados ao giro da dívida mobiliária do Município, vencível no 1º semestre de 1998.	Transformado no PRS nº 179/97 (Parecer nº 847/97, da CAE) Tramitando
110/97	3.658/97	do Banco Central do Brasil, encaminhando, nos termos da Resolução nº 69, de 1995, do Senado Federal, manifestação daquele Órgão relativa à solicitação do Governo do Estado do Tocantins para que possa contratar operação de crédito externo junto ao The Export-Import Bank Of Japan, no valor de sessenta e oito milhões, setecentos e quarenta mil dólares americanos, cujos recursos serão destinados ao financiamento do Projeto de Desenvolvimento Rural através do Programa de Eletrificação Rural.	Tramitando
111/97	3.660/97	do Banco Central do Brasil, encaminhando parecer daquele Órgão a respeito da solicitação do Governo do Estado do Mato Grosso	Transformado no PRS nº 171/97 (Parecer nº 831/97, da CAE)

Número SF ORIGEM	Assunto	Resultado
---------------------	---------	-----------

do Sul para que possa contratar operação de crédito, junto à Caixa Econômica Federal, no valor de quarenta milhões de reais, relativo ao Programa Especial de Incentivo ao Desligamento Voluntário do Poder Executivo daquele Estado.

Resolução nº 128, de 10.12.97

F.10 - ESCOLHA DE AUTORIDADES E CHEFES DE MISSÃO DIPLOMÁTICA

Mensagens referentes a escolha de chefes de missão diplomática apreciadas	24
Mensagens referentes a escolha de autoridades aprovadas	14
Mensagens em tramitação	1
TOTAL	39

a) de sessões legislativas anteriores

Mensagem SF	Nº PR	Nome	Cargo	Resultado
301/92	573/92	Jorge Norman Neto	Suplente de Ministro Classista Temporário do Tribunal Superior do Trabalho, representante dos trabalhadores, no triênio de 1992 a 1995.	Tramitando
234/96	1.010/96	Fernando Antônio de Oliveira Santos Fontoura	Embaixador do Brasil junto à República Dominicana.	Apreciada em 9.4.97
244/96	1.172/96	Arnaldo Carrilho	Embaixador do Brasil junto à República Democrática do Laos. (cumulativamente)	Apreciada em 26.2.97
249/96	1.260/96	João Carlos de Souza Gomes	Embaixador do Brasil junto à República da Costa Rica.	Apreciada em 26.2.97
47/97	1.450/96	Paulo Cardoso de Oliveira Pires do Rio	Embaixador do Brasil junto à República da Albânia. (cumulativamente)	Apreciada em 26.2.97
51/97	36/97	Edgard Telles Ribeiro	Embaixador do Brasil junto a Nova Zelândia.	Apreciada em 26.2.97
52/97	37/97	José Marcus Vinícius de Souza	Embaixador do Brasil junto à Comunidade de Dominica. (cumulativamente)	Apreciada em 9.4.97
54/97	94/97	Affonso Celso de Ouro-Preto	Embaixador do Brasil junto à República Eslovaca, cumulativamente com a de Embaixador do Brasil junto à República da Áustria.	Apreciada em 7.5.97

Mensagem SF	Nº PR	Nome	Cargo	Resultado
57/97	148/97	Oto Agripino Maia	Embaixador do Brasil junto à República de Maurício, cumulativamente com a de Embaixador do Brasil junto à República da África do Sul.	Apreciada em 7.5.97
58/97	140/97	Paulo Dyrceu Pinheiro (em recondução) e Arthur Barrionuevo Filho	Conselheiros do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE.	Aprovadas em 15.4.97

12) da presente sessão legislativa

Mensagem SF	Nº PR	Nome	Cargo	Resultado
62/97	158/97	Pedro Paulo Pinto Assumpção	Embaixador do Brasil junto à República de Chipre. (cumulativamente)	Apreciada em 9.4.97
63/97	259/97	Luiz Antônio Jardim Gagliardi	Embaixador do Brasil junto à República do Azerbaijão. (cumulativamente)	Apreciada em 9.4.97
65/97	226/97	Thereza Maria Machado Quintella	Embaixadora do Brasil junto à República da Geórgia. (cumulativamente)	Apreciada em 14.5.97
68/97	271/97	Ricardo Luiz Viana de Carvalho	Embaixador do Brasil junto à República do Zimbábue.	Apreciada em 3.6.97
71/97	288/97	Nelson Azevedo Jobim	Ministro do Supremo Tribunal Federal.	Apreciada em 18.3.97
90/97	427/97	Oto Agripino Maia	Embaixador do Brasil junto à República de Botsuana. (cumulativamente)	Apreciada em 14.5.97
91/97	428/97	Luiz Felipe de Seixas Corrêa	Embaixador do Brasil junto à República Argentina.	Apreciada em 7.5.97
92/97	429/97	Carlos Moreira Garcia	Embaixador do Brasil junto ao Reino da Espanha.	Apreciada em 14.5.97

¹ As Mensagens de nºs 125 e 129/97 foram apresentadas durante a 5ª Sessão Legislativa Extraordinária, realizada no período de 1º a 25.7.97.

Mensagem SF	Nº PR	Nome	Cargo	Resultado
93/97	461/97	Affonso Celso de Ouro-Preto	Embaixador do Brasil junto à República da Croácia. (cumulativamente)	Apreciada em 16.7.97
99/97	509/97	Marcos Castrioto de Azambuja	Embaixador do Brasil junto à República Francesa.	Apreciada em 3.6.97
102/97	597/97	Carlos Moreira Garcia	Embaixador do Brasil junto ao Principado de Andorra. (cumulativamente)	Apreciada em 16.7.97
103/97	616/97	Geraldo Brindeiro	Procurador-Geral da República (recondução).	Aprovada em 18.6.97
107/97	648/97	João Felipe Sampaio de Lacerda Júnior	Ministro do Superior Tribunal Militar.	Aprovada em 25.6.97
117/97	732/97	Carlos Alberto Leite Barbosa	Embaixador Chefe da Missão do Brasil junto à Organização dos Estados Americanos.	Apreciada em 16.7.97
125/97	759/97	Bassul Athuil Netto	Embaixador do Brasil junto à República do Cameroun.	Apreciada em 13.8.97
129/97	812/97	Luciano Ozorio Rosa	Embaixador do Brasil junto à República da Hungria.	Apreciada em 13.8.97
136/97	866/97	Gustavo Henrique de Barroso Franco	Presidente do Banco Central do Brasil.	Aprovada em 12.8.97
141/97	934/97	Demosthenes Madureira de Pinho Neto	Diretor do Banco Central do Brasil.	Aprovada em 2.9.97
142/97	935/97	Sérgio Darcy da Silva Alves	Diretor do Banco Central do Brasil.	Aprovada em 2.9.97
152/97	979/97	Oto Agripino Maia	Embaixador do Brasil junto ao Reino do Lesoto. (cumulativamente)	Apreciada em 9.12.97
171/97	1.132/97	Renato Navarro Guerreiro	Presidente do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações	Aprovada em 22.10.97
172/97	1.133/97	Luiz Francisco Tenório Perrone	Conselheiro da Agência Nacional de Telecomunicações.	Aprovada em 22.10.97
173/97	1.134/97	José Leite Pereira Filho	Conselheiro da Agência Nacional de Telecomunicações.	Aprovada em 22.10.97

Mensagem SF	Nº PR	Nome	Cargo	Resultado
174/97	1.135/97	Mário Leonel Neto	Conselheiro da Agência Nacional de Telecomunicações.	Aprovada em 22.10.97
175/97	1.136/97	Antonio Carlos Valente da Silva	Conselheiro da Agência Nacional de Telecomunicações.	Aprovada em 22.10.97
178/97	1.225/97	Helder Martins de Moraes	Embaixador do Brasil junto à República de Moçambique e, cumulativamente, junto às Repúblicas de Seychelles, Tanzânia, Madagascar e Reino da Suazilândia.	Apreciada em 9.12.97
179/97	1.236/97	Bernardo Pericás Neto	Embaixador do Brasil junto à República do Paraguai.	Apreciada em 9.12.97
185/97	1.323/97	Guilherme Fausto da Cunha Bastos	Embaixador do Brasil junto à República Árabe da Síria.	Apreciada em 9.12.97
189/97	1.365/97	Germano Arnoldi Pedrozo	Ministro do Superior Tribunal Militar.	Aprovada em 10.12.97
209/97	1.448/97	Jaconias de Aguiar	Para compor a primeira Diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.	Aprovada em 10.12.97
210/97	1.449/97	Luciano Pacheco Santos	Para compor a primeira Diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.	Aprovada em 10.12.97
211/97	1.472/97	Márcio Paulo de Oliveira Dias	Embaixador do Brasil junto ao Reino da Bélgica.	Apreciada em 10.12.97

F.11 - Corregedoria do Senado Federal

Nos termos da Resolução nº 17, de 17.03.93, do Senado Federal, foram eleitos, na sessão ordinária de 2.4.97, Corregedor e Corregedores Substitutos, os seguintes Senadores:

- Romeu Tuma: (58 votos) - Corregedor
- Ramez Tebet: (58 votos) - 1º Corregedor Substituto;
- Joel de Hollanda: (62 votos) - 2º Corregedor Substituto;
- Lúcio Alcântara: (65 votos) - 3º Corregedor Substituto.

Histórico de matérias recebidas pela Corregedoria

Documento	Origem/Data	Assunto	Resultado
¹ Div. 52/95 (Of. nº 622/95 da Câmara dos Deputados)	Recebido na SGM em 3.4.95	Matéria publicada no jornal da Semana (Goiânia), de autoria do Jornalista Luiz Carlos Bordoni, sob o título "Congresso dos 600 ladrões".	Aguardando Relatório

F.12 - Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

Em obediência ao disposto no art. 23 da Resolução nº 20, de 1993, foram eleitos, em 19.4.95, 14:30 horas, com 59 votos favoráveis e um contra, os seguintes Senadores:

¹ Não foi feito histórico no Relatório anterior.

Composição		
Titulares		Suplentes
	PMDB	
²Casildo Maldaner - Presidente		Onofre Quinan
Ramez Tebet		Gerson Camata
Nabor Júnior		Flaviano Melo
Ney Suassuna		Coutinho Jorge
	PFL	
Élcio Alvares		José Agripino
Francelino Pereira		Carlos Patrocínio
Waldeck Ornelas		Vilson Kleinübing
³José Alves - Vice-Presidente		José Bianco
	PSDB	
Lúcio Alcântara		Jefferson Peres
Pedro Piva		José Ignácio Ferreira
	PPB(ex-PPR + ex-PP)	
Epitácio Cafeteira		Lucídio Portella
Osmar Dias		Antônio Carlos Valadares
	PTB	
Emília Fernandes		Arlindo Porto
	PT	
Marina Silva		Lauro Campos
	PDT	
Darcy Ribeiro		Sebastião Rocha

Sen. Romeu Tuma - Membro nato (art. 25 da Resolução nº 20/93).

F.13 - Procuradoria Parlamentar

A Presidência, nos termos da Resolução nº 40, de 1995, e de acordo com as indicações das Lideranças, designou, em 16.11.95, os Senadores abaixo relacionados, para comporem a Procuradoria Parlamentar:

² Eleito Presidente na reunião realizada pelo Conselho no dia 28.2.96.

³ Eleito Vice-Presidente na reunião realizada pelo Conselho no dia 28.2.96.

Composição

PMDB

Nabor Júnior

PFL

Waldeck Ornelas

PSDB

⁴José Ignácio Ferreira

PT

⁵Lauro Campos

PTB

Emília Fernandes

Histórico de matérias recebidas pela Procuradoria

Documento	Origem/Data	Assunto	Resultado
Of. Circular SF-452/96-SF	do Presidente do SF, em 8.4.96	Submete a apreciação dos membros da Procuradoria matérias veiculadas pela imprensa.	Em exame
Of. Circular SF Nº 205/97	do Presidente do SF, EM 3.3.97	Submete a apreciação dos membros da Procuradoria matéria veiculada pela imprensa.	Em exame

F.14 - Instituto de Previdência dos Congressistas - IPC

Em 2.4.97, foi realizada eleição para Presidente e Vice-Presidente do Instituto de Previdência dos Congressistas (art. 4º da Lei nº 7.087, de 1982, e parágrafo único do art. 5º do Regulamento Básico do IPC), tendo sido eleitos:

Senador Edison Lobão (55 votos)	-	Presidente
Deputada Simara Ellery (49 votos)	-	Vice-Presidente.

⁴ Designado em 23.11.95.

⁵ Designado em 23.11.95.

F.15 - Questões de Ordem e Solicitação de Providências

Leitura	Autor	Assunto	Resultado
22.04.97	Júnia Marise	Indaga à Mesa sobre a deliberação do Requerimento de urgência, de sua autoria, para que o Projeto de Resolução que visa submeter, à apreciação do Senado Federal, o edital de privatização da Companhia Vale do Rio Doce (PRS 104/96) seja incluído na pauta.	O Presidente considerou improcedente a Questão de Ordem, esclarecendo que o Requerimento da Senadora versava sobre o mesmo assunto de que tratou o RQS nº 144/97, no mesmo sentido, e rejeitado na sessão do dia 26.2.97.
22.04.97	José Eduardo Dutra	Argumenta, com referência à Questão de Ordem anterior, da Senadora Júnia Marise, que, nos termos dos arts. 60 e 67 da Constituição, combinados com o art. 341, do RISF, a matéria principal a que se referia o Requerimento de urgência da Senadora não foi apreciada; argumenta, ainda, que a Mesa decidiu, então, por analogia, quando da indagação feita pela Senadora sobre o requerimento que pretendia apresentar sobre o mesmo projeto, não o acatando, o que não caberia no caso, uma vez que o Regimento Interno não é omissivo.	<p>A Presidência, agora exercida pelo Senador Antonio Carlos Magalhães, resolveu manter o entendimento esposado pelo nobre Senador Geraldo Melo, que presidia a sessão, encaminhando, entretanto, a questão à douta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, como lhe faculta o art. 408 da Lei Interna.</p> <p>O Senador José Eduardo Dutra recorreu da decisão da Presidência, para o Plenário.</p> <p>Aprovada a decisão da Mesa pelo Plenário, a matéria foi despachada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.</p>
25.04.97	José Eduardo Dutra	Quando da discussão da PEC nº 4/97, questionou a ausência do relator da matéria e a falta de quorum para que se fizesse a Ordem do Dia.	A Presidência considerou improcedente a Questão de Ordem, tendo em vista que há exigência de quorum apenas para a votação das matérias. No mais, o Regimento Interno dispõe da necessidade de 1/20 para a manutenção da sessão, e, em função do art. 304, do Regimento Interno, dá prosseguimento na discussão da matéria.

Leitura	Autor	Assunto	Resultado
28.04.97	Eduardo Suplicy	Com base nos arts. 403 e 404 do RISF, indaga sobre o critério para registro da presença dos Senadores na Casa, tendo em vista que o painel eletrônico não está em funcionamento desde a sessão deliberativa da última sexta-feira (25.4.97).	Com base no art. 38, do RISF, a Presidência esclarece que o comparecimento dos Senadores, quando o painel não estiver em funcionamento, é feito manual por um funcionário da Secretaria-Geral da Mesa..
06.05.97	José Eduardo Dutra	Baseado no art. 334, letra "a", do Regimento Interno, sugere que as matérias constantes dos itens 6 (PDS 31/97), 7 (PDS 32/97), 8 (PDS 33/97) e 9 (PRS 50/97), da Ordem do Dia da Sessão do dia 6.5.97, sejam considerados prejudicadas e levadas ao arquivo.	O Presidente Antonio Carlos Magalhães, baseado no § 6º do art. 6º da Lei nº 9.069, esclarece que não pode acatar a Questão de Ordem.
21.05.97	Antônio Carlos Valadares	Indaga sobre a oportunidade de apresentação de requerimento de adiamento da votação de matéria.	O Presidente Antonio Carlos Magalhães responde à questão baseado no art. 309, do Regimento Interno, que diz que o encaminhamento da votação é medida preparatória da votação.
24.09.97	Eduardo Suplicy	Sobre a aplicação do art. 383, "b", do Regimento Interno, acerca da nomeação de diretores do Banco Central do Brasil, cujas mensagens devem especificar o cargo para o qual estão sendo indicados.	O Presidente Antonio Carlos Magalhães esclarece que a sugestão do Senador será estudada
08.10.97	Ronaldo Cunha Lima	Indaga se é admissível, em segundo turno de discussão ou votação de proposta de emenda à Constituição, a apresentação de emenda ou destaque de expressão que mude substancialmente o texto aprovado em primeiro turno, com base nos arts. 60 §§ 4º e 5º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 314, II, 363, 372 e 403, do Regimento Interno.	Quanto ao destaque, a Mesa entende que é pertinente, pois não fere os arts. 312 e 314, II, do Regimento Interno - não há inversão do sentido. Quanto às emendas, são regidas pelo art. 363, também do Regimento Interno. Considera, então, improcedente a Questão de Ordem. O Senador Epitácio Cafeteira apresentou recurso da decisão da Mesa ao Plenário que, colocado em votação, foi rejeitado.

Leitura	Autor	Assunto	Resultado
23.11.97	Edison Lobão	Indaga sobre a possibilidade de reabrir-se o prazo para novas emendas ao PLC nº 118/84 (Código Civil).	O Presidente Antonio Carlos Magalhães esclarece que o prazo já foi reaberto para um período de 20 dias em 11.4.95.

1F.16 - Recursos

(art. 91, § 3º, do RISF)

Número	Leitura no Plenário	Autor	Finalidade
01/97	21.02.97	Lúdio Coelho e outros Senadores	No sentido de que seja submetido ao Plenário o Projeto de Lei do Senado nº 45, de 1996, de autoria da Senadora Marina Silva, que "acrescenta parágrafo ao art. 161 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, e dá outras providências".
Oral	22.04.97	José Eduardo Dutra	Sobre decisão da Mesa de encaminhar Requerimento de urgência da Senadora Júnia Marise, não acatado pela Presidência, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Recurso Indeferido
02/97	16.05.97	José Eduardo Dutra e outros Senadores	No sentido de que continue a tramitação do PDS 45, de 1995, que susta o Decreto nº 1.480, de 3 de maio de 1995, do Poder Executivo, que <i>dispõe sobre os procedimentos a serem adotados em casos de paralisações dos serviços públicos federais.</i>
03/97	22.05.97	Bello Parga e outros Senadores	No sentido de que o PLS 136, de 1995, que <i>dispõe sobre a participação dos trabalhadores na gestão das empresas e dá outras providências, seja apreciado pelo Plenário do Senado Federal.</i>
04/97	28.05.97	José Eduardo Dutra e outros Senadores	No sentido de que seja submetido ao Plenário o Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 1993 (nº 6.221/85, na Casa de origem), que <i>estabelece medidas preventivas de proteção ao trabalho dos tripulantes de aeronaves de serviços agrícolas.</i>

¹ O Recurso nº 05 foi apresentado durante a 5ª Sessão Legislativa Extraordinária da 50ª Legislatura, realizada no período de 1º a 25.7.97.

Número	Leitura no Plenário	Autor	Finalidade
06/97	06.10.97	Bernardo Cabral e outros Senadores	No sentido de que seja submetido ao Plenário o Projeto de Lei do Senado nº 235, de 1995, de autoria da Senadora Benedita da Silva, que <i>dispõe sobre o crime de assédio sexual e dá outras providências.</i>
07/97	09.09.97	Josaphat Marinho	No sentido de que seja submetido ao Plenário o Projeto de Lei do Senado nº 257, de 1996, de autoria do Senador Roberto Requião, que <i>dispõe sobre o direito de resposta.</i>
08/97	06.10.97	Gilberto Miranda	No sentido de que seja submetido ao Plenário o Projeto de Lei do Senado nº 246, de 1996, de autoria do Senador Gilberto Miranda, que <i>dispõe sobre a conciliação, mediação e arbitragem nos dissídios individuais de natureza trabalhista e dá outras providências.</i>
Oral	08.10.97	Epitácio Cafeteira	Sobre decisão da Mesa de permitir, em 2º turno de discussão e votação da PEC nº 33/96, a apresentação de emenda ou destaque de expressão que muda substancialmente o texto aprovado em 1º turno. Rejeitado pelo Plenário
09/97	02.12.97	José Eduardo Dutra e outros Senadores	No sentido de que seja submetido ao Plenário o Projeto de Lei do Senado nº 216, de 1997, de autoria do Senador José Serra, que <i>dispõe sobre o Título de Participação em Receita de Serviço Público Concedido (TPR) e dá outras providências.</i>

F.17 -Ofícios do Presidente do Supremo Tribunal Federal (CF.,art. 53, § 1º)

h.17.1) de sessões legislativas anteriores:

¹ Of. S/121/93 (1.017/93) de 08 de outubro, de 1993, do Presidente do Supremo Tribunal Federal	Despachado à CCJ em 15.10.93
Of. S/174/93 (1.214/93) de 13 de dezembro, de 1993, do Presidente do Supremo Tribunal Federal	Despachado à CCJ em 15.12.93
Of. S/48/94 (389/94) de 5 de maio, de 1994, do Presidente do Supremo Tribunal Federal	Depachado à CCJ, em 11.5.94
Of. S/70/94 (1.068/94) de 22 de setembro, de 1994, do Presidente do Supremo Tribunal Federal	Despachado à CCJ, em 22.9.94
Of. S/77/94 (1.290/94) de 10 de novembro, de 1994, do Presidente do Supremo Tribunal Federal	Despachado à CCJ, em 21.11.94
Of. S/10/95 (224/95) de 17 de março, de 1995, do Presidente do Supremo Tribunal Federal	Despachado à CCJ, em 21.3.95
Of. S/13/95 (326/95) de 7 de abril, de 1995, do Presidente do Supremo Tribunal Federal	Despachado à CCJ, em 11.4.95
Of. S/17/95 (411/95) de 4 de maio de 1995, do Presidente do Supremo Tribunal Federal	Despachado à CCJ, em 9.5.95
Of. S/20/95 (435/95) de 10 de maio de 1995, do Presidente do Supremo Tribunal Federal	Despachado à CCJ, em 12.5.95
Of. S/16/95 (350/95) do Presidente do Supremo	Despachado à CCJ, em 24.5.95

¹ Omitido nos Relatórios anteriores.

Tribunal Federal	
Of. S/21/95 (906/95) do Presidente do Supremo Tribunal Federal	Despachado à CCJ, em 24.4.95
Of. S/22/95 (455/95) do Presidente do Supremo Tribunal Federal	Despachado à CCJ, em 24.5.95
Of. S/23/95 (448/95) do Presidente do Supremo Tribunal Federal	Despachado à CCJ, em 24.5.95
Of. S/24/95 (456/95) do Presidente do Supremo Tribunal Federal	Despachado à CCJ, em 24.5.95
Of. S/32/95 (520/95) do Presidente do Supremo Tribunal Federal	Arquivado em 24.11.97
Of. S/39/95 (661/95) do Presidente do Supremo Tribunal Federal	Arquivado em 24.11.97

h.17.2) da presente sessão legislativa

Of. S/14/97 (536/96) do Presidente do Supremo Tribunal Federal	Despachado à CCJ, em 31.1.97
Of. S/15/97 (848/95) do Presidente do Supremo Tribunal Federal	Despachado à CCJ, em 31.1.97
Of. S/16/97 (849/95) do Presidente do Supremo Tribunal Federal	Despachado à CCJ, em 31.1.97

Of. S/17/97 (896/95) do Presidente do Supremo Tribunal Federal	Despachado à CCJ, em 31.1.97
Of. S/18/97 (934/95) do Presidente do Supremo Tribunal Federal	Despachado à CCJ, em 31.1.97
Of. S/19/97 (1.081/95) do Presidente do Supremo Tribunal Federal	Despachado à CCJ, em 31.1.97
Of. S/20/97 (1.092/95) do Presidente do Supremo Tribunal Federal	Despachado à CCJ, em 31.1.97
Of. S/21/97 (309/96) do Presidente do Supremo Tribunal Federal	Despachado à CCJ, em 31.1.97

F.18 - Diversos

h.18.1 - de sessões legislativas anteriores

Nº	Leitura	Referência	Assunto	Situação atual
3/96	10.1.96	Ofício nº 557/95, do Banco da Amazônia S.A.	Encaminha, nos termos do art. 20, § 4º, da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, o balanço do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, referente ao primeiro semestre de 1995.	Despachado à CFC
13/96		Ofício nº 32, de 2.2.96 do Presidente do Senado Federal	Representação ao Procurador-Geral da República contra o Tenente-Brigadeiro Ivan Moacyr Frota.	Arquivado em 22.8.96
14/96	8.2.96	Of. nº 5/96, de 23.1. do Presidente do Grupo Brasileiro da Associação Interparlamentar de Turismo, Senador Carlos Wilson	Encaminha o relatório sobre o encontro da delegação brasileira com o Procurador da República em Milão - Itália, Dr. Francesco Severio Borrelli, realizado em 24.10.95, com o objetivo de conhecer o trabalho desenvolvido na chamada operação "Mãos Limpas".	Arquivado em 29.2.96
18/96	4.3.96	Aviso nº 143, de 1996, de 28.2, do Presidente do TCU	Encaminha o Relatório das Atividades do Tribunal de Contas da União, referente ao 4º trimestre de 1995.	Despacho à CFC
27/96	27.3.96	Aviso nº 98/96, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 121/96, adotada por aquela Corte de Contas na sessão extraordinária do Plenário de 21 de março de 1996, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam.	Despacho à CCJ e CFC
28/96	2.4.96	Ofício nº 220/96 do Procurador Geral da República	Encaminha cópia do Ofício nº 233/95, do Coordenador da 7ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, enviando recomendação subscrita pelo Procurador da República, proferida nos autos do Processo nº 08100.003898/93-79, contendo pleito no sentido de que sejam cumpridas as normas constitucionais e legais que propiciam o acesso ao trabalho e cargos públicos, às pessoas portadoras de deficiência.	Despacho à CAS
29/96	3.4.96	Ofício nº 793/96, do Presidente do BACEN	Informa que determinou que as competências e atribuições ditadas pela legislação, pelos Regimento Interno e Manual de Administração do BACEN, concernente aos assuntos de Fiscalização, de	Despacho à CAE

Nº	Leitura	Referência	Assunto	Situação atual
			Normas e Organização do Sistema Financeiro e de Política Monetária, passem a ser exercidas, respectivamente, pelos Diretores Cláudio Ness Mauch, Alkimar Ribeiro Moura e Francisco de Pádua Lopes, e permanecerem inalteradas as competências e atribuições dos demais Diretores e que o Dr. Francisco Lopes responderá, cumulativamente, pelos assuntos de Política Econômica.	
35/96	18.4.96	Aviso nº 307/96, do Presidente do TCU	Encaminha o Relatório das Atividades do Tribunal, referente ao exercício de 1995.	Despacho à CFC
37/96	24.4.96	Ofício nº 1.598/96, do Presidente do TSE	Encaminha o Ofício nº 701/96, do Presidente da Câmara Municipal de Andradi- na, São Paulo, solicitando a revogação da Lei nº 9.100, de 1995, no que diz respeito à exigência de documento de identidade com foto, além do título de eleitor, no momento da votação.	Despacho à CCJ.
39/96	6.5.96	Ofício nº 422/96, do Procurador-Geral de Justiça do Estado do Pará	Remete cópias de peças informativas dos inquéritos policiais militar e civil sobre os fatos ocorridos nas proximidades de Eldorado dos Carajás e informa que autorizou o deslocamento, para aquela área, dos Promotores de Justiça de Marabá e Curionópolis, e que designou Procurador e Promotores para acompanhar os mencionados inquéritos policiais.	Anexado ao Reque- rimento nº 365/96. Despacho à CCJ
43/96	20.5.96	Ofício nº 462, do Presidente da Câmara dos Deputados	Encaminha o relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada naquela Casa, destinada a investigar a ocorrência de possíveis irregularidades na fabricação de medicamentos.	Despacho à CFC
47/96	27.5.96	Aviso nº 221/96, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 287/96, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam e, ainda, cópia do inteiro-teor do Relatório de Auditoria Operacional referente à Fase Complementar realizada no Ministério da Previdência e Assistência Social no INSS e na DATAPREV.	Despacho à CAE e CFC
51/96	5.6.96	Ofício nº 253/96, do Juiz Federal da 3ª Vara/MT	Encaminha manifestações do Procurador Regional da República, Moacir Mendes Sousa, e as decisões da Justiça Federal proferidas nos autos da Ação de	Despacho à CAS

Nº	Leitura	Referência	Assunto	Situação atual
			Reintegração de Posse nº 96.365-3, que a AJC Agropecuária Ltda. move contra a FUNAI e a União.	
53/96	13.6.96	Expediente dos garimpeiros de Serra Pelada	Encaminha expediente contendo síntese histórica e cronológica daquele garimpo e, ainda, sugerindo a verificação da situação por parlamentares, com o propósito de que sejam apresentadas sugestões à Presidência da República visando a adoção de medidas que examinem a restrição da atividade garimpeira naquela região.	Arquivado em 12.6.97
58/96	27.6.96	Expediente recebido do Representante no Brasil da ONU para Agricultura e Alimentação-FAO	Comunica convocação para o <i>Word Food Summit</i> , a nível de Chefes de Estado ou Governos, a realizar-se em Roma, no período de 13 a 17.11.96, nos termos da Resolução da conferência da FAO, aprovada em sua 28ª Sessão.	Despacho à CRE
60/96	28.6.96	Expediente da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco	Encaminha cópia do Relatório final da CPI da Hemodiálise.	Despacho à CAS
61/96	1.7.96	Aviso nº 336, de 1996, do Presidente do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 380, de 1996, adotada pelo Tribunal de Contas da União, na Sessão Ordinária do Plenário de 26 de junho de 1996, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam.	Despacho à CFC
66/96	15.7.96	Referente ao Aviso nº 428/96, do Presidente do TCU	Encaminha cópia da lista específica remetida ao Ministério Público Eleitoral, para os fins previstos na alínea "g", do inciso I, do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, contendo os nomes dos responsáveis que tiveram suas contas julgadas irregulares pelo referido Tribunal, nos últimos cinco anos, nos termos do art. 91 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992.	Despacho à CFC
68/96	22.7.96	Aviso nº 756/96, do TCU	Comunica que aquela Corte, ao acolher o Relatório, Voto e Decisão contidos no processo TC - 001.058/95-9, decidiu propor ao Congresso Nacional a alteração das Leis nºs 6.435/77 e 8.020/90.	Despacho à CAS e CFC
75/96	14.8.96	Encaminhamento, por parte da Presidência do Senado,	Solicita seja realizada auditoria junto ao Banco Central do Brasil e à Secretaria do Tesouro acerca da aplicação das	Aguardando decisão do TCU

Nº	Leitura	Referência	Assunto	Situação atual
		ao TCU, do Reque- rimento nº 34/96/CAE.	reservas cambiais brasileiras.	
80/96	2.9.96	Ofício nº 756/96, do Presidente da Câ- mara dos Deputa- dos	Encaminha cópia do Relatório dos tra- balhos da Comissão Externa criada com a finalidade de apurar denúncias de vio- lação dos direitos humanos de brasilei- ros no Paraguai.	Despacho à CRE
84/96	30.9.96	Expediente recebi- do da Embaixada do Iraque	Encaminha convite do Presidente da Assembléia Nacional daquele País, para visita de uma delegação parlamentar brasileira, em data a ser definida.	Despacho à CRE
85/96	1º.10.96	Referente ao Aviso nº 533/96 - do Pre- sidente do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 610/96, adotada pelo referido Tribunal, na Ses- são Ordinária do Plenário de 25.9.96, bem como o respectivo Relatório e Voto que a fundamentam.	Despacho à CFC
86/96	1º.10.96	Referente ao Aviso nº 534/96 - do Pre- sidente do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 607/96, adotada pelo referido Tribunal, na Ses- são Ordinária do Plenário de 25.9.96, bem como os respectivos Relatório e Voto que a fundamentam.	Arquivado definiti- vamente em 15.10.96
87/96	8.10.96	Referente ao Aviso nº 467/96, do Pre- sidente do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 545/96, adotada pelo referido Tribunal, na Ses- são Ordinária do Plenário de 28 de agosto de 1996, bem como dos respec- tivos Relatório e Voto que a fundamen- tam, referente à auditoria operacional realizada na CODEVASP e DNOCS, sobre o Projeto Nordeste I.	Despacho à CFC
90/96	29.10.96	Proposta de Gover- nadores de Estado	Proposta de alteração do parágrafo úni- co do art. 14 e do art. 15 da Medida Pro- visória nº 1.490-14/96, que "Dispõe so- bre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades fe- derais, e dá outras providências".	Distribuído à Co- missão Especial criada em 29.10.96 e à CAE
91/96	29.10.96	Proposta de Gover- nadores de Estado	Dispõe sobre o refinanciamento, pela União, de dívidas internas das adminis- trações direta e indireta dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e dá outras providências.	Distribuído à Co- missão Especial criada em 29.10.96 e à CAE
92/96	29.10.96	Proposta de Gover- nadores de Estado	Estabelece hipóteses nos quais fica suspensa a concessão de medidas limi- nares e dá outras providências.	Distribuído à Co- missão Especial criada em 29.10.96 e à CCJ

Nº	Leitura	Referência	Assunto	Situação atual
93/96	29.10.96	Proposta de Governadores de Estado	Altera a Resolução nº 69, de 1995, do Senado Federal.	Distribuído à Comissão Especial criada em 29.10.96 e à CCJ
94/96	29.10.96	Proposta de Governadores de Estado	Altera o art. 33 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.	Distribuído à Comissão Especial criada em 20.10.96 e à CCJ
95/96	29.10.96	Proposta de Governadores de Estado	Altera o § 1º do art. 125 da Constituição.	Distribuído à Comissão Especial criada em 29.10.96 e à CCJ
96/96	29.10.96	Proposta de Governadores de Estado	Altera o art. 168 da Constituição.	Distribuído à Comissão Especial criada em 20.10.96 e à CCJ
98/96	1º.11.96	Of. nº 765/96, do Procurador-Geral da República	Encaminha cópia do relatório, acompanhada da documentação dos trabalhos de auditoria, com relação aos repasses de recursos federais (do extinto INAMPS) a diversos Municípios do Estado de São Paulo, por força de convênios de municipalização nos anos de 1992 a 1994.	Despacho à CFC
99/96	14.11.96	Aviso nº 604/96, do Presidente do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 716/96, sobre conflito de norma legal, adotada pelo referido Tribunal, na Sessão Ordinária do Plenário de 6 de novembro de 1996, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam.	Arquivado em 20.5.97
102/96	21.11.96	Of. nº 235/96, do Presidente do Conselho de Reforma do Estado	Encaminha cópia da Resolução nº 1 do Conselho, de 18 de outubro de 1996, contendo recomendações objetivando o descongestionamento de demandas no Poder Judiciário e à ampliação do acesso à Justiça, entregue em 14/11/96 aos excelentíssimos senhores Clóvis Carvalho, Chefe da Casa Civil e Sepúlveda Pertence, Presidente do Supremo Tribunal Federal.	Distribuído à CCJ
105/96	26.11.96	Ofício nº 7/96, do Presidente do Grupo Parlamentar Brasil-Argentina-	Comunica a composição da Comissão Diretora do referido Grupo.	Despacho à CRE

Nº	Leitura	Referência	Assunto	Situação atual	
Uruguai-Paraguai					
106/96	11.12.96	Aviso nº 1.477/96, do Presidente do TCU	Encaminha o Relatório das Atividades do referido Tribunal, referente ao exercício do terceiro trimestre do ano de 1996.	Arquivado 19.12.96	em
107/96	12.12.96	Aviso nº 686/96, do Presidente do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 806, de 1996, adotada pelo referido Tribunal, na Sessão Extraordinária-Reservada do Plenário de 4 de dezembro de 1996, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam.	Arquivado 19.12.96	em
108/96	18.12.96	Aviso nº 722/96, do Presidente do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 838/96, que aprovou a Decisão Normativa nº 14/96-TCU, adotada pelo referido Tribunal, na Sessão Extraordinária do Plenário de 12.12.96, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam.	Arquivado 8.4.97	em
109/96	18.12.96	Aviso nº 1.106/96, do Ministro da Fazenda	Encaminha, nos termos da Resolução nº 57, de 1995, do Senado Federal, o Ofício nº 3.329/96, do Banco Central do Brasil, contendo o relatório da execução do programa da emissão e colocação de títulos de responsabilidade da República Federativa do Brasil no mercado internacional.	Arquivado 20.12.96	em

¹h.18.2 - da presente sessão legislativa

Nº	Leitura	Referência	Assunto	Situação atual	
1/97	07.01.97	Of. nº 3.672/96, do BACEN	Encaminha dados relativos à dívida dos governos estaduais, municipais e do Distrito Federal, disponíveis naquele Órgão, tendo por base o mês de novembro de 1996.	Arquivado 8.1.97	em
2/97	15.01.97	Solicitação de Senadores	Designação dos Senadores Eduardo Suplicy, Marina Silva, Ademir Andrade e Sebastião Rocha para verificarem, <i>in loco</i> , o ocorrido em Ourilândia do Norte, no Pará, no dia 14 de janeiro de 1997.	Designados 15.1.97 Apresentado Relatório da missão pelo Sen. Eduardo Suplicy (DSF de 24.1.97, pgs. 3.040	em

¹ Os Diversos nºs 33 a 39/97 foram apresentados durante a 5ª Sessão Legislativa Extraordinária, realizada no período de 1º a 25.7.97.

Nº	Leitura	Referência	Assunto	Situação atual	
				a 3.043.	
3/97	20.01.97	Of. nº 25/97, do BACEN	Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do artigo 20, § 4º, da Lei nº 7.827, de 1989, as Demonstrações Contábeis de 30 de junho de 1996, devidamente auditadas, do Fundo constitucional de Financiamento do Centro-Este - FCO.	Arquivado 24.1.97	em
4/97	22.01.97	Of. nº 143/97, do BACEN	Encaminha ao Senado a relação das operações de Antecipação de Receita Orçamentária (ARO) analisadas no mês de dezembro de 1996, e comunicando o indeferimento de uma operação da espécie no referido período.	Arquivado 6.10.97	em
5/97	29.01.97	Of. nº 217/97, do BACEN	Encaminha dados referentes à dívida dos governos estaduais, municipais e do Distrito Federal, disponíveis naquele Órgão, tendo por base o mês de dezembro de 1996.	Arquivado 30.1.97	em
6/97		Denúncia do Sr. Antônio Pereira Reis	Denúncia por crime de responsabilidade contra o Ministro do Supremo Tribunal Federal Marco Aurélio Mendes de Farias de Mello.	Arquivado, conforme decisão da Mesa Diretora em sua 2ª Reunião no dia 23.1.97	
7/97	04.02.97	Atas das 1ª e 2ª Reuniões Preparatórias da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 50ª Legislatura (DSF de 5.2.97)	Eleição dos Membros da Mesa do Senado Federal, para o biênio 1997/1998.	Arquivado 5.2.97	em
8/97	18.02.97	Notas taquigráficas, com fala da Presidência designando para o dia 19.2.97, sessão Especial	Sessão Especial destinada a reverenciar a memória do Senador Darcy Ribeiro.	Arquivado 28.2.97	em
9/97	24.02.97	Of. nº 378/97, do BACEN	Encaminha ao Senado relação das operações de Antecipação da Receita Orçamentária (ARO) analisadas no mês de janeiro de 1997.	Arquivado 6.10.97	em
10/97	28.02.97	Of. nº 431/97, do BACEN	Encaminha dados referentes à dívida dos governos estaduais, municipais e do Distrito Federal, disponíveis naquele Órgão, tendo por base o mês de janeiro de 1997.	Arquivado 28.2.97	em

Nº	Leitura	Referência	Assunto	Situação atual
11/97		Of. nº 29, do IPC	Eleição do Presidente e Vice-Presidente do Instituto de Previdência dos Congressistas - IPC, para o biênio 1997/1998.	Eleito, em 2.4.97, para Presidente o Senador Edison Lobão, e para Vice-Presidente a Deputada Simara Ellery
12/97	12.03.97	Aviso nº 199/97, do TCU	Encaminha o Relatório das atividades do Tribunal de Contas da União, referente ao 4º trimestre de 1996.	Arquivado em 8.4.97
13/97	Protocoliza em 11.3.97	Solicitação do Senador Eduardo Suplicy, publicada no DSF de 21.2.97, pág. 4170, em Questão de Ordem	Nomeação do Sr. Júlio César Gomes dos Santos, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura - FAO.	Arquivado conforme Decisão da Mesa em 20.3.97 Ata nº 6/97.
14/97	Protocoliza em 12.3.97	Of. nº 67, do Presidente do Senado Federal	Notícia crime formulada pelo Presidente do Senado Federal ao Procurador-Geral da República contra o Banco Votorantim S.A. - Votorantim Corretora de Valores e Câmbio S/A, por haver contratado firmas para interferir de forma obstrutiva e paralisante nos trabalhos da CPI dos Títulos Públicos.	Aguardando despacho
15/97	14.03.97	Aviso nº 43/97, do Ministro das Comunicações	Encaminha, em cumprimento ao disposto no § 2º do art. 4º da Lei nº 8.977, de 6 de janeiro de 1995, novos textos da regulamentação do Serviço de TV a Cabo, elaborados por aquele Ministério, para audiência e parecer do Conselho de Comunicação Social.	Despachado à CE
16/97	24.03.97	Ofício nº 1/97, do Presidente da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura	Encaminha correspondência recebida da Comissão de Minas do Senado da República do Chile, referente a convite formulado para a participação de Delegação desta Casa na Conferência das Comissões de Minas e Energia dos Parlaentos da América Latina, a realizar-se na cidade de Santiago do Chile, nos dias 4 a 6.6.97.	Prejudicado (art. 334, "a", do RISF)
17/97	31.3.97	Ofício nº 728/97, do Banco Central do Brasil	Encaminha, ao Senado, relação das Operações de Antecipação de Receita Orçamentária (ARO) analisadas no mês de fevereiro de 1997. Informa, ainda, que no referido período houve o indeferimento de uma operação da espécie.	Arquivado em 6.10.97

Nº	Leitura	Referência	Assunto	Situação atual
18/97	8.4.97	Relatório recebido do Senador Carlos Wilson, Presidente da Associação Parlamentar de Turismo	Sobre a participação da Delegação Brasileira do Grupo Brasileiro da Associação Interparlamentar de Turismo nos encontros programados pela Embaixada da República da Indonésia, atendendo convite daquele País, realizados em Jakarta, Bali e Timor Leste, entre os dias 11 e 18.12.96, que teve como representante do Senado Federal o Senador Antonio Carlos Valadares.	Arquivado em 8.4.97
19/97	11.4.97	Av. nº 176/95, do Presidente do TCU	Encaminha, ao Senado Federal, cópia da Decisão 179, de 1995, adotada pelo TCU na Sessão Ordinária do Plenário de 21.6.95, bem como dos respectivos relatório e voto que a fundamentam (TC 003.064/93-0).	Despachado à CRE, CFC e em cópia à CMPOPF
20/97	17.4.97	Aviso nº 291/97, do TCU	Encaminha ao Senado Federal, relatório das atividades do TCU, referente ao exercício de 1996.	Arquivado em 22.4.97
21/97	17.4.97	Aviso nº 167/97, do Presidente do TCU	Encaminha cópia do acórdão nº 63/97, aprovado pelo referido Tribunal na Sessão Ordinária do Plenário de 9.4.97, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, atendendo à solicitação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a apurar irregularidades da TV Jovem Pan Ltda.	Despachado, em cópia, à Comissão de Fiscalização e Controle, para ser anexado ao processado do Requerimento nº 1/93-CN.
22/97	23.4.97	Aviso nº 60/97, do Ministro de Estado do Trabalho	Comunica a realização em Genebra, Suíça, da 85ª Reunião da Conferência Internacional do Trabalho, no período de 3 a 19 de junho de 1997, e consulta sobre o interesse desta Casa em indicar representantes para participar do referido evento, na condição de Observador Parlamentar, integrando a Delegação Oficial do Brasil, com ênus para o Senado Federal.	Aprovado Designado o Senador Valmir Campelo para representar o Senado no evento Referendado pela Mesa em sua 8ª Reunião, realizada no dia 5.6.97 (RQS 136/97-M)
23/97	24.4.97	Aviso nº 204/97, do Presidente do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 188, de 1997, adotada pelo referido Tribunal, na Sessão Ordinária do Plenário de 16 de abril de 1997, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente à Auditoria Operacional realizada no Sistema de Telecomunicações Brasileiro.	Despachado à CFC

Nº	Leitura	Referência	Assunto	Situação atual
24/97	28.4.97	Ofício nº 1.096/97, do Banco Central	Encaminha ao Senado a relação das operações de Antecipação de Receita Orçamentária (ARO) analisadas no mês de março de 1997.	Arquivado em 6.10.97
25/97	13.5.97	Ofício nº 492/97, do Banco do Nordeste	Encaminha, nos termos do art. 20, § 4º, da Lei nº 7.827, de 27.9.89, as Demonstrações Contábeis do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), administrado por aquele Órgão, com posição em 31.12.96.	Despachado, cópia, À CFC em
26/97	14.5.97	Ofício nº 371/97, do Presidente da Câmara dos Deputados	Encaminha ao Senado Federal, para conhecimento e providências cabíveis, cópia do Relatório Final da Comissão Externa destinada a averiguar "in loco" a situação de conflitos de terra da Região do Pontal do Paranapanema, no Estado de São Paulo.	Arquivado em 14.5.97
27/97	16.5.97	Aviso nº 288/97, do Presidente do Tribunal de Contas da União	Encaminha cópia da Decisão nº 262/97, adotada pelo referido Tribunal, na Sessão Ordinária do Plenário de 14.5.97, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente à auditoria realizada no Centro de Pesquisa e Desenvolvimento da TELEBRAS, em atendimento à solicitação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada através do REQ nº 493/91-CN, destinada a investigar as causas e as dimensões do atraso tecnológico nos processos produtivos da indústria brasileira, bem como nos processos de pesquisa e instituições de ensino e pesquisa do Brasil.	Despachado, cópia, à CFC em
28/97	21.5.97	Aviso nº 176/97, do Ministro de Estado da Agricultura e do Abastecimento	Manifesta interesse de que representante desta Casa participe da 65ª Sessão Geral Anual do Comitê Internacional do Escritório Internacional de Epizootias, que será realizada em Paris, no período de 26 a 30 do corrente, ocasião em que será pleiteado o reconhecimento dos Estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul como zonas livres de febre aftosa com vacinação, permitindo, desta forma, que o Brasil concorra, em melhores condições, nos mercados internacionais de carne.	Aprovado Designado o Senador Osmar Dias para representar o Senado no evento Referendado pela Mesa em sua 8ª Reunião, realizada em 5.6.97 (RQS 124/97-M. Em 2.6.97, o Senador, em seu pronunciamento, apresentou Relatório de

Nº	Leitura	Referência	Assunto	Situação atual
				sua participação no evento
29/97	27.5.97	Ofício nº 1.454/97, do Banco Central do Brasil	Encaminha ao Senado Federal relação das operações de Antecipação de Receita Orçamentária (ARO) autorizadas no mês de abril de 1997.	Arquivado em 6.10.97
30/97	4.6.97	Aviso nº 498/97, do Presidente do Tribunal de Contas da União	Encaminha o Relatório das Atividades do referido Tribunal, referente ao exercício do primeiro trimestre de 1997.	Despachado à CFC
31/97	5.6.97	Of. nº 1.558/97, do Banco Central do Brasil	Encaminha dados referentes à dívida dos governos estaduais, municipais e do Distrito Federal, disponíveis naquele Órgão, tendo por base o mês de abril de 1997.	Arquivado em 6.6.97
32/97	25.6.97	Of. nº 1.774/97, do Banco Central do Brasil	Encaminha dados referentes à dívida dos governos estaduais, municipais e do Distrito Federal, disponíveis naquele Órgão, tendo por base o mês de maio de 1997.	Arquivado em 26.6.97
33/97	7.7.97	Of. nº 2.329/97/GP, do Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina	Encaminha ao Senado Federal relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito, constituída naquela instituição, destinada a apurar possíveis irregularidades na criação, emissão, lançamento e colocação das Letras Financeiras do Tesouro do Estado e da aplicação dos recursos advindos de sua venda.	Arquivado em 3.12.97
35/97	1.7.97	Aviso nº 510/97, do Ministro de Estado da Fazenda	Encaminha expediente do Presidente do Banco Central em resposta a comunicação do Presidente do Senado Federal acerca do encaminhamento de pleitos de emissão de títulos públicos, por Estados e Municípios, com proximidade de data de vencimento de títulos a serem refinanciados, tomando ínfimo o prazo par apreciação das matérias pelo Senado Federal.	Transformado no PRS nº 101/97 (Parecer nº 410/97)
36/97	8.7.97	Of. nº 63/97, da Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais	Encaminha, nos termos do art. 3º, § 2º, da Resolução nº 60, de 1997, do Senado Federal, documentação relativa ao leilão de Letras Financeiras do Tesouro de Minas Gerais - LFT/MG, para substituição dos títulos vencidos em 1.7.97.	Arquivado em 11.7.97

Nº	Leitura	Referência	Assunto	Situação atual
37/97	9.7.97	Expediente do Presidente do Parlamento Latino-Americano	Encaminha a Ata Final da XIII Conferência Interparlamentar União Européia/América Latina, realizada na Cidade de Caracas - Venezuela, durante o período de 19 a 22 de maio de 1997.	Despachado à CRE
38/97	17.7.97	Ofício nº 2.026/97, do BACEN	Encaminha ao Senado relação das operações de Antecipação da Receita Orçamentária (ARO) analisadas nos meses de maio e junho de 1997.	Arquivado em 6.10.97
39/97		Aviso nº 404/97, do Tribunal de Contas da União	Encaminha cópia da Decisão nº 401, de 1997, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, adotada por aquele Tribunal, em resposta ao Requerimento nº 1.426, de 1995, do Senador Pedro Simon.	Despachado à CFC
40/97	5.8.97	Aviso nº 908/97, do Tribunal de Contas da União	Encaminha Relatório das Atividades do Tribunal de Contas da União, relativo ao 1º trimestre de 1997.	Despachado à CFC
41/97	6.8.97	Aviso nº 476/97, do Tribunal de Contas da União	Encaminha cópia da Decisão nº 445/97, relativa ao procedimento licitatório orientado pelo Serviço Social do Comércio - Adm. Regional de Rondônia.	Aguardando resultado do TCU, na SGM
42/97	6.8.97	Aviso nº 461/97 do Tribunal de Contas da União	Encaminha cópia da Decisão nº 429/97, que conheceu da solicitação da Comissão Especial destinada a acompanhar <i>in loco</i> os atos, fatos e circunstâncias que envolvem a tragédia da Clínica Santa Genoveva no RJ.	Aguardando, na SGM, O resultado da auditoria do TCU
43/97	7.8.97	Aviso nº 41/97, do Ministro da Aeronáutica	Comunica que foram iniciadas as gestões necessárias à preparação, discussão, aprovação e assinatura dos contratos de financiamento do Sistema de Vigilância da Amazônia - SIVAM, e que, após tomadas as medidas administrativas pertinentes, os contratos de financiamento e comerciais, previstos nas Resoluções nºs 91, 93, 95, 96 e 97, de 1994, e 37, de 1996, entraram em vigor no dia 25 de julho de 1997.	Arquivado em 13.8.97
44/97	8.8.97	Ofício nº 2.361/97, do Banco Central do Brasil	Encaminhamento de dados referentes à dívida dos Governos Estaduais, Municipais e do Distrito Federal, disponíveis naquele Órgão, tendo por base o mês de junho do corrente ano.	Arquivado em 11.8.97

Nº	Leitura	Referência	Assunto	Situação atual
45/97	14.8.97	Ofício nº 2.478/97, do Banco Central do Brasil	Encaminhamento ao Senado de relação das operações de Antecipação da Receita Orçamentária - ARO analisadas no mês de julho de 1997.	Arquivado em 6.10.97
46/97	28.8.97	Aviso nº 794/97, do Ministro de Estado da Fazenda	Solicitando, ao Senado, o exame da possibilidade de excepcionalizar as operações de crédito autorizadas no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Administração Fiscal para os Estados Brasileiros (PNAFE) da apreciação prescrita nas Resoluções nºs 70, de 1995, e 12, de 1997, ambas do Senado, a fim de serem apreciadas por esta Casa em bloco, visando a agilização dos ajustes iniciados pelos Estados no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados.	Transformado no PRS nº 118/97 (Parecer nº 492/97, da CAE). Arquivado em 13.10.97
47/97		Of. nº 108/97, SF	Solicitação da CPI dos Títulos Públicos, criada pelo RQS 1.101/96, de manifestação da CAE, no que se refere aos procedimentos a serem adotados em relação a suspensão da negociação dos Títulos Públicos estaduais e municipais, no exercício de 1995 de 1996.	Despachado à CAE e CCJ
48/97	8.9.97	Aviso nº 1.648/97, do Presidente do TCU	Encaminha o Relatório das atividades do referido Tribunal, referente ao segundo trimestre de 1997.	Despachado à CFC
49/97	8.9.97	Aviso nº 558/97, do Presidente do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 561/97, adotada pelo referido Tribunal, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam referentes às Ações desenvolvidas na busca do aperfeiçoamento dos trabalhos de fiscalização da renúncia de receitas públicas federais.	Despachado à CFC
50/97	9.9.97	Of. nº 2.714/97, do BACEN	Encaminha dados referentes à dívida dos governos estaduais, municipais e do Distrito Federal, disponíveis naquele órgão, tendo por base o mês de julho de 1997.	Arquivado em 10.9.97
51/97	16.9.97	Of. nº 493/97, do Senador Carlos Bezerra	Solicita que se promova o "Seminário para a Consolidação das Ligações Rodoviárias Atlântico-Pacífico", no âmbito das atividades da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.	Despachado à CRE

Nº	Letura	Referência	Assunto	Situação atual
52/97	25.9.97	Of. nº 1.067/97, do Banco do Nordeste do Brasil S.A.	Encaminha ao Senado, nos termos do art. 20, § 4º, da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, as demonstrações contábeis do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), posição de 30/06/97.	Despachado, em cópia, à CFC
53/97	29.9.97	Aviso nº 578/97, do Presidente do TCU	Encaminha, para conhecimento, cópia da Decisão nº 625, de 1997, adotada pelo referido Tribunal, na Sessão Extraordinária-Reservada do Plenário de 17.9.97, bem como Relatório e Voto que a fundamentam, em atendimento ao disposto no art. 69 da Lei nº 9.473, de 1997 - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 1998 (TC nº 009.810/97-8).	Despachado à CFC
54/97	1.10.97	Aviso nº 622/97, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 639/97, adotada pelo Tribunal de Contas da União, bem como do Relatório e Voto que a fundamentam sobre o Processo TC nº 017.091/96-9, referente à fixação dos coeficientes a serem utilizados no cálculo para a distribuição dos recursos dos Fundos de Participação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.	Despachado à CFC
55/97	30.10.97	Ofício nº 1.318/97, do Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo.	Encaminha o Relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a apurar as conseqüências financeiras, para o Estado de São Paulo, em face dos incentivos fiscais concedidos pelos demais Estados membros da Federação em desacordo com as normas do Confaz.	Despachado à CAE
56/97	30.10.97	Ofício nº 707/97, do Banco do Brasil	Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do artigo 20, § 4º, da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, as Demonstrações Contábeis de 30 de junho de 1997, devidamente auditadas, do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO.	Despachado à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização e, em cópia, à CFC
57/97	14.11.97	Ofício nº 3.409/97, do Banco Central do Brasil	Encaminha ao Senado relação das operações de Antecipação de Receita Orçamentária (ARO) analisadas no mês de outubro de 1997.	Arquivado em 17.11.97
58/97	14.11.97	Ofício nº 3.414/97, do Banco Central do Brasil	Encaminha dados referentes à dívida dos governos estaduais, municipais e do Distrito Federal, disponíveis naquele Órgão, tendo por base o mês de agosto	Arquivado em 17.11.97

Nº	Leitura	Referência	Assunto	Situação atual
			de 1997.	
59/97	19.11.97	Presidente do Senado Federal	Comparecimento, ao Plenário do Senado Federal, dos Senhores Ministros de Estado da Fazenda, Pedro Malan, e do Planejamento e Orçamento, Antônio Kandir, no dia 22 de novembro de 1997, às 10:00 horas.	Arquivado em 8.12.97
60/97	23.11.97	Senador Pedro Simon	Indaga, pela ordem, à Presidência, sobre encontro do Presidente Fernando Henrique Cardoso com o Presidente da França, na fronteira do Brasil com a Guiana Francesa.	Despachado à CRE
61/97	01.12.97	Ofício nº 3.551/97, do Banco Central do Brasil	Encaminha dados referentes à dívida dos governos estaduais, municipais e do Distrito Federal, disponíveis naquele Órgão, tendo por base o mês de setembro de 1997.	Arquivado em 2.12.97
62/97	04.12.97	Aviso nº 1899/97, do Presidente do TCU	Encaminha o Relatório das Atividades daquela corte, referente ao 3º trimestre de 1997.	Despachado à CFC
63/97	05.12.97	Ofício nº 1.208/97, do Presidente da Câmara dos Deputados	Encaminha cópia do Relatório da Comissão Externa daquela Casa, criada para apurar denúncias de exploração e comercialização ilegal de plantas e material genético na Amazônia.	Despachado à Comissão Especial destinada a definir uma política para o desenvolvimento econômico e social da Amazônia

**V - COMISSÃO REPRESENTATIVA DO CONGRESSO
NACIONAL**

V - Comissão Representativa do Congresso Nacional

Composição

A Comissão Representativa do Congresso Nacional, nos termos do disposto do § 4º do art. 58 da Constituição Federal, eleita em suas Casas, para exercer seu mandato no período de 1º a 31 de julho de 1997, conforme comunicação da Presidência, ficou assim constituída:

Senadores

Titulares

Carlos Patrocínio
Joel de Hollanda

Marluce Pinto
Renan Calheiros

Geraldo Melo

Epitácio Cafeteira

José Eduardo Dutra

Suplentes

PFL

1. Júlio Campos
2. Hugo Napoleão

PMDB

1. Humberto Lucena
2. Mauro Miranda

PSDB

1. José Roberto Arruda

PPB

1. Lucídio Portella

BLOCO DE OPOSIÇÃO

1. Sebastião Rocha

Deputados

Titulares

Suplentes

PFL

Hugo Rodrigues da Cunha	1.Carlos Magno
Osório Adriano	2.Jairo Carneiro
Paes Landim	3.Vilmar Rocha

BLOCO (PMDB-PSD-PSL)

João Magalhães	1.Armando Abílio
Marçal Filho	2.Nair Xavier Lobo
Sandro Mabel	3.Oscar Andrade

PSDB

Arnaldo Madeira	1.Narcio Rodrigues
Marconi Perillo	2.Paulo Feijó
Marcus Vicente	3.Pauo Mourão

BLOCO (PT-PDT-PC do B)

Agnelo Queiroz	1.Paulo Bernardo
Chico Vigilante	
Sérgio Carneiro	

PPB

Benedito Domingos	1.João Ribeiro
Márcio Reinaldo Moreira	2.Osvaldo Reis
Wigberto Tartuce	3.Roberto Balestra

PTB

Rodrigues Palma	1.Chico da Princesa
-----------------	---------------------

Obs.: A Comissão não foi instalada.

VI - O CONGRESSO NACIONAL EM REUNIÃO CONJUNTA DE SUAS CASAS

A - SESSÕES REALIZADAS

Realizaram-se 24 sessões conjuntas, sendo 14 para tratar de matéria legislativa e 10 solenes.

As sessões solenes foram as seguintes:



- | | |
|----------|--|
| 17-02-97 | Instalação dos Trabalhos da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 50ª Legislatura. |
| 05-03-97 | Destinada a homenagear o Dia Internacional da Mulher. |
| 12-03-97 | Destinada a homenagear o Excelentíssimo Senhor Jacques Chirac, Presidente da República Francesa. |
| 09-04-97 | Destinada a prestar homenagem póstuma ao ex-Ministro Mário Henrique Simosen. |
| 13-05-97 | Destinada a comemorar o Sesquicentenário de nascimento de Antônio Frederico de Castro Alves. |
| 03-06-97 | Destinada a homenagear Sua Majestade o Imperador do Japão, Akihito. |
| 04-06-97 | Destinada à promulgação da Emenda Constitucional nº 16, de 1997. |
| 03-09-97 | Destinada a homenagear o Senhor Elias Hraoui, Presidente da República do Líbano. |
| 08-09-97 | Destinada a homenagear o Excelentíssimo Senhor Jorge Sampaio, Presidente da República Portuguesa. |
| 11-11-97 | Destinada a homenagear o Excelentíssimo Senhor Carlos Saul Menen, Presidente da República Argentina. |

**B - PARTICIPAÇÃO DOS SENHORES CONGRESSISTAS
NA DIREÇÃO DOS TRABALHOS NAS SESSÕES PLENÁRIAS**

SENADORES	Presidência	Secretaria
Antonio Carlos Magalhães	20	-
Carlos Patrocínio	1	6
Emilia Fernandes	1	-
Junia Marise	1	-
Marluce Pinto	1	-
Ronaldo Cunha Lima	-	1

DEPUTADOS	Presidência	Secretaria
Adroaldo Streck	-	1
Arlindo Vargas	-	1
Artur Virgílio	-	1
Benedito de Lira	-	1
Heráclito Fortes	9	-
Manoel Castro	-	1
Ubiratan Aguiar	1	4

C - MATÉRIA LEGISLATIVA

1 - Projetos de Lei

Da presente sessão legislativa

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
1/97-CN	123/97-CN (nº 261/97, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito especial até o limite de R\$ 191.513.000,00, para os fins que especifica.	Parecer Oral (DCN 14-3-97) Relator: Sen. Carlos Bezerra. Transformado na Lei nº 9.451, de 17-3-97 (DO 18-3-97)
2/97-CN	213/97-CN (nº 431/97, na origem)	Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para o exercício de 1998 e dá outras providências.	Parecer nº 4/97-CN (DCN 26-6-97) Relator: Dep. Sarney Filho. Transformado na Lei nº 9.473, de 22-7-97 (DO 23-7-97)
3/97-CN	270/97-CN (nº 534/97, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Secretaria de Assuntos Estratégicos, crédito suplementar no valor de R\$ 15.502.983,00, para os fins que especifica.	Parecer nº 5/97-CN (DCN 26-6-97) Relator: Sen. Carlos Bezerra. Transformado na Lei nº 9.464, de 30-6-97. (DO 1º-7-97)
4/97-CN	301/97-CN (nº 603/97, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, crédito especial até o limite de R\$ 33.862.500,00, para os fins que especifica.	Parecer nº 6/97-CN (DCN 26-6-97) Relator: Sen. Jonas Pinheiro. Transformado na Lei nº 9.463, de 27-6-97. (DO 30-6-97)

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
5/97-CN	309/97-CN (nº 607/97, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Encargos Financeiros da União - Recursos Sob Supervisão do Ministério da Fazenda, crédito especial até o limite de R\$ 103.340.000,00, para os fins que especifica.	Lida no Senado Federal, em 24.07.97 a Mensagem Presidencial nº 424/97-CN de retirada do projeto. No período da Convocação Extraordinária - (1º a 25-7-97)
6/97-CN	310/97-CN (nº 608/97, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Operações Oficiais de Crédito - Recursos Sob Supervisão do Ministério da Fazenda, crédito suplementar no valor de R\$ 3.860.000,00, para os fins que especifica.	Parecer nº 7/97-CN (DCN 26-6-97) Relator: Dep. Lídia Quinan. Transformado na Lei nº 9.485, de 1º-9-97. (DO 2-9-97)
7/97-CN	357/97-CN (nº 704/97, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Operações Oficiais de Crédito - Recursos Sob Supervisão do Ministério da Fazenda, crédito suplementar no valor de R\$ 621.948.858,00, para os fins que especifica.	Parecer nº 12/97-CN (DSF 22-8-97) Relator: Dep. Israel Pinheiro. Transformado na Lei nº 9.486, de 1º-9-97. (DO 2-9-97)
8/97-CN	392/97-CN (nº 754/97, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Estado-Maior das Forças Armadas, crédito especial até o limite de R\$ 401.492,00, para os fins que especifica.	Parecer nº 14/97-CN (DSF 27-8-97) Relator: Sen. José Bianco. Transformado na Lei nº 9.487, de 1º-9-97. (DO 2-9-97)
9/97-CN	393/97-CN (nº 755/97, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Ciência e Tecnologia, do Ministério dos Transportes e do Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, crédito especial até o limite de R\$ 10.623.202,00, para os fins que especifica.	Parecer nº 15/97-CN (DSF 5-9-97) Relator: Dep. Armando Abílio. Transformado na Lei nº 9.498, de 16-9-97. (DO 17-9-97)

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
10/97-CN	394/97-CN (nº 756/97, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça Eleitoral, crédito suplementar no valor de R\$ 3.115.162,00, para os fins que especifica.	Parecer nº 11/97-CN (DSF 22-8-97) Relator: Dep. José Rocha. Transformado na Lei nº 9.488, de 1º-9-97. (DO 2-9-97)
11/97-CN	416/97-CN (nº 817/97, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Educação e do Desporto, do Ministério da Previdência e Assistência Social, do Ministério do Trabalho e do Ministério da Cultura, crédito suplementar no valor global de R\$ 44.434.211,00, para os fins que especifica.	Parecer nº 16/97-CN (DSF 5-9-97) Relator: Dep. Basílio Villani. Transformado na Lei nº 9.499, de 16-9-97. (DO 17-9-97)
12/97-CN	417/97-CN (nº 818/97, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério dos Transportes, do Ministério de Minas e Energia e do Ministério da Ciência e Tecnologia, crédito suplementar no valor global de R\$ 105.373.700,00, para os fins que especifica.	Parecer nº 13/97-CN (DSF 22-8-97) Relator: Dep. Aníbal Gomes. Transformado na Lei nº 9.489, de 1º-9-97. (DO 2-9-97)
13/97-CN	418/97-CN (nº 819/97, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Marinha, crédito suplementar no valor de R\$ 17.115.000,00, para os fins que especifica.	Parecer nº 19/97-CN (DSF 5-9-97) Relator: Dep. Francisco Rodrigues. Transformado na Lei nº 9.500, de 16-9-97. (DO 17-9-97)
14/97-CN	425/97-CN (nº 830/97, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Encargos Financeiros da União - Recursos Sob Supervisão do Ministério da Fazenda e Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios - Recursos Sob Supervisão do Ministério da Fazenda, crédito especial até o limite de R\$ 104.240.000.000,00, para os fins que especifica.	Parecer nº 10/97-CN (DSF 22-8-97) Relator: Sen. Lúcio Alcântara. Transformado na Lei nº 9.490, de 1º-9-97. (DO 2-9-97)

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
15/97-CN	428/97-CN (nº 838/97, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Justiça, crédito suplementar no valor de R\$ 610.234,00, para os fins que especifica.	Parecer nº 25/97-CN (DSF 18-10-97) Relator: Dep. Barbosa Neto. Transformado na Lei nº 9.516, de 20-11-97. (DO 21-11-97)
16/97-CN	429/97-CN (nº 839/97, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Justiça, crédito especial até o limite de R\$ 2.600.000,00, para os fins que especifica.	Parecer nº 27/97-CN (DSF 22-10-97) Relator: Dep. Serafim Venzon. Transformado na Lei nº 9.508, de 18-11-97. (DO 19-11-97)
17/97-CN	430/97-CN (nº 840/97, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Educação e do Desporto, crédito especial até o limite de R\$ 331.118,00, para os fins que especifica.	Parecer nº 17/97-CN (DSF 5-9-97) Relator: Dep. João Fassarella. Transformado na Lei nº 9.501, de 16-9-97. (DO 17-9-97)
18/97-CN	441/97-CN (nº 862/97, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério de Minas e Energia, crédito suplementar no valor de R\$ 26.897.396,00, para os fins que especifica.	Parecer nº 20/97-CN (DSF 2-10-97) Relator: Dep. Paulo Gouvêa. Transformado na Lei nº 9.517, de 20-11-97. (DO 21-11-97)
19/97-CN	442/97-CN (nº 863/97, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos, crédito suplementar no valor global de R\$ 18.912.789,00, para os fins que especifica.	Parecer nº 28/97-CN (DSF 24-10-97) Relator: Dep. Alexandre Ceranto. Transformado na Lei nº 9.509, de 18-11-97. (DO 19-11-97)

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
20/97-CN	443/97-CN (nº 864/97, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito suplementar no valor de R\$ 4.120.720,00, para os fins que especifica.	Parecer nº 21/97-CN (DSF 2-10-97) Relator: Dep. Sérgio Miranda. Transformado na Lei nº 9.510, de 18-11-97. (DO 19-11-97)
21/97-CN	481/97-CN (nº 922/97, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça Eleitoral e da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, crédito especial até o limite global de R\$ 500.600,00, para os fins que especifica.	Parecer nº 22/97-CN (DSF 2-10-97) Relator: Dep. João Coser. Transformado na Lei nº 9.511, de 18-11-97. (DO 19-11-97)
22/97-CN	482/97-CN (nº 923/97, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor da Câmara dos Deputados, crédito suplementar no valor de R\$ 221.162.205,00, para os fins que especifica.	Parecer nº 18/97-CN (DSF 5-9-97) Relator: Dep. Genésio Bernardino. Transformado na Lei nº 9.502, de 16-9-97. (DO 17-9-97)
23/97-CN	483/97-CN (nº 924/97, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos Órgãos do Poder Judiciário, crédito suplementar no valor global de R\$ 14.161.896,00, para os fins que especifica.	Parecer nº 23/97-CN (DSF 2-10-97) Relator: Dep. Arnaldo Madeira. Transformado na Lei nº 9.518, de 20-11-97. (DO 21-11-97)
24/97-CN	484/97-CN (nº 925/97, na origem)	Abre ao Orçamento de Investimento, em favor do Centro de Pesquisas de Energia Elétrica - CEPEL, empresa do Sistema ELETROBRÁS, crédito especial no valor de R\$ 9.700.000,00, para os fins que especifica.	Parecer nº 24/97-CN (DSF 2-10-97) Relator: Dep. João Leão. Transformado na Lei nº 9.512, de 18-11-97. (DO 19-11-97)

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
25/97-CN	500/97-CN (nº 955/97, na origem)	Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1998.	Parecer nº 77/97-CN (DSF 11-12-97) Relator: Dep. Aracely de Paula. Transformado na Lei nº 9.598, de 30-12-97. (DO 31-12-97)
26/97-CN	504/97-CN (nº 963/97, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Fazenda, crédito especial até o limite de R\$ 3.034.520,00, para os fins que especifica.	Parecer nº 26/97-CN (DSF 11-10-97) Relator: Dep. Basílio Villani. Transformado na Lei nº 9.590, de 19-12-97. (DO 22-12-97)
27/97-CN	544/97-CN (nº 1.027/97, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Fazenda, crédito suplementar no valor de R\$ 2.442.484,00, para os fins que especifica.	Parecer nº 29/97-CN (DSF 20-11-97) Relator: Dep. Felipe Mendes. Transformado na Lei nº 9.561, de 18-12-97. (DO 19-12-97)
28/97-CN	547/97-CN (nº 1.045/97, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério das Comunicações, crédito especial até o limite de R\$ 245.062.821,00, para os fins que especifica.	Em tramitação.
29/97-CN	548/97-CN (nº 1.046/97, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério das Comunicações, crédito suplementar no valor de R\$ 104.235.950,00, para os fins que especifica.	Parecer nº 42/97-CN (DSF 28-11-97) Relator: Sen. Edison Lobão. Transformado na Lei nº 9.540, de 17-12-97. (DO 18-12-97)

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
30/97-CN	584/97-CN (nº 1.126/97, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo, crédito suplementar no valor de R\$ 3.000.000,00, para os fins que especifica.	Parecer nº 43/97-CN (DSF 27-11-97) Relator: Dep. Roberto Balestra. Transformado na Lei nº 9.522, de 2-12-97. (DO 3-12-97)
31/97-CN	585/97-CN (nº 1.127/97, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito especial até o limite de R\$ 6.600.000,00, para os fins que especifica.	Parecer nº 35/97-CN (DSF 27-11-97) Relator: Dep. Armando Abílio. Transformado na Lei nº 9.562, de 18-12-97. (DO 19-12-97)
32/97-CN	586/97-CN (nº 1.128/97, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito suplementar no valor de R\$ 41.357.623,00, para os fins que especifica.	Parecer nº 44/97-CN (DSF 27-11-97) Relator: Sen. Coutinho Jorge. Transformado na Lei nº 9.541, de 17-12-97. (DO 18-12-97)
33/97-CN	587/97-CN (nº 1.129/97, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Fazenda, crédito especial até o limite de R\$ 100.200.000,00, para os fins que especifica.	Parecer nº 45/97-CN (DSF 28-11-97) Relator: Sen. Carlos Bezerra. Transformado na Lei nº 9.563, de 18-12-97. (DO 19-12-97)
34/97-CN	608/97-CN (nº 1.189/97, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Agricultura e do Abastecimento e do Ministério da Fazenda, crédito especial até o limite de R\$ 4.407.770,00, para os fins que especifica.	Parecer nº 46/97-CN (DSF 27-11-97) Relator: Dep. Oswaldo Reis. Transformado na Lei nº 9.542, de 17-12-97. (DO 18-12-97)

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
35/97-CN	609/97-CN (nº 1.190/97, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Previdência e Assistência Social, crédito suplementar no valor de R\$ 4.935.000,00, para os fins que especifica.	Parecer nº 65/97-CN (DSF 9-12-97) Relator: Dep. Etevalda Grassi de Menezes. Transformado na Lei nº 9.579, de 19-12-97. (DO 22-12-97)
36/97-CN	610/97-CN (nº 1.191/97, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Planejamento e Orçamento, crédito suplementar no valor de R\$ 138.360,00, para os fins que especifica.	Parecer nº 36/97-CN (DSF 27-11-97) Relator: Dep. Gonzaga Patriota. Transformado na Lei nº 9.543, de 17-12-97. (DO 18-12-97)
37/97-CN	622/97-CN (nº 1.207/97, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Planejamento e Orçamento, crédito suplementar no valor de R\$ 2.239.612,00, para os fins que especifica.	Parecer nº 47/97-CN (DSF 28-11-97) Relator: Dep. Felipe Mendes. Transformado na Lei nº 9.580, de 19-12-97. (DO 22-12-97)
38/97-CN	623/97-CN (nº 1.208/97, na origem)	Abre ao Orçamento de Investimento, em favor de diversas empresas estatais, crédito especial até o limite de R\$ 478.491.529,00, para os fins que especifica.	Parecer nº 48/97-CN (DSF 28-11-97) Relator: Sen. Júlio Campos. Transformado na Lei nº 9.544, de 17-12-97. (DO 18-12-97)
39/97-CN	635/97-CN (nº 1.237/97, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Justiça, crédito especial até o limite de R\$ 2.400.000,00, para os fins que especifica.	Parecer nº 78/97-CN (DSF 12-12-97) Relator: Dep. José Priante. Transformado na Lei nº 9.545, de 17-12-97. (DO 18-12-97)

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
40/97-CN	636/97-CN (nº 1.238/97, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Previdência e Assistência Social, crédito suplementar no valor de R\$ 7.000.000,00, para os fins que especifica.	Parecer nº 66/97-CN (DSF 9-12-97) Relator: Sen. Antonio Carlos Valadares. Transformado na Lei nº 9.546, de 17-12-97. (DO 18-12-97)
41/97-CN	637/97-CN (nº 1.239/97, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Encargos Financeiros da União - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda, crédito especial até o limite de R\$ 159.600,00, para os fins que especifica.	Parecer nº 49/97-CN (DSF 27-11-97) Relator: Sen. Sebastião Rocha. Transformado na Lei nº 9.547, de 17-12-97. (DO 18-12-97)
42/97-CN	641/97-CN (nº 1.242/97, na origem)	Abre ao Orçamento de Investimento, em favor de diversas empresas estatais, crédito suplementar até o limite de R\$ 2.499.050.320,00, para os fins que especifica.	Parecer nº 91/97-CN (DSF 16-12-97) Relator: Dep. Basílio Villani. Transformado na Lei nº 9.585, de 19-12-97. (DO 22-12-97)
43/97-CN	642/97-CN (nº 1.243/97, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Justiça, Tribunal de Contas da União, Senado Federal, Câmara dos Deputados, Ministério da Marinha, Ministério da Aeronáutica, Presidência da República e Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, crédito suplementar no valor global de R\$ 36.226.927,00, para os fins que especifica.	Parecer nº 67/97-CN (DSF 9-12-97) Relator: Sen. Edison Lobão. Transformado na Lei nº 9.577, de 19-12-97. (DO 22-12-97)
44/97-CN	643/97-CN (nº 1.244/97, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Encargos Financeiros da União - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda, crédito suplementar no valor de R\$ 35.358.083,00, para os fins que especifica.	Parecer nº 37/97-CN (DSF 27-11-97) Relator: Dep. Israel Pinheiro. Transformado na Lei nº 9.581, de 19-12-97. (DO 22-12-97)

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
45/97-CN	644/97-CN (nº 1.245/97, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Encargos Financeiros da União - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda, crédito especial até o limite de R\$ 40.023.300,00, para os fins que especifica.	Parecer nº 57/97-CN (DSF 6-12-97) Relator: Sen. Romero Jucá. Transformado na Lei nº 9.582, de 19-12-97. (DO 22-12-97)
46/97-CN	645/97-CN (nº 1.246/97, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Educação e do Desporto, crédito suplementar no valor de R\$ 18.309.930,00, para os fins que especifica.	Parecer nº 58/97-CN (DSF 6-12-97) Relator: Dep. Odacir Klein. Transformado na Lei nº 9.548, de 17-12-97. (DO 18-12-97)
47/97-CN	646/97-CN (nº 1.247/97, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Justiça e do Tribunal de Contas da União, crédito suplementar no valor global de R\$ 22.820.574,00, para os fins que especifica.	Parecer nº 68/97-CN (DSF 9-12-97) Relator: Dep. Sérgio Miranda. Transformado na Lei nº 9.584, de 19-12-97. (DO 22-12-97)
48/97-CN	647/97-CN (nº 1.248/97, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Ciência e Tecnologia, do Ministério de Minas e Energia e do Ministério das Comunicações, crédito suplementar no valor global de R\$ 29.693.096,00, para os fins que especifica.	Parecer nº 75/97-CN (DSF 11-10-97) Relator: Sen. Carlos Patrocínio. Transformado na Lei nº 9.564, de 18-12-97. (DO 19-12-97)
49/97-CN	648/97-CN (nº 1.249/97, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo, crédito suplementar no valor de R\$ 5.522.592,00, para os fins que especifica.	Parecer nº 38/97-CN (DSF 28-11-97) Relator: Dep. Gonzaga Patriota. Transformado na Lei nº 9.549, de 17-12-97. (DO 18-12-97)

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
50/97-CN	649/97-CN (nº 1.263/97, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor da Presidência da República, da Câmara dos Deputados, do Ministério da Justiça e do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, crédito suplementar no valor global de R\$ 32.156.092,00, para os fins que especifica.	Parecer nº 87/97-CN (DSF 16-12-97) Relator: Dep. Betinho Rosado. Transformado na Lei nº 9.565, de 18-12-97. (DO 19-12-97)
51/97-CN	650/97-CN (nº 1.264/97, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Educação e do Desporto, crédito suplementar no valor de R\$ 83.072.622,00, para os fins que especifica.	Parecer nº 76/97-CN (DSF 11-12-97) Relator: Dep. Paulo Bernardo. Transformado na Lei nº 9.595, de 23-12-97. (DO 24-12-97)
52/97-CN	651/97-CN (nº 1.265/97, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes e do Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, crédito especial até o limite de R\$ 26.430.942,00, para os fins que especifica.	Parecer nº 92/97-CN (DSF 16-12-97) Relator: Dep. Felipe Mendes. Tras.sformado na Lei nº 9.566, de 18-12-97. (DO 19-12-97)
53/97-CN	652/97-CN (nº 1.266/97, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito especial até o limite de R\$ 119.956.597,00, para os fins que especifica.	Parecer nº 90/97-CN (DSF 16-12-97) Relator: Dep. Júlio Cesar. Transformado na Lei nº 9.591, de 19-12-97. (DO 22-12-97)
54/97-CN	653/97-CN (nº 1.267/97, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Agricultura e do Abastecimento e do Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo, crédito suplementar, até o limite de R\$ 20.579.700,00, para os fins que especifica.	Parecer nº 69/97-CN (DSF 9-12-97) Relator: Dep. Cipriano Correia. Transformado na Lei nº 9.567, de 18-12-97. (DO 19-12-97)

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
55/97-CN	654/97-CN (nº 1.268/97, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, crédito suplementar no valor de R\$ 68.083.217,00, para os fins que especifica.	Parecer nº 98/97-CN (DSF 16-12-97) Relator: Dep. Euler Ribeiro. Transformado na Lei nº 9.593, de 23-12-97. (DO 24-12-97)
56/97-CN	655/97-CN (nº 1.269/97, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério Público da União e de diversos Órgãos do Poder Judiciário, crédito suplementar no valor global de R\$ 30.697.451,00, para os fins que especifica.	Parecer nº 70/97-CN (DSF 9-12-97) Relator: Dep. Flávio Palmier da Veiga. Transformado na Lei nº 9.586, de 19-12-97. (DO 22-12-97)
57/97-CN	656/97-CN (nº 1.270/97, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor da Presidência da República e do Ministério das Relações Exteriores, crédito suplementar no valor de R\$ 5.484.299,00, para os fins que especifica.	Parecer nº 79/97-CN (DSF 12-12-97) Relator: Dep. Paulo Rocha. Transformado na Lei nº 9.568, de 18-12-97. (DO 19-12-97)
58/97-CN	657/97-CN (nº 1.271/97, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Operações Oficiais de Crédito - Recursos Sob Supervisão do Ministério da Fazenda, crédito suplementar no valor de R\$ 320.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente orçamento.	Parecer nº 50/97-CN (DSF 28-11-97) Relator: Dep. Roberto Balestra. Transformado na Lei nº 9.569, de 18-12-97. (DO 19-12-97)
59/97-CN	658/97-CN (nº 1.272/97, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça Eleitoral e da Justiça do Trabalho, crédito especial até o limite de R\$ 1.336.000,00, para os fins que especifica.	Parecer nº 82/97-CN (DSF 12-12-97) Relator: Dep. Chico Vigilante. Transformado na Lei nº 9.550, de 17-12-97. (DO 18-12-97)

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
60/97-CN	659/97-CN (nº 1.273/97, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, crédito suplementar até o limite de R\$ 753.745.000,00, para os fins que especifica.	Parecer nº 71/97-CN (DSF 9-12-97) Relator: Sen. Jonas Pinheiro. Transformado na Lei nº 9.551, de 17-12-97. (DO 18-12-97)
61/97-CN	660/97-CN (nº 1.274/97, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Agricultura e do Abastecimento e do Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo, crédito suplementar até o limite de R\$ 9.984.866,00, para os fins que especifica.	Parecer nº 72/97-CN (DSF 9-12-97) Relator: Dep. João Fassarela. Transformado na Lei nº 9.552, de 17-12-97. (DO 18-12-97)
62/97-CN	661/97-CN (nº 1.275/97, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, do Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo e do Gabinete do Ministro Extraordinário de Política Fundiária, crédito suplementar até o limite de R\$ 40.820.514,00, para os fins que especifica.	Parecer nº 73/97-CN (DSF 10-12-97) Relator: Sen. Flaviano Melo. Transformado na Lei nº 9.583, de 19-12-97. (DO 22-12-97)
63/97-CN	662/97-CN (nº 1.276/97, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, crédito suplementar até o limite de R\$ 6.117.890,00, para os fins que especifica.	Parecer nº 59/97-CN (DSF 6-12-97) Relator: Dep. João Coser. Transformado na Lei nº 9.570, de 18-12-97. (DO 19-12-97)

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
64/97-CN	663/97-CN (nº 1.277/97, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Educação e do Desporto, do Ministério da Cultura e do Gabinete do Ministro Extraordinário dos Esportes, crédito suplementar no valor total de R\$ 35.826.519,00, para os fins que especifica.	Parecer nº 95/97-CN (DSF 16-12-97) Relator: Dep. Etevada Grassi de Menezes. Transformado na Lei nº 9.587, de 19-12-97. (DO 22-12-97) (lei retificada no DO de 31-12-97)
65/97-CN	664/97-CN (nº 1.278/97, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Educação e do Desporto e do Ministério da Cultura, crédito especial até o limite de R\$ 7.352.031,00, para os fins que especifica.	Parecer nº 74/97-CN (DSF 10-12-97) Relator: Sen. Eduardo Suplicy. Transformado na Lei nº 9.553, de 17-12-97. (DO 18-12-97)
66/97-CN	665/97-CN (nº 1.279/97, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Planejamento e Orçamento, crédito especial até o limite de R\$ 25.000.000,00, para os fins que especifica.	Parecer nº 39/97-CN (DSF 28-11-97) Relator: Dep. João Leão. Transformado na Lei nº 9.554, de 17-12-97. (DO 18-12-97)
67/97-CN	666/97-CN (nº 1.280/97, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde e do Ministério do Trabalho, crédito suplementar no valor global de R\$ 266.063.703,00, para os fins que especifica.	Parecer nº 83/97-CN (DSF 12-12-97) Relator: Dep. Sarney Filho. Transformado na Lei nº 9.571, de 18-12-97. (DO 19-12-97)
68/97-CN	667/97-CN (nº 1.281/97, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito suplementar no valor de R\$ 64.393.596,00, para os fins que especifica.	Parecer nº 88/97-CN (DSF 16-12-97) Relator: Dep. Pedro Canedo. Transformado na Lei nº 9.596, de 26-12-97. (DO 29-12-97)

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
69/97-CN	668/97-CN (nº 1.283/97, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor da Justiça Eleitoral, do Ministério da Educação e do Desporto e do Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, crédito suplementar no valor global de R\$ 211.070.699,00, para os fins que especifica.	Parecer nº 89/97-CN (DSF 16-12-97) Relator: Dep. Armando Abílio. Transformado na Lei nº 9.588, de 19-12-97. (DO 22-12-97)
70/97-CN	669/97-CN (nº 1.284/97, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor Ministério dos Transportes, crédito suplementar no valor de R\$ 34.484.803,00, para os fins que especifica.	Parecer nº 99/97-CN (DSF 16-12-97) Relator: Dep. José Rocha. Transformado na Lei nº 9.597, de 26-12-97. (DO 29-12-97)
71/97-CN	670/97-CN (nº 1.285/97, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Presidência da República, crédito especial até o limite de R\$ 5.316.000,00, para os fins que especifica.	Parecer nº 93/97-CN (DSF 16-12-97) Relator: Dep. Augusto Nardes. Transformado na Lei nº 9.592, de 19-12-97. (DO 22-12-97)
72/97-CN	671/97-CN (nº 1.286/97, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito suplementar no valor de R\$ 6.620.000,00, para os fins que especifica.	Parecer nº 60/97-CN (DSF 6-12-97) Relator: Dep. Márcio Reinaldo Moreira. Transformado na Lei nº 9.572, de 18-12-97. (DO 19-12-97)
73/97-CN	672/97-CN (nº 1.287/97, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Fazenda e do Ministério do Planejamento e Orçamento, crédito especial até o limite de R\$ 30.994.788,00, para os fins que especifica.	Parecer nº 96/97-CN (DSF 16-12-97) Relator: Dep. João Cosier. Transformado na Lei nº 9.559, de 18-12-97. (DO 19-12-97)

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
74/97-CN	673/97-CN (nº 1.288/97, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito suplementar no valor de R\$ 25.126.464,00, para os fins que especifica.	Parecer nº 84/97-CN (DSF 12-12-97) Relator: Dep. Genésio Bernardino. Transformado na Lei nº 9.555, de 17-12-97. (DO 18-12-97)
75/97-CN	674/97-CN (nº 1.289/97, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Encargos Financeiros da União - Recursos Sob Supervisão do Ministério da Fazenda, crédito especial até o limite de R\$ 11.781.934,00, para os fins que especifica.	Parecer nº 80/97-CN (DSF 12-12-97) Relator: Dep. Odacir Klein. Transformado na Lei nº 9.573, de 18-12-97. (DO 19-12-97)
76/97-CN	675/97-CN (nº 1.290/97, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Planejamento e Orçamento, crédito suplementar no valor de R\$ 150.000.000,00, para os fins que especifica.	Parecer nº 62/97-CN (DSF 6-12-97) Relator: Sen. Jader Barbalho. Em tramitação.
77/97-CN	676/97-CN (nº 1.291/97, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Previdência e Assistência Social, crédito suplementar no valor de R\$ 933.227.391,00, para os fins que especifica.	Parecer nº 61/97-CN (DSF 6-12-97) Relator: Dep. Lídia Quinan. Transformado na Lei nº 9.556, de 17-12-97. (DO 18-12-97)
78/97-CN	677/97-CN (nº 1.292/97, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Fazenda, do Ministério do Planejamento e Orçamento e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, crédito suplementar até o limite de R\$ 72.200.891,00, para os fins que especifica.	Parecer nº 94/97-CN (DSF 16-12-97) Relator: Sen. Marluce Pinto. Transformado na Lei nº 9.560, de 18-12-97. (DO 19-12-97)

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
79/97-CN	678/97-CN (nº 1.293/97, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, do Ministério da Fazenda e do Ministério do Planejamento e Orçamento, crédito suplementar até o limite de R\$ 163.737.638,00, para os fins que especifica.	Parecer nº 97/97-CN (DSF 16-12-97) Relator: Dep. Paulo Gouvea. Transformado na Lei nº 9.594, de 23-12-97. (DO 24-12-97)
80/97-CN	679/97-CN (nº 1.282/97, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Educação e do Desporto e do Ministério da Cultura, crédito suplementar no valor total de R\$ 125.446.182,00, para os fins que especifica.	Parecer nº 81/97-CN (DSF 12-12-97) Relator: Dep. Alexandre Ceranto. Transformado na Lei nº 9.575, de 18-12-97. (DO 19-12-97)
81/97-CN	680/97-CN (nº 1.294/97, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério Público da União e dos diversos Órgãos do Poder Judiciário, crédito suplementar no valor global de R\$ 909.888.000,00, para os fins que especifica.	Parecer nº 30/97-CN (DSF 20-11-97) Relator: Sen. Eduardo Suplicy. Transformado na Lei nº 9.523, de 2-12-97. (DO 3-12-97)
82/97-CN	681/97-CN (nº 1.295/97, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos Órgãos dos Poderes Legislativo e Executivo, crédito suplementar no valor de R\$ 955.767.787,00, para os fins que especifica.	Parecer nº 31/97-CN (DSF 20-11-97) Relator: Sen. Carlos Bezerra. Transformado na Lei nº 9.524, de 2-12-97. (DO 3-12-97)
83/97-CN	682/97-CN (nº 1.296/97, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Planejamento e Orçamento, crédito suplementar no valor de R\$ 261.238.140,00, para os fins que especifica.	Parecer nº 33/97-CN (DSF 26-11-97) Relator: Dep. Arnon Bezerra. Transformado na Lei nº 9.535, de 11-12-97. (DO 12-12-97)

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
84/97-CN	683/97-CN (nº 1.297/97, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios - Recursos Sob Supervisão do Ministério da Fazenda, crédito suplementar no valor de R\$ 300.000.000,00, para reforço de dotação consignada no orçamento vigente.	Parecer nº 63/97-CN (DSF 6-12-97) Relator: Dep. Arnaldo Madeira. Transformado na Lei nº 9.538, de 12-12-97. (DO 15-12-97)
85/97-CN	684/97-CN (nº 1.298/97, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Previdência e Assistência Social, crédito suplementar no valor de R\$ 548.708.059,00, para os fins que especifica.	Parecer nº 85/97-CN (DSF 12-12-97) Relator: Dep. Luiz Braga. Transformado na Lei nº 9.589, de 19-12-97. (DO 22-12-97)
86/97-CN	685/97-CN (nº 1.299/97, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Exército, crédito suplementar no valor de R\$ 30.652.145,00, para os fins que especifica.	Parecer nº 64/97-CN (DSF 6-12-97) Relator: Dep. Arlindo Chinaglia. Transformado na Lei nº 9.576, de 18-12-97. (DO 19-12-97)

SÚMULA

Total de Projetos de Lei.....	86
- aprovados e sancionados.....	83
- em tramitação.....	02
- retirado no período da Convocação Extraordinária - (1º a 25-7-97).....	01
- Pareceres numerados proferidos pela Comissão Mista e publicados no Diário do Congresso Nacional e Diário do Senado Federal.....	83
- Parecer oral proferido em plenário, em substituição à Comissão Mista, e publicado no Diário do Congresso Nacional.....	01

2 - Medidas Provisórias

a) Da sessão legislativa anterior

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
1.566, public. em 30-1-97	60/97-CN (nº 139/97, na origem)	Excepciona o contrato celebrado entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e a Companhia Docas do Rio de Janeiro de exigências fixadas em lei, ou ato dela decorrente.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.531-2, public. em 31-1-97	61/97-CN (nº 145/97, na origem)	Dá nova redação aos arts. 24, 26 e 57 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição, institui normas para licitação e contratos da Administração Pública, e ao art. 15 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.563-1, public. em 31-1-97	/97-CN (nº 146/97, na origem) Obs. A mensagem não foi enviada pelo Palácio do Planalto	Dispõe sobre a incidência do imposto de renda na fonte sobre rendimentos de beneficiários residentes ou domiciliados no exterior, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.507-16, public. em 6-2-97	63/97-CN (nº 162/97, na origem)	Dispõe sobre medidas de fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
1.508-14, public. em 6-2-97	64/97-CN (nº 163/97, na origem)	Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI na aquisição de equipamentos, máquinas, aparelhos e instrumentos, dispõe sobre período de apuração e prazo de recolhimento do referido imposto para as microempresas e empresas de pequeno porte, e estabelece suspensão do IPI na saída de bebidas alcoólicas, acondicionadas para venda a granel, dos estabelecimentos produtores e dos estabelecimentos equiparados a industrial.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.511-7, public. em 6-2-97	65/97-CN (nº 164/97, na origem)	Dá nova redação ao art. 44 da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, e dispõe sobre a proibição do incremento da conversão de áreas florestais em áreas agrícolas na região Norte e na parte Norte da região Centro-Oeste, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.522-4, public. em 6-2-97	66/97-CN (nº 165/97, na origem)	Altera dispositivos das Leis nºs 8.112, de 11 de dezembro de 1990, 8.460, de 17 de setembro de 1992, e 2.180, de 5 de fevereiro de 1954, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.523-4, public. em 6-2-97	67/97-CN (nº 166/97, na origem)	Altera dispositivos das Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.524-4, public. em 6-2-97	68/97-CN (nº 167/97, na origem)	Dispõe sobre a extinção de cargos no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.565-1, public. em 6-2-97	69/97-CN (nº 168/97, na origem)	Altera a legislação que rege o Salário-Educação, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.

Nº	Mensagem	Emenda	Resultado
1.532-2, public. em 14-2-97	70/97-CN (nº 174/97, na origem)	Estabelece incentivos fiscais para o desenvolvimento regional e dá outras providências.	Parecer Oral - Admissibilidade e Mérito (DCN 14-3-97) PLV nº 3/97 (DCN 14-3-97) Relator: Dep. José Carlos Aleluia. Convertida na Lei nº 9.440, de 14-3-97 (DO 15-3-97)
1.533-2, public. em 14-2-97	71/97-CN (nº 175/97, na origem)	Extingue créditos oriundos de contribuições arrecadadas pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS no valor e condições que especifica, e dá outras providências.	Parecer Oral - Admissibilidade e Mérito (DCN 14-3-97) Relator: Dep. José Machado. Convertida na Lei nº 9.441 de 14-3-97 (DO 15-3-97)
1.534-2, public. em 14-2-97	72/97-CN (nº 176/97, na origem)	Dispõe sobre o número de Cargos de Direção e Funções Gratificadas das Instituições Federais de Ensino Superior e dos Centros Federais de Educação Tecnológica e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.535-2, public. em 14-2-97	73/97-CN (nº 177/97, na origem)	Dispõe sobre o Plano de Carreira dos servidores do Banco Central do Brasil, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.

Nº	Montagem	Ementa	Resultado
1.536-22, public. em 14-2-97	74/97-CN (nº 178/97, na origem)	Reduz o imposto de importação para os produtos que especifica e dá outras providências.	Parecer Oral - Admissibilidade e Mérito (DCN 14-3-97) Relator: Dep. José Carlos Aleluia. Convertida na Lei nº 9.449 de 14-3-97 (DO 15-3-97)
1.537-35, public. em 14-2-97	75/97-CN (nº 179/97, na origem)	Dispõe sobre a base de cálculo da Contribuição para o Programa de Integração Social - PIS devida pelas pessoas jurídicas a que se refere o § 1º do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.538-37, public. em 14-2-97	76/97-CN (nº 180/97, na origem)	Dispõe sobre a Nota do Tesouro Nacional - NTN e sua utilização para aquisição de bens e direitos alienados no âmbito do Programa Nacional de Desestatização - PND, instituído pela Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, consolidando as normas sobre a matéria constantes da Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991, e da Lei nº 8.249, de 24 de outubro de 1991, e altera os arts. 2º e 3º da Lei nº 8.249/91.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.539-28, public. em 14-2-97	77/97-CN (nº 181/97, na origem)	Dispõe sobre a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.540-21, public. em 14-2-97	78/97-CN (nº 182/97, na origem)	Dispõe sobre medidas complementares ao Plano Real e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
1.541-21, public. em 14-2-97	79/97-CN (nº 183/97, na origem)	Dá nova redação ao § 3º do art. 52 da Lei nº 8.931, de 22 de setembro de 1994, que dispõe sobre a amortização, juros e outros encargos decorrentes da extinção ou dissolução de entidades da Administração Pública Federal, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.542-19, public. em 14-2-97	80/97-CN (nº 184/97, na origem)	Dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.543-19, public. em 14-2-97	81/97-CN (nº 185/97, na origem)	Dispõe sobre o número de cargos de Natureza Especial, de cargos do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores e de Funções Gratificadas existentes nos órgãos da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.544-19, public. em 14-2-97	82/97-CN (nº 186/97, na origem)	Cria a Gratificação de Condição Especial de Trabalho - GCET para os servidores militares federais das Forças Armadas, altera dispositivos das Leis nºs 6.880, de 9 de dezembro de 1980, e 8.237, de 30 de setembro de 1991, dispõe sobre o Auxílio-Funeral a ex-Combatentes, e dá outras providências.	Parecer Oral - Admissibilidade e Mérito (DCN 14-3-97) Relator: Sen. Edison Lobão. Convertida na Lei nº 9.442 de 14-3-97 (DO 15-3-97)
1.545-15, public. em 14-2-97	83/97-CN (nº 187/97, na origem)	Dispõe sobre os fundos que especifica e dá outras providências.	Parecer Oral - Admissibilidade e Mérito (DCN 14-3-97) Relator: Dep. Marconi Perillo. Convertida na Lei nº 9.443 de 14-3-97 (DO 15-3-97)

Nº	Mensagem	Emenda	Resultado
1.546-16, public. em 14-2-97	84/97-CN (nº 188/97, na origem)	Dispõe sobre as contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.547-27, public. em 14-2-97	85/97-CN (nº 189/97, na origem)	Cria a Gratificação de Desempenho de Atividade de Fiscalização, a Gratificação de Desempenho de Atividade de Proteção ao Voo, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.548-28, public. em 14-2-97	86/97-CN (nº 190/97, na origem)	Cria a Gratificação de Desempenho e Produtividade - GDP das atividades de finanças, controle, orçamento e planejamento, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.550-36, public. em 14-2-97	87/97-CN (nº 191/97, na origem)	Organiza e disciplina os Sistemas de Controle Interno e de Planejamento e de Orçamento do Poder Executivo, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.551-19, public. em 14-2-97	88/97-CN (nº 192/97, na origem)	Altera a legislação referente ao Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM e ao Fundo da Marinha Mercante - FMM, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.552-10, public. em 14-2-97	89/97-CN (nº 193/97, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Planejamento e Orçamento, crédito extraordinário no valor de R\$ 21.000.000,00, para os fins que especifica.	Parecer Oral - Admissibilidade e Mérito (DCN 14-3-97) Relator: Sen Bello Parga. Convertida na Lei nº 9.444 de 14-3-97 (DO 15-3-97)
1.553-12, public. em 14-2-97	90/97-CN (nº 194/97, na origem)	Dispõe sobre a emissão de Notas do Tesouro Nacional - NTN destinadas a aumento de capital do Banco do Brasil S.A., e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
1.555-7, public. em 14-2-97	91/97-CN (nº 195/97, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito extraordinário até o limite de R\$ 106.000.000,00, para os fins que especifica.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.556-7, public. em 14-2-97	92/97-CN (nº 196/97, na origem)	Estabelece mecanismos objetivando incentivar a redução da presença do setor público estadual na atividade financeira bancária, dispõe sobre a privatização de instituições financeiras, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.557-6, public. em 14-2-97	93/97-CN (nº 197/97, na origem)	Concede subvenção econômica ao preço do óleo diesel consumido por embarcações pesqueiras nacionais.	Parecer Oral - Admissibilidade e Mérito (DCN 14.3.97) Relator: Dep. Marconi Perillo. Convertida na Lei nº 9.445 de 14-3-97 (DO 15-3-97)
1.558-4, public. em 14-2-97	94/97-CN (nº 198/97, na origem)	Altera a redação dos arts. 14, 18, 34, 44 e 49 da Lei nº 9.082, de 25 de julho de 1995, do art. 35 e § 4º do art. 53 da Lei nº 9.293, de 15 de julho de 1996, que dispõem, respectivamente, sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para os exercícios de 1996 e 1997.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.463-10, public. em 15-2-97	95/97-CN (nº 201/97, na origem)	Dispõe sobre o reajuste do salário mínimo e dos benefícios da Previdência Social, altera alíquotas de contribuição para a Seguridade Social e institui contribuição para os servidores inativos da União.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
1.464-18, public. em 15-2-97	96/97-CN (nº 202/97, na origem)	Acrescenta parágrafo ao art. 75 da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965.	Parecer Oral - Admissibilidade e Mérito (DCN 14-3-97) PLV nº 4/97 (DCN 14-3-97) Relator: Dep. Luiz Carlos Haully. Convertida na Lei nº 9.450, de 14-3-97 (DO 15-3-97)
1.465-12, public. em 15-2-97	97/97-CN (nº 203/97, na origem)	Acrescenta § 5º ao art. 4º da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.466-10, public. em 15-2-97	98/97-CN (nº 204/97, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Encargos Financeiros da União - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda, crédito extraordinário até o limite de R\$ 8.000.000.000,00, para os fins que especifica.	Parecer Oral - Admissibilidade e Mérito (DCN 14-3-97) Relator: Dep. Hugo Rodrigues da Cunha Convertida na Lei nº 9.446 de 14-3-97 (DO 15-3-97)
1.469-15, public. em 15-2-97	99/97-CN (nº 205/97, na origem)	Autoriza a utilização de recursos do Fundo da Marinha Mercante - FMM, em favor da Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro - LLOYDBRÁS, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
1.470-16, public. em 15-2-97	100/97-CN (nº 206/97, na origem)	Dispõe sobre a responsabilidade solidária de controladores de instituições submetidas aos regimes de que tratam a Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974, e o Decreto-lei nº 2.321, de 25 de fevereiro de 1987; sobre a indisponibilidade de seus bens; sobre a responsabilização das empresas de auditoria contábil ou dos auditores contábeis independentes; sobre privatização de instituições cujas ações sejam desapropriadas, na forma do Decreto-lei nº 2.321, de 1987, e dá outras providências.	Parecer Oral - Admissibilidade e Mérito (DCN 14-3-97) Relator: Dep. Luiz Carlos Haulý Convertida na Lei nº 9.447 de 14-3-97 (DO 15-3-97)
1.473-28, public. em 15-2-97	101/97-CN (nº 207/97, na origem)	Dá nova redação a dispositivos da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.475-24, public. em 15-2-97	102/97-CN (nº 208/97, na origem)	Altera as Leis n.ºs 8.019, de 11 de abril de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.477-33, public. em 15-2-97	103/97-CN (nº 209/97, na origem)	Dispõe sobre o valor total anual das mensalidades escolares e dá outras providências.	Parecer nº 3/97-CN - Mérito (DCN 6-3-97) PLV nº 2/97 Relator: Dep. Paes Landim Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.478-21, public. em 15-2-97	104/97-CN (nº 210/97, na origem)	Dá nova redação aos arts. 9º da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e 2º da Lei nº 8.844, de 20 de janeiro de 1994.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
1.479-25, public. em 15-2-97	105/97-CN (nº 211/97, na origem)	Dispõe sobre o pagamento dos servidores civis e militares do Poder Executivo Federal, inclusive suas autarquias e fundações, bem como dos empregados das empresas públicas e das sociedades de economia mista, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.480-27, public. em 15-2-97	106/97-CN (nº 212/97, na origem)	Altera dispositivos das Leis nºs 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e 8.911, de 11 de julho de 1994, para instituir os Décimos Incorporados, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.481-46, public. em 15-2-97	107/97-CN (nº 213/97, na origem)	Altera a Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.482-33, public. em 15-2-97	108/97-CN (nº 214/97, na origem)	Dispõe sobre as alíquotas de contribuição para o Plano de Seguridade Social do servidor público civil ativo dos Poderes da União, das autarquias e das fundações públicas, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.512-7, public. em 15-2-97	109/97-CN (nº 215/97, na origem)	Dá nova redação ao art. 2º da Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995, que dispõe sobre o crédito rural.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.520-5, public. em 15-2-97	110/97-CN (nº 216/97, na origem)	Dispõe sobre a novação de dívidas e responsabilidades do Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS; altera o Decreto-lei nº 2.406, de 5 de janeiro de 1988, e as Leis nºs 8.004, 8.100 e 8.692, de 14 de março de 1990, 5 de dezembro de 1990, e 28 de julho de 1993, respectivamente; e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.530-3, public. em 15-2-97	111/97-CN (nº 217/97, na origem)	Institui o Programa de Desligamento Voluntário de servidores civis do Poder Executivo Federal e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
1.549-27, public. em 15-2-97	112/97-CN (nº 199/97, na origem)	Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.554-12, public. em 15-2-97	113/97-CN (nº 200/97, na origem)	Altera os arts. 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º e 9º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.559-10, public. em 15-2-97	114/97-CN (nº 218/97, na origem)	Altera a legislação do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.560-2, public. em 15-2-97	115/97-CN (nº 219/97, na origem)	Estabelece critérios para consolidação, a assunção e o refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária e outras que especifica, de responsabilidade dos Estados e do Distrito Federal.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.561-2, public. em 15-2-97	116/97-CN (nº 220/97, na origem)	Regulamenta o disposto no inciso VI do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993; dispõe sobre a intervenção da União nas causas em que figurarem, como autores ou réus, entes da administração indireta; regula os pagamentos devidos pela Fazenda Pública em virtude de sentença judiciária; revoga a Lei nº 8.197, de 27 de junho de 1991, e a Lei nº 9.081, de 19 de julho de 1995, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.562-2, public. em 15-2-97	117/97-CN (nº 221/97, na origem)	Define diretrizes e incentivos fiscais para o desenvolvimento regional e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
1.567, public. em 15-2-97	118/97-CN (nº 222/97, na origem)	Dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União, altera dispositivos dos Decretos-Leis nºs 9.760, de 5 de setembro de 1946, e 2.398, de 21 de dezembro de 1987, regulamenta o § 2º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.568, public. em 15-2-97	119/97-CN (nº 223/97, na origem)	Transforma o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP em Autarquia Federal, e dá outras providências.	Parecer Oral - Admissibilidade e Mérito (DCN 14-3-97) Relator: Sen. Jonas Pinheiro. Convertida na Lei nº 9.448 de 14-3-97 (DO 15-3-97)

b) Da presente sessão legislativa

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
1.531-3, public. em 28-2-97	120/97-CN (nº 257/97, na origem)	Dá nova redação aos arts. 24, 26, 57 e 120 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição, institui normas para licitação e contratos da Administração Pública, e ao art. 15 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.563-2, public. em 28-2-97	121/97-CN (nº 258/97, na origem)	Dispõe sobre a incidência do imposto de renda na fonte sobre rendimentos de beneficiários residentes ou domiciliados no exterior, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
1.566-1, public. em 28-2-97	122/97-CN (nº 256/97, na origem)	Excepciona o contrato celebrado entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e a Companhia Docas do Rio de Janeiro de exigências fixadas em lei, ou ato dela decorrente.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.507-17, public. em 7-3-97	124/97-CN (nº 281/97, na origem)	Dispõe sobre medidas de fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.508-15, public. em 7-3-97 (republicada no DO de 20-3-97)	125/97-CN (nº 282/97, na origem)	Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI na aquisição de equipamentos, máquinas, aparelhos e instrumentos, dispõe sobre período de apuração e prazo de recolhimento do referido imposto para as microempresas e empresas de pequeno porte, e estabelece suspensão do IPI na saída de bebidas alcoólicas, acondicionadas para venda a granel, dos estabelecimentos produtores e dos estabelecimentos equiparados a industrial.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.511-8, public. em 7-3-97	126/97-CN (nº 283/97, na origem)	Dá nova redação ao art. 44 da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, e dispõe sobre a proibição do incremento da conversão de áreas florestais em áreas agrícolas na região Norte e na parte Norte da região Centro-Oeste, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.522-5, public. em 7-3-97	127/97-CN (nº 284/97, na origem)	Altera dispositivos das Leis nºs 8.112, de 11 de dezembro de 1990, 8.460, de 17 de setembro de 1992, e 2.180, de 5 de fevereiro de 1954, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.523-5, public. em 7-3-97	128/97-CN (nº 285/97, na origem)	Altera dispositivos das Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.

Nº	Manifestação	Ementa	Resultado
1.524-5, public. em 7-3-97	129/97-CN (nº 286/97, na origem)	Dispõe sobre a extinção de cargos no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.565-2, public. em 7-3-97	130/97-CN (nº 287/97, na origem)	Altera a legislação que rege o Salário-Educação, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.534-3, public. em 14-3-97	134/97-CN (nº 297/97, na origem)	Dispõe sobre o número de Cargos de Direção e Funções Gratificadas das Instituições Federais de Ensino Superior e dos Centros Federais de Educação Tecnológica e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.535-3, public. em 14-3-97 (retificada no DO de 18-3-97)	135/97-CN (nº 298/97, na origem)	Dispõe sobre o Plano de Carreira dos servidores do Banco Central do Brasil, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.537-36, public. em 14-3-97	136/97-CN (nº 299/97, na origem)	Dispõe sobre a base de cálculo da Contribuição para o Programa de Integração Social - PIS devida pelas pessoas jurídicas a que se refere o § 1º do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.538-38, public. em 14-3-97	137/97-CN (nº 300/97, na origem)	Dispõe sobre a Nota do Tesouro Nacional - NTN e sua utilização para aquisição de bens e direitos alienados no âmbito do Programa Nacional de Desestatização - PND, instituído pela Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, consolidando as normas sobre a matéria constantes da Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991, e da Lei nº 8.249, de 24 de outubro de 1991, e altera os arts. 2º e 3º da Lei nº 8.249/91.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.539-29, public. em 14-3-97	138/97-CN (nº 301/97, na origem)	Dispõe sobre a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
1.540-22, public. em 14-3-97	139/97-CN (nº 302/97, na origem)	Dispõe sobre medidas complementares ao Plano Real e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.541-22, public. em 14-3-97	140/97-CN (nº 303/97, na origem)	Dá nova redação ao § 3º do art. 52 da Lei nº 8.931, de 22 de setembro de 1994, que dispõe sobre a amortização, juros e outros encargos decorrentes da extinção ou dissolução de entidades da Administração Pública Federal, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.542-20, public. em 14-3-97	141/97-CN (nº 304/97, na origem)	Dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.543-20, public. em 14-3-97	142/97-CN (nº 305/97, na origem)	Dispõe sobre o número de cargos de Natureza Especial, de cargos do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores e de Funções Gratificadas existentes nos órgãos da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.546-17, public. em 14-3-97	143/97-CN (nº 306/97, na origem)	Dispõe sobre as contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.547-28, public. em 14-3-97	144/97-CN (nº 307/97, na origem)	Cria a Gratificação de Desempenho de Atividade de Fiscalização, a Gratificação de Desempenho de Atividade de Proteção ao Voo, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.548-29, public. em 14-3-97	145/97-CN (nº 308/97, na origem)	Cria a Gratificação de Desempenho e Produtividade - GDP das atividades de finanças, controle, orçamento e planejamento, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.

	Origem	Ementa	Resultado
1.550-37, public. em 14-3-97	146/97-CN (nº 309/97, na origem)	Organiza e disciplina os Sistemas de Controle Interno e de Planejamento e de Orçamento do Poder Executivo, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.551-20, public. em 14-3-97	147/97-CN (nº 310/97, na origem)	Altera a legislação referente ao Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM e ao Fundo da Marinha Mercante - FMM, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.553-13, public. em 14-3-97	148/97-CN (nº 311/97, na origem)	Dispõe sobre a emissão de Notas do Tesouro Nacional - NTN destinadas a aumento de capital do Banco do Brasil S.A., e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.555-8, public. em 14-3-97	149/97-CN (nº 312/97, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito extraordinário até o limite de R\$ 106.000.000,00, para os fins que especifica.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.558-5, public. em 14-3-97	150/97-CN (nº 313/97, na origem)	Altera a redação dos arts. 14, 18, 34, 44 e 49 da Lei nº 9.082, de 25 de julho de 1995, do art. 35 e § 4º do art. 53 da Lei nº 9.293, de 15 de julho de 1996, que dispõem, respectivamente, sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para os exercícios de 1996 e 1997.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.556-8, public. em 15-3-97	151/97-CN (nº 328/97, na origem)	Estabelece mecanismos objetivando incentivar a redução da presença do setor público estadual na atividade financeira bancária, dispõe sobre a privatização de instituições financeiras, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.

Nº	Mensagem	Emenda	Resultado
1.463-11, public. em 17-3-97	152/97-CN (nº 314/97, na origem)	Dispõe sobre o reajuste do salário mínimo e dos benefícios da Previdência Social, altera alíquotas de contribuição para a Seguridade Social e institui contribuição para os servidores inativos da União.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.465-13, public. em 17-3-97	153/97-CN (nº 315/97, na origem)	Acrescenta § 5º ao art. 4º da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.469-16, public. em 17-3-97	154/97-CN (nº 316/97, na origem)	Autoriza a utilização de recursos do Fundo da Marinha Mercante - FMM, em favor da Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro - LLOYDBRÁS, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.473-29, public. em 17-3-97	155/97-CN (nº 317/97, na origem)	Dá nova redação a dispositivos da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.475-25, public. em 17-3-97	156/97-CN (nº 318/97, na origem)	Altera as Leis nºs 8.019, de 11 de abril de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.477-34, public. em 17-3-97	157/97-CN (nº 319/97, na origem)	Dispõe sobre o valor total anual das mensalidades escolares e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.478-22, public. em 17-3-97	158/97-CN (nº 320/97, na origem)	Dá nova redação aos arts. 9º da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e 2º da Lei nº 8.844, de 20 de janeiro de 1994.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.479-26, public. em 17-3-97	159/97-CN (nº 321/97, na origem)	Dispõe sobre o pagamento dos servidores civis e militares do Poder Executivo Federal, inclusive suas autarquias e fundações, bem como dos empregados das empresas públicas e das sociedades de economia mista, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
1.480-28, public. em 17-3-97	160/97-CN (nº 322/97, na origem)	Altera dispositivos das Leis nºs 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e 8.911, de 11 de julho de 1994, para instituir os Décimos Incorporados, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.481-47, public. em 17-3-97	161/97-CN (nº 323/97, na origem)	Altera a Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.482-34, public. em 17-3-97	162/97-CN (nº 334/97, na origem)	Dispõe sobre as alíquotas de contribuição para o Plano de Seguridade Social do servidor público civil ativo e inativo dos Poderes da União, das autarquias e das fundações públicas, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.512-8, public. em 17-3-97	163/97-CN (nº 324/97, na origem)	Dá nova redação aos arts. 2º da Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995, e 2º da Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992, que dispõem, respectivamente, sobre o crédito rural e sobre a concessão de subvenção econômica nas operações de crédito rural.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.520-6, public. em 17-3-97	164/97-CN (nº 325/97, na origem)	Dispõe sobre a novação de dívidas e responsabilidades do Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS; altera o Decreto-lei nº 2.406, de 5 de janeiro de 1988, e as Leis nºs 8.004, 8.100 e 8.692, de 14 de março de 1990, 5 de dezembro de 1990, e 28 de julho de 1993, respectivamente; e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.530-4, public. em 17-3-97	165/97-CN (nº 326/97, na origem)	Institui o Programa de Desligamento Voluntário de servidores civis do Poder Executivo Federal e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
1.554-13, public. em 17-3-97	166/97-CN (nº 327/97, na origem)	Altera os arts. 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º e 9º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.559-11, public. em 17-3-97	167/97-CN (nº 329/97, na origem)	Altera a legislação do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.560-3, public. em 17-3-97	168/97-CN (nº 330/97, na origem)	Estabelece critérios para consolidação, a assunção e o refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária e outras que especifica, de responsabilidade dos Estados e do Distrito Federal.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.561-3, public. em 17-3-97	/97-CN (nº 331/97, na origem) Obs. A mensagem não foi enviada pelo Palácio do Planalto.	Regulamenta o disposto no inciso VI do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993; dispõe sobre a intervenção da União nas causas em que figurarem, como autores ou réus, entes da administração indireta; regula os pagamentos devidos pela Fazenda Pública em virtude de sentença judiciária; revoga a Lei nº 8.197, de 27 de junho de 1991, e a Lei nº 9.081, de 19 de julho de 1995, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.562-3, public. em 17-3-97	170/97-CN (nº 332/97, na origem)	Define diretrizes e incentivos fiscais para o desenvolvimento regional e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
1.567-1, public. em 17-3-97	171/97-CN (nº 333/97, na origem)	Dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União, altera dispositivos dos Decretos-Leis nºs 9.760, de 5 de setembro de 1946, e 2.398, de 21 de dezembro de 1987, regulamenta o § 2º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.549-28, public. em 17-3-97 (republicada no DO de 19-3-97)	172/97-CN (nº 335/97, na origem)	Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.569, public. em 26-3-97	173/97-CN (nº 362/97, na origem)	Estabelece multa em operações de importação e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.531-4, public. em 27-3-97	174/97-CN (nº 367/97, na origem)	Dá nova redação aos arts. 24, 26, 57 e 120 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição, institui normas para licitação e contratos da Administração Pública, e ao art. 15 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.563-3, public. em 27-3-97	175/97-CN (nº 368/97, na origem)	Dispõe sobre a incidência do imposto de renda na fonte sobre rendimentos de beneficiários residentes ou domiciliados no exterior, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.566-2, public. em 27-3-97	176/97-CN (nº 369/97, na origem)	Excepciona o contrato celebrado entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e a Companhia Docas do Rio de Janeiro de exigências fixadas em lei, ou ato dela decorrente.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
1.570, public. em 27-3-97	177/97-CN (nº 370/97, na origem)	Disciplina a aplicação da tutela antecipada contra a Fazenda Pública, altera as Leis nºs 8.437, de 30 de junho de 1992, e 7.347, de 24 de julho de 1985, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.571, public. em 2-4-97	178/97-CN (nº 375/97, na origem)	Dispõe sobre amortização e parcelamento de dívidas oriundas de contribuições sociais e outras importâncias devidas ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, e pelas entidades e hospitais integrantes do Sistema Único de Saúde - SUS, ou com este contratados ou conveniados, introduz alterações na Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.507-18, public. em 4-4-97	179/97-CN (nº 386/97, na origem)	Dispõe sobre medidas de fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.511-9, public. em 4-4-97	180/97-CN (nº 387/97, na origem)	Dá nova redação ao art. 44 da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, e dispõe sobre a proibição do incremento da conversão de áreas florestais em áreas agrícolas na região Norte e na parte Norte da região Centro-Oeste, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.522-6, public. em 4-4-97 (republicada no DO de 5-4-97 - Ed. Extra)	181/97-CN (nº 391/97, na origem)	Altera dispositivos das Leis nºs 8.112, de 11 de dezembro de 1990, 8.460, de 17 de setembro de 1992, e 2.180, de 5 de fevereiro de 1954, e dá outras providências.	Revogada pela MP nº 1.573-7, public. em 5-5-97.
1.523-6, public. em 4-4-97	182/97-CN (nº 388/97, na origem)	Altera dispositivos das Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
1.524-6, public. em 4-4-97	183/97-CN (nº 389/97, na origem)	Dispõe sobre a extinção de cargos no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.565-3, public. em 4-4-97	184/97-CN (nº 390/97, na origem)	Altera a legislação que rege o Salário-Educação, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.534-4, public. em 12-4-97	195/97-CN (nº 407/97, na origem)	Dispõe sobre o número de Cargos de Direção e Funções Gratificadas das Instituições Federais de Ensino Superior e dos Centros Federais de Educação Tecnológica e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.537-37, public. em 12-4-97	196/97-CN (nº 408/97, na origem)	Dispõe sobre a base de cálculo da Contribuição para o Programa de Integração Social - PIS devida pelas pessoas jurídicas a que se refere o § 1º do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.538-39, public. em 12-4-97	197/97-CN (nº 409/97, na origem)	Dispõe sobre a Nota do Tesouro Nacional - NTN e sua utilização para aquisição de bens e direitos alienados no âmbito do Programa Nacional de Desestatização - PND, instituído pela Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, consolidando as normas sobre a matéria constantes da Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991, e da Lei nº 8.249, de 24 de outubro de 1991, e altera os arts. 2º e 3º da Lei nº 8.249/91.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.539-30, public. em 12-4-97	198/97-CN (nº 410/97, na origem)	Dispõe sobre a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.540-23, public. em 12-4-97	199/97-CN (nº 411/97, na origem)	Dispõe sobre medidas complementares ao Plano Real e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
1.541-23, public. em 12-4-97	200/97-CN (nº 412/97, na origem)	Dá nova redação ao § 3º do art. 52 da Lei nº 8.931, de 22 de setembro de 1994, que dispõe sobre a amortização, juros e outros encargos decorrentes da extinção ou dissolução de entidades da Administração Pública Federal, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.542-21, public. em 12-4-97	201/97-CN (nº 413/97, na origem)	Dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.543-21, public. em 12-4-97	202/97-CN (nº 414/97, na origem)	Dispõe sobre o número de cargos de Natureza Especial, de cargos do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores e de Funções Gratificadas existentes nos órgãos da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.546-18, public. em 12-4-97	203/97-CN (nº 415/97, na origem)	Dispõe sobre as contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.547-29, public. em 12-4-97	204/97-CN (nº 416/97, na origem)	Cria a Gratificação de Desempenho de Atividade de Fiscalização, a Gratificação de Desempenho de Atividade de Proteção ao Voo, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.548-30, public. em 12-4-97	205/97-CN (nº 417/97, na origem)	Cria a Gratificação de Desempenho e Produtividade - GDP das atividades de finanças, controle, orçamento e planejamento, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.550-38, public. em 12-4-97	206/97-CN (nº 418/97, na origem)	Organiza e disciplina os Sistemas de Controle Interno e de Planejamento e de Orçamento do Poder Executivo, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
1.551-21, public. em 12-4-97	207/97-CN (nº 419/97, na origem)	Altera a legislação referente ao Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM e ao Fundo da Marinha Mercante - FMM, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.553-14, public. em 12-4-97	208/97-CN (nº 420/97, na origem)	Dispõe sobre a emissão de Notas do Tesouro Nacional - NTN destinadas a aumento de capital do Banco do Brasil S.A., e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.555-9, public. em 12-4-97	209/97-CN (nº 421/97, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito extraordinário até o limite de R\$ 106.000.000,00, para os fins que especifica.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.556-9, public. em 12-4-97	210/97-CN (nº 422/97, na origem)	Estabelece mecanismos objetivando incentivar a redução da presença do setor público estadual na atividade financeira bancária, dispõe sobre a privatização de instituições financeiras, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.558-6, public. em 12-4-97	211/97-CN (nº 423/97, na origem)	Altera a redação dos arts. 14, 18, 34, 44 e 49 da Lei nº 9.082, de 25 de julho de 1995, dos arts. 34, 35 e § 4º do art. 53 da Lei nº 9.293, de 15 de julho de 1996, que dispõem, respectivamente, sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para os exercícios de 1996 e 1997.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.463-12, public. em 16-4-97	214/97-CN (nº 433/97, na origem)	Dispõe sobre o reajuste do salário mínimo e dos benefícios da Previdência Social, altera alíquotas de contribuição para a Seguridade Social e institui contribuição para os servidores inativos da União.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.465-14, public. em 16-4-97	215/97-CN (nº 434/97, na origem)	Acrescenta § 5º ao art. 4º da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
1.469-17, public. em 16-4-97	216/97-CN (nº 435/97, na origem)	Autoriza a utilização de recursos do Fundo da Marinha Mercante - FMM, em favor da Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro - LLOYDBRÁS, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.473-30, public. em 16-4-97	217/97-CN (nº 436/97, na origem)	Dá nova redação a dispositivos da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.475-26, public. em 16-4-97	218/97-CN (nº 437/97, na origem)	Altera as Leis nºs 8.019, de 11 de abril de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.477-35, public. em 16-4-97	219/97-CN (nº 438/97, na origem)	Dispõe sobre o valor total anual das mensalidades escolares e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.478-23, public. em 16-4-97	220/97-CN (nº 439/97, na origem)	Dá nova redação aos arts. 9º da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e 2º da Lei nº 8.844, de 20 de janeiro de 1994.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.479-27, public. em 16-4-97	221/97-CN (nº 440/97, na origem)	Dispõe sobre o pagamento dos servidores civis e militares do Poder Executivo Federal, inclusive suas autarquias e fundações, bem como dos empregados das empresas públicas e das sociedades de economia mista, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.480-29, public. em 16-4-97	222/97-CN (nº 441/97, na origem)	Altera dispositivos das Leis nºs 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e 8.911, de 11 de julho de 1994, para instituir os Décimos Incorporados, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.481-48, public. em 16-4-97	223/97-CN (nº 442/97, na origem)	Altera a Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.

ID	Manifestação	Ementa	Resultado
1.482-35, public. em 16-4-97	224/97-CN (nº 443/97, na origem)	Dispõe sobre as alíquotas de contribuição para o Plano de Seguridade Social do servidor público civil ativo e inativo dos Poderes da União, das autarquias e das fundações públicas, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.512-9, public. em 16-4-97	225/97-CN (nº 444/97, na origem)	Dá nova redação aos arts. 2º da Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995, e 2º da Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992, que dispõem, respectivamente, sobre o crédito rural e sobre a concessão de subvenção econômica nas operações de crédito rural.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.520-7, public. em 16-4-97	226/97-CN (nº 445/97, na origem)	Dispõe sobre a novação de dívidas e responsabilidades do Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS; altera o Decreto-lei nº 2.406, de 5 de janeiro de 1988, e as Leis nºs 8.004, 8.100 e 8.692, de 14 de março de 1990, 5 de dezembro de 1990, e 28 de julho de 1993, respectivamente; e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.530-5, public. em 16-4-97	227/97-CN (nº 446/97, na origem)	Institui o Programa de Desligamento Voluntário de servidores civis do Poder Executivo Federal e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.549-29, public. em 16-4-97	228/97-CN (nº 451/97, na origem)	Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.554-14, public. em 16-4-97	229/97-CN (nº 447/97, na origem)	Altera os arts. 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º e 9º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.

Nº	Mensagem	Emenda	Resultado
1.559-12, public. em 16-4-97	230/97-CN (nº 448/97, na origem)	Altera a legislação do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.560-4, public. em 16-4-97	231/97-CN (nº 449/97, na origem)	Estabelece critérios para consolidação, a assunção e o refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária e outras que especifica, de responsabilidade dos Estados e do Distrito Federal.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.561-4, public. em 16-4-97	232/97-CN (nº 450/97, na origem)	Regulamenta o disposto no inciso VI do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993; dispõe sobre a intervenção da União nas causas em que figurarem, como autores ou réus, entes da administração indireta; regula os pagamentos devidos pela Fazenda Pública em virtude de sentença judiciária; revoga a Lei nº 8.197, de 27 de junho de 1991, e a Lei nº 9.081, de 19 de julho de 1995, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.562-4, public. em 16-4-97	233/97-CN (nº 453/97, na origem)	Define diretrizes e incentivos fiscais para o desenvolvimento regional e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.567-2, public. em 16-4-97	234/97-CN (nº 452/97, na origem)	Dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União, altera dispositivos dos Decretos-Leis nºs 9.760, de 5 de setembro de 1946, e 2.398, de 21 de dezembro de 1987, regulamenta o § 2º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.535-4, public. em 17-4-97	235/97-CN (nº 454/97, na origem)	Dispõe sobre o Plano de Carreira dos servidores do Banco Central do Brasil, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
1.508-16, public. em 18-4-97	237/97-CN (nº 462/97, na origem)	Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI na aquisição de equipamentos, máquinas, aparelhos e instrumentos, dispõe sobre período de apuração e prazo de recolhimento do referido imposto para as microempresas e empresas de pequeno porte, e estabelece suspensão do IPI na saída de bebidas alcoólicas, acondicionadas para venda a granel, dos estabelecimentos produtores e dos estabelecimentos equiparados a industrial.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.531-5, public. em 25-4-97	238/97-CN (nº 467/97, na origem)	Dá nova redação aos arts. 24, 26, 57 e 120 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição, institui normas para licitação e contratos da Administração Pública, e ao art. 15 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.563-4, public. em 25-4-97	239/97-CN (nº 468/97, na origem)	Dispõe sobre a incidência do imposto de renda na fonte sobre rendimentos de beneficiários residentes ou domiciliados no exterior, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.566-3, public. em 25-4-97	240/97-CN (nº 469/97, na origem)	Excepciona o contrato celebrado entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e a Companhia Docas do Rio de Janeiro de exigências fixadas em lei, ou ato dela decorrente.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.569-1, public. em 25-4-97	241/97-CN (nº 470/97, na origem)	Estabelece multa em operações de importação e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
1.570-1, public. em 25-4-97	242/97-CN (nº 471/97, na origem)	Disciplina a aplicação da tutela antecipada contra a Fazenda Pública, altera as Leis nºs 8.437, de 30 de junho de 1992, e 7.347, de 24 de julho de 1985, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.572, public. em 30-4-97	243/97-CN (nº 480/97, na origem)	Dispõe sobre o reajuste do salário mínimo.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.507-19, public. em 2-5-97	245/97-CN (nº 487/97, na origem)	Dispõe sobre medidas de fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.511-10, public. em 2-5-97	246/97-CN (nº 488/97, na origem)	Dá nova redação ao art. 44 da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, e dispõe sobre a proibição do incremento da conversão de áreas florestais em áreas agrícolas na região Norte e na parte Norte da região Centro-Oeste, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.523-7, public. em 2-5-97	247/97-CN (nº 496/97, na origem)	Altera dispositivos das Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.524-7, public. em 2-5-97	248/97-CN (nº 489/97, na origem)	Dispõe sobre a extinção de cargos no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.565-4, public. em 2-5-97	249/97-CN (nº 490/97, na origem)	Altera a legislação que rege o Salário-Educação, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
1.571-1, public. em 2-5-97	250/97-CN (nº 491/97, na origem)	Dispõe sobre amortização e parcelamento de dívidas oriundas de contribuições sociais e outras importâncias devidas ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, e pelas entidades e hospitais integrantes do Sistema Único de Saúde - SUS, ou com este contratados ou conveniados, introduz alterações na Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.573-7, public. em 5-5-97	251/97-CN (nº 497/97, na origem)	Altera dispositivos das Leis nºs 8.112, de 11 de dezembro de 1990, 8.460, de 17 de setembro de 1992, e 2.180, de 5 de fevereiro de 1954, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.534-5, public. em 12-5-97	252/97-CN (nº 511/97, na origem)	Dispõe sobre o número de Cargos de Direção e Funções Gratificadas das Instituições Federais de Ensino Superior e dos Centros Federais de Educação Tecnológica e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.537-38, public. em 12-5-97	253/97-CN (nº 512/97, na origem)	Dispõe sobre a base de cálculo da Contribuição para o Programa de Integração Social - PIS devida pelas pessoas jurídicas a que se refere o § 1º do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.538-40, public. em 12-5-97	254/97-CN (nº 514/97, na origem)	Dispõe sobre a Nota do Tesouro Nacional - NTN e sua utilização para aquisição de bens e direitos alienados no âmbito do Programa Nacional de Desestatização - PND, instituído pela Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, consolidando as normas sobre a matéria constantes da Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991, e da Lei nº 8.249, de 24 de outubro de 1991, e altera os arts. 2º e 3º da Lei nº 8.249/91.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
1.539-31, public. em 12-5-97	255/97-CN (nº 513/97, na origem)	Dispõe sobre a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.540-24, public. em 12-5-97	256/97-CN (nº 515/97, na origem)	Dispõe sobre medidas complementares ao Plano Real e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.541-24, public. em 12-5-97	257/97-CN (nº 516/97, na origem)	Dá nova redação ao § 3º do art. 52 da Lei nº 8.931, de 22 de setembro de 1994, que dispõe sobre a amortização, juros e outros encargos decorrentes da extinção ou dissolução de entidades da Administração Pública Federal, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.542-22, public. em 12-5-97	258/97-CN (nº 517/97, na origem)	Dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.543-22, public. em 12-5-97	259/97-CN (nº 518/97, na origem)	Dispõe sobre o número de cargos de Natureza Especial, de cargos do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores e de Funções Gratificadas existentes nos órgãos da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.546-19, public. em 12-5-97	260/97-CN (nº 519/97, na origem)	Dispõe sobre as contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.547-30, public. em 12-5-97	261/97-CN (nº 520/97, na origem)	Cria a Gratificação de Desempenho de Atividade de Fiscalização, a Gratificação de Desempenho de Atividade de Proteção ao Voo, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.

Nº	Mensagem	Emenda	Resultado
1.548-31, public. em 12-5-97	262/97-CN (nº 521/97, na origem)	Cria a Gratificação de Desempenho e Produtividade - GDP das atividades de finanças, controle, orçamento e planejamento, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.550-39, public. em 12-5-97	263/97-CN (nº 522/97, na origem)	Organiza e disciplina os Sistemas de Controle Interno e de Planejamento e de Orçamento do Poder Executivo, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.551-22, public. em 12-5-97	264/97-CN (nº 523/97, na origem)	Altera a legislação referente ao Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM e ao Fundo da Marinha Mercante - FMM, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.553-15, public. em 12-5-97	265/97-CN (nº 524/97, na origem)	Dispõe sobre a emissão de Notas do Tesouro Nacional - NTN destinadas a aumento de capital do Banco do Brasil S.A., e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.555-10, public. em 12-5-97	266/97-CN (nº 525/97, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito extraordinário até o limite de R\$ 106.000.000,00, para os fins que especifica.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.556-10, public. em 12-5-97	267/97-CN (nº 526/97, na origem)	Estabelece mecanismos objetivando incentivar a redução da presença do setor público estadual na atividade financeira bancária, dispõe sobre a privatização de instituições financeiras, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.

Nº	Origem	Ementa	Resultado
1.558-7, public. em 12-5-97	268/97-CN (nº 527/97, na origem)	Altera a redação dos arts. 14, 18, 34, 44 e 49 da Lei nº 9.082, de 25 de julho de 1995, dos arts. 34, 35 e § 4º do art. 53 da Lei nº 9.293, de 15 de julho de 1996, que dispõem, respectivamente, sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para os exercícios de 1996 e 1997.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.574, public. em 13-5-97	269/97-CN (nº 528/97, na origem)	Dispõe sobre a concessão de financiamento vinculado à exportação de bens ou serviços nacionais.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.463-13, public. em 16-5-97	273/97-CN (nº 554/97, na origem)	Dispõe sobre o reajuste do salário mínimo e dos benefícios da Previdência Social, altera alíquotas de contribuição para a Seguridade Social e institui contribuição para os servidores inativos da União.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.465-15, public. em 16-5-97	274/97-CN (nº 537/97, na origem)	Acrescenta § 5º ao art. 4º da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.469-18, public. em 16-5-97	275/97-CN (nº 538/97, na origem)	Autoriza a utilização de recursos do Fundo da Marinha Mercante - FMM, em favor da Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro - LLOYDBRÁS, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.473-31, public. em 16-5-97	276/97-CN (nº 539/97, na origem)	Dá nova redação a dispositivos da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.475-27, public. em 16-5-97	277/97-CN (nº 540/97, na origem)	Altera as Leis nºs 8.019, de 11 de abril de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.477-36, public. em 16-5-97	278/97-CN (nº 541/97, na origem)	Dispõe sobre o valor total anual das mensalidades escolares e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.

Nº	Mensagem	Emenda	Resultado
1.478-24, public. em 16-5-97	279/97-CN (nº 542/97, na origem)	Dá nova redação aos arts. 9º da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e 2º da Lei nº 8.844, de 20 de janeiro de 1994.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.479-23, public. em 16-5-97	280/97-CN (nº 543/97, na origem)	Dispõe sobre o pagamento dos servidores civis e militares do Poder Executivo Federal, inclusive suas autarquias e fundações, bem como dos empregados das empresas públicas e das sociedades de economia mista, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.480-30, public. em 16-5-97	281/97-CN (nº 555/97, na origem)	Altera dispositivos das Leis nºs 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e 8.911, de 11 de julho de 1994, para instituir os Décimos Incorporados, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.481-49, public. em 16-5-97	282/97-CN (nº 559/97, na origem)	Altera a Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.482-36, public. em 16-5-97	283/97-CN (nº 544/97, na origem)	Dispõe sobre as alíquotas de contribuição para o Plano de Seguridade Social do servidor público civil ativo e inativo dos Poderes da União, das autarquias e das fundações públicas, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.508-17, public. em 16-5-97	284/97-CN (nº 545/97, na origem)	Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI na aquisição de equipamentos, máquinas, aparelhos e instrumentos, dispõe sobre período de apuração e prazo de recolhimento do referido imposto para as microempresas e empresas de pequeno porte, e estabelece suspensão do IPI na saída de bebidas alcoólicas, acondicionadas para venda a granel, dos estabelecimentos produtores e dos estabelecimentos equiparados a industrial.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
1.512-10, public. em 16-5-97	285/97-CN (nº 546/97, na origem)	Dá nova redação aos arts. 2º da Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995, e 2º da Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992, que dispõem, respectivamente, sobre o crédito rural e sobre a concessão de subvenção econômica nas operações de crédito rural.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.520-8, public. em 16-5-97	286/97-CN (nº 547/97, na origem)	Dispõe sobre a novação de dívidas e responsabilidades do Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS; altera o Decreto-lei nº 2.406, de 5 de janeiro de 1988, e as Leis nºs 8.004, 8.100 e 8.692, de 14 de março de 1990, 5 de dezembro de 1990, e 28 de julho de 1993, respectivamente; e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.530-6, public. em 16-5-97	287/97-CN (nº 548/97, na origem)	Institui o Programa de Desligamento Voluntário de servidores civis do Poder Executivo Federal e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.535-5, public. em 16-5-97	288/97-CN (nº 549/97, na origem)	Dispõe sobre o Plano de Carreira dos servidores do Banco Central do Brasil, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.549-30, public. em 16-5-97	289/97-CN (nº 556/97, na origem)	Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.554-15, public. em 16-5-97	290/97-CN (nº 550/97, na origem)	Altera os arts. 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º e 9º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.559-13, public. em 16-5-97	291/97-CN (nº 551/97, na origem)	Altera a legislação do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
1.560-5, public. em 16-5-97	292/97-CN (nº 557/97, na origem)	Estabelece critérios para consolidação, a assunção e o refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária e outras que especifica, de responsabilidade dos Estados e do Distrito Federal.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.561-5, public. em 16-5-97	293/97-CN (nº 552/97, na origem)	Regulamenta o disposto no inciso VI do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993; dispõe sobre a intervenção da União nas causas em que figurarem, como autores ou réus, entes da administração indireta; regula os pagamentos devidos pela Fazenda Pública em virtude de sentença judiciária; revoga a Lei nº 8.197, de 27 de junho de 1991, e a Lei nº 9.081, de 19 de julho de 1995, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.562-5, public. em 16-5-97	294/97-CN (nº 558/97, na origem)	Define diretrizes e incentivos fiscais para o desenvolvimento regional e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.567-3, public. em 16-5-97	295/97-CN (nº 560/97, na origem)	Dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União, altera dispositivos dos Decretos-Leis nºs 9.760, de 5 de setembro de 1946, e 2.398, de 21 de dezembro de 1987, regulamenta o § 2º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.531-6, public. em 24-5-97	296/97-CN (nº 598/97, na origem)	Dá nova redação aos arts. 24, 26, 57 e 120 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição, institui normas para licitação e contratos da Administração Pública, e ao art. 15 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.

Nº	Mensagem	EMENTA	Resultado
1.563-5, public. em 24-5-97	297/97-CN (nº 599/97, na origem)	Dispõe sobre a incidência do imposto de renda na fonte sobre rendimentos de beneficiários residentes ou domiciliados no exterior, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.566-4, public. em 24-5-97	298/97-CN (nº 600/97, na origem)	Excepciona o contrato celebrado entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e a Companhia Docas do Rio de Janeiro de exigências fixadas em lei, ou ato dela decorrente.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.569-2, public. em 24-5-97	299/97-CN (nº 601/97, na origem)	Estabelece multa em operações de importação e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.570-2, public. em 24-5-97	300/97-CN (nº 602/97, na origem)	Disciplina a aplicação da tutela antecipada contra a Fazenda Pública, altera a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.507-20, public. em 30-5-97	302/97-CN (nº 609/97, na origem)	Dispõe sobre medidas de fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.511-11, public. em 30-5-97	303/97-CN (nº 610/97, na origem)	Dá nova redação ao art. 44 da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, e dispõe sobre a proibição do incremento da conversão de áreas florestais em áreas agrícolas na região Norte e na parte Norte da região Centro-Oeste, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.523-8, public. em 30-5-97	304/97-CN (nº 611/97, na origem)	Altera dispositivos das Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.524-8, public. em 30-5-97 (republicada no DO de 2-6-97)	305/97-CN (nº 612/97, na origem)	Dispõe sobre a extinção de cargos no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
1.565-5, public. em 30-5-97	306/97-CN (nº 613/97, na origem)	Altera a legislação que rege o Salário-Educação, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.571-2, public. em 30-5-97	307/97-CN (nº 614/97, na origem)	Dispõe sobre amortização e parcelamento de dívidas oriundas de contribuições sociais e outras importâncias devidas ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, e pelas entidades e hospitais integrantes do Sistema Único de Saúde - SUS, ou com este contratados ou conveniados, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.572-1, public. em 30-5-97	308/97-CN (nº 615/97, na origem)	Dispõe sobre o reajuste do salário mínimo e dos benefícios da Previdência Social.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.573-8, public. em 4-6-97	311/97-CN (nº 635/97, na origem)	Altera dispositivos das Leis nºs 8.112, de 11 de dezembro de 1990, 8.460, de 17 de setembro de 1992, e 2.180, de 5 de fevereiro de 1954, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição. No período da Convocação Extraordinária - (1º a 25-7-97)
1.575, public. em 5-6-97	312/97-CN (nº 637/97, na origem)	Dispõe sobre normas e condições gerais de proteção ao trabalho portuário, institui multas pela inobservância de seus preceitos, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição. No período da Convocação Extraordinária - (1º a 25-7-97)
1.576, public. em 6-6-97	313/97-CN (nº 639/97, na origem)	Dispõe sobre a extinção dos órgãos que menciona e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição. No período da Convocação Extraordinária - (1º a 25-7-97)

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
1.534-6, public. em 11-6-97	314/97-CN (nº 653/97, na origem)	Dispõe sobre o número de Cargos de Direção e Funções Gratificadas das Instituições Federais de Ensino Superior e dos Centros Federais de Educação Tecnológica e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição. No período da Convocação Extraordinária - (1º a 25-7-97)
1.537-39, public. em 11-6-97	315/97-CN (nº 654/97, na origem)	Dispõe sobre a base de cálculo da Contribuição para o Programa de Integração Social - PIS devida pelas pessoas jurídicas a que se refere o § 1º do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição. No período da Convocação Extraordinária - (1º a 25-7-97)
1.538-41, public. em 11-6-97	316/97-CN (nº 655/97, na origem)	Dispõe sobre a Nota do Tesouro Nacional - NTN e sua utilização para aquisição de bens e direitos alienados no âmbito do Programa Nacional de Desestatização - PND, instituído pela Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, consolidando as normas sobre a matéria constantes da Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991, e da Lei nº 8.249, de 24 de outubro de 1991, e altera os arts. 2º e 3º da Lei nº 8.249/91.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição. No período da Convocação Extraordinária - (1º a 25-7-97)
1.539-32, public. em 11-6-97	317/97-CN (nº 656/97, na origem)	Dispõe sobre a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição. No período da Convocação Extraordinária - (1º a 25-7-97)
1.540-25, public. em 11-6-97	318/97-CN (nº 657/97, na origem)	Dispõe sobre medidas complementares ao Plano Real e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição. No período da Convocação Extraordinária - (1º a 25-7-97)

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
1.541-25, public. em 11-6-97	319/97-CN (nº 658/97, na origem)	Dá nova redação ao § 3º do art. 52 da Lei nº 8.931, de 22 de setembro de 1994, que dispõe sobre a amortização, juros e outros encargos decorrentes da extinção ou dissolução de entidades da Administração Pública Federal, e dá outras providências.	Parecer Oral - Admissibilidade e Mérito (DCN 9-7-97) Relator: Dep. José Carlos Aleluia. Convertida na Lei nº 9.466, de 9-7-97 (DO 10-7-97) No período da Convocação Extraordinária - (1º a 25-7-97)
1.542-23, public. em 11-6-97	320/97-CN (nº 659/97, na origem)	Dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição. No período da Convocação Extraordinária - (1º a 25-7-97)
1.543-23, public. em 11-6-97	321/97-CN (nº 660/97, na origem)	Dispõe sobre o número de cargos de Natureza Especial, de cargos do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores e de Funções Gratificadas existentes nos órgãos da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição. No período da Convocação Extraordinária - (1º a 25-7-97)
1.546-20, public. em 11-6-97	322/97-CN (nº 661/97, na origem)	Dispõe sobre as contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição. No período da Convocação Extraordinária - (1º a 25-7-97)

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
1.547-31, public. em 11-6-97	323/97-CN (nº 662/97, na origem)	Cria a Gratificação de Desempenho de Atividade de Fiscalização, a Gratificação de Desempenho de Atividade de Proteção ao Vôo, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição. No período da Convocação Extraordinária - (1º a 25-7-97)
1.548-32, public. em 11-6-97	324/97-CN (nº 663/97, na origem)	Cria a Gratificação de Desempenho e Produtividade - GDP das atividades de finanças, controle, orçamento e planejamento, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição. No período da Convocação Extraordinária - (1º a 25-7-97)
1.550-40, public. em 11-6-97	325/97-CN (nº 664/97, na origem)	Organiza e disciplina os Sistemas de Controle Interno e de Planejamento e de Orçamento do Poder Executivo, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição. No período da Convocação Extraordinária - (1º a 25-7-97)
1.551-23, public. em 11-6-97	326/97-CN (nº 665/97, na origem)	Altera a legislação referente ao Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM e ao Fundo da Marinha Mercante - FMM, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição. No período da Convocação Extraordinária - (1º a 25-7-97)
1.553-16, public. em 11-6-97	327/97-CN (nº 666/97, na origem)	Dispõe sobre a emissão de Notas do Tesouro Nacional - NTN destinadas a aumento de capital do Banco do Brasil S.A., e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição. No período da Convocação Extraordinária - (1º a 25-7-97)

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
1.555-11, public. em 11-6-97	328/97-CN (nº 667/97, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito extraordinário até o limite de R\$ 106.000.000,00, para os fins que especifica.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição. No período da Convocação Extraordinária - (1º a 25-7-97)
1.556-11, public. em 11-6-97	329/97-CN (nº 668/97, na origem)	Estabelece mecanismos objetivando incentivar a redução da presença do setor público estadual na atividade financeira bancária, dispõe sobre a privatização de instituições financeiras, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição. No período da Convocação Extraordinária - (1º a 25-7-97)
1.558-8, public. em 11-6-97	330/97-CN (nº 669/97, na origem)	Altera a redação dos arts. 14, 18, 34, 44 e 49 da Lei nº 9.082, de 25 de julho de 1995, dos arts. 34, 35 e § 4º do art. 53 da Lei nº 9.293, de 15 de julho de 1996, que dispõem, respectivamente, sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para os exercícios de 1996 e 1997.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição. No período da Convocação Extraordinária - (1º a 25-7-97)
1.574-1, public. em 12-6-97	331/97-CN (nº 671/97, na origem)	Dispõe sobre a concessão de financiamento vinculado à exportação de bens ou serviços nacionais.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição. No período da Convocação Extraordinária - (1º a 25-7-97)
1.577, public. em 12-6-97	332/97-CN (nº 673/97, na origem)	Altera a redação dos arts. 2º, 6º, 7º, 11 e 12 da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, acresce dispositivos à Lei nº 8.437, de 30 de junho de 1992, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição. No período da Convocação Extraordinária - (1º a 25-7-97)

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
1.463-14, public. em 13-6-97	333/97-CN (nº 674/97, na origem)	Dispõe sobre o reajuste do salário mínimo e dos benefícios da Previdência Social, altera alíquotas de contribuição para a Seguridade Social e institui contribuição para os servidores inativos da União.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição. No período da Convocação Extraordinária - (1º a 25-7-97)
1.465-16, public. em 13-6-97	334/97-CN (nº 675/97, na origem)	Acrescenta § 5º ao art. 4º da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, e dá outras providências.	Parecer Oral - Admissibilidade e Mérito (DCN 9-7-97) PLV nº 5/97 Relator: Sen. Edison Lobão. Convertida na Lei nº 9.470, de 10-7-97 (DO 11-7-97) No período da Convocação Extraordinária - (1º a 25-7-97)
1.469-19, public. em 13-6-97	335/97-CN (nº 676/97, na origem)	Autoriza a utilização de recursos do Fundo da Marinha Mercante - FMM, em favor da Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro - LLOYDBRÁS, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição. No período da Convocação Extraordinária - (1º a 25-7-97)
1.473-32, public. em 13-6-97	336/97-CN (nº 677/97, na origem)	Dá nova redação a dispositivos da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição. No período da Convocação Extraordinária - (1º a 25-7-97)

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
1.475-28, public. em 13-6-97	337/97-CN (nº 678/97, na origem)	Altera as Leis nºs 8.019, de 11 de abril de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição. No período da Convocação Extraordinária - (1º a 25-7-97)
1.477-37, public. em 13-6-97	338/97-CN (nº 679/97, na origem)	Dispõe sobre o valor total anual das mensalidades escolares e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição. No período da Convocação Extraordinária - (1º a 25-7-97)
1.478-25, public. em 13-6-97	339/97-CN (nº 680/97, na origem)	Dá nova redação aos arts. 9º da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e 2º da Lei nº 8.844, de 20 de janeiro de 1994.	Parecer Oral - Admissibilidade e Mérito (DCN 9-7-97) Relator: Dep. Lídia Quinan. Convertida na Lei nº 9.467, de 10-7-97 (DO 11-7-97) No período da Convocação Extraordinária - (1º a 25-7-97)
1.479-29, public. em 13-6-97	340/97-CN (nº 681/97, na origem)	Dispõe sobre o pagamento dos servidores civis e militares do Poder Executivo Federal, inclusive suas autarquias e fundações, bem como dos empregados das empresas públicas e das sociedades de economia mista, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição. No período da Convocação Extraordinária - (1º a 25-7-97)

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
1.480-31, public. em 13-6-97	341/97-CN (nº 682/97, na origem)	Altera dispositivos das Leis nºs 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e 8.911, de 11 de julho de 1994, para instituir os Décimos Incorporados, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição. No período da Convocação Extraordinária - (1º a 25-7-97)
1.481-50, public. em 13-6-97	342/97-CN (nº 683/97, na origem)	Altera a Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição. No período da Convocação Extraordinária - (1º a 25-7-97)
1.482-37, public. em 13-6-97	343/97-CN (nº 684/97, na origem)	Dispõe sobre as alíquotas de contribuição para o Plano de Seguridade Social do servidor público civil ativo e inativo dos Poderes da União, das autarquias e das fundações públicas, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição. No período da Convocação Extraordinária - (1º a 25-7-97)
1.512-11, public. em 13-6-97	344/97-CN (nº 685/97, na origem)	Dá nova redação aos arts. 2º da Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995, e 2º da Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992, que dispõem, respectivamente, sobre o crédito rural e sobre a concessão de subvenção econômica nas operações de crédito rural.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição. No período da Convocação Extraordinária - (1º a 25-7-97)
1.520-9, public. em 13-6-97	345/97-CN (nº 686/97, na origem)	Dispõe sobre a novação de dívidas e responsabilidades do Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS; altera o Decreto-lei nº 2.406, de 5 de janeiro de 1988, e as Leis nºs 8.004, 8.100 e 8.692, de 14 de março de 1990, 5 de dezembro de 1990, e 28 de julho de 1993, respectivamente; e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição. No período da Convocação Extraordinária - (1º a 25-7-97)

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
1.530-7, public. em 13-6-97	346/97-CN (nº 687/97, na origem)	Institui o Programa de Desligamento Voluntário de servidores civis do Poder Executivo Federal e dá outras providências.	Parecer Oral - Admissibilidade e Mérito (DCN 9-7-97) Relator: Dep. Adelson Salvador. Convertida na Lei nº 9.468, de 10-7-97 (DO 11-7-97) No período da Convocação Extraordinária - (1º a 25-7-97)
1.554-16, public. em 13-6-97	347/97-CN (nº 688/97, na origem)	Altera os arts. 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º e 9º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição. No período da Convocação Extraordinária - (1º a 25-7-97)
1.559-14, public. em 13-6-97	348/97-CN (nº 689/97, na origem)	Altera a legislação do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição. No período da Convocação Extraordinária - (1º a 25-7-97)

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
1.561-6, public. em 13-6-97	349/97-CN (nº 690/97, na origem)	Regulamenta o disposto no inciso VI do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993; dispõe sobre a intervenção da União nas causas em que figurarem, como autores ou réus, entes da administração indireta; regula os pagamentos devidos pela Fazenda Pública em virtude de sentença judiciária; revoga a Lei nº 8.197, de 27 de junho de 1991, e a Lei nº 9.081, de 19 de julho de 1995, e dá outras providências.	Parecer Oral - Admissibilidade e Mérito (DCN 9-7-97) Relator: Sen. Ronaldo Cunha Lima. Convertida na Lei nº 9.469, de 10-7-97 (DO 11-7-97) No período da Convocação Extraordinária - (1º a 25-7-97)
1.562-6, public. em 13-6-97	350/97-CN (nº 691/97, na origem)	Define diretrizes e incentivos fiscais para o desenvolvimento regional e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição. No período da Convocação Extraordinária - (1º a 25-7-97)
1.567-4, public. em 13-6-97	351/97-CN (nº 692/97, na origem)	Dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União, altera dispositivos dos Decretos-Leis nºs 9.760, de 5 de setembro de 1946, e 2.398, de 21 de dezembro de 1987, regulamenta o § 2º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição. No período da Convocação Extraordinária - (1º a 25-7-97)

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
1.508-18, public. em 14-6-97	352/97-CN (nº 693/97, na origem)	Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI na aquisição de equipamentos, máquinas, aparelhos e instrumentos, dispõe sobre período de apuração e prazo de recolhimento do referido imposto para as microempresas e empresas de pequeno porte, e estabelece suspensão do IPI na saída de bebidas alcoólicas, acondicionadas para venda a granel, dos estabelecimentos produtores e dos estabelecimentos equiparados a industrial.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição. No período da Convocação Extraordinária - (1º a 25-7-97)
1.535-6, public. em 14-6-97	353/97-CN (nº 696/97, na origem)	Dispõe sobre o Plano de Carreira dos servidores do Banco Central do Brasil, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição. No período da Convocação Extraordinária - (1º a 25-7-97)
1.549-31, public. em 14-6-97	354/97-CN (nº 694/97, na origem)	Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição. No período da Convocação Extraordinária - (1º a 25-7-97)
1.560-8, public. em 14-6-97	355/97-CN (nº 695/97, na origem)	Estabelece critérios para consolidação, a assunção e o refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária e outras que especifica, de responsabilidade dos Estados e do Distrito Federal.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição. No período da Convocação Extraordinária - (1º a 25-7-97)

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
1.578, public. em 18-6-97	356/97-CN (nº 703/97, na origem)	Dispõe sobre a administração do Instituto de Resseguros do Brasil - IRB, sobre a transferência e a transformação de suas ações, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição. No período da Convocação Extraordinária - (1º a 25-7-97)
1.531-7, public. em 23-6-97	358/97-CN (nº 711/97, na origem)	Dá nova redação aos arts. 24, 26, 57 e 120 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição, institui normas para licitação e contratos da Administração Pública, e ao art. 15 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição. No período da Convocação Extraordinária - (1º a 25-7-97)
1.563-6, public. em 23-6-97	359/97-CN (nº 712/97, na origem)	Dispõe sobre a incidência do imposto de renda na fonte sobre rendimentos de beneficiários residentes ou domiciliados no exterior, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição. No período da Convocação Extraordinária - (1º a 25-7-97)
1.566-5, public. em 23-6-97	360/97-CN (nº 713/97, na origem)	Excepciona o contrato celebrado entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e a Companhia Docas do Rio de Janeiro de exigências fixadas em lei, ou ato dela decorrente.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição. No período da Convocação Extraordinária - (1º a 25-7-97)
1.569-3, public. em 23-6-97	361/97-CN (nº 714/97, na origem)	Estabelece multa em operações de importação e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição. No período da Convocação Extraordinária - (1º a 25-7-97)

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
1.570-3, public. em 23-6-97	362/97-CN (nº 715/97, na origem)	Disciplina a aplicação da tutela antecipada contra a Fazenda Pública, altera a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição. No período da Convocação Extraordinária - (1º a 25-7-97)
1.507-21, public. em 28-6-97	364/97-CN (nº 721/97, na origem)	Dispõe sobre medidas de fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.511-12, public. em 28-6-97	365/97-CN (nº 722/97, na origem)	Dá nova redação ao art. 44 da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, e dispõe sobre a proibição do incremento da conversão de áreas florestais em áreas agrícolas na região Norte e na parte Norte da região Centro-Oeste, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.523-9, public. em 28-6-97	366/97-CN (nº 723/97, na origem)	Altera dispositivos das Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.524-9, public. em 28-6-97	367/97-CN (nº 724/97, na origem)	Dispõe sobre a extinção de cargos no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.565-6, public. em 28-6-97	368/97-CN (nº 725/97, na origem)	Altera a legislação que rege o Salário-Educação, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.571-3, public. em 28-6-97	369/97-CN (nº 726/97, na origem)	Dispõe sobre amortização e parcelamento de dívidas oriundas de contribuições sociais e outras importâncias devidas ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, e pelas entidades e hospitais integrantes do Sistema Único de Saúde - SUS, ou com este contratados ou conveniados, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.

Nº	Mensagem	Emenda	Resultado
1.572-2, public. em 28-6-97	370/97-CN (nº 727/97, na origem)	Dispõe sobre o reajuste do salário mínimo e dos benefícios da Previdência Social.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.573-9, public. em 4-7-97	371/97-CN (nº 740/97, na origem)	Altera dispositivos das Leis nºs. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, 8.460, de 17 de setembro de 1992, e 2.180, de 5 de fevereiro de 1954, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.575-1, public. em 4-7-97	372/97-CN (nº 741/97, na origem)	Dispõe sobre normas e condições gerais de proteção ao trabalho portuário, institui multas pela inobservância de seus preceitos, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.576-1, public. em 4-7-97	373/97-CN (nº 742/97, na origem)	Dispõe sobre a extinção dos órgãos que menciona e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.534-7, public. em 11-7-97	374/97-CN (nº 761/97, na origem)	Dispõe sobre o número de Cargos de Direção e Funções Gratificadas das Instituições Federais de Ensino Superior e dos Centros Federais de Educação Tecnológica e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.537-40, public. em 11-7-97	375/97-CN (nº 762/97, na origem)	Dispõe sobre a base de cálculo da Contribuição para o Programa de Integração Social - PIS devida pelas pessoas jurídicas a que se refere o § 1º do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.538-42, public. em 11-7-97	376/97-CN (nº 763/97, na origem)	Dispõe sobre a Nota do Tesouro Nacional - NTN e sua utilização para aquisição de bens e direitos alienados no âmbito do Programa Nacional de Desestatização - PND, instituído pela Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, consolidando as normas sobre a matéria constantes da Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991, e da Lei nº 8.249, de 24 de outubro de 1991, e altera os arts. 2º e 3º da Lei nº 8.249/91.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
1.539-33, public. em 11-7-97	377/97-CN (nº 764/97, na origem)	Dispõe sobre a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.540-26, public. em 11-7-97	378/97-CN (nº 765/97, na origem)	Dispõe sobre medidas complementares ao Plano Real e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.542-24, public. em 11-7-97	379/97-CN (nº 766/97, na origem)	Dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.543-24, public. em 11-7-97	380/97-CN (nº 767/97, na origem)	Dispõe sobre o número de cargos de Natureza Especial, de cargos do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores e de Funções Gratificadas existentes nos órgãos da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.546-21, public. em 11-7-97	381/97-CN (nº 768/97, na origem)	Dispõe sobre as contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.547-32, public. em 11-7-97	382/97-CN (nº 769/97, na origem)	Cria a Gratificação de Desempenho de Atividade de Fiscalização, a Gratificação de Desempenho de Atividade de Proteção ao Voo, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.548-33, public. em 11-7-97	383/97-CN (nº 770/97, na origem)	Cria a Gratificação de Desempenho e Produtividade - GDP das atividades de finanças, controle, orçamento e planejamento, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.550-41, public. em 11-7-97	384/97-CN (nº 771/97, na origem)	Organiza e disciplina os Sistemas de Controle Interno e de Planejamento e de Orçamento do Poder Executivo, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
1.551-24, public. em 11-7-97	385/97-CN (nº 772/97, na origem)	Altera a legislação referente ao Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM e ao Fundo da Marinha Mercante - FMM, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.553-17, public. em 11-7-97	386/97-CN (nº 773/97, na origem)	Dispõe sobre a emissão de Notas do Tesouro Nacional - NTN destinadas a aumento de capital do Banco do Brasil S.A., e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.555-12, public. em 11-7-97	387/97-CN (nº 774/97, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito extraordinário até o limite de R\$ 106.000.000,00, para os fins que especifica.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.556-12, public. em 11-7-97	388/97-CN (nº 775/97, na origem)	Estabelece mecanismos objetivando incentivar a redução da presença do setor público estadual na atividade financeira bancária, dispõe sobre a privatização de instituições financeiras, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.558-9, public. em 11-7-97	389/97-CN (nº 776/97, na origem)	Altera a redação dos arts. 14, 18, 34, 44 e 49 da Lei nº 9.082, de 25 de julho de 1995, dos arts. 19, 34, 35 e § 4º do art. 53 da Lei nº 9.293, de 15 de julho de 1996, que dispõem, respectivamente, sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para os exercícios de 1996 e 1997.	Revogada pela MPV nº 1.579-10, public. em 24.7.97.
1.574-2, public. em 11-7-97	390/97-CN (nº 777/97, na origem)	Dispõe sobre a concessão de financiamento vinculado à exportação de bens ou serviços nacionais.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
1.577-1, public. em 11-7-97	391/97-CN (nº 778/97, na origem)	Altera a redação dos arts. 2º, 6º, 7º, 11 e 12 da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, acresce dispositivo à Lei nº 8.437, de 30 de junho de 1992, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.463-15, public. em 12-7-97	395/97-CN (nº 779/97, na origem)	Dispõe sobre o reajuste do salário mínimo e dos benefícios da Previdência Social, altera alíquotas de contribuição para a Seguridade Social e institui contribuição para os servidores inativos da União.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.469-20, public. em 12-7-97	396/97-CN (nº 780/97, na origem)	Autoriza a utilização de recursos do Fundo da Marinha Mercante - FMM, em favor da Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro - LLOYDBRÁS, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.473-33, public. em 12-7-97	397/97-CN (nº 781/97, na origem)	Dá nova redação a dispositivos da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.475-29, public. em 12-7-97	398/97-CN (nº 782/97, na origem)	Altera as Leis nºs 8.019, de 11 de abril de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.477-38, public. em 12-7-97	399/97-CN (nº 783/97, na origem)	Dispõe sobre o valor total anual das mensalidades escolares e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.479-30, public. em 12-7-97	400/97-CN (nº 784/97, na origem)	Dispõe sobre o pagamento dos servidores civis e militares do Poder Executivo Federal, inclusive suas autarquias e fundações, bem como dos empregados das empresas públicas e das sociedades de economia mista, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.

Nº	Mensagem	Emenda	Resultado
1.480-32, public. em 12-7-97	401/97-CN (nº 785/97, na origem)	Altera dispositivos da Lei nº 8.911, de 11 de julho de 1994, para instituir os Décimos Incorporados, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.481-51, public. em 12-7-97	402/97-CN (nº 786/97, na origem)	Altera a Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.482-38, public. em 12-7-97	403/97-CN (nº 787/97, na origem)	Dispõe sobre as alquotas de contribuição para o Plano de Seguridade Social do servidor público civil ativo e inativo dos Poderes da União, das autarquias e das fundações públicas, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.512-12, public. em 12-7-97	404/97-CN (nº 788/97, na origem)	Dá nova redação aos arts. 2º da Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995, e 2º da Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992, que dispõem, respectivamente, sobre o crédito rural e sobre a concessão de subvenção econômica nas operações de crédito rural.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.520-10, public. em 12-7-97	405/97-CN (nº 789/97, na origem)	Dispõe sobre a novação de dívidas e responsabilidades do Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS; altera o Decreto-Lei nº 2.406, de 5 de janeiro de 1988, e as Leis nºs 8.004, 8.100 e 8.692, de 14 de março de 1990, 5 de dezembro de 1990, e 28 de julho de 1993, respectivamente; e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.554-17, public. em 12-7-97	406/97-CN (nº 790/97, na origem)	Altera os arts. 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º e 9º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.

Nº	Mensagem	Emenda	Resultado
1.559-15, public. em 12-7-97	407/97-CN (nº 791/97, na origem)	Altera a legislação do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.562-7, public. em 12-7-97	408/97-CN (nº 792/97, na origem)	Define diretrizes e incentivos fiscais para o desenvolvimento regional e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.567-5, public. em 12-7-97	409/97-CN (nº 793/97, na origem)	Dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União, altera dispositivos dos Decretos-Leis nºs 9.760, de 5 de setembro de 1946, e 2.398, de 21 de dezembro de 1987, regulamenta o § 2º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.508-19, public. em 14-7-97	410/97-CN (nº 794/97, na origem)	Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI na aquisição de equipamentos, máquinas, aparelhos e instrumentos, dispõe sobre período de apuração e prazo de recolhimento do referido imposto para as microempresas e empresas de pequeno porte, e estabelece suspensão do IPI na saída de bebidas alcoólicas, acondicionadas para venda a granel, dos estabelecimentos produtores e dos estabelecimentos equiparados a industrial.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.535-7, public. em 14-7-97	411/97-CN (nº 795/97, na origem)	Dispõe sobre o Plano de Carreira dos servidores do Banco Central do Brasil, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.549-32, public. em 14-7-97	412/97-CN (nº 796/97, na origem)	Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
1.560-7, public. em 14-7-97	413/97-CN (nº 797/97, na origem)	Estabelece critérios para a consolidação, a assunção e o refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária e outras que especifica, de responsabilidade dos Estados e do Distrito Federal.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.578-1, public. em 18-7-97	415/97-CN (nº 816/97, na origem)	Dispõe sobre a administração do Instituto de Resseguros do Brasil - IRB, sobre a transferência e a transformação de suas ações, e dá outras providências.	Parecer Oral - Admissibilidade e Mérito (DCN 13-8-97) Relator: Dep. Luiz Carlos Haully. Convertida na Lei nº 9.482, de 13-8-97 (DO 14-8-97)
1.531-8, public. em 23-7-97	419/97-CN (nº 823/97, na origem)	Dá nova redação aos arts. 24, 26, 57 e 120 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição, institui normas para licitação e contratos da Administração Pública, e ao art. 15 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.563-7, public. em 23-7-97	420/97-CN (nº 827/97, na origem)	Dispõe sobre a incidência do imposto de renda na fonte sobre rendimentos de beneficiários residentes ou domiciliados no exterior, e dá outras providências.	Parecer Oral - Admissibilidade e Mérito (DCN 13-8-97) Relator: Dep. Edinho Bez. Convertida na Lei nº 9.481, de 13-8-97 (DO 14-8-97)

Nº	Origem	Ementa	Resultado
1.566-6, public. em 23-7-97	421/97-CN (nº 826/97, na origem)	Excepciona o contrato celebrado entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e a Companhia Docas do Rio de Janeiro de exigências fixadas em lei, ou ato dela decorrente.	Parecer Oral - Admissibilidade e Mérito (DCN 13-8-97) Relator. Dep. Rubem Medina. Convertida na Lei nº 9.480, de 13-8-97 (DO 14-8-97)
1.569-4, public. em 23-7-97	422/97-CN (nº 825/97, na origem)	Estabelece multa em operações de importação e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.570-4, public. em 23-7-97	423/97-CN (nº 824/97, na origem)	Disciplina a aplicação da tutela antecipada contra a Fazenda Pública, altera a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.579-10, public. em 24-7-97	426/97-CN (nº 843/97, na origem)	Altera a redação dos arts. 14, 18, 34, 44 e 49 da Lei nº 9.082, de 25 de julho de 1995, dos arts. 19, 34, 35 e § 4º do art. 53 da Lei nº 9.293, de 15 de julho de 1996, que dispõem, respectivamente, sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para os exercícios de 1996 e 1997.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.580, public. em 24-7-97	427/97-CN (nº 844/97, na origem)	Autoriza a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS a adquirir o controle acionário da Companhia Energética de Alagoas - CEAL, para efeito de sua inclusão no Programa Nacional de Desestatização - PND.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.507-22, public. em 28-7-97	431/97-CN (nº 850/97, na origem)	Dispõe sobre medidas de fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
1.511-13, public. em 28-7-97	432/97-CN (nº 851/97, na origem)	Dá nova redação ao art. 44 da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, e dispõe sobre a proibição do incremento da conversão de áreas florestais em áreas agrícolas na região Norte e na parte Norte da região Centro-Oeste, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.523-10, public. em 28-7-97	433/97-CN (nº 852/97, na origem)	Altera dispositivos das Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.524-10, public. em 28-7-97	434/97-CN (nº 853/97, na origem)	Dispõe sobre a extinção de cargos no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.565-7, public. em 28-7-97	435/97-CN (nº 854/97, na origem)	Altera a legislação que rege o Salário-Educação, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.571-4, public. em 28-7-97	436/97-CN (nº 855/97, na origem)	Dispõe sobre amortização e parcelamento de dívidas oriundas de contribuições sociais e outras importâncias devidas ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, e pelas entidades e hospitais integrantes do Sistema Único de Saúde - SUS, ou com este contratados ou conveniados, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.572-3, public. em 28-7-97	437/97-CN (nº 856/97, na origem)	Dispõe sobre o reajuste do salário mínimo e dos benefícios da Previdência Social.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.573-10, public. em 1º-8-97	438/97-CN (nº 857/97, na origem)	Altera dispositivos das Leis nºs 8.112, de 11 de dezembro de 1990, 8.460, de 17 de setembro de 1992, e 2.180, de 5 de fevereiro de 1954, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
1.575-2, public. em 1º-8-97	439/97-CN (nº 858/97, na origem)	Dispõe sobre normas e condições gerais de proteção ao trabalho portuário, institui multas pela inobservância de seus preceitos, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.576-2, public. em 1º-8-97	440/97-CN (nº 859/97, na origem)	Dispõe sobre a extinção dos órgãos que menciona e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.534-8, public. em 8-8-97	444/97-CN (nº 877/97, na origem)	Dispõe sobre o número de Cargos de Direção e Funções Gratificadas das Instituições Federais de Ensino Superior e dos Centros Federais de Educação Tecnológica e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.537-41, public. em 8-8-97	445/97-CN (nº 878/97, na origem)	Dispõe sobre a base de cálculo da Contribuição para o Programa de Integração Social - PIS devida pelas pessoas jurídicas a que se refere o § 1º do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.538-43, public. em 8-8-97	446/97-CN (nº 879/97, na origem)	Dispõe sobre a Nota do Tesouro Nacional - NTN e sua utilização para aquisição de bens e direitos alienados no âmbito do Programa Nacional de Desestatização - PND, instituído pela Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, consolidando as normas sobre a matéria constantes da Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991, e da Lei nº 8.249, de 24 de outubro de 1991, e altera os arts. 2º e 3º da Lei nº 8.249/91.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.539-34, public. em 8-8-97	447/97-CN (nº 873/97, na origem)	Dispõe sobre a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.540-27, public. em 8-8-97	448/97-CN (nº 880/97, na origem)	Dispõe sobre medidas complementares ao Plano Real e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.

Nº	Menção	Emenda	Resultado
1.542-25, public. em 8-8-97	449/97-CN (nº 874/97, na origem)	Dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.543-25, public. em 8-8-97	450/97-CN (nº 875/97, na origem)	Dispõe sobre o número de cargos de Natureza Especial, de cargos do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores e de Funções de Confiança existentes nos órgãos da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.546-22, public. em 8-8-97	451/97-CN (nº 876/97, na origem)	Dispõe sobre as contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.547-33, public. em 8-8-97	452/97-CN (nº 881/97, na origem)	Cria a Gratificação de Desempenho de Atividade de Fiscalização, a Gratificação de Desempenho de Atividade de Proteção ao Voo, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.548-34, public. em 8-8-97	453/97-CN (nº 882/97, na origem)	Cria a Gratificação de Desempenho e Produtividade - GDP das atividades de finanças, controle, orçamento e planejamento, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.550-42, public. em 8-8-97	454/97-CN (nº 883/97, na origem)	Organiza e disciplina os Sistemas de Controle Interno e de Planejamento e de Orçamento do Poder Executivo, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.551-25, public. em 8-8-97	455/97-CN (nº 884/97, na origem)	Altera a legislação referente ao Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM e ao Fundo da Marinha Mercante - FMM, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.

Nº	Matrícula	Emenda	Resultado
1.553-18, public. em 8-8-97	456/97-CN (nº 885/97, na origem)	Dispõe sobre a emissão de Notas do Tesouro Nacional - NTN destinadas a aumento de capital do Banco do Brasil S.A., e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.555-13, public. em 8-8-97	457/97-CN (nº 886/97, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito extraordinário até o limite de R\$ 106.000.000,00, para os fins que especifica.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.556-13, public. em 8-8-97	458/97-CN (nº 887/97, na origem)	Estabelece mecanismos objetivando incentivar a redução da presença do setor público estadual na atividade financeira bancária, dispõe sobre a privatização de instituições financeiras, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.574-3, public. em 8-8-97	459/97-CN (nº 888/97, na origem)	Dispõe sobre a concessão de financiamento vinculado à exportação de bens ou serviços nacionais.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.577-2, public. em 8-8-97	460/97-CN (nº 889/97, na origem)	Altera a redação dos arts. 2º, 6º, 7º, 11 e 12 da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, acresce dispositivo à Lei nº 8.437, de 30 de junho de 1992, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.463-16, public. em 11-8-97	462/97-CN (nº 892/97, na origem)	Dispõe sobre o reajuste do salário mínimo e dos benefícios da Previdência Social, altera alíquotas de contribuição para a Seguridade Social e institui contribuição para os servidores inativos da União.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.469-21, public. em 11-8-97	463/97-CN (nº 893/97, na origem)	Autoriza a utilização de recursos do Fundo da Marinha Mercante - FMM, em favor da Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro - LLOYDBRÁS, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
1.473-34, public. em 11-8-97	464/97-CN (nº 894/97, na origem)	Dá nova redação a dispositivos da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.475-30, public. em 11-8-97	465/97-CN (nº 895/97, na origem)	Altera as Leis nºs 8.019, de 11 de abril de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.477-39, public. em 11-8-97	466/97-CN (nº 896/97, na origem)	Dispõe sobre o valor total anual das mensalidades escolares e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.479-31, public. em 11-8-97	467/97-CN (nº 897/97, na origem)	Dispõe sobre o pagamento dos servidores civis e militares do Poder Executivo Federal, inclusive suas autarquias e fundações, bem como dos empregados das empresas públicas e das sociedades de economia mista, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.480-33, public. em 11-8-97	468/97-CN (nº 898/97, na origem)	Altera dispositivos da Lei nº 8.911, de 11 de julho de 1994, para instituir os Décimos Incorporados, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
1.481-52, public. em 11-8-97	469/97-CN (nº 899/97, na origem)	Altera a Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, e dá outras providências.	Parecer Oral - Admissibilidade Parecer nº 9/97-CN - Mérito (DSF 22-8-97) (O Parecer nº 9 foi republicado para inclusão de manifestação do Relator no DCN de 11-9-97) PLV nº 6/97 (DCN 28-8-97) Relator: Dep. Rubem Medina. Convertida na Lei nº 9.491, de 9-9-97 (DO 10-9-97) - (lei republicada no DO de 11-9-97)
1.482-39, public. em 11-8-97	470/97-CN (nº 900/97, na origem)	Dispõe sobre as alíquotas de contribuição para o Plano de Seguridade Social do servidor público civil ativo e inativo dos Poderes da União, das autarquias e das fundações públicas, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.512-13, public. em 11-8-97 (retificada no DO de 12-8-97)	471/97-CN (nº 901/97, na origem)	Dá nova redação aos arts. 2º da Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995, e 2º da Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992, que dispõem, respectivamente, sobre o crédito rural e sobre a concessão de subvenção econômica nas operações de crédito rural.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.520-11, public. em 11-8-97	472/97-CN (nº 902/97, na origem)	Dispõe sobre a novação de dívidas e responsabilidades do Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS; altera o Decreto-Lei nº 2.406, de 5 de janeiro de 1988, e as Leis nºs 8.004, 8.100 e 8.692, de 14 de março de 1990, 5 de dezembro de 1990, e 28 de julho de 1993, respectivamente; e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.

Nº	Mensagem	Emenda	Resultado
1.554-18, public. em 11-8-97	473/97-CN (nº 903/97, na origem)	Altera os arts. 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º e 9º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.559-16, public. em 11-8-97	474/97-CN (nº 904/97, na origem)	Altera a legislação do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.562-8, public. em 11-8-97	475/97-CN (nº 905/97, na origem)	Define diretrizes e incentivos fiscais para o desenvolvimento regional e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.567-6, public. em 11-8-97	476/97-CN (nº 906/97, na origem)	Dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União, altera dispositivos dos Decretos-Leis nºs 9.760, de 5 de setembro de 1946, e 2.398, de 21 de dezembro de 1987, regulamenta o § 2º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.508-20, public. em 13-8-97	477/97-CN (nº 911/97, na origem)	Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI na aquisição de equipamentos, máquinas, aparelhos e instrumentos, dispõe sobre período de apuração e prazo de recolhimento do referido imposto para as microempresas e empresas de pequeno porte, e estabelece suspensão do IPI na saída de bebidas alcoólicas, acondicionadas para venda a granel, dos estabelecimentos produtores e dos estabelecimentos equiparados a industrial.	Parecer Oral - Admissibilidade e Mérito (DCN 11-9-97) Relator: Dep. José Carlos Aleluia. Convertida na Lei nº 9.493 de 10-9-97 (DO 11-9-97)
1.535-8, public. em 13-8-97	478/97-CN (nº 912/97, na origem)	Dispõe sobre o Plano de Carreira dos servidores do Banco Central do Brasil, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
1.549-33, public. em 13-8-97	479/97-CN (nº 913/97, na origem)	Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.560-8, public. em 13-8-97	480/97-CN (nº 914/97, na origem)	Estabelece critérios para a consolidação, a assunção e o refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária e outras que especifica, de responsabilidade dos Estados e do Distrito Federal.	Parecer Oral - Admissibilidade e Mérito (DCN 11-9-97) PLV nº 7/97 Relator: Sen. Edison Lobão. Convertida na Lei nº 9.496 de 11-9-97 (DO 12-9-97)
1.581, public. em 15-8-97	485/97-CN (nº 919/97, na origem)	Autoriza a União a adquirir ações da Companhia Energética de Alagoas - CEAL, pertencentes ao Estado de Alagoas.	Revogada pela MP nº 1.580-1, public. em 22-8-97.
1.582, public. em 15-8-97	486/97-CN (nº 920/97, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Encargos Financeiros da União - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda, crédito extraordinário até o limite de R\$ 61.000.000,00, para os fins que especifica.	Parecer Oral - Admissibilidade e Mérito (DCN 11-9-97) Relator: Dep. Antônio Carlos Pannunzio. Convertida na Lei nº 9.495 de 10-9-97 (DO 11-9-97)
1.531-9, public. em 22-8-97	487/97-CN (nº 936/97, na origem)	Dá nova redação aos arts. 24, 26, 57 e 120 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição, institui normas para licitação e contratos da Administração Pública, e ao art. 15 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.

Nº	Matrícula	Emenda	Resultado
1.569-5, public. em 22-8-97	488/97-CN (nº 937/97, na origem)	Estabelece multa em operações de importação e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.570-5, public. em 22-8-97	489/97-CN (nº 938/97, na origem)	Disciplina a aplicação da tutela antecipada contra a Fazenda Pública, altera a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, e dá outras providências.	Parecer Oral - Admissibilidade e Mérito (DCN 11-9-97) Relator: Dep. Jairo Carneiro. Convertida na Lei nº 9.494 de 10-9-97 (DO 11-9-97)
1.579-11, public. em 22-8-97	490/97-CN (nº 939/97, na origem)	Altera a redação dos arts. 14, 18, 34, 44 e 49 da Lei nº 9.082, de 25 de julho de 1995, dos arts. 19, 34, 35 e § 4º do art. 53 da Lei nº 9.293, de 15 de julho de 1996, que dispõem, respectivamente, sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para os exercícios de 1996 e 1997.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.580-1, public. em 22-8-97	491/97-CN (nº 940/97, na origem)	Autoriza a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS e a União a adquirirem ações da Companhia Energética de Alagoas - CEAL, para efeito de sua inclusão no Programa Nacional de Desestatização - PND, bem assim o aumento do capital social das Companhias Docas do Rio de Janeiro - CDRJ e Docas do Estado de São Paulo - CODESP, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.507-23, public. em 27-8-97	492/97-CN (nº 944/97, na origem)	Dispõe sobre medidas de fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.

Nº	Origem	Emenda	Resultado
1.511-14, public. em 27-8-97	493/97-CN (nº 945/97, na origem)	Dá nova redação ao art. 44 da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, e dispõe sobre a proibição do incremento da conversão de áreas florestais em áreas agrícolas na região Norte e na parte Norte da região Centro-Oeste, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.523-11, public. em 27-8-97	494/97-CN (nº 946/97, na origem)	Altera dispositivos das Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.524-11, public. em 27-8-97	495/97-CN (nº 947/97, na origem)	Dispõe sobre a extinção de cargos no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.565-8, public. em 27-8-97	496/97-CN (nº 948/97, na origem)	Altera a legislação que rege o Salário-Educação, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.571-5, public. em 27-8-97	497/97-CN (nº 949/97, na origem)	Dispõe sobre amortização e parcelamento de dívidas oriundas de contribuições sociais e outras importâncias devidas ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, e pelas entidades e hospitais integrantes do Sistema Único de Saúde - SUS, ou com este contratados ou conveniados, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.572-4, public. em 27-8-97	498/97-CN (nº 950/97, na origem)	Dispõe sobre o reajuste do salário mínimo e dos benefícios da Previdência Social.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.583, public. em 28-8-97	499/97-CN (nº 951/97, na origem)	Cria o Fundo de Garantia à Exportação - FGE, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.573-11, public. em 30-8-97	501/97-CN (nº 956/97, na origem)	Altera dispositivos das Leis nºs 8.112, de 11 de dezembro de 1990, 8.460, de 17 de setembro de 1992, e 2.180, de 5 de fevereiro de 1954, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.

Nº	Mensagem	Emenda	Resultado
1.575-3, public. em 30-8-97	502/97-CN (nº 957/97, na origem)	Dispõe sobre normas e condições gerais de proteção ao trabalho portuário, institui multas pela inobservância de seus preceitos, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.576-3, public. em 30-8-97	503/97-CN (nº 958/97, na origem)	Dispõe sobre a extinção dos órgãos que menciona e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.584, public. em 3-9-97	505/97-CN (nº 970/97, na origem)	Autoriza a União a receber em valores mobiliários os dividendos e juros sobre o capital próprio a serem pagos por entidades de cujo capital o Tesouro Nacional participe.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.534-9, public. em 5-9-97	506/97-CN (nº 980/97, na origem)	Dispõe sobre o número de Cargos de Direção e Funções Gratificadas das Instituições Federais de Ensino Superior e dos Centros Federais de Educação Tecnológica e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.537-42, public. em 5-9-97	507/97-CN (nº 981/97, na origem)	Dispõe sobre a base de cálculo da Contribuição para o Programa de Integração Social - PIS devida pelas pessoas jurídicas a que se refere o § 1º do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.538-44, public. em 5-9-97	508/97-CN (nº 982/97, na origem)	Dispõe sobre a Nota do Tesouro Nacional - NTN e sua utilização para aquisição de bens e direitos alienados no âmbito do Programa Nacional de Desestatização - PND, instituído pela Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, consolidando as normas sobre a matéria constantes da Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991, e da Lei nº 8.249, de 24 de outubro de 1991, e altera os arts. 2º e 3º da Lei nº 8.249/91.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.539-35, public. em 5-9-97	509/97-CN (nº 983/97, na origem)	Dispõe sobre a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
1.540-28, public. em 5-9-97	510/97-CN (nº 984/97, na origem)	Dispõe sobre medidas complementares ao Plano Real e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.542-26, public. em 5-9-97	511/97-CN (nº 985/97, na origem)	Dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.543-26, public. em 5-9-97	512/97-CN (nº 986/97, na origem)	Dispõe sobre o número de cargos de Natureza Especial, de cargos do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores e de Funções de Confiança existentes nos órgãos da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.546-23, public. em 5-9-97	513/97-CN (nº 987/97, na origem)	Dispõe sobre as contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.547-34, public. em 5-9-97	514/97-CN (nº 988/97, na origem)	Cria a Gratificação de Desempenho de Atividade de Fiscalização, a Gratificação de Desempenho de Atividade de Proteção ao Voo, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.548-35, public. em 5-9-97	515/97-CN (nº 989/97, na origem)	Cria a Gratificação de Desempenho e Produtividade - GDP das atividades de finanças, controle, orçamento e planejamento, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.550-43, public. em 5-9-97	516/97-CN (nº 990/97, na origem)	Organiza e disciplina os Sistemas de Controle Interno e de Planejamento e de Orçamento do Poder Executivo, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.551-26, public. em 5-9-97	517/97-CN (nº 991/97, na origem)	Altera a legislação referente ao Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM e ao Fundo da Marinha Mercante - FMM, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
1.553-19, public. em 5-9-97	518/97-CN (nº 992/97, na origem)	Dispõe sobre a emissão de Notas do Tesouro Nacional - NTN destinadas a aumento de capital do Banco do Brasil S.A., e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.555-14, public. em 5-9-97	519/97-CN (nº 993/97, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito extraordinário até o limite de R\$ 106.000.000,00, para os fins que especifica.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.556-14, public. em 5-9-97	520/97-CN (nº 994/97, na origem)	Estabelece mecanismos objetivando incentivar a redução da presença do setor público estadual na atividade financeira bancária, dispõe sobre a privatização de instituições financeiras, e dá outras providências.	Revogada pela MP nº 1.590-15, public. em 25-9-97.
1.574-4, public. em 5-9-97	521/97-CN (nº 995/97, na origem)	Dispõe sobre a concessão de financiamento vinculado à exportação de bens ou serviços nacionais.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.577-3, public. em 5-9-97	522/97-CN (nº 996/97, na origem)	Altera a redação dos arts. 2º, 6º, 7º, 11 e 12 da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, acresce dispositivo à Lei nº 8.437, de 30 de junho de 1992, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.463-17, public. em 10-9-97	526/97-CN (nº 1.007/97, na origem)	Dispõe sobre o reajuste do salário mínimo e dos benefícios da Previdência Social, altera alíquotas de contribuição para a Seguridade Social e institui contribuição para os servidores inativos da União.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.469-22, public. em 10-9-97	527/97-CN (nº 1.008/97, na origem)	Autoriza a utilização de recursos do Fundo da Marinha Mercante - FMM, em favor da Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro - LLOYDBRÁS, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.

Nº	Mensagem	Emenda	Resultado
1.473-35, public. em 10-9-97	528/97-CN (nº 1.009/97, na origem)	Dá nova redação a dispositivos da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.475-31, public. em 10-9-97	529/97-CN (nº 1.010/97, na origem)	Altera as Leis nºs 8.019, de 11 de abril de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.477-40, public. em 10-9-97	530/97-CN (nº 1.011/97, na origem)	Dispõe sobre o valor total anual das mensalidades escolares e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.479-32, public. em 10-9-97	531/97-CN (nº 1.012/97, na origem)	Dispõe sobre o pagamento dos servidores civis e militares do Poder Executivo Federal, inclusive suas autarquias e fundações, bem como dos empregados das empresas públicas e das sociedades de economia mista, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.480-34, public. em 10-9-97	532/97-CN (nº 1.013/97, na origem)	Altera dispositivos da Lei nº 8.911, de 11 de julho de 1994, para instituir os Décimos Incorporados, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.482-40, public. em 10-9-97	533/97-CN (nº 1.014/97, na origem)	Dispõe sobre as alíquotas de contribuição para o Plano de Seguridade Social do servidor público civil ativo e inativo dos Poderes da União, das autarquias e das fundações públicas, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.512-14, public. em 10-9-97	534/97-CN (nº 1.018/97, na origem)	Dá nova redação aos arts. 2º da Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995, e 2º da Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992, que dispõem, respectivamente, sobre o crédito rural e sobre a concessão de subvenção econômica nas operações de crédito rural.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
1.520-12, public. em 10-9-97	535/97-CN (nº 1.019/97, na origem)	Dispõe sobre a novação de dívidas e responsabilidades do Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS; altera o Decreto-Lei nº 2.406, de 5 de janeiro de 1988, e as Leis nºs 8.004, 8.100 e 8.692, de 14 de março de 1990, 5 de dezembro de 1990, e 28 de julho de 1993, respectivamente; e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.554-19, public. em 10-9-97	536/97-CN (nº 1.015/97, na origem)	Altera os arts. 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º e 9º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.559-17, public. em 10-9-97	537/97-CN (nº 1.016/97, na origem)	Altera a legislação do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.562-9, public. em 10-9-97	538/97-CN (nº 1.017/97, na origem)	Define diretrizes e incentivos fiscais para o desenvolvimento regional e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.567-7, public. em 10-9-97	539/97-CN (nº 1.020/97, na origem)	Dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União, altera dispositivos dos Decretos-Leis nºs 9.760, de 5 de setembro de 1946, e 2.398, de 21 de dezembro de 1987, regulamenta o § 2º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.585, public. em 10-9-97	540/97-CN (nº 1.022/97, na origem)	Institui as Gratificações de Desempenho de Função Essencial à Justiça - GFJ, de Atividade de Informações Estratégicas - GDI, de Atividade Fundiária - GAF, e Provisória - GP e dá outras providências.	Revogada pela MP nº 1.587-1, public. em 15-9-97.

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
1.549-34, public. em 12-9-97	541/97-CN (nº 1.025/97, na origem)	Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.535-9, public. em 12-9-97	542/97-CN (nº 1.029/97, na origem)	Dispõe sobre o Plano de Carreira dos servidores do Banco Central do Brasil, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.586, public. em 12-9-97	543/97-CN (nº 1.030/97, na origem)	Dispõe sobre a recuperação de haveres do Tesouro Nacional e do Instituto Nacional do Seguro Social INSS e a utilização de Títulos da Dívida Pública, de responsabilidade do Tesouro Nacional, na quitação de débitos com o INSS, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.587-1, public. em 15-9-97	545/97-CN (nº 1.033/97, na origem)	Institui as Gratificações de Desempenho de Função Essencial à Justiça - GFJ, de Atividade de Informações Estratégicas - GDI, de Atividade Fundiária - GAF, e Provisória - GP e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.588, public. em 15-9-97	546/97-CN (nº 1.034/97, na origem)	Cria carreiras no âmbito do Poder Executivo Federal, cria as Gratificações de Desempenho e Eficiência - GDE e de Desempenho de Atividade de Defesa Agropecuária - GDA e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.531-10, public. em 19-9-97	549/97-CN (nº 1.048/97, na origem)	Dá nova redação aos arts. 24, 26, 57 e 120 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição, institui normas para licitação e contratos da Administração Pública, e ao art. 15 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
1.569-6, public. em 19-9-97	550/97-CN (nº 1.049/97, na origem)	Estabelece multa em operações de importação e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.579-12, public. em 19-9-97	551/97-CN (nº 1.050/97, na origem)	Altera a redação dos arts. 14, 18, 34, 44 e 49 da Lei nº 9.082, de 25 de julho de 1995, dos arts. 19, 34, 35 e § 4º do art. 53 da Lei nº 9.293, de 15 de julho de 1996, que dispõem, respectivamente, sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para os exercícios de 1996 e 1997.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.580-2, public. em 19-9-97	552/97-CN (nº 1.051/97, na origem)	Autoriza a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS e a União a adquirirem ações da Companhia Energética de Alagoas - CEAL, para efeito de sua inclusão no Programa Nacional de Desestatização - PND, bem assim o aumento do capital social das Companhias Docas do Rio de Janeiro - CDRJ e Docas do Estado de São Paulo - CODESP, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.589, public. em 25-9-97	553/97-CN (nº 1.059/97, na origem)	Altera dispositivos da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.590-15, public. em 25-9-97	554/97-CN (nº 1.060/97, na origem)	Estabelece mecanismos objetivando incentivar a redução da presença do setor público estadual na atividade financeira bancária, dispõe sobre a privatização de instituições financeiras, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.507-24, public. em 26-9-97	555/97-CN (nº 1.079/97, na origem)	Dispõe sobre medidas de fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
1.511-15, public. em 26-9-97	556/97-CN (nº 1.080/97, na origem)	Dá nova redação ao art. 44 da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, e dispõe sobre a proibição do incremento da conversão de áreas florestais em áreas agrícolas na região Norte e na parte Norte da região Centro-Oeste, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.523-12, public. em 26-9-97	557/97-CN (nº 1.081/97, na origem)	Altera dispositivos das Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.524-12, public. em 26-9-97	558/97-CN (nº 1.082/97, na origem)	Dispõe sobre a extinção de cargos no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.565-9, public. em 26-9-97	559/97-CN (nº 1.083/97, na origem)	Altera a legislação que rege o Salário-Educação, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.571-6, public. em 26-9-97	560/97-CN (nº 1.084/97, na origem)	Dispõe sobre amortização e parcelamento de dívidas oriundas de contribuições sociais e outras importâncias devidas ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.572-5, public. em 26-9-97	561/97-CN (nº 1.085/97, na origem)	Dispõe sobre o reajuste do salário mínimo e dos benefícios da Previdência Social.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.583-1, public. em 26-9-97	562/97-CN (nº 1.086/97, na origem)	Cria o Fundo de Garantia à Exportação - FGE, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.573-12, public. em 29-9-97	563/97-CN (nº 1.087/97, na origem)	Altera dispositivos das Leis nºs 8.112, de 11 de dezembro de 1990, 8.460, de 17 de setembro de 1992, e 2.180, de 5 de fevereiro de 1954, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.

Nº	Mensagem	Emenda	Resultado
1.575-4, public. em 29-9-97	564/97-CN (nº 1.088/97, na origem)	Dispõe sobre normas e condições gerais de proteção ao trabalho portuário, institui multas pela inobservância de seus preceitos, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.576-4, public. em 29-9-97	565/97-CN (nº 1.089/97, na origem)	Dispõe sobre a extinção dos órgãos que menciona e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.584-1, public. em 2-10-97	566/97-CN (nº 1.091/97, na origem)	Autoriza a União a receber em valores mobiliários os dividendos e juros sobre o capital próprio a serem pagos por entidades de cujo capital o Tesouro Nacional participe.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.534-10, public. em 3-10-97	568/97-CN (nº 1.106/97, na origem)	Dispõe sobre o número de Cargos de Direção e Funções Gratificadas das Instituições Federais de Ensino Superior e dos Centros Federais de Educação Tecnológica e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.537-43, public. em 3-10-97	569/97-CN (nº 1.107/97, na origem)	Dispõe sobre a base de cálculo da Contribuição para o Programa de Integração Social - PIS devida pelas pessoas jurídicas a que se refere o § 1º do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.538-45 public. em 3-10-97	570/97-CN (nº 1.108/97, na origem)	Dispõe sobre a Nota do Tesouro Nacional - NTN e sua utilização para aquisição de bens e direitos alienados no âmbito do Programa Nacional de Desestatização - PND, de que trata a Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, consolidando as normas sobre a matéria constantes da Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991, e da Lei nº 8.249, de 24 de outubro de 1991, e altera os arts. 2º e 3º da Lei nº 8.249/91.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.539-36, public. em 3-10-97	571/97-CN (nº 1.109/97, na origem)	Dispõe sobre a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
1.540-29, public. em 3-10-97	572/97-CN (nº 1.110/97, na origem)	Dispõe sobre medidas complementares ao Plano Real e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.542-27, public. em 3-10-97	573/97-CN (nº 1.111/97, na origem)	Dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.543-27, public. em 3-10-97	574/97-CN (nº 1.112/97, na origem)	Dispõe sobre o número de cargos de Natureza Especial, de cargos do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores e de Funções de Confiança existentes nos órgãos da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.546-24, public. em 3-10-97	575/97-CN (nº 1.113/97, na origem)	Dispõe sobre as contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.547-35, public. em 3-10-97	576/97-CN (nº 1.114/97, na origem)	Cria a Gratificação de Desempenho de Atividade de Fiscalização, a Gratificação de Desempenho de Atividade de Proteção ao Voo, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.548-36, public. em 3-10-97	577/97-CN (nº 1.121/97, na origem)	Cria a Gratificação de Desempenho e Produtividade - GDP das atividades de finanças, controle, orçamento e planejamento, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.550-44, public. em 3-10-97	578/97-CN (nº 1.115/97, na origem)	Organiza e disciplina os Sistemas de Controle Interno e de Planejamento e de Orçamento do Poder Executivo, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.551-27, public. em 3-10-97	579/97-CN (nº 1.116/97, na origem)	Altera a legislação referente ao Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM e ao Fundo da Marinha Mercante - FMM, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
1.553-20, public. em 3-10-97	580/97-CN (nº 1.117/97, na origem)	Dispõe sobre a emissão de Notas do Tesouro Nacional - NTN destinadas a aumento de capital do Banco do Brasil S.A., e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.555-15, public. em 3-10-97	581/97-CN (nº 1.118/97, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito extraordinário até o limite de R\$ 106.000.000,00, para os fins que especifica.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.574-5, public. em 3-10-97	582/97-CN (nº 1.119/97, na origem)	Dispõe sobre a concessão de financiamento vinculado à exportação de bens ou serviços nacionais.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.577-4, public. em 3-10-97	583/97-CN (nº 1.120/97, na origem)	Altera a redação dos arts. 2º, 6º, 7º, 11 e 12 da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, acresce dispositivo à Lei nº 8.437, de 30 de junho de 1992, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.463-18, public. em 10-10-97	588/97-CN (nº 1.151/97, na origem)	Dispõe sobre o reajuste do salário mínimo e dos benefícios da Previdência Social, altera alíquotas de contribuição para a Seguridade Social e institui contribuição para os servidores inativos da União.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.469-23, public. em 10-10-97	589/97-CN (nº 1.152/97, na origem)	Autoriza a utilização de recursos do Fundo da Marinha Mercante - FMM, em favor da Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro - LLOYDBRÁS, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.473-36, public. em 10-10-97	590/97-CN (nº 1.153/97, na origem)	Dá nova redação a dispositivos da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.

Nº	Mensagem	EMENTA	Resultado
1.475-32, public. em 10-10-97	591/97-CN (nº 1.154/97, na origem)	Altera as Leis nºs 8.019, de 11 de abril de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.477-41, public. em 10-10-97	592/97-CN (nº 1.155/97, na origem)	Dispõe sobre o valor total anual das mensalidades escolares e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.479-33, public. em 10-10-97	593/97-CN (nº 1.156/97, na origem)	Dispõe sobre o pagamento dos servidores civis e militares do Poder Executivo Federal, inclusive suas autarquias e fundações, bem como dos empregados das empresas públicas e das sociedades de economia mista, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.480-35, public. em 10-10-97	594/97-CN (nº 1.157/97, na origem)	Altera dispositivos da Lei nº 8.911, de 11 de julho de 1994, para instituir os Décimos Incorporados, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.482-41, public. em 10-10-97	595/97-CN (nº 1.158/97, na origem)	Dispõe sobre as alíquotas de contribuição para o Plano de Seguridade Social do servidor público civil ativo e inativo dos Poderes da União, das autarquias e das fundações públicas, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.512-15, public. em 10-10-97	596/97-CN (nº 1.159/97, na origem)	Dá nova redação aos arts. 2º da Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995, e 2º da Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992, que dispõem, respectivamente, sobre o crédito rural e sobre a concessão de subvenção econômica nas operações de crédito rural.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.

Nº	Matrícula	Assunto	Resultado
1.520-13, public. em 10-10-97	597/97-CN (nº 1.160/97, na origem)	Dispõe sobre a novação de dívidas e responsabilidades do Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS; altera o Decreto-Lei nº 2.406, de 5 de janeiro de 1988, e as Leis nºs 8.004, 8.100 e 8.692, de 14 de março de 1990, 5 de dezembro de 1990, e 28 de julho de 1993, respectivamente; e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.535-10, public. em 10-10-97	598/97-CN (nº 1.161/97, na origem)	Dispõe sobre o Plano de Carreira dos servidores do Banco Central do Brasil, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.549-35, public. em 10-10-97	599/97-CN (nº 1.162/97, na origem)	Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.554-20, public. em 10-10-97	600/97-CN (nº 1.163/97, na origem)	Altera os arts. 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º e 9º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.559-18, public. em 10-10-97	601/97-CN (nº 1.164/97, na origem)	Altera a legislação do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.562-10, public. em 10-10-97	602/97-CN (nº 1.165/97, na origem)	Define diretrizes e incentivos fiscais para o desenvolvimento regional e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.567-8, public. em 10-10-97	603/97-CN (nº 1.166/97, na origem)	Dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União, altera dispositivos dos Decretos-Leis nºs 9.760, de 5 de setembro de 1946, e 2.398, de 21 de dezembro de 1987, regulamenta o § 2º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.

Nº	Mensagem	Emenda	Resultado
1.586-1, public. em 10-10-97	604/97-CN (nº 1.167/97, na origem)	Dispõe sobre a recuperação de haveres do Tesouro Nacional e do Instituto Nacional do Seguro Social INSS e a utilização de Títulos da Dívida Pública, de responsabilidade do Tesouro Nacional, na quitação de débitos com o INSS, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.591, public. em 10-10-97	605/97-CN (nº 1.150/97, na origem)	Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção do Laboratório Nacional de Luz Sincrotron e da Fundação Roquette Pinto e a absorção de suas atividades por organizações sociais, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.587-2, public. em 15-10-97	606/97-CN (nº 1.187/97, na origem)	Institui as Gratificações de Desempenho de Função Essencial à Justiça - GFJ, de Atividade de Informações Estratégicas - GDI, de Atividade Fundiária - GAF, e Provisória - GP e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.588-1, public. em 15-10-97	607/97-CN (nº 1.188/97, na origem)	Cria carreiras no âmbito do Poder Executivo Federal, cria as Gratificações de Desempenho e Eficiência - GDE e de Desempenho de Atividade de Defesa Agropecuária - GDA e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.592, public. em 16-10-97	611/97-CN (nº 1.194/97, na origem)	Extingue a Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro - LLOYDBRAS e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.593, public. em 16-10-97	612/97-CN (nº 1.195/97, na origem)	Isenta do Imposto de Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados partes e peças destinadas à industrialização de bens de informática a serem adquiridos pelo Tribunal Superior Eleitoral - TSE.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
1.531-11, public. em 18-10-97	613/97-CN (nº 1.202/97, na origem)	Altera dispositivos das Leis nºs 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, 9.074, de 7 de julho de 1995, 9.427, de 26 de dezembro de 1996, autoriza o Poder Executivo a promover a reestruturação da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS e de suas subsidiárias, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.569-7, public. em 18-10-97	614/97-CN (nº 1.203/97, na origem)	Estabelece multa em operações de importação e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.579-13, public. em 18-10-97	615/97-CN (nº 1.204/97, na origem)	Altera a redação dos arts. 14, 18, 34, 44 e 49 da Lei nº 9.082, de 25 de julho de 1995, dos arts. 19, 34, 35 e § 4º do art. 53 da Lei nº 9.293, de 15 de julho de 1996, que dispõem, respectivamente, sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para os exercícios de 1996 e 1997.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.580-3, public. em 18-10-97	616/97-CN (nº 1.205/97, na origem)	Autoriza a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS e a União a adquirirem ações da Companhia Energética de Alagoas - CEAL, da Companhia Energética do Piauí - CEPISA, da Centrais Elétricas de Rondônia S.A. - CERON e da Companhia de Eletricidade do Acre - ELETROACRE, para efeito de inclusão dessas empresas no Programa Nacional de Desestatização - PND, bem como o aumento do capital social das Companhias Docas do Rio de Janeiro - CDRJ e Docas do Estado de São Paulo - CODESP, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.

Nº	Mensagem	Emenda	Resultado
1.594, public. em 22-10-97	624/97-CN (nº 1.215/97, na origem)	Altera procedimentos relativos ao Programa Nacional de Desestatização, de que trata a Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.507-25, public. em 24-10-97	625/97-CN (nº 1.226/97, na origem)	Dispõe sobre medidas de fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.511-16, public. em 24-10-97	626/97-CN (nº 1.227/97, na origem)	Dá nova redação ao art. 44 da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, e dispõe sobre a proibição do incremento da conversão de áreas florestais em áreas agrícolas na região Norte e na parte Norte da região Centro-Oeste, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.523-13, public. em 24-10-97	627/97-CN (nº 1.228/97, na origem)	Altera dispositivos das Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, e dá outras providências.	Revogada pela MP nº 1.596-14, public. em 11-11-97.
1.524-13, public. em 24-10-97	628/97-CN (nº 1.229/97, na origem)	Dispõe sobre a extinção de cargos no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.565-10, public. em 24-10-97	629/97-CN (nº 1.230/97, na origem)	Altera a legislação que rege o Salário-Educação, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.571-7, public. em 24-10-97	630/97-CN (nº 1.231/97, na origem)	Dispõe sobre amortização e parcelamento de dívidas oriundas de contribuições sociais e outras importâncias devidas ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.572-6, public. em 24-10-97	631/97-CN (nº 1.232/97, na origem)	Dispõe sobre o reajuste do salário mínimo e dos benefícios da Previdência Social.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.

Nº	Mensagem	Emenda	Resultado
1.583-2, public. em 24-10-97	632/97-CN (nº 1.233/97, na origem)	Cria o Fundo de Garantia à Exportação - FGE, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.589-1, public. em 24-10-97	633/97-CN (nº 1.234/97, na origem)	Altera dispositivos da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.590-16, public. em 24-10-97	634/97-CN (nº 1.235/97, na origem)	Estabelece mecanismos objetivando incentivar a redução da presença do setor público estadual na atividade financeira bancária, dispõe sobre a privatização de instituições financeiras, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.573-13, public. em 29-10-97	638/97-CN (nº 1.250/97, na origem)	Altera dispositivos das Leis nºs 8.112, de 11 de dezembro de 1990, 8.460, de 17 de setembro de 1992, e 2.180, de 5 de fevereiro de 1954, e dá outras providências.	Revogada pela MP nº 1.595-14, public. em 11-11-97.
1.575-5, public. em 29-10-97	639/97-CN (nº 1.251/97, na origem)	Dispõe sobre normas e condições gerais de proteção ao trabalho portuário, institui multas pela inobservância de seus preceitos, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.576-5, public. em 29-10-97	640/97-CN (nº 1.252/97, na origem)	Dispõe sobre a extinção dos órgãos que menciona e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.534-11, public. em 31-10-97	686/97-CN (nº 1.300/97, na origem)	Dispõe sobre o número de Cargos de Direção e Funções Gratificadas das Instituições Federais de Ensino Superior e dos Centros Federais de Educação Tecnológica, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.537-44, public. em 31-10-97	687/97-CN (nº 1.301/97, na origem)	Dispõe sobre a base de cálculo da Contribuição para o Programa de Integração Social - PIS devida pelas pessoas jurídicas a que se refere o § 1º do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.

Nº	Monografia	Ementa	Resultado
1.538-46 public. em 31-10-97	688/97-CN (nº 1.302/97, na origem)	Dispõe sobre a Nota do Tesouro Nacional - NTN e sua utilização para aquisição de bens e direitos alienados no âmbito do Programa Nacional de Desestatização - PND, de que trata a Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, consolidando as normas sobre a matéria constantes da Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991, e da Lei nº 8.249, de 24 de outubro de 1991, e altera os arts. 2º e 3º da Lei nº 8.249/91.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.539-37, public. em 31-10-97	689/97-CN (nº 1.303/97, na origem)	Dispõe sobre a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.540-30, public. em 31-10-97	690/97-CN (nº 1.304/97, na origem)	Dispõe sobre medidas complementares ao Plano Real e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.542-28, public. em 31-10-97	691/97-CN (nº 1.305/97, na origem)	Dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.543-28, public. em 31-10-97	692/97-CN (nº 1.306/97, na origem)	Dispõe sobre o número de cargos de Natureza Especial, de cargos do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores e de Funções de Confiança existentes nos órgãos da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.546-25, public. em 31-10-97	693/97-CN (nº 1.307/97, na origem)	Dispõe sobre as contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.547-36, public. em 31-10-97	694/97-CN (nº 1.308/97, na origem)	Cria a Gratificação de Desempenho de Atividade de Fiscalização - GDAF, a Gratificação de Desempenho de Atividade de Proteção ao Voo - GDACTA, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.

Nº	Mensagem	Emenda	Resultado
1.548-37, public. em 31-10-97	695/97-CN (nº 1.316/97, na origem)	Cria a Gratificação de Desempenho e Produtividade - GDP das atividades de finanças, controle, orçamento e planejamento, de Desempenho Diplomático - GDD, de Desempenho de Atividade de Chancelaria - GDC e de Desempenho de Atividade de Ciência e Tecnologia - GDCT, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.550-45, public. em 31-10-97	696/97-CN (nº 1.309/97, na origem)	Organiza e disciplina os Sistemas de Controle Interno e de Planejamento e de Orçamento do Poder Executivo, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.551-28, public. em 31-10-97	697/97-CN (nº 1.310/97, na origem)	Altera a legislação referente ao Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM e ao Fundo da Marinha Mercante - FMM, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.553-21, public. em 31-10-97	698/97-CN (nº 1.311/97, na origem)	Dispõe sobre a emissão de Notas do Tesouro Nacional - NTN destinadas a aumento de capital do Banco do Brasil S.A., e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.555-16, public. em 31-10-97	699/97-CN (nº 1.312/97, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito extraordinário até o limite de R\$ 106.000.000,00, para os fins que especifica.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.574-6, public. em 31-10-97	700/97-CN (nº 1.313/97, na origem)	Dispõe sobre a concessão de financiamento vinculado à exportação de bens ou serviços nacionais.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.577-5, public. em 31-10-97	701/97-CN (nº 1.315/97, na origem)	Altera a redação dos arts. 2º, 6º, 7º, 11 e 12 da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, acresce dispositivo à Lei nº 8.437, de 30 de junho de 1992, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
1.584-2, public. em 31-10-97	702/97-CN (nº 1.314/97, na origem)	Autoriza a União a receber em valores mobiliários os dividendos e juros sobre o capital próprio a serem pagos por entidades de cujo capital o Tesouro Nacional participe.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.463-19, public. em 7-11-97	704/97-CN (nº 1.334/97, na origem)	Dispõe sobre o reajuste do salário mínimo e dos benefícios da Previdência Social, altera alíquotas de contribuição para a Seguridade Social e institui contribuição para os servidores inativos da União.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.469-24, public. em 7-11-97	705/97-CN (nº 1.335/97, na origem)	Autoriza a utilização de recursos do Fundo da Marinha Mercante - FMM, em favor da Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro - LLOYDBRÁS, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.473-37, public. em 7-11-97	706/97-CN (nº 1.336/97, na origem)	Dá nova redação a dispositivos da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, e dá outras providências.	Revogada pela MP nº 1.599-38, public. em 12-11-97.
1.475-33, public. em 7-11-97	707/97-CN (nº 1.337/97, na origem)	Altera as Leis nºs 8.019, de 11 de abril de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.477-42, public. em 7-11-97	708/97-CN (nº 1.338/97, na origem)	Dispõe sobre o valor total anual das mensalidades escolares e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.479-34, public. em 7-11-97	709/97-CN (nº 1.339/97, na origem)	Dispõe sobre o pagamento dos servidores civis e militares do Poder Executivo Federal, inclusive suas autarquias e fundações, bem como dos empregados das empresas públicas e das sociedades de economia mista, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.480-36, public. em 7-11-97	710/97-CN (nº 1.340/97, na origem)	Altera dispositivos da Lei nº 8.911, de 11 de julho de 1994, para instituir os Décimos Incorporados, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
1.482-42, public. em 7-11-97	711/97-CN (nº 1.341/97, na origem)	Dispõe sobre as alíquotas de contribuição para o Plano de Seguridade Social do servidor público civil ativo e inativo dos Poderes da União, das autarquias e das fundações públicas, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.512-16, public. em 7-11-97	712/97-CN (nº 1.342/97, na origem)	Dá nova redação aos arts. 2º da Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995, e 1º, 2º e 3º da Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992, que dispõem, respectivamente, sobre o crédito rural e sobre a concessão de subvenção econômica nas operações de crédito rural.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.520-14, public. em 7-11-97	713/97-CN (nº 1.343/97, na origem)	Dispõe sobre a novação de dívidas e responsabilidades do Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS; altera o Decreto-Lei nº 2.406, de 5 de janeiro de 1988, e as Leis nºs 8.004, 8.100 e 8.692, de 14 de março de 1990, 5 de dezembro de 1990, e 28 de julho de 1993, respectivamente; e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.535-11, public. em 7-11-97	714/97-CN (nº 1.344/97, na origem)	Dispõe sobre o Plano de Carreira dos servidores do Banco Central do Brasil, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.549-36, public. em 7-11-97	715/97-CN (nº 1.351/97, na origem)	Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.554-21, public. em 7-11-97	716/97-CN (nº 1.345/97, na origem)	Altera os arts. 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º e 9º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.

Nº	Número	Emenda	Resultado
1.559-19, public. em 7-11-97	717/97-CN (nº 1.346/97, na origem)	Altera a legislação do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.562-11, public. em 7-11-97	718/97-CN (nº 1.347/97, na origem)	Define diretrizes e incentivos fiscais para o desenvolvimento regional e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.567-9, public. em 7-11-97	719/97-CN (nº 1.348/97, na origem)	Dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União, altera dispositivos dos Decretos-Leis nºs 9.760, de 5 de setembro de 1946, e 2.398, de 21 de dezembro de 1987, regulamenta o § 2º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.586-2, public. em 7-11-97	720/97-CN (nº 1.349/97, na origem)	Dispõe sobre a recuperação de haveres do Tesouro Nacional e do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e a utilização de Títulos da Dívida Pública, de responsabilidade do Tesouro Nacional, na quitação de débitos com o INSS, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.591-1, public. em 7-11-97	721/97-CN (nº 1.350/97, na origem)	Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção Laboratório Nacional de Luz Síncrotron e da Fundação Roquette Pinto e a absorção de suas atividades por organizações sociais, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
1.595-14, public. em 11-11-97	722/97-CN (nº 1.352/97, na origem)	Altera dispositivos das Leis nºs 8.112, de 11 de dezembro de 1990, 8.460, de 17 de setembro de 1992, e 2.180, de 5 de fevereiro de 1954, e dá outras providências.	Parecer Oral - Admissibilidade Parecer nº 52/97-CN de Mérito (DSF 29-11-97) PLV nº 12/97 Relator: Dep. Sandro Mabel. Convertida na Lei nº 9.527 de 10-12-97 (DO 11-12-97)
1.596-14, public. em 11-11-97	723/97-CN (nº 1.353/97, na origem)	Altera dispositivos das Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, e dá outras providências.	Parecer Oral - Admissibilidade Parecer nº 53/97-CN de Mérito (DSF 29-11-97) PLV nº 13/97 Relator: Sen. José Fogaça. Convertida na Lei nº 9.528 de 10-12-97 (DO 11-12-97)
1.597, public. em 11-11-97	724/97-CN (nº 1.354/97, na origem)	Dispõe sobre recursos não reclamados correspondentes às contas de depósitos não recadastrados, e dá outras providências.	Parecer Oral - Admissibilidade Parecer nº 32/97-CN de Mérito (DSF 21-11-97) Relator: Sen. Elcio Alvares. Convertida na Lei nº 9.526 de 8-12-97 (DO 9-12-97)

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
1.598, public. em 12-11-97	725/97-CN (nº 1.367/97, na origem)	Dispõe sobre exportação indireta e dá outras providências.	Parecer Oral - Admissibilidade Parecer nº 34/97-CN de Mérito (DSF 27-11-97) PLV nº 8/97 Relator: Dep. Luís Roberto Ponte. Convertida na Lei nº 9.529 de 10-12-97 (DO 11-12-97)
1.599-38, public. em 12-11-97	726/97-CN (nº 1.368/97, na origem)	Dá nova redação a dispositivos da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, e dá outras providências.	Parecer Oral - Admissibilidade Parecer nº 40/97-CN de Mérito (DSF 27-11-97) PLV nº 9/97 Relator: Dep. José Lourenço Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.600, public. em 12-11-97	727/97-CN (nº 1.369/97, na origem)	Dispõe sobre a utilização dos dividendos e do superávit financeiro de fundos e de entidades da Administração Pública Federal indireta, e dá outras providências.	Parecer Oral - Admissibilidade Parecer nº 41/97-CN de Mérito (DSF 28-11-97) PLV nº 10/97 Relator: Sen. Wilson Kleinübing. Convertida na Lei nº 9.530 de 10-12-97 (DO 11-12-97)

Nº	Origem	Ementa	Resultado
1.601, public. em 12-11-97	728/97-CN (nº 1.370/97, na origem)	Cria o Fundo de Garantia para Promoção da Competitividade - FGPC, e dá outras providências.	Parecer Oral - Admissibilidade - Parecer nº 51/97-CN de Mérito (DSF 28-11-97) PLV nº 11/97 Relator: Sen. José Roberto Arruda. Convertida na Lei nº 9.531 de 10-12-97 (DO 11-12-97)
1.531-12, public. em 14-11-97	729/97-CN (nº 1.381/97, na origem)	Altera dispositivos das Leis nºs 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, 9.074, de 7 de julho de 1995, 9.427, de 26 de dezembro de 1996, autoriza o Poder Executivo a promover a reestruturação da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS e de suas subsidiárias, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.569-8, public. em 14-11-97	730/97-CN (nº 1.382/97, na origem)	Estabelece multa em operações de importação e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.579-14, public. em 14-11-97	731/97-CN (nº 1.383/97, na origem)	Altera a redação dos arts. 14, 18, 34, 44 e 49 da Lei nº 9.082, de 25 de julho de 1995, dos arts. 19, 34, 35 e § 4º do art. 53 da Lei nº 9.293, de 15 de julho de 1996, que dispõem, respectivamente, sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para os exercícios de 1996 e 1997.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
1.580-4, public. em 14-11-97	732/97-CN (nº 1.384/97, na origem)	Autoriza a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS e a União a adquirirem ações da Companhia Energética de Alagoas - CEAL, da Companhia energética do Piauí - CEPISA, da Centrais Elétricas de Rondonia S.A. - CERON e da Companhia de Eletricidade do Acre - ELETROACRE, para efeito de inclusão dessas empresas no Programa Nacional de Desestatização - PND, bem como o aumento do capital social das Companhias Docas do Rio de Janeiro - CDRJ e Docas do Estado de São Paulo - CODESP, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.587-3, public. em 14-11-97	733/97-CN (nº 1.385/97, na origem)	Institui as Gratificações de Desempenho de Função Essencial à Justiça - GFJ, de Atividade de Informações Estratégicas - GDI, de Atividade Fundiária - GAF, e Provisória - GP, e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.588-2, public. em 14-11-97	734/97-CN (nº 1.386/97, na origem)	Cria carreiras no âmbito do Poder Executivo Federal, cria as Gratificações de Desempenho e Eficiência - GDE e de Desempenho de Atividade de Defesa Agropecuária - GDA e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.592-1, public. em 14-11-97	735/97-CN (nº 1.387/97, na origem)	Extingue a Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro - LLOYDBRAS e dá outras providências.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.
1.593-1, public. em 14-11-97	736/97-CN (nº 1.388/97, na origem)	Isenta do Imposto de Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados partes e peças destinadas à industrialização de bens de informática a serem adquiridos pelo Tribunal Superior Eleitoral - TSE.	Não apreciada. Perde eficácia desde a edição.

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
1.602, public. em 17-11-97	737/97-CN (nº 1.389/97, na origem)	Altera a legislação tributária federal e dá outras providências.	Parecer Oral - Admissibilidade e Mérito (DCN 3-12-97) PLV nº 14/97 Relator: Dep. Roberto Brant. Convertida na Lei nº 9.532 de 10-12-97 (DO 11-12-97)
1.507-26, public. em 21-11-97	738/97-CN (nº 1.415/97, na origem)	Dispõe sobre medidas de fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional e dá outras providências.	Revogada pela MP nº 1.604-27, public. em 12-12-97.
1.511-17, public. em 21-11-97	739/97-CN (nº 1.416/97, na origem)	Dá nova redação ao art. 44 da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, e dispõe sobre a proibição do incremento da conversão de áreas florestais em áreas agrícolas na região Norte e na parte Norte da região Centro-Oeste, e dá outras providências.	Revogada pela MP nº 1.605-18, public. em 12-12-97.
1.524-14, public. em 21-11-97	740/97-CN (nº 1.417/97, na origem)	Dispõe sobre a extinção de cargos no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências.	Revogada pela MP nº 1.606-15, public. em 12-12-97.
1.565-11, public. em 21-11-97	741/97-CN (nº 1.418/97, na origem)	Altera a legislação que rege o Salário-Educação, e dá outras providências.	Revogada pela MP nº 1.607-12, public. em 12-12-97.
1.571-8, public. em 21-11-97	742/97-CN (nº 1.419/97, na origem)	Dispõe sobre amortização e parcelamento de dívidas oriundas de contribuições sociais e outras importâncias devidas ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, e dá outras providências.	Revogada pela MP nº 1.608-9, public. em 12-12-97.

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
1.572-7, public. em 21-11-97	743/97-CN (nº 1.420/97, na origem)	Dispõe sobre o reajuste do salário mínimo e dos benefícios da Previdência Social.	Revogada pela MP nº 1.609-8, public. em 12-12-97.
1.583-3, public. em 21-11-97	744/97-CN (nº 1.421/97, na origem)	Cria o Fundo de Garantia à Exportação - FGE, e dá outras providências.	Revogada pela MP nº 1.610-4, public. em 12-12-97.
1.589-2, public. em 21-11-97	745/97-CN (nº 1.422/97, na origem)	Altera dispositivos da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, e dá outras providências.	Revogada pela MP nº 1.611-3, public. em 12-12-97.
1.590-17, public. em 21-11-97	746/97-CN (nº 1.423/97, na origem)	Estabelece mecanismos objetivando incentivar a redução da presença do setor público estadual na atividade financeira bancária, dispõe sobre a privatização de instituições financeiras, e dá outras providências.	Revogada pela MP nº 1.612-18, public. em 12-12-97.
1.594-1, public. em 21-11-97	747/97-CN (nº 1.424/97, na origem)	Altera procedimentos relativos ao Programa Nacional de Desestatização, de que trata a Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, e dá outras providências.	Revogada pela MP nº 1.613-2, public. em 12-12-97.
1.534-12, public. em 28-11-97	749/97-CN (nº 1.452/97, na origem)	Dispõe sobre o número de Cargos de Direção e Funções Gratificadas das Instituições Federais de Ensino Superior e dos Centros Federais de Educação Tecnológica, e dá outras providências.	Revogada pela MP nº 1.616-13, public. em 15-12-97.
1.537-45, public. em 28-11-97	750/97-CN (nº 1.453/97, na origem)	Dispõe sobre a base de cálculo da Contribuição para o Programa de Integração Social - PIS devida pelas pessoas jurídicas a que se refere o § 1º do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e dá outras providências.	Revogada pela MP nº 1.617-46, public. em 15-12-97.

Nº	Medição	Emissão	Revogação
1.538-47 public. em 28-11-97	751/97-CN (nº 1.454/97, na origem)	Dispõe sobre a Nota do Tesouro Nacional - NTN e sua utilização para aquisição de bens e direitos alienados no âmbito do Programa Nacional de Desestatização - PND, de que trata a Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, consolidando as normas sobre a matéria constantes da Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991, e da Lei nº 8.249, de 24 de outubro de 1991, e altera os arts. 2º e 3º da Lei nº 8.249/91.	Revogada pela MP nº 1.618-48, public. em 15-12-97.
1.539-38, public. em 28-11-97	752/97-CN (nº 1.455/97, na origem)	Dispõe sobre a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa e dá outras providências.	Revogada pela MP nº 1.619-39, public. em 15-12-97.
1.540-31, public. em 28-11-97	753/97-CN (nº 1.456/97, na origem)	Dispõe sobre medidas complementares ao Plano Real e dá outras providências.	Revogada pela MP nº 1.620-32, public. em 15-12-97.
1.542-29, public. em 28-11-97	754/97-CN (nº 1.457/97, na origem)	Dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais, e dá outras providências.	Revogada pela MP nº 1.621-30, public. em 15-12-97.
1.543-29, public. em 28-11-97	755/97-CN (nº 1.458/97, na origem)	Dispõe sobre o número de cargos de Natureza Especial, de cargos do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores e de Funções de Confiança existentes nos órgãos da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências.	Revogada pela MP nº 1.622-30, public. em 15-12-97.
1.546-26, public. em 28-11-97	756/97-CN (nº 1.459/97, na origem)	Dispõe sobre as contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP, e dá outras providências.	Revogada pela MP nº 1.623-27, public. em 15-12-97.

nº	 Mensagem	 Ementa	 Resultado
1.547-37, public. em 28-11-97	757/97-CN (nº 1.460/97, na origem)	Cria a Gratificação de Desempenho de Atividade de Fiscalização - GDAF, a Gratificação de Desempenho de Atividade de Proteção ao Voo - GDACTA, e dá outras providências.	Revogada pela MP nº 1.624-38, public. em 15-12-97.
1.548-38, public. em 28-11-97	758/97-CN (nº 1.461/97, na origem)	Cria a Gratificação de Desempenho e Produtividade - GDP das atividades de finanças, controle, orçamento e planejamento, de Desempenho Diplomático - GDD, de Desempenho de Atividade de Chancelaria - GDC e Desempenho de Atividade de Ciência e Tecnologia - GDCT, e dá outras providências.	Revogada pela MP nº 1.625-39, public. em 15-12-97.
1.550-46, public. em 28-11-97	759/97-CN (nº 1.462/97, na origem)	Organiza e disciplina os Sistemas de Controle Interno e de Planejamento e de Orçamento do Poder Executivo, e dá outras providências.	Revogada pela MP nº 1.626-47, public. em 15-12-97.
1.551-29, public. em 28-11-97	760/97-CN (nº 1.463/97, na origem)	Altera a legislação referente ao Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM e ao Fundo da Marinha Mercante - FMM, e dá outras providências.	Revogada pela MP nº 1.627-30, public. em 15-12-97.
1.553-22, public. em 28-11-97	761/97-CN (nº 1.464/97, na origem)	Dispõe sobre a emissão de Notas do Tesouro Nacional - NTN destinadas a aumento de capital do Banco do Brasil S.A., e dá outras providências.	Revogada pela MP nº 1.615-23, public. em 12-12-97.
1.555-17, public. em 28-11-97	762/97-CN (nº 1.465/97, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito extraordinário até o limite de R\$ 106.000.000,00, para os fins que especifica.	Revogada pela MP nº 1.628-18, public. em 15-12-97.
1.574-7, public. em 28-11-97	763/97-CN (nº 1.466/97, na origem)	Dispõe sobre a concessão de financiamento vinculado à exportação de bens ou serviços nacionais.	Revogada pela MP nº 1.629-8, public. em 15-12-97.

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
1.575-6, public. em 28-11-97	764/97-CN (nº 1.467/97, na origem)	Dispõe sobre normas e condições gerais de proteção ao trabalho portuário, institui multas pela inobservância de seus preceitos, e dá outras providências.	Revogada pela MP nº 1.630-7, public. em 15-12-97
1.576-6, public. em 28-11-97	765/97-CN (nº 1.468/97, na origem)	Dispõe sobre a extinção dos órgãos que menciona e dá outras providências.	Revogada pela MP nº 1.631-7, public. em 15-12-97.
1.577-6, public. em 28-11-97	766/97-CN (nº 1.469/97, na origem)	Altera a redação dos arts. 2º, 6º, 7º, 11 e 12 da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, acresce dispositivo à Lei nº 8.437, de 30 de junho de 1992, e dá outras providências.	Revogada pela MP nº 1.632-7, public. em 15-12-97.
1.584-3, public. em 28-11-97	767/97-CN (nº 1.470/97, na origem)	Autoriza a União a receber em valores mobiliários os dividendos e juros sobre o capital próprio a serem pagos por entidades de cujo capital o Tesouro Nacional participe.	Revogada pela MP nº 1.633-4, public. em 15-12-97.
1.603, public. em 28-11-97	768/97-CN (nº 1.471/97, na origem)	Acresce parágrafos ao art. 18 da Lei nº 9.293, de 15 de julho de 1996, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para o exercício de 1997.	Revogada pela MP nº 1.579-15, public. em 12-12-97.
1.463-20, public. em 5-12-97	769/97-CN (nº 1.482/97, na origem)	Dispõe sobre o reajuste do salário mínimo e dos benefícios da Previdência Social, altera alíquotas de contribuição para a Seguridade Social e institui contribuição para os servidores inativos da União.	Em tramitação.
1.469-25, public. em 5-12-97	770/97-CN (nº 1.483/97, na origem)	Autoriza a utilização de recursos do Fundo da Marinha Mercante - FMM, em favor da Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro - LLOYDBRÁS, e dá outras providências.	Em tramitação.
1.475-34, public. em 5-12-97	771/97-CN (nº 1.484/97, na origem)	Altera as Leis nºs 8.019, de 11 de abril de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, e dá outras providências.	Em tramitação.

Nº	Matrícula	Emenda	Resultado
1.477-43, public. em 5-12-97	772/97-CN (nº 1.485/97, na origem)	Dispõe sobre o valor total anual das mensalidades escolares e dá outras providências.	Em tramitação.
1.479-35, public. em 5-12-97	773/97-CN (nº 1.486/97, na origem)	Dispõe sobre o pagamento dos servidores civis e militares do Poder Executivo Federal, inclusive suas autarquias e fundações, bem como dos empregados das empresas públicas e das sociedades de economia mista, e dá outras providências.	Em tramitação.
1.480-37, public. em 5-12-97	774/97-CN (nº 1.495/97, na origem)	Altera dispositivos da Lei nº 8.911, de 11 de julho de 1994, e dá outras providências.	Em tramitação.
1.482-43, public. em 5-12-97	775/97-CN (nº 1.487/97, na origem)	Dispõe sobre as alíquotas de contribuição para o Plano de Seguridade Social do servidor público civil ativo e inativo dos Poderes da União, das autarquias e das fundações públicas, e dá outras providências.	Em tramitação.
1.512-17, public. em 5-12-97	776/97-CN (nº 1.496/97, na origem)	Dá nova redação aos arts. 2º da Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995, e 1º, 2º e 3º da Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992, que dispõem, respectivamente, sobre o crédito rural e sobre a concessão de subvenção econômica nas operações de crédito rural.	Em tramitação.
1.520-15, public. em 5-12-97	777/97-CN (nº 1.488/97, na origem)	Dispõe sobre a novação de dívidas e responsabilidades do Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS; altera o Decreto-Lei nº 2.406, de 5 de janeiro de 1988, e as Leis nºs 8.004, 8.100 e 8.692, de 14 de março de 1990, 5 de dezembro de 1990, e 28 de julho de 1993, respectivamente; e dá outras providências.	Revogada pela MP nº 1.635-16, public. em 15-12-97.
1.535-12, public. em 5-12-97	778/97-CN (nº 1.489/97, na origem)	Dispõe sobre o Plano de Carreira dos servidores do Banco Central do Brasil, e dá outras providências.	Em tramitação.

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
1.549-37, public. em 5-12-97	779/97-CN (nº 1.497/97, na origem)	Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.	Em tramitação.
1.554-22, public. em 5-12-97	780/97-CN (nº 1.490/97, na origem)	Altera os arts. 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º e 9º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, e dá outras providências.	Em tramitação.
1.559-20, public. em 5-12-97	781/97-CN (nº 1.491/97, na origem)	Altera a legislação do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro.	Em tramitação.
1.562-12, public. em 5-12-97	782/97-CN (nº 1.492/97, na origem)	Define diretrizes e incentivos fiscais para o desenvolvimento regional e dá outras providências.	Revogada pela MP nº 1.614-13, public. em 12-12-97.
1.567-10, public. em 5-12-97	783/97-CN (nº 1.493/97, na origem)	Dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União, altera dispositivos dos Decretos-Leis nºs 9.760, de 5 de setembro de 1946, e 2.398, de 21 de dezembro de 1987, regulamenta o § 2º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências.	Em tramitação.
1.586-3, public. em 5-12-97	784/97-CN (nº 1.494/97, na origem)	Dispõe sobre a recuperação de haveres do Tesouro Nacional e do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e a utilização de Títulos da Dívida Pública, de responsabilidade do Tesouro Nacional, na quitação de débitos com o INSS, e dá outras providências.	Em tramitação.

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
1.591-2, public. em 5-12-97	785/97-CN (nº 1.498/97, na origem)	Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção Laboratório Nacional de Luz Sincrotron e da Fundação Roquette Pinto e a absorção de suas atividades por organizações sociais, e dá outras providências.	Em tramitação.
1.531-13, public. em 12-12-97	786/97-CN (nº 1.521/97, na origem)	Altera dispositivos das Leis nºs 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, 9.074, de 7 de julho de 1995, 9.427, de 26 de dezembro de 1996, autoriza o Poder Executivo a promover a reestruturação da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS e de suas subsidiárias, e dá outras providências.	Em tramitação.
1.569-9, public. em 12-12-97	787/97-CN (nº 1.522/97, na origem)	Estabelece multa em operações de importação e dá outras providências.	Em tramitação.
1.579-15, public. em 12-12-97	788/97-CN (nº 1.523/97, na origem)	Altera a redação dos arts. 14, 18, 34, 44 e 49 da Lei nº 9.082, de 25 de julho de 1995, dos arts. 18, 19, 34, 35 e § 4º do art. 53 da Lei nº 9.293, de 15 de julho de 1996, que dispõem, respectivamente, sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para os exercícios de 1996 e 1997.	Em tramitação.

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
1.580-5, public. em 12-12-97	789/97-CN (nº 1.524/97, na origem)	Autoriza a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS e a União a adquirirem ações da Companhia Energética de Alagoas - CEAL, da Companhia energética do Piauí - CEPISA, da Centrais Elétricas de Rondonia S.A. - CERON e da Companhia de Eletricidade do Acre - ELETROACRE, para efeito de inclusão dessas empresas no Programa Nacional de Desestatização - PND, bem como o aumento do capital social das Companhias Docas do Rio de Janeiro - CDRJ e Docas do Estado de São Paulo - CODESP, e dá outras providências.	Em tramitação.
1.587-4, public. em 12-12-97	790/97-CN (nº 1.525/97, na origem)	Institui as Gratificações de Desempenho de Função Essencial à Justiça - GFJ, de Atividade de Informações Estratégicas - GDI, de Atividade Fundiária - GAF, e Provisória - GP, e dá outras providências.	Em tramitação.
1.588-3, public. em 12-12-97	791/97-CN (nº 1.526/97, na origem)	Cria carreiras no âmbito do Poder Executivo Federal, cria as Gratificações de Desempenho e Eficiência - GDE e de Desempenho de Atividade de Defesa Agropecuária - GDA e dá outras providências.	Em tramitação.
1.592-2, public. em 12-12-97	792/97-CN (nº 1.527/97, na origem)	Extingue a Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro - LLOYDBRAS e dá outras providências.	Em tramitação.
1.593-2, public. em 12-12-97	793/97-CN (nº 1.528/97, na origem)	Isenta do Imposto de Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados partes e peças destinadas à industrialização de bens de informática a serem adquiridos pelo Tribunal Superior Eleitoral - TSE.	Em tramitação.

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
1.599-39, public. em 12-12-97	794/97-CN (nº 1.520/97, na origem)	Dá nova redação a dispositivos da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, e dá outras providências.	Em tramitação.
1.604-27, public. em 12-12-97	795/97-CN (nº 1.529/97, na origem)	Dispõe sobre medidas de fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional e dá outras providências.	Em tramitação.
1.605-18, public. em 12-12-97	796/97-CN (nº 1.530/97, na origem)	Dá nova redação ao art. 44 da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, e dispõe sobre a proibição do incremento da conversão de áreas florestais em áreas agrícolas na região Norte e na parte Norte da região Centro-Oeste, e dá outras providências.	Em tramitação.
1.606-15, public. em 12-12-97	797/97-CN (nº 1.531/97, na origem)	Dispõe sobre a extinção de cargos no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências.	Em tramitação.
1.607-12, public. em 12-12-97	798/97-CN (nº 1.532/97, na origem)	Altera a legislação que rege o Salário-Educação, e dá outras providências.	Em tramitação.
1.608-9, public. em 12-12-97	799/97-CN (nº 1.533/97, na origem)	Dispõe sobre amortização e parcelamento de dívidas oriundas de contribuições sociais e outras importâncias devidas ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, e dá outras providências.	Em tramitação.
1.609-8, public. em 12-12-97	800/97-CN (nº 1.534/97, na origem)	Dispõe sobre o reajuste do salário mínimo e dos benefícios da Previdência Social.	Em tramitação.
1.610-4, public. em 12-12-97	801/97-CN (nº 1.535/97, na origem)	Cria o Fundo de Garantia à Exportação - FGE, e dá outras providências.	Em tramitação.
1.611-3, public. em 12-12-97	802/97-CN (nº 1.536/97, na origem)	Altera dispositivos da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, e dá outras providências.	Em tramitação.

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
1.612-18, public. em 12-12-97	803/97-CN (nº 1.537/97, na origem)	Estabelece mecanismos objetivando incentivar a redução da presença do setor público estadual na atividade financeira bancária, dispõe sobre a privatização de instituições financeiras, e dá outras providências.	Em tramitação.
1.613-2, public. em 12-12-97	804/97-CN (nº 1.538/97, na origem)	Altera procedimentos relativos ao Programa Nacional de Desestatização, de que trata a Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, e dá outras providências.	Em tramitação.
1.614-13, public. em 12-12-97	805/97-CN (nº 1.539/97, na origem)	Define diretrizes e incentivos fiscais para o desenvolvimento regional e dá outras providências.	Em tramitação.
1.615-23, public. em 12-12-97	806/97-CN (nº 1.540/97, na origem)	Dispõe sobre a emissão de Notas do Tesouro Nacional - NTN destinadas a aumento de capital do Banco do Brasil S.A., e dá outras providências.	Em tramitação.
1.616-13, public. em 15-12-97	807/97-CN (nº 1.543/97, na origem)	Dispõe sobre o número de Cargos de Direção e Funções Gratificadas das Instituições Federais de Ensino Superior e dos Centros Federais de Educação Tecnológica, e dá outras providências.	Em tramitação.
1.617-46, public. em 15-12-97	808/97-CN (nº 1.544/97, na origem)	Dispõe sobre a base de cálculo da Contribuição para o Programa de Integração Social - PIS devida pelas pessoas jurídicas a que se refere o § 1º do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e dá outras providências.	Em tramitação.

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
1.618-48 public. em 15-12-97	809/97-CN (nº 1.545/97, na origem)	Dispõe sobre a Nota do Tesouro Nacional - NTN e sua utilização para aquisição de bens e direitos alienados no âmbito do Programa Nacional de Desestatização - PND, de que trata a Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, consolidando as normas sobre a matéria constantes da Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991, e da Lei nº 8.249, de 24 de outubro de 1991, e altera os arts. 2º e 3º da Lei nº 8.249, de 1991.	Em tramitação.
1.619-39, public. em 15-12-97	810/97-CN (nº 1.546/97, na origem)	Dispõe sobre a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa e dá outras providências.	Em tramitação.
1.620-32, public. em 15-12-97	811/97-CN (nº 1.547/97, na origem)	Dispõe sobre medidas complementares ao Plano Real e dá outras providências.	Em tramitação.
1.621-30, public. em 15-12-97	812/97-CN (nº 1.548/97, na origem)	Dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais, e dá outras providências.	Em tramitação.
1.622-30, public. em 15-12-97	813/97-CN (nº 1.549/97, na origem)	Dispõe sobre o número de cargos de Natureza Especial, de cargos do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores e de Funções de Confiança existentes nos órgãos da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências.	Em tramitação.
1.623-27, public. em 15-12-97	814/97-CN (nº 1.550/97, na origem)	Dispõe sobre as contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP, e dá outras providências.	Em tramitação.
1.624-38, public. em 15-12-97	815/97-CN (nº 1.551/97, na origem)	Cria a Gratificação de Desempenho de Atividade de Fiscalização - GDAF, a Gratificação de Desempenho de Atividade de Proteção ao Voo - GDACTA, e dá outras providências.	Em tramitação.

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
1.625-39, public. em 15-12-97	816/97-CN (nº 1.552/97, na origem)	Cria a Gratificação de Desempenho e Produtividade - GDP das atividades de finanças, controle, orçamento e planejamento, de Desempenho Diplomático - GDD, de Desempenho de Atividade de Chancelaria - GDC e Desempenho de Atividade de Ciência e Tecnologia - GDCT, e dá outras providências.	Em tramitação.
1.626-47, public. em 15-12-97	817/97-CN (nº 1.553/97, na origem)	Organiza e disciplina os Sistemas de Controle Interno e de Planejamento e de Orçamento do Poder Executivo, e dá outras providências.	Em tramitação.
1.627-30, public. em 15-12-97	818/97-CN (nº 1.554/97, na origem)	Altera a legislação referente ao Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM e ao Fundo da Marinha Mercante - FMM, e dá outras providências.	Em tramitação.
1.628-18, public. em 15-12-97	819/97-CN (nº 1.555/97, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito extraordinário até o limite de R\$ 106.000.000,00, para os fins que especifica.	Em tramitação.
1.629-8, public. em 15-12-97	820/97-CN (nº 1.556/97, na origem)	Dispõe sobre a concessão de financiamento vinculado à exportação de bens ou serviços nacionais.	Em tramitação.
1.630-7, public. em 15-12-97	821/97-CN (nº 1.557/97, na origem)	Dispõe sobre normas e condições gerais de proteção ao trabalho portuário, institui multas pela inobservância de seus preceitos, e dá outras providências.	Em tramitação.

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
1.631-7, public. em 15-12-97	822/97-CN (nº 1.558/97, na origem)	Dispõe sobre a extinção dos órgãos que menciona e dá outras providências.	Em tramitação.
1.632-7, public. em 15-12-97	823/97-CN (nº 1.559/97, na origem)	Altera a redação dos arts. 2º, 6º, 7º, 11 e 12 da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, acresce dispositivo à Lei nº 8.437, de 30 de junho de 1992, e dá outras providências.	Em tramitação.
1.633-4, public. em 15-12-97	824/97-CN (nº 1.560/97, na origem)	Autoriza a União a receber em valores mobiliários os dividendos e juros sobre o capital próprio a serem pagos por entidades de cujo capital o Tesouro Nacional participe.	Em tramitação.
1.634, public. em 15-12-97	825/97-CN (nº 1.561/97, na origem)	Dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 9.530, de 10 de dezembro de 1997.	Em tramitação.
1.635-16, public. em 15-12-97	826/97-CN (nº 1.562/97, na origem)	Dispõe sobre a novação de dívidas e responsabilidades do Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS; altera o Decreto-Lei nº 2.406, de 5 de janeiro de 1988, e as Leis nºs 8.004, 8.100 e 8.692, de 14 de março de 1990, 5 de dezembro de 1990, e 28 de julho de 1993, respectivamente; e dá outras providências.	Em tramitação.

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
----	----------	--------	-----------

1.636, public. em 15-12-97	827/97-CN (nº 1.565/97, na origem)	Dispõe acerca da incidência do imposto de renda na fonte sobre rendimentos de aplicações financeiras e dá outras providências.	Em tramitação.
-------------------------------	--	--	----------------

SÚMULA

Total das Medidas Provisórias	649
- da sessão legislativa anterior.....	60
- da presente sessão legislativa	589
- aprovadas e sancionadas (Nos termos de Projeto de Lei de Conversão).....	10
- aprovadas e promulgadas	16
- perderam eficácia	475
- revogadas	40
- em tramitação	57
- aprovadas no período da Convocação Extraordinária - (1º a 25-7-97)	05
- perderam eficácia no período da Convocação Extraordinária - (1º a 25-7-97)	46
- Pareceres numerados proferidos pela Comissão Mista e publicados no Diário do Congresso Nacional e Diário do Senado Federal	09
- Pareceres orais proferidos pela Comissão Mista e publicados no DCN	08
- Pareceres orais proferidos em plenário, em substituição à Comissão Mista, e publicados no Diário do Congresso Nacional.....	37

3 - Projetos de Resolução

a) De sessões legislativas anteriores

Nº	Autor	Ementa	Resultado
1/84-CN	Sen. Henrique Santillo	Altera o art. 146 do Regimento Comum do Congresso Nacional.	Em tramitação.
2/84-CN	Dep. Aluizio Campos	Substitui o parágrafo único do art. 72 do Regimento Comum.	Em tramitação.
1/85-CN	Dep. Francisco Amaral	Dispõe sobre a abertura das sessões.	Em tramitação.
1/88-CN	Mesas do Senado e da Câmara	Prorroga o prazo de vigência da Resolução nº 1, de 1987-CN e dá outras providências.	Em tramitação.
4/89-CN	Dep. Nilson Gibson	Dispõe sobre o Regimento Comum do Congresso Nacional e altera sua Resolução nº 1, de 1989.	Em tramitação.
5/89-CN	Dep. Antonio Carlos Konder Reis	Altera o Regimento Comum - Resolução nº 1, de 1970-CN, alterada pelas Resoluções nº 2, de 1972-CN e nº 2, de 1980-CN.	Em tramitação.
6/89-CN	Dep. Antonio de Jesus	Introduz modificações no art. 29 da Resolução nº 1, de 1970. (Regimento Comum).	Em tramitação.
7/89-CN	Dep. Antonio de Jesus	Introduz modificações na Resolução nº 1, de 1970 - Regimento Comum, para vedar o uso do fumo no recinto do Plenário.	Em tramitação.
1/90-CN	Dep. Aluizio Campos	Altera disposições do Regimento Comum sobre a delegação legislativa.	Em tramitação.
2/90-CN	Sen. Mário Covas	Dá nova redação ao art. 5º da Resolução nº 1, de 1989, do Congresso Nacional.	Em tramitação.
3/90-CN	Sen. Jutahy Magalhães	Revoga o § 5º do art. 5º da Resolução nº 1, de 1989-CN.	Em tramitação.
4/90-CN	Dep. Renan Calheiros	Altera o § 3º do art. 45 do Regimento Comum.	Em tramitação.

Nº	Autor	Ementa	Resultado
7/90-CN	Sen. Nelson Carneiro	Adapta o Regimento Comum às disposições da Constituição da República Federativa do Brasil e dá outras providências.	Em tramitação.
9/90-CN	Dep. Anna Maria Rattes	Cria a Comissão Mista Permanente para Assuntos Energéticos e Nucleares.	Em tramitação.
1/91-CN	Dep. Max Rosenmann	Institui a Comissão Mista Especial do Entendimento Nacional e dá outras providências.	Em tramitação.
3/91-CN	Dep. Antonio Faleiros	Altera a redação do art. 2º e acrescenta dispositivos ao art. 43 da Resolução nº 1, de 1970 (CN), que dispõe sobre o Regimento Comum.	Em tramitação.
1/92-CN	Dep. Raquel Cândido	Cria Comissão Mista Permanente de Prevenção, Fiscalização e Controle de Drogas e do Tráfico Ilícito de Entorpecentes.	Em tramitação.
3/92-CN	Mesa do Senado	Dispõe sobre a estrutura administrativa da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul.	Em tramitação (Casas separadas)
1/95-CN	Sen. Waldeck Ornelas	Dispõe sobre a apreciação, pelo Congresso Nacional, das Medidas Provisórias a que se refere o art. 62 da Constituição Federal.	Em tramitação.
3/95-CN	Sen. José Eduardo Dutra	Regulamenta a escolha de membros do Conselho de Comunicação Social pelo Congresso Nacional.	Em tramitação.
5/95-CN	Sen. Lúcio Alcântara	Dá nova redação ao "caput" do art. 128 da Resolução nº 1, de 1970.	Em tramitação.
6/95-CN	Sen. Roberto Requião	Cria Comissão para acompanhamento e fiscalização do Programa Nacional de Desestatização.	Em tramitação.
8/95-CN	Mesas da Câmara e do Senado	Altera o art. 22 do Regimento Comum estabelecendo dia e horário para a realização das sessões conjuntas deliberativas, ordinárias e dá outras providências.	Em tramitação.

Nº	Autor	Ementa	Resultado
9/95-CN	Dep. Miro Teixeira	Institui, com base no art. 128 do Regimento Comum, no âmbito do Congresso Nacional, Comissão Mista de Moeda e Crédito, de caráter permanente.	Tramitação conjunta com o PR nº 2/96-CN, (Requerimento nº 155/96-CN.)
10/95-CN	Oriundo do PLS/47/95.	Institui prêmio Ulysses Guimarães do Mérito Democrático.	Em tramitação (Casas Separadas)
1/96-CN	Dep. Paulo Bernardo e outros	Obriga a elaboração bimestral de relatório de acompanhamento e de fiscalização financeira da execução orçamentária da União, bem como determina a sua publicação, divulgação e disponibilização na Rede de Comunicação INTERNET.	Em tramitação.
2/96-CN	Dep. José Fortunati e outros	Dispõe sobre a criação de Comissão Mista Permanente Para Assuntos do Sistema Financeiro.	Tramitação conjunta com o PR nº 9/95-CN, (Requerimento nº 155/96-CN.)

b) Da presente sessão legislativa

Nº	Autor	Ementa	Resultado
1/97-CN	Sen. Sebastião Rocha e outros	Institui a Comissão Mista Permanente de Constituição e Justiça do Congresso Nacional.	Em tramitação.
2/97-CN	Mesas da Câmara e do Senado	Regulamenta a Lei nº 9.506, de 30 de outubro de 1997, que extingue o Instituto de Previdência dos Congressistas - IPC, e dá outras providências.	Em tramitação.

SÚMULA

Total dos Projetos de Resolução	29
- de sessões legislativas anteriores	27
- da presente sessão legislativa	02
- em tramitação.....	29

4 - Vetos

a) Das sessões legislativas anteriores

86/93-CN (nº 477/93, na origem)	PLC nº 135/93 (PL nº 3.494/93, na Casa de origem)	Dispõe sobre a descentralização dos serviços de transporte ferroviário coletivo de passageiros, urbano e suburbano, da União para os Estados e Municípios, e dá outras providências.	Em tramitação. Total - 19
37/94-CN (nº 1.103/93, na origem)	PLC nº 53/93 (PL nº 284/91, na Casa de origem)	Regulamenta o exercício das profissões de técnico em higiene dental e de atendente de consultório dentário.	Em tramitação. Total - 1
40/94-CN (nº 27/94, na origem)	PLC nº 237/93 - Complementar (PL Compl. nº 145/93, na Casa de origem)	Organiza a Defensoria Pública da União, do Distrito Federal e dos Territórios e prescreve normas gerais para sua organização nos Estados, e dá outras providências.	Em tramitação. Total - 30
43/94-CN (nº 28/94, na origem)	PLC nº 59/93 (PL nº 1.270/91, na Casa de origem)	Dispõe sobre o salário mínimo de médicos e cirurgiões-dentistas.	Em tramitação. Total - 1
122/94-CN (nº 239/94, na origem)	PLC nº 173/93 (PL nº 1.864/89, na Casa de origem)	Dá nova redação aos arts. 387 e 392 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, altera os arts. 12 e 25 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e os artigos 39, 71, 73 e 106 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, todos pertinentes à licença-maternidade.	Em tramitação. Total - 5
182/94-CN (nº 436/94, na origem)	PLV nº 10/94 (oriundo da MP nº 472/94)	Altera dispositivos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI da Constituição Federal, institui normas para licitações e dá outras providências.	Em tramitação. Total - 35
184/94-CN (nº 480/94, na origem)	PLC nº 66/93 (PL nº 3.277/92, na Casa de origem)	Dispõe sobre o preço de comercialização da gasolina de aviação.	Em tramitação. Total - 1
202/94-CN (nº 503/94, na origem)	PLC nº 34/94 (PL nº 2.535/92, na Casa de origem)	Dispõe sobre o exercício da profissão de desenhista.	Em tramitação. Total - 1

Mensagens

205/94-CN (nº 528/94, na origem)	PLC nº 92/94 (PL nº 4.480/94, na Casa de origem)	Dispõe sobre a remuneração dos cargos em comissão, define critérios de incorporação de vantagens de que trata a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, no âmbito do Poder Executivo, e dá outras providências.	Em tramitação. Total - 2
308/94-CN (nº 770/94, na origem)	PL nº 2/94-CN	Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária anual de 1995 e dá outras providências.	Mantidos os seguintes vetos na sessão de 20/09/95: - inciso V do § 2º do art. 4º; - § 2º do art. 15; - § 3º do art. 15; - inciso V do art. 16; - art. 27; - inciso IV do § 3º do art. 29; - inciso V do art. 37; - § 1º do art. 40; - § 2º do art. 47; - art. 58, "caput"; e - art. 70. Total - 11 12.8.97 - Lida a prejudicialidade do Projeto nos termos do art. 334, alínea "a", do Regimento Interno do Senado Federal. Total - 14 Ao Arquivo
392/94-CN (nº 1.034/94, na origem)	PLC nº 16/94 (PL nº 2.248/91, na Casa de origem)	Regulamenta o art. 236 da Constituição Federal, dispondo sobre serviços notariais e de registro.	Mantidos os seguintes vetos na sessão de 26/04/95: - art. 2º; - § 2º do art. 35; e - § 1º do art. 44. Total - 3 Em tramitação. Total - 2
107/95-CN (nº 4/95, na origem)	PLC nº 199/93 (PL nº 53/91, na Casa de origem)	Dispõe sobre a Política Nacional de Saneamento, seus instrumentos e dá outras providências.	Em tramitação. Total - 1
112/95-CN (nº 45/95, na origem)	PLC nº 248/93 (PL nº 4.332/93, na Casa de origem)	Regulamenta o § 3º do art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, dispondo sobre a reparação de natureza econômica.	Em tramitação. Total - 1

114/95-CN (nº 180/95, na origem)	PLC nº 2/95 (PL nº 4.677/94, na Casa de origem)	Dispõe sobre a política nacional de salários, o salário mínimo e dá outras providências.	Em tramitação. Total - 1
116/95-CN (nº 181/95, na origem)	PLS nº 179/90 (nº 202/91, na Câmara dos Deputados)	Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências.	Em tramitação. Total - 3
117/95-CN (nº 188/95, na origem)	PLC nº 207/93 (nº 1.830/91, na Casa de origem)	Dispõe sobre a importação de produtos de origem animal e vegetal destinados ao consumo.	Em tramitação. Total - 1
205/95-CN (nº 370/95, na origem)	PLC nº 22/94 (PL nº 467/91, na Casa de origem)	Revoga o art. 508 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação. Total - 1
207/95-CN (nº 377/95, na origem)	PLC nº 11/94 (PL nº 2.777/92, na Casa de origem)	Acrescenta parágrafos ao art. 133 da Consolidação das leis do Trabalho.	Em tramitação. Total - 1
234/95-CN (nº 389/95, na origem)	PLC nº 23/94 (PL nº 489/91, na Casa de origem)	Altera a redação do § 1º do art. 239 da Consolidação das Leis o Trabalho.	Em tramitação. Total - 1
236/95-CN (nº 391/95, na origem)	PLC nº 40/94 (PL nº 133/91, na Casa de origem)	Assegura a percepção do adicional de periculosidade aos eletricitistas e demais trabalhadores que especifica.	Em tramitação. Total - 1
238/95-CN (nº 394/95, na origem)	PLC nº 64/94 (PL nº 3.754/93, na Casa de origem)	Dispõe sobre a liberdade sindical e dá outras providências.	Em tramitação. Total 1
240/95-CN (nº 423/95, na origem)	PLC nº 86/94 (PL nº 3.913/93, na Casa de origem)	Dá nova redação ao § 1º do art. 841 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.	Em tramitação. Total - 1
241/95-CN (nº 424/95, na origem)	PLC nº 48/94 (PL nº 1.292/91, na Casa de origem)	Acrescenta parágrafo ao art. 58 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação. Total - 1

286/95-CN (nº 592/95, na origem)	PLC nº 56/94 (PL nº 2.482/92, na Casa de origem)	Altera a redação dos arts. 9º e 14 da Lei nº 6.450, de 14 de outubro de 1977, que dispõe sobre a Organização Básica da Polícia Militar do Distrito Federal.	Em tramitação. Total - 1
287/95-CN (nº 596/95, na origem)	PLC nº 93/94 (PL nº 751/91, na Casa de origem)	Dispõe sobre o direito de empregados que gozam de alguma forma de estabilidade definida em lei.	Em tramitação. Total - 1
288/95-CN (nº 599/95, na origem)	PLC nº 121/94 (PL nº 3.981/93, na Casa de origem)	Disciplina a extração, industrialização, utilização, comercialização e transporte do asbesto/amianto e dos produtos que o contêm, bem como das fibras naturais e artificiais, de qualquer origem, utilizadas para o mesmo fim e dá outras providências.	Em tramitação. Total - 2
359/95-CN (nº 483/95, na origem)	PLC nº 62/90 (PL nº 3.516/89, na Casa de Origem)	Dispõe sobre a utilização de meios operacionais para a prevenção e repressão de ações praticadas por organizações criminosas.	Em tramitação. Total - 1
361/95-CN (nº 644/95, na origem)	PLC nº 95/93 (PL nº 3.588/89, na Casa de origem)	Adapta normas de direito processual ao disposto no inciso XI do art. 24 da Constituição Federal.	Em tramitação. Total - 1
366/95-CN (nº 750/95, na origem)	PLV nº 14/95 (oriundo da MP nº 1.017/95)	Estabelece normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos e dá outras providências.	Em tramitação. Total - 9
379/95-CN (nº 791/95, na origem)	PL nº 3/95-CN	Dispõe sobre as diretrizes para elaboração da lei orçamentária de 1996 e dá outras providências.	12.8.97 - Lida a prejudicialidade do Projeto nos termos do art. 334, alínea "a", do Regimento Interno do Senado Federal. Total - 15 Ao Arquivo
429/95-CN (nº 958/95, na origem)	PLC nº 7/94 (PL nº 1.316/91, na Casa de origem)	Obriga as empresas que especifica a fornecer suportes com rodas (carrinhos manuais) aos seus empregados.	Em tramitação. Total - 1

470/95-CN (nº 966/95, na origem)	PLC nº 29/94 (PL nº 2.488/92, na Casa de origem)	Dá nova redação ao inciso V do art. 3º da Lei nº 7.256, de 27 de novembro de 1984, que estabelece normas integrantes do Estatuto da Microempresa, relativas ao tratamento diferenciado, simplificado e favorecido, nos campos administrativo, tributário, previdenciário, trabalhista, crédito e de desenvolvimento empresarial.	Em tramitação. Total - 1
471/95-CN (nº 977/95, na origem)	PLC nº 156/92 (PL nº 1.670/89, na Casa de origem)	Dispõe sobre partidos políticos, regulamenta os arts. 17 e 14, § 3º, inciso V da Constituição Federal.	Em tramitação. Total - 4
472/95-CN (nº 985/95, na origem)	PLS nº 340/91 (PL nº 4.386/94, na Câmara dos Deputados)	Cria a área de livre comércio de Cáceres e dá outras providências.	Em tramitação. Total - 1
475/95-CN (nº 965/95, na origem)	PLS nº 22/95 (PL nº 435/95, na Câmara dos Deputados)	Dispõe sobre o resgate de quotas da União pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento - FND, e dá outras providências.	Em tramitação. Total - 1
476/95-CN (nº 1.005/95, na origem)	PLC nº 91/90 (PL nº 1.480/89, na Casa de origem)	Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências.	Em tramitação. Total - 1
486/95-CN (nº 1.029/95, na origem)	PLC nº 109/95 (PL nº 180/95, na Casa de origem)	Estabelece normas para a realização das eleições municipais de 3 de outubro de 1996, e dá outras providências.	12.8.97 - Lida a prejudicialidade do Projeto nos termos do art. 334, alínea "a", do Regimento Interno do Senado Federal. Total - 12 Ao Arquivo
596/95-CN (nº 1.119/95, na origem)	PLC nº 28/95 (PL nº 642/91, na Casa de origem)	Altera dispositivos da Lei nº 3.820, de 11 de novembro de 1960, que dispõe sobre a criação do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Farmácia.	Em tramitação. Total - 1
597/95-CN (nº 1.166/95, na origem)	PLC nº 132/92 (PL nº 1.723/91, na Casa de origem)	Dispõe sobre a aplicação e divulgação de índices de desempenho de serviços de saúde.	Em tramitação. Total - 1

	Emenda	Parágrafo	
598/95-CN (nº 1.167/95, na origem)	PLC nº 54/89 (PL nº 1.076/88, na Casa de origem)	Dispõe sobre a admissão de portadores de deficiência física na Administração Pública e dá outras providências.	Em tramitação. Total - 1
630/95-CN (nº 1.091/95, na origem)	PLS nº 174/80 (PL nº 6.502/85, na Câmara dos Deputados)	Dispõe sobre o funcionamento das clínicas que menciona.	Em tramitação. Total - 1
631/95-CN (nº 1.144/95, na origem)	PLC nº 180/93 (PL nº 1.898/91, na Casa de origem)	Dá nova redação ao art. 5º da Lei nº 6.179, de 11 de dezembro de 1974, que "institui amparo previdenciário para maiores de setenta anos de idade e para inválidos, e dá outras providências".	Em tramitação. Total - 1
633/95-CN (nº 1.197/95, na origem)	PLV nº 20/95 (oriundo da MP nº 1.137/95)	Dispõe sobre a aplicação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP sobre empréstimos concedidos com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e dos Fundos de Investimentos do Nordeste e da Amazônia e do Fundo de Recuperação Econômica do Espírito Santo, e com recursos das Operações Oficiais de Crédito, altera dispositivos da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e dá outras providências.	Em tramitação. Total - 4
634/95-CN (nº 1.291/95, na origem)	PLC nº 100/95 (PL nº 373/95, na Casa de origem)	Autoriza o parcelamento do recolhimento de contribuições previdenciárias devidas pelos empregadores em geral, na forma que especifica, e determina outras providências.	Em tramitação. Total - 5
39/96-CN (nº 1.532/95, na origem)	PLC nº 126/95 (PL nº 913/95, na Casa de origem)	Altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como da contribuição social sobre o lucro líquido, e dá outras providências.	Em tramitação. Total - 6
40/96-CN (nº 1.533/95, na origem)	PLC nº 135/95 (PL nº 1.236/95, na Casa de origem)	Altera a legislação do imposto de renda das pessoas físicas e dá outras providências.	Em tramitação. Total - 9

41/96-CN (nº 1.473/95, na origem)	PLC nº 29/95 (PL nº 407/91, na Casa de origem)	Acrescenta dispositivos à Lei nº 2.604, de 17 de setembro de 1955, que "regula o exercício da enfermagem profissional", estabelecendo limite para a jornada normal de trabalho.	Em tramitação. Total - 1 Relatório nº 2/96-CN (DCN 22.03.96) Relatora Dep. Lídia Quinan
82/96-CN (nº 65/96, na origem)	PLS nº 171/95 (PL nº 1.369/95, na Câmara dos Deputados)	Dispõe sobre a administração da Área de Proteção Ambiental (APA) da Bacia do Rio São Bartolomeu, localizada no Distrito Federal, e dá outras providências.	Em tramitação. Total - 16
83/96-CN (nº 1.304/95, na origem)	PLV nº 21/95 (oriundo da MP nº 1.159/95)	Altera dispositivos da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e dá outras providências.	Em tramitação. Total - 1
84/96-CN (nº 1.293/95, na origem)	PL nº 78/95-CN	Autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos Órgãos dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, créditos adicionais até o limite de R\$ 5.315.601.510,00, para os fins que especifica.	12.8.97 - Lida a prejudicialidade do Projeto nos termos do art. 334, alínea "a", do Regimento Interno do Senado Federal. Total - 1 Ao Arquivo
85/96-CN (nº 66/96, na origem)	PLC nº 114/94 (PL nº 209/91, na Casa de origem)	Regula o § 7º do art. 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar, estabelece penalidade e dá outras providências.	Relatório nº 1/96-CN (DCN 8.3.96) Relatora Dep. Fátima Pelaes Os vetos foram rejeitados e publicados no DO de 20.8.97 (Lei nº 9.263 de 12.1.96) Total - 18
86/96-CN (nº 1.519/95, na origem)	PLC nº 23/93 (PL nº 2.706/89, na Casa de origem)	Dispõe sobre a remessa para o exterior dos rendimentos do trabalho assalariado e dos valores recebidos como bolsas de estudo e auxílio, aos beneficiários de bolsas de estudo ou auxílio no exterior concedidos por agências governamentais.	Em tramitação. Total - 1
87/96-CN (nº 27/96, na origem)	PLC nº 15/93 (PL nº 170/87, na Casa de origem)	Altera a redação dos incisos I e II do art. 2º, o "caput" do art. 3º, o inciso VI do art. 4º e o parágrafo único do art. 6º da Lei nº 7.377, de 30 de setembro de 1985.	Em tramitação. Total - 1

Legislação	Projeto	Objeto	Observações
128/96-CN (nº 228/96, na origem)	PLC nº 5/96 (PL nº 1.355/95, na Casa de origem)	Reorganiza as classes da Carreira Policial Federal, fixa a remuneração dos cargos que as integram e dá outras providências.	Em tramitação. Total - 2 Relatório nº 3/96-CN (DCN 03.04.96) Relator Dep. Wigberto Tartuce
136/96-CN (nº 260/96, na origem)	PLC nº 17/96 (PL nº 600/95, na Casa de origem)	Concede anistia de multas cominadas pelo Tribunal Superior do Trabalho a entidades sindicais e associações a elas vinculadas, em virtude de sentença judicial.	Em tramitação. Total - 1 Relatório nº 4/96-CN (DCN 26.04.96) Relator Sen. Josaphat Marinho
219/96-CN (nº 1.442/95, na origem)	PLS nº 303/85 (PL nº 8.598/86, na Câmara dos Deputados)	Dispõe sobre a padronização, classificação, inspeção e registro de bebidas dietéticas e dá outras providências.	Em tramitação. Total - 1
220/96-CN (nº 1.535/95, na origem)	PL nº 97/95-CN	Autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo, créditos adicionais até o limite de R\$ 21.494.434,00, para os fins que especifica.	12.8.97 - Lida a prejudicialidade do Projeto nos termos do art. 334, alínea "a", do Regimento Interno do Senado Federal. Total - 17 Ao Arquivo
221/96-CN (nº 1.536/95, na origem)	PL nº 118/95-CN	Autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária, créditos adicionais no valor de R\$ 68.973.398,00, para os fins que especifica.	12.8.97 - Lida a prejudicialidade do Projeto nos termos do art. 334, alínea "a", do Regimento Interno do Senado Federal. Total - 66 Ao Arquivo
222/96-CN (nº 325/96, na origem)	PLC nº 90/95 (PL nº 2.329/91, na Casa de Origem)	Estabelece, para o músico ou grupo musical, como acréscimo ao salário contratado, participação mínima de cinquenta por cento da renda proveniente de couvert artístico.	Em tramitação. Total - 1
223/96-CN (nº 339/96, na origem)	PLS nº 87/92 (PL nº 3.772/93, na Câmara dos Deputados)	Dispõe sobre o reassentamento de ocupantes em imóvel rural desapropriado por necessidade ou utilidade pública.	Em tramitação. Total - 1

Emenda

224/96-CN (nº 242/96, na origem)	PLC nº 49/95 (PL nº 3.991/89, na Casa de origem)	Acrescenta dispositivos ao art. 791 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação. Total - 1
225/96-CN (nº 361/96, na origem)	PLC nº 143/93 (PL nº 2.151/91, na Casa de origem)	Institui o direito do educando ao atendimento psicológico-educacional.	Em tramitação. Total - 1
226/96-CN (nº 375/96, na origem)	PL nº 35/95-CN	Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1996.	12.8.97 - Lida a prejudicialidade do Projeto nos termos do art. 334, alínea "a", do Regimento Interno do Senado Federal. Total - 99 Ao Arquivo
227/96-CN (nº 376/96, na origem)	PL nº 36/95-CN	Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 1996/1999 e dá outras providências.	Em tramitação. Total - 4
286/96-CN (nº 1.445/95, na origem)	PLC nº 46/94 (PL nº 1.002/91, na Casa de origem)	Altera a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre Registros Públicos, com as modificações posteriores.	Em tramitação. Total - 1
287/96-CN (nº 420/96, na origem)	PLC nº 84/94 (PL nº 1.888/91, na Casa de origem)	Regula o § 3º do art. 226 da Constituição Federal.	Em tramitação. Total - 7
364/96-CN (nº 553/96, na origem)	PLC nº 132/95 (PL nº 4.219/93, na Casa de origem)	Concede pensão especial a Mariana Olimpio Granja, filha menor de Deise Lima Ciimpio Granja.	Em tramitação. Total - 1
365/96-CN (nº 554/96, na origem)	PLC nº 133/95 (PL nº 3.956/93, na Casa de origem)	Concede pensão especial a Helena Santos Cabral, viúva de João da Silva Ribeiro.	Em tramitação. Total - 1
366/96-CN (nº 610/96, na origem)	PLC nº 123/95 (PL nº 4.645/94, na Casa de origem)	Altera dispositivos da Lei nº 8.436, de 25 de junho de 1992, que institucionaliza o Programa de Crédito Educativo para estudantes carentes.	Em tramitação. Total - 6

391/96-CN (nº 641/96, na origem)	PLS nº 57/91 (PL nº 4.401/94, na Câmara dos Deputados)	Dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico em Turismo.	Em tramitação. Total - 1
392/96-CN (nº 675/96, na origem)	PLC nº 121/95 (PL nº 4.693/94, na Casa de origem)	Dispõe sobre a remuneração dos membros dos conselhos de administração e fiscal das entidades que menciona e dá outras providências.	Em tramitação. Total - 2
393/96-CN (nº 676/96, na origem)	PLC nº 139/95 (PL nº 4.555/94, na Casa de origem)	Dispõe sobre o piso salarial de médicos e cirurgiões-dentistas e dá outras providências.	Em tramitação. Total - 1
394/96-CN (nº 677/96, na origem)	PL nº 1/96-CN	Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para o exercício de 1997 e dá outras providências.	Em tramitação. Total - 26
407/96-CN (nº 688/96, na origem)	PLC nº 32/96 (PL nº 1.287/95, na Casa de origem)	Dispõe sobre os serviços de telecomunicações e sua organização, sobre o órgão regulador e dá outras providências.	Em tramitação. Total - 1
537/96-CN (nº 814/96, na origem)	PLS nº 165/90 (PL nº 199/91, na Câmara dos Deputados)	Acrescenta parágrafos aos arts. 1.553 do Código Civil e 91 do Código Penal.	Em tramitação. Total - 1
538/96-CN (nº 851/96, na origem)	PLC nº 3/96 (PL nº 4.582/94, na Casa de origem)	Transforma e cria cargos no Quadro de Pessoal do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.	Em tramitação. Total - 1
539/96-CN (nº 852/96, na origem)	PLC nº 24/96 (PL nº 4.804/94, na Casa de origem)	Cria cargos na Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da Vigésima Quarta Região e dá outras providências.	Em tramitação. Total - 1
540/96-CN (nº 862/96, na origem)	PLC nº 27/96 (PL nº 37/95, na Casa de origem)	Dá nova redação ao art. 190 do Código Penal Militar.	Em tramitação. Total - 1
541/96-CN (nº 869/96, na origem)	PLC nº 57/96 - Complementar (PL nº 95/96, Complementar, na Casa de origem)	Dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências.	Em tramitação. Total - 38

542/96-CN (nº 895/96, na origem)	PLC nº 74/95 (PL nº 3.838/93, na Casa de origem)	Inclui no Plano Nacional de Viação o trecho que menciona, no Estado de Minas Gerais.	Em tramitação. Total - 1
--	---	---	-----------------------------

b) Da presente sessão legislativa

131/97-CN (nº 1.439/96, na origem)	PLC nº 92/96 (PL nº 2.380/96, na Casa de origem)	Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, na forma prevista no art. 60, § 7º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências.	Em tramitação. Total - 3
132/97-CN (nº 23/97, na origem)	PLS nº 138/91 (PL nº 1.823/91, na Câmara dos Deputados)	Dispõe sobre a obrigatoriedade da manutenção de programa de controle de infecções hospitalares pelos hospitais do País.	Em tramitação. Total - 39
133/97-CN (nº 24/97, na origem)	PLC nº 107/94 (PL nº 1.807/91, na Casa de origem)	Dispõe sobre a criação do Programa Empresarial de Alfabetização de Adultos e dá outras providências.	Em tramitação. Total - 1
185/97-CN (nº 1.265/96, na origem)	PLV nº 5/96 (oriundo da MP nº 1.526/96)	Dispõe sobre o regime tributário das microempresas e das empresas de pequeno porte, institui o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES e dá outras providências.	Em tramitação. Total - 4
186/97-CN (nº 1.452/96, na origem)	PL nº 80/96-CN	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Planejamento e Orçamento, crédito suplementar no valor de R\$ 36.451.707,00, para os fins que especifica.	12.8.97 - Lida a prejudicialidade do Projeto nos termos do art. 334, alínea "a", do Regimento Interno do Senado Federal. Total - 5 Ao Arquivo
187/97-CN (nº 25/97, na origem)	PLC nº 87/96 (PL nº 1.125/95, na Casa de origem)	Dispõe sobre a ordenação do transporte aquaviário e dá outras providências.	Em tramitação. Total - 2

188/97-CN (nº 26/97, na origem)	PLC nº 70/96 (PL nº 2.249/91, na Casa de origem)	Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989.	Em tramitação. Total - 19
189/97-CN (nº 152/97, na origem)	PLS nº 6/95 (PL nº 1.579/96, na Câmara dos Deputados)	Dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento e dá outras providências.	Em tramitação. Total - 6
190/97-CN (nº 160/97, na origem)	PLV nº 1/97 (oriundo da MP nº 1.564/97)	Autoriza o Poder Executivo a abrir, em favor do Ministério do Planejamento e Orçamento, crédito extraordinário até o limite de R\$ 14.000.000,00, para atender aos Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo.	Em tramitação. Total - 1
191/97-CN (nº 161/97, na origem)	PLC nº 58/96 (PL nº 693/95, na Casa de origem)	Dispõe sobre a jornada de trabalho de Médico, Médico de Saúde Pública, Médico do Trabalho e Médico Veterinário, da Administração Pública Federal direta, das autarquias e das fundações públicas federais, e dá outras providências.	Em tramitação. Total - 1
192/97-CN (nº 225/97, na origem)	PLC nº 61/96 - Complementar (PL nº 172/93, Complementar, na Casa de origem)	Institui o Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-fim da polícia Federal - FUNAPOL, e dá outras providências.	Em tramitação. Total - 4
193/97-CN (nº 248/97, na origem)	PLC nº 64/96 (PL nº 7.865/86, na Casa de origem)	Institui o Sistema Nacional de Armas - SINARM, estabelece condições para o registro e para o porte de arma de fogo, define crimes e dá outras providências.	Em tramitação. Total - 2
194/97-CN (nº 254/97, na origem)	PL nº 8/96-CN	Estima a receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1997.	Em tramitação. Total - 34
212/97-CN (nº 337/97, na origem)	PLV nº 4/97 (oriundo da MP nº 1.464-18/97)	Acrescenta parágrafo ao art. 75 da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965.	Em tramitação. Total - 1

271/97-CN (nº 392/97, na origem)	PLS nº 32/95 (PL nº 2.319/96, na Câmara dos Deputados)	Institui o número único de registro de Identidade Civil e dá outras providências.	Em tramitação. Total - 4
272/97-CN (nº 463/97, na origem)	PLC nº 110/94 (PL nº 1.339/91, na Casa de origem)	Dá nova redação ao caput do art. 193 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, e concede adicional de periculosidade aos carteiros.	Em tramitação. Total - 1
461/97-CN (nº 650/97, na origem)	PLC nº 42/95 (PL nº 2.560/89, na Casa de origem)	Dispõe sobre a apresentação de receituário agrônomo para obtenção de financiamento agrícola e dá outras providências.	Em tramitação. Total - 1
523/97-CN (nº 717/97, na origem)	PLC nº 20/97 (PL nº 2.352/96, na Casa de origem)	Dispõe sobre a eleição para Prefeito, Vice- Prefeito e Vereadores dos Municípios novos, criados até 31 de agosto de 1996.	Em tramitação. Total - 1
524/97-CN (nº 828/97, na origem)	PL nº 2/97-CN	Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 1998 e dá outras providências.	Em tramitação. Total - 28
525/97-CN (nº 841/97, na origem)	PLC nº 1/97 (PL nº 1.131/95, na Casa de origem)	Altera dispositivos da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui o Plano de Custeio e dá outras providências.	Em tramitação. Total - 1
617/97-CN (nº 870/97, na origem)	PLC nº 6/97 (PL nº 2.142/96, na Casa de origem)	Dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institue o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências.	Em tramitação. Total - 7
618/97-CN (nº 1.031/97, na origem)	PLC nº 8/97 (PL nº 1.069/91, na Casa de origem)	Dispõe sobre a implantação e a gestão do Parque Histórico Nacional dos Guararapes.	Em tramitação. Total - 2
619/97-CN (nº 1.023/97, na origem)	PLV nº 6/97 (Oriundo da MP nº 1.481-52/97)	Altera procedimentos relativos ao Programa Nacional de Desestatização, revoga a Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, e dá outras providências.	Em tramitação. Total - 1

620/97-CN (nº 953/97, na origem)	PLC nº 27/97 (PL nº 3.106/97, na Casa de origem)	Dispõe sobre a transferência da Escola de Enfermagem de Manaus, unidade organizacional descentralizada da Fundação Nacional de Saúde, para a Fundação Universidade do Amazonas, e dá outras providências.	Em tramitação. Total - 1
621/97-CN (nº 1.056/97, na origem)	PLC nº 73/94 (PL nº 3.710/93, na Casa de origem)	Institui o Código de Trânsito Brasileiro.	Em tramitação. Total - 128
703/97-CN (nº 1.090/97, na origem)	PLC nº 37/97 (PL nº 2.695/97, na Casa de origem)	Estabelece normas para as eleições.	Em tramitação. Total - 2
748/97-CN (nº 1.364/97, na origem)	PLC nº 79/95 (PL nº 3.849/93, na Casa de origem)	Dispõe sobre autorização para instalação e funcionamento de empresas destinadas ao desmonte de veículos automotores e dá outras providências.	Em tramitação. Total - 1

SÚMULA

Total dos Vetos.....	828
- de sessões legislativas anteriores	528
- da presente sessão legislativa	300
- rejeitados.....	18
- prejudicados.....	229
- em tramitação	581

5 - Requerimentos

60/97-CN	13.03.97	Sen. Odacir Soares	Criação de Comissão Mista Especial, para estudar e apresentar PEC, visando alterar o art. 62 da Constituição Federal.	Aguardando inclusão na Ordem do Dia
61/97-CN	13.03.97	Sen. José Roberto Arruda	Urgência para tramitação do PLN nº 1/97.	Aprovado
62/97-CN	13.03.97	Sen. José Roberto Arruda	Inversão da Ordem do Dia.	Aprovado
63/97-CN	13.03.97	Dep. José Machado	Inversão da Ordem do Dia.	Aprovado
64/97-CN	13.03.97	Sen. José Roberto Arruda	Retirada da Ordem do Dia os itens nºs: 3, 4, 6, 9, 10, 11, 15, 22 e 23.	Aprovado
65/97-CN	13.03.97	Sen. José Roberto Arruda	Inclusão na Ordem do Dia das Medidas Provisórias nºs 1.536-22 e 1.532-2.	Aprovado
66/97-CN	13.03.97	Dep. José Machado	Destaque para votação da Emenda nº 15, apresentada à MP nº 1.470-16.	Deferido
77/97-CN	12-8-97	Dep. Aldo Arantes	Destaque para votação em separado do art. 4º da Medida Provisória nº 1.563-7.	Deferido
78/97-CN	12-8-97	Dep. Marta Suplicy e outro	Inversão da Ordem do Dia.	Aprovado
79/97-CN	27-8-97	Sen. José Roberto Arruda e outros	Inclusão de Medidas Provisórias na Ordem do Dia.	Aprovado
80/97-CN	27-8-97	Dep. Inocêncio Oliveira e outros	Inclusão de Medida Provisória na Ordem do Dia.	Aprovado
81/97-CN	27-8-97	Dep. Sérgio Miranda	Desmembramento do Projeto de Lei nº 14/97-CN.	Rejeitado

Nº	Leitura	Autor	Finalidade	Resultado
82/97-CN	27-8-97	Dep. Sérgio Miranda	Destaque para votação em separado do art. 31 do PLV nº 6/97.	Rejeitado
83/97-CN	27-8-97	Dep. Sérgio Miranda	Destaque para votação em separado da Emenda nº 1, apresentada à MP nº 1.481-52.	Rejeitado
84/97-CN	27-8-97	Dep. Sérgio Miranda	Destaque para votação em separado da Emenda nº 2, apresentada à MP nº 1.481-52.	Rejeitado
85/97-CN	27-8-97	Dep. Sérgio Miranda	Destaque para votação em separado da Emenda nº 3, apresentada à MP nº 1.481-52.	Rejeitado
86/97-CN	27-8-97	Dep. Sérgio Miranda	Destaque para votação em separado da Emenda nº 4, apresentada à MP nº 1.481-52.	Rejeitado
87/97-CN	27-8-97	Dep. Sérgio Miranda	Destaque para votação em separado da Emenda nº 5, apresentada à MP nº 1.481-52.	Rejeitado
88/97-CN	27-8-97	Dep. Sérgio Miranda	Destaque para votação em separado da Emenda nº 6, apresentada à MP nº 1.481-52.	Rejeitado
89/97-CN	27-8-97	Dep. Sérgio Miranda	Destaque para votação em separado da Emenda nº 7, apresentada à MP nº 1.481-52.	Rejeitado
90/97-CN	27-8-97	Dep. Sérgio Miranda	Destaque para votação em separado da Emenda nº 8, apresentada à MP nº 1.481-52.	Rejeitado
91/97-CN	27-8-97	Dep. Sérgio Miranda	Destaque para votação em separado da Emenda nº 9, apresentada à MP nº 1.481-52.	Rejeitado
92/97-CN	27-8-97	Dep. Sérgio Miranda	Destaque para votação em separado da Emenda nº 10, apresentada à MP nº 1.481-52.	Rejeitado
93/97-CN	27-8-97	Dep. Sérgio Miranda	Destaque para votação em separado da Emenda nº 11, apresentada à MP nº 1.481-52.	Rejeitado

Nº	Data	Autor	Finalidade	Resultado
94/97-CN	27-8-97	Dep. Sérgio Miranda	Destaque para votação em separado da Emenda nº 12, apresentada à MP nº 1.481-52.	Rejeitado
95/97-CN	27-8-97	Dep. Sérgio Miranda	Destaque para votação em separado da Emenda nº 13, apresentada à MP nº 1.481-52.	Rejeitado
96/97-CN	27-8-97	Dep. Sérgio Miranda	Destaque para votação em separado da Emenda nº 15, apresentada à MP nº 1.481-52.	Rejeitado
97/97-CN	27-8-97	Dep. Sérgio Miranda	Destaque para votação em separado da Emenda nº 16, apresentada à MP nº 1.481-52.	Rejeitado
98/97-CN	27-8-97	Dep. Sérgio Miranda	Destaque para votação em separado da Emenda nº 17, apresentada à MP nº 1.481-52.	Rejeitado
99/97-CN	27-8-97	Dep. Sérgio Miranda	Destaque para votação em separado da Emenda nº 18, apresentada à MP nº 1.481-52.	Rejeitado
100/97-CN	27-8-97	Dep. Sérgio Miranda	Destaque para votação em separado da Emenda nº 19, apresentada à MP nº 1.481-52.	Rejeitado
101/97-CN	27-8-97	Dep. Sérgio Miranda	Destaque para votação em separado da Emenda nº 20, apresentada à MP nº 1.481-52.	Rejeitado
102/97-CN	27-8-97	Dep. Sérgio Miranda	Destaque para votação em separado da Emenda nº 21, apresentada à MP nº 1.481-52.	Rejeitado
103/97-CN	27-8-97	Dep. Sérgio Miranda	Destaque para votação em separado da Emenda nº 22, apresentada à MP nº 1.481-52.	Rejeitado
104/97-CN	27-8-97	Dep. Sérgio Miranda	Destaque para votação em separado da Emenda nº 23, apresentada à MP nº 1.481-52.	Rejeitado
105/97-CN	27-8-97	Dep. Sérgio Miranda	Destaque para votação em separado da Emenda nº 28, apresentada à MP nº 1.481-52.	Rejeitado

Nº	Leitura	Autor	Finalidade	Resultado
106/97-CN	27-8-97	Dep. Sérgio Miranda	Destaque para votação em separado da Emenda nº 29, apresentada à MP nº 1.481-52.	Rejeitado
107/97-CN	27-8-97	Sen. José Roberto Arruda	Votação em globo dos requerimentos de destaques apresentados à MP nº 1.481-52.	Aprovado
108/97-CN	10-9-97	Sen. José Roberto Arruda e outros	Inversão da Ordem do Dia.	Aprovado
109/97-CN	10-9-97	Sen. José Roberto Arruda	Preferência para votação de itens da Ordem do Dia.	Aprovado
110/97-CN	10-9-97	Dep. João Fassarella	Destaque para votação em separado da Emenda nº 1, apresentada à MP nº 1.560-8.	Rejeitado
111/97-CN	10-9-97	Dep. Sérgio Miranda	Destaque para votação em separado da Emenda nº 1, apresentada à MP nº 1.560-8.	Rejeitado
112/97-CN	10-9-97	Dep. João Fassarella	Destaque para votação em separado da Emenda nº 2, apresentada à MP nº 1.560-8.	Rejeitado
113/97-CN	10-9-97	Dep. Sérgio Miranda	Destaque para votação em separado da Emenda nº 2, apresentada à MP nº 1.560-8.	Rejeitado
114/97-CN	10-9-97	Dep. João Fassarella	Destaque para votação em separado da Emenda nº 3, apresentada à MP nº 1.560-8.	Rejeitado
115/97-CN	10-9-97	Dep. Sérgio Miranda	Destaque para votação em separado da Emenda nº 3, apresentada à MP nº 1.560-8.	Rejeitado
116/97-CN	10-9-97	Dep. João Fassarella	Destaque para votação em separado da Emenda nº 4, apresentada à MP nº 1.560-8.	Rejeitado
117/97-CN	10-9-97	Dep. Sérgio Miranda	Destaque para votação em separado da Emenda nº 4, apresentada à MP nº 1.560-8.	Rejeitado

Nº	Leitura	Autor	Finalidade	Resultado
118/97-CN	10-9-97	Dep. João Fassarella	Destaque para votação em separado da Emenda nº 5, apresentada à MP nº 1.560-8.	Rejeitado
119/97-CN	10-9-97	Dep. Sérgio Miranda	Destaque para votação em separado da Emenda nº 5, apresentada à MP nº 1.560-8.	Rejeitado
120/97-CN	10-9-97	Dep. João Fassarella	Destaque para votação em separado da Emenda nº 6, apresentada à MP nº 1.560-8.	Rejeitado
121/97-CN	10-9-97	Dep. Sérgio Miranda	Destaque para votação em separado da Emenda nº 6, apresentada à MP nº 1.560-8.	Rejeitado
122/97-CN	10-9-97	Dep. João Fassarella	Destaque para votação em separado da Emenda nº 7, apresentada à MP nº 1.560-8.	Rejeitado
123/97-CN	10-9-97	Dep. Sérgio Miranda	Destaque para votação em separado da Emenda nº 7, apresentada à MP nº 1.560-8.	Rejeitado
124/97-CN	10-9-97	Dep. João Fassarella	Destaque para votação em separado da Emenda nº 8, apresentada à MP nº 1.560-8.	Rejeitado
125/97-CN	10-9-97	Dep. Sérgio Miranda	Destaque para votação em separado da Emenda nº 8, apresentada à MP nº 1.560-8.	Rejeitado
126/97-CN	10-9-97	Dep. João Fassarella	Destaque para votação em separado da Emenda nº 9, apresentada à MP nº 1.560-8.	Rejeitado
127/97-CN	10-9-97	Dep. Sérgio Miranda	Destaque para votação em separado da Emenda nº 9, apresentada à MP nº 1.560-8.	Rejeitado
128/97-CN	10-9-97	Sen. Roberto Arruda	Votação em globo dos requerimentos de destaques apresentados à MP nº 1.560-8.	Aprovado
129/97-CN	10-9-97	Dep. Arnaldo Faria de Sá	Destaque para votação em separado da Emenda nº 1, apresentada à MP nº 1.570-5.	Rejeitado

Nº	Data	Autor	Finalidade	Resultado
130/97-CN	10-9-97	Dep. Arnaldo Faria de Sá	Destaque para votação em separado da Emenda nº 4, apresentada à MP nº 1.570-5.	Rejeitado
131/97-CN	10-9-97	Dep. Arnaldo Faria de Sá	Destaque para votação em separado da Emenda nº 5, apresentada à MP nº 1.570-5.	Rejeitado
132/97-CN	10-9-97	Dep. Marconi Perillo	Votação em globo dos requerimentos de destaques apresentados à MP nº 1.570-5.	Aprovado
133/97-CN	11-11-97	Dep. João Fassarella	Adiamento da votação do PLN nº 15/97, por 48 horas.	Retirado
134/97-CN	1º-12-97	Sen. José Roberto Arruda	Inversão da Ordem do Dia.	Aprovado
135/97-CN	1º-12-97	Sen. José Roberto Arruda	Adiamento para apreciação dos PLNs nºs 26, 27, 29, 31 a 34, 36 a 38, 41, 44, 49, 58, 66 e 83/97.	Aprovado
136/97-CN	02-12-97	Sen. José Roberto Arruda	Inversão da Ordem do Dia.	Aprovado
137/97-CN	02-12-97	Sen. José Roberto Arruda e outros	Encerramento da discussão da MP nº 1.602/97.	Aprovado
138/97-CN	02-12-97	Sen. José Eduardo Dutra	Destaque para votação em separado do art. 6º do PLV nº 14 da MP nº 1.602/97.	Rejeitado
139/97-CN	02-12-97	Sen. José Eduardo Dutra	Destaque para votação em separado do art. 21 do PLV nº 14 da MP nº 1.602/97.	Rejeitado
140/97-CN	02-12-97	Dep. Inocêncio Oliveira e outro	Destaque para votação em separado do art. 58 do PLV nº 14 da MP nº 1.602/97.	Rejeitado
141/97-CN	02-12-97	Dep. Inocêncio Oliveira e outro	Destaque para votação em separado do art. 64 do PLV nº 14 à MP nº 1.602/97.	Rejeitado
142/97-CN	02-12-97	Dep. Dejandir Dalpasquale	Destaque para votação em separado do art. 69 do PLV nº 14 da MP nº 1.602/97.	Rejeitado

Nº	Letura	Autor	Finalidade	Resultado
143/97-CN	02-12-97	Dep. Odelmo Leão	Destaque para supressão da alínea "c" do inciso I do art. 82, do PLV nº 14 à MP nº 1.602/97.	Rejeitado
144/97-CN	02-12-97	Dep. Inocêncio Oliveira e outro	Destaque para votação em separado da Emenda nº 283, apresentada à MP nº 1.602/97.	Rejeitado
145/97-CN	02-12-97	Dep. José Machado	Destaque para votação em separado da Emenda nº 4, apresentada à MP nº 1.602/97.	Rejeitado
146/97-CN	02-12-97	Dep. José Machado	Destaque para votação em separado da Emenda nº 5, apresentada à MP nº 1.602/97.	Rejeitado
147/97-CN	02-12-97	Dep. José Machado	Destaque para votação em separado da Emenda nº 29, apresentada à MP nº 1.602/97.	Rejeitado
148/97-CN	02-12-97	Dep. José Machado	Destaque para votação em separado da Emenda nº 30, apresentada à MP nº 1.602/97.	Rejeitado
149/97-CN	02-12-97	Dep. José Machado	Destaque para votação em separado da Emenda nº 39, apresentada à MP nº 1.602/97.	Rejeitado
150/97-CN	02-12-97	Dep. José Machado	Destaque para votação em separado da Emenda nº 47, apresentada à MP nº 1.602/97.	Rejeitado
151/97-CN	02-12-97	Dep. José Machado	Destaque para votação em separado da Emenda nº 55, apresentada à MP nº 1.602/97.	Rejeitado
152/97-CN	02-12-97	Dep. José Machado	Destaque para votação em separado da Emenda nº 81, apresentada à MP nº 1.602/97.	Rejeitado
153/97-CN	02-12-97	Dep. José Machado	Destaque para votação em separado da Emenda nº 111, apresentada à MP nº 1.602/97.	Rejeitado
154/97-CN	02-12-97	Dep. José Machado	Destaque para votação em separado da Emenda nº 149, apresentada à MP nº 1.602/97.	Rejeitado

№	Legislação	Autor	Finalidade	Resultado
155/97-CN	02-12-97	Dep. José Machado	Destaque para votação em separado da Emenda nº 153, apresentada à MP nº 1.602/97.	Rejeitado
156/97-CN	02-12-97	Dep. José Machado	Destaque para votação em separado da Emenda nº 205, apresentada à MP nº 1.602/97.	Rejeitado
157/97-CN	02-12-97	Dep. Arnaldo Faria de Sá	Destaque para votação em separado da Emenda nº 255, apresentada à MP nº 1.602/97.	Rejeitado
158/97-CN	02-12-97	Sen. Roberto Freire	Destaque para votação em separado da Emenda nº 259, apresentada à MP nº 1.602/97.	Rejeitado
159/97-CN	02-12-97	Dep. José Machado	Destaque para votação em separado da Emenda nº 305, apresentada à MP nº 1.602/97.	Rejeitado
160/97-CN	02-12-97	Dep. José Machado	Destaque para votação em separado da Emenda nº 306, apresentada à MP nº 1.602/97.	Rejeitado
161/97-CN	02-12-97	Dep. José Machado	Destaque para votação em separado da Emenda nº 307, apresentada à MP nº 1.602/97.	Rejeitado
162/97-CN	02-12-97	Dep. José Machado	Destaque para votação em separado da Emenda nº 308, apresentada à MP nº 1.602/97.	Rejeitado
163/97-CN	02-12-97	Dep. José Machado	Destaque para votação em separado da Emenda nº 309, apresentada à MP nº 1.602/97.	Rejeitado
164/97-CN	02-12-97	Dep. José Machado	Destaque para votação em separado da Emenda nº 310, apresentada à MP nº 1.602/97.	Rejeitado
165/97-CN	02-12-97	Dep. José Machado	Destaque para votação em separado da Emenda nº 311, apresentada à MP nº 1.602/97.	Rejeitado
166/97-CN	02-12-97	Dep. José Machado	Destaque para votação em separado da Emenda nº 312, apresentada à MP nº 1.602/97.	Rejeitado

Nº	Leitura	Autor	Finalidade	Resultado
167/97-CN	02-12-97	Dep. José Machado	Destaque para votação em separado da Emenda nº 313, apresentada à MP nº 1.602/97.	Rejeitado
168/97-CN	02-12-97	Dep. José Machado	Destaque para votação em separado da Emenda nº 314, apresentada à MP nº 1.602/97.	Rejeitado
169/97-CN	02-12-97	Dep. José Machado	Destaque para votação em separado da Emenda nº 315, apresentada à MP nº 1.602/97.	Rejeitado
170/97-CN	02-12-97	Dep. José Machado	Destaque para votação em separado da Emenda nº 316, apresentada à MP nº 1.602/97.	Rejeitado
171/97-CN	02-12-97	Dep. José Machado	Destaque para votação em separado da Emenda nº 317, apresentada à MP nº 1.602/97.	Rejeitado
172/97-CN	02-12-97	Dep. José Machado	Destaque para votação em separado da Emenda nº 319, apresentada à MP nº 1.602/97.	Rejeitado
173/97-CN	02-12-97	Sen. José Roberto Arruda e outros	Votação em globo dos requerimentos de destaques apresentados à MP nº 1.602/97.	Aprovado
174/97-CN	02-12-97	Dep. Sérgio Arouca	Preferência de votação para o destaque da Bancada do PPS, ao texto da MP nº 1.602/97, relativa à Emenda nº 69, do Sen. José Sarney, para que seja votado antes do requerimento de votação em globo.	Rejeitado
175/97-CN	02-12-97	Sen. José Roberto Arruda e outros	Encerramento da discussão da MP nº 1.595-14/97.	Aprovado
176/97-CN	02-12-97	Dep. José Machado	Para que a votação do PLV nº 12/97 apresentado à MP nº 1.595-14/97, seja feita pelo processo nominal.	Rejeitado

Nº	Leitura	Autor	Finalidade	Resultado
177/97-CN	02-12-97	Dep. José Machado	Destaque para votação em separado de expressões constantes da alteração ao § 3º do art. 20 da Lei nº 8.112/90, promovida pelo art. 1º do PLV nº 12/97 da MP 1.595-14/97.	Rejeitado
178/97-CN	02-12-97	Dep. José Machado	Destaque para votação em separado das alterações aos arts. 46 e 47 da Lei nº 8.112/90, promovidas pelo art. 1º do PLV nº 12/97 da MP 1.595-14, com vista à sua supressão.	Rejeitado
179/97-CN	02-12-97	Dep. José Machado	Destaque para votação em separado das alterações ao art. 62 da Lei nº 8.112/90, promovidas pelo art. 1º do PLV nº 12/97 da MP 1.595-14, com vista à sua supressão.	Rejeitado
180/97-CN	02-12-97	Dep. José Machado	Destaque para votação em separado das alterações ao art. 67 da Lei nº 8.112/90, promovidas pelo art. 1º do PLV nº 12/97 da MP 1.595-14, com vista à sua supressão.	Rejeitado
181/97-CN	02-12-97	Dep. José Machado	Destaque para votação em separado das alterações aos arts. 81 e 87 da Lei nº 8.112/90, promovidas pelo art. 1º do PLV nº 12/97 da MP 1.595-14, com vista à sua supressão.	Rejeitado
182/97-CN	02-12-97	Dep. José Machado	Destaque para votação em separado das alterações ao art. 83 da Lei nº 8.112/90, promovidas pelo art. 1º do PLV nº 12/97 da MP 1.595-14, com vista à sua supressão.	Rejeitado
183/97-CN	02-12-97	Dep. José Machado	Destaque para votação em separado das alterações ao art. 92 da Lei nº 8.112/90, promovidas pelo art. 1º do PLV nº 12/97 da MP 1.595-14, com vista à sua supressão.	Rejeitado

Nº	Leitura	Autor	Finalidade	Resultado
184/97-CN	02-12-97	Dep. José Machado	Destaque para votação em separado das alterações ao § 3º do art. 143 da Lei nº 8.112/90, promovidas pelo art. 1º do PLV nº 12/97 da MP 1.595-14, com vista à sua supressão.	Rejeitado
185/97-CN	02-12-97	Dep. José Machado	Destaque para votação em separado do art. 2º do PLV nº 12/97 da MP 1.595-14, com vista à sua supressão.	Rejeitado
186/97-CN	02-12-97	Dep. José Machado	Destaque para votação em separado dos §§ 1º e 2º do art. 9º do PLV nº 12/97 da MP 1.595-14, com vista à sua supressão.	Rejeitado
187/97-CN	02-12-97	Dep. José Machado	Destaque para votação em separado do art. 15 do PLV nº 12/97 da MP 1.595-14, com vista à sua supressão.	Rejeitado
188/97-CN	02-12-97	Dep. José Machado	Destaque para votação em separado das expressões "o parágrafo único da Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970", constantes do art. 18 do PLV nº 12/97 da MP 1.595-14, com vista à sua supressão.	Rejeitado
189/97-CN	02-12-97	Dep. José Machado	Destaque para votação em separado das expressões "os §§ 1º e 2º do art. 78", constantes do art. 18 do PLV nº 12/97 da MP 1.595-14, com vista à sua supressão.	Rejeitado
190/97-CN	02-12-97	Dep. José Machado	Destaque para votação em separado das expressões "os arts 3º e 10 da Lei nº 8.911, de 11 de julho de 1994", constantes do art. 18 do PLV nº 12/97 da MP 1.595-14, com vista à sua supressão.	Rejeitado

Nº	Leitura	Autor	Finalidade	Resultado
191/97-CN	02-12-97	Dep. José Machado	Destaque para votação em separado da Emenda nº 6, apresentada à MP nº 1.595-14/97.	Rejeitado
192/97-CN	02-12-97	Dep. José Machado	Destaque para votação em separado da Emenda nº 12, apresentada à MP nº 1.595-14/97.	Rejeitado
193/97-CN	02-12-97	Dep. José Machado	Destaque para votação em separado da Emenda nº 17, apresentada à MP nº 1.595-14/97.	Rejeitado
194/97-CN	02-12-97	Dep. José Machado	Destaque para votação em separado da Emenda nº 26, apresentada à MP nº 1.595-14/97.	Rejeitado
195/97-CN	02-12-97	Dep. José Machado	Destaque para votação em separado da Emenda nº 27, apresentada à MP nº 1.595-14/97.	Rejeitado
196/97-CN	02-12-97	Dep. José Machado	Destaque para votação em separado da Emenda nº 28, apresentada à MP nº 1.595-14/97.	Rejeitado
197/97-CN	02-12-97	Dep. José Machado	Destaque para votação em separado da Emenda nº 31, apresentada à MP nº 1.595-14/97.	Rejeitado
198/97-CN	02-12-97	Dep. José Machado	Destaque para votação em separado da Emenda nº 32, apresentada à MP nº 1.595-14/97.	Rejeitado
199/97-CN	02-12-97	Dep. José Machado	Destaque para votação em separado da Emenda nº 33, apresentada à MP nº 1.595-14/97.	Rejeitado

Nº	Leitura	Autor	Finalidade	Resultado
200/97-CN	02-12-97	Dep. José Machado	Destaque para votação em separado da Emenda nº 35, apresentada à MP nº 1.595-14/97.	Rejeitado
201/97-CN	02-12-97	Dep. José Machado	Destaque para votação em separado da Emenda nº 38, apresentada à MP nº 1.595-14/97.	Rejeitado
202/97-CN	02-12-97	Dep. José Machado	Destaque para votação em separado da Emenda nº 42, apresentada à MP nº 1.595-14/97.	Rejeitado
203/97-CN	02-12-97	Dep. José Machado	Destaque para votação em separado da Emenda nº 43, apresentada à MP nº 1.595-14/97.	Rejeitado
204/97-CN	02-12-97	Dep. José Machado	Destaque para votação em separado da Emenda nº 44, apresentada à MP nº 1.595-14/97.	Rejeitado
205/97-CN	02-12-97	Dep. José Machado	Destaque para votação em separado da Emenda nº 48, apresentada à MP nº 1.595-14/97.	Rejeitado
206/97-CN	02-12-97	Dep. José Machado	Destaque para votação em separado da Emenda nº 49, apresentada à MP nº 1.595-14/97.	Rejeitado
207/97-CN	02-12-97	Dep. José Machado	Destaque para votação em separado da Emenda nº 50, apresentada à MP nº 1.595-14/97.	Rejeitado
208/97-CN	02-12-97	Dep. José Machado	Destaque para votação em separado da Emenda nº 52, apresentada à MP nº 1.595-14/97.	Rejeitado

№	Lei/Res.	Autor	Finalidade	Resultado
209/97-CN	02-12-97	Dep. José Machado	Destaque para votação em separado da Emenda nº 53, apresentada à MP nº 1.595-14/97.	Rejeitado
210/97-CN	02-12-97	Dep. José Machado	Destaque para votação em separado da Emenda nº 55, apresentada à MP nº 1.595-14/97.	Rejeitado
211/97-CN	02-12-97	Dep. José Machado	Destaque para votação em separado da Emenda nº 58, apresentada à MP nº 1.595-14/97.	Rejeitado
212/97-CN	02-12-97	Dep. José Machado	Destaque para votação em separado da Emenda nº 59, apresentada à MP nº 1.595-14/97.	Rejeitado
213/97-CN	02-12-97	Dep. José Machado	Destaque para votação em separado da Emenda nº 60, apresentada à MP nº 1.595-14/97.	Rejeitado
214/97-CN	02-12-97	Dep. José Machado	Destaque para votação em separado da Emenda nº 62, apresentada à MP nº 1.595-14/97.	Rejeitado
215/97-CN	02-12-97	Dep. José Machado	Destaque para votação em separado da Emenda nº 69, apresentada à MP nº 1.595-14/97.	Rejeitado
216/97-CN	02-12-97	Sen. José Roberto Arruda	Votação em globo dos requerimentos de destaques apresentados à MP nº 1.595-14/97.	Aprovado
217/97-CN	02-12-97	Dep. Sérgio Arouca	Destaque para votação em separado da expressão "sem direito a qualquer adicional a vantagens", constantes do § 1º do art. 19 da Lei nº 8.112/90 promovida pelo art. 1º do PLV nº 12/97 da MP 1.595-14.	Rejeitado

Nº	Data	Autor	Finalidade	Resultado
218/97-CN	02-12-97	Sen. José Roberto Arruda	Encerramento da discussão da MP nº 1.595-14/97.	Aprovado
219/97-CN	02-12-97	Dep. José Machado	Para que a votação do PLV nº 13/97 apresentado à MP nº 1.596-14/97, seja feita pelo processo nominal.	Rejeitado
220/97-CN	02-12-97	Dep. José Machado	Destaque para votação em separado das alterações aos § 2º do art. 22 e aos §§ 8º e 9º do art. 28 da Lei nº 8.212/91, constantes do art. 1º do PLV nº 13/97 da MP 1.596-14, com vistas à sua supressão.	Rejeitado
221/97-CN	02-12-97	Dep. José Machado	Destaque para votação em separado das alterações ao art. 29 da Lei nº 8.212/91, constantes do art. 1º do PLV nº 13/97 da MP 1.596-14, com vistas à sua supressão.	Rejeitado
222/97-CN	02-12-97	Dep. José Machado	Destaque para votação em separado das alterações ao § 2º do art. 31 da Lei nº 8.212/91, constantes do art. 1º do PLV nº 13/97 da MP 1.596-14, com vistas à sua supressão.	Rejeitado
223/97-CN	02-12-97	Dep. José Machado	Destaque para votação em separado das alterações ao § 2º do art. 16 da Lei nº 8.213/91, constantes do art. 2º do PLV nº 13/97 da MP 1.596-14, com vistas à sua supressão.	Rejeitado
224/97-CN	02-12-97	Dep. José Machado	Destaque para votação em separado das alterações ao § 2º do art. 18 e ao art. 86 da Lei nº 8.213/91, constantes do art. 2º do PLV nº 13/97 da MP 1.596-14, com vistas à sua supressão.	Rejeitado

Nº	Leitura	Autor	Finalidade	Resultado
225/97-CN	02-12-97	Dep. José Machado	Destaque para votação em separado das alterações aos arts. 57 e 58 da Lei nº 8.213/91, constantes do PLV nº 13/97 da MP 1.596-14, com vistas à sua supressão.	Rejeitado
226/97-CN	02-12-97	Dep. José Machado	Destaque para votação em separado das alterações ao art. 103 da Lei nº 8.213/91, constantes do art. 2º do PLV nº 13/97 da MP 1.596-14, com vistas à sua supressão.	Rejeitado
227/97-CN	02-12-97	Dep. José Machado	Destaque para votação em separado do art. 12 do PLV nº 13/97 da MP 1.596-14, com vistas à sua supressão.	Rejeitado
228/97-CN	02-12-97	Dep. José Machado	Destaque para votação em separado das expressões "art. 148" e "art. 152", constantes do art. 14 do PLV nº 13/97 da MP 1.596-14, com vistas à sua supressão.	Rejeitado
229/97-CN	02-12-97	Sen. José Roberto Arruda e outros	Destaque para votação em separado do § 2º do art. 453 da CLT, com a redação dada pela MP nº 1.596-14/97.	Aprovado
230/97-CN	02-12-97	Sen. José Roberto Arruda e outros	Destaque para votação em separado da expressão "o Decreto-Lei nº 158, de 10 de fevereiro de 1967", constante da MP nº 1.596-14, para inserir imediatamente após a expressão, "especialmente a Lei nº 3.529, de 13 de janeiro de 1959", constante do art. 14 do PLV nº 13/97.	Retirado

Nº	Leitura	Autor	Finalidade	Resultado
231/97-CN	02-12-97	Sen. José Roberto Arruda e outros	Destaque para votação em separado da expressão "de parcelamento ou", constante do § 1º do art. 35, da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, com a redação dada pelo art. 1º da MP nº 1.596-14/97.	Aprovado
232/97-CN	02-12-97	Sen. José Roberto Arruda e outros	Votação em globo dos requerimentos dos destaques apresentados à MP nº 1.596-14/97, exceto para os requerimentos de bancada apresentados pelos partidos PSDB e PFL, da CD.	Aprovado
233/97-CN	02-12-97	Sen. José Roberto Arruda e outros	Destaque para votação da Emenda nº 57 apresentada à MP. 1.596-14.	Aprovado
234/97-CN	02-12-97	Sen. José Roberto Arruda e outros	Preferência para votação do destaque para a Emenda nº 57, apresentada pelo Dep. Hugo Biehl. Votação antes do requerimento de votação em globo dos requerimentos de destaques.	Aprovado
235/97-CN	02-12-97	Dep. José Machado	Para que a votação da MP nº 1.597/97, seja feita pelo processo nominal.	Rejeitado
236/97-CN	02-12-97	Dep. José Machado	Para que a votação do PLV nº 8/97 apresentado à MP nº 1.598/97, seja feita pelo processo nominal.	Rejeitado
237/97-CN	02-12-97	Sen. José Roberto Arruda e outros	Encerramento da discussão da MP nº 1.599-38/97.	Retirado
238/97-CN	03-12-97	Sen. José Roberto Arruda e outros	Inversão da Ordem do Dia.	Aprovado

Nº	Legislação	Autor	Finalidade	Resultado
239/97-CN	03-12-97	Sen. José Roberto Arruda e outros	Encerramento da discussão da MP nº 1.600/97.	Aprovado
240/97-CN	03-12-97	Dep. José Machado	Para que a votação do PLV nº 10/97 apresentado à MP nº 1.600/97, seja feita pelo processo nominal.	Rejeitado
241/97-CN	03-12-97	Dep. Inocêncio Oliveira e outros	Destaque para supressão de expressão, constante do § 3º do art. 1º, do PLV nº 10/97 apresentado à MP nº 1.600/97.	Rejeitado
242/97-CN	03-12-97	Dep. José Machado	Destaque supressivo para a expressão "e seguintes" constante do inciso II do art. 1º do PLV nº 10/97 a MP nº 1.600/97.	Aprovado
243/97-CN	03-12-97	Dep. José Machado	Destaque para votação da Emenda nº 1 apresentada à MP nº 1.600/97.	Aprovado
244/97-CN	03-12-97	Dep. José Machado	Destaque para votação da Emenda nº 3 apresentada à MP nº 1.600/97.	Aprovado
245/97-CN	03-12-97	Dep. José Machado	Destaque para votação da Emenda nº 4 apresentada à MP nº 1.600/97.	Aprovado
246/97-CN	03-12-97	Dep. José Machado	Destaque para votação da Emenda nº 5 apresentada à MP nº 1.600/97.	Aprovado
247/97-CN	03-12-97	Dep. José Machado	Destaque para votação da Emenda nº 6 apresentada à MP nº 1.600/97.	Aprovado
248/97-CN	03-12-97	Dep. José Machado	Destaque para votação da Emenda nº 7 apresentada à MP nº 1.600/97.	Aprovado
249/97-CN	03-12-97	Sen. José Roberto Arruda e outros	Votação em globo dos requerimentos de destaques apresentados à MP nº 1.600/97.	Aprovado

Nº	Leitura	Autor	Finalidade	Resultado
250/97-CN	03-12-97		Preferência para votação em separado do destaque supressivo referente ao § 3º do PLV originário da MP 1.600/97.	Aprovado
251/97-CN	03-12-97	Sen. José Roberto Arruda	Encerramento da discussão da MP nº 1.601/97.	Aprovado
252/97-CN	03-12-97	Dep. José Machado	Destaque para votação da Emenda nº 1 apresentada à MP nº 1.601/97.	Rejeitado
253/97-CN	03-12-97	Dep. José Machado	Destaque para votação da Emenda nº 2 apresentada à MP nº 1.601/97.	Rejeitado
254/97-CN	03-12-97	Sen. José Roberto Arruda e outros	Votação em globo dos requerimentos de destaques apresentados à MP nº 1.601/97.	Aprovado
255/97-CN	11-12-97	Sen. José Roberto Arruda e outros	Inclusão na Ordem do Dia dos Projetos de Lei do Congresso Nacional que foram aprovados na CMPOPF.	Aprovado
256/97-CN	11-12-97	Sen. José Roberto Arruda e outros	Preferência para apreciação de vários PLNs.	Aprovado
257/97-CN	11-12-97	Sen. Marluce Pinto	Prorrogação do prazo da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada através do Requerimento nº 1, 1996-CN, "com a finalidade de apurar as denúncias contidas na reportagem da revista Veja, do dia 30 de agosto de 1995, sobre o trabalho de crianças e adolescentes no Brasil", por mais 180 dias.	Aprovado

SÚMULA

Total dos Requerimentos.....	188
- Aprovados.....	42
- Deferidos.....	2
- Rejeitados.....	140
- Retirados.....	3
- Aguardando inclusão na Ordem do Dia.....	1

D - PARTICIPAÇÃO DOS SENHORES CONGRESSISTAS NOS TRABALHOS DO CONGRESSO NACIONAL

Senadores	Proposições Apresentadas		Uso da Palavra					Participação nas Comissões Mistas						
	RE-QUERIMENTO	PROJETO DE RESOLUÇÃO	ENCAMINHAMENTO, VOTAÇÃO	DISCUSSÃO	APARTE	PRONUNCIAMENTO	QUESTÃO DE ORDEM	C. M. DE ORÇAMENTO	C. P. M. DE INQUÉRITO	ESPECIAIS	VETOS	MEDIDAS PROVISÓRIAS	PARECERES	RELATÓRIOS
Abdias Nascimento	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	7	-	-
Ademir Andrade	-	-	-	-	-	2	2	1	-	-	1	1	-	-
Antonio Carlos Magalhães	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Antonio Carlos Valadares	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	1	3	1	-
Artur da Távola	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	61	-	-
Bello Parga	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	82	2	-
Benedita da Silva	-	-	2	-	-	2	-	-	-	-	-	47	-	-
Beni Veras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	149	-	-
Bernardo Cabral	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	1	63	-	-
Carlos Bezerra	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	2	474	4	-
Carlos Patrocínio	-	-	1	-	-	-	-	1	-	-	-	57	1	-
Carlos Wilson	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	96	-	-
Casildo Maldaner	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	-	-	-
Coutinho Jorge	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	100	1	-
Edison Lobão	-	-	-	-	-	4	-	1	-	-	3	158	6	-
Eduardo Suplicy	-	-	1	-	-	3	2	1	-	-	2	1	2	-
Élcio Álvares	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	12	2	-
Emília Fernandes	-	-	1	-	-	1	-	-	-	-	1	81	-	-
Epitácio Cafeteira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	244	-	-
Erandes Amorim	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-
Esperidião Amin	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	4	-	-
Fernando Bezerra	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	21	-	-
Flaviano Melo	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	-
Francelino Pereira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	120	-	-
Francisco Escórcio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7	-	-
Freitas Neto	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	124	-	-
Geraldo Melo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	76	-	-
Gerson Camata	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	474	-	-
Gilberto Miranda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	71	-	-

Senadores	Proposições Apresentadas		Uso da Palavra					Participação nas Comissões Mistas						
	RE-QUERIMENTO	PROJETO DE REBO-LUÇÃO	ENCAMI-NHAMEN. VOTAÇÃO	DISCUSSÃO	APARTE	PRONUN-CIAMENTO	QUESTÃO DE ORDEM	C. M. DE ORÇA-MENTO	C. P. M. DE INQUÉ-RITO	ESPECIAIS	VETOS	MEDIDAS PROVI-SÓRIAS	PARE-CERES	RELA-TÓRIOS
Gilvam Borges	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7	-	-
Guilherme Palmeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	57	-	-
Hugo Napoleão	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	1	131	-	-
Humberto Lucena	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Jader Barbalho	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-	475	1	-
Jefferson Péres	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	3	98	-	-
João França	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	4	-	-
João Rocha	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	86	-	-
Joel de Hollanda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	107	-	-
Jonas Pinheiro	-	-	-	1	-	1	-	1	-	-	1	81	4	-
Josaphat Marinho	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
José Agripino	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	104	-	-
José Alves	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	116	-	-
José Bianco	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	109	1	-
José Eduardo Dutra	2	-	3	3	-	7	2	-	-	-	3	496	-	-
José Eduardo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-
José Fogaça	-	-	-	-	-	3	-	-	-	-	3	1	2	-
José Ignácio Ferreira	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	67	-	-
José Roberto Arruda	31	-	7	6	-	13	1	-	-	-	-	34	2	-
José Serra	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	32	-	-
Júlio Campos	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	86	1	-
Júnia Marise	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	1	-	-
Lauro Campos	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	2	-	-
Leomar Quintanilha	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	244	-	-
Levy Dias	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	2	4	-	-
Lúcio Alcântara	-	-	-	-	-	2	-	1	-	-	4	62	1	-
Lúdio Coelho	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	103	-	-
Marina Silva	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
Marluce Pinto	1	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-	6	1	-
Mauro Miranda	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	7	-	-

Senadores	Proposições Apresentadas		Uso da Palavra					Participação nas Comissões Mistas						
	RE- QUER- MENTO	PROJETO DE RESO- LUÇÃO	ENCAMI- NHAMEN- TO VOTAÇÃO	DISCUSSÃO	APARTE	PRONUN- CIAMENTO	QUESTÃO DE ORDEM	C. M. DE ORÇA- MENTO	C. P. M. DE INQUÉ- RITO	ESPECIAIS	VETOS	MEDIDAS PROVI- SÓRIAS	PARE- CERES	RELA- TÓRIOS
Nabor Júnior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	471	-	-
Ney Suassuna	-	-	-	-	-	2	-	1	-	-	2	28	-	-
Odacir Soares	1	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	167	-	-
Osmar Dias	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	92	-	-
Otoniel Machado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
Pedro Simon	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Ramez Tebet	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	12	-	-
Regina Assumpção	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	185	-	-
Renan Calheiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	-	-
Roberto Freire	1	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1	12	-	-
Roberto Requião	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	-	-	-
Romero Jucá	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	130	1	-
Romeu Tuma	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-	5	18	-	-
Ronaldo Cunha Lima	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Sebastião Rocha	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	441	1	-
Sérgio Machado	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	77	-	-
Tectonio Vilela Filho	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	39	-	-
Valmir Campelo	-	-	2	-	-	1	-	-	-	-	-	131	-	-
Vilson Kleinöbing	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	103	2	-
Waldeck Ornelas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	118	-	-

Deputados	Proposições Apresentadas		Uso da Palavra					Participação nas Comissões Mistas						
	RE-QUERIMENTO	PROJETO DE RESOLUÇÃO	ENCAMINHAMEN. VOTAÇÃO	DISCUSSÃO	APARTE	PRONUNCIAMENTO	QUESTÃO DE ORDEM	C. M. DE ORÇAMENTO	C. P. M. DE INQUÉRITO	ESPECIAIS	VETOS	MEDIDAS PROVISÓRIAS	PARECERES	RELATÓRIOS
Abelardo Lupion	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-	80	-	-
Adauto Pereira	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	21	-	-
Adelaide Neri	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9	-	-
Adelson Ribeiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	9	-	-
Adelson Salvador	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	32	-	-
Ademir Cunha	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	22	-	-
Ademir Lucas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	16	-	-
Adhemar de Barros Filho	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	-	-
Adroaldo Streck	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	73	-	-
Adyson Motta	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	1	-	-
Aécio de Borba	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Aécio Neves	-	-	1	-	-	2	2	-	-	-	-	94	-	-
Agnelo Queiroz	-	-	-	1	-	3	1	-	-	-	-	2	-	-
Airton Dipp	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1	-	-
Albérico Cordeiro	-	-	1	-	-	-	-	1	-	-	-	5	-	-
Albérico Filho	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	15	-	-
Alberto Goldman	-	-	-	-	-	1	3	-	-	-	-	16	-	-
Alceste Almeida	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	-	-
Alcides Modesto	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	297	-	-
Alcione Athayde	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-
Aldir Cabral	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	16	-	-
Aldo Arantes	1	-	3	1	-	3	2	-	-	-	-	139	-	-
Aldo Rebelo	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-
Alexandre Cardoso	-	-	2	1	-	1	-	-	-	-	-	49	-	-
Alexandre Ceranto	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	10	2	-
Alexandre Santos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	26	-	-
Almino Affonso	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	2	-	-
Aloysio Nunes Ferreira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Alvaro Gaudêncio Neto	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	43	-	-

Deputados	Proposições Apresentadas		Uso da Palavra					Participação nas Comissões Mistas						
	RE- QUER- MENTO	PROJETO DE REBO- LUÇÃO	ENCAMI- NHAMEN- VOTAÇÃO	DISCUSSÃO	APARTE	PRONUN- CIAMENTO	QUESTÃO DE ORDEN	C. M. DE ORÇA- MENTO	C. P. M. DE INQUÉ- RITO	ESPECIAIS	VETOS	MEDIDAS PROVI- SÓRIAS	PARE- CERES	RELA- TÓRIOS
Álvaro Ribeiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Alzira Éwerton	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	13	-	-
Ana Catarina	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-
Aníbal Gomes	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	13	1	-
Anivaldo Vale	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12	-	-
Antonio Balhmann	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6	-	-
Antônio Brasil	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20	-	-
Antonio Carlos Pannunzio	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-	3	2	-
Antônio do Valle	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	28	-	-
Antonio dos Santos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	23	-	-
Antonio Feijão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9	-	-
Antônio Geraldo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	16	-	-
Antonio Joaquim Araújo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	22	-	-
Antônio Jorge	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6	-	-
Antonio Ueno	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	21	-	-
Aracely de Paula	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	5	1	-
Ari Magalhães	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7	-	-
Arlindo Chinaglia	-	-	-	1	-	-	-	1-	-	-	-	1	1	-
Arlindo Vargas	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	11	-	-
Armando Abílio	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	1	11	3	-
Armando Costa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-
Arnaldo Faria de Sá	4	-	2	10	1	5	5	-	-	-	-	7	-	-
Arnaldo Madeira	-	-	1	-	-	1	1	1	-	-	2	79	2	-
Arnon Bezerra	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	6	1	-
Arolde de Oliveira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	32	-	-
Aroldo Cedraz	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	30	-	-
Arthur Virgílio	-	-	-	1	-	3	-	-	-	-	-	11	-	-
Ary Kara	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	7	-	-

Deputados	Proposições Apresentadas		Uso da Palavra					Participação nas Comissões Mistas						
	RE-QUERIMENTO	PROJETO DE REBO-LUÇÃO	ENCAMI-NHAMEN- VOTAÇÃO	DISCUSSÃO	APARTE	PRONUN- CIAMENTO	QUESTÃO DE ORDEM	C. M. DE ORÇA- MENTO	C. P. M. DE INQUÉ- RITO	ESPECIAIS	VETOS	MEDIDAS PROV- SÓRIAS	FARE- CERES	RELA- TÓRIOS
Asdrúbal Bentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	22	-	-
Átila Lins	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	34	-	-
Augusto Carvalho	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	72	-	-
Augusto Farias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7	-	-
Augusto Nardes	-	-	1	-	-	1	-	1	-	-	-	4	1	-
Augusto Viveiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	65	-	-
Ayres da Cunha	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8	-	-
B. Sá	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-	6	-	-
Barbosa Neto	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	23	1	-
Basílio Villani	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	7	3	-
Benedito de Lira	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	42	-	-
Benedito Domingos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7	-	-
Benedito Guimarães	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-
Betinho Rosado	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	29	1	-
Bonifácio de Andrada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Bosco França	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	89	-	-
Candinho Mattos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15	-	-
Carlos Aírton	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	7	-	-
Carlos Alberto	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	-	-
Carlos Alberto Campista	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9	-	-
Carlos Apolinário	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	8	-	-
Carlos Cardinal	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Carlos Magno	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	13	-	-
Carlos Melles	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	11	-	-
Carlos Mendes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Carlos Mosconi	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
Carlos Nelson	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	-	-
Ceci Cunha	-	-	1	-	-	-	-	1	-	-	-	10	-	-

Deputados	Proposições Apresentadas		Uso da Palavra					Participação nas Comissões Mistas						
	RE- QUER- MENTO	PROJETO DE RESO- LUÇÃO	ENCAMI- NHAMEN. VOTAÇÃO	DISCUSSÃO	APARTE	PRONUN- CIAMENTO	QUESTÃO DE ORDEM	C. M. DE ORÇA- MENTO	C. P. M. DE INQUÉ- RITO	ESPECIAIS	VETOS	MEDIDAS PROVI- SÓRIAS	FARE- CERES	RELA- TÓRIOS
Célia Mendes	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	14	-	-
Celso Russomanno	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8	-	-
Cesar Bandeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	36	-	-
Chicão Brígido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	-	-
Chico da Princesa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6	-	-
Chico Vigilante	-	-	1	-	-	3	1	1	-	-	-	8	1	-
Cidinha Campos	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Cipriano Correia	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1	1	-
Ciro Nogueira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	36	-	-
Cláudio Cajado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	26	-	-
Cláudio Chaves	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	17	-	-
Cleonânicio Fonseca	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	9	-	-
Colbert Martins	-	-	-	1	-	1	1	-	-	-	-	19	-	-
Confúcio Moura	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	118	-	-
Coraúci Sobrinho	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	24	-	-
Coriolano Sales	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Costa Ferreira	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	19	-	-
Cunha Bueno	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	5	-	-
Cunha Lima	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-
Dalila Figueiredo	-	-	1	-	-	2	-	-	-	-	-	7	-	-
Danilo de Castro	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	28	-	-
Darci Coelho	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7	-	-
Darcísio Perondi	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	29	-	-
De Velasco	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	17	-	-
Dejandir Dalpasquale	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	16	-	-
Delfim Netto	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Déroio Knop	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	2	-	-
Dilceu Sperafico	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-

Deputados	Proposições Apresentadas		Uso da Palavra					Participação nas Comissões Mistas						
	RE-QUERIMENTO	PROJETO DE RESOLUÇÃO	ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO	DISCUSSÃO	APARTE	PRONUNCIAMENTO	QUESTÃO DE ORDEM	C. M. DE ORÇAMENTO	C. P. M. DE INQUÉRITO	ESPECIAIS	VETOS	MEDIDAS PROVISÓRIAS	PARECERES	RELATÓRIOS
Dilso Sperafico	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	24	-	-
Djalma de Almeida César	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	32	-	-
Dolores Nunes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-
Domingos Leonelli	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Dulio Pisaneschi	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	22	-	-
Edinho Araújo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7	-	-
Edinho Bez	-	-	1	-	-	1	-	-	-	-	2	43	2	-
Edison Andrino	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	29	-	-
Edson Queiroz	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Edson Silva	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	24	-	-
Eduardo Coelho	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-
Eduardo Jorge	-	-	1	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-
Eduardo Mascarenhas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6	-	-
Efraim Moraes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
Elcione Barbalho	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	24	-	-
Elias Murad	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	3	-	-
Eliseu Moura	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	22	-	-
Eliseu Padilha	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	40	-	-
Eliseu Resende	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	18	-	-
Elton Rohnelt	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	11	-	-
Emerson Olavo Pires	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1	-	-
Enio Bacci	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-
Enivaldo Ribeiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
Eraldo Trindade	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	3	-	-
Esther Grossi	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Etevalda Grassi de Menezes	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-	8	2	-
Éujácio Simões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	19	-	-
Euler Ribeiro	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	22	1	-

Deputados	Proposições Apresentadas		Uso da Palavra					Participação nas Comissões Mistas						
	RE- QUER- IMENTO	PROJETO DE RESO- LUÇÃO	ENCAMI- NHAMEN- TO VOTAÇÃO	DISCUSSÃO	APARTE	PROMUN- CIAMENTO	QUESTÃO DE ORDEN	C. M. DE ORÇA- MENTO	C. P. M. DE INQUÉ- RITO	ESPECIAIS	VETOS	MÉDIDAS PROVI- SÓRIAS	PARE- CERES	RELA- TÓRIOS
Eurico Miranda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6	-	-
Eurípedes Miranda	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-
Expedito Júnior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	22	-	-
Ezídio Pinheiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	17	-	-
Fátima Pelaes	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	11	-	-
Fausto Martello	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	6	-	-
Felipe Mendes	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	5	3	-
Félix Mendonça	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
Fernando Diniz	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-
Fernando Gabeira	-	-	-	-	-	2	1	-	-	-	-	89	-	-
Fernando Gonçalves	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12	-	-
Fernando Lyra	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	17	-	-
Fernando Ribas Carli	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-
Fernando Torres	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	15	-	-
Fernando Zuppo	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	1	-	-
Fetter Júnior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12	-	-
Feu Rosa	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	26	-	-
Firno de Castro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	17	-	-
Flávio Arns	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	19	-	-
Flávio Palmier da Veiga	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	10	1	-
Francisco Horta	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	36	-	-
Francisco Rodrigues	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	12	1	-
Francisco Silva	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-
Franco Montoro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8	-	-
Freire Júnior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-
Geddel Vieira Lima	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	99	-	-
Genésio Bernardino	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	8	2	-
Germano Rigotto	-	-	1	2	-	1	-	-	-	-	-	5	-	-

Deputados	Proposições Apresentadas		Uso da Palavra					Participação nas Comissões Mistas						
	RE-QUERIMENTO	PROJETO DE RESOLUÇÃO	ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO	DISCUSSÃO	APARTE	PRONUNCIAMENTO	QUESTÃO DE ORDEM	C. M. DE ORÇAMENTO	C. P. M. DE INQUÉRITO	ESPECIAIS	VETOS	MEDIDAS PROVISÓRIAS	PARECERES	RELATÓRIOS
Gerson Peres	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	20	-	-
Gervásio Oliveira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6	-	-
Gilney Viana	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	28	-	-
Gilvan Freire	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6	-	-
Giovanni Queiroz	-	-	-	3	-	2	3	1	-	-	-	-	-	-
Gonzaga Mota	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	40	-	-
Gonzaga Patriota	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-	15	2	-
Haroldo Lima	-	-	-	1	-	2	-	-	-	-	-	1	-	-
Hélio Bicudo	-	-	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Hélio Rosas	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	25	-	-
Herculano Anghinetti	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-
Hermes Parcianelo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	35	-	-
Hilário Coimbra	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Homero Oguido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-
Hugo Rodrigues da Cunha	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	18	2	-
Humberto Costa	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	-	-	-
Iberê Ferreira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	24	-	-
Ibrahim Abi-Ackel	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Inácio Arruda	-	-	1	-	1	1	-	1	-	-	-	2	-	-
Inocêncio Oliveira	5	-	4	3	-	5	1	-	-	-	-	54	-	-
Israel Pinheiro	-	-	-	-	-	1	2	1	-	-	1	8	2	-
Itamar Serpa	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	12	-	-
Ivandro Cunha Lima	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	26	-	-
Ivo Mainardi	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	-	-
Jaime Fernandes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	35	-	-
Jaime Martins	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15	-	-
Jair Bolsonaro	-	-	-	-	-	5	-	-	-	-	-	7	-	-
Jair Meneguelli	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-

Deputados	Proposições Apresentadas		Uso da Palavra					Participação nas Comissões Mistas						
	RE-QUERIMENTO	PROJETO DE REBO-LUÇÃO	ENCAMI-NHAME-NTOS VOTAÇÃO	DISCUSSÃO	APARTE	PRONUN-CIAMENTO	QUESTÃO DE ORDEM	C. M. DE ORÇA-MENTO	C. P. M. DE INQUÉ-RITO	ESPECIAIS	VETOS	MEDIDAS PROVISO-RIAS	PARE-CERES	RELA-TÓRIOS
Jair Soares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7	-	-
Jairo Azi	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9	-	-
Jairo Carneiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	31	2	-
Jandira Feghali	-	-	1	2	-	4	1	-	-	-	-	1	-	-
Jarbas Lima	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1	-	-
Joana Darc	-	-	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
João Almeida	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	13	-	-
João Carlos Bacelar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	13	-	-
João Colaço	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20	-	-
João Coser	-	-	1	4	-	3	1	1	-	-	1	-	2	-
João Fassarela	10	-	4	5	-	2	2	1	-	-	-	1	2	-
João Faustino	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6	-	-
João Henrique	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6	-	-
João Leão	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	22	2	-
João Magalhães	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	24	-	-
João Maia	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	4	-	-
João Mellão Neto	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	44	-	-
João Mendes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-
João Paulo	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
João Pizzolatti	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	-	-
João Ribeiro	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	3	-	-
João Thomé Mestrinho	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	9	-	-
João Tota	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-
Jofran Frejat	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Jonival Lucas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6	-	-
Jorge Tadeu Mudalen	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Jorge Wilson	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11	-	-
José Aldemir	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	23	-	-

Deputados	Proposições Apresentadas		Uso da Palavra					Participação nas Comissões Mistas						
	RE-QUERIMENTO	PROJETO DE REBO-LUÇÃO	ENCAMI-NHAMEL. VOTAÇÃO	DISCUSSÃO	APARTE	PRONUNCIAMENTO	QUESTÃO DE ORDEM	C. M. DE ORÇA-MENTO	C. P. M. DE INQUÉ-RITO	ESPECIAIS	VETOS	MEDIDAS PROVI-SÓRIAS	PARE-CERES	RELA-TÓRIOS
José Aníbal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	30	-	-
José Augusto	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
José Borba	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	3	-	-
José Carlos Aleluia	-	-	1	2	-	4	-	-	-	-	2	102	6	-
José Carlos Coutinho	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	31	-	-
José Carlos Lacerda	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
José Carlos Vieira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15	-	-
José Chaves	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	19	-	-
José Coimbra	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	11	-	-
José de Abreu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-
José Egidio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12	-	-
José Genoio	-	-	2	1	1	4	4	-	-	-	1	-	-	-
José Janene	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1	-	-
José Linhares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-
José Lourenço	-	-	-	4	-	4	-	-	-	-	-	8	2	-
José Luiz Clerot	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	104	-	-
José Machado	90	-	2	1	-	5	4	-	-	-	-	379	2	-
José Maurício	-	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-	1	-	-
José Mendonça Bezerra	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20	-	-
José Pimentel	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1	-	-
José Pinotti	-	-	1	-	-	6	1	-	-	-	-	-	-	-
José Priante	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	1	21	1	-
José Rezende	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
José Rocha	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	23	2	-
José Santana de Vasconcellos	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	30	-	-
José Teles	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	-	-
José Thomaz Nonô	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	-	-
Jovair Arantes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	31	-	-

Deputados	Proposições Apresentadas		Uso da Palavra					Participação nas Comissões Mistas						
	RE- QUER- MENTO	PROJETO DE REBO- LUÇÃO	ENCAMI- NHAMEN. VOTAÇÃO	DISCUSSÃO	APARTE	PRONUN- CIAMENTO	QUESTÃO DE ORDEN	C. M. DE ORÇA- MENTO	C. P. M. DE INQUÉ- RITO	ESPECIAIS	VETOS	MEDIDAS PROV- ISÓRIAS	PARE- CERES	RELA- TÓRIOS
Júlio César	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	23	1	-
Júlio Redecker	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11	-	-
Jurandyr Paixão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	25	-	-
Lael Varela	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	32	-	-
Lamartine Posella	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	-	-
Laprovita Vieira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-
Laura Carneiro	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	15	-	-
Leônidas Cristino	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	15	-	-
Leopoldo Bessone	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
Leur Lomanto	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12	-	-
Lidia Quinan	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	38	2	-
Lima Netto	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	27	2	-
Lindberg Farias	-	-	1	-	-	2	1	-	-	-	-	20	-	-
Luciano Castro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	10	-	-
Luciano Pizzato	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	17	-	-
Luís Barbosa	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	9	-	-
Luís Eduardo	-	-	2	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-
Luís Roberto Ponte	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	28	2	-
Luiz Alberto	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Luiz Braga	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	33	1	-
Luiz Buaiz	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	36	-	-
Luiz Carlos Hauly	-	-	2	1	-	5	-	-	-	-	-	34	6	-
Luiz Dantas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12	-	-
Luiz Durão	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	8	-	-
Luiz Fernando	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	14	-	-
Luiz Moreira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20	-	-
Luiz Piauhyllino	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	27	-	-
Magno Bacelar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	30	-	-

Deputados	Proposições Apresentadas		Uso da Palavra					Participação nas Comissões Mistas						
	RE-QUERIMENTO	PROJETO DE RESOLUÇÃO	ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO	DISCUSSÃO	APARTE	PRONUNCIAMENTO	QUESTÃO DE ORDEM	C. M. DE ORÇAMENTO	C. P. M. DE INQUÉRITO	ESPECIAIS	VETOS	MEDIDAS PROVISÓRIAS	PARECERES	RELATÓRIOS
Maluly Netto	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10	-	-
Manoel Castro	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	1	65	-	-
Marçal Filho	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	23	-	-
Marcelo Barbieri	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Marcelo Déda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	7	-	-
Marcelo Teixeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-
Márcia Marinho	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10	-	-
Márcio Reinaldo Moreira	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1	1	-
Marconi Perillo	1	-	2	-	-	4	-	-	-	-	-	11	4	-
Marcos Lima	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	16	-	-
Marcos Vinícius de Campos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	22	-	-
Marcus Vicente	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	6	-	-
Maria da Conceição Tavares	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Maria Elvira	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	17	-	-
Maria Laura	-	-	-	1	-	1	-	1	-	-	-	1	-	-
Maria Valadão	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	9	-	-
Marilu Guimarães	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	25	-	-
Marinha Raupp	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6	-	-
Mário Cavallazzi	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	-	-
Mário Martins	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	23	-	-
Mário Negromonte	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1	-	-
Marisa Serrano	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	13	-	-
Marquinho Chedid	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9	-	-
Marta Suplicy	1	-	-	-	-	2	1	-	-	-	-	-	-	-
Matheus Schmidt	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	14	-	-
Maurício Najar	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	18	-	-
Maurício Requião	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	23	-	-
Mauro Fecury	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	35	-	-

Deputados	Proposições Apresentadas		Uso da Palavra					Participação nas Comissões Mistas						
	RE- QUER- IMENTO	PROJETO DE RESO- LUÇÃO	ENCAMI- NHAMEN. VOTAÇÃO	DISCUSSÃO	APARTE	PRONUN- CIAMENTO	QUESTAO DE ORDEM	C. M. DE ORÇA- MENTO	C. P. M. DE INQUÉ- RITO	ESPECIAIS	VETOS	MEDIDAS PROVI- SÓRIAS	PARE- CERES	RELA- TÓRIOS
Mauro Lopes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	27	-	-
Max Rosenmann	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	27	-	-
Melquíades Neto	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-
Mendonça Filho	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1	11	-	-
Miguel Rossetto	-	-	-	2	-	1	1	-	-	-	-	1	-	-
Milton Temer	-	-	1	-	-	1	3	-	-	-	-	-	-	-
Miro Teixeira	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Moacir Micheletto	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15	-	-
Moacyr Andrade	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-
Moisés Bennesby	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-
Moisés Lipnik	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Moreira Franco	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	-	-
Murilo Domingos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7	-	-
Murilo Pinheiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	26	-	-
Mussa Demes	-	-	-	2	-	1	-	-	-	-	-	33	-	-
Nair Xavier Lobo	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	26	-	-
Nan Souza	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15	-	-
Narcio Rodrigues	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7	-	-
Neif Jabur	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
Neiva Moreira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	261	-	-
Nelson Harter	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10	-	-
Nelson Marchezan	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7	-	-
Nelson Marquezelli	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	4	-	-
Nelson Meurer	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-
Nelson Otoch	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11	-	-
Nestor Duarte	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7	-	-
Neuto de Conto	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	35	-	-
Ney Lopes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-

Deputados	Proposições Apresentadas		Uso da Palavra					Participação nas Comissões Mistas						
	RE- QUER- MENTO	PROJETO DE RESO- LUÇÃO	ENCAMI- NHAMEN- TO, VOTAÇÃO	DISCUSSÃO	APARTE	PROMUN- CIAMENTO	QUESTÃO DE ORDEM	C. M. DE ORÇA- MENTO	C. P. M. DE INQUÉ- RITO	ESPECIAIS	VETOS	MEDIDAS PROVI- SÓRIAS	PARE- CERES	RELA- TÓRIOS
Nicias Ribeiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7	-	-
Nilmário Miranda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	14	-	-
Nilson Gibson	-	-	-	-	-	3	-	-	-	-	5	18	-	-
Nilton Baiano	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	-	-
Noel de Oliveira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	43	-	-
Octávio Elísio	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-	11	-	-
Odacir Klein	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	5	2	-
Odelmo Leão	1	-	2	-	-	-	1	-	-	-	-	52	-	-
Odílio Balbinotti	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7	-	-
Olávio Rocha	-	-	1	-	-	1	-	1	-	-	-	10	-	-
Olavo Calheiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8	-	-
Orcino Gonçalves	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	16	-	-
Oscar Andrade	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12	-	-
Oscar Goldoni	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	32	-	-
Osmânio Pereira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10	-	-
Osmar Leitão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-
Osmir Lima	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	39	-	-
Osório Adriano	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20	-	-
Oswaldo Biolchi	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	7	-	-
Oswaldo Coelho	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	19	-	-
Oswaldo Reis	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	4	1	-
Oswaldo Soler	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	28	-	-
Padre Roque	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Paes Landim	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	27	1	-
Pauderney Avelino	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	17	-	-
Paulo Bauer	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	-	-
Paulo Bernardo	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-	1	1	-
Paulo Bornhausen	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-

Deputados	Proposições Apresentadas		Uso da Palavra					Participação nas Comissões Mistas						
	RE-QUERIMENTO	PROJETO DE RESOLUÇÃO	ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO	DISCUSSÃO	APARTE	PRONUNCIAMENTO	QUESTÃO DE ORDEM	C. M. DE ORÇAMENTO	C. P. M. DE INQUÉRITO	ESPECIAIS	VETOS	MEDIDAS PROVISÓRIAS	PARECERES	RELATÓRIOS
Paulo Cordeiro	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	18	-	-
Paulo Delgado	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-
Paulo Feijó	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	19	-	-
Paulo Gouvêa	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-	20	2	-
Paulo Heslander	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	24	-	-
Paulo Lima	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	13	-	-
Paulo Lustosa	-	-	-	-	-	4	-	-	-	-	-	52	-	-
Paulo Mourão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6	-	-
Paulo Nascimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Paulo Paim	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Paulo Ritzel	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	40	-	-
Paulo Rocha	-	-	-	1	-	1	-	1	-	-	-	-	1	-
Pedro Canédo	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-	17	1	-
Pedro Corrêa	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	7	-	-
Pedro Henry	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	7	-	-
Pedro Irujo	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	18	-	-
Pedro Novais	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	27	-	-
Pedro Valadares	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	15	-	-
Pedro Wilson	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Pedro Yves	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	21	-	-
Philemon Rodrigues	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	6	-	-
Pimentel Gomes	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	10	-	-
Pinheiro Landim	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20	-	-
Prisco Viana	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	2	-	-
Raimundo Colombo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Raimundo Gomes de Matos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-
Raimundo Santos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	34	-	-
Raquel Capiberibe	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	16	-	-

Deputados	Proposições Apresentadas		Uso da Palavra				Participação nas Comissões Mistas							
	RE-QUERIMENTO	PROJETO DE RESOLUÇÃO	ENCAMINHAMEL. VOTAÇÃO	DISCUSSÃO	APARTE	PRONUNCIAMENTO	QUESTÃO DE ORDEM	C. M. DE ORÇAMENTO	C. P. M. DE INQUÉRITO	ESPECIAIS	VETOS	MEDIDAS PROVISÓRIAS	PARECERES	RELATÓRIOS
Raul Belém	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	42	-	-
Regina Lino	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	36	-	-
Remi Trinta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20	-	-
Renan Kurtz	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-
Ricardo Barros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	-	-
Ricardo Gomyde	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Ricardo Heráclio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9	-	-
Ricardo Izar	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	2	-	-
Ricardo Rique	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	51	-	-
Rita Camata	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-	9	-	-
Robério Araújo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15	-	-
Roberto Balestra	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	2	2	-
Roberto Brant	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	25	2	-
Roberto Campos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6	-	-
Roberto Fontes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12	-	-
Roberto Jefferson	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	13	-	-
Roberto Paulino	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-	9	-	-
Roberto Pessoa	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	1	35	-	-
Roberto Rocha	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	17	-	-
Roberto Santos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	18	-	-
Roberto Valadão	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	31	-	-
Robson Romero	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
Robson Tuma	-	-	1	-	-	-	-	1	-	-	-	11	-	-
Rodrigues Palma	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-
Rogério Silva	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	45	-	-
Roland Lavigne	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	13	-	-
Romel Anízio	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
Rommel Feijó	-	-	1	-	-	-	-	1	-	-	-	14	-	-

Deputados	Proposições Apresentadas		Uso da Palavra					Participação nas Comissões Mistas						
	RE-QUERIMENTO	PROJETO DE REBO-LUÇÃO	ENCAMI-NHAMEN. VOTAÇÃO	DISCUSSÃO	APARTE	PRONUN-CIAMENTO	QUESTÃO DE ORDEM	C. M. DE ORÇA-MENTO	C. P. M. DE INQUÉ-RITO	ESPECIAIS	VETOS	MEDIDAS PROVI-SÓRIAS	PARE-CERES	RELA-TÓRIOS
Talvane Albuquerque	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9	-	-
Teté Bezerra	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	27	-	-
Tuga Angerami	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-
Ubiratan Aguiar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Udson Bandeira	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	23	-	-
Ursicino Queiroz	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20	-	-
Ushitaro kamia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-
Vadão Gomes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Valdemar Costa Neto	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	31	-	-
Valdenor Guedes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8	-	-
Valdir Colatto	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	27	-	-
Valdomiro Meger	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	18	-	-
Vanessa Felipe	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	21	-	-
Vânio dos Santos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-
Vicente André Gomes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
Vicente Arruda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7	-	-
Vicente Cascione	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
Vilmar Rocha	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	36	-	-
Vittório Mediolli	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	3	-	-
Wagner do Nascimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
Wagner Rossi	-	-	2	-	-	1	-	-	-	-	-	61	-	-
Walter Pinheiro	-	-	-	1	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-
Welinton Fagundes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20	-	-
Welson Gasparini	-	-	-	-	-	2	1	-	-	-	-	13	-	-
Werner Wanderer	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
Wigberto Tartuce	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
Wilson Braga	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	4	-	-
Wilson Campos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11	-	-

Deputados	Proposições Apresentadas		Uso da Palavra					Participação nas Comissões Mistas						
	RE-QUERIMENTO	PROJETO DE REBO-LUÇÃO	ENCAMI-NHAMENT. VOTAÇÃO	DISCUSSÃO	APARTE	PRONUN-CIAMENTO	QUESTÃO DE ORDEM	C. M. DE ORÇA-MENTO	C. P. M. DE INQUÉ-RITO	ESPECIAIS	VETOS	MEDIDAS PROVI-SÓRIAS	PARE-CERES	RELA-TÓRIOS
Wilson Cignachi	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	24	-	-
Wilson Cunha	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-
Yeda Crusius	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	33	-	-
Zaire Rezende	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	35	-	-
Zé Gomes da Rocha	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	27	-	-
Zila Bezerra	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Zulaiê Cobra	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-

**QUINTA SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA DA
50ª LEGISLATURA**

QUINTA SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA

A Quinta Sessão Legislativa Extraordinária da 50ª Legislatura realizou-se no período de 1º a 25 de julho 1997, e foi convocada para apreciação de matérias consideradas urgentes e de interesse público relevante, conforme se segue:

A - ATO CONVOCATÓRIO **(do Presidente da República)**

"Mensagem nº 363, de 1997-CN
(nº 720/97, na origem)

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Com fundamento no art. 57, § 6º, inciso II, e § 7º, da Constituição Federal, convoco o Congresso Nacional para, no período de 1º a 25 de julho de 1997, em sessão legislativa extraordinária, deliberar sobre:

1 - Matérias de que tratam os arts. 49, inciso I (tratados, acordos ou atos internacionais), 52 (competência privativa do Senado Federal), 62 (medidas provisórias) e 166 (matéria orçamentária) da Constituição Federal;

2 - Matérias sob o regime do § 1º do art. 64 da Constituição Federal, que estejam tramitando no Congresso Nacional ou que a ele sejam encaminhadas no período desta convocação extraordinária;

3 - Medidas relativas ao previsto nos arts. 55 e 58, § 3º, da Constituição Federal;

4 - As proposições a seguir relacionadas:

Câmara dos Deputados

PEC 173/95 - Modifica o capítulo da Administração Pública, acrescenta normas às disposições constitucionais gerais e estabelece normas de transição.

- PEC 338/96** - Dispõe sobre o regime constitucional dos militares.
- PEC 449/97** - Altera dispositivos dos arts. 71 e 72 do Ato das Disposições Transitórias, induzidas pela Emenda Constitucional de Revisão nº 1, de 1994. (Fundo de Estabilização Fiscal - FEF).
- PL 3.710/93** - Institui o Código de Trânsito Brasileiro.
- 1PL 2.684/96** - Altera os arts. 43, 44, 45, 46, 47, 55 e 77 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal. (penas restritivas de direitos).
- PL 2.695/97** - Estabelece normas para as eleições de 3 de outubro de 1998 e dá outras providências.
- PL 3.242/97** - Dispõe sobre o Sistema Financeiro Imobiliário, institui a alienação fiduciária da coisa imóvel e dá outras providências.

Senado Federal

- 2PEC 54/95** - Dá nova redação ao § 2º do art. 102 da Constituição Federal. (efeito vinculante).
- PEC 33/96** - Modifica o sistema de Previdência Social, estabelece normas de transição e dá outras providências.
- PLC 62/95** - Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.
- PLC 71/96** - Institui o Fundo de Aposentadoria Programada Individual - FAPI, e dá outras providências.
- PLC 1/97** - Dispõe sobre as atividades econômicas relativas ao monopólio do petróleo, institui a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências.

¹ Em 23.7.97, foi incluído na pauta da Convocação Extraordinária do Congresso Nacional, nos termos da Mensagem nº 820/97, do Presidente da República, em aditamento à sua Mensagem nº 363/97-CN (nº 720/97, na origem).

² Em 16.7.97, incluída na pauta da Convocação Extraordinária do Congresso Nacional, nos termos da Mensagem nº 810/97, do Presidente da República, em aditamento à sua Mensagem nº 363/97-CN (nº 720/97, na origem).

- PLC 16/97** - Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951 e determina outras providências.
- PLC 24/97** - Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional 8, de 1995.
- PLC 25/97** - Dá nova redação ao art. 33 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- PLC 26/97** - Dispõe sobre a concessão de subvenção econômica a produtos de borracha natural e dá outras providências.

Brasília, 26 de junho de 1997.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Presidente da República"

- B - INSTALAÇÃO DA SESSÃO LEGISLATIVA

A sessão legislativa foi solenemente instalada, em sessão conjunta das duas Casas do Congresso Nacional, às dez horas do dia 1º de julho de 1997, sob a direção do Presidente do Senado Federal, Senador Antonio Carlos Magalhães.

C - O SENADO FEDERAL NA 5ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA

C.1 - Alteração na Liderança

Em 25.07.97, o Senador Júlio Campos foi indicado para exercer as funções de Vice-Líder do Partido da Frente Liberal - PFL.

D - TRABALHOS REALIZADOS NO SENADO FEDERAL

D.1 - Presidência

Agenda cumprida pelo Presidente do Senado, Senador Antonio Carlos Magalhães

Dia	Hora	Compromisso
01.07.97	10:00 h 11:00 h 15 h 30 min.	- Sessão Solene Conjunta de instalação dos Trabalhos da 5ª Sessão Legislativa Extraordinária da 50ª Legislatura - "Real: conquistas, desafios e perspectivas": Evento promovido pela Ação Empresarial - Sessão Não Deliberativa do Senado Federal.
02.07.97	10:00 h 11:00 h 15 h 30 min.	- Despacho interno - Embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal
03.07.97	10:00 h 11 h 30 min. 12:00 h 15 h 30 min. 20:00 h	- Reunião da Comissão Diretora - Senhor Manoel Francisco do Nascimento Brito, Presidente do Conselho Editorial do Jornal do Brasil - Senhor Edmundo Jarquín, Diretor do BID, acompanhado do Senhor Jorge Elena, Representante do BID no Brasil - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal - Coquetel oferecido pelo Diretor Geral da UNESCO, Sr. Frederico Mayor.
07.07.97	15 h 30 min. 17:00 h	- Sessão não deliberativa do Senado Federal - Senhor Hélio Pentagna Guimarães, Presidente da Magnesita S. A.

Dia	Hora	Compromisso
08.07.97	11:00 h 11 h 30 min. 14 h 30 min. 19 h 30 min.	- Senhor Marcolino Moco, Secretário Executivo da comunidade de Países da Língua Portuguesa - Doutor Carlos César Silva de Albuquerque, Ministro da Saúde - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal - Sessão Conjunta do Congresso nacional
09.07.97	10:00 h 11 h 30 min. 12:00 h	- Despacho interno - Ministro Fernando Rodrigues Catão, Secretário Especial de Políticas Regionais - Embaixador Carlos Alberto Leite Barbosa, Embaixador do Brasil junto à República Francesa
10.07.97	9:00 h	- Sessão Deliberativa Extraordinária do Senado Federal.
14.07.97	13 h 30 min. 15 h 30 min. 19:00 h	- Almoço em homenagem ao Presidente do BID, Senhor Enrique Iglesias - Sessão não Deliberativa do Senado Federal - Recepção na Embaixada da França.
15.07.97	10:00 h 11:00 h 11 h 30 min. 12 h 30 min. 15 h 30 min. 18:00 h	- Despacho Interno - Sr. Henrique Brandão Cavalcante - Senador José Manoel de La Sota, da República Argentina - Ministro Aldir Passarinho - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal - Estagiários da Câmara Americana de Comércio de São Paulo.
16.07.97	10:00 h 12:00 h 15 h 30 min.	- Despacho Interno - Cerimônia de sanção da Lei das Telecomunicações - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal.
17.07.97	10:00 h 11:00 h 12 h 30 min. 15 h 30 min. 17 h 30 min. 18:00 h	- Despacho Interno - Cerimônia de lançamento do Interlegis-Comunidade Virtual do Poder Legislativo - Sr. B.J. Park, Presidente da Hyundai Motor Company, acompanhado de diretores da empresa - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal - Sr. José Malta, Presidente da União de Vereadores do Brasil - Ministro Lauro Moreira, Secretário-Executivo da Comissão Nacional do V Centenário do Descobrimento do Brasil.
21.07.97	15h 30 min. 16 h 30 min. 17:00 h 18:00 h	- Sessão não Deliberativa do Senado Federal - Sr. Guillermo Luksic, Diretor do Grupo Luksic, acompanhado do Sr. Herald Muñoz, Embaixador do Chile - Ministro Antônio de Pádua Ribeiro, Presidente, em exercício, do Superior Tribunal de Justiça - Embaixador Celso Amorim, Representante do Brasil junto à ONU.
22.07.97	10:00 h 15 h 30 min.	- Despacho Interno - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal

Dia	Hora	Compromisso
23.07.97	10 h 30 min. 15 h 30 min.	- Despacho Interno - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal.
24.07.97	10:00 h 12:00 h	- Sessão Deliberativa Extraordinária do Senado Federal. - Cerimônia de Entrega do XIV Prêmio Jovem Cientista.

D.2 - Sessões Realizadas

Na 5ª Sessão Legislativa Extraordinária da 50ª Legislatura, o Senado Federal realizou 19 (dezenove) sessões plenárias, sendo:

9 (nove) Deliberativas Ordinárias
3 (três) Deliberativas Extraordinárias e
7 (sete) Não Deliberativas

Obs.: Deixaram de ser realizadas 3 (três) sessões, por motivo de força maior (art. 154, § 6º, IV, do RISF - redação dada pela Resolução nº 37/95).

Foram prestadas as seguintes homenagens de pesar:

- na sessão do dia 3.7, pelo falecimento do ex-Ministro e ex-Deputado Federal Antônio Ferreira de Oliveira Brito, em virtude de aprovação do Requerimento nº 471/97, do Senador Antonio Carlos Magalhães e outros Senadores;

- na sessão do dia 7.7, pelo falecimento do General-de-Brigada Gustavo Moraes Rego Reis, em virtude de aprovação do Requerimento nº 475/97, do Senador Antonio Carlos Magalhães;

- na sessão do dia 15.7, pelo falecimento do ex-constituente de 1934, Luiz Suppira, em virtude de aprovação do Requerimento nº 494/97, do Senador Lúcio Alcântara;

- na sessão do dia 23.7, pelo falecimento do ex-Deputado e ex-Governador do Estado de Sergipe, General Djenal Tavares Queiroz.

D.3 - Participação na direção dos trabalhos da Casa

SENADORES	Presidência	Secretaria
Ademir Andrade	1	

SENADORES	Presidência	Secretaria
Antonio Carlos Magalhães	17	
Benedita da Silva	-	1
Carlos Patrocínio	3	7
Emília Fernandes	1	-
Epitácio Cafeteira	1	-
Flaviano Melo	1	-
Geraldo Melo	10	-
Jefferson Peres	1	1
João Rocha	1	-
Joel de Hollanda	2	1
Jonas Pinheiro	1	-
José Agripino	-	1
José Alves	1	1
José Fogaça	1	-
Júlio Campos	-	1
Júnia Marise	4	-
Leomar Quintanilha	1	1
Levy Dias	2	-
Lucídio Portella	-	1
Lúcio Alcântara	1	1
Marluce Pinto	1	1
Mauro Miranda	-	1
Nabor Júnior	1	3
Otoniel Machado	1	-

SENADORES	Presidência	Secretaria
Ronaldo Cunha Lima	6	11
Ramez Tebet	1	-
Renan Calheiros	1	-
Valmir Campelo	3	4
Waldeck Ornelas	1	-

D.4 - Participação dos Senadores nos trabalhos da Casa

1) Proposições Apresentadas

Senadores	Proposições Apresentadas				
	PEC	PLS	PRS	REQ	PAR
Abdias Nascimento	-	-	-	1	-
Antonio Carlos Magalhães	-	-	-	2	-
Antônio Carlos Valadares	-	-	-	5	-
Bello Parga	-	-	-	-	3
Benedita da Silva	-	-	-	2	-
Beni Veras	-	-	-	-	1
Bernardo Cabral	-	-	-	4	-
Carlos Bezerra	-	-	-	3	1
Carlos Patrocínio	-	-	-	1	-
Carlos Wilson	-	-	-	2	-
Casildo Maldaner	-	-	-	1	1
Edison Lobão	-	2	-	-	1

	PEC	PLS	PRS	REQ	PAR
Eduardo Suplicy	-	-	-	4	-
Emília Fernandes	-	-	-	2	-
Epitácio Cafeteira	-	-	-	1	-
Ernandes Amorim	-	-	-	2	-
Esperidião Amin	-	1	-	-	1
Fernando Bezerra	-	-	-	-	2
Flaviano Melo	-	1	-	-	-
Francelino Pereira	-	-	-	1	2
Freitas Neto	-	-	-	1	-
Geraldo Melo	-	-	-	-	1
Gerson Camata	-	-	-	1	-
Gilberto Miranda	-	-	-	4	-
Gilvam Borges	-	-	-	-	1
Guilherme Palmeira	1	-	-	1	-
Hugo Napoleão	-	-	-	-	4
Humberto Lucena	-	-	-	3	2
Jáder Barbalho	-	-	-	3	-
Jefferson Péres	-	-	-	1	5
João Rocha	-	-	-	3	-
Joel de Hollanda	-	-	-	-	4
Jonas Pinheiro	-	-	-	-	5
José Agripino	-	-	-	1	-
José Alves	-	-	-	1	1
José Bianco	-	-	-	1	-

	PEC	PLS	PRS	REQ	PAR
José Eduardo Dutra	-	-	-	8	-
José Fogaça	-	-	-	1	3
José Ignácio Ferreira	-	-	-	2	2
José Sarney	-	-	-	2	-
José Serra	-	-	-	1	2
Júlio Campos	1	-	-	4	-
Júnia Marise	-	-	-	1	2
Lauro Campos	-	2	-	-	-
Leomar Quintanilha	-	-	-	1	-
Líderes	-	-	-	12	-
Lucídio Portella	-	-	-	-	1
Lúcio Alcântara	-	-	-	4	2
Lúdio Coelho	-	-	-	1	-
Marina Silva	-	-	-	2	1
Marluce Pinto	-	-	1	-	1
Ney Suassuna	-	-	-	-	1
Osmar Dias	-	-	-	1	1
Otoniel Machado	-	-	-	1	-
Pedro Simon	-	1	-	1	-
Ramez Tebet	-	1	-	1	-
Renan Calheiros	-	-	-	2	-
Roberto Freire	-	-	-	-	2
Roberto Requião	-	-	-	1	-
Romero Jucá	-	3	-	5	-

	PEC	PLS	PRS	REQ	PAR
Romeu Tuma	-	-	-	1	3
Ronaldo Cunha Lima	-	-	-	3	8
Teotônio Vilela Filho	-	-	-	2	2
Valmir Campelo	-	-	-	3	1
Vilson Kleinübing	-	-	-	2	-
Waldeck Ornelas	-	-	-	1	1

2) Uso da Palavra

SENADORES	FINALIDADE					
-----------	------------	--	--	--	--	--

	PROFUNDAMENTO	COMUNICAÇÃO IRADIÁVEL	APARTE	DISCUSSÃO	ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO	PELA ORDEM
Abdias Nascimento	6	1	-	1	-	1
Ademir Andrade	5	2	4	-	2	-
Antônio Carlos Valadares	1	-	-	3	2	1
Bello Parga	1	-	3	1	-	-
Benedita da Silva	6	4	-	2	-	-
Beni Veras	-	1	-	-	-	-
Bernardo Cabral	3	1	1	-	-	-
Carlos Bezerra	4	-	1	1	-	-
Carlos Patrocínio	-	1	2	-	-	-
Carlos Wilson	-	-	1	-	-	-
Casildo Maldaner	1	2	2	-	-	-
Coutinho Jorge	3	-	1	1	-	-
Edison Lobão	4	1	5	-	1	-
Eduardo Suplicy	9	5	5	2	2	1

	PRONUNCIAMENTO	COMUNICAÇÃO BADIÁVEL	APARTE	DISCUSSÃO	ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO	PELA ORDEM
Élcio Alvares	3	-	-	-	1	-
Emília Fernandes	3	-	2	1	3	-
Epitácio Cafeteira	2	-	2	-	-	-
Ernandes Amorim	6	2	2	-	-	-
Esperidião Amin	9	-	2	2	-	2
Fernando Bezerra	-	-	1	-	-	-
Flaviano Melo	1	-	-	1	-	-
Francelino Pereira	1	1	1	-	2	-
Geraldo Melo	1	1	-	-	-	2
Gilberto Miranda	2	-	-	-	-	-
Gilvam Borges	4	-	-	1	-	-
Guilherme Palmeira	2	1	-	-	-	-
Hugo Napoleão	-	-	1	-	1	3
Humberto Lucena	-	6	7	-	2	-
Jáder Barbalho	1	-	1	-	2	-
Jefferson Péres	4	-	6	1	2	-
João Rocha	6	-	2	-	-	-
Joel de Hollanda	7	1	1	-	-	-
Jonas Pinheiro	3	1	1	-	-	-
Josaphat Marinho	1	-	5	3	3	1
José Alves	1	-	-	-	-	-
José Eduardo Dutra	2	1	5	3	5	3
José Fogaça	2	-	-	1	1	-
José Ignácio Ferreira	-	-	1	1	1	-

	PRONUNCIAMENTO	COMUNICAÇÃO INADIÁVEL	APARTE	DISCUSSÃO	ENCAMBIAMENTO VOTAÇÃO	PELA ORDEM
José Roberto Arruda	4	-	-	-	1	-
José Sarney	-	-	1	-	1	1
José Serra	1	2	2	2	2	-
Júlio Campos	8	1	2	-	-	-
Júnia Marise	1	-	-	-	1	-
Lauro Campos	2	-	2	2	-	-
Leomar Quintanilha	5	-	3	-	-	-
Levy Dias	2	-	4	-	-	-
Lucídio Portella	1	-	-	-	-	-
Lúcio Alcântara	11	-	-	3	1	-
Marina Silva	6	2	4	2	1	-
Marluce Pinto	3	1	2	-	-	-
Mauro Miranda	5	-	2	-	-	-
Nabor Júnior	2	-	2	1	-	-
Ney Suassuna	5	2	5	-	-	-
Odacir Soares	11	-	-	-	-	-
Osmar Dias	1	-	-	-	1	1
Otoniel Machado	3	-	2	-	-	-
Pedro Simon	5	1	5	1	1	-
Ramez Tebét	3	2	14	1	2	-
Regina Assumpção	1	-	-	-	-	-
Renan Calheiros	2	-	-	-	-	-
Roberto Freire	-	-	-	3	-	1
Roberto Requião	-	1	4	1	-	-

	PRONUNCIAMENTO	COMUNICAÇÃO INADIÁVEL	APARTE	DISCUSSÃO	ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO	PELA ORDEM
Romero Jucá	11	-	6	-	-	-
Romeu Tuma	4	2	5	-	1	-
Ronaldo Cunha Lima	1	-	1	2	1	-
Sebastião Rocha	1	1	-	2	1	-
Sérgio Machado	-	-	1	-	1	-
Teotônio Vilela Filho	1	-	-	-	-	-
Valmir Campelo	7	-	3	-	2	-
Vilson Kleinübing	-	-	1	1	-	-
Waldeck Ornelas	-	1	-	-	-	-

D.5 - Comissões

D.5.1 - Permanentes

(Proporcionalidade Partidária fixada em 17.02.97, nos termos do art. 79, RI)

D.5.1.1 - Comissão de Assuntos Econômicos

PARTIDO	BANCADA	PROPORÇÃO	REPRESENTAÇÃO
PFL	24	8,00	8
PMDB	22	7,33	7
PSDB	14	4,67	5
Bloco Oposição	11	3,67	4
PPB	6	2,00	2
PTB	4	1,33	1
TOTAL	81	27	27

Bloco Oposição: PSB, PT, PDT e PPS.

Titulares		Suplentes
	PFL	
Francelino Pereira		Romero Jucá
Vilson Kleinübing		Hugo Napoleão
Gilberto Miranda		José Bianco
Bello Parga		Élcio Alvares
Freitas Neto		Edison Lobão
Odacir Soares		Josaphat Marinho
Jonas Pinheiro		Joel de Hollanda
Waldeck Ornelas		Júlio Campos
	PMDB	
Gilvam Borges		Jáder Barbalho
Fernando Bezerra		Marluce Pinto
Ney Suassuna		Mauro Miranda
Onofre Quinan		Roberto Requião
Carlos Bezerra		Pedro Simon
Ramez Tebet		Casildo Maldaner
José Fogaça		Gerson Camata
	PSDB	
José Roberto Arruda		Teotônio Vilela Filho
Coutinho Jorge		Beni Veras
Jefferson Péres		Lúcio Alcântara
José Serra		Lúdio Coelho
Osmar Dias		Sérgio Machado
	Bloco de Oposição	
Lauro Campos (PT)		Sebastião Rocha (PDT)
Ademir Andrade (PSB)		Roberto Freire (PPS)
José Eduardo Dutra(PT)		Abdias Nascimento (PDT)
Eduardo Suplicy (PT)		Antônio Carlos Valadares(PSB)
	PPB	
Esperidião Amin		Epitácio Cafeteira
Levy Dias		Leomar Quintanilha
	PTB	
José Eduardo		Valmir Campelo

D.5.1.2 - Comissão de Assuntos Sociais

PARTIDO	BANCADA	PROPORÇÃO	REPRESENTAÇÃO
PFL	24	8,59	9
PMDB	22	7,88	8
PSDB	14	5,01	5
Bloco Oposição	11	3,94	4
PPB	6	2,15	2
PTB	4	1,43	1
TOTAL	81	29	29

Bloco Oposição: PSB, PT, PDT e PPS.

Titulares		Suplentes
	PFL	
Romero Jucá		Guilherme Palmeira
Jonas Pinheiro		José Bianco
José Alves		Freitas Neto
Bello Parga		Júlio Campos
Waldeck Ornelas		José Agripino
Edison Lobão		Bernardo Cabral
Odacir Soares		Romeu Tuma
(Vago)		João Rocha
(Vago)		(Vago)
	PMDB	
Carlos Bezerra		José Fogaça
Gilvam Borges		Onofre Quinan
João França		José Sarney
Casildo Maldaner		Renan Calheiros
Mauro Miranda		(Vago)
Nabor Júnior		(Vago)
Marluce Pinto		(Vago)
Otoniel Machado		(Vago)
	PSDB	
Lúcio Alcântara		Artur da Távola
Osmar Dias		Beni Veras
Lúdio Coelho		Sérgio Machado
Carlos Wilson		Coutinho Jorge
José Roberto Arruda		Jefferson Péres
	Bloco de Oposição	
Benedita da Silva (PT)		José Eduardo Dutra (PT)
Marina Silva (PT)		Lauro Campos (PT)
Ademir Andrade (PSB)		Abdias Nascimento (PDT)
Sebastião Rocha (PDT)		Roberto Freire (PPS)

Titulares		Suplentes
	PPB	
Ernandes Amorim		Epitácio Cafeteira
Leomar Quintanilha		Esperidião Amin
	PTB	
Valmir Campelo		Emília Fernandes

D.5.1.3 - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

PARTIDO	BANCADA	PROPORÇÃO	REPRESENTAÇÃO
PFL	24	6,81	7
PMDB	22	6,25	6
PSDB	14	3,98	4
Bloco Oposição	11	3,12	3
PPB	6	1,70	2
PTB	4	1,14	1
TOTAL	81	23	23

Bloco Oposição: PSB, PT, PDT e PPS.

Titulares		Suplentes
	PFL	
Guilherme Palmeira		Élcio Alvares
Edison Lobão		Romero Jucá
José Bianco		José Agripino
Bernardo Cabral		Hugo Napoleão
Francelino Pereira		Freitas Neto
Josaphat Marinho		Bello Parga
Romeu Tuma		Odacir Soares
	PMDB	
³ Iris Rezende		⁴ Jáder Barbalho
José Fogaça		Ney Suassuna
Roberto Requião		Carlos Bezerra
Ramez Tebet		Casildo Maldaner
Pedro Simon		Fernando Bezerra
Renan Calheiros		Gilvam Borges
	PSDB	
Jefferson Péres		Sérgio Machado
José Ignácio Ferreira		José Serra
Lúcio Alcântara		José Roberto Arruda
Beni Veras		⁵ Artur da Távola
Bloco de Oposição		
Antônio Carlos Valadares (PSB)		Ademir Andrade (PSB)
Roberto Freire (PPS)		Sebastião Rocha (PDT)
José Eduardo Dutra (PT)		Marina Silva (PT)

³ Afastado do exercício do mandato, desde 22.5.97, para assumir o cargo de Ministro de Estado da Justiça, foi substituído, a partir de 18.7.97, pelo Senador Jáder Barbalho.

⁴ Deixou de integrar a comissão, na qualidade de suplente, a partir de 18.7.97 (Of. Nº 267/97, da liderança do PMDB).

⁵ Substituído, em 15.7.97, pelo Senador Osmar Dias.

Titulares		Suplentes
	PPB	
Esperidião Amin		Levy Dias
Epitácio Cafeteira		Leomar Quintanilha
	PTB	
Regina Assumpção		Valmir Campelo

D.5.1.4 - Comissão de Educação

PARTIDO	BANCADA	PROPORÇÃO	REPRESENTAÇÃO
PFL	24	8,00	8
PMDB	22	7,33	7
PSDB	14	4,67	5
Bloco Oposição	11	3,67	4
PPB	6	2,00	2
PTB	4	1,33	1
TOTAL	81	27	27

Bloco Oposição: PSB, PT, PDT e PPS.

Titulares		Suplentes
	PFL	
Júlio Campos		Bernardo Cabral
Hugo Napoleão		Vilson Kleinübing
Joel de Hollanda		Edison Lobão
Élcio Alvares		Francelino Pereira
João Rocha		Gilberto Miranda
(Vago)		Jonas Pinheiro
(Vago)		Waldeck Ornelas
(Vago)		(Vago)
	PMDB	
José Fogaça		Ramez Tebet
Fernando Bezerra		Onofre Quinan
Roberto Requião		Ney Suassuna
Gerson Camata		Nabor Júnior
José Sarney		Renan Calheiros
João França		Iris Rezende
(Vago)		(Vago)
	PSDB	
Artur da Távola		Jefferson Péres
Coutinho Jorge		José Ignácio Ferreira
Sérgio Machado		Lúcio Alcântara
Teotônio Vilela		Carlos Wilson
Beni Veras		José Serra
	Bloco de Oposição	
Lauro Campos (PT)		Benedita da Silva (PT)
Marina Silva (PT)		Antônio Carlos Valadares (PSB)
Sebastião Rocha (PDT)		
Abdias Nascimento (PDT)		
	PPB	

Titulares		Suplentes
Levy Dias		Esperidião Amin
Ernandes Amorim		Leomar Quintanilha
	PTB	
Emília Fernandes		Regina Assumpção

D.5.1.5 - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

PARTIDO	BANCADA	PROPORÇÃO	REPRESENTAÇÃO
PFL	24	5,63	6
PMDB	22	5,16	5
PSDB	14	3,28	3
Bloco Oposição	11	2,58	3
PPB	6	1,41	1
PTB	4	0,94	1
TOTAL	81	19	19

Bloco Oposição: PSB, PT, PDT e PPS.

Titulares		Suplentes
	PFL	
Guilherme Palmeira		Joel de Hollanda
Hugo Napoleão		Bello Parga
José Agripino		João Rocha
Bernardo Cabral		José Alves
Romeu Tuma		Vilson Kleinübing
José Bianco		(Vago)
	PMDB	
José Sarney		Marluce Pinto
Humberto Lucena		Fernando Bezerra
Pedro Simon		Mauro Miranda
Casildo Maldaner		Gerson Camata
Jáder Barbalho		Otoniel Machado
	PSDB	
Artur da Távola		José Ignácio Ferreira
Carlos Wilson		Teotônio Vilela Filho
Lúdio Coelho		Osmar Dias
Bloco de Oposição		
Benedita da Silva (PT)		Eduardo Suplicy (PT)
Abdias Nascimento (PDT)		Ademir Andrade (PSB)
Roberto Freire (PPS)		Marina Silva (PT)
	PPB	
Leomar Quintanilha		Levy Dias
	PTB	
Emília Fernandes		Regina Assumpção

D.5.1.6 - Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

PARTIDO	BANCADA	PROPORÇÃO	REPRESENTAÇÃO
PFL	24	6,81	7
PMDB	22	6,25	6
PSDB	14	3,98	4
Bloco Oposição	11	3,12	3
PPB	6	1,70	2
PTB	4	1,14	1
TOTAL	81	23	23

Bloco Oposição: PSB, PT, PDT e PPS.

Titulares		Suplentes
	PFL	
Freitas Neto		Josaphat Marinho
José Agripino		Jonas Pinheiro
Romero Jucá		Guilherme Palmeira
Vilson Kleinübing		Waldeck Ornelas
Élcio Alvares		José Alves
Joel de Hollanda		Romeu Tuma
Hugo Napoleão		Gilberto Miranda
	PMDB	
Nabor Júnior		Roberto Requião
Mauro Miranda		Ramez Tebet
Renan Calheiros		Carlos Bezerra
Gerson Camata		Fernando Bezerra
Otoniel Machado		José Sarney
Marluce Pinto		(Vago)
	PSDB	
José Ignácio Ferreira		Carlos Wilson
José Roberto Arruda		Coutinho Jorge
Teotônio Vilela Filho		Osmar Dias
José Serra		Lúdio Coelho
Bloco de Oposição		
José Eduardo Dutra (PT)		Eduardo Suplicy (PT)
Antônio Carlos Valadares(PSB)		Marina Silva (PT)
(Vago)		(Vago)
	PPB	
Levy Dias		Esperidião Amin
Ernandes Amorim		Epitácio Cafeteira
	PTB	
Regina Assumpção		Emília Fernandes

D.5.1.7 - Comissão de Fiscalização e Controle

PARTIDO	BANCADA	PROPORÇÃO	REPRESENTAÇÃO
PFL	24	5,04	5
PMDB	22	4,62	5
PSDB	14	2,94	3
Bloco Oposição	11	2,31	2
PPB	6	1,26	1
PTB	4	0,84	1
TOTAL	81	17	17
SUPLENTES			
PFL	24	2,67	3
PMDB	22	2,44	2
PSDB	14	1,56	2
Bloco Oposição	11	1,22	1
PPB	6	0,67	1
PTB	4	0,44	0
TOTAL	81	9	9

Bloco Oposição: PSB, PT, PDT e PPS.

Titulares		Suplentes
	PFL	
Josaphat Marinho		Odacir Soares
José Alves		Francelino Pereira
Júlio Campos		(Vago)
João Rocha		
Gilberto Miranda		
	PMDB	
Onofre Quinan		Gilvam Borges
Ney Suassuna		João França
Humberto Lucena		
⁶ Jáder Barbalho		
(Vago)		
	PSDB	
Beni Veras		José Ignácio Ferreira
Carlos Wilson		Coutinho Jorge
José Serra		

⁶ Deixou de integrar a comissão a partir de 18.7.97, conforme comunicação feita através do Ofício nº 267/97, da liderança do PMDB.

Titulares		Suplentes
Bloco de Oposição		
Eduardo Suplicy (PT)		Benedita da Silva (PT)
	PPB	
Epitácio Cafeteira		Ernandes Amorim
	PTB	
Valmir Campelo		

Subcomissão

Criada, através de requerimento do Senador Gilberto Miranda, no âmbito da CFC, uma Subcomissão para fiscalizar e controlar as ações decorrentes da implementação e execução das políticas públicas para os setores de telecomunicações; petróleo e gás; e energia elétrica e transportes:

Composição

Sob a coordenação do Senhor Senador Edison Lobão, Presidente da Comissão.

- Setor de Telecomunicações:** Senador Gilberto Miranda (PMDB)
- Setor de Petróleo e Gás:** Senador Antônio Carlos Valadares (PP)
- Setor de Energia Elétrica:** Senador Carlos Patrocínio (PFL)
- Setor de Transportes:** Senador Coutinho Jorge (PMDB)

D.5.2 - Temporárias

Em 8.7.97, a comissão criada pelo Requerimento nº 1.036/96, "destinada a acompanhar, *in loco*, os atos, fatos e circunstâncias que envolveram e provocaram a morte de dezenas de crianças no berçário do Hospital Materno-Infantil Nossa Senhora de Nazaré, em Boa Vista, Estado de Roraima", apresentou o Relatório nº 02/97, com recomendações que serão encaminhadas aos órgãos competentes.

Em 17.7.97, foi constituída comissão externa, composta de 3 senadores para representar o Senado nas solenidades de transladação dos restos mortais do ex-Presidente João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, do Rio de Janeiro (RJ) para João Pessoa (PB), a serem realizadas nos dias 25 e 26.7.97, por iniciativa do Governador José Targino Maranhão (Requerimento nº 512/97, do Senador Humberto Lucena e outros). Foram designados os Senadores Humberto Lucena, Ronaldo Cunha Lima e Ney Suassuna, para integrarem a referida Comissão.

D.6 - Proposições Legislativas

D.6.1 - Propostas de Emenda à Constituição

Apresentadas	2
Apreciada em 1º turno (de origem parlamentar - SF)	1

D.6.1.1 - Apresentadas

Nº	1º Signatário	Ementa	Resultado
22/97	Guilherme Palmeira	Altera o art. 64 da Constituição Federal.	Tramitando
23/97	Júlio Campos	Altera o art. 218 da Constituição Federal vedando a pesquisa científica, a produção laboratorial ou industrial, a manipulação, a importação, a exportação, a compra, a venda, a cessão, a doação, a preservação e o transporte de clones humanos.	Tramitando

D.6.1.2 - Apreciada em 1º turno

Nº	1º Signatário	Ementa	Resultado
54/95	Ronaldo Cunha Lima	Dá nova redação ao § 2º do art. 102 da Constituição Federal. (efeito vinculante).	Aprovada em 1º turno em 23.7.97

D.6.2 - Projetos de Lei do Senado

Apresentados	10
Apreciados	2

D.6.2.1 - Apresentados

Nº	Autor	Ementa	Resultado
138/97	Romero Jucá	Autoriza a criação de Distrito Agropecuário no Município que menciona e dá outras providências (Iracema - RR).	Tramitando
139/97	Romero Jucá	Autoriza a criação de Distrito Agropecuário no Município que menciona e dá outras providências (Mucajaí - RR).	Tramitando
140/97	Ramez Tebet	Dispõe sobre a prioridade nos procedimentos a serem adotados pelo Ministério Público e por outros órgãos, a respeito das conclusões das comissões parlamentares de inquérito.	Tramitando
141/97	Edison Lobão e Pedro Simon	Dispõe sobre a destinação de recursos orçamentários para o custeio das campanhas eleitorais.	Tramitando
142/97	Lauro Campos	Dispõe sobre a falência do devedor civil e dá outras providências.	Tramitando
143/97	Lauro Campos	Estabelece limites pecuniários para os presentes recebidos por todos os chefes dos poderes públicos em todos os níveis e dá outras providências.	Tramitando
144/97	Esperidião Amin	Dispõe sobre a dedução do Imposto de Renda de doações efetuadas a entidades filantrópicas.	Tramitando
145/97	Edison Lobão	Estabelece condições para o re-escalonamento, pela União, de dívidas internas das administrações direta e indireta dos Municípios que não refinanciaram suas obrigações junto à União, nos termos da Lei nº 8.727, de 5 de novembro de 1993.	Tramitando

Nº	Autor	Ementa	Resultado
146/97	Flaviano Melo	Dispõe sobre a coleta e disposição final de baterias usadas de telefones celulares e dá outras providências.	Tramitando
147/97	Romero Jucá	Revoga o art. 2º da Lei nº 9.192, de 21 de dezembro de 1995, que altera dispositivos da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, que regulamentam o processo de escolha dos dirigentes universitários.	Tramitando

D.6.2.2 - Apreciados

Nº	Autor	Ementa	Resultado
7164/95	José Bianco	Altera os arts. 27 e 34 da Lei nº 5.197, de 3 de janeiro de 1967, que "dispõe sobre a proteção à fauna, e dá outras providências".	Prejudicado em 8.7.97
11/96	Valmir Campelo	Dispõe sobre o fornecimento gratuito de transporte coletivo urbano, em dias de eleições, a eleitores nas zonas urbanas.	Rejeitado (decisão terminativa - art. 101, § 1º, do RISF)

D.6.3 - Projetos de Lei da Câmara

Recebidos na presente Sessão Legislativa	
de origem parlamentar	3
de origem do TSE	1
Total	4
Aprovados e enviados à sanção	
de iniciativa do Presidente da República	3
de iniciativa parlamentar	2
Total	5
Aprovados com emendas e restituídos à Câmara dos Deputados	
de iniciativa do Presidente da República	2
Total	2

⁷ Em 12.12.95, passou a tramitar em conjunto com o PLC 62/95.

D.6.3.1 - De Sessões Legislativas Anteriores

Nº SF	Nº CD	Ementa	Resultado
⁸ 80/93	938/91	Obriga o Poder Público a publicar a lista dos devedores da Fazenda Pública Federal, Estadual e Municipal e de suas autarquias.	Tramitando

D.6.3.2 - Recebidos

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
28/97	77/95	Dispõe sobre as transferências no Sistema Financeiro da Habitação - SFH.	Tramitando
29/97	1.402/95	Transforma cargo em comissão do Grupo - Direção e Assessoramento Superiores - DAS na Secretaria do Tribunal Superior Eleitoral.	Tramitando
30/97 (do Presidente do TSE)	1.403/95	Transforma cargo em comissão do Grupo - Direção e Assessoramento Superiores - DAS na Secretaria do Tribunal Superior Eleitoral.	Tramitando
31/97	2.226/96	Revoga o parágrafo único do art. 442 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Tramitando

D.6.3.3 - Apreciados

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
⁹ 62/95 (do Presidente da República)	1.164/91	Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.	Aprovado Substitutivo e encaminhado à Câmara dos Deputados

⁸ Em 22.7.97, uma vez atendida a diligência constante do RQS 1.043/96, a matéria, que se encontrava sobrestada, voltou à sua tramitação normal, tendo sido despachado à CCJ.

⁹ Em 12.12.95, passou a tramitar em conjunto com o PLS 164/95.

SF	Nº	CD	Ementa	Resultado
71/96 (do Presidente da República)		1.838/96	Institui o Fundo de Aposentadoria Programada Individual - FAPI e o Plano de Incentivo à Aposentadoria Programada Individual, e dá outras providências.	À sanção Lei nº 9.477, de 24.7.97
6/97 (do Presidente da República)		2.142/96	Dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências.	À sanção Lei nº 9.478, de 6.8.97, com veto parcial
16/97 (do Presidente da República)		1.936/96	Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências.	À sanção Lei nº 9.474, de 22.7.97
24/97		821/95	Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995.	À sanção Lei nº 9.472, de 16.7.97
25/97		2.757/97	Dá nova redação ao art. 33 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.	À sanção Lei nº 9.475, de 22.7.97
26/97 (do Presidente da República)		3.100/97	Dispõe sobre a concessão de subvenção econômica a produtores de borracha natural e dá outras providências.	Aprovado com emendas e encaminhado à Câmara dos Deputados Lei nº 9.479, de 12.8.97

D.6.4 - Projetos de Resolução

Aprovados e promulgados	
da 3ª Sessão Legislativa Ordinária (1997-1º período)	3
da presente sessão legislativa	5
TOTAL	8

Apresentados na presente sessão legislativa	7
--	----------

D.6.4.1 - Apresentados no 1º período da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 50ª Legislatura e apreciados nesta Sessão Legislativa

Nº	Autor	Ementa	Resultado
81/97	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro a emitir, por intermédio de ofertas públicas, Letras Financeiras do Tesouro do Município do Rio de Janeiro (LFTM-RJ), destinando-se os recursos ao giro de sua dívida mobiliária com vencimento no 2º semestre de 1997.	Resolução nº 64, de 2.7.97
82/97	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza a elevação temporária dos limites de endividamento do Estado do Rio de Janeiro para que possa emitir, através de ofertas públicas, Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Rio de Janeiro - LFTRJ, destinando-se os recursos ao giro de sua dívida mobiliária com vencimento no 2º semestre de 1997.	Resolução nº 65, de 2.7.97
84/97	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza a Prefeitura Municipal de Coronel Barros (RS) a contratar operação de crédito junto à Caixa Econômica Federal, no valor de sessenta e um mil, trezentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta centavos, destinada à construção de unidades habitacionais.	Resolução nº 66, de 9.7.97

D.6.4.2 - Apresentados na presente sessão legislativa

Nº	Autor	Ementa	Resultado
¹⁰ 85/97	Marluce Pinto	Cria a Comissão Permanente da Amazônia - CAM e dá outras providências.	Tramitando
86/97	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza o Estado de São Paulo a contratar operação de refinanciamento de dívidas do Estado, consubstanciada nos contratos celebrados em 22 de maio de 1997, com base no protocolo de acordo firmado entre a União e o Governo do Estado de São Paulo, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados.	Tramitando

¹⁰ Anexado, em 15.7.97, ao PRS 66/95.

Nº	Autor	Ementa	Resultado
87/97	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor total equivalente a trinta e nove milhões de dólares norte-americanos entre o Governo do Estado de Pernambuco e o Banco Internacional para a Reconstrução - BIRD, destinada ao financiamento, parcial, do Programa de Combate à Pobreza Rural no Estado de Pernambuco e eleva, com essa finalidade, os limites de endividamento do Estado.	Resolução nº 70, de 24.07.97.
88/97	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza a União a contratar operação de crédito externo junto ao Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, no valor equivalente a até sessenta milhões de dólares norte-americanos, destinada a financiar parcialmente o Projeto de Apoio ao Desenvolvimento da Tecnologia Agropecuária para o Brasil-PRODETAB.	Resolução nº 71, de 24.07.97.
89/97	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza a União a contratar operação de crédito externo junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, no valor equivalente a até noventa milhões de dólares norte-americanos, destinada a financiar parcialmente o Projeto Piloto de Alívio à Pobreza e Reforma Agrária.	Resolução nº 67, de 22.7.97
90/97	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza o Estado de Minas Gerais a contratar operação de crédito junto à Caixa Econômica Federal, no valor de um milhão, setecentos e noventa e cinco mil, novecentos e sessenta reais, para financiar a execução do Programa Pró-Saneamento - Drenagem Urbana e Esgoto Sanitário, nos Municípios de Campo Belo e Andradas.	Resolução nº 68, de 24.07.97.
91/97	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza o Estado de Minas Gerais a assumir débito de natureza previdenciária de responsabilidade da empresa Minas Gerais Administração e Serviços - MGS, no valor de vinte e três milhões, oitocentos e noventa e um mil, quatrocentos e oitenta reais e dez centavos.	Resolução nº 69, de 24.07.97.

D.6.5 - Projetos de Decreto Legislativo

Aprovados e promulgados	
de sessões legislativas anteriores e do 1º período da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 50ª Legislatura -1997 (originados na Câmara dos Deputados)	4
Recebidos na presente Sessão Legislativa Extraordinária	4

D.6.5.1 - de Sessões Legislativas anteriores e do 1ª período da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 50ª Legislatura (1997)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
22/93-SF 197/92-CD	CRE - CD	Aprova o texto da Emenda nº 3 ao Convênio Constitutivo do Fundo Monetário Internacional.	Decreto Legislativo nº 31, de 4.7.97
72/96-SF 254/96-CD	CRE - CD	Aprova o texto do Acordo de Seguridade Social, celebrado entre a República Federativa do Brasil e a República Italiana, em Brasília, em 26 de junho de 1995.	Decreto Legislativo nº 32, de 4.7.97
¹¹ 107/96-SF	Sen. Pedro Simon	Susta os efeitos decorrentes do Protocolo Prévio de Cisão, com incorporação de ativos e passivos, vinculados ao sistema termo-nuclear, que fazem Furnas Centrais Elétricas e Nuclen Engenharia e Serviços S.A.	Tramitação interrompida (art. 216, IV, RI)
16/97-SF 319/96-CD	CRE - CD	Aprova o texto do Acordo Comercial, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Malásia, em Kuala Lumpur, em 26 de abril de 1996.	Decreto Legislativo nº 34, de 17.7.97
18/97-SF 328-CD	CRE - CD	Aprova o texto do Acordo sobre Cooperação Científica e Tecnológica, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Malásia, em Kuala Lumpur, em 29 de janeiro de 1996.	Decreto Legislativo nº 33, de 4.7.97

¹¹ Em 7.7.97, com o recebimento das informações solicitadas através do RQS 254/97, do Sen. Pedro Simon, o projeto voltou à sua tramitação normal.

D.6.5.2 - Recebidos na presente sessão

Nº	Autor	Ementa	Resultado
57/97-SF 388/97-CD	CRE - CD	Aprova o texto do Acordo de Cooperação no Domínio do Turismo, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Coreia, em Brasília, em 11 de setembro de 1996.	Tramitando
58/97-SF 414/97-CD	CRE - CD	Aprova o texto do Acordo sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai, em Brasília, em 23 de outubro de 1996.	Tramitando
59/97-SF 386/97-CD	CRE - CD	Aprova o texto do Acordo por Troca de Notas relativo ao ingresso do Brasil, na qualidade de membro pleno, no Comitê do Aço da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico - OCDE, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e aquela Organização, em Paris, em 17 de junho de 1996.	Tramitando
60/97-SF 415/97-CD	CRE - CD	Aprova o texto do Acordo sobre Cooperação e Assistência Mútua na Área do Combate à Produção e ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas e Assuntos Correlatos, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da África do Sul, em Pretória, em 26 de novembro de 1996.	Tramitando

D.6.6 - Requerimentos

Aprovados pela Mesa	
do 1º período da 3ª Sessão Legislativa Ordinária(1997)	24
da Presente Sessão Legislativa	01
Total	25
Apresentados nesta Sessão Legislativa	64

Aprovados pelo Plenário	37
Deferidos	03
Retirados	05
Rejeitado	01
TOTAL APRECIADO	46

D.6.6.1 - do 1º período da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 50ª Legislatura - 1997

Nº	Autor	Assunto	Resultado
230/97	Flaviano Melo	Pedido de informações ao Ministro Extraordinário de Política Fundiária.	Aprovado pela Mesa em 22.4.97 Atendido (Ofício nº 64/97).
238/97	Ernandes Amorim	Pedido de informações ao Ministro da Fazenda.	Aprovado pela Mesa em 22.4.97 Atendido (Aviso nº 551/97)
254/97	Pedro Simon	Pedido de informações ao Ministro da Fazenda.	Aprovado pela Mesa em 22.4.97 Atendido (Aviso nº 522/97)
276/97	Artur da Távola	Pedido de informações à Secretaria de Assuntos Estratégicos.	Aprovado pela Mesa em 5.6.97 Atendido (Ofício nº 327/97)
304/97	Antônio Carlos Valadares	Pedido de informações ao Ministro da Saúde.	Aprovado pela Mesa em 5.6.97 Atendido (Aviso nº 1.070/97)
312/97	Pedro Simon	Pedido de informações ao Ministro do Planejamento e Orçamento.	Aprovado pela Mesa em 5.6.97 Atendido (Ofício nº 348/97)
313/97	Antônio Carlos Valadares	Pedido de informações ao Secretário da Receita Federal, através do Ministro da Fazenda.	Aprovado pela Mesa em 5.6.97 Atendido (Aviso nº 524/97)

Nº	Autor	Assunto	Resultado
350/97	José Bianco	Pedido de informações ao Ministro das Minas e Energia.	Aprovado pela Mesa em 5.6.97 Atendido (Aviso nº 202/97)
381/97	João Rocha	Pedido de informações ao Ministro do Trabalho.	Aprovado pela Mesa em 5.6.97 Atendido (Aviso nº 117/97)
390/97	Romero Jucá	Pedido de informações ao Ministro do Exército.	Aprovado pela Mesa em 3.7.97 Atendido (Aviso nº 212/97)
391/97	Romero Jucá	Pedido de informações ao Ministro das Relações Exteriores.	Aprovado pela Mesa em 3.7.97 Aguardando atendimento
393/97	Lauro Campos	Pedido, ao Ministro da Educação e do Desporto, de cópia das folhas de pagamento de todos os servidores da Fundação Universidade de Brasília referente aos meses de dezembro de 1996 a maio de 1997.	Aprovado pela Mesa em 3.7.97 Aguardando atendimento
394/97	Ernandes Amorim	Pedido de informações ao Ministro de Minas e Energia.	Aprovado pela Mesa em 3.7.97 Aguardando atendimento
401/97	José Bianco	Pedido de informações ao Ministro da Fazenda.	Aprovado pela Mesa em 3.7.97 Atendido (Aviso nº 599/97)
402/97	Romero Jucá	Pedido de informações ao Ministro da Educação e do Desporto.	Aprovado pela Mesa em 3.7.97 Aguardando atendimento
413/97	Romero Jucá	Pedido de informações à INFRAERO, através do Ministro da Aeronáutica.	Aprovado pela Mesa em 3.7.97 Aguardando atendimento

Nº	Autor	Assunto	Resultado
421/97	Gilberto Miranda	Pedido de informações ao Ministro de Minas e Energia.	Aprovado pela Mesa em 3.7.97 Aguardando atendimento
422/97	João França	Pedido de informações ao Ministro da Aeronáutica.	Aprovado pela Mesa em 3.7.97 Aguardando atendimento
431/97	Romero Jucá	Pedido de informações à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, através do Ministério da Fazenda.	Aprovado pela Mesa em 3.7.97 Aguardando atendimento
434/97	Ernandes Amorim	Pedido de informações ao Ministro da Fazenda.	Aprovado pela Mesa em 3.7.97 Aguardando atendimento
441/97	Marina Silva	Pedido de informações ao Ministro das Relações Exteriores.	Aprovado pela Mesa em 3.7.97
444/97	José Bianco	Pedido de informações ao Ministro da Educação e do Desporto.	Aprovado pela Mesa em 3.7.97 Aguardando atendimento
446/97	Sebastião Rocha	Pedido de informações ao Ministro da Fazenda.	Aprovado pela Mesa em 3.7.97 Aguardando atendimento
463/97	Élcio Alvares	Pedido de informações ao Ministério da Fazenda.	Aprovado pela Mesa em 3.7.97 Aguardando atendimento

D.6.6.2 - da presente Sessão Legislativa

Nº	Autor	Assunto	Resultado
465/97	José Bianco	Pedido de informações à Petrobrás, através do Ministro das Minas e Energia.	Aprovado pela Mesa em 3.7.97 Atendido (Aviso nº 231/97)

Nº	Autor	Assunto	Resultado
466/97	Líderes	Urgência, art. 336, "b", para o PLC nº 71/96.	Aprovado
467/97	José Eduardo Dutra e Líderes	Urgência, art. 336, "b", para o PRS nº 81/97.	Aprovado
468/97	Pedro Simon	Pedido de informações ao Ministro da Fazenda.	Tramitando
469/97	Líderes	Urgência, art. 336, "b", para o PLC nº 62/95 (nº 1.164/91, na Casa de origem).	Aprovado
470/97	Líderes	Urgência, art. 336, "b", para o PLC nº 25/97 (nº 2.757/97, na Casa de origem).	Aprovado
471/97	Antonio Carlos Magalhães e outros Senadores	Homenagens de pesar pelo falecimento do ex-Ministro e ex-Deputado Federal Antônio Ferreira de Oliveira Brito.	Aprovado
472/97	Valmir Campelo	Dispensa de publicação da redação final do PDL nº 22/93.	Aprovado
473/97	Epitácio Cafeteira e Valmir Campelo	Dispensa de publicação da redação final do PDL nº 72/96.	Aprovado
474/97	Casildo Maldaner e Valmir Campelo	Dispensa de publicação da redação final do PDL nº 18/97.	Aprovado
475/97	Antonio Carlos Magalhães	Homenagens de pesar pelo falecimento do General-de-Brigada Gustavo Moraes Rego Reis.	Aprovado
476/97	Romero Jucá	Pedido de informações ao Ministro da Saúde, através do Programa Nacional de Doenças Transmissíveis - AIDS.	Retirado (RQS nº 519/97)
477/97	Líderes	Urgência, art. 336, "b", para o PLC nº 16/97 (nº 1.936/96, na Casa de origem).	Aprovado
478/97	Líderes	Urgência, art. 336, "b", para o PLC nº 24/97 (nº 821/95, na Casa de origem).	Aprovado
479/97	José Eduardo Dutra	Preferência para votação do substitutivo de Plenário ao PLC 71/96, antes do Projeto.	Rejeitado
480/97	Lúcio Alcântara e Marina Silva	Preferência para votação do novo texto consolidado (PLC 62/95), antes do Projeto.	Aprovado

Nº	Autor	Assunto	Resultado
481/97	Marina Silva	Transcrição nos Anais do Senado Federal das cartas intituladas "Eduardo Martins", publicadas na revista "Veja", edição de 9 de julho de 1997.	Tramitando
482/97	Líderes	Urgência, art. 336, "b", para o PLC nº 6/97 (nº 2.142/96, na Casa de origem).	Aprovado
483/97	Líderes	Urgência, art. 336, "b", para o PLC nº 26/97 (nº 3.100/97, na Casa de origem).	Aprovado
484/97	José Fogaça	Dispensa de publicação da redação final do PRS nº 84/97.	Aprovado
485/97	Romero Jucá	Pedido de informações à Secretaria do Tesouro Nacional, através do Ministro da Fazenda.	Tramitando
486/97	José Eduardo Dutra	Votação nominal do PLC 24/97.	Aprovado
487/97	Antônio Carlos Valadares	Destaque para votação em separado da Emenda nº 6-Plen. ao PLC 24/97.	Retirado (dia 10.7.97)
488/97	Emília Fernandes	Destaque para votação em separado da Emenda nº 7-Plen. ao PLC 24/97.	Retirado (dia 10.7.97)
489/97	José Eduardo Dutra	Destaque para votação em separado da Emenda nº 20-Plen. ao PLC 24/97.	Aprovado
490/97	José Eduardo Dutra	Votação nominal para a Emenda nº 20-Plen. ao PLC 24/97.	Aprovado
491/97	Humberto Lucena	Pedido de informações ao Ministro de Estado da Educação e do Desporto.	Tramitando
492/97	Osmar Dias e Roberto Requião	Pedido de informações ao Ministro de Estado da Fazenda.	Tramitando
493/97	João Rocha	Pedido de informações ao Ministro de Estado da Fazenda.	Retirado (RQS nº 498/97).
494/97	Lúcio Alcântara	Homenagens de pesar pelo falecimento do ex-constituente de 1934, Luiz Sucupira,	Aprovado

Nº	Autor	Assunto	Resultado
495/97	Ronaldo Cunha Lima	Transcrição nos Anais do Senado de entrevista do Senador José Fogaça, publicada no jornal "O Povo", da Fundação Pedroso Horta.	Tramitando
496/97	Gilberto Miranda	Pedido de informações ao Ministro de Estado da Indústria do Comércio e do Turismo, relacionados à aplicação da Instrução Normativa nº 26/97, que normatiza a importação de vinhos.	Tramitando
497/97	Gilberto Miranda	Pedido de informações ao Ministro de Estado da Aeronáutica, sobre contrato comercial firmado com a Raytheon Company.	Tramitando
498/97	João Rocha	Retirada, em caráter definitivo, do Requerimento nº 493, de 1997, em que solicita informações ao Ministro da Fazenda.	Deferido
499/97	Ernandes Amorim	Pedido de informações ao Ministro de Estado da Fazenda sobre as circunstâncias e as garantias com que o BNDES, em parceria com a ELETROBRÁS, aportou com recursos do FAT para o Estado de Rondônia, dentro do programa de saneamento, para fins de privatização da CERON.	Tramitando
500/97	João Rocha	Pedido de informações ao Ministro de Estado da Fazenda sobre os dados gerais por ramo de atividade empresarial/industrial e por unidade da Federação.	Tramitando
501/97	José Sarney	Inversão da Ordem do Dia, a fim de que a matéria constante do item nº 2 (MSG nº 117/97) seja submetida ao Plenário em primeiro lugar.	Aprovado
502/97	Ronaldo Cunha Lima	Destaque para votação em separado da expressão "e embarcações", constantes do art. 65, caput (PLC nº 6/97).	Aprovado

Nº	Autor	Assunto	Resultado
503/97	Ronaldo Cunha Lima	Destaque para votação em separado das expressões "inclusive a Lei 2.004, de 3 de outubro de 1973", constante do art. 83 (PLC nº 6/97).	Aprovado
504/97	Antônio Carlos Valadares	Retirada da emenda nº 34, de sua autoria, ao PLC nº 6, de 1997.	Aprovado
505/97	José Eduardo Dutra	Destaque para votação em separado da emenda nº 5-Plen. ao PLC nº 6, de 1997.	Aprovado
506/97	José Eduardo Dutra e Antônio Carlos Valadares	Destaque para votação em separado da emenda nº 12-Plen. ao PLC nº 6, de 1997.	Aprovado
507/97	José Eduardo Dutra	Votação nominal para as emendas nºs 5 e 12 ao PLC nº 6, de 1997.	Aprovado
508/97	Eduardo Suplicy	Adiamento da discussão do PDL nº 16, de 1997, a fim de ser ouvida, também, a Comissão de Assuntos Econômicos.	Retirado (RQS nº 509/97)
509/97	Eduardo Suplicy	Retirada do Requerimento nº 508/97.	Deferido
510/97	Humberto Lucena	Dispensa de publicação da redação final do PDL nº 16, de 1997.	Aprovado
511/97	Líderes	Urgência, art. 336, b, para a Mensagem nº 128/97.	Aprovado
512/97	Humberto Lucena e outros Senadores	Constituição de uma Comissão externa composta de 3 Senadores para representar o Senado nas solenidades de transladação dos restos mortais do ex-presidente João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, do Rio de Janeiro para João Pessoa, a serem realizadas nos dias 25 e 26.7.97.	Aprovado Designados os Senadores Humberto Lucena, Ronaldo Cunha Lima e Ney Suassuna
513/97	Romero Jucá	Realização, pelo TCU, de inspeção, auditoria administrativa e operacional <i>in loco</i> nas obras de asfaltamento da BR-174 - trecho do Estado de Roraima.	Tramitando

Nº	Autor	Assunto	Resultado
514/97	Eduardo Suplicy	Pedido ao Ministro de Minas e Energia de cópia do relatório (Etapa IV) sobre o Projeto de Reestruturação do Setor Elétrico Brasileiro.	Tramitando
515/97	Eduardo Suplicy	Pedido, ao Ministro de Minas e Energia, de informações contendo a relação de todos os contratos, convênios e assemelhados para prestação de serviços de diversas naturezas assinados pela Eletrobrás.	Tramitando
516/97	Gilberto Miranda	Transcrição nos Anais do artigo intitulado "A nova cooperação entre Brasil e Portugal", publicado no jornal "Folha de S. Paulo", edição do dia 20 de julho de 1997, de autoria de Antônio Guterres, Primeiro-Ministro de Portugal.	Tramitando
517/97	Benedita da Silva	Pedido de informações ao Ministro da Fazenda, relativas à extinção da Superintendência Nacional do Abastecimento - SUNAB.	Tramitando
518/97	Guilherme Palmeira	Pedido de informações ao Ministro dos Transportes sobre divergências existentes entre o Programa de Obras divulgado pelo DNER, 20º Distrito Rodoviário Federal - Alagoas e o Programa de Restauração de Rodovias divulgado pelo Ministério dos Transportes.	Tramitando
519/97	Romero Jucá	Retirada do Requerimento nº 476/97, de sua autoria.	Deferido
520/97	Líderes	Urgência, art. 336, "b", combinado com o art. 338, II, para o PRS nº 90/97.	Aprovado
521/97	Líderes	Urgência, art. 336, "b", combinado com o art. 338, II, para o PRS nº 91/97.	Aprovado
522/97	Líderes	Urgência, art. 336, "b", para o PRS nº 88/97.	Aprovado
523/97	Júlio Campos	Pedido de informações ao Ministério da Indústria, Comércio e Turismo, sobre a importação de vários produtos.	Tramitando

Nº	Autor	Assunto	Resultado
524/97	Júlio Campos	Pedido de informações ao Ministro de Minas e Energia, sobre a importação de vários produtos.	Tramitando
525/97	Líderes	Urgência, art. 336, "b", para o PRS nº 87/97.	Aprovado
526/97	Jefferson Peres	Preferência para votação da Emenda nº 8 (substitutivo) à PEC nº 54/95.	Aprovado
527/97	José Serra	Destaque para votação em separado da Emenda nº 2, do § 4º da Emenda nº 3 (e da emenda nº 6), acrescidas de expressões das Emendas nºs 3, 4, 5 e 8, à PEC nº 54/95.	Aprovado
528/97	Ramez Tebet	Destaque para votação em separado da Emenda nº 3-Plen. à PEC nº 54/95.	Aprovado
529/97	José Ignácio Ferreira	Destaque para votação em separado da Emenda nº 5-Plen. à PEC nº 54/95.	Aprovado
530/97	Antônio Carlos Valadares	Inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do ex-Deputado e ex-Governador do Estado de Sergipe, General Djenal Tavares Queiroz.	Aprovado

D.6.7.- Pareceres

Comissão de Assuntos Econômicos	10
Comissão de Assuntos Sociais	07
Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	13
Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional	03
Comissão de Serviços de Infra-Estrutura	01
Comissão Diretora	16
Orais	18
TOTAL	68

D.6.7.1 - emitidos pelas Comissões e lidos em Plenário

D.6.7.1.1 - COMISSÃO DIRETORA

Número	Relator	Matéria
341	Marluce Pinto	Redação final do PRS nº 81/97.
342	Júnia Marise	Redação final do PRS 82/97.

Número	Relator	Matéria
343	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PDS nº 22/93
344	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PDS nº 72/96
345	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PDS nº 18/97
360	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PLC 71/96.
361	Ronaldo Cunha Lima	Redação do vencido do PLC 62/95.
362	Lucídio Portella	Redação final do Substitutivo do Senado ao PLC 62/95.
363	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PRS nº 84/97.
371	Geraldo Melo	Redação final das emendas do Senado ao PLC nº 26/97.
374	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PDS nº 16/97.
384	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PRS nº 89/97.
386	Joel de Hollanda	Redação final do PRS nº 90/97.
387	Joel de Hollanda	Redação final do PRS nº 91/97.
388	Joel de Hollanda	Redação final do PRS nº 88/97.
389	Júnia Marise	Redação final do PRS nº 87/97.

D.6.7.1.2 - COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

Número	Relator	Matéria
354	Osmar Dias	PLS 25/97-Complementar.
359	José Serra	PLC 71/96.
*365	Fernando Bezerra	PLC 24/97.
373	José Fogaça	PLC 6/97.
375	Waldeck Ornelas	MSF 106/97, apresentando o PRS 86/97.
376	Roberto Freire	MSF 108/97, apresentando o PRS 87/97.
377	Jonas Pinheiro	MSF 124/97, apresentando o PRS 88/97.
378	Jonas Pinheiro	MSF 128/97, apresentando o PRS 89/97.
379	Francelino Pereira	OF. S/33/97, apresentando o PRS 90/97.
380	Francelino Pereira	OF. S/34/97, apresentando o PRS 91/97.

*Reunião conjunta CCJ-CAE-CI.

D.6.7.1.3 - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

Número	Relator	Matéria
346	José Alves	PLC 47/94.
347	Carlos Bezerra	PLC 140/94.
348	Gilvam Borges	PLC 30/95.
352	Casildo Maldaner	PLS 56/96.
353	Valmir Campelo	PLS 235/96.
381	Jonas Pinheiro	PLS 80/96.
382	Bello Parga	PLS 103/96.

D.6.7.1.4 - COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

Número	Relator	Materia
349	Esperidião Amin	PLC 98/96.
350	Roberto Freire	PLC 8/97.
351	Lúcio Alcântara	PLS 11/96.
355	Jefferson Peres	PEC 2/96.
356	Edison Lobão	PEC 39/96 - Tram. conj. Com a PEC 23/96.
357	Ney Suassuna	RQS 876/96 - sobre a PEC 57/95.
358	Romeu Tuma	PLC 71/96.
*364	José Ignácio Ferreira	PLC 24/97.
367	José Fogaça	PLC 16/97.
370	Jefferson Peres	PLC 26/97.
372	Hugo Napoleão	PLC 6/97.
385	Jefferson Peres	Redação da PEC nº 54/95, para o segundo turno.
390	Beni Veras	PEC 33/96.

*Reunião conjunta CCJ-CAE-CI.

D.6.7.1.5 - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

Número	Relator	Materia
368	Romeu Tuma	PLC 16/97.
369	Humberto Lucena	PDS 16/97.
383	Humberto Lucena	Subst. da Câmara ao PLS 318/91-Complementar

D.6.7.1.6 - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA

Número	Relator	Materia
*366	Hugo Napoleão	PLC 24/97.

*Reunião conjunta CCJ-CAE-CI.

D.6.7.2 - Proferidos em Plenário (orais)

Relator	Materia
Bello Parga	PLC 71/96.
Romeu Tuma	PLC 71/96.
José Serra	PLC 71/96.
Bello Parga	Emenda ao PLC 71/96.
Lúcio Alcântara	Emendas ao PLC 62/95.
Marina Silva	PLC 62/95.
Joel de Hollanda	PLC 25/97.
José Ignácio Ferreira	Emendas ao PLC nº 24/97.
Fernando Bezerra	Emendas ao PLC nº 24/97.
Hugo Napoleão	Emendas ao PLC nº 24/97.
Jonas Pinheiro	PLC 26/97.

Relator	Materia
Jefferson Peres	Emendas ao PLC nº 26/97.
Jonas Pinheiro	Emendas ao PLC nº 26/97.
Teotônio Vilela Filho	PLC 6/97.
José Fogaça	Emendas ao PLC 6/97.
Hugo Napoleão	Emendas ao PLC 6/97.
Teotônio Vilela Filho	Emendas ao PLC 6/97.
Jefferson Peres	Emendas à PEC nº 54/95.

D.7 - Offícios "S"

(Art. 52, VI a IX, CF)

Número SF	Número ORIGEM	Assunto	Resultado
54/97	2.018/97	do Banco Central do Brasil, encaminhando, nos termos da Resolução nº 69, de 1995, do Senado Federal, solicitação do Governo do Estado do Rio Grande do Sul para que possa realizar operação de crédito junto à Caixa Econômica Federal no valor de quatro milhões, novecentos e oitenta mil reais, cujos recursos serão destinados à assunção de parte dos custos de infra-estrutura dos Núcleos Morgados Rosa e Ferronato, em Bagé (RS).	Tramitando
55/97	127/97	do Supremo Tribunal Federal, encaminhando, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia do acórdão transitado em julgado proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 161031, através do qual declarou a inconstitucionalidade da expressão "vedado o aproveitamento do valor do imposto relativo à aquisição da mesma", constante da parte final da alínea "b" do inciso III do art. 22 do Decreto nº 24.224, de 28/12/84, do Estado de Minas Gerais, com a redação conferida pelo Decreto nº 29.273, de 14/03/89.	Tramitando
56/97	132/97	do Supremo Tribunal Federal, encaminhando, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia do acórdão transitado em julgado proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 188107, através do qual declarou a inconstitucionalidade do art. 10 da Lei nº 2.145, de 29/12/53, com a redação da Lei nº 8.387, de 30/12/91.	Tramitando

Número SF	Número ORIGEM	Assunto	Resultado
57/97	2.127/97	do Banco Central do Brasil, encaminhando, nos termos da Resolução nº 69, de 1995, do Senado Federal, manifestação daquele Órgão relativa à solicitação da Prefeitura Municipal de Goioerê - PR para que possa contratar operação de crédito junto ao Banco do Estado do Paraná S.A., no valor de um milhão, quatrocentos e sessenta mil e duzentos reais, cujos recursos serão destinados a obras de infra-estrutura urbana, bem como aquisição de terrenos a serem doados à Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, para a implantação do Programa de Vilas Rurais.	Tramitando
58/97	2.155/97	do Banco Central do Brasil, encaminhando, nos termos da Resolução nº 69, de 1995, do Senado Federal, manifestação daquele Órgão relativa à solicitação do Estado do Rio Grande do Sul para que possa emitir Letras Financeiras do Tesouro do Estado - LFTRS, cujos recursos serão destinados ao giro da dívida mobiliária do Estado, vencível no 2º semestre de 1997.	Tramitando

D.8 - Mensagens recebidas do Sr. Presidente da República

D.8.1 - Art. 52, V, da Constituição Federal

D.8.1.1 - do 1º período da 3º Sessão Legislativa Ordinária corrente (1997)

Número SF	Número ORIGEM	Assunto	Resultado
¹² ¹³ 106/97	649/97	Encaminha, nos termos do art. 52 da Constituição Federal, contratos celebrados entre a União e o Estado de São Paulo, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e	Transformada no PRS nº 86/97 (Parecer nº 376/97, da CAE) - tramitando

¹² Em 9.7.97, foi anexado, ao seu processado, o Ofício nº 2.024/97, do Banco Central.

¹³ Anexada ao processado do Projeto de Resolução nº 140, de 1996.

Número SF	Número ORIGEM	Assunto	Resultado
		ao Ajuste Fiscal dos Estados.	
14115/97	730/97	Solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor equivalente a até dois milhões e seiscentos mil dólares norte-americanos, de principal, entre a Prefeitura Municipal de Porto Alegre - RS e o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata - FONPLATA, destinada ao financiamento parcial do Projeto de Ampliação do Hospital de Pronto Socorro de Porto Alegre.	Tramitando
15116/97	731/97	Solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor equivalente a até um milhão, cento e quarenta e três mil dólares norte-americanos, de principal, entre a Prefeitura Municipal de Porto Alegre - RS e o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata - FONPLATA, destinada ao financiamento parcial do Programa Preservação do Meio Ambiente Natural e Recuperação de Áreas Degradadas da Bacia do Arroio do Dilúvio.	Tramitando

D.8.1.2 - da presente Sessão Legislativa

Número SF	Número ORIGEM	Assunto	Resultado
120/97	510/97	Solicita seja autorizada operação financeira que visa ao reescalonamento de créditos brasileiros junto à República do Suriname, na forma do Acordo assinado em 10 de janeiro de 1996.	Tramitando
124/97	757/97	Solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo no valor equivalente a até sessenta milhões de dólares norte-americanos, de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, destinada ao financiamento parcial do Projeto de Apoio ao Desenvolvimento de Tecnologia Agropecuária para o	Transformada no PRS nº 88/97 (Parecer nº 377/97, da CAE) - Resolução nº 71, de 24.7.97

¹⁴ Em 17.7.97, foi anexado, ao seu processado, o Ofício nº 2.172/97, do Banco Central.

¹⁵ Em 17.7.97, foi anexado, ao seu processado, o Ofício nº 2.173/97, do Banco Central.

SF	Número ORIGEM	Assunto	Resultado
----	---------------	---------	-----------

Brasil - PRODETAB.

126/97	800/97	Solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo no valor equivalente a vinte e cinco milhões de dólares norte-americanos, de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, destinada ao financiamento parcial do Programa Rede de Pesquisa e Desenvolvimento de Políticas Públicas (Rede Ipea).	Tramitando
128/97	811/97	Solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a até noventa milhões de dólares dos Estados Unidos, de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, destinada ao financiamento, parcial, do Projeto Piloto de Alívio à Pobreza e Reforma Agrária.	Transformada no PRS nº 89/97 (Parecer nº 378/97, da CAE) - Resolução nº 67, de 22.7.97

D.8.2 - Art. 52, IV, da Constituição Federal (Escolha de Chefes de Missão Diplomática)

Recebidas	02
Apreciadas	03

D.8.1.1 - Recebidas

Mensagem SF	Nº PR	Nome	Cargo	Resultado
125/97	759/97	Bassul Athuil Netto	Embaixador do Brasil junto à República do Cameroun.	Tramitando
129/97	812/97	Luciano Ozório Rosa	Embaixador do Brasil junto à República da Hungria.	Tramitando

D.8.1.2 - Apreciadas

Mensagem SF	Nº PR	Nome	Cargo	Resultado
93/97	461/97	Afonso Celso de Ouro-Preto	Embaixador do Brasil junto à República da Croácia. (cumulativamente)	Apreciada em 16.7.97

Mensagem SF	Nº PR	Nome	Cargo	Resultado	
102/97	597/97	Carlos Moreira Garcia	Embaixador do Brasil junto ao Principado de Andorra. (cumulativamente)	Apreciada 16.7.97	em
117/9-7	732/97	Carlos Alberto Leite Barbosa	Embaixador Chefe da Missão do Brasil junto à Organização dos Estados Americanos.	Apreciada 16.7.97	em

D.9 - Diversos

Número	Referência	Assunto	Resultado
33/97	Of. nº 2.329/97/GP, do Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina	Encaminha ao Senado Federal relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito, constituída naquela instituição, destinada a apurar possíveis irregularidades na emissão, lançamento e colocação das Letras Financeiras do Tesouro do Estado e da aplicação dos recursos advindos de sua venda.	Despachado à Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento nº 1.101/96.
34/97	Aviso nº 1.039/95, do Ministro da Fazenda	Relatórios de execução do programa de emissões e colocações de títulos de responsabilidade do Tesouro Nacional no exterior, com informações relativas ao comportamento do mercado secundário, encaminhados ao Senado Federal nos termos do art. terceiro da Resolução nº 57, de 1995.	Despachado à CAE Arquivado definitivamente em 3.7.97
35/97	Aviso nº 510/97, do Ministro de Estado da Fazenda	Encaminha expediente do Presidente do Banco Central em resposta a comunicação do Presidente do Senado Federal acerca do encaminhamento de pleitos de emissão de títulos públicos, por Estados e Municípios, com proximidade de data de vencimento de títulos a serem refinanciados, tornando ínfimo o prazo par apreciação das matérias pelo Senado Federal.	Despachado à CAE

Número	Referência	Assunto	Resultado
36/97	Of. nº 63/97, da Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais	Encaminha, nos termos do art. 3º, § 2º, da Resolução nº 60, de 1997, do Senado Federal, documentação relativa ao leilão de Letras Financeiras do Tesouro de Minas Gerais - LFT/MG, para substituição dos títulos vencidos em 1.7.97.	Despachado à CAE
37/97	Expediente do Presidente do Parlamento Latino-Americano	Encaminha a Ata Final da XIII Conferência Interparlamentar União Européia/América Latina, realizada na Cidade de Caracas - Venezuela, durante o período de 19 a 22 de maio de 1997.	Despachado à CRE
38/97	Ofício nº 2.026/97, do BACEN	Encaminha ao Senado relação das operações de Antecipação da Receita Orçamentária (ARO) analisadas nos meses de maio e junho de 1997.	Despachado à CAE
39/97	Aviso nº 404/97, do Tribunal de Contas da União	Encaminha cópia da Decisão nº 401, de 1997, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, adotada por aquele Tribunal, em resposta ao Requerimento nº 1.426, de 1995, do Senador Pedro Simon.	Despachado à CFC

D.10 - Recurso

Número	Leitura no Plenário	Autor	Finalidade
5/97	24.07.97	Geraldo Melo (como Presidente da CPI dos Títulos Públicos) e Eduardo Suplicy	<p>Requer à Mesa o encaminhamento do presente recurso à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, no sentido de que "seja preservada a decisão da CPI do dia anterior, 22 de julho, o Relatório Final, com os votos em separado sendo anexados, sem modificação do texto.</p> <p>Resultado: Aprovado pelo Plenário em 24.07.97 (DSF, DE 25.7.97, Páginas 15104 e 15105).</p>

E - ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS

Em 25.07.97, na Sessão Extraordinária realizada às 10:00 horas, o Senhor Presidente proferiu o seguinte discurso:

Senhoras e Senhores Senadores,

temos todos orgulho de pertencer ao Senado federal. Estou certo de que V. Ex^{as}, como eu, estão evidentemente felizes com o trabalho aqui realizado. Realizamos, sim, um trabalho digno do aplauso da Nação, estou certo. E isso é extremamente importante no processo de desenvolvimento econômico do País. Daí por que quero, neste instante, me congratular com o povo brasileiro, com o Senado e, da mesma forma, com a Câmara dos Deputados pela atuação que têm tido ao longo deste período legislativo e, principalmente, na convocação extraordinária.

O Congresso Nacional está, portanto, a merecer o agradecimento da Nação pelo trabalho realizado no período legislativo.

A convocação extraordinária que hoje encerramos foi, sem dúvida, a mais profícua da história do Legislativo brasileiro. Aprovamos 23 matérias, destacando-se: a Lei Geral de Telecomunicações, que regulamenta e quebra o monopólio estatal do setor; a regulamentação da quebra do monopólio estatal do petróleo; o projeto que pune crimes contra o meio ambiente; o Fundo de Aposentadoria Programada - o FAP, que cria uma nova aposentadoria paralela ao INSS; o projeto que autoriza o Governo a conceder subsídio à borracha natural, que estava precisando de ter esse apoio do Governo Federal; o aperfeiçoamento e a votação de um projeto do Estatuto dos Refugiados; o projeto do ensino religioso, tão importante para o País na quadra que atravessa. Todos esses projetos foram transformados em lei e obtivemos ainda significativo avanço na tramitação da emenda constitucional da Previdência Social, num trabalho excepcional da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com o apoio de todos os membros do Senado Federal. Ela está pronta para ser votada no segundo semestre deste período legislativo.

Outra vitória alcançada e de grande importância para o País, para a Nação, para o Judiciário e, sobretudo, para o povo brasileiro, carente de justiça, foi aquela que diz respeito ao efeito vinculante das decisões sumuladas do Supremo Tribunal Federal. Um trabalho excepcional, digno de registro, que vai resolver, em grande parte, o problema da celeridade do Poder Judiciário do Brasil.

A tudo isso, se soma a esta Sessão Legislativa o trabalho que o Senado Federal realizou, apreciando 232 matérias de destaque para a Emenda Constitucional que institui a reeleição para Presidente da República, Governadores e Prefeitos.

Além disso, realizamos um trabalho, que era uma promessa deste Legislativo, em relação a coibir o excesso de medidas provisórias, que incomoda os advogados, o Poder Judiciário, o próprio País e, sobretudo, o Poder Legislativo, porque a Casa de legislar é

esta e não o Poder Executivo. Portanto, esse trabalho o Senado fez e já enviou à Câmara Federal. Dentro em pouco, tenho certeza de que a Câmara dos Deputados votará tão importante proposição.

É chegado, portanto, o momento de conhecer em profundidade o trabalho do Legislativo e os benefícios gerados a partir dele para a sociedade brasileira. Precisamos ter - e vamos ter pelo nosso trabalho - justiça para este Poder Legislativo.

Este momento em que encerramos mais uma etapa dos nossos trabalhos é de alegria para o Senado e para a Nação, por ver que os Parlamentares brasileiros estão cumprindo com seus deveres. Poucos Parlamentos do mundo - é preciso que se conheça todos, e nós os conhecemos - seriam capazes de realizar tanto em tão pouco tempo como o Congresso Nacional neste período de convocação extraordinária. Daí por que reclamamos justiça e reconhecimento da Nação, da imprensa brasileira, de todos, para que acompanhem nossos trabalhos e venham ver o que foi realizado no Legislativo durante esse período.

Sem Congresso Nacional, não há democracia. Fortalecer o Congresso é o que estamos fazendo com trabalho e com eficiente fiscalização, inclusive dos atos do Poder Executivo. Que o povo também nos fiscalize mais é o que queremos; queremos essa fiscalização para demonstrar, mais uma vez, que somos, hoje, os principais responsáveis pelo funcionamento do regime democrático no Brasil.

Com essas palavras, declaro encerrado o período legislativo da convocação extraordinária, que tantos benefícios trouxe ao País e tanto prestígio ao Congresso Nacional.

Está encerrada a sessão.

F - TRABALHOS REALIZADOS NO CONGRESSO NACIONAL

F.1 - SESSÕES REALIZADAS

Realizaram-se 2 sessões conjuntas, sendo 1 para tratar de matéria legislativa e 1 solene.

A sessão solene foi a seguinte:

Data	Finalidade
1-7-97	Destinada à instalação dos Trabalhos da 5ª Sessão Legislativa Extraordinária da 50ª Legislatura.

F.2 - MATÉRIA LEGISLATIVA

F.2.1 - Projetos de Lei

a) Retirado

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
5/97-CN	309/97-CN (nº 607/97, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Encargos Financeiros da União - Recursos Sob Supervisão do Ministério da Fazenda, crédito especial até o limite de R\$ 103.340.000.000,00, para os fins que especifica.	Lida no Senado Federal, em 24.07.97 a Mensagem Presidencial nº 424/97-CN de retirada do projeto.

b) Em tramitação

Nº	Mensagem	Ementa
6/97-CN	310/97-CN (nº 608/97, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Operações Oficiais de Crédito - Recursos Sob Supervisão do Ministério da Fazenda, crédito suplementar no valor de R\$ 3.860.000,00, para os fins que especifica.
7/97-CN	357/97-CN (nº 704/97, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Operações Oficiais de Crédito - Recursos Sob Supervisão do Ministério da Fazenda, crédito suplementar no valor de R\$ 621.948.858,00, para os fins que especifica.
8/97-CN	392/97-CN (nº 754/97, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Estado-Maior das Forças Armadas, crédito especial até o limite de R\$ 401.492,00, para os fins que especifica.

Nº	Mensagem	Ementa
9/97-CN	393/97-CN (nº 755/97, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Ciência e Tecnologia, do Ministério dos Transportes e do Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, crédito especial até o limite de R\$ 10.623.202,00, para os fins que especifica.
10/97-CN	394/97-CN (nº 756/97, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça Eleitoral, crédito suplementar no valor de R\$ 3.115.162,00, para os fins que especifica.
11/97-CN	416/97-CN (nº 817/97, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Educação e do Desporto, do Ministério da Previdência e Assistência Social, do Ministério do Trabalho e do Ministério da Cultura, crédito suplementar no valor global de R\$ 44.434.211,00, para os fins que especifica.
12/97-CN	417/97-CN (nº 818/97, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério dos Transportes, do Ministério de Minas e Energia e do Ministério da Ciência e Tecnologia, crédito suplementar no valor global de R\$ 105.373.700,00, para os fins que especifica.
13/97-CN	418/97-CN (nº 819/97, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Marinha, crédito suplementar no valor de R\$ 17.115.000,00, para os fins que especifica.

Nº	Mensagem	Ementa
14/97-CN	425/97-CN (nº 830/97, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Encargos Financeiros da União - Recursos Sob Supervisão do Ministério da Fazenda e Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios - Recursos Sob Supervisão do Ministério da Fazenda, crédito especial até o limite de R\$ 104.240.000.000,00, para os fins que especifica.
15/97-CN	428/97-CN (nº 838/97, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Justiça, crédito suplementar no valor de R\$ 610.234,00, para os fins que especifica.
16/97-CN	429/97-CN (nº 839/97, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Justiça, crédito especial até o limite de R\$ 2.600.000,00, para os fins que especifica.
17/97-CN	430/97-CN (nº 840/97, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Educação e do Desporto, crédito especial até o limite de R\$ 331.118,00, para os fins que especifica.

SÚMULA

Total de Projetos de Lei.....	13
- em tramitação.....	12
- retirado.....	1

F.2.2 - Medidas Provisórias

a) Aprovadas

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
1.541-25, public. em 11.06.97	319/97-CN (nº 658/97, na origem)	Dá nova redação ao § 3º do art. 52 da Lei nº 8.931, de 22 de setembro de 1994, que dispõe sobre a amortização, juros e outros encargos decorrentes da extinção ou dissolução de entidades da Administração Pública Federal, e dá outras providências.	Parecer Oral - Admissibilidade e Mérito (DCN 9.7.97) Relator Dep. José Carlos Aleluia. Convertida na Lei nº 9.466, de 9.7.97 (DO 10.7.97)
1.465-16, public. em 13.06.97	334/97-CN (nº 675/97, na origem)	Acrescenta § 5º ao art. 4º da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, e dá outras providências.	Parecer Oral - Admissibilidade e Mérito (DCN 9.7.97) PLV nº 5/97 (DCN 9.7.97) Relator Sen. Edison Lobão. Convertida na Lei nº 9.470, de 10.7.97 (DO 11.7.97)
1.478-25, public. em 13.06.97	339/97-CN (nº 680/97, na origem)	Dá nova redação aos arts. 9º da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e 2º da Lei nº 8.844, de 20 de janeiro de 1994.	Parecer Oral - Admissibilidade e Mérito (DCN 9.7.97) Relator Dep. Lídia Quinan. Convertida na Lei nº 9.467, de 10.7.97 (DO 11.7.97)

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
1.530-7, public. em 13.06.97	348/97-CN (nº 687/97, na origem)	Institui o Programa de Desligamento Voluntário de servidores civis do Poder Executivo Federal e dá outras providências.	Parecer Oral - Admissibilidade e Mérito (DCN 9.7.97) Relator Dep. Adelson Salvador. Convertida na Lei nº 9.468, de 10.7.97 (DO 11.7.97)
1.561-6, public. em 13.06.97	349/97-CN (nº 690/97, na origem)	Regulamenta o disposto no inciso VI do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993; dispõe sobre a intervenção da União nas causas em que figurarem, como autores ou réus, entes da administração indireta; regula os pagamentos devidos pela Fazenda Pública em virtude de sentença judiciária; revoga a Lei nº 8.197, de 27 de junho de 1991, e a Lei nº 9.081, de 19 de julho de 1995, e dá outras providências.	Parecer Oral - Admissibilidade e Mérito (DCN 9.7.97) Relator Sen. Ronaldo Cunha Lima. Convertida na Lei nº 9.469, de 10.7.97 (DO 11.7.97)

b) Não apreciadas

Nº	Mensagem	Ementa
1.573-8, public. em 04.06.97	311/97-CN (nº 635/97, na origem)	Altera dispositivos das Leis nºs 8.112, de 11 de dezembro de 1990, 8.460, de 17 de setembro de 1992, e 2.180, de 5 de fevereiro de 1954, e dá outras providências.
1.575, public. em 05.06.97	312/97-CN (nº 637/97, na origem)	Dispõe sobre normas e condições gerais de proteção ao trabalho portuário, institui multas pela inobservância de seus preceitos, e dá outras providências.

Nº	Mensagem	Ementa
1.576, public. em 06.06.97	313/97-CN (nº 639/97, na origem)	Dispõe sobre a extinção dos órgãos que menciona e dá outras providências.
1.534-6, public. em 11.06.97	314/97-CN (nº 653/97, na origem)	Dispõe sobre o número de Cargos de Direção e Funções Gratificadas das Instituições Federais de Ensino Superior e dos Centros Federais de Educação Tecnológica e dá outras providências.
1.537-39, public. em 11.06.97	315/97-CN (nº 654/97, na origem)	Dispõe sobre a base de cálculo da Contribuição para o Programa de Integração Social - PIS devida pelas pessoas jurídicas a que se refere o § 1º do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e dá outras providências.
1.538-41, public. em 11.06.97	316/97-CN (nº 655/97, na origem)	Dispõe sobre a Nota do Tesouro Nacional - NTN e sua utilização para aquisição de bens e direitos alienados no âmbito do Programa Nacional de Desestatização - PND, instituído pela Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, consolidando as normas sobre a matéria constantes da Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991, e da Lei nº 8.249, de 24 de outubro de 1991, e altera os arts. 2º e 3º da Lei nº 8.249/91.
1.539-32, public. em 11.06.97	317/97-CN (nº 656/97, na origem)	Dispõe sobre a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa e dá outras providências.
1.540-25, public. em 11.06.97	318/97-CN (nº 657/97, na origem)	Dispõe sobre medidas complementares ao Plano Real e dá outras providências.
1.542-23, public. em 11.06.97	320/97-CN (nº 659/97, na origem)	Dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais, e dá outras providências.

Emendas		
1.543-23, public. em 11.06.97	321/97-CN (nº 660/97, na origem)	Dispõe sobre o número de cargos de Natureza Especial, de cargos do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores e de Funções Gratificadas existentes nos órgãos da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências.
1.546-20, public. em 11.06.97	322/97-CN (nº 661/97, na origem)	Dispõe sobre as contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP, e dá outras providências.
1.547-31, public. em 11.06.97	323/97-CN (nº 662/97, na origem)	Cria a Gratificação de Desempenho de Atividade de Fiscalização, a Gratificação de Desempenho de Atividade de Proteção ao Voo, e dá outras providências.
1.548-32, public. em 11.06.97	324/97-CN (nº 663/97, na origem)	Cria a Gratificação de Desempenho e Produtividade - GDP das atividades de finanças, controle, orçamento e planejamento, e dá outras providências.
1.550-40, public. em 11.06.97	325/97-CN (nº 664/97, na origem)	Organiza e disciplina os Sistemas de Controle Interno e de Planejamento e de Orçamento do Poder Executivo, e dá outras providências.
1.551-23, public. em 11.06.97	326/97-CN (nº 665/97, na origem)	Altera a legislação referente ao Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM e ao Fundo da Marinha Mercante - FMM, e dá outras providências.
1.553-16, public. em 11.06.97	327/97-CN (nº 666/97, na origem)	Dispõe sobre a emissão de Notas do Tesouro Nacional - NTN destinadas a aumento de capital do Banco do Brasil S.A., e dá outras providências.

	Legislação	Objeto
1.555-11, public. em 11.06.97	328/97-CN (nº 667/97, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito extraordinário até o limite de R\$ 106.000.000,00, para os fins que especifica.
1.556-11, public. em 11.06.97	329/97-CN (nº 668/97, na origem)	Estabelece mecanismos objetivando incentivar a redução da presença do setor público estadual na atividade financeira bancária, dispõe sobre a privatização de instituições financeiras, e dá outras providências.
1.558-8, public. em 11.06.97	330/97-CN (nº 669/97, na origem)	Altera a redação dos arts. 14, 18, 34, 44 e 49 da Lei nº 9.082, de 25 de julho de 1995, dos arts. 34, 35 e § 4º do art. 53 da Lei nº 9.293, de 15 de julho de 1996, que dispõem, respectivamente, sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para os exercícios de 1996 e 1997.
1.574-1, public. em 12.06.97	331/97-CN (nº 671/97, na origem)	Dispõe sobre a concessão de financiamento vinculado à exportação de bens ou serviços nacionais.
1.577, public. em 12.06.97	332/97-CN (nº 673/97, na origem)	Altera a redação dos arts. 2º, 6º, 7º, 11 e 12 da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, acresce dispositivo à Lei nº 8.437, de 30 de junho de 1992, e dá outras providências.
1.463-14, public. em 13.06.97	333/97-CN (nº 674/97, na origem)	Dispõe sobre o reajuste do salário mínimo e dos benefícios da Previdência Social, altera alíquotas de contribuição para a Seguridade Social e institui contribuição para os servidores inativos da União.

Nº	Mensagem	Emissão
1.469-19, public. em 13.06.97	335/97-CN (nº 676/97, na origem)	Autoriza a utilização de recursos do Fundo da Marinha Mercante - FMM, em favor da Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro - LLOYDBRÁS, e dá outras providências.
1.473-32, public. em 13.06.97	336/97-CN (nº 677/97, na origem)	Dá nova redação a dispositivos da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, e dá outras providências.
1.475-28, public. em 13.06.97	337/97-CN (nº 678/97, na origem)	Altera as Leis nºs 8.019, de 11 de abril de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, e dá outras providências.
1.477-37, public. em 13.06.97	338/97-CN (nº 679/97, na origem)	Dispõe sobre o valor total anual das mensalidades escolares e dá outras providências.
1.479-29, public. em 13.06.97	340/97-CN (nº 681/97, na origem)	Dispõe sobre o pagamento dos servidores civis e militares do Poder Executivo Federal, inclusive suas autarquias e fundações, bem como dos empregados das empresas públicas e das sociedades de economia mista, e dá outras providências.
1.480-31, public. em 13.06.97	341/97-CN (nº 682/97, na origem)	Altera dispositivos das Leis nºs 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e 8.911, de 11 de julho de 1994, para instituir os Décimos Incorporados, e dá outras providências.
1.481-50, public. em 13.06.97	342/97-CN (nº 683/97, na origem)	Altera a Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, e dá outras providências.

Nº	Mensagem	Ementa
1.482-37, public. em 13.06.97	343/97-CN (nº 684/97, na origem)	Dispõe sobre as alíquotas de contribuição para o Plano de Seguridade Social do servidor público civil ativo e inativo dos Poderes da União, das autarquias e das fundações públicas, e dá outras providências.
1.512-11, public. em 13.06.97	344/97-CN (nº 685/97, na origem)	Dá nova redação aos arts. 2º da Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995, e 2º da Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992, que dispõem, respectivamente, sobre o crédito rural e sobre a concessão de subvenção econômica nas operações de crédito rural.
1.520-9, public. em 13.06.97	345/97-CN (nº 686/97, na origem)	Dispõe sobre a novação de dívidas e responsabilidades do Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS; altera o Decreto-lei nº 2.406, de 5 de janeiro de 1988, e as Leis nºs 8.004, 8.100 e 8.692, de 14 de março de 1990, 5 de dezembro de 1990, e 28 de julho de 1993, respectivamente; e dá outras providências.
1.554-16, public. em 13.06.97	347/97-CN (nº 688/97, na origem)	Altera os arts. 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º e 9º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, e dá outras providências.
1.559-14, public. em 13.06.97	348/97-CN (nº 689/97, na origem)	Altera a legislação do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro.
1.562-6, public. em 13.06.97	350/97-CN (nº 691/97, na origem)	Define diretrizes e incentivos fiscais para o desenvolvimento regional e dá outras providências.

Nº	Mensagem	Ementa
1.567-4, public. em 13.06.97	351/97-CN (nº 692/97, na origem)	Dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União, altera dispositivos dos Decretos-Leis nºs 9.760, de 5 de setembro de 1946, e 2.398, de 21 de dezembro de 1987, regulamenta o § 2º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências.
1.508-18, public. em 14.06.97	352/97-CN (nº 693/97, na origem)	Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI na aquisição de equipamentos, máquinas, aparelhos e instrumentos, dispõe sobre período de apuração e prazo de recolhimento do referido imposto para as microempresas e empresas de pequeno porte, e estabelece suspensão do IPI na saída de bebidas alcoólicas, acondicionadas para venda a granel, dos estabelecimentos produtores e dos estabelecimentos equiparados a industrial.
1.535-6, public. em 14.06.97	353/97-CN (nº 696/97, na origem)	Dispõe sobre o Plano de Carreira dos servidores do Banco Central do Brasil, e dá outras providências.
1.549-31, public. em 14.06.97	354/97-CN (nº 694/97, na origem)	Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.
1.560-6, public. em 14.06.97	355/97-CN (nº 695/97, na origem)	Estabelece critérios para consolidação, a assunção e o refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária e outras que especifica, de responsabilidade dos Estados e do Distrito Federal.

Nº	Mensagem	Ementa
1.578, public. em 18.06.97	356/97-CN (nº 703/97, na origem)	Dispõe sobre a administração do Instituto de Resseguros do Brasil - IRB, sobre a transferência e a transformação de sus ações, e dá outras providências.
1.531-7, public. em 23.06.97	358/97-CN (nº 711/97, na origem)	Dá nova redação aos arts. 24, 26, 57 e 120 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição, institui normas para licitação e contratos da Administração Pública, e ao art. 15 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos.
1.563-6, public. em 23.06.97	359/97-CN (nº 712/97, na origem)	Dispõe sobre a incidência do imposto de renda na fonte sobre rendimentos de beneficiários residentes ou domiciliados no exterior, e dá outras providências.
1.566-5, public. em 23.06.97	360/97-CN (nº 713/97, na origem)	Excepciona o contrato celebrado entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e a Companhia Docas do Rio de Janeiro de exigências fixadas em lei, ou ato dela decorrente.
1.569-3, public. em 23.06.97	361/97-CN (nº 714/97, na origem)	Estabelece multa em operações de importação e dá outras providências.
1.570-3, public. em 23.06.97	362/97-CN (nº 715/97, na origem)	Disciplina a aplicação da tutela antecipada contra a Fazenda Pública, altera a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, e dá outras providências.

c) Revogada

Nº	Montagem	Emenda
1.558-9, public. em 11.07.97	389/97-CN (nº 776/97, na origem)	Altera a redação dos arts. 14, 18, 34, 44 e 49 da Lei nº 9.082, de 25 de julho de 1995, dos arts. 19, 34, 35 e § 4º do art. 53 da Lei nº 9.293, de 15 de julho de 1996, que dispõem, respectivamente, sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para os exercícios de 1996 e 1997.

d) Em tramitação

Nº	Montagem	Emenda
1.507-21, public. em 28.06.97	364/97-CN (nº 721/97, na origem)	Dispõe sobre medidas de fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional e dá outras providências.
1.511-12, public. em 28.06.97	365/97-CN (nº 722/97, na origem)	Dá nova redação ao art. 44 da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, e dispõe sobre a proibição do incremento da conversão de áreas florestais em áreas agrícolas na região Norte e na parte Norte da região Centro-Oeste, e dá outras providências.
1.523-9, public. em 28.06.97	366/97-CN (nº 723/97, na origem)	Altera dispositivos das Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, e dá outras providências.
1.524-9, public. em 28.06.97	367/97-CN (nº 724/97, na origem)	Dispõe sobre a extinção de cargos no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências.
1.565-6, public. em 28.06.97	368/97-CN (nº 725/97, na origem)	Altera a legislação que rege o Salário-Educação, e dá outras providências.

Nº	Mensagem	Ementa
1.571-3, public. em 28.06.97	369/97-CN (nº 726/97, na origem)	Dispõe sobre amortização e parcelamento de dívidas oriundas de contribuições sociais e outras importâncias devidas ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, e pelas entidades e hospitais integrantes do Sistema Único de Saúde - SUS, ou com este contratados ou conveniados, e dá outras providências.
1.572-2, public. em 28.06.97	370/97-CN (nº 727/97, na origem)	Dispõe sobre o reajuste do salário mínimo e dos benefícios da Previdência Social.
1.573-9, public. em 04.07.97	371/97-CN (nº 740/97, na origem)	Altera dispositivos das Leis nºs 8.112, de 11 de dezembro de 1990, 8.460, de 17 de setembro de 1992, e 2.180, de 5 de fevereiro de 1954, e dá outras providências.
1.575-1, public. em 04.07.97	372/97-CN (nº 741/97, na origem)	Dispõe sobre normas e condições gerais de proteção ao trabalho portuário, institui multas pela inobservância de seus preceitos, e dá outras providências.
1.576-1, public. em 04.07.97	373/97-CN (nº 742/97, na origem)	Dispõe sobre a extinção dos órgãos que menciona e dá outras providências
1.534-7, public. em 11.07.97	374/97-CN (nº 761/97, na origem)	Dispõe sobre o número de Cargos de Direção e Funções Gratificadas das Instituições Federais de Ensino Superior e dos Centros Federais de Educação Tecnológica e dá outras providências.
1.537-40, public. em 11.07.97	375/97-CN (nº 762/97, na origem)	Dispõe sobre a base de cálculo da Contribuição para o Programa de Integração Social - PIS devida pelas pessoas jurídicas a que se refere o § 1º do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e dá outras providências.

Nº	Mensagem	Ementa
1.538-42, public. em 11.07.97	376/97-CN (nº 763/97, na origem)	Dispõe sobre a Nota do Tesouro Nacional - NTN e sua utilização para aquisição de bens e direitos alienados no âmbito do Programa Nacional de Desestatização - PND, instituído pela Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, consolidando as normas sobre a matéria constantes da Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991, e da Lei nº 8.249, de 24 de outubro de 1991, e altera os arts. 2º e 3º da Lei nº 8.249/91.
1.539-33, public. em 11.07.97	377/97-CN (nº 764/97, na origem)	Dispõe sobre a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa e dá outras providências.
1.540-26, public. em 11.07.97	378/97-CN (nº 765/97, na origem)	Dispõe sobre medidas complementares ao Plano Real e dá outras providências.
1.542-24, public. em 11.07.97	379/97-CN (nº 766/97, na origem)	Dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais, e dá outras providências.
1.543-24, public. em 11.07.97	380/97-CN (nº 767/97, na origem)	Dispõe sobre o número de cargos de Natureza Especial, de cargos do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores e de Funções Gratificadas existentes nos órgãos da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências.
1.546-21, public. em 11.07.97	381/97-CN (nº 768/97, na origem)	Dispõe sobre as contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP, e dá outras providências.
1.547-32, public. em 11.07.97	382/97-CN (nº 769/97, na origem)	Cria a Gratificação de Desempenho de Atividade de Fiscalização, a Gratificação de Desempenho de Atividade de Proteção ao Vôo, e dá outras providências.

Nº	Mensagem	Ementa
1.548-33, public. em 11.07.97	383/97-CN (nº 770/97, na origem)	Cria a Gratificação de Desempenho e Produtividade - GDP das atividades de finanças, controle, orçamento e planejamento, e dá outras providências.
1.550-41, public. em 11.07.97	384/97-CN (nº 771/97, na origem)	Organiza e disciplina os Sistemas de Controle Interno e de Planejamento e de Orçamento do Poder Executivo, e dá outras providências.
1.551-24, public. em 11.07.97	385/97-CN (nº 772/97, na origem)	Altera a legislação referente ao Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM e ao Fundo da Marinha Mercante - FMM, e dá outras providências.
1.553-17, public. em 11.07.97	386/97-CN (nº 773/97, na origem)	Dispõe sobre a emissão de Notas do Tesouro Nacional - NTN destinadas a aumento de capital do Banco do Brasil S.A., e dá outras providências.
1.555-12, public. em 11.07.97	387/97-CN (nº 774/97, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito extraordinário até o limite de R\$ 106.000.000,00, para os fins que especifica.
1.556-12, public. em 11.07.97	388/97-CN (nº 775/97, na origem)	Estabelece mecanismos objetivando incentivar a redução da presença do setor público estadual na atividade financeira bancária, dispõe sobre a privatização de instituições financeiras, e dá outras providências.
1.574-2, public. em 11.07.97	390/97-CN (nº 777/97, na origem)	Dispõe sobre a concessão de financiamento vinculado à exportação de bens ou serviços nacionais.

Nº	Matéria	Conteúdo
1.577-1, public. em 11.07.97	391/97-CN (nº 778/97, na origem)	Altera a redação dos arts. 2º, 6º, 7º, 11 e 12 da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, acresce dispositivo à Lei nº 8.437, de 30 de junho de 1992, e dá outras providências.
1.463-15, public. em 12.07.97	395/97-CN (nº 779/97, na origem)	Dispõe sobre o reajuste do salário mínimo e dos benefícios da Previdência Social, altera alíquotas de contribuição para a Seguridade Social e institui contribuição para os servidores inativos da União.
1.469-20, public. em 12.07.97	396/97-CN (nº 780/97, na origem)	Autoriza a utilização de recursos do Fundo da Marinha Mercante - FMM, em favor da Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro - LLOYDBRÁS, e dá outras providências.
1.473-33, public. em 12.07.97	397/97-CN (nº 781/97, na origem)	Dá nova redação a dispositivos da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, e dá outras providências.
1.475-29, public. em 12.07.97	398/97-CN (nº 782/97, na origem)	Altera as Leis nºs 8.019, de 11 de abril de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, e dá outras providências.
1.477-38, public. em 12.07.97	399/97-CN (nº 783/97, na origem)	Dispõe sobre o valor total anual das mensalidades escolares e dá outras providências.
1.479-30, public. em 12.07.97	400/97-CN (nº 784/97, na origem)	Dispõe sobre o pagamento dos servidores civis e militares do Poder Executivo Federal, inclusive suas autarquias e fundações, bem como dos empregados das empresas públicas e das sociedades de economia mista, e dá outras providências.

Nº	Mensagem	Ementa
1.480-32, public. em 12.07.97	401/97-CN (nº 785/97, na origem)	Altera dispositivos da Lei nº 8.911, de 11 de julho de 1994, para instituir os Décimos Incorporados, e dá outras providências.
1.481-51, public. em 12.07.97	402/97-CN (nº 786/97, na origem)	Altera a Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, e dá outras providências.
1.482-38, public. em 12.07.97	403/97-CN (nº 787/97, na origem)	Dispõe sobre as alíquotas de contribuição para o Plano de Seguridade Social do servidor público civil ativo e inativo dos Poderes da União, das autarquias e das fundações públicas, e dá outras providências.
1.512-12, public. em 12.07.97	404/97-CN (nº 788/97, na origem)	Dá nova redação aos arts. 2º da Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995, e 2º da Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992, que dispõem, respectivamente, sobre o crédito rural e sobre a concessão de subvenção econômica nas operações de crédito rural.
1.520-10, public. em 12.07.97	405/97-CN (nº 789/97, na origem)	Dispõe sobre a novação de dívidas e responsabilidades do Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS; altera o Decreto-Lei nº 2.406, de 5 de janeiro de 1988, e as Leis nºs 8.004, 8.100 e 8.692, de 14 de março de 1990, 5 de dezembro de 1990, e 28 de julho de 1993, respectivamente; e dá outras providências.
1.554-17, public. em 12.07.97	406/97-CN (nº 790/97, na origem)	Altera os arts. 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º e 9º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, e dá outras providências.

Nº	Mensagem	Ementa
1.559-15, public. em 12.07.97	407/97-CN (nº 791/97, na origem)	Altera a legislação do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro.
1.562-7, public. em 12.07.97	408/97-CN (nº 792/97, na origem)	Define diretrizes e incentivos fiscais para o desenvolvimento regional e dá outras providências.
1.567-5, public. em 12.07.97	409/97-CN (nº 793/97, na origem)	Dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União, altera dispositivos dos Decretos-Leis nºs 9.760, de 5 de setembro de 1946, e 2.398, de 21 de dezembro de 1987, regulamenta o § 2º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências.
1.508-19, public. em 14.07.97	410/97-CN (nº 794/97, na origem)	Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI na aquisição de equipamentos, máquinas, aparelhos e instrumentos, dispõe sobre período de apuração e prazo de recolhimento do referido imposto para as microempresas e empresas de pequeno porte, e estabelece suspensão do IPI na saída de bebidas alcoólicas, acondicionadas para venda a granel, dos estabelecimentos produtores e dos estabelecimentos equiparados a industrial.
1.535-7, public. em 14.07.97	411/97-CN (nº 795/97, na origem)	Dispõe sobre o Plano de Carreira dos servidores do Banco Central do Brasil, e dá outras providências.
1.549-32, public. em 14.07.97	412/97-CN (nº 796/97, na origem)	Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.

Nº	Mensagem	Ementa
1.560-7, public. em 14.07.97	413/97-CN (nº 797/97, na origem)	Estabelece critérios para a consolidação, a assunção e o refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária e outras que especifica, de responsabilidade dos Estados e do Distrito Federal.
1.578-1, public. em 18.07.97	415/97-CN (nº 816/97, na origem)	Dispõe sobre a administração do Instituto de Resseguros do Brasil - IRB, sobre a transferência e a transformação de suas ações, e dá outras providências.
1.531-8, public. em 23.07.97	419/97-CN (nº 823/97, na origem)	Dá nova redação aos arts. 24, 26, 57 e 120 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição, institui normas para licitação e contratos da Administração Pública, e ao art. 15 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos.
1.563-7, public. em 23.07.97	420/97-CN (nº 827/97, na origem)	Dispõe sobre a incidência do imposto de renda na fonte sobre rendimentos de beneficiários residentes ou domiciliados no exterior, e dá outras providências.
1.566-6, public. em 23.07.97	421/97-CN (nº 826/97, na origem)	Excepciona o contrato celebrado entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e a Companhia Docas do Rio de Janeiro de exigências fixadas em lei, ou ato dela decorrente.
1.569-4, public. em 23.07.97	422/97-CN (nº 825/97, na origem)	Estabelece multa em operações de importação e dá outras providências.
1.570-4, public. em 23.07.97	423/97-CN (nº 824/97, na origem)	Disciplina a aplicação da tutela antecipada contra a Fazenda Pública, altera a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, e dá outras providências.

Nº	Mensagem	Ementa
1.579-10, public. em 24.07.97	426/97-CN (nº 843/97, na origem)	Altera a redação dos arts. 14, 18, 34, 44 e 49 da Lei nº 9.082, de 25 de julho de 1995, dos arts. 19, 34, 35 e § 4º do art. 53 da Lei nº 9.293, de 15 de julho de 1996, que dispõem, respectivamente, sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para os exercícios de 1996 e 1997.
1.580, public. em 24.07.97	427/97-CN (nº 844/97, na origem)	Autoriza a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS a adquirir o controle acionário da Companhia Energética de Alagoas - CEAL, para efeito de sua inclusão no Programa Nacional de Desestatização - PND.

SÚMULA

Total das Medidas Provisórias	106
- aprovadas e sancionadas (nos termos de Projeto de Lei de Conversão).....	1
- aprovadas e promulgadas.....	4
- perderam eficácia	46
- revogadas	1
- em tramitação	54
- Pareceres proferidos em plenário, em substituição à Comissão Mista, e publicados no Diário do Congresso Nacional.....	5

F.2.3 - Requerimentos

Nº	Legislação	Autor	Finalidade	Resultado
67/97	8.7.97	Sen. José Roberto Arruda	Inversão da Ordem do Dia.	Aprovado
68/97	8.7.97	Dep. Humberto Costa	Destaque para votação da Emenda nº 1, apresentada à MP nº 1.530-7.	Deferido
69/97	8.7.97	Dep. Humberto Costa	Destaque para votação da Emenda nº 2, apresentada à MP nº 1.530-7.	Deferido
70/97	8.7.97	Dep. Humberto Costa	Destaque para votação da Emenda nº 3, apresentada à MP nº 1.530-7.	Deferido
71/97	8.7.97	Dep. Humberto Costa	Destaque para votação da Emenda nº 4, apresentada à MP nº 1.530-7.	Deferido
72/97	8.7.97	Sen. José Roberto Arruda e outro	Preferência para apreciação da MP nº 1.482-37.	Retirado
73/97	8.7.97	Dep. Humberto Costa	Destaque para votação da Emenda nº 1, apresentada à MP nº 1.478-25.	Deferido
74/97	8.7.97	Dep. Humberto Costa	Destaque para votação da Emenda nº 2, apresentada à MP nº 1.478-25.	Deferido
75/97	8.7.97	Sen. José Roberto Arruda e outro	Preferência para apreciação da MP nº 1.482-37.	Aprovado
76/97	8.7.97	Dep. Humberto Costa	Destaque para supressão do art. 9º da MP nº 1.561-6.	Deferido

SÚMULA

Total dos Requerimentos.....	10
- Aprovados.....	2
- Deferidos.....	7
- Retirado.....	1

**F.3 - PARTICIPAÇÃO DOS SENHORES CONGRESSISTAS
NA DIREÇÃO DOS TRABALHOS NAS SESSÕES PLENÁRIAS**

SENADORES	Presidência	Secretaria
Antonio Carlos Magalhães	2	-
Romeu Tuma	-	1

DEPUTADOS	Presidência	Secretaria
Heráclito Fortes	1	-
Ubiratan Aguiar	-	1

F.4 - PARTICIPAÇÃO DOS SENHORES CONGRESSISTAS NOS TRABALHOS DO CONGRESSO NACIONAL

Senadores	Proposições Apresentadas		Uso da Palavra					Participação nas Comissões Mistas						
	RE-QUERIMENTO	PROJETO DE RESOLUÇÃO	ENCAMINHAMENTOS/ VOTAÇÃO	DISCUSSÃO	APARTE	PROMUNCIAMENTO	QUESTÃO DE ORDEM	C. M. DE ORÇAMENTO	C. P. M. DE INQUÉRITO	ESPECIAIS	VETOS	MECINAS PROVISÓRIAS	PARECERES	RELATÓRIOS
Artur da Távola	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	19	-	-
Bello Parga	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	25	-	-
Beni Veras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	32	-	-
Bernardo Cabral	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	24	-	-
Carlos Bezerra	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	117	1	-
Carlos Patrocínio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	17	-	-
Carlos Wilson	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	24	-	-
Coutinho Jorge	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	34	-	-
Edison Lobão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	35	2	-
Emilia Fernandes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	17	-	-
Epitácio Cafeteira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	62	-	-
Fernando Bezerra	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	-	-
Francelino Pereira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	29	-	-
Freitas Neto	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	29	-	-
Geraldo Melo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	16	-	-
Gerson Camata	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	118	-	-
Gilberto Miranda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	17	-	-
Gilvam Borges	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-
Guilherme Palmeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	14	-	-
Hugo Napoleão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	21	-	-
Jáder Barbalho	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	116	-	-
Jefferson Peres	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	25	-	-
João França	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-
João Rocha	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	22	-	-
Joel de Holanda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	25	-	-
Jonas Pinheiro	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	23	-	-
José Agripino	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	27	-	-
José Alves	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	23	-	-
José Bianco	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	30	-	-

Senadores	Proposições Apresentadas		Uso da Palavra					Participação nas Comissões Mistas						
	RE-QUERIMENTO	PROJETO DE RESOLUÇÃO	ENCAMINHAMENTO, VOTAÇÃO	DISCUSSÃO	APARTE	PRONUNCIAMENTO	QUESTÃO DE ORDEM	C. M. DE ORÇAMENTO	C. P. M. DE INQUÉRITO	ESPECIAIS	VETOS	MEDIDAS PROVISÓRIAS	PARECERES	RELATÓRIOS
José Eduardo Dutra	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	124	-	-
José Ignácio Ferreira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12	-	-
José Roberto Arruda	3	-	3	-	-	1	-	-	-	-	-	8	-	-
José Serra	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8	-	-
Júlio Campos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	19	-	-
Leomar Quintanilha	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	62	-	-
Lúcio Alcântara	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12	-	-
Lúdio Coelho	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	24	-	-
Marluce Pinto	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-
Mauro Miranda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
Nabor Júnior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	119	-	-
Ney Suassuna	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8	2	-
Odacir Soares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	27	-	-
Osmar Dias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	21	-	-
Ramez Tebet	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	-	-
Regina Assumpção	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	51	-	-
Romero Jucá	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	39	-	-
Romeu Tuma	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8	-	-
Ronaldo Cunha Lima	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	2	-
Sebastião Rocha	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	124	-	-
Sérgio Machado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8	-	-
Teotônio Vilela Filho	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11	-	-
Valmir Campelo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	55	-	-
Vilson Kleinöbing	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	19	-	-
Waldeck Ornelas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	31	-	-

Deputados	Proposições Apresentadas		Uso da Palavra					Participação nas Comissões Mistas						
	RE-QUERIMENTO	PROJETO DE RESOLUÇÃO	ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO	DISCUSSÃO	APARTE	PROMUNCIAMENTO	QUESTÃO DE ORDEM	C. M. DE ORÇAMENTO	C. P. M. DE INQUÉRITO	ESPECIAIS	VETOS	MEDIDAS PROVISÓRIAS	PARECERES	RELATÓRIOS
Abelardo Lupion	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	-	-
Adauto Pereira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
Adelaide Neri	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-
Adelson Ribeiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Adelson Salvador	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	2	-
Ademir Cunha	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
Ademir Lucas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
Adroaldo Streck	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-
Aécio Neves	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Agnelo Queiroz	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Albérico Filho	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
Alberto Goldman	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
Aldir Cabral	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
Aldo Arantes	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	55	-	-
Alexandre Cardoso	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-
Alexandre Ceranto	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Alexandre Santos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-
Álvaro Gaudêncio Neto	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
Alzira Ewerton	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-
Anibal Gomes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
Anivaldo Vale	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Antônio Balhmann	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Antônio Brasil	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
Antônio do Valle	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
Antônio dos Santos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
Antônio Geraldo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
Antônio Joaquim Araújo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Antônio Ueno	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Ari Magalhães	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-

Deputados	Proposições Apresentadas		Uso da Palavra					Participação nas Comissões Mistas						
	RE-QUEN- MENTO	PROJETO DE RESO- LUÇÃO	ENCAMI- NHAMEN. VOTAÇÃO	DISCUSSÃO	APARTE	PRONUN- CIAMENTO	QUESTÃO DE ORDEN	C. M. DE ORÇA- MENTO	C. P. M. DE INQUÉ- RITO	ESPECIAIS	VETOS	MEDIDAS PROVI- SÓRIAS	PARE- CERES	RELA- TÓRIOS
Arlindo Chinaglia	-	-	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Armando Ablio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
Arnaldo Faria de Sá	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Arnaldo Madeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	-	-
Arnon Bezerra	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Arolde de Oliveira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-
Aroldo Cedraz	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-
Arthur Virgílio Neto	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Ary Kara	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Asdrubal Bentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Átila Lins	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-
Augusto Carvalho	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8	-	-
Augusto Viveiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7	-	-
Ayres da Cunha	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
B. Sá	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Barbosa Neto	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
Basílio Villani	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Benedito de Lira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-
Benedito Domingos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Betinho Rosado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-
Bosco França	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8	-	-
Candinho Mattos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
Carlos Alberto Campista	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Carlos Apolinário	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Carlos Magno	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Carlos Melles	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Ceci Cunha	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Celia Mendes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-

Deputados	Proposições Apresentadas		Uso da Palavra					Participação nas Comissões Mistas						
	RE-QUERIMENTO	PROJETO DE RESOLUÇÃO	ENCAMINHAMEN. VOTAÇÃO	DISCUSSÃO	APARTE	PRONUNCIAMENTO	QUESTÃO DE ORDEM	C. M. DE ORÇAMENTO	C. P. M. DE INQUÉRITO	ESPECIAIS	VETOS	MEDIDAS PROVISÓRIAS	PARECERES	RELATÓRIOS
Celso Russomanno	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
César Bandeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-
Chico da Princesa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
Chico Vigilante	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
Ciro Nogueira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-
Cláudio Cajado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
Cláudio Chaves	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Colbert Martins	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-
Confúcio Moura	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	-	-
Corauci Sobrinho	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
Costa Ferreira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Dalila Figueiredo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Danilo de Castro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-
Darcísio Perondi	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-
De Velasco	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
Dejandir Dalpasquale	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Dilso Sperafico	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-
Djalma de Almeida César	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-
Dullio Pisaneschi	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
Edinho Araújo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Edinho Bez	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	-	-
Edison Andrino	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-
Edson Silva	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-
Elcione Barbalho	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
Eliseu Moura	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Eliseu Resende	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
Eilton Rohnelt	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Etevalda Grassi de Menezes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-

Deputados	Proposições Apresentadas		Uso da Palavra					Participação nas Comissões Mistas						
	RE-QUERIMENTO	PROJETO DE RESOLUÇÃO	ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO	DISCUSSÃO	APARTE	PRONUNCIAMENTO	QUESTÃO DE ORDEM	C. M. DE ORÇAMENTO	C. P. M. DE INQUÉRITO	ESPECIAIS	VETOS	MEDIDAS PROVISÓRIAS	PARECERES	RELATÓRIOS
Euller Ribeiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
Exedito Júnior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
Ezídio Pinheiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
Fátima Pelaes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Fernando Gabeira	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	7	-	-
Fernando Gonçalves	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-
Fernando Torres	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Fetter Júnior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Feu Rosa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-
Firno de Castro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
Flávio Ams	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
Flávio Palmier da Veiga	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Francisco Horta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-
Francisco Rodrigues	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Francisco Silva	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
Franco Montoro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Geddel Vieira Lima	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
Genésio Bernardino	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Gerson Peres	-	-	4	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Gervásio Oliveira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
Gilney Viana	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6	-	-
Gonzaga Mota	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	-	-
Gonzaga Patriota	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
Hélio Rosas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
Herculano Anghinetti	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
Hermes Parciannelo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	-	-
Hilário Coimbra	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Hugo Rodrigues da Cunha	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-

Deputados	Proposições Apresentadas		Uso da Palavra					Participação nas Comissões Mistas						
	RE-QUERIMENTO	PROJETO DE RESOLUÇÃO	ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO	DISCUSSÃO	APARTE	PRONUNCIAMENTO	QUESTÃO DE ORDEM	C. M. DE ORÇAMENTO	C. P. M. DE INQUÉRITO	ESPECIAIS	VETOS	MEDIDAS PROVISÓRIAS	PARECERES	RELATÓRIOS
Humberto Costa	7	-	-	2	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
Iberê Ferreira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-
Inocêncio Oliveira	-	-	8	1	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
Itamar Serpa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Ivandro Cunha Lima	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
Jaime Fernandes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-
Jaime Martins	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Jairo Azi	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Jairo Carneiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-
Jandira Feghali	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
João Almeida	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
João Carlos Bacelar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
João Faustino	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
João Henrique	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
João Leão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
João Magalhães	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
João Mellão Neto	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-
João Pizzolatti	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
João Thomé Mestrinho	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
José Aldemir	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
José Anibal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
José Carlos Aleluia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8	2	-
José Carlos Coutinho	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-
José Carlos Vieira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
José Chaves	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
José Egydio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
José Luiz Clerot	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	-	-
José Machado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	55	-	-

Deputados	Proposições Apresentadas		Uso da Palavra					Participação nas Comissões Mistas						
	RE-QUERIMENTO	PROJETO DE REBO-LUÇÃO	ENCAMI-NHAME.N. VOTAÇÃO	DISCUSSÃO	APARTE	PRONUN-CIAMENTO	QUESTÃO DE ORDEM	C. M. DE ORÇA-MENTO	C. P. M. DE INQUÊ-RITO	ESPECIAIS	VETOS	MEDIDAS PROVI-SÓRIAS	PARE-CERES	RELA-TÓRIOS
José Mendonça Bezerra	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-
José Priante	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
José Rocha	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
José Santana de Vasconcelos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
José Teles	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Jovair Arantes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-
Júlio César	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
Jurandyr Paixão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-
Lael Varella	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-
Laura Carneiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Leônidas Cristino	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
Leur Lomanto	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Lidia Quinan	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	2	-
Lima Netto	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-
Luciano Castro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Luciano Pizzato	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Luis Roberto Ponte	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-
Luiz Braga	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-
Luiz Buaiz	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	7	-	-
Luiz Carlos Haully	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-
Luiz Eduardo Greenhalgh	-	-	2	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Luiz Fernando	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
Luiz Moreira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
Luiz Piauhyllino	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-
Magno Bacelar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
Maluly Netto	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Manoel Castro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6	-	-
Marçal Filho	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	-	-

Deputados	Proposições Apresentadas		Uso da Palavra					Participação nas Comissões Mistas						
	RE-QUERIMENTO	PROJETO DE RESOLUÇÃO	ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO	DISCUSSÃO	APARTE	PRONUNCIAMENTO	QUESTÃO DE ORDEM	C. M. DE ORÇAMENTO	C. P. M. DE INQUÉRITO	ESPECIAIS	VETOS	MEDIDAS PROVISÓRIAS	PARECERES	RELATÓRIOS
Márcia Marinho	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Márcio Martins	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
Marconi Perillo	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
Marcos Lima	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
Marcus Vicente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Maria Elvira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
Maria Laura	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Maria Valadão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Marilu Guimarães	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
Marinha Raupp	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Mário Martins	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Marisa Serrano	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Marquinho Chedid	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Maurício Requião	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
Mauro Fecury	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-
Mauro Lopes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-
Mendonça Filho	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Moacir Micheletto	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Moises Lipinik	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Moreira Franco	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Murilo Domingos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
Murilo Pinheiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-
Mussa Demes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-
Nair Xavier Lobo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-
Nan Souza	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
Narcio Rodrigues	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Nelson Harter Filho	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Nelson Marchezan	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-

Deputados	Proposições Apresentadas		Uso da Palavra					Participação nas Comissões Mistas						
	RE- QUER- MENTO	PROJETO DE RESO- LUÇÃO	ENCAMI- NHAMEN. VOTAÇÃO	DISCUSSÃO	APARTE	PRONUN- CIAMENTO	QUESTÃO DE ORDEM	C. M. DE ORÇA- MENTO	C. P. M. DE INQUÉ- RITO	ESPECIAIS	VETOS	MEDIDAS PROVI- SÓRIAS	PARE- CERES	RELA- TÓRIOS
Nelson Marquezelli	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Nelson Otoch	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Neuto de Conto	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-
Ney Lopes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Nilson Gibson	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-
Noel de Oliveira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	-	-
Octávio Elísio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Odílio Balbinotti	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Olávio Rocha	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Olavo Calheiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
Orcino Gonçalves	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
Oscar Andrade	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
Oscar Goldoni	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-
Osmânio Pereira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Osmir Lima	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-
Osório Adriano	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-
Osvaldo Coelho	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
Oswaldo Soler	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-
Paes Landim	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
Pauderney Avelino	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
Paulo Cordeiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Paulo Feijó	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
Paulo Gouvea	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
Paulo Heslander	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Paulo Lima	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Paulo Lustosa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6	-	-
Paulo Ritzel	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6	-	-
Pedro Canêdo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-

Deputados	Proposições Apresentadas		Uso da Palavra					Participação nas Comissões Mistas						
	RE-QUERIMENTO	PROJETO DE RESOLUÇÃO	ENCAMINHAMENT. VOTAÇÃO	DISCUSSÃO	APARTE	PRONUNCIAMENTO	QUESTÃO DE ORDEM	C. M. DE ORÇAMENTO	C. P. M. DE INQUÉRITO	ESPECIAIS	VETOS	MEDIDAS PROVISÓRIAS	PARECERES	RELATÓRIOS
Pedro Henry	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Pedro Irujo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
Pedro Novais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-
Pedro Valadares	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Pedro Yves	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-
Philemon Rodrigues	-	-	4	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Pimentel Gomes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
Pinheiro Landim	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
Raimundo Santos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-
Raul Belém	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-
Regina Lino	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-
Remi Trinta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Ricardo Heráclio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Ricardo Rique	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	-	-
Rita Camata	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Robério Araújo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
Roberto Brant	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
Roberto Campos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-
Roberto Fontes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Roberto Jefferson	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
Roberto Paulino	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Roberto Pessoa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-
Roberto Rocha	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
Roberto Santos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
Roberto Valadão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-
Robson Romero	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Rogério Silva	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-
Roland Lavigne	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-

Deputados	Proposições Apresentadas		Uso da Palavra					Participação nas Comissões Mistas						
	RE- QUER- MENTO	PROJETO DE REBO- LUÇÃO	ENCAMI- NHAMEN. VOTAÇÃO	DISCUSSÃO	APARTE	PRONUN- CIAMENTO	QUESTÃO DE ORDEM	C. M. DE ORÇA- MENTO	C. P. M. DE INQUÉ- RITO	ESPECIAIS	VETOS	MEDIDAS PROVI- SÓRIAS	PARE- CERES	RELA- TÓRIOS
Rommel Feijó	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
Ronaldo César Coelho	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Rubem Medina	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-
Salvador Zimbaldi	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Sandro Mabel	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	-	-
Saraiva Felipe	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8	-	-
Sarney Filho	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Saulo Queiroz	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6	-	-
Sebastião Madeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
Sérgio Arouca	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8	-	-
Sérgio Barcellos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	-	-
Sérgio Guerra	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-
Sérgio Miranda	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Severino Cavalcanti	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
Silas Brasileiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Silvermani Santos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Silvio Pessoa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
Silvio Torres	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
Simara Ellery	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Talvane Albuquerque	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Teté Bezerra	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-
Udson Bandeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
Ursicino Queiroz	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
Ushitaro kamia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
Valdemar Costa Neto	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6	-	-
Valdenor Guedes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Valdir Colatto	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-
Valdomiro Meger	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-

Deputados	Proposições Apresentadas		Uso da Palavra					Participação nas Comissões Mistas						
	RE-QUERIMENTO	PROJETO DE RESOLUÇÃO	ENCAMINHAMEN. VOTAÇÃO	DISCUSSÃO	APARTE	PRONUNCIAMENTO	QUESTÃO DE ORDEM	C. M. DE ORÇAMENTO	C. P. M. DE INQUÉRITO	ESPECIAIS	VETOS	MEDIDAS PROVISÓRIAS	PARECERES	RELATÓRIOS
Vanessa Felippe	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-
Vânio dos Santos	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Vicente Cascione	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Vilmar Rocha	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-
Wagner Rossi	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
Welinton Fagundes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
Welson Gasparini	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
Wilson Campos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Wilson Cignachi	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-
Yeda Crusius	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-
Zaire Rezende	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-
Zé Gomes da Rocha	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-